Quarta-feira, 1 de abril de 2009 | Ano 9 | Número 2229 | R$ 3,00

Valor ECONÔMICO

BC vê 'fortes indícios' de uso de poder de mercado em cartões de crédito C3

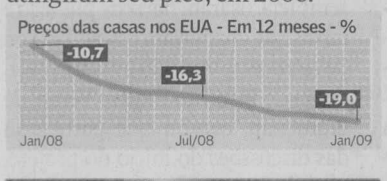
Ibmec SP muda de nome para não ser confundido com escolas homônimas e vira Insper, diz Haddad D12

www.valoronline.com.br

Destaques

Meio ambiente
A Assembleia Legislativa de Santa Catarina aprovou ontem o novo Código Ambiental do Estado, que flexibiliza as normas para o aproveitamento comercial das propriedades rurais, em desrespeito à legislação federal sobre o tema. **A2**

Crise americana
Os preços dos imóveis residenciais nas 20 principais regiões metropolitanas dos Estados Unidos tiveram queda recorde de 19% em janeiro, na comparação com o mesmo mês do ano passado. Os preços já caíram 29% desde que atingiram seu pico, em 2006.



Novo formato
Com 14 lojas em São Paulo, a Pizza Hut amplia o cardápio para além das redondas com o objetivo de se posicionar como rede de restaurantes "casual dinner". "Assim, nos tornamos uma opção de lazer acessível e a crise pode até nos ajudar", diz Jorge Aguirre. **B5**

Shell volta ao Centro-Oeste
Única multinacional a atuar no setor de distribuição de combustíveis no Brasil, a Shell voltou ao Centro-Oeste com a compra de 45 postos da rede Simarelli no Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia. O valor do negócio não foi divulgado. **B9**

Perspectivas para os grãos
Os preços da soja em Chicago encerraram março em queda e o aumento da área plantada nos EUA, menor que a esperada, indica boas perspectivas para o grão. Para o milho, que teve valorização, a expectativa é de estabilidade ou até pequena queda. **B11 e B12**

Juros em queda
Os juros futuros fecharam março em queda. Os contratos de 360 dias recuaram de 10,67% para 9,80%. E essa taxa, piso das operações de crédito, ainda pode estar alta, levando-se em conta a possibilidade de o Copom cortar mais 1,5 ponto neste mês, colocando-se à frente da curva de juros. **C2**

Disputa pelo Ponto Frio
O Grupo Silvio Santos anunciou ontem a intenção de entrar na disputa pela compra do Ponto Frio. A intenção é unir a rede de eletrodomésticos à operação de varejo do grupo, a Baú Crediário, que conta com 17 lojas. **D4**

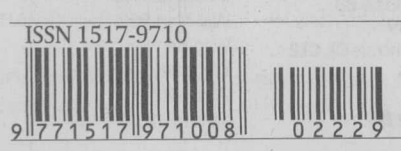
Indenizações justas
Obras de infraestrutura como a ampliação do metrô paulistano e o Rodoanel aumentam o número de ações na Justiça que discutem o valor das indenizações pagas pelo poder público nas desapropriações de imóveis particulares. **E1**

Indicadores

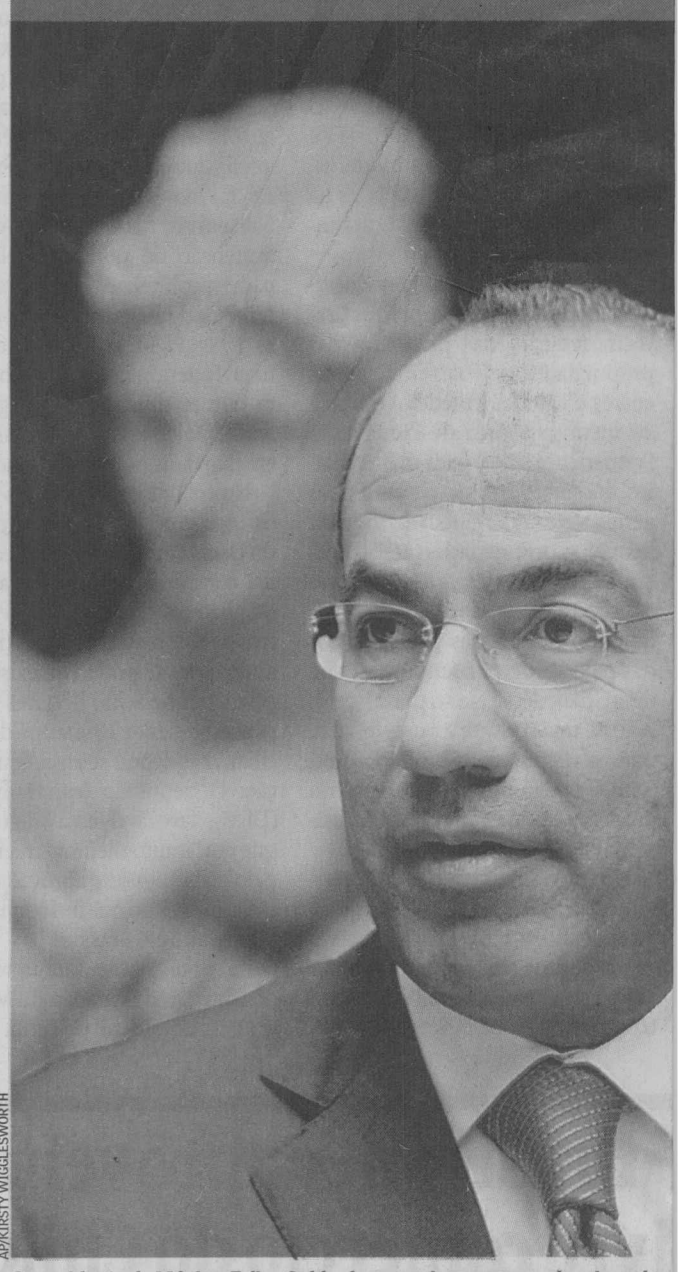
Bolsa NY (31/03/09)	**1,16 %**	6,1 bi de ações
Bovespa (31/03/09)	**0,67 %**	R$ 4,2 bi
Nasdaq* (31/03/09)	**1,78 %**	2,1 bi de ações
IVBX-2 (31/03/09)	**1,93 %**	-
Dólar comercial	Mercado	2,3160/2,3180
(31/03/09)	BC	2,3144/2,3152
Dólar turismo	São Paulo	2,1900/2,4300
(31/03/09)	Rio	2,2800/2,3600
Euro	Reais/€ (BC)	3,07653/3,07829
(31/03/09)	US$/€ (BC)	1,32930/1,32960
Juros Selic meta - ao ano	(31/03/09)	11,25%
Selic over - ao ano	(31/03/09)	11,16%
Selic efetiva - ao ano	(31/03/09)	11,70%
DI over ** - ao ano	(31/03/09)	11,65%
DI Futuro - ao ano	Jan/10	9,689%
TR	(30/03 a 30/04)	0,0849%

* Composite ** Cetip, taxa efetiva.

ISSN 1517-9710



Socorro para o México



AP/KIRSTY WIGGLESWORTH

O presidente do México, Felipe Calderón, anunciou que seu país vai receber de US$ 30 bilhões a US$ 40 bilhões do FMI. Para proteger o peso, o país gastou US$ 21 bilhões das reservas. Página C12

Pacote global para comércio terá US$ 250 bi

Assis Moreira
De Paris

O G-20 prepara um pacote de financiamento ao comércio internacional estimado em US$ 250 bilhões para reverter a dramática queda nas exportações e importações. Esse valor, que estará disponível para os próximos dois anos, é mais que o dobro do que previa o primeiro-ministro britânico, Gordon Brown.

O Banco Mundial anunciou aporte de US$ 50 bilhões, o Japão, de US$ 22 bilhões e os EUA já haviam acenado com US$ 100 bilhões. Na União Europeia, a contribuição virá de cada país individualmente. Bancos regionais de desenvolvimento também farão empréstimos, entre eles, possivelmente, o BNDES.

A falta de crédito para as trocas comerciais, um dos principais problemas da crise atual, aumenta mês a mês. Passou de US$ 25 bilhões no fim do ano passado para US$ 300 bilhões agora. A queda livre no comércio mundial foi ilustrada ontem com nova projeção da OCDE, de contração de 13,2% neste ano. Depois de ter crescido em média 8% nos últimos anos, as exportações e importações entraram em colapso no último trimestre de 2008. Para o primeiro trimestre deste ano, a previsão é de queda de 22,7%. A OCDE estima que a tendência pode mudar no fim do ano e prevê "recuperação robusta" em 2010, graças ao crescimento de emergentes como China, Índia e Brasil.

A China chega fortalecida à reunião do G-20, como um dos poucos países a manter bom desempenho econômico em meio à dramática recessão global. Segundo a OCDE, enquanto nas economias avançadas a retração chegará a 4,3%, a situação será diferente nos grandes emergentes: a China deve crescer 6,3% e a Índia, 4,3%. O Brasil sofreria contração de 0,3%, mas já há sinais de recuperação, que poderá se confirmar a partir do último trimestre. Entre os Bric, o problema é a Rússia: a economia está em colapso, o governo torra as reservas e o PIB deve cair 5,6%.

O relatório da OCDE vê sinais de que o pior já pode ter passado e a retomada está à vista, sobretudo na China. Apesar disso, analistas alertam que a China não tem força para tirar o mundo da recessão. Só 30 milhões de chineses têm renda igual ou superior à média dos americanos, em comparação com 200 milhões na Europa e 45 milhões no Japão. **Páginas A12 e C12**

Argentina entra na Petrobras Energia

Janes Rocha
De Buenos Aires

O governo argentino terá um representante na direção da Petrobras Energia Participações (Pesa), subsidiária da Petrobras. A decisão foi transmitida na sexta-feira à direção da empresa, durante assembleia de acionistas para aprovação das contas de 2008. Nela, dois representantes da Administração Nacional da Seguridade Social (Anses) informaram que o governo — com participação acionária de 13,2% — vai exercer o direito de indicar um membro para a direção da companhia.

A Anses está exercendo um direito adquirido pelo governo argentino com a estatização do sistema privado de aposentadorias (AFJP), em outubro. Ao tomar posse dos ativos das AFJP, o governo "ganhou" participação acionária em 38 empresas, entre elas duas de capital brasileiro: Petrobras (13,2%) e Quickfood (3%), do Grupo Marfrig.

A lei do mercado de capitais argentino prevê o "voto acumulativo", regra que dá direito de os acionistas minoritários indicarem representantes para a direção das empresas, de acordo com a fatia no capital votante e o número elementos que compõem a diretoria. Para isso, têm de ter um mínimo de 9,1% das ações (um diretor em um "board" de dez) até um máximo de 25,1% (um diretor em um grupo de três). **Página A12**

Refluxo nos fundos imobiliários

Daniela D'Ambrosio
De São Paulo

Depois de adiar ou cancelar investimentos, os fundos de "private equity" com foco no mercado imobiliário passam a uma segunda fase de medidas em reação à crise internacional. Fundos fortemente afetados no exterior, donos de carteiras importantes no mercado brasileiro, como Autonomy e Tishman Speyer, estão colocando ativos à venda no Brasil.

Segundo o **Valor** apurou, o Autonomy quer vender terrenos onde desenvolveria projetos logísticos e comerciais e também alguns andares do Rochaverá, empreendimento comercial no qual é sócio em São Paulo. A Tishman, que passa por uma reestruturação, também colocou ativos à venda no Rio. **Página B1**

Bolsa muda tarifas e gera protestos

Cristiane Perini Lucchesi
De São Paulo

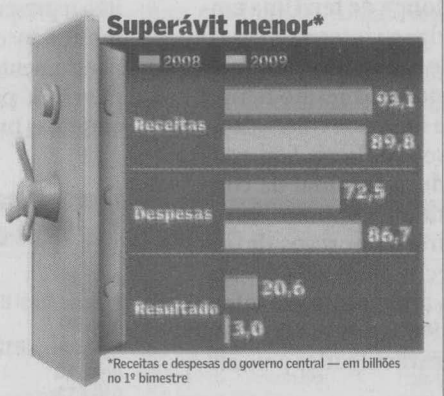
Para tentar reverter a queda no volume de negócios, a BM&FBovespa vai implementar uma nova política de tarifas para ações que está causando uma onda de insatisfação no mercado. Corretores, fundos e investidores veem aumento de custos e criticam a iniciativa em meio à crise. A bolsa se defende. "Elevamos as tarifas da custódia de ações, mas a alta foi compensada com menos taxas na negociação e liquidação e com maior estímulo ao aluguel dos papéis", diz Murilo Robotton Filho, diretor-executivo de produtos da BM&FBovespa.

Segundo Robotton, o efeito imediato sobre a receita é nulo e o objetivo é ampliar o giro dos papéis, aumentar a participação das pessoas físicas e dos investidores estrangeiros. As mudanças entram em vigor na segunda-feira. **Página D1**

Superávit primário tem queda de 54% em fevereiro

Alex Ribeiro
De Brasília

O superávit primário do setor público somou R$ 4,107 bilhões em fevereiro, o menor em quatro anos para o período, em virtude da queda na arrecadação e das medidas fiscais anticíclicas para combater os efeitos da crise financeira internacional no país. O resultado representa uma queda de 54% em relação aos R$ 8,966 bilhões de fevereiro de 2008. **Página A3**



Auditor faz ressalva à forma como Aracruz trata dívidas

Graziella Valenti
De São Paulo

Os contratos de derivativos tóxicos da Aracruz não contaminaram apenas o balanço de 2008, mas também o parecer dos auditores independentes, peça que tem a função de validar a qualidade da contabilidade da empresa. O relatório de 2008 veio com ressalva, ou seja, os auditores da Deloitte não concordaram integralmente com os números da companhia. As apostas cambiais levaram a Aracruz a um prejuízo de R$ 4,2 bilhões em 2008, comparado a um lucro de R$ 1 bilhão em 2007. As operações elevaram a dívida da empresa de R$ 3,1 bilhões para um total bruto de R$ 9,7 bilhões.

O parecer dos auditores não colocou em dúvida nenhum dos valores apresentados pela empresa. A questão foi a forma de contabilizar a dívida. A Aracruz registrou a maior parte de sua dívida, incluindo a gerada pelos derivativos, como sendo de vencimento a longo prazo, a partir de 2010. Para a Deloitte, os compromissos deveriam ter sido registrados como de curto prazo, com vencimento ainda em 2009. Procurada, a companhia preferiu não comentar o assunto. **Página D3**

Mais disputa entre lácteos funcionais

Alda do Amaral Rocha e Daniele Madureira
De São Paulo

O mercado de lácteos funcionais, cujos volumes crescem a taxas anuais próximas de 40%, está no foco de três grandes indústrias do segmento de leite que buscam diversificação e maior rentabilidade. A UP Alimentos, associação entre Unilever e Perdigão, coloca no mercado dois produtos com a marca Becel Pro.Activ. O grupo Bertin, que em 2007 entrou em lácteos com a compra da Vigor, lança o Lective e a mineira Itambé coloca no varejo o iogurte Plenus. Tanto Vigor quanto Itambé miram o mesmo público do Activia, da Danone.

Outra novidade do Bertin é a estreia no segmento de serviços, com o "bufê itinerante" Espaço Grill Bertin e a venda direta de produtos em grandes eventos com a Espetaria Bertin. **Página B6**

Ideias

Martin Wolf: a cúpula do G-20 parece determinada a obter progresso, mas será decepcionante. **Pág. A11**

Cristiano Romero: EBP pode suprir carência de projetos de infraestrutura. **Pág. A2**

Brasil

Google decide lançar fundo de US$ 100 milhões para investir em companhias iniciantes **Página B3**

Filial brasileira ajudará General Motors nos EUA a desenvolver carros pequenos **Página B8**

CRISTIANO ROMERO

EBP: uma parceria público-privada

Há dois anos, o presidente do BNDES, Luciano Coutinho, conversava com banqueiros privados sobre a escassez, no Brasil, de bons projetos de infraestrutura. O que se dizia é que o país dispõe hoje de recursos para financiar obras, mas faltam projetos. A maioria absoluta das quase 6 mil prefeituras não tem capacidade técnica para elaborá-los e mesmo o governo federal, depois de mais de duas décadas sem investir, também tem dificuldade para estruturá-los.

Da conversa de Coutinho com os banqueiros, surgiu a ideia de se criar a Estruturadora Brasileira de Projetos (EBP), uma empresa privada voltada para a elaboração de projetos de infraestrutura. Trata-se de uma experiência inédita no Brasil. A empresa, que começou efetivamente a funcionar em janeiro passado, tem como sócios dois bancos estatais — o BNDES e o Banco do Brasil — e seis privados — Bradesco, Itaú Unibanco, Santander, Citibank, Votorantim e Espírito Santo —, todos com participação idêntica no capital.

Todas essas instituições, inclusive os dois bancos públicos, têm em comum o fato de terem participação relevante em *project finance*, isto é, modalidade de investimento em que os projetos são amortizados com a receita futura dos empreendimentos. Mais do que isso, os sócios da EBP têm uma necessidade comum: criar demanda para seus financiamentos.

Esses bancos são os principais repassadores de recursos do BNDES, que neste ano deverá ter R$ 120 bilhões para emprestar. Como se sabe, o banco público não empresta dinheiro diretamente. Os bancos, quando repassam seus recursos, ganham uma remuneração para fazer isso, mas também assumem parte do risco. Com a queda da taxa básica de juros (Selic) a níveis civilizados, é bem provável que os bancos passem a ter interesse em aumentar a oferta de crédito, especialmente, para financiar obras de infraestrutura. A concessão de financiamentos depende de projetos e é aí onde entra a EBP.

"Já no governo Fernando Henrique Cardoso, no programa de investimento Brasil em Ação, uma empresa de consultoria fez um diagnóstico, mostrando que há um déficit em infraestrutura no país e que há capital procurando bons projetos. O que não há é capacidade técnica para desenvolver e estruturar algo que seja do interesse público, mas que também seja atraente para o setor privado", diz Hélcio Tokeshi, diretor-geral da empresa recém-criada. "É essa falha que a EBP tentará corrigir."

Empresa criará demanda por recursos

A partir da demanda do setor público nos três níveis (União, Estados e municípios), a EBP analisará propostas e identificará aquelas que atendam ao interesse público e, ao mesmo tempo, atraiam investidores privados. O conselho da empresa, integrado pelos responsáveis das áreas de *project finance* nos bancos de origem do negócio, escolherá os projetos e, a partir daí, a EBP fará a formulação. "A EBP faz todo o pacote: o projeto de engenharia, o estudo ambiental, a modelagem econômico-financeira, a parte jurídica, a análise do arcabouço regulatório", conta Tokeshi.

Concluído o trabalho, o projeto será submetido ao ente público responsável pela licitação da obra. A remuneração da atividade desenvolvida pela EBP virá do aproveitamento do projeto — os editais dirão que quem ganhar a licitação terá que pagar à empresa. A atividade é de risco. Nada garante que a União, o governo estadual ou a prefeitura colocará em licitação o projeto formulado pela EBP. "Não há contrato entre o governo e a EBP, portanto isso não passa pela lei de licitação. O que existe é uma autorização do governo para que a EBP desenvolva os estudos. A autorização não nos dá exclusividade. Fazemos todo o investimento nas despesas e estudos necessários por nossa conta e risco", explica Tokeshi.

Há uma enorme diferença entre esse modelo e o que existe hoje. O governo, por deficiência, não tem estrutura para elaborar todos os projetos — na verdade, está longe de ter. Uma empresa do setor privado faz isso quando é de seu interesse, mas o projeto, necessariamente, leva a marca de quem o formulou. O fato de uma companhia elaborar o projeto e ao mesmo tempo participar da licitação cria um conflito de interesse imediato.

A EBP já nasce tentando contornar esse problema. Seu estatuto foi aprovado previamente pelo Cade, o tribunal da concorrência. A empresa foi estruturada com um conjunto de regras que, na prática, lhe asseguram padrões rigorosos de governança e independência da equipe técnica em relação aos acionistas. Um exemplo: os acionistas só terão acesso às informações dos projetos elaborados pela EBP quando esses dados se tornarem públicos, isto é, quando forem divulgados pelo ente do setor público ao mercado.

Até a escolha de Tokeshi foi feita de forma independente para evitar a proeminência de um sócio sobre os outros. O executivo foi encontrado por uma firma caçadora de talentos depois de três meses de busca. Economista, Tokeshi estava na empresa de consultoria McKinsey. De 2004 a 2006, foi secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, na gestão Palocci. Antes, trabalhou no Banco Mundial.

A nova empresa já está trabalhando na estruturação de projetos para o governo federal, referentes a três trechos rodoviários — BR-101 em toda a sua extensão no Espírito Santo, BR-101 no sul da Bahia e BR-470 (que liga o interior de Santa Catarina ao porto de Itajaí). A previsão é concluir os estudos técnicos em junho. A demanda é explosiva. Tokeshi conta que alugou um *apart-hotel* para morar no Rio de Janeiro, onde fica a sede da EBP, mas que, até agora, não conseguiu ficar dez dias consecutivos cidade por causa das viagens a trabalho.

A criação da EBP é, sem dúvida, uma forma criativa de driblar a ineficiência do Estado brasileiro, que cresce para todos os lados, mas não consegue atender as demandas da sociedade. É irônico, embora defensável, que o setor público recorra ao setor privado justamente no momento em que se torna maior e mais pesado e caro para os ombros do contribuinte brasileiro.

Cristiano Romero é repórter especial e escreve às quartas-feiras.
E-mail cristiano.romero@valor.com.br

Sem nenhum voto contra, Assembleia de SC aprova código ambiental polêmico

Vanessa Jurgenfeld
De Florianópolis

Uma tenda montada em frente à Assembleia Legislativa de Santa Catarina, em Florianópolis, abrigava na tarde de ontem os agricultores que vieram do interior acompanhar a votação do novo código ambiental do Estado, proposto pelo governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB). Confiantes na aprovação da peça pelos deputados, o que ocorreu sem nenhum voto contrário horas depois, as cerca de 6 mil pessoas se alimentavam com de 2 mil quilos de carne suína e 14 mil pães, refeição custeada pelas entidades agrícolas que defendiam a aprovação das regras.

Com um microfone em um palco improvisado, representantes das entidades chamavam os agricultores para contar as dificuldades que enfrentam com a atual legislação ambiental. "Venham aqui, relatem os absurdos que já ocorreram, como as multas ambientais que foram injustamente aplicadas", estimulava Enori Barbieri, vice-presidente da Federação Agrícola de SC (Faesc).

"Não compramos pessoas para estarem aqui. Vieram por livre e espontânea vontade", disse Barbieri. Alguns agricultores tinham entendimento ao menos parcial da discussão que as entidades do setor agrícola encabeçam. O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Orleans, no sul de SC, Camilo Bussolo, veio com 100 pessoas da sua cidade defender a aprovação. "O nosso município é uma encosta de serra. Se deixarmos 30 metros de distância a cada curso d'água, mais da metade das propriedades ficará inviabilizada."

As novas regras aprovadas são polêmicas principalmente porque preveem redução das distâncias das propriedades agrícolas em relação a cursos d'água. A lei federal estipula 30 metros de Área de Preservação Permanente (APP) para matas ciliares, enquanto a estadual, em linhas gerais, determina cinco metros para pequenas propriedades (até 50 hectares) e 10 metros para as superiores a 50 hectares. De acordo com entendimento de diversas pessoas ouvidas pelo **Valor**, por ser uma lei que difere da federal, ela só prevaleceria se fosse mais restritiva que a federal, mas o deputado Romildo Titon (PMDB), relator do projeto, preferia dizer que a questão da inconstitucionalidade era "uma suposição".

No entendimento de Titon, no entanto, "já há interpretações de que a lei federal estipula regras gerais e que cabe aos Estados determinarem as questões específicas, de acordo com a sua realidade". Segundo ele, o código tem esse propósito e "coloca o agricultor como amigo da natureza". Titon disse ainda que ficou "chateado" com a colocação da ex-ministra e senadora Marina Silva, que criticou o projeto em artigo na "Folha de S. Paulo". "Foi a reportagem mais infeliz que ela fez." E questionou: "Se ele for considerado inconstitucional, será que não vai ser bom chamar a atenção do Congresso Nacional para o problema?". Há planos de deputados de SC levarem o projeto para os presidentes do Senado e da Câmara Federal a fim de pressionar para que as mudanças na legislação ambiental federal, em discussão, deem mais autonomia aos Estados.

No total, foram 31 votos a favor do código e 7 abstenções. O deputado Décio Goes, do PT, o único partido contrário ao projeto, afirmou que não concordava com os 10 metros de APP para as grandes propriedades porque poderiam existir propriedades de 5 mil hectares preservando somente 10 metros de mata ciliar, mas depois se absteve na votação. O deputado Jean Kuhlmann (DEM), favorável ao código, disse que era "muito melhor ter leis feitas pelos catarinenses e aprovadas pelos catarinenses do que um conjunto de regras feito em Brasília".

Em nota, a procuradora regional dos direitos do cidadão do Ministério Público Federal de Santa Catarina, Analúcia Hartmann, recomendou na tarde de ontem aos deputados que votassem contra. Considerou que "o projeto não servia ao objetivo de proteção ambiental e divergia, em pontos essenciais, da Constituição e da legislação federais". Analúcia relembrou ainda as recentes tragédias no Estado: "Os levantamentos realizados em Blumenau e no tristemente lembrado Morro do Baú indicam que a supressão da vegetação nativa e a ocupação das áreas de preservação permanente com construções e com reflorestamentos com espécies exóticas foram os principais responsáveis pela enormidade da tragédia de 2008."

Ambientalistas e membros da sociedade civil organizada, como a Federação dos Trabalhadores Familiares (Fetraf-Sul), em minoria na Assembleia, usaram nariz de palhaço e faixas que chamavam o novo código de retrocesso. Anja Steinbach, presidente do Instituto Esquilo Verde, de Blumenau, contou que participou das discussões do início do projeto, mas ele foi modificado e não representa a contribuição de ambientalistas. "Esse código vai facilitar a especulação imobiliária e o avanço das grandes propriedades." As propriedades com menos de 50 hectares representam 90% das propriedades catarinenses, mas são somente 45% das terras agriculturáveis.

Indústria do Brasil quer aproveitar acordos de livre comércio do Chile

Sergio Leo
De Brasília

Sem acordos de livre comércio com os países de maior economia, o Brasil procura aproveitar os mais de 40 tratados de livre comércio do vizinho Chile, onde, nesta semana, uma missão de representantes de quase 60 empresas negocia com empresários chilenos a venda de produtos brasileiros para o mercado local e para fabricação de mercadorias destinadas a países como México, Estados Unidos, Japão e membros da União Europeia. "Nossas exportações ao Chile cresceram 12% no ano passado e podem crescer mais neste ano", prevê o secretário de Comércio Exterior, Welber Barral.

A missão empresarial, tem apoio da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp) do Itamaraty (o embaixador brasileiro em Santiago é Mário Vilalva, ex-diretor do departamento de Promoção Comercial do Ministério de Relações Exteriores). Com os empresários irão representantes do BNDES, que mostrarão os mecanismos de financiamento do banco para comércio e para investimentos de empresas brasileiras, destinados à produção para exportação no Chile. O governo brasileiro quer, ainda, ampliar o acordo de serviços entre Brasil e Chile, para aumentar a atuação de empresas de arquitetura e engenharia, entre outras.

Em uma das reuniões preparatórias para a missão empresarial, o gerente de comércio exterior da equivalente chilena da Fiesp, Sociedade de Fomento Fabril (Sofofa), Hugo Baierlein Hermida, comentou aos brasileiros que o Chile tem um enorme mercado de exportações para produtos como móveis, calçados e tecidos, mas que "faltam produtos" para vender. Para a Fiesp, o interesse dos chilenos facilita a estratégia de industriais paulistas, de usar o país como plataforma de exportação, com partes e peças compradas do Brasil. "Com o fracasso das negociações na Organização Mundial do Comércio (OMC), temos de buscar alternativas de mercados", comenta o diretor de relações internacionais e comércio exterior da Fiesp, Ricardo Martins.

Martins vê mercado para a indústria de alimentos preparados, que pretendem processar, no Chile, produtos de origem brasileira, para aproveitar acordos sanitários e de livre comércio firmados por aquele país com nações como o Japão. Pelo menos uma grande companhia, a Nutriplus, já procura possíveis parceiros chilenos.

Para Barral, mesmo o limitado mercado interno chileno pode trazer oportunidades aos produtores brasileiros. "Cruzamos os dados de importação do Chile com os de nossas vendas para lá, e há grande potencial em pelo menos oito setores", garante, citando alimentos, equipamentos industriais e produtos metalúrgicos. "O Chile, para nós, é o primeiro teste de algo que queremos fazer mais vezes: promoção de negócios junto com representantes do setor privado dos dois países", diz Barral.

A Fiesp negociou com a Sofofa a aproximação entre as indústrias chilenas e brasileiras. Empresas de bens de capital interessam-se em enviar partes e peças para montagem no Chile e reexportação, exemplifica Ricardo Martins. Haverá também reuniões para que a indústria de defesa brasileira ofereça produtos às Forças Armadas chilenas (um dos maiores orçamentos do continente), e reuniões do setor de energia, para discutir biocombustíveis.

SP já tem nova regra de ICMS de energia

Marta Watanabe
De São Paulo

O governo paulista publicou no "Diário Oficial" de ontem o decreto que regulamenta a cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) por substituição tributária na venda de energia elétrica a consumidores livres. O decreto determina que os distribuidores ficam responsáveis pelo recolhimento antecipado do imposto. A nova regra deve valer a partir de junho. A medida deve render pelo menos R$ 120 milhões ao ano de ICMS a mais à Fazenda.

Pelo decreto, o cálculo do imposto deverá levar em conta o valor médio dos contratos informado pelos consumidores. O texto do Decreto nº 54.177/2009 não embutiu as sugestões das entidades do setor elétrico, que propuseram proposta alternativa. O tributarista Wagner Silva Rodrigues, do Mattos Filho, escritório que tem como clientes empresas do setor, diz que a medida é contestável porque dá a responsabilidade de recolher o ICMS ao distribuidor, empresa que não participaria da venda ao consumidor livre.

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

Acer **B3**
Agência Rural **B11**
Agip **B9**
AgResource **B12**
Ahold **B1**
AIG **C12**
Ajinomoto **B6**
Alaron **B12**
Ambev **B6**
AMD **B2**
American International Group **C12**
Anglo American **C2, D4**
Antofagasta **C2**
Aracruz **D3**
Archstone-Smith **B1**
Arkema **B7**
Ativa Corretora **D3**
Autonomy **B1**
Banco BMG **C1**
Banco do Brasil **A2, A4, C1, D3**
Banco Europeu de Investimento **C3**
Banco IBI **C1**
Banco Pine **D3**
Banco UBS Pactual **C1**
Bandeirante **C3**
Bank of America **C2**
Banrisul **D3**
Barclays **C6**
Basf **B7, B12**
Batavo **B6**
Berkshire Hathaway **C3**
Bertin **B6**
BHP Billiton **C2**
BM&FBovespa **D1**
BNDES **A2, B12, D3**
BNP Paribas **C2**
Bompreço **B1**
BR Distribuidora **B9**
Bradesco **A2**
Brascan Correto a **D4**
Brasil Ecodiesel **D4**
Brasoja **B12**
Bristol-Myers Squibb **B8**
C&A **C1**
Caixa Econômica Federal **A6**
Camargo Corrêa **A8**
Canwest Global Communications **B3**
CCE **B2**
CEEE-D **D3**
Cesp **A4**
Chevron **B9**
Cia. Muller **B6**
Citibank **A2, B12, C2**
Colgate **B6**
Colorado National Bank **C12**
Commerzbank **B9**
Compass **B4**
Convenção **A3**
Credit Suisse **B5, C2**
CSN **C1, D4**
CVC Capital Partners **C6**
Cyrela Brazil Realty **B1**
Davidson Kempner Capital Management **B3**
Dedini **B12**
Deloitte **B2, D3**
Deutsche Bank **C12**
Diebold **B2**
Digitron **B2**
Dimension Data **D12**
Dow Chemical **B7**
Drogaria São Paulo, **B4**
Drogasil **B4**
EBP **A2**
eBX **D4**
EDP **C3**
Eletrobrás **C3**
Eli Lilly **B8**
Energias do Brasil **C3**
Escelsa **C3**
Espírito Santo **A2**
Evadin **B3**
F-Secure **B1**
Faculdades Metropolitanas Unidas **B4**
Fator Corretora **D3**
Fortis **B12**
Fox-Pitt, Kelton **C2**
GE **B1**
Genentech **B8**
General Mills **B6**
General Motors **B8**
Gigabyte **B2**
Globo **B6**
Gol **D7**
Goldman Sachs **C3**
Google **B3**
Grupo Silvio Santos **D4**
Hawker Beechcraft **B4**
Herring Bank **C12**
HSBC **C2, C3**
Hypermarcas **B6**
IBM **B2**
Icatu Hartford **D12**
ImClone **B8**
Indústria de Alimentos Nilza **B6**
ING **C2**
Intel **B2**
Intercap **C1**
IRB-Brasil Re **C1**
iShares **C6**
Itambé **B6**
Itaú **A2, C3, D4**
Itautec **B2**
Johnson & Johnson **B6**
JPMorgan **C2, C3**
Kimberly Clark **B6**
Kleiner Perkins **B3**
KPMG **B2, D12**
Kraft Foods **B6**
L'Oréal **B5**
Larsen & Toubro **B2**
Lazard Frères **B3**
Lehman Bankhaus **C12**
Lehman Brothers **C3, C12**
Líder Táxi Aéreo **B4**
Linn Group **B12**
Lloyds **C2**
LLX **D4**
Luminas **B6**
Macquarie Group **B9**
Massa Leve **B6**
Mckinsey **A2**
Melitta **B6**
Merck **B8**
Microsoft **B1**
Mitsubishi **B3**
MMX **D4**
Modal Asset Management **D2**
Moody's **C1**
MRV **B1**
MRV Log **B1**
Nestlé **B5, B6, B11**
Newedge **B11, B12**
News Corp **B3**
Nívea **B6**
Norberto Odebrecht **C3**
Nossa Caixa **A4**
Nutrin **D12**
Nutriplus **A2**
Pacheco **B4**
Pague Menos **B4**
Panvel **B4**
Parmalat **B6**
Pemex **D2**
Perdigão **B6**
Petrobras **A4, A8, B4, B9, C3, D2, D4**
Pfizer **B8**
Ponto Frio **D4**
PricewaterhouseCoopers **D12**
PwC **B2**
Reckitt Benckiser **B6**
Record **B6**
Redecard **C3**
Rexam **D12**
Rhodia **B7**
RJO Futures **B10**
Robert Wong Consultoria Executiva **D12**
Roche **B8**
Rohm & Haas **B7**
Royal Bank of Scotland **C6**
Sadia **B6**
Santa Clara **B6**
Santander **A2, A3, C3, D2**
Satyam **B2**
Schering-Plough **B8**
Scot Consultoria **B6**
Scotwork **D12**
Sequoia Capital **B3**
Simarelli **B9**
Société Générale **C1, C12**
Sodexo **B4**
Sony **B3**
Souza Cruz **B4**
Standard & Poor's **C1**
Standard Bank **B9**
Sun-Times Media Group **B3**
TAM **D7**
Tech Mahindra **B2**
Tendências Consultoria Integrada **A3**
Terco Grant Thorton **D3**
Tetras Corretora **B12**
Tishman Speyer **B1**
Tribune **B3**
Trilogy Global Advisors **C2**
UBS **C2, C12**
Ultra **B1, B9**
Ultrapar **B1**
Unibanco **A3**
Unigel **B7**
Unilever **B6**
UP Alimentos **B6**
Upaid Systems **B2**
Vale **D2**
Valesul **B9**
Varig **A4**
VarigLog **A4**
VCP **D3**
Verax Serviços Financeiros **D2**
Veris Educacional **D12**
Vigor **B6**
Visanet **C3**
Votorantim **A2**
Wal-Mart **B1**
Weg **A4**
Wyda **B6**
Wyeth **B8**
Xstrata **C2**

A
B
D
E
G
H

Últimas notícias Empresas Nova regra contábil provocou ajuste de valor de usina de Porto Primavera

Cesp perde R$ 2,3 bi com reavaliação

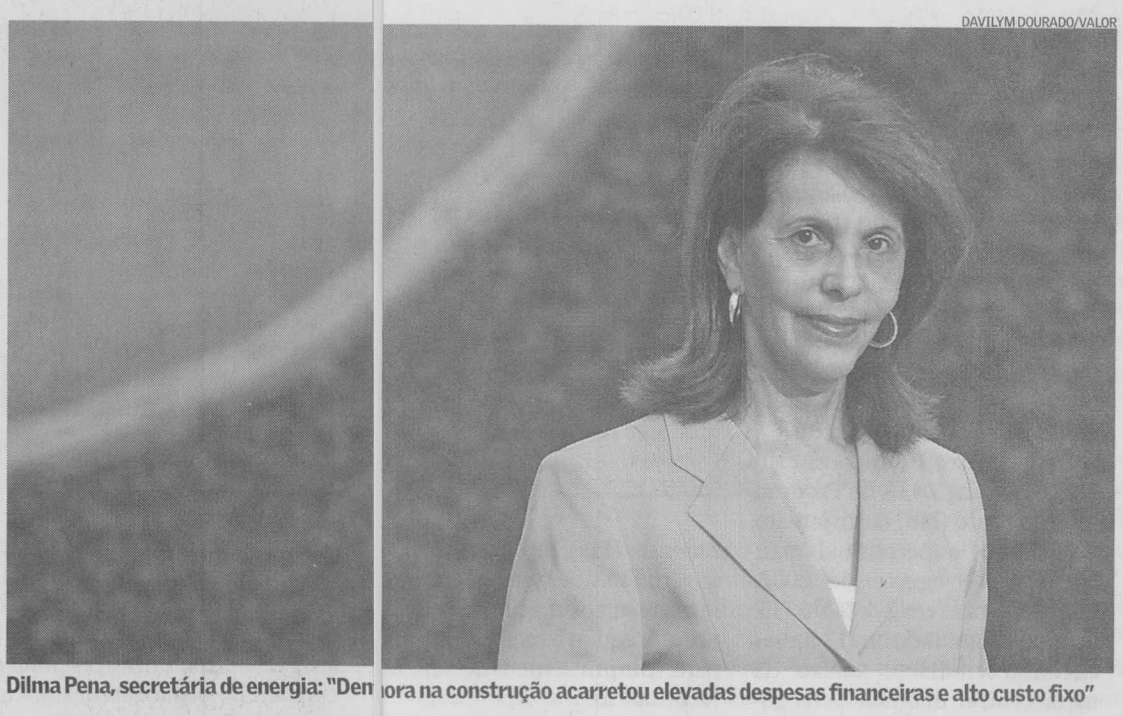
Vanessa Adachi
De São Paulo

A Companhia Energética de São Paulo (Cesp) encerrou o ano de 2008 com um prejuízo bilionário de R$ 2,35 bilhões. Não foram as operações da companhia ou o esperado impacto da variação cambial sobre a sua dívida em dólar os responsáveis por tão grande perda. O prejuízo foi consequência da aplicação das novas regras contábeis.

Uma das novas regras obriga empresas a realizar reavaliações periódicas de alguns tipos de ativos, como usinas, por exemplo. E quando o resultado da reavaliação aponta para um preço inferior ao chamado valor histórico (aquele registrado no balanço com base no custo) e não existe perspectiva de recuperação desse valor no futuro, a companhia é obrigada a fazer um ajuste ("impairment", no jargão do meio contábil), que leva à perda.

Foi o que aconteceu com uma das usinas geradoras de energia da Cesp, Porto Primavera. E o ajuste foi tão grande que consumiu todo o lucro que a empresa teve com sua atividade no ano passado. Porto Primavera tinha valor contábil de R$ 13,38 bilhões e a diferença em relação à reavaliação foi de R$ 2,47 bilhões.

O grande problema é que Porto Primavera, que representa 20% da capacidade geradora instalada da Cesp, custou caríssimo para ser construída, o que se refletiu no seu valor bilionário, muito superior a todas as demais usinas da empresa. "Enquanto uma usina leva em média sete anos para ser construída, Porto Primavera levou 22 anos. Essa é a questão crucial", disse Dilma Pena, secretária de Saneamento e Energia de São Paulo. "A demora acarretou elevadas despesas financeiras e alto custo fixo", completou Guilherme Toledo, presidente da Cesp. A usina começou a ser construída em 1978 e só foi concluída em 2001. Sua primeira concessão expirou em 2008 e foi renovada até 2028, quando não será mais passível de prorrogação, pelas regras atuais vigentes.



DAVILYM DOURADO/VALOR

Dilma Pena, secretária de energia: "Demora na construção acarretou elevadas despesas financeiras e alto custo fixo"

Para se ter uma ideia do quanto Porto Primavera custou caro, o valor registrado de todas as usinas da Cesp soma R$ 17 bilhões, dos quais ela responde pelos R$ 13,38 bilhões.

Embora tal ajuste não tenha representado uma saída de caixa imediata para a empresa, ao longo do tempo essa perda se materializará. Se a usina for vendida, por exemplo. Ou quando expirar a concessão para sua operação e o governo federal retomá-la.

Segundo Toledo, pelas regras contábeis antigas, a Cesp teria registrado um lucro de R$ 115 milhões no ano passado, mesmo contando o efeito negativo de R$ 664 milhões que a desvalorização cambial teve sobre a dívida em dólar.

"A nova regra não permite que a empresa faça um ajuste positivo quando o valor econômico supera o contábil. Se isso fosse possível, o efeito das outras usinas compensaria essa perda. O ajuste é só para baixo", disse Toledo.

Além de afetar o resultado, o ajuste do valor de Porto Primavera derrubou o ativo da empresa de R$ 17,32 bilhões para R$ 14,64 bilhões.

Por conta do prejuízo, a empresa não terá dividendos a distribuir agora. Mas governo e companhia resolveram tomar uma medida para não comprometer os dividendos de 2009. A empresa usará parte de sua reserva de capital para zerar a conta de prejuízos acumulados, liberando-a a pagar dividendos e juros sobre capital próprio relativos a esse ano. Atualmente, a Cesp tem reserva de capital de R$ 4,35 bilhões.

STF homologa acordo entre União e SP sobre dívida de R$ 15 bi

Juliano Basile
De Brasília

O Supremo Tribunal Federal (STF) homologou um acordo entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o governador de São Paulo, José Serra, para evitar que a União cobre dívida de R$ 15 bilhões daquele Estado. A dívida foi contraída com o INSS porque, nos anos 70, o governo paulista contratava professores e os demitia, ano após ano, para economizar com a Previdência. Ao todo, 200 mil servidores ativos e pensionistas ingressaram na Justiça para cobrar a contribuição previdenciária devida pelo Estado, criando um "esqueleto" de grandes proporções.

O curioso é que o acordo não foi possível no fim dos anos 90, quando o "esqueleto" ameaçava os cofres paulistas e tanto o governo de São Paulo quanto a Presidência da República eram ocupadas pelo PSDB. Em 1999, o então governador Mário Covas ingressou na Justiça contra o presidente Fernando Henrique Cardoso para evitar que São Paulo fosse cobrado pelo INSS. O maior problema estava nas multas que, somadas às contribuições devidas aos professores, chegavam a R$ 15 bilhões. Em 2001, o governo paulista obteve liminar para que não fosse cobrado. Mas, a decisão foi anulada e o processo foi ao STF. Agora, o acordo foi firmado por políticos que foram adversários diretos no segundo turno das eleições presidenciais de 2002.

Em maio, Lula pediu ao então ministro da Previdência, Luiz Marinho, para que negociasse uma solução de consenso com o governo paulista. Isso coincidiu com as negociações entre Lula e Serra, na ocasião, envolvendo a compra da Nossa Caixa (banco estadual de São Paulo) pelo Banco do Brasil. Marinho era pré-candidato à Prefeitura de São Bernardo e, portanto, seria bom para ele fechar um acordo no Estado, beneficiando os servidores. Em setembro, Lula e Serra concordaram com as diretrizes do entendimento. Em outubro, Marinho venceu as eleições.

A solução dada por Marinho envolveu a regularização dos servidores e o pagamento gradativo, pelo governo estadual, das contribuições que lhes eram devidas. Assim, os professores ficaram com a situação estabilizada. Quanto às multas devidas à União, ficou acertado que São Paulo poderá parcelá-las. Com isso, o governo federal não recebeu nada de imediato.

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, concordou com os termos do acordo e o advogado-geral da União, ministro José Antonio Dias Toffoli, trabalhou para viabilizá-lo do ponto de vista jurídico. Toffoli levou o caso ao STF, onde o ministro Joaquim Barbosa homologou os termos, em 2 de março. Barbosa era o relator da ação em que São Paulo contestava o pagamento ao governo federal. Com a homologação, a ação foi extinta sem o julgamento do mérito.

Para Toffoli, problemas como esse envolvendo disputas entre dois entes da Federação não devem ser levados ao Judiciário. O risco, segundo ele, é que por conta da demora na tramitação desses processos, os professores ficassem sem solução a respeito de seus direitos previdenciários. "Nesses casos, os chefes do Poder Executivo têm que sentar e chegar a uma solução, senão os maiores prejudicados seriam os servidores", disse. "Precisamos resolver problemas como esses através de acordos, e não terceirizá-los para o Judiciário."

O acordo entre Lula e Serra foi citado por Toffoli durante reunião com advogados da Varig, representantes dos sindicatos e credores da companhia aérea, na qual foram delineadas as linhas gerais para evitar que o STF julgue a ação em que a empresa cobra pelo menos R$ 6 bilhões do governo federal. Essa dívida decorreria dos prejuízos financeiros sofridos pela empresa durante o período de congelamento das tarifas no setor, entre 1986 e 92. Na reunião, ocorrida no dia 17, ficou definido que as partes envolvidas terão 60 dias para chegar a uma proposta que agrade a todos e, com isso, evitar o julgamento de uma ação que se arrasta há quase duas décadas na Justiça.

A expectativa é que o processo envolvendo a dívida de São Paulo demorasse pelo menos mais um ano até entrar na pauta de julgamentos do STF.

Estados querem pacote da habitação para cidades menores

Samantha Maia
De São Paulo

Secretários estaduais de Habitação se reuniram ontem em São Paulo para formular uma proposta de ajuste ao pacote federal que prevê o investimento de R$ 34 bilhões para a construção de 1 milhão de moradias. Segundo levantamento das secretarias, há ao menos 48 mil projetos de unidades habitacionais prontos hoje em seus Estados que ainda não saíram do papel por falta de dinheiro.

Animados com o volume de recursos disponíveis, os Estados estão dispostos a participar do programa federal com contrapartidas como doação de terreno, desonerações, construção de infraestrutura básica, e até financiamento, mas defendem mudanças no modelo apresentado pelo governo federal.

"Vamos sugerir alguns aperfeiçoamentos e a intenção é apresentar ao governo federal uma proposta antes do dia 13 de abril, quando está prevista a publicação das regras do programa", diz Carlos Marun, secretário de Habitação do Mato Grosso do Sul e presidente do Fórum Nacional de Secretários de Habitação.

Entre as principais reivindicações está a inclusão de todos os municípios no programa, participação hoje limitada aos municípios até 100 mil habitantes, ou de 50 mil a 100 mil em condições especiais ainda não detalhadas pelo governo. A proposta é que 10% do subsídio de R$ 16 bilhões da União, previsto para famílias com renda de zero a três salários mínimos, sejam destinados para os municípios menores. O objetivo apontado pelos secretários estaduais é construir 120 mil moradias, sendo 80 mil nas cidades com até 50 mil habitantes e com o subsídio de R$ 12,5 mil por unidade habitacional, e 40 mil nos municípios com população entre 50 mil e 100 mil habitantes, com subsídio de R$ 15 mil por casa.

Em Minas Gerais, por exemplo, só dez municípios possuem mais de 100 mil habitantes. Teodoro Lamounier, presidente da Companhia de Habitação mineira (Cohab-MG), diz que a limitação do programa é uma preocupação do Estado. "É preciso haver condições para os municípios menores."

Segundo ele, outra ressalva é que a participação dos governos municipais e estaduais não pode ficar restrita ao levantamento da demanda. Dessa forma, um ponto defendido pelos secretários é que as companhias de habitação municipais e estaduais, como o caso da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) e da Cohab-MG, tenham acesso à linha de financiamento do programa. O valor reservado para esse fim é de R$ 5 bilhões, reservado às construtoras privadas. "É preciso dar prioridade para o que já está pronto, e os Estados possuem projetos adiantados", diz Lair Krähenbühl, secretário de Habitação de São Paulo. Segundo ele, só em São Paulo o número chega a 20 mil unidades com projeto encaminhado, o que mostra que o levantamento inicial dos Estados pode estar subestimado.

Os políticos apresentaram também a preocupação de que os investimentos federais sejam vinculados ao planejamento habitacional dos municípios, para evitar problemas como migração. "Precisamos atentar para a necessidade de critérios para a instalação das famílias, como tempo de moradia no local ou emprego", diz Krähenbühl.

Apesar de longe do ritmo de 2008, atividade industrial inicia retomada

De São Paulo

A indústria brasileira começou em março a dar sinais de recuperação, mas ainda longe de recuperar o ritmo do ano passado. A percepção das empresas sobre o nível de demanda do mercado global no mês passado foi a maior desde novembro de 2008, com crescimento de 6,1% sobre fevereiro deste ano. Segundo sondagem da indústria realizada pela da Fundação Getúlio Vargas (FGV), 11,9% das companhias consideraram que o nível de demanda estava forte em março, enquanto em fevereiro o percentual foi de 4%.

O resultado é puxado pelo mercado interno, onde a demanda está forte para 13,3% das companhias, mais que o dobro dos 6% de fevereiro. A percepção de que o mercado externo está fraco, porém, aumentou de 40,2% em fevereiro para 46,9% em março, o pior resultado desde janeiro de 1983.

"A indústria ainda está muito fraca, mas está começando a se recuperar, saindo do fundo do poço", diz Aloisio Campelo, coordenador da sondagem. Outro indício de que a produção se recupera é que a utilização da capacidade instalada parou de cair. O índice passou de 77,6% em fevereiro para 77,7% em março.

A pequena recuperação da produção industrial também dá sinais no nível dos estoques. O número de empresas que dizem estar com estoques insuficientes ainda é baixo, 1,8%, mas mantém a tendência de alta iniciada em fevereiro, quando o resultado foi de 0,1%. O percentual das que consideram os estoques excessivos ficou estagnado, passando de 17,5% em fevereiro, para 17,9% em março. Os segmentos que estão com mais dificuldade de ajustar os estoques são os de mecânica e de celulose, papel e papelão. O setor de materiais de transportes está entre os que se recuperam, como consequência da redução recente do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

A projeção de que a produção deverá crescer nos próximos três meses cresceu 9,7% em março em relação a fevereiro. Para 27,7% das indústrias, a produção prevista será maior, percentual que só não supera o resultado de outubro, considerando o período da crise. O número de empresas que acham que a produção será menor, por sua vez, caiu de 27,1% em fevereiro para 19,9%. O índice de confiança da indústria cresceu 2,2% em março sobre o mês anterior.

O cenário, porém, ainda não se mostra suficiente para a indústria pensar em recontratar ou investir. A percepção das empresas sobre a situação atual dos negócios caiu 0,7% sobre fevereiro. *(SM)*

Acordo para redução de jornada na WEG atinge 7 mil

Vanessa Jurgenfeld
De Florianópolis

A WEG anunciou ontem que fechou acordo de redução de jornada e de salários com cerca de 7 mil funcionários da sua divisão de fabricação de motores, cuja produção é feita em duas fábricas — Jaraguá do Sul (SC) e Guaramirim (SC). A medida envolve corte de 25% na jornada e de 20% nos salários.

"A maioria dos funcionários preferiu preservar os empregos", afirmou o presidente do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas da região, Vilmar Garcia. De acordo com o sindicato, 71,2% dos funcionários que votaram de forma secreta no dia 30 foram favoráveis à proposta.

A empresa não deu entrevista. Em comunicado à Bolsa de Valores (Bovespa), informou que a redução de jornada tem como objetivo "enfrentar a redução na demanda em alguns segmentos de negócios que têm sido mais afetados pela deterioração das condições econômicas mundiais".

O acordo vigorará entre 20 de abril e 20 de julho de 2009, podendo ser renovado por mais 90 dias. "Nossa principal preocupação é minimizar os impactos da atual situação econômica sobre os nossos colaboradores", declarou no comunicado o presidente da WEG, Harry Schmelzer Junior. Garcia informou que inicialmente a medida envolveria 9,6 mil funcionários, mas a empresa aproveitou parte desses em sua divisão voltada à Geração, Transmissão e Distribuição de energia (GTD). Ele informou que foi acertada estabilidade no emprego dos 7 mil envolvidos.

Os funcionários trabalharão em um sistema diferenciado. Em uma semana, trabalham de segunda à quarta-feira, e na seguinte, de segunda à quinta-feira. A remuneração média dos trabalhadores cairá de R$ 1.108 para R$ 886.

Curtas

VarigLog vai à Justiça
A VarigLog, empresa aérea em recuperação judicial no Brasil, que a protege contra execuções de credores, solicitou a extensão dessa proteção em relação a credores americanos à Justiça dos Estados Unidos. A companhia alega que a lei de recuperação brasileira deve ter primazia sobre a legislação americana que permite execuções de dívida. Em seu apelo, a empresa afirmou dever US$ 101 milhões a 75 credores americanos, informou a Bloomberg.

Petrobras vende mais
O volume de vendas de combustíveis da Petrobras subiu nos primeiros 25 dias de março, quando comparado a igual período do ano anterior. A reversão da tendência observada nos dois primeiros meses do ano foi revelada ontem pelo presidente da estatal, José Sergio Gabrielli, que não revelou os números das vendas e evitou afirmar se o comportamento de março pode ser definitivo.

Contas públicas Receita em queda e medidas de desoneração fiscal geram resultado 54% mais fraco em fevereiro

Superávit primário é o menor em 4 anos

Alex Ribeiro
De Brasília

O superávit primário do setor público somou R$ 4,107 bilhões em fevereiro, o resultado mais fraco para um mês de fevereiro dos últimos quatro anos, em virtude da queda da arrecadação e das medidas fiscais anticíclicas adotadas pelo governo para combater os efeitos da crise financeira mundial sobre o país. O mau desempenho foi compensado, em parte, pela queda na despesa com juros, que evitou uma alta mais forte da dívida pública.

O resultado de fevereiro representa uma queda de 54% em relação aos R$ 8,966 bilhões observados no mesmo mês do ano passado. É o número mais baixo, em termos nominais, desde fevereiro de 2005, quando o primário somou R$ 4,046 bilhões. A performance é particularmente desfavorável, porque normalmente o governo costuma cortar os gastos no início do ano, acumulando fortes superávits, para liberar os gastos no resto do ano.

Sem a ajuda dos Estados e municípios, o superávit teria sido ainda mais modesto. Eles respondem por 77,5% do primário de fevereiro, com uma economia de R$ 3,183 bilhões. O governo central apresentou superávit de R$ 903 milhões, o menor para um mês de fevereiro desde 1998, quando o país ainda não tinha metas para as contas públicas.

Em 12 meses, o superávit caiu de 3,61% para 3,43% do Produto Interno Bruto (PIB) entre janeiro e fevereiro, o percentual mais baixo desde agosto de 2002, quando estava em 3,14% do PIB. O saldo acumulado em 12 meses encontra-se, assim, abaixo da meta central definida pelo governo para o ano, de 3,8% do PIB.

Essa meta pode, porém, ser ajustada para 3,3% do PIB, caso o governo realize os gastos previstos no Programa Piloto de Investimentos (PPI), de 0,5% do PIB. O governo também pode, em tese, sacar recursos do fundo soberano, que equivalem a 0,5% do PIB, para cumprir a meta de superávit primário.

O chefe do Departamento Econômico do Banco Central, Altamir Lopes, destacou que, apesar da queda do superávit, a dívida líquida do setor público permanece sob controle. Em termos nominais, o débito diminuiu R$ 310 milhões entre janeiro e fevereiro, chegando a R$ 1,091 trilhão. Na proporção com o PIB, o indicador aumentou levemente, de 36,9% para 37%. "O que importa é que o comportamento financeiro do governo continua responsável", disse. Lopes espera que a arrecadação sofra alguma recuperação no segundo trimestre, com a retomada da atividade econômica.

Dois fatores principais contribuíram para que, apesar da queda do superávit primário, a dívida pública apresentasse relativa estabilidade: a desvalorização do dólar e a queda na despesa com juros. Em fevereiro, o setor público gastou R$ 10,179 bilhões com pagamento de juros, queda de 34% em relação ao mesmo mês do ano passado. A queda dos juros básicos e a redução dos prejuízos do Banco Central nas operações de "swap" cambial explicam a maior parte da queda dos encargos da dívida.

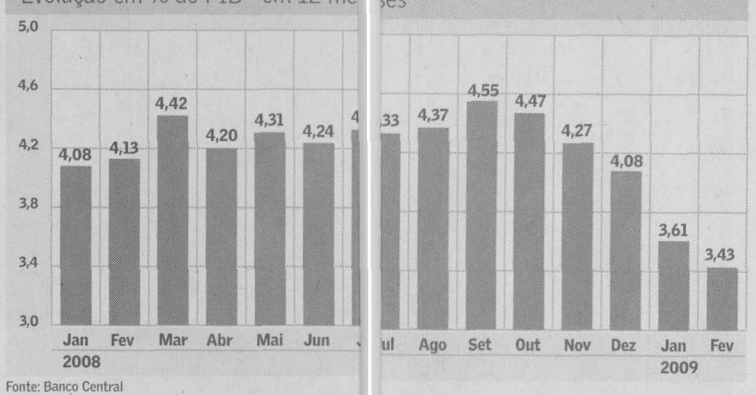
A dívida também caiu em função da desvalorização de 4,49% na taxa de câmbio registrada em fevereiro. Hoje, 38,9% da dívida líquida do setor público é atrelada ao dólar e, quando a moeda americana se fortalece, o endividamento do país diminui.

Com redução na despesa com juros, o déficit nominal caiu 5,8%, passando de R$ 6,477 bilhões para R$ 6,072 bilhões entre fevereiro de 2008 e 2009.

A projeção do BC é que em março a dívida líquida suba para 37,5% do PIB. Nos meses seguintes, porém, voltaria a cair, recuando para 35% do PIB no fim do ano. Essa projeção foi feita tomando como pressuposto o cumprimento da meta de superávit primário de 3,8% do PIB, um gasto com juros da dívida de 4,8% do PIB, um déficit nominal de 0,5% do PIB e um crescimento da economia de 1,2%.

O BC usa também em suas projeções o cenário traçado pelo mercado para a taxa Selic (que ficaria na média de 10,1% ao ano em 2009), para a cotação do dólar (fecharia o ano em R$ 2,30) e para o IGP-DI (3,16% no ano). Caso o superávit primário seja reduzido de 3,8% para 3,3%, a dívida líquida encerraria o ano em 35,5% do PIB, apontam as projeções do BC.

Superávit primário
Evolução em % do PIB - em 12 meses



Fonte: Banco Central

Meta não vai ser cumprida em 2009, dizem, analistas

Sergio Lamucci
De São Paulo

O resultado fiscal de fevereiro reforça a expectativa de que o setor público não vai atingir a meta oficial de superávit primário, de 3,3% do Produto Interno Bruto (PIB), já considerando aí o abatimento de 0,5% do PIB de despesas com obras prioritárias de infraestrutura, contidas no Projeto Piloto de Investimentos (PPI). Com a queda na arrecadação e o aumento expressivo de gastos, a maior parte dos analistas considera que um número mais próximo de 2,5% do PIB é mais realista. Mesmo esse menor esforço fiscal deve requerer novos cortes de despesas, assim como o uso de R$ 14,2 bilhões de recursos do Fundo Soberano do Brasil (FSB), o mecanismo usado para transferir parte do superávit primário de 2008 para 2009.

Um dos principais problemas da meta do governo é que ela pressupõe um crescimento irrealista da arrecadação, avalia o economista Felipe Salto, da Tendências Consultoria Integrada. Enquanto os números oficiais apontam para receitas totais do governo central (Tesouro, INSS e Banco Central) neste ano de R$ 756,9 bilhões, uma alta de 5,5% em relação a 2008, ele aposta numa arrecadação de R$ 690,2 bilhões, ou seja, uma queda de 3,8% sobre o ano passado. "As previsões do governo se baseiam num crescimento do PIB de 2%, o que é muito otimista", diz ele, que aposta numa expansão da economia de 0,3%. O recuo de 3,05% das receitas brutas da União no primeiro bimestre evidencia que a estimativa oficial é exagerada. Salto acredita que o superávit primário neste ano deverá ficar em 2,8% do PIB, considerando um abatimento de 0,5% do PIB do PPI, o que implica um saldo real de 2,3% do PIB.

Mesmo a obtenção desse número vai requerer medidas de ajuste. Para ele, é fundamental não conceder os aumentos ao funcionalismo no meio do ano, que totalizam cerca de R$ 21,4 bilhões, além de ser importante usar os R$ 14,2 bilhões do Fundo Soberano e cortar algo como R$ 6 bilhões a R$ 7 bilhões das despesas discricionárias (aquelas sobre as quais o governo tem mais controle).

O economista Maurício Molan, do Santander, considera mais factível um superávit primário de 2,5% do PIB. Molan mostra preocupação com o ritmo de crescimento das despesas. Os gastos da União com pessoal e encargos sociais cresceram 25,36% no primeiro bimestre, para R$ 27,6 bilhões. No mesmo período, os investimentos subiram 13,9%, para R$ 2,7 bilhões. Para ele, é crucial controlar as despesas correntes, como pessoal, de modo a preservar os investimentos. A legislação que elevou os rendimentos dos servidores permite o adiamento dos reajustes, em caso de frustração de receitas. O ponto é que a decisão é politicamente complicada, dizem Molan e Salto.

O economista Fernando Fenolio, do Unibanco, acredita que o superávit de 2009 deve ficar entre 2,5% e 3% do PIB. Segundo ele, é possível conseguir um saldo na casa de 3% do PIB se o governo bloquear algo como R$ 34 bilhões do Orçamento — até o momento já foram anunciados cortes de R$ 25 bilhões. Outra opção é contingenciar menos que R$ 34 bilhões e usar parte do dinheiro do Fundo Soberano, diz ele.

Desde o fim de 2008, o governo anunciou medidas que totalizam uma renúncia fiscal líquida de R$ 10,8 bilhões neste ano, estima Fenolio. Ele inclui nessa conta desonerações como a redução da alíquota do Imposto de Renda para a Pessoa Física, a diminuição do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e o corte do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de veículos e material de construção e de Cofins para motos, além do aumento da tributação sobre os cigarros. "Não acho que seja um valor exagerado num momento de crise como o atual", afirma Fenolio, que considera mais descabido os elevados aumentos contratados para o funcionalismo. Salto e Molan também não veem exagero nas medidas de renúncia fiscal.

Para Salto, o governo deveria reconhecer logo que a meta oficial de superávit primário não será cumprida neste ano, para não arranhar a credibilidade obtida nos últimos dez anos. O economista-chefe da corretora Convenção, Fernando Montero, discorda. Para ele, o mercado já sabe que o a meta de 3,3% do PIB não será cumprida. Manter o número hoje funciona muito mais para impedir que outras áreas do governo pressionem o Tesouro para gastar mais. Segundo ele, se o número foi mudado, o raciocínio de grande parte do governo será: para que conter despesas se é possível mexer na meta?

Gasto 19% maior cria déficit em fevereiro

Arnaldo Galvão
De Brasília

O governo central teve déficit primário de R$ 926,2 milhões em fevereiro, fato inédito para esse mês na série iniciada em janeiro de 1997. Em fevereiro de 2008, o superávit foi de R$ 5,21 bilhões. Em fevereiro, as despesas do Tesouro, Previdência Social e Banco Central chegaram a R$ 38,33 bilhões, inferiores às receitas de R$ 37,41 bilhões. No bimestre janeiro-fevereiro, as receitas líquidas (sem as transferências e incentivos fiscais) caíram 3,6% em relação ao mesmo período de 2008, enquanto as despesas aumentaram 19,6% na mesma comparação. O superávit primário nos dois primeiros meses deste ano foi de R$ 3,05 bilhões, 85,1% menor que o do mesmo período de 2008 e correspondente a 0,65% do PIB, bem abaixo do realizado no mesmo período do ano passado, de 4,63% do PIB.

Apesar do resultado desfavorável de fevereiro, o secretário do Tesouro, Arno Augustin, garantiu que a meta fiscal de superávit de R$ 17 bilhões, para o primeiro quadrimestre, será cumprida. Se for descontado o gasto de R$ 2,1 bilhões previsto com o Projeto Piloto de Investimentos (PPI), a meta cai para R$ 14,9 bilhões. Para o secretário, esse foi um resultado "atípico" porque a arrecadação foi prejudicada pela crise econômica que marcou o fim de 2008. Ele espera desempenhos melhores nos meses seguintes e disse estar tranquilo quanto ao cumprimento das metas de superávit deste ano. No segundo quadrimestre, o governo central terá de realizar superávit de R$ 39 bilhões e, no ano, R$ 66,5 bilhões.

O secretário argumentou que a comparação com o início de 2008 não é adequada porque a arrecadação naquele período foi muito acima da média e, neste primeiro bimestre, a crise provocou movimento oposto.

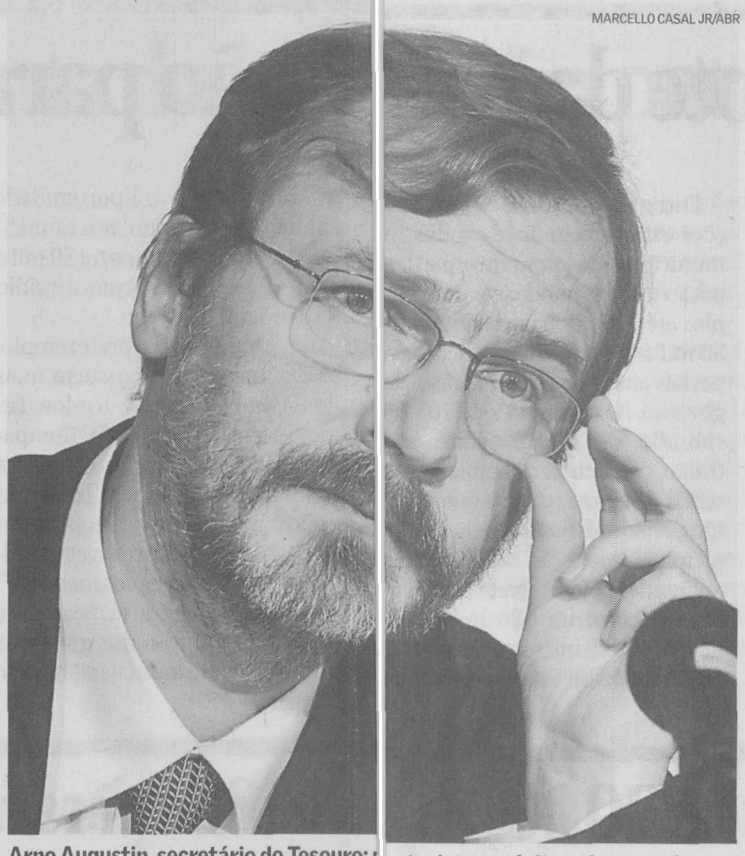
Apesar do déficit primário de quase R$ 1 bilhão em fevereiro, Augustin contestou os que já identificam uma deterioração fiscal. Na sua avaliação, um país que, desde 2003, reduziu de 52% para 36% a relação entre dívida líquida do setor público e Produto Interno Bruto (PIB) tem "um dos melhores desempenhos do mundo". Mesmo assim, ele admitiu que o primeiro bimestre foi um momento "menos favorável".

Para Augustin, o governo enfrenta a crise de forma anticíclica, mas, ao mesmo tempo, mantém a estabilidade com o PPI e com o fundo soberano. Ele garante que a evolução fiscal do Brasil é "muito forte" e, no momento de maior necessidade, a prioridade é estimular a economia com desonerações tributárias que trazem renúncias fiscais, mas são provisórias.

Nas receitas, o primeiro bimestre foi marcado pela grande queda da arrecadação do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas. Na comparação com os dois primeiros meses de 2008, a redução do lucro das empresas, entre outros motivos, tirou R$ 2,6 bilhões dos cofres federais. No lado das despesas, o maior aumento nominal do primeiro bimestre foi em pessoal e encargos (R$ 27,67 bilhões), com R$ 5,59 bilhões a mais que no mesmo período de 2008. Segundo o secretário, isso ocorreu graças ao pagamento de R$ 4,4 bilhões de sentenças (mais que o dobro do mesmo período em 2008), reestruturação de carreiras e remuneração de servidores.

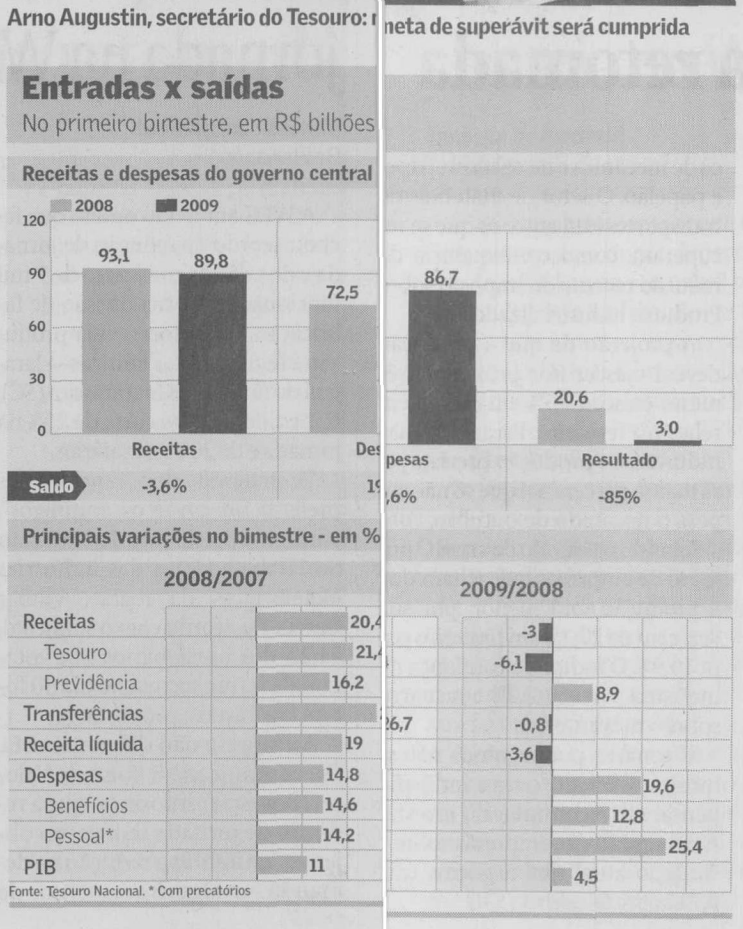
Na visão de Augustin, as despesas de pessoal estão maiores porque era necessário melhorar o desempenho do setor público e, consequentemente, elevar a remuneração aos servidores. Ele argumentou que essa é uma política de governo que não comprometeu a despesa pública como "alguns querem fazer crer". Nesse contexto da crise, admitiu que o governo vai discutir os reajustes dos funcionários no tempo adequado e avaliando a situação econômica. "Aumentar investimentos e reduzir despesas de custeio é uma política permanente", disse.

MARCELLO CASAL JR/ABR



Arno Augustin, secretário do Tesouro: meta de superávit será cumprida

Entradas x saídas
No primeiro bimestre, em R$ bilhões



Fonte: Tesouro Nacional. * Com precatórios

Surpreendidos pelos cortes no Orçamento, ministros reclamam e refazem contas

Paulo de Tarso Lyra
De Brasília

A decisão da equipe econômica, de aprofundar os cortes no Orçamento de 2009 pegou os demais ministérios de surpresa. No dia 19 de março, o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, havia anunciado corte de R$ 21,6 bilhões, o maior da história do governo Lula. Ontem, o "Diário Oficial" publicou aperto ainda maior, R$ 25 bilhões, e os ministros, aflitos, começaram a refazer contas para descobrir onde poderão enxugar ainda mais a previsão de gastos para 2009.

A queixa mais estridente veio do Ministério da Justiça, que teve redução de R$ 1,2 bilhão no orçamento. Depois de divulgar nota dizendo que teria que cortar programas essenciais para a pasta, como o Pronasci — programa de ações de segurança pública em parceria com Estados e municípios — por exemplo, o ministro Tarso Genro decidiu pedir uma audiência a Bernardo, para hoje.

"Vou dizer a ele que não é possível retrocedermos ao mesmo orçamento que tínhamos em 2006", declarou o ministro. Confiante no bom diálogo pessoal que tem com Bernardo, Tarso preferiu não falar em cortes de programas, na expectativa de que seja possível uma reversão nos valores bloqueados pela equipe econômica.

Detentor do maior orçamento, o Ministério da Saúde iniciou 2009 com volume de recursos na ordem de R$ 59 bilhões. Este número já havia caído para R$ 48,33 bilhões com o primeiro anúncio de corte e agora passou para R$ 47,65 bilhões. Cautelosos, os técnicos do ministério ainda estão refazendo os cálculos para ter a exata noção do que pode ser preservado.

Segundo fontes do ministério, o fato de o orçamento ser gasto ao longo do ano, sem a necessidade de empenho total no início de 2009, pode facilitar os trabalhos. O próprio decreto afirma que os R$ 3,4 bilhões retirados a mais poderão ser recompostos em breve, dependendo da recuperação da economia brasileira.

Outro motivo para a cautela dos técnicos da Saúde é a própria capilaridade do ministério e o gigantismo do seu orçamento. Com ações que permeiam praticamente todos os 5,5 mil municípios brasileiros, é difícil antecipar quais ações e projetos poderão ser prejudicados com a revisão de números feitos pela equipe econômica.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário, que recentemente se viu no centro de uma polêmica sobre repasses a entidades ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), também vai ter de enxugar ainda mais os gastos em 2009. A previsão inicial era de uma dotação de R$ 3,5 bilhões, agora revista para R$ R$ 2,4 bilhões. O ministério não quis comentar a mudança, afirmando que ainda não há análise precisa do efeito dos cortes nos programas.

O ministro da coordenação política, José Múcio Monteiro, que administra as queixas dos parlamentares da base aliada, disse que Bernardo e o ministro da Fazenda, Guido Mantega, prometeram que as emendas individuais dos parlamentares serão pagas. "A promessa é que isso ocorra a partir de hoje."

O secretário-executivo do Ministério da Educação, Henrique Paim, assegurou que o Plano de Desenvolvimento Educacional, principal programa da pasta, será preservado do novo corte de R$ 1,25 bilhão. Segundo ele, a maior parte desse valor, R$ 866 milhões, são emendas de parlamentares, tradicionalmente retidas pelo governo em todo início de ano.

Política

GM do Brasil vai ajudar a matriz, nos Estados Unidos, a desenvolver carros pequenos **Página B8**

Shell anuncia aquisição de 45 postos da rede Simarelli as regiões Norte e Centro-Oeste **Página B9**

Eleições Ex-governador gaúcho quer disputar Senado em chapa encabeçada por Fogaça

R'gotto descarta a iança entre PMDB e PT no RS em 2010

Sérgio Bueno
De Porto Alegre

As articulações do PT para formar palanques únicos com o PMDB nos Estados para a campanha da ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, à Presidência da República devem ir por água abaixo no Rio Grande do Sul diante da determinação dos pemedebistas gaúchos de bancar a candidatura própria ao governo estadual. Segundo o ex-governador Germano Rigotto, que junto com o prefeito reeleito de Porto Alegre, José Fogaça, é um dos mais cotados para a disputa, o PMDB gaúcho não vai cometer o mesmo "erro" do partido em nível nacional, de ficar "a reboque" do PT ou do PSDB em nome dos interesses de uma "cúpula totalmente distanciada da base e que se preocupa muito mais em obter favores e espaços" no governo federal.

Incansável defensor da candidatura própria do PMDB à Presidência, Rigotto não exclui terminantemente a possibilidade de ser o candidato ao governo, mas prefere concorrer a senador em uma chapa com Fogaça para governador e ainda com o PTB e o PDT, que indicariam os candidatos a vice e à segunda vaga ao Senado — "E isso não significa que não devemos buscar outros partidos, como o PP, o PPS e o DEM". Dos três senadores gaúchos, dois (Paulo Paim, do PT, e Sérgio Zambiasi, do PTB) encerram seus mandatos em 2010, enquanto Pedro Simon (PMDB) terá mais quatro anos pela frente.

Rigotto reconhece que Fogaça age certo em não assumir agora a candidatura ao governo, para não se expor poucos meses após a reeleição à prefeitura. Mas, além de facilitar a coligação com o PTB, que participa do governo municipal, e do PDT, que tem a vice-prefeitura e assumiria a administração em caso de vitória da chapa, o prefeito está presente na memória dos eleitores por conta da eleição passada e tem níveis de popularidade melhores do que no primeiro mandato. Segundo pesquisa do instituto Datafolha divulgada dia 22 de março, Fogaça estaria em segundo lugar na disputa pelo governo estadual, com 27% das intenções de voto, apenas três pontos atrás do provável candidato do PT, o ministro da Justiça, Tarso Genro.

"É uma candidatura para ganhar", afirma Rigotto, que na mesma pesquisa do Datafolha aparece com 18% contra 32% de Tarso. Ao mesmo tempo, uma eventual eleição para o Senado daria ao ex-governador mais visibilidade e condições de influenciar as decisões da cúpula nacional do partido e se apresentar, aí sim, como alternativa em 2014 para o Planalto. "Se eu tivesse vencido a eleição no Rio Grande do Sul ninguém me tiraria a candidatura à Presidência hoje", diz o ex-governador. Em 2006, ele também chegou a disputar prévia contra o ex-governador do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho, mas depois o PMDB optou por não sair com candidato próprio.

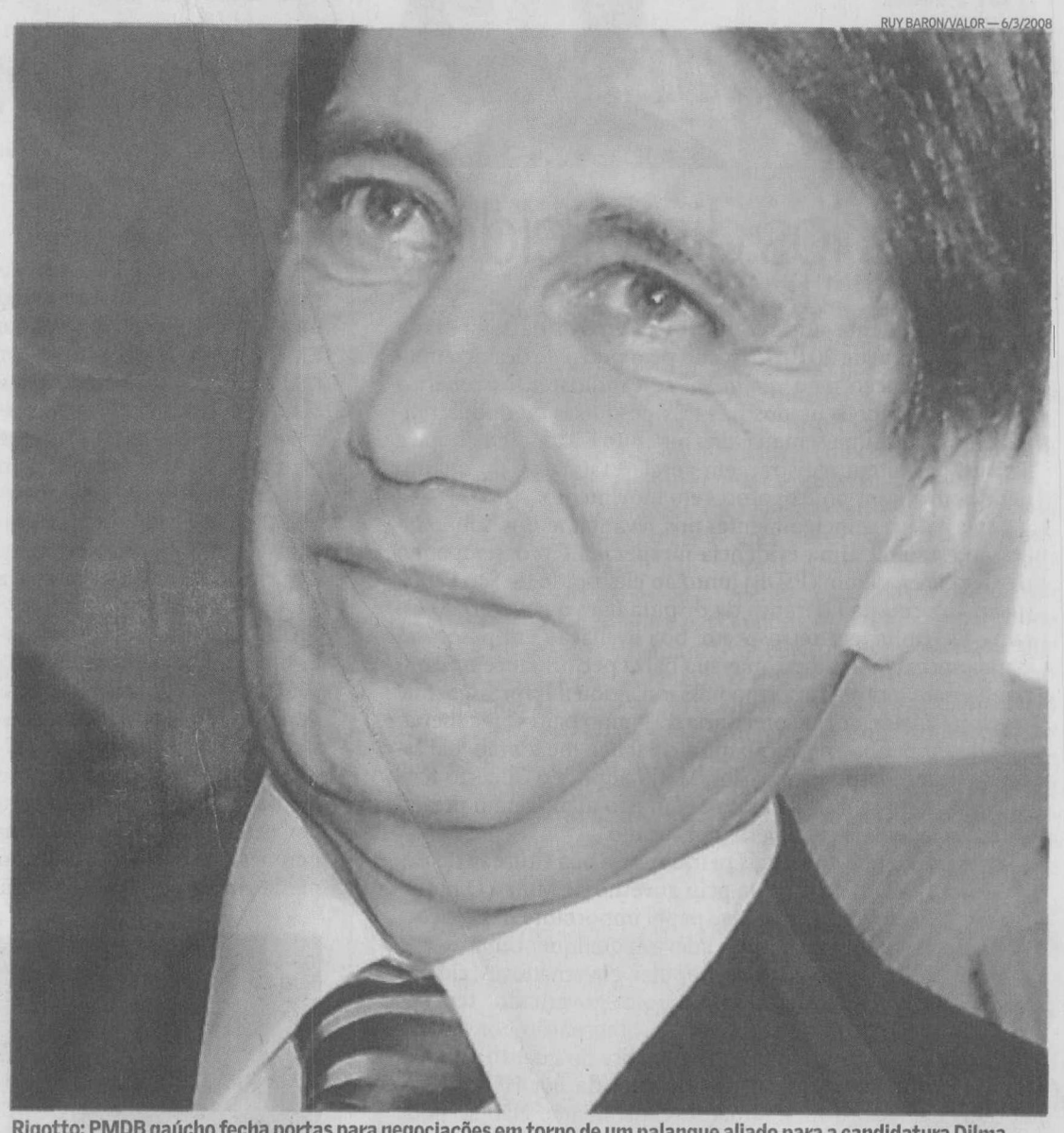
Agora, diz, urge recuperar-se da derrota de 2006 com a candidatura ao Senado — "Em Brasília posso influir na agenda nacional, nas reformas estruturais e nas mudanças pelas quais o PMDB precisa passar". Um eventual retorno ao governo, diz, retardaria esse processo.

Se os planos de Rigotto para a composição da chapa à eleição estadual forem bem sucedidos, o Rio Grande do Sul seria um laboratório para o papel de "terceira via" entre o PT e o PSDB que ele defende para o PMDB. Segundo ele, o partido deve deixar os cargos que ocupa na administração da governadora tucana Yeda Crusius até setembro. Na pesquisa do Datafolha, Yeda aparece apenas em terceiro lugar, com 8% ou 9% das intenções de voto, dependendo do cenário apresentado.

O ex-governador sabe que a tese da candidatura própria do PMDB para a Presidência em 2010 não vai prosperar e que os líderes do partido, inclusive no Rio Grande do Sul, vão se dividir entre Dilma e o candidato do PSDB, possivelmente o governador de São Paulo, José Serra. Mesmo assim, e ainda que não passasse do primeiro turno, ele acredita que um eventual candidato pemedebista movimentaria o partido e o ajudaria a se descolar do rótulo fisiologista adquirido ao longo dos anos.

Rigotto cita como bons nomes para a disputa à Presidência o ministro da Defesa, Nelson Jobim, e os governadores Sérgio Cabral (RJ), Paulo Hartung (ES), Luiz Henrique da Silveira (SC), Roberto Requião (PR) e Eduardo Braga (AM). Todos têm visibilidade e condições de crescer no processo eleitoral, mas o problema é que ninguém se apresenta porque sabe que não terá a sustentação efetiva da cúpula partidária, admite o ex-governador gaúcho.

RUY BARON/VALOR — 6/3/2008



Rigotto: PMDB gaúcho fecha portas para negociações em torno de um palanque aliado para a candidatura Dilma

Em chapa única, Paulo Ziulkosky é reconduzido à presidência da CNM

Mônica Izaguirre
De Brasília

O ex-prefeito de Mariana Pimentel (RS) Paulo Ziulkosky (PMDB) foi reconduzido, na segunda-feira, à presidência da Confederação Nacional dos Municípios (CMN), para mais três anos de mandato.

Apesar da ameaça de formalização de outras três candidaturas, o que caracterizou a primeira disputa pelo comando da entidade em mais de uma década, ele acabou sendo eleito a partir de uma chapa única.

Com isso, Paulo Ziulkosky vai para o seu quinto mandato, período que só não foi consecutivo por um afastamento temporário ao final da primeira gestão à frente da Confederação.

A chapa única eleita na segunda-feira resultou de uma composição entre Ziulkosky com João Guerino Balestrassi (sem partido), ex-prefeito de Vitória (ES). Ele era o suposto preferido do governo federal, que, embora não admita, se envolveu muito nos bastidores da disputa por intermédio, principalmente, da Secretaria de Relações Institucionais, comandada pelo ministro José Múcio Monteiro.

A secretaria é responsável pelas relações da União com Estados e municípios. Por isso, o interesse mais direto. O governo chegou a organizar encontro de prefeitos para se antecipar e desestimular a marcha anualmente comandada por Ziulkosky.

Balestrassi, que reclamava do "exagerado centralismo e do autoritarismo" de Ziulkosky, acabou se conformando com a primeira vice-presidência, diante da possibilidade concreta de o atual presidente se eleger mesmo sem compor com ele. Ziulkosky tem grande prestígio entre os prefeitos da grande maioria das pequenas cidades que são também a maioria dos eleitores da direção da CNM, que tem mais de três mil municípios filiados.

Os outros dois pré-candidatos acabaram ficando fora da chapa. Um deles era João Rodrigues (DEM), prefeito de Chapecó (SC). O outro era o ex-prefeito de Mariana, cidade de Minas Gerais, Celso Cota Neto (PMDB).

A chapa única obteve 98,03% dos votos computados. As eleições foram realizadas por meio eletrônico, pela primeira vez. "Nosso principal objetivo é fortalecer, a cada dia, o municipalismo brasileiro. Agradecemos a confiança e reafirmamos o compromisso de trabalhar em prol de mais desenvolvimento para as prefeituras municipais e para os cidadãos em cada município do país", agradeceu o presidente, ao final do processo eleitoral.

Ziulkoski acrescentou que o expressivo número de eleitores que votaram a favor da chapa é mais uma garantia de trabalho e dedicação por parte de seus integrantes. "A votação foi muito expressiva. Este é mais um incentivo para darmos continuidade ao trabalho que estamos desenvolvendo ao longo destes anos", disse.

A oferta de aquisição mencionada neste Fato Relevante tem por objeto somente ações ordinárias de emissão de Aracruz Celulose S.A., que (i) não são valores mobiliários registrados ou sujeitos a registro junto à *Securities and Exchange Commission* ("SEC") dos Estados Unidos da América ("EUA") e (ii) não lastreiam os ADRs de Aracruz Celulose S.A.

A oferta de aquisição mencionada neste Fato Relevante não constitui oferta de aquisição de valores mobiliários a ser conduzida nos EUA ou tendo por objeto valores mobiliários registrados ou sujeitos a registro junto à SEC; tampouco destina-se a detentores de ADRs de Aracruz Celulose S.A.

A oferta de aquisição mencionada neste Fato Relevante não pode ser, e não será, conduzida nos EUA sem que tal oferta seja antes registrada em tal país ou sem que haja uma isenção de tal registro.

Os acionistas titulares de ações ordinárias de emissão de Aracruz Celulose S.A. residentes fora do Brasil poderão participar dessa oferta de aquisição sob a condição de que tais acionistas observem todas as leis e regulamentos aos quais estejam submetidos.

Por fim, a oferta de aquisição feita por meio deste Fato Relevante não se destina a pessoa residente em qualquer jurisdição na qual a realização dela seja vedada.

VCP Votorantim

Votorantim Celulose e Papel S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 60.643.228/0001-21 - NIRE 35.300.022.807

ARACRUZ CELULOSE S.A.

Aracruz Celulose S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 42.157.511/0001-61 - NIRE 32.300.025.897

Fato Relevante

Os administradores de VOTORANTIM CELULOSE E PAPEL S.A. ("VCP") e Aracruz Celulose S.A. ("ARACRUZ"), em cumprimento ao disposto no § 4º do artigo 157 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("LSA"), e na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 358, de 3 de janeiro de 2002, vêm, em complemento aos anúncios de Fato Relevante datados de 20 de janeiro e 05 de março de 2009, informar ao mercado que nesta data está sendo tempestivamente apresentado à CVM pedido de registro de oferta pública por alienação de controle de ARACRUZ, nos termos do artigo 254-A da LSA e da Instrução CVM nº 361 de 5 de março de 2002 ("Instrução CVM 361" e "OPA", respectivamente).

A OPA visa à aquisição da totalidade das ações ordinárias de emissão de ARACRUZ atualmente em circulação no mercado, ao preço de R$ 17,0031 por ação, que corresponde a 80% (oitenta por cento) do preço pago aos integrantes das famílias Lorentzen, Moreira Salles, Almeida Braga e Safra por cada ação ordinária de controle da ARACRUZ por eles direta ou indiretamente detida ("Preço da Oferta").

O Preço da Oferta será pago em moeda corrente nacional, em 6 (seis) parcelas sem qualquer correção ou acréscimo, seja a que título for, observadas as seguintes condições: (a) R$ 3,1371 na data da liquidação física e financeira do Leilão; (b) R$ 3,1371 em 5 de julho de 2009; (c) R$ 3,1371 em 5 de janeiro de 2010; (d) R$ 3,1371 em 5 de julho de 2010; (e) R$ 2,5724 em 5 de janeiro de 2011; e (f) R$ 1,8823 em 5 de julho de 2011.

O Laudo de Avaliação elaborado para os fins do artigo 8º da Instrução CVM 361, preparado pelo Banco Santander S.A., ficará disponível para consulta a partir desta data e durante todo o prazo da OPA, juntamente com o Edital da OPA (este em análise pela CVM), nos seguintes endereços:

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
Rua Sete de Setembro, 111/2º andar, "Centro de Consultas" - Rio de Janeiro, RJ
Rua Cincinato Braga, 340/2º andar, São Paulo, SP
www.cvm.gov.br

BM&FBOVESPA S.A. - BOLSA DE VALORES, MERCADORIAS E FUTUROS
Rua XV de Novembro, 275, São Paulo, SP
www.bm&fbovespa.com.br

VOTORANTIM CELULOSE E PAPEL S.A.
Alameda Santos, 1357/8º andar, São Paulo, SP
www.vcp.com.br

ARACRUZ CELULOSE S.A.
Rodovia Aracruz - Barra do Riacho, km 25, s/nº (Fábrica), Aracruz, ES
www.aracruz.com.br

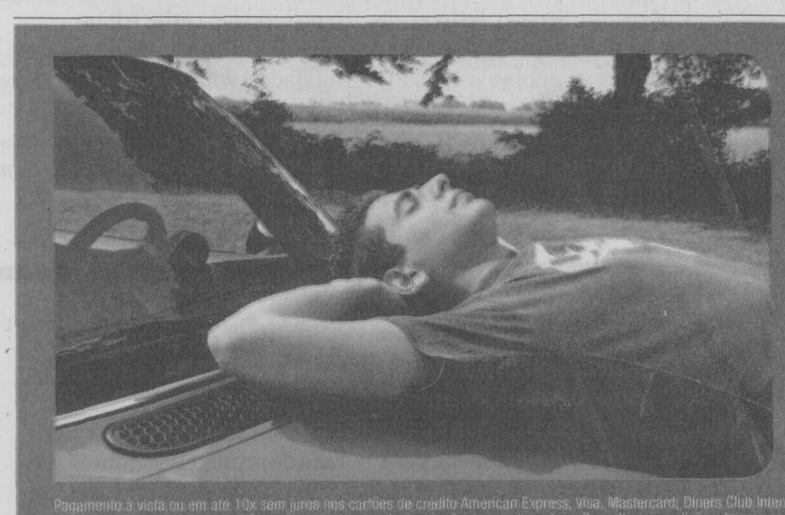
BANCO SANTANDER S.A
Rua Hungria, 1400, São Paulo, Estado de São Paulo
www.superbroker.com.br

São Paulo, 31 de março de 2009

Votorantim Celulose e Papel S.A.
Paulo Prignolato
Diretor de Relações com Investidores

Aracruz Celulose S.A.
Marcos Grodetzky
Diretor de Relações com Investidores

NIVEL 1 BOVESPA BRASIL | VCP LISTED NYSE | Dow Jones Sustainability Indexes | ISE | AÇÃO UMA EMPRESA COM AÇÕES EM PODER DO PÚBLICO | abrasca companhia associada



Reserve a Semana Santa para descansar.
Alugue um carro na Localiza.
R$ 39,90 Diárias a partir de
+ p 0,46 por km dado
10x sem juros nos cartões de crédito
Pagamento à vista ou em até 10x sem juros nos cartões de crédito American Express, Visa, Mastercard, Diners Club International e Hipercard emitidos no Brasil, exceto cartões Corpo (5% ou 10%, dependendo da agência de retirada e/ou de devolução do carro) e extras. Consulte as condições da promoção nas agências Localiza. Os descontos e as promoções não
are. Não estão inclusas taxas de proteção, serviços ão cumulativos. Foto ilustrativa.

Localiza
Vai com você
Reservas 24h
0800 979 2000
www.localiza.com
solution

Política

ROSÂNGELA BITTAR

Cenários distorcidos

A exatamente um ano do início efetivo da temporada eleitoral de 2010, marcado pelo prazo de desincompatibilização para quem vai se candidatar, os cenários das disputas apresentados nas três pesquisas de opinião divulgadas na última semana, dos Institutos Datafolha, Ibope e Sensus, permitem registrar, em geral, estagnação do quadro geral com alguns poucos atores em movimento.

Estes estão, principalmente, nos levantamentos sobre sucessão estadual. Uma evidência inesperada é o desempenho de Geraldo Alckmin (PSDB) junto ao eleitorado de São Paulo, que o colocou na liderança da disputa para o governo do Estado. Ele tinha, em retrospecto, boa avaliação em pesquisas para a sucessão estadual, mas sua baixa performance na campanha para a prefeitura, ano passado, criou a impressão, que revelou-se falsa, de que precisaria de tempo para se recuperar.

O desempenho na eleição municipal não lhe fez tão mal assim: os candidatos adversários, Marta Suplicy e Gilberto Kassab, atacaram-se mutuamente e com isto mantiveram preservada a imagem do ex-governador tucano.

Outro destaque das atuais pesquisas é a boa situação de Hélio Costa (PMDB) na disputa pelo governo de Minas. O ministro das Comunicações não teve papel importante nas eleições municipais, surge agora como líder em qualquer cenário.

O preliminar candidato do popular governador Aécio Neves (PSDB), Antonio Anastasia, atual vice-governador, terá sua hipotética candidatura colocada em hibernação por um período, de forma a permitir melhor análise do quadro estadual com a ocupação do espaço protagonizada por Hélio Costa. Porém, esta não é uma situação consolidada. Não se pode imaginar que a campanha vá manter Aécio, seu candidato e seu apoio fora do jogo da sua própria sucessão. Impossível.

Os cenários da Bahia, de Pernambuco e alguns dos levantamentos sobre a sucessão presidencial estão distorcidos pela composição da disputa, mas revelam também indícios de movimento. O governador baiano Jaques Wagner (PT) está em primeiro lugar no pleito da reeleição, com 36%, e seu ex-aliado do primeiro mandato Geddel Vieira Lima (PMDB), que com ele vem disputando a rédea do poder, está apenas no quarto lugar. Parecia ter mais apoio popular.

Estagnação e movimento das disputas eleitorais

Não é isto, porém, que desvirtua a situação. Entre os dois a pesquisa inclui, na mesma disputa, Paulo Souto (DEM), com 19% e Cesar Borges (PR), com 10%. Além de ambos terem o mesmo eleitorado (são ex-governadores formados no antigo PFL e egressos do carlismo), não há decisão sobre a candidatura Borges. Estas intenções de voto, para retratarem uma situação real, teriam que estar somadas.

Caso semelhante pode-se registrar em Pernambuco, onde o atual governador, Eduardo Campos (PSB), lidera com 40% das intenções de voto. O ex-governador Jarbas Vasconcelos (PMDB) marca 34%, mas na mesma lista está incluído o seu aliado José Mendonça (DEM), com 10%, que tem eleitorado em comum.

O presidente Lula tem feito um apelo à unidade na sua base aliada e demonstrado a importância de convergirem todos para um único candidato, mas isto não deveria ter sido suficiente para não fazer constar os candidatos Dilma Rousseff (PT) e Ciro Gomes (PSB) da mesma lista de opção de voto. Não há decisão sobre a candidatura única e a entrada de Ciro no cenário pode alterar bastante o quadro de intenções de voto tanto para o PT quanto para o PSDB.

As atuais pesquisas retratam ainda uma situação delicada para a candidatura governista à sucessão presidencial no que se refere ao desempenho dos candidatos nos Estados. Em 2006, com altos índices de popularidade e sendo ele próprio candidato, o presidente Lula podia ter candidatos fracos nos Estados que ajudaria a levantar e crescer. A ministra Dilma Rousseff não possui este condão, ao contrário, precisa ter candidatos fortes nos Estados, os mais fortes do ranking, para ajudá-la a avançar na preferência do eleitorado. Ainda não os tem.

Duas outras coisas se notam a um ano da desincompatibilização: nenhum potencial candidato apresenta a esta altura um projeto digno de conquistar multidões; e muitos deles estão crescendo pela evidente antecipação das campanhas em todos os níveis. Esta antecipação seria uma características de eleições em que quem já é conhecido e popular, como Lula, não pode ser candidato. Desde cedo é preciso fortalecer um nome para torná-lo competitivo.

Palavreado

O deputado Ciro Gomes (PSB-CE), depois de um período de afastamento da política, reassumiu no último fim de semana presença no debate sucessório, mas não parece transformado pela fase de recolhimento. Contraditório, em entrevista à revista Isto É destaca sua fraterna amizade com a ministra Dilma Rousseff, candidata à sucessão do presidente Lula, que considera uma administradora "sem par", embora ataque sua administração. "O Brasil precisa de administração profissional e meritocrática. A administração pública não vai bem. O desempenho do PAC é sinal disso. Hoje tem muito mais dinheiro que capacidade de fazer".

E o palavreado continua também o mesmo. As alianças são presididas pela "fisiologia, clientelismo, concessão à safadeza, à ladroeira". E a palavra "estúpida" volta com força para qualificar a legislação de meio ambiente, de licitações, de controle de contas, além da inflação de demanda. Os admiradores do vocabulário do deputado só sentiram falta do "otário".

Ato de vontade

Passou desapercebida e sem desdobramentos ou explicações entrevista do presidente Lula à CNN, no domingo, em que ele confessa que, graças ao elevado índice de popularidade de que dispõe poderia disputar mais um mandato. Bastaria, receitou, propor que um deputado apresentasse uma emenda de terceiro mandato (seu amigo Devanir Ribeiro, do PT, já a apresentou). Mas simplesmente não quis.

Rosângela Bittar é chefe da Redação, em Brasília.
Escreve às quartas-feiras
E-mail rosangela.bittar@valor.com.br

Temer decide esperar decisão final dos ministros do Supremo

Caio Junqueira
De Brasília

Um movimento de cautela política e jurídica foi o principal motivo pelo qual o presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), decidiu aguardar a decisão dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a medida, adotada por ele, com relação às medidas provisórias encaminhadas pelo Poder Executivo. A interpretação de Temer é que as MPs não trancariam a pauta de votação.

O assunto foi tratado rapidamente ontem durante reunião da Mesa Diretora. Havia a possibilidade de Temer decidir aplicar a decisão de sexta-feira do ministro Celso de Mello, que negou pedido de liminar a mandado de segurança de líderes da oposição que pediram a suspensão da decisão do presidente da Câmara de impedir o trancamento de pautas por MP.

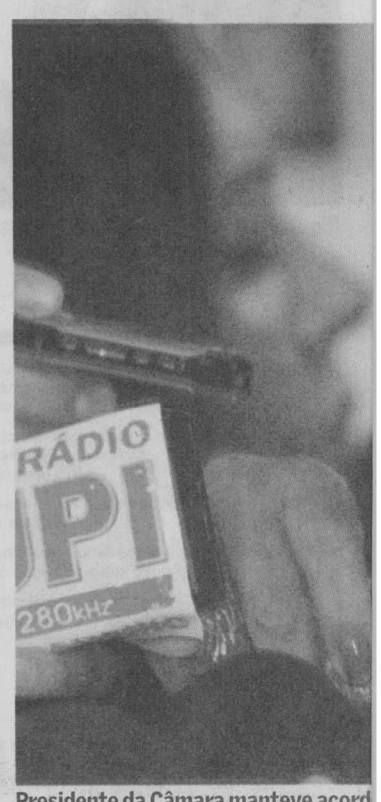
Entretanto, sua opção foi de aguardar que o STF se manifeste sobre a questão. Com isso, evitou eventuais imbroglios jurídicos caso o tribunal não acompanhe a decisão de Mello, o que poderia ocorrer, por exemplo, se algum projeto de lei fosse aprovado antes de uma medida provisória e depois tivesse sua legalidade questionada no Judiciário.

Além disso, Temer manteve um acordo feito com a oposição de que somente aplicaria a decisão depois que houvesse um posicionamento definitivo do Supremo sobre o tema, o que acabou por render elogios a sua conduta. Para o deputado ACM Neto (DEM-BA), foi uma decisão "responsável" do presidente da Casa. O líder do PSDB, José Aníbal (SP), disse que houve "cautela e respeito ao Judiciário".

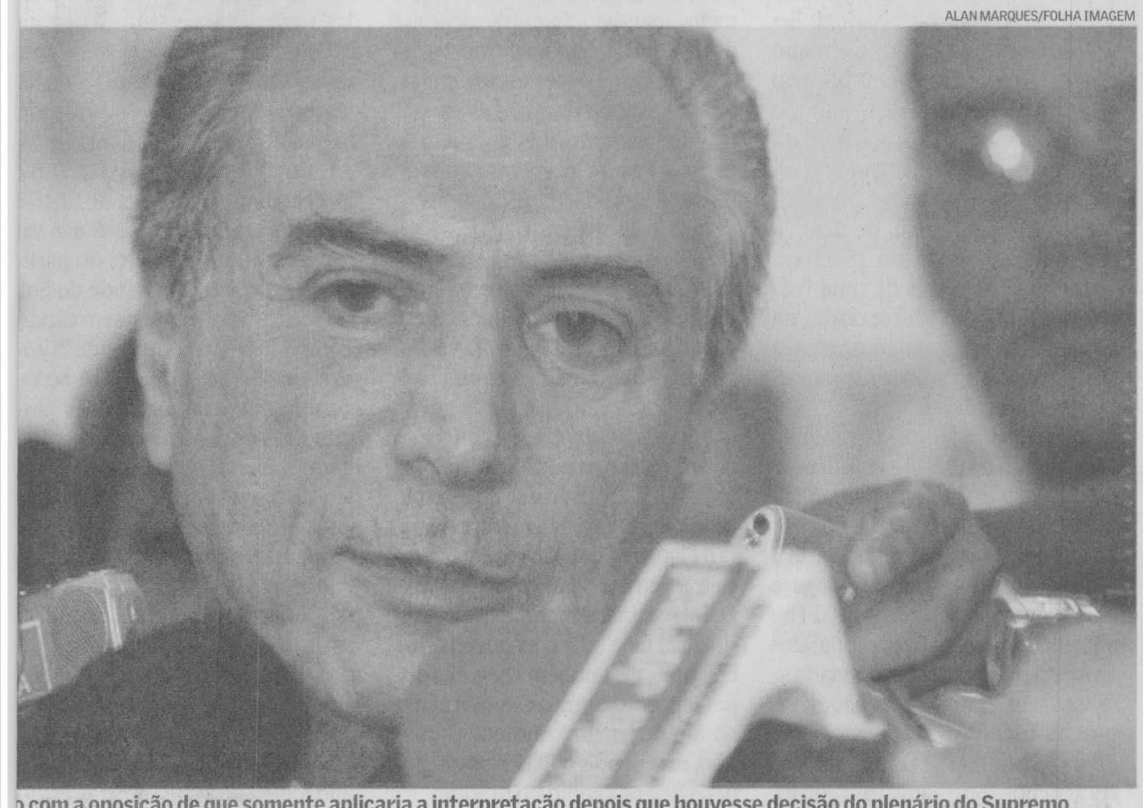
Desde setembro de 2001, as MPs não votadas pelo Congresso Nacional em até 45 dias têm prioridade de votação no plenário do Legislativo, o que impede a análise de outros projetos. Pouco tempo depois de assumir a presidência da Casa, Temer lançou um entendimento de que os deputados estariam livres para votar propostas de emenda à Constituição (PECs) e projetos de resolução e de leis complementares em sessões extraordinárias, mesmo com a existência de MPs nas sessões. Como não são objeto de leis ordinárias, cuja matéria pode ser objeto das MPs, essas proposições seriam analisadas pelos deputados nas sessões ordinárias.

PSDB, DEM e PPS impetraram mandado de segurança no STF, sob o argumento de que o trancamento da pauta ocorre pelo "excesso de medidas provisórias", o que seria resolvido se o Palácio do Planalto parasse de governar por meio de MPs. O relator do mandado no STF, Celso de Mello, decidiu, ao contrário, que a decisão de Temer "teria, aparentemente, a virtude de fazer instaurar, no âmbito da Câmara dos Deputados, verdadeira práxis libertadora do desempenho da função primária que, histórica e institucionalmente, sempre lhe pertenceu: a função de legislar".

A expectativa no Congresso, tanto entre governistas e oposicionistas, é de que esse entendimento seja acompanhado pela maioria do STF ainda no primeiro semestre. A avaliação é de que o tribunal já há tempos aguardava a oportunidade para se manifestar sobre o excesso de medidas provisórias do Palácio do Planalto e a decisão de Temer com a pronta reação da oposição com o questionamento jurídico foi a oportunidade. *(CJ)*



ALAN MARQUES/FOLHA IMAGEM



Presidente da Câmara manteve acordo com a oposição de que somente aplicaria a interpretação depois que houvesse decisão do plenário do Supremo

Fim de fator previdenciário divide governo e sindicatos

Mônica Izaguirre
De Brasília

Uma audiência pública realizada ontem pela Comissão de Finanças e Tributação da Câmara mostrou que movimento sindical e governo ainda estão longe de um acordo em torno do projeto de lei que extingue o fator previdenciário do cálculo das aposentadorias da Previdência Social. Defendida pelo atual relator, deputado Pepe Vargas (PMDB-RS), a proposta de coexistência do fator com uma regra alternativa já foi, segundo ele, aceita pelo governo. Mas como ficou claro na audiência, esbarra na resistência das principais entidades de representação de trabalhadores, sem o aval das quais o Executivo já admitiu que não conseguirá uma solução que considere aceitável, já que lhe faltaria apoio até dentro da base parlamentar aliada.

Aplicado nas concessões de novas aposentadorias desde dezembro 1999, o fator previdenciário é uma fator de redução criado pelo governo anterior, com objetivo de evitar aposentadorias consideradas precoces. Quanto menor a idade da pessoa, maior o desconto sobre o valor do benefício, mesmo para quem completa o tempo mínimo de contribuição, que é de 35 anos para homens e de 30 para mulheres. Para quem começou a trabalhar bem jovem e, portanto, completa o tempo de contribuição com idade mais baixa, a perda pode chegar a 40% em relação ao que seria o benefício sem a aplicação do fator.

A proposta de Pepe Vargas é livrar do polêmico fator aqueles trabalhadores cuja idade somada ao período mínimo de contribuição resulte em 85 anos no caso das mulheres e 95 anos no caso dos homens. Ou seja, desde que cumprida a exigência quanto ao período contributivo, mulheres poderiam se aposentar com benefício integral a partir dos 55 anos e homens a partir dos 60.

A CUT — entre as centrais sindicais a quem tem mais poder de influência sobre o PT e o governo Lula — rejeita a fórmula do relator por entender que representa o resgate de uma restrição que foi tentada e derrotada no governo de Fernando Henrique Cardoso, ou seja, a imposição de uma idade mínima para quem completa o tempo mínimo de contribuição. Para a central, isso penaliza principalmente pessoas que começam a trabalhar mais cedo, em geral as menos escolarizadas e de classes mais baixas.

O relator rebate dizendo que, pela sua proposta, cumprido o mínimo de contribuições, pessoas que não quisessem esperar para se enquadrar na regra da soma de 85 ou 95 anos teriam a opção de se aposentar com qualquer idade, pela regra atual. Mas isso a CUT também não aceita pois defende que, seja qual for a solução intermediária tem que passar pelo fim do fator previdenciário. "O fim do fator previdenciário é o início da conversa", disse Artur Henrique Santos, presidente da central sindical.

A extinção do "famigerado" fator previdenciário (como prevê o projeto do Senado, de autoria do senador Paulo Paim, do PT-RS) também foi defendida com ênfase por outras centrais sindicais de trabalhadores, como a Força Sindical, a UGT, a CGTB, CTB, NSCT, pela Conlutas, e ainda por entidades de representação mais setorial como a Anfip, dos fiscais da Receita Federal, a Cobap, de aposentados, a Contag, de trabalhadores rurais. Mas algumas como a CGT, a Força e a própria CUT também admitiram que precisam chegar a uma solução que seja aceitável pelo governo, para evitar o veto do projeto.

O relator alertou que o governo já avisou que vai vetar o projeto se ele for aprovado pela Câmara tal como saiu do Senado. E um veto, acrescentou, significaria derrota para os trabalhadores, já que implicaria manter tudo como está hoje, ressaltou ainda Pepe Vargas.

Segundo ele, sua proposta não representa "trocar seis por meia dúzia", como disseram algumas lideranças sindicais, porque o tempo de espera pela aposentadoria integral cairia em média pela metade. Ele deu o exemplo de um homem com 51 anos e com 35 de contribuição. Pela regra atual, ele se aposentaria hoje com perda de 37% ou teria que esperar no mínimo oito anos para ter direito a 100% do benefício. Já pela regra alternativa, teria que trabalhar mais quatro anos para ter benefício integral. Pepe Vargas espera entregar seu relatório até 16 de abril.

Plenário conclui votação da MP da Caixa Econômica

De Brasília

A Câmara terminou ontem a votação da Medida Provisória 445, que permite à Caixa Econômica Federal repassar apenas parte dos dividendos e dos juros sobre capital próprio a que a União tem direito de 2008 a 2010. Agora, a medida vai à sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Os deputados aprovaram 11 das 12 emendas do Senado ao projeto de lei de conversão do deputado Paulo Pimenta (PT-RS) para a matéria. Um dos destaques provocou a rejeição de uma emenda. Esses recursos serão usadas pela Caixa para financiar a construção civil. O governo quer incentivar o setor para combater os efeitos da crise financeira global.

A Câmara também aprovou a Medida Provisória 447, que aumenta para entre cinco e dez dias o prazo para recolhimento de diversos tributos federais. Foram aprovadas oito emendas à MP, sete delas que apenas faziam adequações textuais ao texto. A outra não se relacionava à matéria. Tratava-se de uma emenda corporativa que regularizava a situação de servidores do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), empresa pública vinculada ao Ministério da Fazenda.

Antiga reivindicação do setor produtivo, a medida foi editada em novembro pelo governo federal com o intuito de diminuir os efeitos da crise econômica. A expectativa do Ministério da Fazenda é de que ela injete R$ 21 bilhões, com o objetivo de deixar por mais tempo no caixa das empresas o dinheiro reservado para esses tributos.

Hoje o plenário deve dar continuidade à votação da Medida Provisória 451, que cria duas alíquotas na tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF). *(CJ, com agências noticiosas)*

Curta

Alencar

O presidente da República em exercício, José Alencar, de 77 anos, foi submetido na manhã de ontem a um procedimento médico no Hospital Sírio-Libanês, em São Paulo, para troca de um tubo plástico de reconstituição do ureter, canal que liga o rim à bexiga. Ele já recebeu alta. No fim de janeiro, Alencar passou por uma cirurgia delicada, no mesmo hospital, para a retirada de tumores no retroperitônio. A intervenção de ontem durou 1h30, e Alencar teve de ser sedado. A substituição é considerada de rotina. O vice, que já teve câncer de próstata, está em tratamento contra o câncer na região do abdômen há mais de dez anos.

Congresso Na tentativa de sair do foco das denúncias, senadores assinam requerimento

Senado ameaça CPI para apurar denúncias de superfaturamento

Raymundo Costa e Raquel Ulhôa
De Brasília

Acuado por uma série de denúncias, o Senado ameaça contra-atacar por meio da criação de comissões de inquérito, um instrumento que andava em desuso no Congresso pela absoluta falta de resultados.

Ontem, o senador Mário Couto (PSDB-PA) começou a recolher assinaturas para a criação da CPI do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) — já havia recolhido 25 das 27 necessárias até às 18h30. Os tucanos também defendem a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar superfaturamento apontado pelo Tribunal de Contas de União (TCU) nas obras da refinaria Abreu Lima, que está sendo construída em Pernambuco.

O que mais irritou os senadores foram os vazamentos da Operação Castelo de Areia, da Polícia Federal, sobre supostas doações ilegais da Construtora Camargo Corrêa a parlamentares. Todos os repasses citados foram justificados como "doação legal" pelos parlamentares envolvidos, que inclusive apresentaram recibos. Num primeiro momento, somente vazou o envolvimento de nomes da oposição , como o líder do DEM no Senado, José Agripino (RN), o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e o deputado Arnaldo Madeira (PSDB-SP).

"É para criar confusão na opinião pública e comprometer a oposição", disse o senador Sérgio Guerra (PE), presidente nacional do PSDB.

"É a criminalização do legal", disse o líder do PMDB no Senado, Renan Calheiros (AL), que se solidarizou inteiramente com os senadores atingidos — inclusive do PMDB, que apareceram em seguida.

A solidariedade de Renan, um aliado do governo, não surpreendeu os senadores, em geral. Há dias, numa reunião de lideranças, ele e o presidente do Senado, José Sarney (AP), se mostraram acessíveis à proposta de reativação de CPIs que se encontravam arquivadas no Senado, que diariamente é vítima de alguma denúncia de irregularidade na sua administração. Seria uma maneira também de desviar o foco das atenções sobre essas denúncias e jogar a pressão para o outro lado, no caso específico, a Polícia Federal.

Ainda ontem, numa sessão quase que inteiramente tomada por debates sobre a ação da Polícia Federal, o líder do PSDB, Artur Virgílio (AM), apresentou um requerimento de convocação do ministro da Justiça, Tarso Genro, para dar explicações ao plenário sobre sobre a Operação Castelo de Areia e o vazamento de informações de modo a tentar comprometer, segundo julgam os tucanos, os parlamentares da oposição com uma denúncia vazia — a de que eles haviam recebido "doações legais". Genro é o chefe da Polícia Federal.

A CPI do Dnit esteve na agenda no ano passado, com o objetivo de apurar denúncias do Tribunal de Contas da União (TCU) que comprovariam irregularidades em administrações atual e passada na área dos transportes.

Superfaturamento de obra, por exemplo. No entanto, antes de sua instalação, quatro integrantes da base governista retiraram sua assinatura e a proposta acabou arquivada.

Por isso o senador Mário Couto teve de refazer o requerimento ontem. Ele conseguiu rapidamente as 25 das 27 assinaturas necessárias, em todos os partidos, inclusive PT.

Além disso, o PMDB não esconde também interesse em investigar o Dnit, órgão que sempre foi controlado pelo partido, mas que hoje se acha sob o comando do PR (o antigo PL), sigla do ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento.

Situação diferente parece ser a da CPI da Petrobras, para apurar irregularidades na construção da refinaria Abreu Lima constatadas pelo TCU. A refinaria é um empreendimento conjunto Brasil-Venezuela.

O PSDB julga que esta comissão pode ser a "grande CPI do governo Lula" — além do objeto específico, como superfaturamento nas obras da Abreu Lima, os tucanos pretendem incursionar por outros caminhos, desde o preço dos combustíveis e financiamentos de campanhas. O DEM pretende avaliar melhor seu apoio à CPI da Petrobras. Na realidade, mesmo no PSDB há quem veja a proposta com alguma restrição.

LEOPOLDO SILVA/AGÊNCIA SENADO

Couto: CPI da Dnit incluiria a investigação das obras da refinaria Abreu e Lima, denunciada pelo TCU

Câmara limita uso de verba indenizatória

Caio Junqueira
De Brasília

Depois de uma sequência de denúncias de uso indevido da verba indenizatória dos parlamentares, nas últimas semanas, a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados decidiu restringir sua utilização, em uma longa reunião na manhã de ontem.

Fica proibido o uso da verba em empresas próprias ou de familiares, além de em gastos com alimentação, pesquisas e assessoria. Também foi restringido em até 30% do total de R$ 15 mil mensais a destinação desses recursos para gastos com segurança e meios de transporte, exceto aeronaves. Chegou-se a cogitar ampliar esse rol de vedações, por exemplo, para gastos com trabalhos técnicos e material de expediente, mas os deputados acharam melhor não ampliá-la.

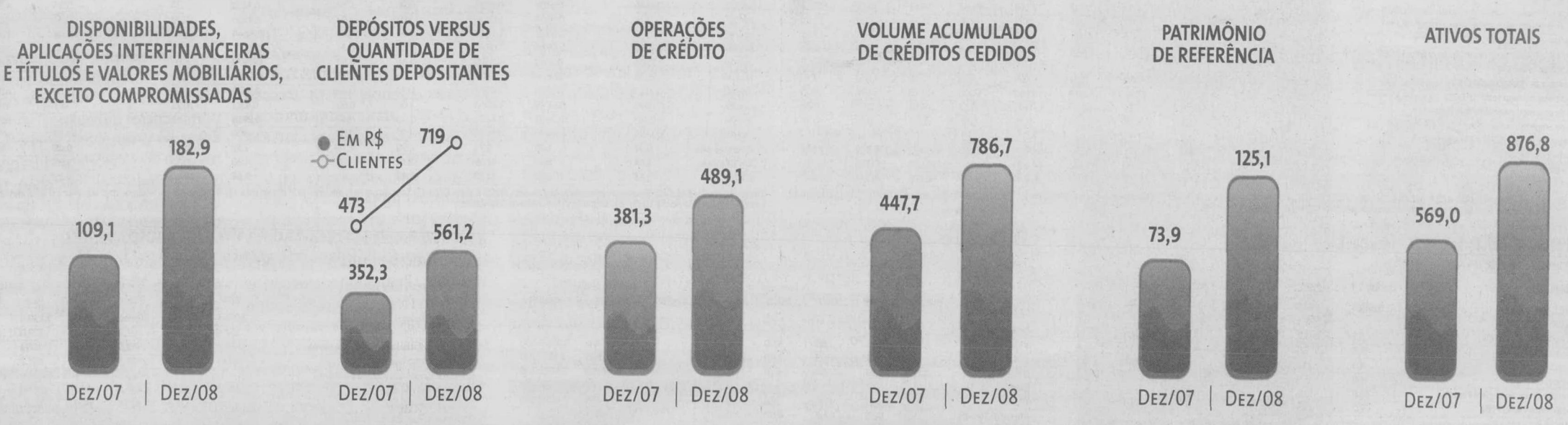
As novas regras, que devem ser publicadas hoje no Diário Oficial, entrarão em vigor em 30 dias.

Os deputados também decidiram encaminhar ao Conselho de Ética o parecer da comissão de sindicância da corregedoria sobre o caso do deputado Edmar Moreira (sem partido-MG). A comissão avaliou haver indícios de quebra de decoro parlamentar, uma vez que o deputado teria usado a verba indenizatória com gastos de segurança pagos a uma empresa de sua propriedade. Ele responderá a processo disciplinar.

A Mesa também decidiu que irá cumprir a decisão unânime do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) no que se refere ao mandato do deputado Juvenil Alves (PRTB-MG), que teve o mandato cassado pelo Tribunal Regional de Minas Gerais por abuso na captação e gasto ilícito de recursos em sua campanha eleitoral nas eleições de 2006. Em seu lugar, assumirá o ex-deputado federal pelo PMDB Silas Brasileiro.

BVA
Banco BVA S.A.

BANCO BVA S.A.
CNPJ(MF) nº 32.254.138/0001-03
www.bancobva.com.br



BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

ATIVO	2008	2007
CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE	**851.064**	**545.192**
DISPONIBILIDADES	6.685	1.669
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	46.802	71.108
TÍTULOS E VLRS. MOB. E INST. FINANC. DERIVATIVOS	190.375	56.410
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	3.867	8.276
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	462.578	350.830
OUTROS CRÉDITOS	112.748	37.826
OUTROS VALORES E BENS	28.009	19.073
PERMANENTE	**25.685**	**23.785**
TOTAL DO ATIVO	**876.749**	**568.977**

PASSIVO	2008	2007
CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE	**789.557**	**491.605**
DEPÓSITOS	509.578	352.289
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO	61.021	20.008
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS	6.843	–
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS E INTERDEPENDÊNCIAS	–	1
OBRIG.POR EMPRÉSTIMOS NO EXTERIOR	14.047	–
OBRIG.POR REPASSES DO PAÍS - INST. OFICIAIS	45.260	69.990
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	–	14
OUTRAS OBRIGAÇÕES	152.808	49.303
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	**492**	**983**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**86.700**	**76.389**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**876.749**	**568.977**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

	2008	2007
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**185.227**	**120.871**
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**(86.233)**	**(28.781)**
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**98.994**	**92.090**
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	**(91.144)**	**(87.910)**
RESULTADO OPERACIONAL	**7.850**	**4.180**
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	**766**	**(1.180)**
LUCRO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E DAS PARTICIPAÇÕES	**8.616**	**3.000**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	**(812)**	**(2.138)**
PARTICIPAÇÕES DOS EMPREGADOS NO LUCRO	**(993)**	**(379)**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**6.811**	**483**

A DIRETORIA

Alexandre Leite Gonçalves - Contador CRC 1RJ 057600/O-5 "T" SP "S" RJ

As Demonstrações Financeiras completas, foram publicadas em 31/03/2009 no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e jornal Monitor Mercantil, acompanhadas do respectivo parecer da KPMG Auditores Independentes

Castelo de Areia Presidente da Petrobras questiona critérios do TCU sobre superfaturamento de obra em PE

PF atribui publicidade da operação a juiz

Juliano Basile e Rafael Rosas*
De Brasília e Rio

O diretor-geral da Polícia Federal, Luiz Fernando Corrêa, negou, ontem, que a Operação Castelo de Areia tenha viés político ou que foi desenvolvida para atingir partidos de oposição e preservar o PT das investigações. Segundo ele, o foco da operação foi investigar crimes financeiros envolvendo integrantes da Construtora Camargo Corrêa.

"A PF não se moveu, não praticou nenhum ato motivado por questões partidárias ou políticas", afirmou Corrêa. Ele ressaltou ainda que os delegados não deram sequer publicidade à operação no dia em que ela ocorreu e que a responsabilidade pela divulgação foi do juiz da 6ª Vara Criminal Federal de São Paulo, Fausto de Sanctis, que, ao autorizar delegados a agir perante as pessoas suspeitas de crimes, tornou público o seu despacho.

Corrêa disse que os suspeitos se referiram a políticos e a partidos em conversas telefônicas interceptadas pela polícia. "Essas pessoas estavam sendo interceptadas legalmente", enfatizou. Em seguida, Corrêa reiterou que o juiz é quem deu publicidade ao seu despacho, permitindo a divulgação dessas conversas e das referências a políticos e partidos. "Cabe ao juiz e somente ele pode fazer isso. Isso provocou um debate público. Daí, atribuir à PF que ela atuou tendenciosamente, com motivação partidária, é uma injustiça."

O diretor da PF queixou-se ainda que, sempre que a polícia se movimenta, provoca desconforto. "Aí, cabe aos atingidos ou os que se sintam atingidos se manifestarem. A nós não cabe rebater. Isso cabe aos setores, a opinião pública deve fazer o debate. Nós temos que nos pautar ao devido processo legal e ao rigor na produção da prova."

Ontem, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Gilmar Mendes, criticou a atuação do Ministério Público Federal de parceria PF ao invés de fiscalização. "Muitas vezes, o próprio MPF é parte naquilo que nós classificamos como ação abusiva da polícia", afirmou Mendes. Ele defendeu uma corregedoria jurídica para controlar a PF.

A oposição acusou PF de agir politicamente em favor do governo, ao excluir do relatório final supostas doações ilegais feitas ao PT, PTB e PV pela construtora Camargo Corrêa. O presidente do DEM, Rodrigo Maia (RJ), disse que houve "má fé ou incompetência" dos responsáveis pelo inquérito: "A partir do momento que as pessoas responsáveis pelas investigações na operação não têm a informação de que existe na legislação, do caminho da doação legal aos partidos, posso achar que é má fé, porque as pessoas deveriam ter essa informação, ou incompetência."

Por este motivo, o PSDB vai apresentar ao plenário do Senado requerimento de convocação do ministro Tarso Genro (Justiça) e do diretor-geral da PF. O requerimento precisa ser aprovado pelo Senado. "Vamos apresentar o requerimento de convocação para eles explicarem porque colocaram [no relatório da operação] parlamentares que fizeram doações legais como ilegais. Isso é indesculpável. Não sei se é o caso de CPI, mas temos que apurar", afirmou o líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM).

O presidente do PSDB, Sérgio Guerra (PE), classificou de "escandalosa" a operação da PF. "O argumento de que a contribuição recebida pelo PT era lícita não procede. Ela não pode ser mais lícita que a doação recebida por parlamentares do PSDB. A Camargo Corrêa tem um grande volume de negócios com o governo", afirmou. Na opinião do tucano, a PF omitiu "relações que não estão claras" entre a construtora e o governo federal.

Segundo Rodrigo Maia o DEM vai solicitar formalmente à Justiça de São Paulo acesso aos documentos da Castelo de Areia. "Queremos todos esses documentos. Do nosso partido, todas as doações foram comprovadas", afirmou.

Em reportagem do "Jornal Nacional", da TV Globo, a PF informou que excluiu os três partidos governistas do relatório final porque, em princípio, as transferências foram dentro da lei. No documento que enviou à Justiça Federal, a polícia elencou como possíveis alvos de doações ilegais pela Camargo Corrêa: PSDB, DEM, PPS, PMDB, PSB, PDT e PP.

Ainda segundo o documento, ao lado de cada partido foi relacionado um valor: "PSDB Comitê Financeiro de São José dos Campos, R$ 25 mil; PSDB, R$ 25 mil; PT Diretório Regional, R$ 25 mil; PTB Comitê Financeiro Municipal, R$ 25 mil; e PV Comitê Financeiro Municipal, R$ 25 mil".

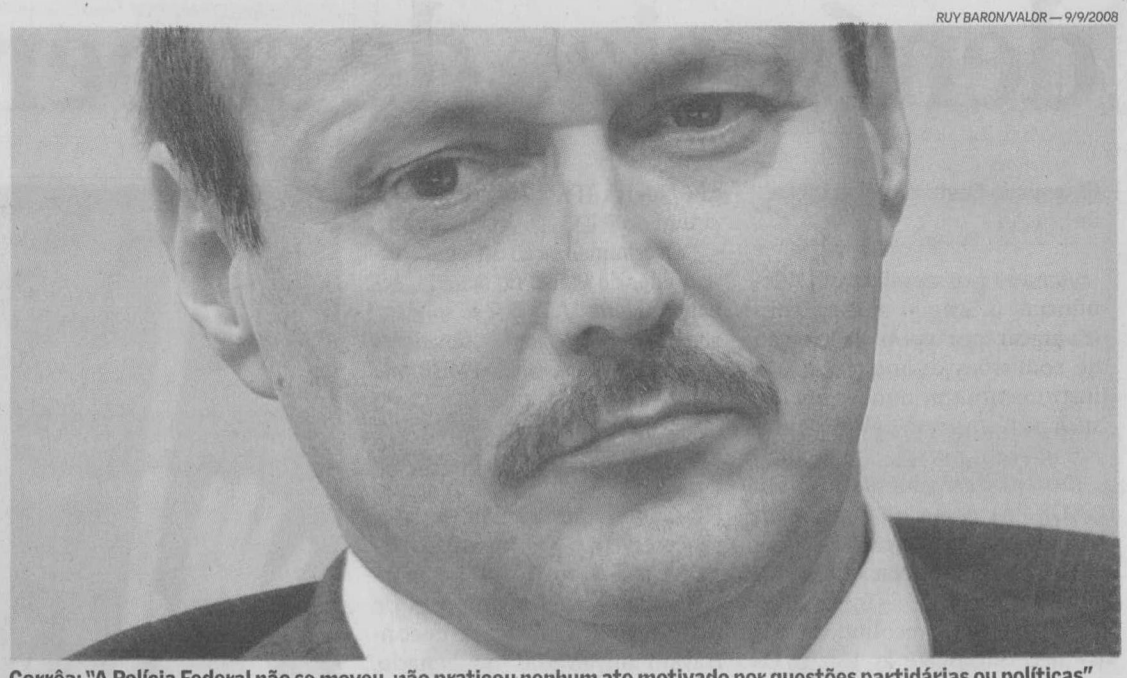
O PT também divulgou nota oficial, na qual o secretário de Finanças do PT, Paulo Ferreira, confirma que o Diretório Nacional do PT recebeu doações da empresa Camargo Corrêa em 2008, mas nenhuma no valor de R$ 25 mil — como teria sido divulgado pela PF. Ferreira afirma que as doações estão declaradas na prestação de contas que o Diretório Nacional do PT — que vai encaminhar ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) até o dia 30 de abril, como determina a lei eleitoral. Já o presidente estadual do partido em São Paulo, Edinho Silva, disse que solicitou aos contadores que façam um levantamento das doações recebidas nas eleições de 2008 para identificar possíveis recursos da Camargo Corrêa.

Ontem, no Rio, o presidente da Petrobras, José Sergio Gabrielli, negou que haja indícios de superfaturamento nas obras de terraplanagem da refinaria de Abreu e Lima, em Pernambuco. "Não admitimos que haja nenhum superfaturamento e estamos discutindo a questão com o TCU", frisou Gabrielli, que participou da cerimônia de posse da diretoria do Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças do Rio de Janeiro (Ibef). O executivo reclamou da politização da questão. Segundo o executivo, o TCU questionou os custos da terraplanagem baseado em tabelas de custos utilizadas pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) para rodovias.

"Não podemos considerar que os critérios para terraplanagem de uma refinaria são iguais aos de uma estrada em qualquer lugar do país", questionou Gabrielli — "O TCU usou como critério uma tabela do Dnit que não leva em consideração as especificidades de uma refinaria".

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das Escutas Telefônicas Clandestinas adiou o depoimento, marcado para hoje, do delegado da Polícia Federal Protógenes Queiroz, e do ex-diretor-geral da Polícia Federal e da Agência Brasileira de Inteligência (Abin). Paulo Lacerda, agendado para amanhã. ***(*Valor Online, com agências noticiosas)***

RUY BARON/VALOR — 9/9/2008



Corrêa: "A Polícia Federal não se moveu, não praticou nenhum ato motivado por questões partidárias ou políticas"

O VENTO QUE INFLAMA
A BRASA DO SEU CHURRASCO

Av. Rebouças, 1001 - São Paulo - SP
Estacionamento com manobrista.
Sala de recreação infantil com monitora.
Serviço de Vans na região.
Tel.: (11) 3083.4265
www.ventoharagano.com.br

Atividade econômica
Indicadores agregados

	Fev/09	Jan/09	Dez/08	Nov/08	Out/08	Set/08	Ago/08	Jul/08	Jun/08	Mai/08
Indústria										
Produção física industrial (IBGE - %)										
Total	-	2,28	-12,69	-7,14	-1,41	1,44	-1,38	1,28	2,96	-0,95
Indústria de transformação	-	2,15	-12,54	-5,04	-2,80	1,86	-1,15	0,73	2,95	-1,19
Bens de capital	-	8,42	-23,32	-3,88	-0,34	3,05	-0,60	1,29	8,57	-5,92
Bens intermediários	-	0,84	-12,43	-3,96	-3,10	-0,42	-2,46	1,52	2,09	0,78
Bens de consumo	-	3,57	-9,28	-4,97	-3,45	2,40	-0,04	-0,42	1,65	0,21
Faturamento real dessazonalizado (CNI - %) ****	-	-4,30	0,49	-10,14	-0,96	6,22	-10,09	5,64	2,44	-4,40
Indicador do nível de atividade - INA (FIESP - %) *	1,14	2,47	-11,15	-5,67	-0,58	2,76	-3,91	0,22	3,41	-2,71
Vendas reais (FIRJAN - %)	-	-18,43	-10,86	-13,68	5,18	12,13	-32,11	41,28	4,29	-2,95
Comércio										
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) **	-	11,97	9,54	12,00	16,33	15,55	16,62	18,61	15,19	17,18
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) **	-	5,96	3,80	5,05	9,84	9,23	9,90	11,26	8,17	11,08
Consultas ao usecheque (ACSP - %) (1) ***	-5,51	-5,02	5,10	-0,78	-1,54	6,63	-0,17	5,23	4,56	3,79
Consultas ao sistema de proteção ao crédito (ACSP - %) ***	-12,84	-5,95	-1,30	1,42	4,51	16,02	3,66	11,36	7,69	4,79
Mercado de trabalho										
Taxa média de desocupação (IBGE - em %)	8,50	8,20	6,80	7,60	7,50	7,60	7,60	8,10	7,80	7,90
Taxa de desemprego total (DIEESE - % da PEA) *****	13,50	12,50	11,80	12,30	12,50	13,50	14,00	14,10	13,90	14,10
Nível de emprego na indústria (FIESP - %)	-1,80	-1,27	-4,92	-1,21	-0,23	0,41	0,21	0,18	0,29	0,36
Nível de emprego em São Paulo (SEADE/DIEESE - %)	-0,86	-1,46	0,49	0,37	0,93	0,75	0,06	0,19	0,13	0,44
Balança comercial (US$ milhões)* **										
Exportações	191,235	194,447	197,942	198,355	197,653	194,909	189,058	184,411	178,079	172,604
Importações	166,989	171,118	173,167	172,243	171,133	166,185	159,591	153,683	147,336	140,762
Saldo	24,246	23,329	24,775	26,112	26,520	28,724	29,467	30,728	30,743	31,842

Fonte: IBGE, CNI, FIESP, FIRJAN, ACSP, DIEESE/SEADE, SECEX/MDIC e Valor Data. (1) Na capital SP. * Metodologia com ajuste sazonal. ** Base: mês do ano anterior=100. *** Variação em 12 meses. **** Atual denomição de vendas reais (a partir de jan/08). ***** Em São Paulo.

Atualize suas contas
Variação dos indicadores no período

	Em %							Em R$		
Mês	TR (1)	Poupança (2)	TBF (1)	Selic (3)	TJLP	FGTS (4)	CUB / SP	UFIR	UPC	Salário mínimo
ago/07	0,1466	0,6473	0,9578	0,99	0,52	0,3936	0,50	-	21,19	380,00
set/07	0,0352	0,5354	0,7855	0,80	0,51	0,2819	0,26	-	21,19	380,00
out/07	0,1142	0,6148	0,9051	0,93	0,52	0,3611	0,78	-	21,26	380,00
nov/07	0,0590	0,5593	0,8194	0,84	0,51	0,3058	0,68	-	21,26	380,00
dez/07	0,0640	0,5643	0,8245	0,84	0,52	0,3108	0,59	-	21,26	380,00
jan/08	0,1010	0,6015	0,8818	0,93	0,52	0,3479	0,07	-	21,31	380,00
fev/08	0,0243	0,5244	0,7645	0,80	0,49	0,2710	0,39	-	21,31	380,00
mar/08	0,0409	0,5411	0,8012	0,84	0,52	0,2876	0,20	-	21,31	415,00
abr/08	0,0955	0,5960	0,8762	0,90	0,51	0,3424	0,41	-	21,35	415,00
mai/08	0,0736	0,5740	0,8442	0,88	0,52	0,3204	2,72	-	21,35	415,00
jun/08	0,1146	0,6152	0,9055	0,96	0,51	0,3615	2,14	-	21,35	415,00
jul/08	0,1914	0,6924	1,0230	1,07	0,52	0,4385	0,61	-	21,41	415,00
ago/08	0,1574	0,6582	0,9687	1,02	0,52	0,4044	1,36	-	21,41	415,00
set/08	0,1970	0,6980	1,0286	1,10	0,51	0,4441	0,73	-	21,41	415,00
out/08	0,2506	0,7519	1,1128	1,18	0,52	0,4978	1,69	-	21,53	415,00
nov/08	0,1618	0,6626	0,9731	1,02	0,51	0,4088	0,22	-	21,53	415,00
dez/08	0,2149	0,7160	1,0567	1,12	0,52	0,4621	-0,03	-	21,53	415,00
jan/09	0,1840	0,6849	1,0055	1,05	0,52	0,4311	0,21	-	21,67	415,00
fev/09	0,0451	0,5453	0,8054	0,86	0,47	0,2918	0,42	-	21,67	465,00
mar/09	0,1438	0,6445	0,9550	0,97	0,52	0,3908	-	-	21,67	465,00
Acum. no ano	**0,37**	**1,89**	**2,79**	**2,90**	**1,53**	**1,12**	**0,63**	**-**	**0,65**	**12,05**
Em 12 meses	**1,84**	**8,13**	**12,19**	**12,81**	**6,34**	**4,90**	**11,15**	**-**	**1,69**	**12,05**
2008	**1,63**	**7,90**	**11,83**	**12,48**	**6,36**	**4,68**	**10,96**	**-**	**1,27**	**9,21**

Fonte: Banco Central, CEF, Sinduscon, Ministério da Fazenda, ACSP e Valor Data. (1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte (3) Taxa efetiva para mar/09 (4) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Produção e investimento
Variação no período

Indicadores	2008	2007	2006	2005	2004	2003
PIB (R$ bilhões) *	2.889,7	2.597,6	2.369,8	2.147,2	1.941,5	1.699,9
PIB (US$ bilhões) **	-	1.295,5	1.072,0	882,4	663,8	553,6
Taxa de Variação Real (%)	5,1	5,7	4,0	3,2	5,7	1,1
Agropecuária	5,8	5,9	4,5	0,3	2,3	5,8
Indústria	4,3	4,7	2,3	2,1	7,9	1,3
Serviços	4,8	5,4	4,2	3,7	5,0	0,8
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	13,8	13,5	9,8	3,6	9,1	-4,6
Investimento (% do PIB)	19,0	17,5	16,4	15,9	16,1	15,3

Fonte: IBGE, BC e VD * Preços de mercado ** BC. Obs.: dados do IBGE apresentados segundo a nova metodologia de cálculo.

Contrib. Previdenciária*
Empregados e avulsos**

Salário de contribuições em R$	Alíquotas em % INSS (1)	IRPF (2)
Até 965,67	8,00	8,00
De 965,68 até 1.609,45	9,00	9,00
De 1.609,46 até 3.218,90	11,00	11,00
Empregador doméstico	12,00	-

Fonte: Ministério da Previdência Social e Valor Data. *Competência Março/09. **Inclusive empregados domésticos. (1) Para fins de recolhimento ao INSS. (2) Para determinar a base de cálculo do IRPF.

IR na fonte
Faixas de contribuição

Base de cálculo Em R$	Alíquota em %	Parcela a deduzir Imposto em R$
Até 1.434,59	-	-
De 1.434,60 a 2.150,00	7,5	107,59
De 2.150,01 a 2.866,70	15,0	268,84
De 2.866,71 a 3.582,00	22,5	483,84
Acima de 3.582,00	27,5	662,94

Fonte: Secretaria da Receita Federal e Valor Data. Obs. Desconto por dependente: R$ 144,20. Ano-calendário de 2009.

Principais receitas tributárias
Valores em R$ bilhões

Valores acumulados	Jan/09 - Fev/09 Valor	Var % *	Jan - Dez/08 Valor	Var % *	Jan - Dez/07 Valor	Var % *
Receita Federal						
Imposto de renda total	**32,7**	**-0,47**	**191,8**	**19,74**	**160,1**	**16,64**
Imposto de renda pessoa jurídica	14,7	-14,98	84,7	21,27	69,9	24,49
Imposto de renda retido na fonte	16,7	18,66	92,0	20,12	76,6	5,48
Imposto sobre produtos industrializados	4,6	-21,93	39,5	16,77	33,8	19,97
Imposto sobre operações financeiras	3,0	5,15	20,3	159,67	7,8	15,45
Imposto de importação	2,7	10,35	17,2	40,66	12,3	22,11
CPMF	0,0	-97,62	1,1	-96,85	36,5	13,72
Contribuição para Finsocial (Cofins)	16,6	-13,60	120,8	17,87	102,5	10,99
CSLL	8,3	3,28	44,0	27,76	34,4	22,52
PIS/Pasep	4,7	-8,17	31,6	18,28	26,7	10,16
Outras receitas	34,0	1,49	219,4	16,28	188,6	14,82
Total (SRF e Previdência)	**106,5**	**-3,79**	**685,7**	**13,75**	**602,8**	**15,18**
ICMS - Brasil ** (Jan/09)	16,2	-9,61	219,8	17,18	187,5	5,85
ICMS - São Paulo	5,3	-12,07	76,3	20,77	63,2	9,36
ICMS - Rio de Janeiro	1,7	9,01	17,8	13,81	15,7	5,85
ICMS - Minas Gerais	1,8	-3,61	23,2	20,07	19,3	13,60
INSS	25,6	10,81	163,4	16,34	140,4	13,68
Total das principais receitas	-	-	**1.068,8**	**14,83**	**930,7**	**10,25**

Fonte: Receita Federal, Ministério da Previdência Social, Secretaria da Fazenda e Valor Data. * Sobre o mesmo período do ano anterior ** Provisório

Inflação
Variação no período (em %)

	mar/09	fev/09	Acumulado em 2009*	2008	12 meses	Número índice mar/09	fev/09	dez/08
IBGE								
IPCA	-	0,55	1,03	5,90	5,90	-	2.922,7300	2.892,8600
INPC	-	0,31	0,95	6,48	6,25	-	3.003,4300	2.975,1100
IPCA-E	0,11	0,63	1,14	6,10	5,65	2.870,0500	2.866,9000	2.837,6000
FGV								
IGP-DI	-	-0,13	-0,11	9,10	7,50	-	403,7370	404,1850
Núcleo do IPC-DI	-	0,33	0,68	4,08	4,25	-	-	-
IPA-DI	-	-0,31	-0,64	9,80	7,39	-	442,7200	445,5520
IPA-Agro	-	-0,36	1,70	1,64	1,94	-	526,4850	517,6960
IPA-Ind.	-	-0,29	-1,45	12,96	9,49	-	395,5690	401,3800
IPC-DI	-	0,21	1,05	6,07	6,15	-	323,5960	320,2440
INCC-DI	-	0,27	0,60	11,87	11,67	-	410,2620	407,8070
IPA-OG **	-	-	-	-	-	-	-	-
IGP-M	-0,74	0,26	-0,92	9,81	6,27	407,8080	410,8490	411,5750
IPA-M	-1,24	0,20	-1,98	10,84	5,62	449,6120	455,2540	458,7040
IPC-M	0,43	0,40	1,58	6,07	6,24	323,2780	321,9060	318,2550
INCC-M	-0,17	0,35	0,44	12,00	10,89	410,5690	411,2490	408,7650
IGP-10	-0,31	0,54	-0,62	10,27	6,97	416,7290	418,0210	419,3380
IPA-10	-0,57	0,52	-1,54	11,49	6,65	464,0980	466,7360	471,3660
IPC-10	0,29	0,64	1,57	6,05	6,13	324,7450	323,7900	319,7290
INCC-10	0,01	0,43	0,61	12,28	11,32	408,4650	408,4280	405,9930
IPC-RJ	-	0,16	1,15	6,83	7,00	-	343,4340	339,5410
FIPE								
IPC	-	0,27	0,74	6,16	6,19	-	303,9727	301,7444
DIEESE								
ICV	-	0,02	0,71	6,11	5,95	-	226,4008	224,8043

Obs.: IGP-M 2ª prévia de mar/09 = -0,36% e IPC-FIPE 3ª quadrissemana de mar/09 = 0,29%
Fonte : FGV, IBGE, FIPE, DIEESE e Valor Data. * Acumulado até o último mês indicado. ** Série descontinuada.

Imposto de Renda Pessoa Física
Pagamento das quotas - 2008

No Prazo Legal				
Quota	Vencimento	Valor da Cota (Campo 7 do Darf)	Valor dos Juros (Campo 9 do Darf)	Valor Total (Campo 10 do Darf)
1ª ou única	30/04/08		-	Campo 7
2ª	30/05/08		1,00%	
3ª	30/06/08		1,88%	+
4ª	31/07/08		2,84%	Campo 8
5ª	29/08/08	Valor da declaração	3,91%	
6ª	30/09/08		4,93%	+
7ª	31/10/08		6,03%	Campo 9
8ª	28/11/08		7,21%	
Pagamento com atraso				

Multa (campo 08) - sobre o valor do campo 7 aplicar 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia após o vencimento até o limite de 20%; Juros (campo 09) - aplicar os juros equivalentes à taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir de maio/08 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento; Total (campo 10) - informar a soma dos valores dos campos 7, 8 e 9. *Fonte: Secretaria da Receita Federal e Valor Data.*

Mais informações: www.valoronline.com.br, www.ibge.gov.br e www.fipe.com

Dívida e necessidades de financiamento
Valores em R$ bilhões no setor público*

Dívida líquida do setor público	Fev/09 Valor	% de PIB	Dez/08 Valor	% de PIB	Dez/07 Valor	% de PIB
Dívida líquida total	**1.091,1**	**36,90**	**1.069,6**	**36,00**	**1.150,4**	**42,03**
(-) Ajuste patrimonial	102,6	3,47	102,2	3,44	102,0	3,73
(-) Ajuste metodológico s/ dívida externa	-13,0	-0,44	-18,5	-0,62	109,1	3,99
Dívida fiscal líquida	950,8	32,15	935,5	31,49	891,2	32,56
Divisão entre dívida interna e externa						
Dívida interna líquida	1.494,9	50,55	1.488,8	50,11	1.393,1	50,90
Dívida externa líquida	-403,7	-13,65	-419,2	-14,11	-242,8	-8,87
Divisão entre as esferas do governo						
Governo Federal e Banco Central	751,7	25,42	728,3	24,51	816,7	29,84
Governos Estaduais	356,7	12,06	359,6	12,10	324,1	11,84
Governos Municipais	56,3	1,90	55,4	1,86	49,2	1,80
Empresas Estatais	-73,6	-2,49	-73,7	-2,48	-39,6	-1,45
Necessidades de financiamento do setor público	Fev/09		Dez/08		Dez/07	
Fluxos acumulados em 12 meses	Valor	% de PIB	Valor	% de PIB	Valor	% de PIB
Total nominal	62,7	2,15	47,5	1,64	55,5	2,14
Total operacional	-26,8	-0,92	-61,1	-2,12	-36,1	-1,39
Total primário	-99,7	-3,43	-118,0	-4,08	-101,6	-3,91
Governo Federal	-94,6	-3,25	-108,0	-3,74	-105,0	-4,04
Banco Central	0,4	0,01	0,5	0,02	0,6	0,02
Total de juros reais	72,9	2,50	56,9	1,97	65,5	2,52
Juros da dívida interna	78,0	2,68	61,7	2,14	66,5	2,56
Juros da dívida externa	-5,1	-0,18	-4,8	-0,17	-1,0	-0,04

Fonte: Banco Central e Valor Data. * Com desvalorização cambial

Resultado fiscal do governo central *
Valores em R$ bilhões

Discriminação	Mar/08 - Fev/09 Valor	Var.%**	Jan/08 - Dez/08 Valor	Var.%	Jan/07 - Dez/07 Valor	Var.%
1 - Resultado do Tesouro Nacional* **	**106,5**	**-2,68**	**122,3**	**18,36**	**103,4**	**13,21**
Receitas do Tesouro Nacional	545,7	10,64	551,3	15,55	477,1	14,06
Despesas do Tesouro Nacional	439,2	14,44	429,0	14,77	373,8	14,29
Transferência a Estados e Municípios	132,9	20,66	133,1	26,01	105,6	13,82
Despesas pessoais e encargos sociais	136,4	14,54	130,8	12,42	116,4	10,56
2 - Resultado da Previdência Social	**-38,0**	**-16,46**	**-36,2**	**-19,33**	**-44,9**	**6,70**
Receitas da Previdência Social	165,4	15,17	163,4	16,34	140,4	13,68
Benefícios previdenciários	203,4	7,56	199,6	7,70	185,3	11,90
Resultado do Governo Federal (1+2)	**68,5**	**7,11**	**86,1**	**47,29**	**58,5**	**18,79**
Receita total (Tesouro e Previdência)	711,2	11,66	714,7	15,73	617,6	13,97
Despesa total (Tesouro e Previdência)	642,6	12,17	628,6	12,43	559,1	13,49
3 - Resultado do Banco Central	**-0,4**	**-34,25**	**-0,5**	**-26,79**	**-0,6**	**276,49**
Resultado do Governo Central (1+2+3)	**53,9**	**-17,60**	**71,4**	**19,30**	**59,9**	**22,17**
Dívida do Tesouro Nacional	Fev/09 Valor	% de PIB	Dez/08 Valor	% de PIB	Dez/07 Valor	% de PIB
Dívida líquida total em poder do mercado	**848,2**	**28,76**	**831,4**	**27,99**	**709,9**	**25,94**
Dívida líquida interna****	715,0	24,25	699,2	23,54	600,0	21,92
Dívida líquida externa	133,2	4,52	132,2	4,45	109,9	4,02

Fonte: STN, BC e Valor Data. * Governo Central: Tesouro, Previdência Social e BC. ** Variação % sobre o mesmo período do ano anterior. *** Inclui subsídios e subvenções. **** Nova metodologia divulgada a partir de jan/08

Internacional

Escassez de crédito pode provocar nova crise alimentar no mundo, alerta ONU **Página B11**

Wal-Mart vai investir R$ 450 milhões e abrir 30 lojas no Nordeste **Página B1**

Novo sócio Governo ganhou participação acionária na empresa ao assumir fundos de pensão privados

Argentina no 'boa[illegible]' da Petrobras Energia

Janes Rocha
De Buenos Aires

O governo argentino vai colocar um representante na direção da Petrobras Energia Participações (Pesa), subsidiária argentina da Petrobras. A decisão foi comunicada na última sexta-feira à direção da Pesa, "holding" comprada pela petroleira brasileira em 2002, durante a assembleia de acionistas para aprovação das contas de 2008.

Durante a assembleia, dois representantes da Administração Nacional da Seguridade Social (Anses) foram encarregados de comunicar aos acionistas que o governo vai exercer o direito que lhe dá a participação acionária, de 13,2%, de indicar um membro para a direção da companhia. Como o assunto não fazia parte da pauta da assembleia, não houve aprovação imediata. Mas a Petrobras se comprometeu a realizar uma nova assembleia de acionistas este mês para registrar a entrada de um diretor da Anses no "board", segundo relato de pessoas dentro e fora da Petrobras Energia que estavam presentes na assembleia e que pediram para não ser identificadas.

A presença dos dois representantes da Anses na assembleia foi confirmada ontem pela Petrobras que, no entanto, não quis fazer comentários adicionais. Consultada sobre o objetivo da indicação de representantes para a diretoria da Petrobras, a Anses não respondeu até o encerramento desta edição.

A Anses está exercendo um direito adquirido pelo governo argentino com estatização do sistema privado de aposentadoria (as chamadas AFJP) em outubro passado. Ao tomar posse dos ativos das AFJP, o governo "ganhou" participação acionária em 38 empresas, entre elas duas de capital brasileiro, a Petrobras Energia (13,2%) e a Quickfood, que é do Grupo Marfrig (3%).

A lei argentina de mercado de capitais prevê um sistema chamado "voto acumulativo", que dá direito aos acionistas minoritários de indicarem representantes para a diretoria das empresas, dependendo do percentual de participação no capital votante e do número de diretores que compõem o comando da empresa. Em uma escala de três a dez diretores de uma empresa, os minoritários podem indicar de um a três representantes. Para isso têm que ter um mínimo de 9,1% das ações (um diretor em um "board" de dez) até um máximo de 25,1% (um diretor em um "board" de três ou três em um de nove).

"Eles podem fazer uma composição com outros acionistas para aumentar a posição", explicou Mariano Tavelli, presidente da corretora Tavelli e Associados, referindo-se à posição do governo em empresas onde tem menos de 9% do capital.

Em outubro, pouco depois da estatização das AFJP, o titular da Anses, Amado Boudou, afirmou em uma entrevista ao jornal "La Nación" que se a posição acionária da Anses nas empresas exigisse a colocação de um diretor, seria indicado algum. Mas frisou que o órgão não tinha planos de "tomar decisões empresariais".

No último mês, três empresas comunicaram à Comissão Nacional de Valores (a CVM local) e à bolsa de Valores de Buenos Aires que receberam pedidos para abrigar um diretor indicado pelo Estado em seu conselho de administração: a Camuzzi Gás Pampeana (em que a Anses tem 11,7%), a Gás Natural Ban (24,4%) e a TGS (21,1%).

As três são concessionárias de serviços públicos, dedicadas à distribuição e ao transporte de gás, setor estratégico na Argentina onde o gás representa 40% da matriz energética. Assim, faz algum sentido que o Estado queira aproveitar a posição acionária para ampliar o controle férreo que já exerce sobre preços e atividade no setor.

Há duas semanas, porém, a Anses surpreendeu o mercado ao colocar um diretor na Consultatio, empresa de empreendimentos imobiliários de alto padrão do empresário Eduardo Costantini. Dono também do Museu de Arte Latinoamericana (Malba), Costantini ficou famoso no Brasil depois que comprou e levou para Buenos Aires, em 1995, o quadro "Abaporu", de Tarsila do Amaral.

Além de ocupar um espaço no "board" da Consultatio, a Anses avisou que participará da próxima assembleia de acionistas, marcada para dia 15 e pediu a Costantini que responda a um questionário sobre os auditores da companhia — quanto recebem, quem são os diretores suplentes e como são repartidos os honorários da diretoria.

Ao estatizar as AFJP em novembro, o governo tomou posse de ativos em dinheiro no valor equivalente, na época, a US$ 30 bilhões, dos quais 61% estavam aplicados em títulos da dívida soberana, 16,3% em ações, 7,9% em depósitos a prazo fixo, 6,1% em fundos de investimentos e 3,1% em fideicomissos (carteiras securitizadas de empréstimos ao consumidor) e o restante em outros títulos privados. Tavelli observa que além da "intromissão" do Estado na gestão das empresas, há um sério "conflito de interesses" quando o governo ao mesmo tempo é dono de ações e também de fundos de investimentos que pertenciam às AFJP e que compram e vendem ações.

O casal Néstor e Cristina Kirchner sempre interferiu nas empresas privadas argentinas, seja com controles de preços e lançamentos de produtos, seja através de regulamentações, desapropriações e estatizações. Em janeiro, a Casa Rosada interveio na Transportadora Gás Norte (TGN), depois que a empresa declarou default de uma emissão de bônus no fim de dezembro, alegando ter ficado sem dinheiro por causa da crise. O governo disse que o fornecimento de gás corria risco com o default e pôs um interventor na companhia.

Depois de estatizar estaleiros, os Correios e a Aerolíneas Argentinas, o próximo passo será a estatização do Banco Hipotecário, um dos maiores do país, do empresário Eduardo Elsztain. Nesse caso, o governo estará revisando um estranho contrato: apesar de ser dono da maioria das ações (64%), por um acerto feito nos anos 90 o Estado não tem nem metade dos votos no diretório do banco.

Outro caso de intervenção é o da Telecom Argentina, principal empresa de telecomunicações do país. A Comissão Nacional de Defesa da Concorrência disse ontem que vai colocar dois "observadores" na direção da Telecom, para "monitorar e controlar" as empresas do grupo e suas controladas e "preservar o interesse público no mercado de comunicações".

Empresas que ganharam participação estatal
Ações que antes pertenciam às AFJP - posição em 30/9/08, último dado disponível

Empresa	Setor	Participação % da Anses
Consultatio	Imobiliário	26,6
Edenor	Dist. Gás	25,3
San Miguel	Agroindústria	24,9
Gás Natural Ban	Dist. Gás	24,4
Dist.Gas Cuyana	Dist. Gás	24,0
Banco Macro	Financeiro	23,9
Siderar	Siderurgia	23,5
Telecom	Telecomunicações	22,8
TGS	Dist. Gás	21,1
Emdersa	Ger. Energia	20,8
Concesionário del Oeste	Conc. Rodovias	20,1
Patagonia	Energia	18,6
Molinos Río de La Plata	Agroindústria	18,3
Pampa Holding	Ger. Energia	17,7
Transener	Transp. Energia	17,2
Galícia	Financeiro	17,1
Socotherm	Transp. Energia	17,0
Solvay Indupa	Petroquímica	15,4
Petrobras	**Petróleo e Gás**	**13,2**
Central Costanera	Ger. Energia	12,7
Camuzzi Pampeana	Dist. Gás	11,7
Banco Patagonia	Financeiro	11,7
Aluar	Alumínio	11,1
Juan Minetti	Cimento	10,4
Capex	Ger. Energia	9,9
Grupo Clarín	Mídia	8,9
Euromayor	Imobiliário	8,8
Metrovías	Transp. Público	8,6
Metrogas	Dist. Gás	6,8
Banco Francés	Financeiro	6,6
Banco Hipotecário	Financeiro	4,4
IRSA	Imobiliário	4,2
Central Puerto	Ger. Energia	3,7
Cresud	Agropecuária	3,1
Quickfood	**Agroindústria**	**3,0**
Tenaris	Siderurgia	2,9
Pecom Energia	Petróleo e Gás	0,9
TGN	Transp. Gás	0,7
YPF	Petróleo e Gás	0,1

Fonte: Dados fornecidos por Tavelli & Cia. Asesores Financieros e Inversiones Soc. De Bolsa

Morre Alfonsín, símbolo da democracia

Reuters

O ex-presidente argentino Raúl Alfonsín, símbolo da redemocratização do país após uma violenta ditadura militar, morreu ontem aos 82 anos em sua casa em Buenos Aires. Alfonsín tinha câncer de pulmão, informou um de seus médicos.

Advogado, Alfonsín, governou a Argentina entre 1983 e 1989, período conturbado, marcado pela insatisfação de um governo de facto que perseguiu e matou milhares de dissidentes durante os sete anos que esteve no poder.

"Morreu tranquilo em sua casa acompanhado de seus familiares. Nos deixou enquanto dormia. Tudo aconteceu em um ambiente de muita tranquilidade", anunciou Alberto Sadler, um dos médicos que o trataram.

Em 1985, Alfosín assinou juntamente com o então presidente José Sarney a Declaração de Iguaçu, que anos depois resultaria na criação do Mercosul.

No mesmo ano, o ele liderou o histórico julgamento da Junta Militar, que terminou com a prisão da cúpula da ditadura. Mas pouco depois, em meio a fortes pressões políticas e sucessivas tentativas de golpes de Estado, o fim da ditadura foi ensombreado pela promulgação da lei da anistia que permitiu que centenas de militares de baixas patentes ficassem livres dos tribunais.

Seu governo terminou antes do prazo em meio a uma forte crise econômica e greves. O agravamento de seu estado nos últimos dias manteve mobilizados políticos de diferentes correntes no país.

EUA acompanham de perto megacampos brasileiros

Marcos de Moura e Souza
De São Paulo

Biocombustíveis, petróleo e gás estão no centro das atenções do governo Barack Obama em sua relação com o Brasil. Segundo o secretário-adjunto de Estado dos EUA para a América Latina, Thomas Shannon, que esteve ontem em São Paulo, os EUA acompanham com bastante interesse as descobertas de Tupi e de outros megacampos e apostam alto nos futuros negócios envolvendo energia limpa com o país.

Mas, "como em qualquer economia, há contradições", disse Shannon ao reagir às acusações que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem feito a Washington por defender energias limpas e ao mesmo tempo taxar o etanol de outros países, incluindo o brasileiro.

"As tarifas que existem sobre o etanol importado pelos EUA e os subsídios para promover etanol de milho são parte de um programa de longo prazo de desenvolvimento de etanol", disse. "Nossa esperança é que ao construirmos uma iniciativa junto com o Brasil em favor de energias limpas e sobre mudanças climáticas que nosso Congresso entenda a importância em adotar uma nova visão sobre esses tipos de tarifas e subsídios. Mas isso é um processo, um processo que leva tempo."

Shannon veio ao Brasil — anteontem ele esteve no Rio — para falar sobre as expectativas do governo Obama em relação à Cúpula das Américas, que ocorre entre os dias 17 e 19 em Trinidad e Tobago.

Em entrevista concedida ontem, o secretário disse que o governo tem um compromisso com o tema da energia renovável e com os biocombustíveis. "Essa é uma parte importante da nossa relação com o Brasil e nesse aspecto de nossa relação e obviamente estaremos aptos a aprofundar." Mas o petróleo — a tradicional e poluente fonte de energia dos EUA — também mobiliza o governo Obama a olhar com atenção para o Brasil como potencial futuro fornecedor.

"Estamos bastante interessados no petróleo brasileiro e no gás brasileiro", disse Shannon ao ser perguntado sobre as descobertas recentes dos campos de óleo na camada do pré-sal. "É óbvio que quando o Brasil começar a explorar suas descobertas e conhecer sua magnitude e procurar formas de explorá-las, nós estaremos muito interessados em continuar as conversações [com o Brasil]."

A Venezuela é um dos principais fornecedores de petróleo ao mercado americano. E apesar das diferenças políticas que dificultaram a relação entre o presidente Hugo Chávez e o ex-presidente George W. Bush, a Venezuela, disse Shannon, manteve seu status de fornecedor confiável. "As quantidades caíram um pouco, produção já não é tão alta como era. Mas acima de tudo o fornecimento de petróleo tem sido constante. Eles têm sido confiáveis. Essa é na verdade a parte da nossa relação que pode ser a base para uma relação melhor."

A Venezuela, assim como a Bolívia, expulsaram recentemente os embaixadores americanos sob acusações de interferência em questões de política interna. Washington já abriu negociações com o boliviano Evo Morales, disse Shannon. E, disse ele, espera fazer o mesmo com Chávez.

DAVILYM DOURADO/VALOR

Shannon: 'Esperamos que nosso Congresso entenda a importância de uma nova visão sobre tarifas e subsídios [ao etanol]'

Uribe tenta atrair mais investimento externo

Danilo Fariello
De Medellín, Colômbia

O presidente da Colômbia, Álvaro Uribe, pretende estimular a presença das empresas multinacionais no seu território. Por meio de acordos bilaterais de garantia de investimentos estrangeiros, o presidente quer melhorar o desempenho da balança comercial, que, apesar no aumento do fluxo, teve resultado positivo de apenas US$ 470 milhões no ano passado, depois de dois anos de déficit.

O Brasil foi o terceiro país que mais pesou no desempenho fraco da balança colombiana. A balança entre os dois países foi positiva ao Brasil em US$ 1,537 milhão. Quem pesou mais negativamente no resultado geral foi a China, que, na relacao bilateral, representou déficit de US$ 3,725. A Colômbia aprovou recentemente um acordo bilateral que oferece mais garantias ao investimento chinês.

Uribe destacou o trânsito fácil que tem tido com o governo e as empresas brasileiras. Em fevereiro, ele esteve no país em encontro com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em conversa com a imprensa estrangeira durante a assembleia anual do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Uribe destacou as empresas com forte presença em seu país: Gerdau, Votorantim, Odebrecht, Sinergy, Marcopolo e principalmente a Vale, que tem projetos no setor de carvão no pais. "A Vale e outras empresas estão mostrado interesse em investir em plantas de alumínios e em construir um porto na costa colombiana", disse Uribe, falando sobre um projeto que prevê benefícios fiscais.

Em discurso na assembleia do BID, Uribe enfatizou a necessidade de ratificar a confiança do investidor, externo e local, na economia colombiana. "A situação política latino-americana está em debate", disse o presidente. Segundo ele, a região oscila de uma década para outra de estadismo para a destruição do Estado, Uribe disse que os países tem a obrigação de definir suas visões.

BID vê quadro sombrio na AL

De Medellín

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) divulgou um estudo em que traça um panorama sombrio para América Latina nos próximos cinco anos, com os efeitos da crise atual se arrastando no longo prazo. As sete maiores nações da região poderão crescer praticamente nada nos próximos cinco anos, na pior projeção do vice-presidente de setores e conhecimento da instituição, o economista Santiago Levy. Nesse caso, poderia até haver queda do PIB per capita nesse grupo de países, formado por Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, México, Peru e Venezuela. No seu melhor cenário, esses países crescerão, em média, 1,9% ao ano neste e nos próximos quatro. No período de 2003 a 2007, esse grupo de países cresceu 5,8% ao ano, em média e milhões de pessoas deixaram a linha de pobreza.

O estudo mostra que a crise atual não afeta apenas este e o próximo ano, mas pode também ter consequências desastrosas em prazo mais longo. A instituição até alerta para o risco de políticas de gastos e subsídios ineficientes de curto prazo. *(DF)*

Opinião

Valor ECONÔMICO

Jornal econômico de circulação nacional, publicado desde 2 de maio de 2000 pela Valor Econômico S.A.

Diretora de Redação: Vera Brandimarte
Diretora Adjunta de Redação: Claudia Safatle
Conselho Editorial: Agostinho Cardoso Vieira, Aluízio Maranhão Gomes da Silva, Antonio Manuel Teixeira Mendes, Celso Pinto, Luís Frias, Nicolino Spina, Otavio Frias Filho, Roberto Irineu Marinho e Vera Brandimarte

Lula menos popular, mas capaz de transferir votos

A última pesquisa Sensus-CNT, divulgada na segunda-feira, apesar de registrar impactos da crise sobre a popularidade do governo Lula e do próprio presidente, não deixa de ser surpreendente. Houve uma queda de 10 pontos percentuais na avaliação do governo, de janeiro até março — passou de 72,5% para 62,4%; e de oito pontos percentuais no desempenho de Lula, que caiu de 84% para 72,6%. Ainda assim, no auge da percepção da gravidade da crise pelos entrevistados — 54,5% dos ouvidos avaliaram que piorou a situação do emprego, contra 38,5% em janeiro; 44,8% têm medo de perder o emprego e 32,6% consideram que caiu a renda mensal em função da crise — um presidente manter uma aprovação de mais de dois terços dos ouvidos, no sexto ano de governo, é coisa bastante rara.

Numa conjuntura em que o país passa a sofrer fortemente com a crise internacional, é atípico também o aumento das intenções de voto da ministra Dilma Rousseff, a candidata do PT apadrinhada pelo presidente Lula. Segundo o presidente da Sensus, Ricardo Guedes, Lula consegue um feito "dificílimo": 21,5% declararam na pesquisa de março (contra 15,6% em dezembro) que votarão no candidato a presidente de Lula, isto é, em Dilma. No Nordeste, 42,6% dos entrevistados declararam que seguirão o voto de Lula. O diretor do Sensus interpreta que esse alto poder de transferência de votos do presidente para a sua candidata é um corte do momento — aquele em que o eleitor percebe que Lula não poderá mais ser o candidato à sucessão de si próprio, e que Dilma deverá disputar pelo seu partido a Presidência.

A situação não muda, todavia, o favoritismo do governador de São Paulo, José Serra, que em janeiro tinha as intenções de voto de 43,1% dos entrevistados e hoje ostenta um índice de 45,7%; e pode vencer no segundo turno por 53,5%, segundo a Sensus/CNT (contra um índice de 49,9% no início do ano). Por enquanto, o poder de transferência de Lula tem mais chances de tornar Dilma vitoriosa se ela disputar com o tucano mineiro Aécio Neves, em vez de Serra — que remotamente pode vencer o adversário paulista na disputa interna pela legenda do PSDB à Presidência. Na hipótese de Dilma disputar com o atual governador de Minas, dá empate técnico: 22% para ele e 19,9% para ela. No Nordeste, todavia, a ministra consegue 30% numa disputa com Aécio, que chega em terceiro lugar, com 15,5% das intenções de voto; no Sudeste, o mineiro tira a forra e ganha 29%, contra 14,1% dos votos.

A possibilidade de transferência dos votos de Lula a sua candidata pode dar um trabalho adicional mesmo ao candidato Serra, que se mantém como o preferido. Segundo a pesquisa, tirando os 21,5% que garantem votar no candidato de Lula, outros 28,6% admitem que podem seguir o mesmo caminho, enquanto 20,3% reivindicam conhecer o candidato antes de tomar uma decisão. Só 20,3% afirmam não votar em Lula em nenhuma hipótese.

O dado de transferência é um elemento novo nessa eleição, e causa espécie que ele não tenha se extinguido nas pesquisas, no momento de retração da atividade econômica. Mas ainda muitas coisas devem acontecer, que vão puxar efetivamente a balança para um lado ou para outro. A candidatura de Ciro Gomes (PSB) é uma das peças que parece entrar no jogo de quebra-cabeças eleitoral, e não necessariamente contra a candidata de Lula. Segundo o **Valor** de ontem, a expectativa é a de que dois candidatos do lado do governo desempenhem melhor em conjunto o papel de desgastar o candidato de oposição, seja ele quem for (e contando que o mais provável seja Serra). Foi o que aconteceu em 2002, quando Ciro e Lula reforçaram as baterias contra Serra, que era o candidato tucano. No segundo turno, ambos (Lula, vitorioso pela sigla do PT; Ciro, derrotado pelo PPS), mais o candidato derrotado do PSB, Anthony Garotinho, cerraram fileiras contra Serra e ganharam eleições dificílimas, onde o fantasma da crise econômica e da quebra do país, ao contrário de hoje, era um ônus eleitoral da oposição, não do governo.

Muita coisa vai acontecer, daqui até o início oficial da campanha, no próximo ano. Mas o PMDB, partido que os dois lados na disputa namoram, não será o único definidor das chances de um ou outro candidato. Até lá, muita crise vai rolar debaixo da ponte, e não se sabe ainda quem vai pagar o pato por ela nas urnas.

Valor Econômico S.A. Av. Jaguaré, 1485, 1º andar – São Paulo - SP – CEP 05346-000 **Telefone** 0 xx 11 3767 1000
Departamentos de Publicidade SP 0xx113767 1285, RJ 0xx21 3521 1414, DF 0xx 61 3717 3333.
Redação 0 xx 11 3767 1000 **Fax** 0 xx 11 3767 1348 **Endereço eletrônico** www.valoronline.com.br

Para venda de assinaturas e atendimento ao assinante ligue:
(11)2199-2199 (Grande São Paulo) ou 0800 7018888 (demais localidades) de segunda a sexta das 07h às 19h30.
assinaturas@valor.com.br - **atendimento@valor.com.br**. Para assinaturas corporativas e-mail : **corporate@valor.com.br.**

Conselho de Administração
Antonio Manuel Teixeira Mendes
Luís Frias
Paulo César Pereira Novis
Roberto Irineu Marinho
Diretor-presidente
Nicolino Spina
(nicolino@valor.com.br)
Diretor Financeiro
Carlos Alberto Arroyo Ponce de Leon
(carlos.ponce@valor.com.br)
Diretora de Publicidade Noticiário
Selma Souto
(selma.souto@valor.com.br)
Diretora de Publicidade Legal
Andréa Flores
(andrea.flores@valor.com.br)
Diretor de TI
Oziris de Oliveira Filho
(oziris@valor.com.br)
Diretora de Assuntos Jurídicos e RH
Daphne Murahovschi Sancovsky
(daphne@valor.com.br)
Diretor de Circulação
Marcos Rodrigues
(marcos.rodrigues@valor.com.br)
Gerente de Marketing
Eduardo Guterman
(eduardo.guterman@valor.com.br)
Diretora de Redação
Vera Brandimarte
(vera.brandimarte@valor.com.br)
Diretora de Projetos Editoriais
Rosvita Saueressig Laux
(rosvita.laux@valor.com.br)
Diretor Adjunto de Projetos Editoriais
Carlos Raíces
(carlos.raices@valor.com.br)
Editores-executivos
José Roberto Campos
(jose.campos@valor.com.br)
Pedro Cafardo
(pedro.cafardo@valor.com.br)
Secretária de Redação
Célia de Gouvêa Franco (celia.franco@valor.com.br)
Editora de Brasil
Denise Neumann (denise.neumann@valor.com.br)
Editores-assistentes de Brasil
Arthur Pereira Filho (arthur.filho@valor.com.br)
Carlos Roberto Motta (carlos.motta@valor.com.br)
Editora de Política
Maria Cristina Fernandes
(mcristina.fernandes@valor.com.br)
Editora-assistente de Política
Denise Arakaki
(denise.arakaki@valor.com.br)
Editor de Internacional
Humberto Saccomandi
(humberto.saccomandi@valor.com.br)
Editora de Opinião
Maria Inês Nassif (maria.nassif@valor.com.br)
Editora de Finanças
Maria Christina Carvalho
(maria.carvalho@valor.com.br)
Editor-assistente de Finanças
José Mauro Arbex (mauro.arbex@valor.com.br)
Editores de Empresas
Cynthia Malta (cynthia.malta@valor.com.br)
Ivo Ribeiro (ivo.ribeiro@valor.com.br)
Nelson Niero (nelson.niero@valor.com.br)
Editores-assistentes de Empresas
Carlos Prieto (carlos.prieto@valor.com.br)
Ilton Caldeira (ilton.caldeira@valor.com.br)
Editor de Agronegócios
Fernando Lopes
(fernando.lopes@valor.com.br)
Editora-assistente de Agronegócios
Alda do Amaral Rocha (alda.rocha@valor.com.br)
Editor de Investimentos Pessoais/Carreiras
Angelo Pavini (angelo.pavini@valor.com.br)
Editora-assistente de Carreiras
Stela Campos (stela.campos@valor.com.br)
Editora-assistente de Investimento
Luciana Monteiro (luciana.monteiro@valor.com.br)
Editora de Consumo
Angela Klinke
(angela.klinke@valor.com.br)
Editora de Projetos Especiais
Célia Rosemblum (celia.rosemblum@valor.com.br)
Editora de Legislação & Tributos
Cristine Prestes (cristine.prestes@valor.com.br)
Editor de Arte/Fotografia
Silas Botelho Neto (silas.botelho@valor.com.br)
Editor-assistente de Arte
Renato Brandão (renato.brandao@valor.com.br)
Editora Valor Online
Paula Cleto
(paula.cleto@valor.com.br)
Diretora de Redação Adjunta
Claudia Safatle
(claudia.safatle@valor.com.br)
Chefe da Redação em Brasília
Rosângela Bittar
(rosangela.bittar@valor.com.br)
Chefe da Redação no Rio de Janeiro
Heloisa Magalhães
(heloisa.magalhaes@valor.com.br)
Repórteres Especiais
Cristiano Romero **(Brasília)**
(cristiano.romero@valor.com.br)
Monica Izaguirre **(Brasília)**
(monica.izaguirre@valor.com.br)
Raquel Balarin **(São Paulo)**
(raquel.balarin@valor.com.br)
Raymundo Costa **(Brasília)**
(raymundo.costa@valor.com.br)
Sérgio Léo **(Brasília)**(sergio.leo@valor.com.br)
Vera Saavedra Durão **(Rio de Janeiro)**
(vera.durao@valor.com.br)
Correspondentes internacionais
Assis Moreira **(Genebra)**
(assis.moreira@valor.com.br)
Janes Rocha **(Buenos Aires)**
(janes.rocha@valor.com.br)
Ricardo Balthazar **(Washington)**
(ricardo.balthazar@valor.com.br)
Correspondentes nacionais
Marli Lima **(Curitiba)**
(marli.lima@valor.com.br)
Sérgio Bueno **(Porto Alegre)**
(sergio.bueno@valor.com.br)
Vanessa Jurgenfeld **(Florianópolis)**
(vanessa.jurgenfeld@valor.com.br)
Sucursal de Brasília
SRTVN Quadra 701 – Módulo C
Centro Empresarial Norte - sala 801 – Bloco B
CEP 70719-900
Sucursal do Rio de Janeiro
Rua Irineu Marinho, 35 - Mezanino
CEP 20230-023
Publicidade - Outros Estados:
BA/SE - Canal Chetto Comun. e Representação
Tel./Fax: (71) 2102-2670
Interior de SP
Gnotto´s Mídia
Tel.: (16) 3911-3025/3913-4704 - Ribeirão Preto
Tel.: (14) 3227-0378/9131-0378 - Bauru
M Mardegan Representações Com
Tel.: (19) 3284-4691/9635-5606/9251-7817
Campinas e Vale do Paraíba
CE/PI/MA - Dialogar Propaganda & Marketing
Tel./Fax: (85) 3264-7342
MG/ES - Sat Propaganda
Tel./Fax: (31) 3264-5463/3264-5441
PE/PB/RN/AL - Viabiliza Representações Ltda
Tel./Fax: (81) 9954-3831/3227-4474/3071-1794
PR - SEC - Soluções Estratégicas em Comercialização
Tel./Fax: (41) 3019-3717
RS - HRM Representações
Tel./Fax: (51) 3231-6287/3219-6613
SC - Marcucci&Gondran Associados
Tel./Fax: (48) 3333-8497/3333-8497
EUA - Multimediausa, Inc.
Tel./Fax: 1-407-903-5000/1-407-363-9809
US Toll Free: 1-800-985-8588

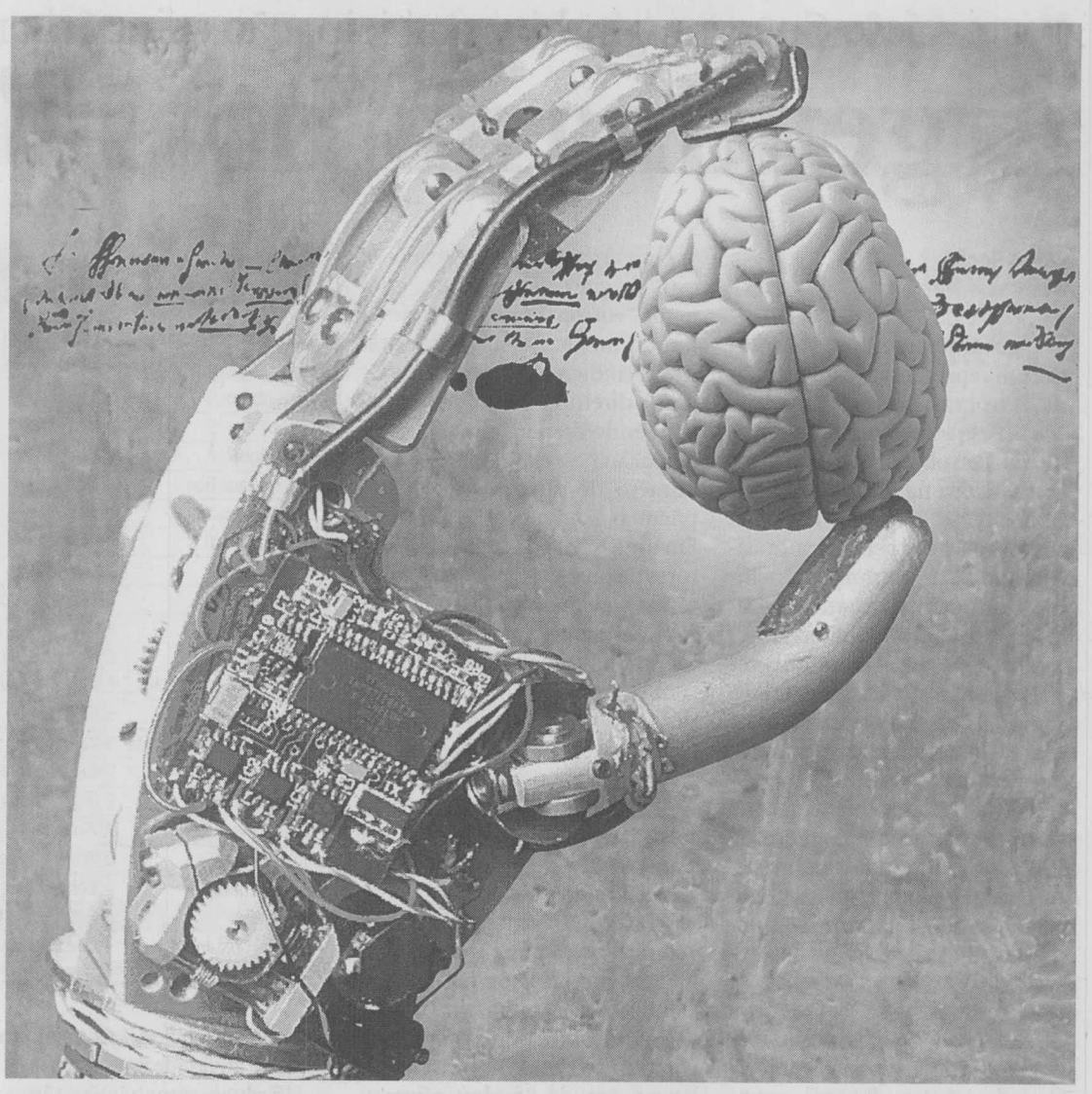
Aviso
O assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência.

Preço de Assinaturas

Para todo o Território Nacional (R$)		
18 Meses	12 Meses	6 Meses
1.134,00	756,00	378,00

O "Valor" oferece preços especiais para assinaturas no segmento "Corporate".

FILIADO AO: IVC (Instituto Verificador de Circulação) e à **ANJ** (Associação Nacional de Jornais)



etO enfraquecimento tecnológico do Estado

A privatização de estatais dissolveu equipes técnicas de altíssima capacitação. Por ***Álvaro Rodrigues dos Santos***

A retomada do crescimento nacional que vem sendo verificada nestes últimos anos (agora enfrentando as incertezas advindas da crise internacional) encontra o poder público planejador e contratante e a engenharia nacional fornecedora abalados por fenômenos estruturais recentes que os fragilizaram tecnologicamente e gerencialmente. É preciso que governo e empresas tenham esses fatos em conta para que essas perigosíssimas deficiências sejam devidamente entendidas, equacionadas e superadas.

O processo de privatização de empresas nacionais nas áreas de energia, telecomunicações, transportes e infraestrutura em geral, ocorrido especialmente nos anos 90, trouxe a dissolução de equipes técnicas de altíssima capacitação e experiência constituídas nessas empresas ao longo de décadas, assim como uma temerária fragilização tecnológica de toda uma cadeia empresarial privada mobilizada por contratação das estatais e implicada na produção de estudos e projetos, na implantação dos empreendimentos e no fornecimento de insumos gerais, equipamentos e componentes. Não se está aqui colocando o processo de privatizações em questão, mas sim focando uma decorrência sua que provavelmente não tenha sido devidamente considerada.

Essas equipes técnicas, formadas no âmbito da implantação de obras e instalações da mais alta complexidade tecnológica nas décadas de 50, 60 e 70, e contando com o entusiasmado e estratégico apoio de instituições públicas de pesquisa tecnológica do país, foram responsáveis por dominar, desenvolver e/ou induzir o desenvolvimento de uma engenharia nacional aplicada às características econômicas, sociais e fisiográficas próprias de nosso país e de suas diferentes regiões, guindando-a, reconhecidamente, ao nível da melhor engenharia do primeiro mundo. De outra parte, as várias empresas privadas brasileiras de consultoria, projetos e serviços em engenharia que se formaram a partir da demanda das empresas públicas para o atendimento de grandes obras, instalações e gerenciamento operacional, constituíram suas próprias equipes técnicas, respondendo induzidamente ao mesmo patamar de qualidade.

Hoje, uma pequeníssima parte das antigas equipes técnicas das estatais privatizadas foi aproveitada pelos grupos privados internacionais, via de regra vencedores das licitações de privatização. Grande parte dessas equipes se diluiu em tristes passamentos, aposentadorias com mudanças de ocupação profissional e em serviços autônomos de consultoria.

Quanto às empresas brasileiras privadas de consultoria e projetos, já anteriormente abaladas pela contínua redução dos investimentos públicos que caracterizou recessivamente as últimas décadas do Século XX, e em parte já preteridas em favor de empresas de engenharia dos países de origem dos grupos multinacionais vencedores das licitações de privatização, muitas acabaram por se extinguir, outras desmobilizaram suas equipes permanentes optando por apenas constituir grupos técnicos transitórios para atendimento de escassos projetos específicos em campos técnicos limitados.

Uma pequeníssima parte das equipes técnicas das estatais privatizadas foi aproveitada pelos grupos privados internacionais

O mesmo fenômeno já atinge as grandes empreiteiras nacionais de obras e instalações e os fornecedores nacionais de equipamentos componentes, que, também respondendo a uma nova ordem operacional, preferem trabalhar utilizando-se ao máximo do temerário expediente da terceirização de serviços.

Do ponto de vista da capacitação tecnológica da administração pública contratante, cumpre lembrar que nos órgãos da administração direta o processo de enfraquecimento tecnológico, no caso dentro de uma outra, mas também perversa lógica, iniciou-se ainda nos anos 50, e de sua decorrência órgãos públicos que no passado constituíram-se em verdadeiras escolas da engenharia nacional hoje não são mais que meras estruturas burocráticas sem nenhuma consistência técnica.

Ao se analisar o processo de esvaziamento tecnológico da administração pública direta e indireta é fundamental considerar o especial e estratégico papel do poder público contratante, como indutor da qualidade das empresas contratadas e mobilizador da empresa nacional fornecedora de projetos, serviços e insumos. Mais, sem a devida competência sequer para as indispensáveis interlocuções tecnológicas entre contratante e contratados, a sociedade brasileira, na figura de sua administração pública, perde progressiva e rapidamente competência em planejar, priorizar e decidir sobre a implantação de empreendimentos e serviços públicos essenciais ao seu desenvolvimento técnico e econômico. Bom lembrar que cabe ao Estado contratante a missão de fixar já nos termos licitatórios as linhas e concepções tecnológicas básicas que mais interessarão ao país no que se refere ao aproveitamento máximo de suas vantagens comparativas e de sua estrutura empresarial. Perde-se a autonomia dessa decisão quando se perde a competência em defini-la.

As consequências negativas desse fenômeno são graves e podem ser facilmente imaginadas, seja no âmbito social, econômico ou até no âmbito estratégico da segurança nacional (perda de "intelligentsia").

Sem dúvida, há já substância vital perdida irreparavelmente. Mas há muito a se preservar e muito a fazer para estancar ou, ao mínimo, reduzir os efeitos de tão danoso processo.

É indispensável que governo e empresa nacional, assim como a engenharia nacional através de suas entidades, discutam e reflitam sobre essas questões. Sem quaisquer partidarismos, com a disposição que a defesa desse estratégico patrimônio tecnológico tão nobremente construído exige.

Adiantando essa necessária discussão, destacaríamos duas providências imediatas indispensáveis: iniciar um processo orientado de recuperação da competência tecnológica de determinados órgãos e empresas públicas e promover uma mudança radical na postura doutrinária das agências de regulação, que as leve a preocupar-se estrategicamente com a memória tecnológica das empresas públicas privatizadas e serviços concessionados e com a viabilização de espaços para a engenharia nacional.

Essas providências têm as dimensões de um Projeto Estratégico Emergencial vital, sob todos os ângulos, para o presente e o futuro do país. Poderia, sem dúvida, ser considerado o "genoma" da engenharia nacional.

Álvaro Rodrigues dos Santos é geólogo, ex-diretor de Planejamento e Gestão do IPE e ex-diretor da Divisão de Geologia. Foi Diretor Geral do DCET - Deptº de C&T da Secretaria de C&T do Est. de São Paulo.
santosalvaro@uol.com.br

"Temos muita experiência em tecnologias de carros pequenos. É mais uma transferência de engenharia do que envio de dinheiro."

De Jaime Ardila, presidente da GM no Brasil e Mercosul, ontem, ao anunciar a contribuição que as unidades brasileiras devem fazer à reestruturação da matriz americana. A ideia é cumprir as exigências do governo Obama, que concederá até US$ 18 bilhões para evitar a falência da empresa.

O primeiro ano do resto das nossas vidas

DAVID KUPFER

O primeiro trimestre de 2009 chegou ao fim sem que o quadro econômico no mundo e no Brasil tenha ainda definido qual direção vai tomar. Se é certo que o mundo não acabou com a megacrise, então é igualmente certo que 2009 é o primeiro ano do resto das nossas vidas econômicas. Como toda crise, a atual traz um mar de oportunidades e, junto com ele, um oceano de ameaças. Provavelmente a realidade irá seguir uma combinação de ambos porque, como toda crise, a atual vai significar um retorno da economia à primazia dos seus fundamentos estruturais. Portanto, o futuro dependerá de uma capacidade de resposta aos desafios da crise que precisa ser construída.

Aplicado ao "mundo real", que é como a atividade produtiva passou a ser designada no jargão pós-crise, isso significa que empresas cujo posicionamento nos mercados estava confinado às franjas criadas pelo superpreços ou pelos vácuos surgidos da ausência de capacidade das empresas líderes em atender uma demanda superaquecida, e que não se mostrem aptas a desenvolver suas capacitações produtivas, tecnológicas e mercadológicas, são as que estão arcando ou arcarão com os mais pesados custos do ajustamento e, provavelmente, são ou estarão entre as primeiras a sucumbir.

No lado da demanda, a difusão de padrões globalizados de consumo fortemente baseados em tecnologia, que foi a tônica das duas últimas décadas, não parece que irá arrefecer, mantendo um papel decisivo na formatação das estratégias de mercado das empresas. Por essa razão, mesmo que não tão capaz de gerar remuneração como antes, a presença sistemática das empresas no mercado internacional continuará sendo um importante objetivo estratégico. No entanto, é bem provável que a retração da renda disponível para o consumo leve o pêndulo do mix de produtos a voltar a um maior grau de diferenciação, aprofundando a segmentação dos mercados nos moldes do que ocorria nos anos 1990, antes de o efeito China, que abriu grande espaço de mercado para os produtos mais padronizados tornarem-se dominante.

Pelo lado da oferta, o acirramento da competição tenderá a levar a um aprofundamento das formas de associação horizontal e vertical entre empresas. Os setores de elevada intensidade de capital tenderão a experimentar mais uma onda de concentração, com a intensificação das operações de fusões e aquisições defensivas, visando o fortalecimento patrimonial dos grandes grupos econômicos sobreviventes. Já nos setores de maior intensidade tecnológica, é provável que as formas diretas ou indiretas de colaboração em atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico devam se intensificar, fazendo da cooperação "entre iguais" uma condição sine qua non para a inserção de uma empresa na fronteira tecnológica. Já para as empresas de menor porte, pode-se esperar um papel determinante dos esquemas de colaboração nas cadeias produtivas, aprofundando o papel das redes e aglomerações produtivas na geração de capacidade competitiva.

Porém, não será surpresa se as maiores rupturas esperadas na nova dinâmica dos mercados se localizem na dimensão do regime de incentivos e regulação da concorrência. O aumento da parcela administrada do comércio internacional, seja por meio de barreiras alfandegárias ou técnicas, seja por meio da extensão dos sistemas de preferências; as legítimas pressões originadas da questão do clima e do meio ambiente; as regulações que deverão ser criadas no sistema financeiro, dentre outras, deverão criar um quadro regulatório antípoda ao que vinha governando — ou, mais exatamente, desgovernando — os negócios no último ciclo. O resultado mais provável poderá ser um aumento considerável na seletividade dos instrumentos da política industrial, devolvendo ao Estado um papel central na mobilização ou articulação dos recursos produtivos, tecnológicos e financeiros requeridos para a viabilização dos blocos de investimentos que determinarão a maior ou menor capacidade de resposta das empresas aos desafios impostos pelo novo quadro. Também há razões para se antever, dentro dessas condições de maior seletividade, que o acesso aos instrumentos de política virá acompanhado de uma maior exigência de cumprimento de contrapartidas, o que significará para as empresas um enorme desafio também no plano gerencial.

Evidentemente, a análise concreta dos impactos da crise para a indústria brasileira exige direcionar a reflexão para as diversas trajetórias estruturais, tarefa sempre dificultada pela variedade de padrões setoriais que aqui coexistem. Em meados do ano passado, quando a crise se abateu sobre a indústria brasileira, os diferentes setores seguiam trajetórias estruturais muito assimétricas. Os setores da base da indústria (as atividades produtoras de commodities, intensivas em recursos naturais e energéticos) eram os que mais vinham se beneficiando da exuberância exibida pela economia mundial. Especialmente porque é sempre longo o período de maturação de novos projetos, que são em grande escala, as empresas vinham "surfando" em um ciclo de alta de preços que não se repetirá tão cedo. O excesso de demanda por matérias primas industriais e agrícolas estava provocando uma inversão na equação histórica de geração de valor na qual os produtos mais elaborados deveriam ser mais valorizados que os produtos básicos. As empresas brasileiras da base inseriram-se nessa dinâmica por meio de uma estratégia dual na qual limitavam a comercialização de produtos mais elaborados quase que exclusivamente ao mercado interno (ou aos vizinhos sul-americano) enquanto buscavam concentrar a atuação internacional nos segmentos mais básicos de produtos. Parece claro que a viabilidade dessa dupla estratégia, que vinha alimentando até mesmo um incipiente processo de internacionalização das empresas brasileiras, está em cheque. Provavelmente, a necessidade de buscar uma inserção mais firme nos segmentos de produtos mais elaborados do mercado internacional vai se tornar um imperativo para a sobrevivência desse conjunto de empresas.

No topo da indústria, onde estão as atividades mais sofisticadas no plano tecnológico ou da organização da produção (duráveis de consumo, equipamentos mecânicos e eletrônicos, alta tecnologia), a inflexão esperada é de natureza muito distinta. A estratégia anterior das empresas brasileiras, baseada em um tipo de integração internacional muito apoiada em tecnologias incorporadas em equipamentos e insumos, partes e peças de alta sofisticação, poderá perder fôlego. Um cenário preocupante é que essa mudança provoque uma regressão do pouco de autonomia tecnológica alcançado em alguns setores, tornando mais premente a necessidade de aceleração do desenvolvimento de "sistemas setoriais de inovação" que se constituíram no país nos últimos anos.

David Kupfer é professor do Instituto de Economia da UFRJ e coordenador do Grupo de Indústria e Competitividade (GIC-IE/UFRJ - www.ie.ufrj.br/gic - gic@ie.ufrj.br). Escreve mensalmente às quartas-feiras.

Cartas de Leitores

Correspondências para Av. Jaguaré, 1.485, CEP 05346-902 - SP ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

Pneus remoldados

"A novela dos pneus usados — que parecia estar perto do fim no dia 11, quando a ministra Carmen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), leu sua sentença de morte aos pneus alienígenas que invadiram o planeta Brasil, vindos da Europa — ganhou um capítulo curioso esta semana. Enquanto espera o veredicto final, a empresa BS Colway, que fechou sua fábrica de pneus remoldados em dezembro de 2007, depois do nocaute imposto pela ministra Ellen Gracie, também do STF, foi forçada a trancafiar seus alienígenas até saber se poderá ou não vendê-los a outra fábrica de pneus remold que não pisou no tatami. Sob a vigilância do Ibama, os alienígenas capturados na BS Colway foram trancafiados em celas improvisadas no interior da empresa, rigorosamente lacradas pelo órgão ambiental, enquanto aguardam 'angustiados' seus destinos: se poderão ter mais vida, caso possam ser remoldados, ou se queimarão na fogueira da inquisição, no forno de alguma fábrica de cimento, caso a sentença seja de morte. Enquanto isso, do lado de fora da extinta fábrica de pneus remold, brasileiros natos (pneus de fabricação brasileira), ou naturalizados (pneus usados que desembarcaram no Brasil quando ainda eram jovens 'zero km'), desfilam carecas, sorridentes e desengonçados pelas nossas ruas esburacadas, sem condições de ganharem mais vidas pela remoldagem, pois ao contrário dos alienígenas oriundos de planetas mais avançados, de ruas lisas e povo bem educado, os 'brazucas' seguirão seus desígnios como piscina de mosquitos da dengue, depois de abandonados. Para completar a chanchada ambiental, os paraguaios, uruguaios e argentinos continuarão entrando no planeta Brasil pela porta do Mercosul. Para quem não sabe, as fábricas de pneus remolds do Mercosul podem trazer alienígenas da Europa, remoldá-los e depois vendê-los ao Brasil com direito à naturalização e liberdade de ir e vir."

Ricardo Alípio da Costa
ricardo.alipio@uol.com.br

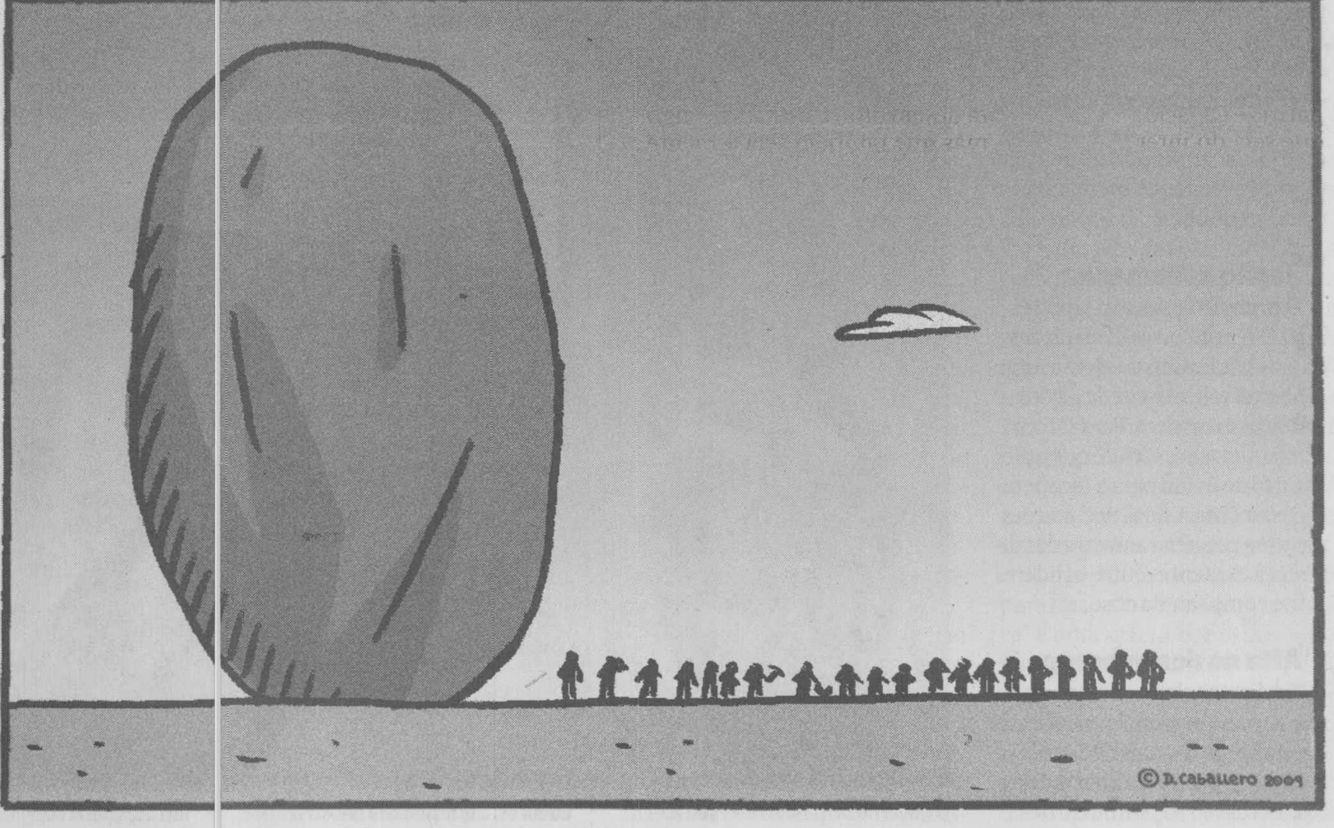
Magistrados brasileiros

"São tão relevantes as atribuições constitucionais do STF, que são constrangedora as polêmicas e belicosas declarações do presidente Gilmar Mendes, ao criticar publicamente o juiz federal Fausto De Sanctis, da 6ª Vara Criminal de São Paulo, que mandou prender o banqueiro Daniel Dantas. Igualmente vexatório, é o teor da nota da Associação dos Juízes Federais do Brasil, quando chama o presidente do STF de 'leviano'. Não é o comportamento esperado dos magistrados de notável saber jurídico e reputação ilibada. Não está na hora de alguém repetir para os meritíssimos aquela célebre frase do rei Juan Carlos, 'por qué no te callas?'"

Sinvaldo do Nascimento Souza
sinvaldo@folha.com.br

Porque os líderes do G-20 fracassarão

A cúpula do G-20 que ocorre amanhã será decepcionante, pois não está à altura dos desafios atuais. Por *Martin Wolf*



A cúpula do G-20, grupo dos 20 principais países emergentes e de alta renda, que acontecerá em Londres amanhã, parece determinada a obter progresso. Mas o êxito não deve ser medido apenas em relação a atuações passadas, mas sim diante da "brutal urgência dos nossos dias" (Martin Luther King). Infelizmente, será decepcionante.

A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) projeta agora uma contração de 4,3% nas economias dos países desenvolvidos neste ano, seguida de estagnação em 2010. Nos países membros desenvolvidos, o contingente de desempregados poderá aumentar em 25 milhões de pessoas até 2010.

Enquanto isso, o FMI projeta que a economia global encolherá em 0,5% a 1% neste ano. Isso representaria um aumento na "defasagem na produção" (a defasagem entre produção presente e potencial) de cerca de 4%.

Conseguirá o G-20 ficar à altura destes desafios excepcionais? A resposta é não. É necessário um grande aumento na demanda agregada e também uma alteração na sua distribuição, saindo dos países cronicamente deficitários rumo aos superavitários. Em ambos os pontos, o progresso será limitado demais.

A OCDE argumenta que as medidas discricionárias de estímulo tomadas pelos governos em resposta à crise impulsionarão o PIB numa média de apenas 0,5% em 2009 e em 2010. Além disso, a demanda adicional está vindo pelo menos na mesma proporção dos países deficitários e dos superavitários. Isto não é uma receita para a resolução dos desequilíbrios globais, mas para seu prolongamento indefinido.

Infelizmente, não existe nenhum consenso em torno das causas subjacentes desta crise ou acerca das melhores maneiras de escapar dela. Os EUA e o Reino Unido concordam que os excessos dos setores financeiros têm suas raízes não só na desregulamentação, como também nos colossais excedentes de oferta dos países superavitários, dos quais China, Alemanha e Japão (com seus respectivos excedentes em conta corrente de US$ 372 bilhões, US$ 253 bilhões e US$ 211 bilhões em 2007) são os mais importantes. Mas a China e os países da Europa continental, liderados pela Alemanha, argumentam que tudo isso é culpa dos perdulários países deficitários. A China, no entanto, também espera que logo em breve o mundo seja capaz de absorver seu excesso de oferta novamente.

Em entrevista do "Financial Times" na semana passada com Angela Merkel, a primeira-ministra alemã disse: "A economia alemã depende muito de exportações e isso não é uma coisa que pode ser mudada em dois anos". Além disso, "não é algo que sequer queremos mudar". Parafraseando: "O resto do mundo precisa encontrar uma forma de absorver nosso excesso de oferta, mas sustentavelmente, por favor". Mas o que acontecerá se isso não puder ser alcançado para o excesso de oferta potencial de todos os países superavitários reunidos? Em 2007, os três países registraram superávits em conta corrente de US$ 835 bilhões. Logicamente, os países deficitários correspondentes precisam gastar este tanto a mais além das suas receitas. Os países deficitários, porém, já não dispõem de tomadores de empréstimos privados motivados e solventes.

Esta mudança é toda a essência desta crise. Entre 2007 e 2009, os setores privados dos EUA, Reino Unido e Espanha que foram atingidos pela crise remanejarão, com base nessas projeções, os seus saldos financeiros (a diferença entre suas receitas e despesas) maciçamente na direção de saldos positivos, à medida que crescerem as economias e os gastos forem cortados. Na Espanha, projeta-se que o deslocamento será de 11,7% do PIB. As principais compensações nesses países deficitários serão enormes saltos nos déficits fiscais, embora os déficits em conta corrente também estejam encolhendo, inevitavelmente.

Os países com excedentes, que recorreram aos setores privados dos países deficitários para conceder seus empréstimos irresponsáveis, exibem um padrão muito diferente: os saldos dos seus setores privados mudarão muito pouco e, em todos os casos, apresentarão vastos superávits do princípio ao fim: grandes saldos positivos em conta corrente quase sempre significam excesso de economias do setor privado. À medida que seus superávits externos encolherem, porém, os déficits fiscais crescerão, em parte devido a políticas públicas calculadas, mas também devido às consequências automáticas das recessões.

Assim, as posições fiscais estão se deteriorando e os superávits e déficits em conta corrente estão minguando em todos os lugares, à medida que os setores privados dos países deficitários reduzem seus gastos dramaticamente. Mas a deterioração fiscal esperada é maior nos países deficitários do que nos superavitários. À exceção do Japão, os déficits fiscais também serão maiores nos países deficitários. O tamanho reduzido do remanejamento esperado no déficit fiscal da China, o nível moderado do seu déficit fiscal de 2009 e a persistência dos gigantescos excedentes dos seus setores privado e estatal é impressionante. Este é um país que espera (ou pelo menos tem esperanças de que ocorra) uma recuperação na demanda externa.

A economia do mundo não poderá ser seguramente equilibrada estimulando um número pequeno de países a gastar a ponto de falirem

O que esta análise nos ensina é bastante simples: não está acontecendo praticamente nenhum ajuste nos desequilíbrios estruturais subjacentes. Em particular, os setores não fiscais dos três grandes países superavitários deverão continuar gerando enormes saldos positivos. A mudança — temporária, certamente esperam os países superavitários — é que a expansão fiscal doméstica esteja compensando modestamente a queda na demanda procedente dos países deficitários com setores privados excessivamente alavancados. Esta queda na demanda privada, porém, também é contrabalançada por maciços estímulos fiscais nos países deficitários.

Esta não é uma rota que conduz a uma saída duradoura da crise. É uma rota na qual os déficits fiscais necessários para compensar os persistentes déficits em conta corrente e o colapso nos gastos privados em países com déficits externos se manterá indefinidamente. A menos que, e até os países superavitários reconhecerem que essa situação não poderá continuar, não se conseguirá nenhuma saída duradoura da crise. Compreensível, mas tolamente, eles não estão dispostos a fazê-lo.

Então, o que precisa ser feito? Esta questão deve ser um item central na agenda do próximo encontro de líderes do G-20. A economia do mundo não poderá ser seguramente equilibrada estimulando um número relativamente pequeno de países a gastar a ponto de falirem. Parte da resposta reside na mudança das políticas públicas dos países superavitários. Também reside, na mesma medida, porém, na reorganização do sistema monetário internacional. O argumento em prol das consideravelmente grandes e contínuas alocações de direitos especiais de saque — o ativo de reserva do FMI — é poderoso, como argumentou, entre outras pessoas, Zhou Xiaochuan, presidente do Banco do Povo da China, em artigo recente fascinante (Reform the International Monetary System [Reformem o sistema monetário internacional], www.pbc.gov.cn/english). Espero retornar em breve a este desafio e oportunidade imensos. Enquanto isso, a cúpula do G-20 estará lidando em grande parte com os sintomas imediatos da doença.

Encontrar uma cura de prazo mais longo para o crônico excesso de oferta global permanece no horizonte.

Martin Wolf é colunista do "Financial Times".

Especial

Crise leva fundos de private equity a se desfazer de imóveis no Brasil **Página B1**

Depois de sete meses em queda, peso mexicano tem alta de quase 8% frente ao dólar **Página C12**

Reunião do G-20 Agências e bancos de desenvolvimento vão contribuir

Pacote para o comércio deve atingir US$ 250 bi

Assis Moreira
De Paris

O G-20 prepara um pacote bilionário de financiamento ao comércio internacional, para reverter a dramática queda nas exportações e importações. Fontes europeias estimam que a soma disponível para os próximos dois anos pode ficar perto de US$ 250 bilhões, mais do que o dobro do que previa o primeiro-ministro britânico, Gordon Brown.

O Banco Mundial fala em programa de liquidez de US$ 50 bilhões para o comércio. Mas o pacote será complementado por agências de financiamento ao comércio exterior. O Japão anunciou ontem um pacote de US$ 22 bilhões e os EUA já tinham acenado com US$ 100 bilhões. A União Europeia também oficializou seu apoio à iniciativa do G-20, sem mencionar cifras. A a contribuição virá de cada país individualmente, através de suas agências de financiamento ao comércio. Bancos regionais de desenvolvimento igualmente vão colocar dinheiro.

A comissária europeia de Comércio, Catherine Ashton, e o comissário europeu de Assuntos Econômicos e Monetários, Joaquin Almunia, advertiram que a falta de recursos para as trocas globais está aumentando. Esse déficit passou de US$ 25 bilhões ao final do ano passado para cerca de US$ 300 bilhões agora, colocando em risco o fluxo comercial.

Segundo os comissários, mesmo companhias com encomendas certas não são capazes de embarcar seus produtos, o que ameaça sobretudo pequenas e médias empresas. No curto prazo, os governos e instituições internacionais vão tentar cobrir a falta de recursos, com o pacote do G-20.

A queda livre do comércio internacional foi ilustrada ontem com nova projeção da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), de contração de 13,2% nas trocas este ano, bem acima dos 9% estimados pela Organização Mundial do Comércio (OMC).

Depois de ter crescimento médio de 8% nos últimos anos, as exportações e importações entraram em colapso no último trimestre do ano passado, afetando todas as regiões e registrando os piores resultados em décadas.

Para a OCDE, a contração não pode ser explicada apenas pela diminuição do financiamento ao comércio em seguida à relutância dos bancos em emprestar.

A seca de financiamento é maior do que em crises anteriores, mas sobretudo parece haver um vínculo mais forte do que se pensava entre atividade e comércio como resultado da globalização das cadeias de suprimento de mercadorias.

A OCDE nota a queda sem precedente da atividade em termos de severidade e alto grau de sincronização com o colapso do comércio internacional. Para o primeiro trimestre deste ano, a estimativa é de queda de 22,7% nas trocas globais.

As economias que mais sofreram com a queda das exportações foram a Alemanha e o Japão, entre os países industrializados —e mais do que sofreram os países mais afetados pela crise financeira.

O valor das exportações em países da Ásia caiu mais de 30% também no primeiro trimestre deste ano. Essa excepcional contração pode ter fim ainda este ano, na avaliação da OCDE.

A entidade estima que queda poderá ser contida mais para o final do ano e registrar uma "recuperação robusta" em 2010 graças principalmente ao crescimento de emergentes como China, Índia e Brasil.

Notas

Pressão francesa

O presidente francês, Nicolas Sarkozy, aumentou a pressão para que o G-20 vá além de simples declarações de intenção. Sarkozy, que recebe hoje o presidente Luiz Inácio Lula da Silva em Paris e tenta recuperar a antiga influencia francesa, insiste que só reformas profundas podem convencer os mercados e a opinião pública.

Japão x Alemanha

O primeiro-ministro japonês, Taro Aso, criticou as declarações da primeira-ministra alemã Angela Merkel sobre riscos de gastos públicos excessivos. Para Taro, a Alemanha não entende que ação fiscal forte é vital para a recuperação econômica. Suas declarações são uma pequena amostra das diferença existentes entre os líderes sobre como sair da crise.

Alta no desemprego

Sindicatos alertaram ontem que a recessão global provocará o desemprego de mais de 50 milhões de pessoas. Para os sindicatos, a situação so piorou e o desemprego vai inchar. No domingo, a OCDE já havia dito que nos próximos três anos, o desemprego nos países ricos ligados à organização poderá crescer mais do que cresceu nos últimos dez anos.

Manifestantes a postos, segurança reforçada

AP

O governo britânico reforçou a segurança de Londres com milhares de policiais, na preparação para o encontro do G-20 que começa amanhã. Dezenas de milhares de manifestantes planejam quatro dias de protestos em vários pontos de Londres, o que poderia deixar a capital mais vulnerável — na foto, manifestantes mostram nota falsa de euro com a efígie de um bobo da corte. Há um temor de que terroristas possam aproveitar a presença tanta gente durante protestos para lançar um ataque. A secretária de Interior britânica, Jacqui Smith, disse que, apesar de não se saber sobre um plano específico, os terroristas poderiam atacar "sem qualquer aviso a qualquer hora". O custo da operação de segurança foi de US$ 10 milhões.

Fortalecida, China terá mais voz do que nunca

De Paris

A China chegará amanhã na reunião de cúpula do G-20 fortalecida, como um dos poucos países a manter bom desempenho econômico em meio à mais dramática recessão global, conforme projeções da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Economico (OCDE).

A economia mundial deverá ter contração de 2,75% este ano. O recuo dos Estados Unidos deverá ser de 4%, o da zona euro de 4,1% e o economia japonesa — a segunda maior do mundo — outros 6,6%, na recessão mais profunda e mais sincronizada em décadas, segundo a entidade.

Enquanto nas economias avançadas a retração chegará a 4,3% e o desemprego passará dos 10%, a situação é diferente nos grandes emergentes: a China conserva um crescimento de 6,3% (abaixo dos 8% inicialmente previsto) e a Índia de 4,3%. O Brasil sofreria contração de 0,3%, mas já há sinais de recuperação, que poderão se confirmar a partir do último trimestre. Entre os Bric, o problema é a Rússia: a economia está em colapso, o governo torrando as reservas internacionais e o PIB poderá encolher 5,6%.

O relatório da OCDE vê sinais de que o pior já pode ter passado e a retomada está à vista na China, sobretudo. O consumo chinês compensa parcialmente a forte baixa das exportações, como confirmariam dados de vendas de cimento e do comércio varejista; a produção industrial está se recuperando e Pequim volta a comprar matérias-primas. Os financiamentos bancários crescem e a bolsa chinesa registra alta de 26% desde novembro do ano passado.

Apesar desse dinamismo, analistas do UBS alertam que não é a China que tirará o mundo da recessão. Apesar de estar se tornando a segunda ou terceira maior economia do mundo, dependendo do cálculo usado, o poder de compra do consumidor chinês ainda está muito abaixo das grandes economias. A parte de consumo do PIB chinês está abaixo de 40% e somente 30 milhões de chineses tem uma renda igual ou acima da renda média dos EUA, comparado com 200 milhões na Europa e 45 milhões no Japão.

Resta que a crise financeira tem consequências geopolíticas e o presidente Hu Jintao parece disposto a aproveitar a situação para desta vez não ter mais um papel passivo. Pequim exige um papel maior na governança global, desde que seja encontrado "o bom equilíbrio entre direitos e obrigações dos países", como dizem assessores chineses, procurando não perder o controle de um reequilíbrio do crescimento mundial.

Em sua ofensiva às vésperas do G-20, Pequim propôs a substituição do dólar como divisa internacional por uma cesta de moedas administradas pelo FMI. Já preparou o uso de moedas regionais, no comércio com Hong Kong. Está no centro de um fundo de US$ 120 bilhoes para evitar volatibilidade maior em moedas na Asia.

Cobrado a colocar mais recursos no FMI, Pequim exige em contrapartida mais poder de força para influenciar na elaboração das regras que vão governar as finanças globais pelas próximas décadas.

O banco UBS calcula que a crise já fez evaporar US$ 40 trilhões da riqueza global de US$ 150 trilhões. O debate em Londres vai indicar até que ponto será possível discutir não apenas o tamanho de um programa de retomada da economia, mas também como modificar de maneira duradoura um modelo econômico em fiasco, e que forçou a volta forte do Estado.

O relatório da OCDE coloca mais pressões sobre os participantes do G-20 para adotarem planos agressivos de retomada econômica. A entidade diz que que suas previsões supõem que as tensões nos mercados de capitais vão se atenuar mais para o fim deste ano, embora orientados para a baixa. O perigo mais grave é que com o enfraquecimento da economia real, a saúde das instituições financeiras continua a se degradar, obrigando-as a reduzir empréstimos.

Outro risco é de as medidas dos governos serem insuficientes para restabelecer a estabilidade e a confiança. Além disso, algumas economias da Europa central e em desenvolvimento podem deixar de honrar seus débitos internacionais e o setor bancário nacional enfrentar crise maior. Isso agravaria a recessão mundial.

O impacto da recessão sobre as sociedades é enorme. O desemprego aumentará bastante em todos os paises da OCDE, na maioria deles passando dos 10% pela primeira vez desde os anos 90. O desemprego dobrará em relação a 2007 nos paises do G-7, os mais ricos do mundo, onde poderá haver 36 milhoes de desempregados ao final de 2010.

Para a OCDE, a medida essencial para frear a "hemorragia economica" é uma ação sobre os ativos dos bancos e o problema de solvência do setor. Ou seja, é preciso esclarecer sobre os ativos tóxicos e se necessário "recapitalizar ou estatizar" os bancos insolventes. Medidas suplementares macroeconômicas tidas como cruciais para frear a baixa na demanda global. Mas a OCDE diz que a recessão é severa, mas a economia global está longe de uma "grande depressão" como nos anos 30. *(AM)*

Mesmo antes de recuperação, analistas já temem inflação

Mark Whitehouse
The Wall Street Journal, de Londres

Enquanto o presidente americano, Barack Obama, e o premiê britânico, Gordon Brown, procuram liderar o mundo em uma batalha contra a crise financeira, investindo trilhões de dólares para reanimar suas economias e socorrer os bancos, os investidores e outros políticos fazem uma pergunta perturbadora: será que seus governos conseguirão pagar essa conta?

A resposta, segundo economistas e analistas, é quase com certeza sim. Mas alguns advertem: enquanto as dívidas dos dois países sobem a níveis que não são vistos há décadas, eles vão acabar enfrentando a tentação crescente de permitir que a inflação se acelere, mais do que normalmente permitiriam — uma medida que reduziria o valor das suas dívidas, já que os preços de tudo o mais subiriam.

Isso poderia causar muito prejuízo para todos os tipos de investidores — desde aposentados americanos e britânicos que vivem de renda fixa até grandes detentores de títulos do Tesouro americano, tais como o BC da China.

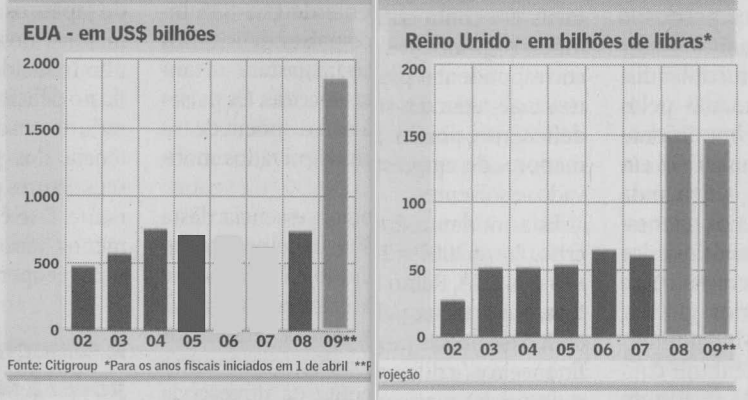
"Seria algo épico, seria terrível, mas provavelmente seria mais fácil do que dar o calote", diz Kenneth Rogoff, professor de economia da Universidade Harvard e ex-economista chefe do Fundo Monetário Internacional.

Enquanto os líderes das 20 maiores economias do mundo se preparam para uma reunião de cúpula para lutar contra a crise, a partir de amanhã em Londres, Obama e Brown se colocaram como a vanguarda dos esforços para levantar a economia global e tirá-la da recessão. Ambos anunciaram pacotes de estímulo fiscal, com os Estados Unidos planejando gastar US$ 787 bilhões. E ambos se voltaram para o "relaxamento quantitativo", em que seus bancos centrais planejam imprimir grandes quantidades de dinheiro — mais de US$ 1 trilhão nos EUA e pelo menos 75 bilhões de libras (US$ 107,3 bilhões) no Reino Unido. Esse dinheiro se destina, em parte, a comprar alguns dos mesmos títulos que os governos vão emitir para cobrir seus enormes déficits públicos.

Se as medidas de estímulo derem sinais de funcionar e deter a deflação, tanto os EUA como o Reino Unido vão enfrentar um novo dilema: quando e como parar e conseguir manter seus déficits orçamentários sob controle.

Ricos e endividados

Total de emissão de títulos soberanos



Fonte: Citigroup *Para os anos fiscais iniciados em 1 de abril **Projeção

Se esperarem demais, suas economias podem superaquecer, disparando uma espiral ascendente nos preços. Na semana passada, o premiê tcheco, Mirek Topolanek, chamou os planos de gastos dos EUA de "caminho para o inferno". Enquanto isso, o pouco interesse por um leilão de títulos do governo americano e o fracasso de outro leilão no Reino Unido fazem duvidar que o mercado esteja disposto a sustentar os pesados empréstimos feitos por esses governos.

Alguns analistas chegaram a evocar imagens da Alemanha dos anos 20 ou do Zimbábue desta década, onde a emissão de dinheiro para cobrir gastos deficitários crônicos aviltou a moeda e criou hiperinflação. "Histórias de horror sobre como a hiperinflação começa vão reaparecer", diz Jan Loeys, estrategista de marketing global do JP Morgan em Londres. "Os investidores estão ficando preocupados."

A maioria dos economistas e analistas diz que no caso dos EUA e do Reino Unido esse tipo de cenário apocalíptico é extremamente improvável. Embora acreditem que as autoridades vão preferir errar adotando a opção da inflação, eles não preveem que ela sairá do controle. Pesados empréstimos poderiam reforçar a dívida líquida de ambos os governos para quase 100% da produção econômica anual desses países; mas isso ainda é inferior aos índices do Japão, que até agora não teve problemas em lançar títulos, embora tenha uma classificação de crédito mais baixa. Se oferecidos pelo preço correto, os títulos lançados por ambos países teriam muitos compradores naturais, tais como fundos de pensão que precisam garantir pagamentos num futuro longínquo.

Mais pernicioso, porém, será o custo político de pagar os juros de todas essas novas dívidas. Se as taxas de juros subirem a um nível moderado, economistas estimam que os pagamentos anuais da dívida podem chegar a 4% do PIB. Isso equivale a mais ou menos todo o orçamento militar dos EUA, o que forçaria decisões difíceis sobre o que cortar.

A carga do serviço da dívida poderia ser até mais problemática no Reino Unido, que enfrenta a perspectiva de grandes cortes no orçamento e impostos mais elevados, depois de anos dependendo do setor financeiro para boa parte da sua receita fiscal.

A pressão dos pagamentos da dívida tem o potencial de modificar a atitude das autoridades quanto à inflação. Normalmente os bancos centrais procuram, de todas as maneiras, manter a inflação sob controle, pois a consideram um imposto injusto que pode corroer o poder aquisitivo da moeda de um país e as economias da população.

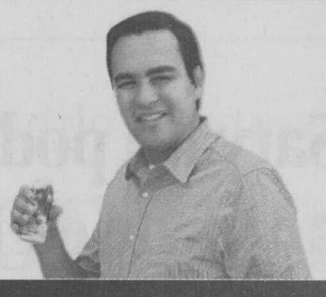
Mas num país que tem pesadas dívidas — e os lares americanos e britânicos são os mais endividados do mundo — a equação muda: a inflação pode reduzir a carga, pois o valor de face dos títulos e dívidas hipotecárias continua o mesmo, ao passo que outras coisas, como os salários nominais, as receitas fiscais e o preço dos imóveis tendem a subir.

Rogoff crê que a inflação anual nos EUA poderia chegar a até 8% a 10% dentro de três a cinco anos, e antes ainda no Reino Unido. Isso pode exercer grande impacto sobre a cotação dos títulos de renda fixa. Se, por exemplo, os investidores esperassem que a inflação americana subisse para 8% a 10% ao ano, um título de dez anos do Tesouro americano teria que valer cerca de 25% menos que o atual.

Leia nas págs. C4 e C5 mais conteúdo do **THE WALL STREET JOURNAL**

Líder fecha 2008 no vermelho B4

Bertin vai investir R$ 40 milhões em marketing neste ano, diz Scaldelai B6



MAKSOUD PLAZA
NOVO! TARIFÁRIO *SIMPLEX* ECONÔMICO
Mais que nunca, a Empresa e Você precisam gastar menos!
Escolha a MENOR tarifa no MELHOR hotel de São Paulo.
www.maksoud.com.br
ou Ligue Grátis: (0800) 0.13.44.11

Construção Empresas vivem nova fase, que inclui venda de ativos e mudanças no alto escalão

Crise leva fundos de private equity a se desfazer de imóveis no Brasil

Daniela D'Ambrosio
De São Paulo

Uma nova realidade bate à porta dos antes prósperos fundos de private equity. Quando a crise financeira começou, a primeira reação dos fundos de participação com foco no mercado imobiliário foi postergar e cancelar investimentos. Agora, porém, estão partindo para a venda dos ativos. Fundos severamente afetados lá fora, donos de carteiras robustas no Brasil, como Autonomy e Tishman Speyer, estão reavaliando a estratégia de atuação no país.

Segundo o **Valor** apurou, o Autonomy Investimentos, um dos fundos de private equity que mais investiu no país, colocou parte de seus ativos à venda: terrenos onde desenvolveria projetos logísticos e comerciais até alguns andares do Rochaverá, empreendimento comercial do qual são sócios. Os empreendimentos estão sendo oferecidos, principalmente, a grandes investidores pessoas físicas.

A necessidade de liquidez teria surgido depois que um dos hedge funds do Autonomy, nos Estados Unidos, sofreu uma onda de resgates no final do ano passado. O fundo tinha prazo de resgate entre seis meses e um ano e a empresa, inclusive, teve que escalonar os saques. "Foi muito comum ver, no meio dessas crise, fundos de curto prazo investindo em ativos de longo prazo", afirma fonte.

Segundo Roberto Lima, responsável pelo Autonomy no Brasil, os saques dos hedge funds não afetam os negócios no Brasil. "Os fundos hedge e a área de real estate são separadas", explica. De acordo com Lima, o fundo do Autonomy tem R$ 200 milhões e os terrenos e o Rochaverá não estão à venda. "Há um retrofit (reforma de edifício) no Rio que iremos vender assim que terminarmos o processo de locação e alguns andares que possuímos em um prédio na Barra da Tijuca", afirma. Mas este seria um bom momento para colocar ativos à venda? "É uma boa hora para comprar", admite. "Então vale gerar caixa e investir em outros ativos." Segundo fontes do mercado, no entanto, os ativos estão à venda por um valor abaixo do que foram comprados.

O Autonomy é dono de 70% da MRV Log, braço da empresa mineira para empreendimentos logísticos. "A parceria continua e os aportes necessários foram feitos pelo Autonomy", afirma Leonardo Correa, diretor de relações com investidores da MRV. "Mas dosamos a velocidade dos projetos por conta do novo ambiente."

A Tishman Speyer — empresa americana que está no Brasil desde a década de 90 e que criou um fundo com potencial para alcançar R$ 500 milhões há dois anos— passa por uma reestruturação. A companhia enfrenta problemas, pois tinha o Lehman Brothers como sócio em um dos investimentos imobiliários mais ambiciosos dos últimos tempos. Em maio de 2007, a Tishman comprou por US$ 22,2 bilhões, junto com o banco, a Archstone-Smith, segunda maior proprietária, administradora e incorporadora de apartamentos dos Estados Unidos.

A saída, oficialmente temporária, do presidente Daniel Citron suscitou rumores no mercado. Citron fez o IPO da Cyrela Brazil Realty e é um executivo respeitado no setor. A partir de hoje, Daniel Citron ficará três meses fora da companhia e, durante esse período, será substituído por Daniel Cherman, diretor de desenvolvimento comercial e o segundo na hierarquia da Tishman no Brasil. Segundo a assessoria de imprensa da empresa, Citron sai de férias prolongadas por motivos pessoais.

A empresa, de acordo com fontes, colocou ativos à venda no Rio de Janeiro. "Não há nada específico à venda, mas faz parte da estratégia vender ativos diante de boas propostas", afirmou a assessoria. A companhia fez demissões pontuais — que não chegam a dez postos, informou — mas está contratando no primeiro escalão. Acaba de selecionar um novo diretor financeiro, Adalberto Bomfim da Costa, vindo da GE.

Destaques

Leilão da Aneel

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou ontem o edital do leilão de concessão de 19 linhas de transmissão e nove subestações em 13 Estados. Segundo a agência, as novas linhas representam o acréscimo de 2,4 mil quilômetros ao sistema nacional. Em 12 lotes, as concessões serão leiloadas no dia 8 de maio, na Bolsa do Rio. Os investimentos são estimados em R$ 1,787 bilhão e as obras devem ser concluídas entre 18 e 24 meses.

Operação concluída

A americana Chevron disse ontem que concluiu a transferência à Ultrapar de suas operações de distribuição de combustíveis no país, que engloba 2 mil postos da marca Texaco. Em agosto, a Chevron anunciou a venda ao grupo brasileiro por US$ 730 milhões (R$ 1,161 bilhão, pelo câmbio da época). Segundo a Chevron, o valor final deveria ser ajustado à variação cambial e ao capital de giro, mas ela não informou ontem o valor recebido. Até o fechamento desta edição, o grupo Ultra não havia se manifestado.

O Conficker vem aí

É aguardado para hoje um ataque em massa do vírus Conficker, alertou a fabricante de antivírus F-Secure. O vírus, que já infectou milhões de PCs em todo o mundo, transforma as máquinas dos usuários em "redes zumbis" para fazer novos ataques. A Microsoft oferece uma recompensa de US$ 250 mil por informações que levem à prisão de seu criador.

Índice

Tecnologia&Comunicações B2 e B3
Serviços B4
Tendências&Consumo B4, B5 e B6
Indústria B7, B8 e B9
Movimento falimentar B9
Commodities B10
Agronegócios B11 e B12

Wal-Mart vai investir R$ 450 milhões e abrir 30 lojas no NE

Supermercados

Carol Mandl
Do Recife

A rede de supermercados Wal-Mart investirá R$ 450 milhões na abertura de 30 lojas na região Nordeste neste ano. Hoje são 138 lojas nos nove Estados nordestinos.

Esse projeto faz parte do plano de investimento anunciado em agosto de aplicar R$ 1,6 bilhão no Brasil neste ano, com a inauguração de 90 unidades.

O anúncio foi feito ontem em meio às comemorações no Recife de cinco anos de presença na região Nordeste, onde o Wal-Mart, com sede nos Estados Unidos, entrou por meio da aquisição da rede Bompreço, que pertencia à Ahold.

A empresa não detalhou quantas unidades abrirá com cada uma das suas seis bandeiras usadas no Nordeste. Porém, Hector Núñez, presidente do Wal-Mart Brasil, afirmou que a marca Todo Dia, voltada para o público de mais baixa renda, deverá ter uma participação significativa dentro das 30 inaugurações.

Para Núñez, a despeito da crise, o Wal-Mart deve encerrar 2009 com alta nas vendas no Brasil. "Aqui, o crescimento continua, tanto que vamos seguir com nossos investimentos. Além disso, nossa estadia no Brasil é de longo prazo", avaliou o executivo. Em relação ao Nordeste, Núñez afirma que a rede varejista está ainda mais otimista, principalmente pelos impactos que ele acredita que o plano habitacional lançado recentemente possa trazer.

No ano passado, as vendas do Wal-Mart Brasil cresceram 13,1%, alcançando R$ 17 bilhões. Para este ano, o presidente da rede não quis fazer previsões. "Só digo que vamos ter um bom ano", afirmou.

O executivo comentou o desempenho do braço de vendas pela internet no Brasil, lançado em outubro do ano passado, depois que a crise estourou nos Estados Unidos. "Estamos indo melhor do que as expectativas que projetamos."

No Estados Unidos, a varejista tem conseguido se sobressair em meio à crise. Em janeiro, por exemplo, foi a única rede que anunciou crescimento das vendas, de 2,1% nas mesmas lojas que tinha em 2008.

Núñez não quis comentar o interesse da multinacional no Ponto Frio, varejista de eletroeletrônicos. Além das Lojas Americanas, Magazine Luiza, Pão de Açúcar e do consórcio Insinuante/BTG, a GP Investimentos e o Wal-Mart também teriam interesse na rede, segundo o **Valor** apurou.

Ler mais sobre a varejista Ponto Frio na página D4

SERGIO VIGNES/TEMPO EDITORIAL/VALOR

Núñez, presidente do Wal-Mart no Brasil: a marca Todo Dia, voltada para a baixa renda, vai ser importante na região

COMUNICADO

LUIZ FERNANDO MUSSOLINI JÚNIOR vem comunicar aos amigos e colegas advogados, contabilistas e professores, aos alunos e ex-alunos, a instalação de sua banca de advocacia em São Paulo, SP, à Rua Sampaio Viana, nº 75, 11º andar, conjs. 1101, 1102, 1109 e 1110, Paraíso.

Fone/fax (11) 2738-3025

e-mail: *mussolini@mussolini.adv.br*

CONGELAMENTO DE HEADCOUNT?
CONTE COM A MICHAEL PAGE INTERIM
RECRUTAMENTO ESPECIALIZADO PARA POSIÇÕES TEMPORÁRIAS E TERCEIRIZADAS.
www.michaelpage.com.br/interim
Michael Page INTERIM

Country Manager

Our client is one of the largest reinsurers operating in the global market.

São Paulo - SP ◆ Attractive Package

Reporting to headquarters your main responsibilities will include to:
- Be responsible for the implementation of country strategy by developing a specific account action plan to achieve or exceed planned goals;
- Actively participate in the development of overall International Business Plan;
- Ensure transfer of local knowledge and analyses with and through regional and home office;
- Manage all aspects of client relationship;
- Ensure compliance to local regulations and requirements.

We seek a professional who possesses the following skills: strong experience in Management, Finance, Marketing, experience with reinsurance business in Brazil, experience as a country manager for an international company, distribution field (bancassurance, telemarketing), the management of human resources to achieve sales objectives, experience with non-traditional products, market experience and recognition. Fluency in English, solid team working and interpersonal skills are required.

Candidates must send CV through www.michaelpage.com.br, with the reference ARBA59424
CVs will be reviewed by Ricardo Barcelos

Specialists in Insurance Recruitment
www.michaelpage.com.br
Michael Page INSURANCE

Intellectual Property Manager

Our client is a multinational company, leader in its segment and is looking for a unique professional for a unique position in the I.P. area.

São Paulo - SP ◆ Highly Attractive Package

Reporting to the Global Intellectual Property Headquarters, your main responsibilities will include to:
- Provide commercially astute advice to the business on IP issues;
- Establish proactive counselling relationships with the company's personnel;
- Provide IP legal support and advice on projects that arise from time to time, particularly acquisitions, disposals and joint venture arrangements;
- Assist in managing the trademark and patent portfolios across all company's brands, and some local brands, to ensure cost effective Intellectual Property protection.

The candidate should have a law degree with IP (commercial and litigation) experience in a law firm and/or major corporation. Strong experience and excelent knowledge of copyright, patent (mainly) and trade secret protection and other IP areas are essential. Fluency in English is required.

Candidates must send CV through www.michaelpage.com.br, with the reference JFSA66167
CVs will be reviewed by Fabio Salomon

Specialists in Legal Recruitment
www.michaelpage.com.br
Michael Page LEGAL

Computadores Foco do investimento será na marca própria PCWare

Digitron planeja reforçar produção de placa-mãe

Manuela Rahal
De São Paulo

Os processadores são considerados o cérebro do computador e movimentam um segmento bilionário e muito conhecido. Já as placas-mãe, onde o processador e a memória são encaixados, não contam com essa popularidade, mas também representam um negócio significativo, no qual a brasileira Digitron planeja dar um passo importante nos próximos meses.

Há 23 anos no mercado, a Digitron monta placas para grandes companhias internacionais, como a Intel e a taiwanesa Gigabyte, mas por força desse modelo de atuação sempre permaneceu nos bastidores. Agora, porém, a empresa planeja investir R$ 2 milhões em sua marca própria de produtos, a PCWare.

A marca foi criada há um ano, mas com atuação concentrada em produtos considerados mais simples. Mesmo assim, passou a representar 40% do volume de placas fabricadas pela Digitron desde seu lançamento. Por mês, a companhia fabrica cerca de 260 mil peças no total, com mais de 3,1 milhões de placas produzidas anualmente. Sob a marca PCWare foram distribuídas 1 milhão de placas.

A previsão é de que, até o fim do ano, a companhia passe a fabricar 200 mil placas PCWare por mês, o que somaria cerca de 2,4 milhões de peças, diz Wladimir Benegas, diretor de vendas e marketing da Digitron.

JEFFERSON DIAS/VALOR

Wladimir Benegas, diretor de vendas e marketing da Digitron: trabalho de reposicionamento da companhia

Para alcançar essa meta, a companhia iniciou um projeto de reposicionamento da marca. Os responsáveis pelo trabalho são Benegas e Elcio Hardt, que são egressos da AMD, maior concorrente mundial da Intel, e foram recém-contratados pela Digitron. Uma das tarefas principais será conquistar a confiança dos clientes, basicamente os revendedores de componentes e os chamados integradores — empresas que compram grandes volumes de peças para montar equipamentos e revendê-los.

A aposta da Digitron para disputar o mercado de produtos sofisticados é a IPM 31, um produto que, segundo os executivos, é montada com os mesmos componentes das placas da Intel, mas sob custo menor. Só por esse motivo, o preço pode ser de 8% a 10% menor, diz o executivo. A diferença parece pequena, mas quanto maior o volume, maior a economia.

Apesar disso, a PCWare não pretende concorrer com a Intel, que é considerada uma de suas principais parceiras de negócio, dizem os executivos. "A Intel tem seu mercado garantido, queremos abrir o leque dos clientes que já compram de nós", afirma Hardt.

Além disso, diz Benegas, a Digitron pretende duplicar a produção para as duas linhas para evitar problemas no fornecimento para terceiros. "Noventa por cento das placas-mãe PCWare levam o processador Intel, portanto, também interessa a eles um resultado positivo nas vendas da PCWare", diz.

Dos 12 mil revendedores da Digitron, 8,5 mil já vendem placas da PCWare. A companhia também acaba de fechar contratos com grandes integradores e fabricantes, como Itautec, CCE e Diebold.

Com as mudanças no modelo de atuação, a Digitron espera aumentar sua produção total em 30% neste. O faturamento em 2008 foi de R$ 360 milhões.

Satyam pode ser vendida antes de eleição na Índia

Serviços

Joe Leahy
Financial Times, de Mumbai

O conselho de administração encarregado de gerir a Satyam Computer Services, prestadora de serviços de tecnologia da informação indiana abalada por um escândalo contábil, espera vender a empresa até meados de abril, antes das eleições gerais no país, no que seria um dos acordos de aquisição mais incomuns já vistos.

Os interessados no quarto maior grupo de computação indiano vêm sendo alertados para o fato de não haver contas financeiras confiáveis sobre a empresa e avisados para preparar suas próprias avaliações sobre possíveis passivos com processos de acionistas. "Estamos dizendo às pessoas que não haverá nada disponível nessa frente", disse uma fonte a par da transação, a respeito dos números financeiros.

O governo está disposto a promover um recomeço com a Satyam, na qual foi obrigado a intervir depois de o ex-presidente do conselho de administração B. Ramalinga Raju confessar ter manipulado as contas da companhia por anos e inventado um saldo de caixa de US$ 1 bilhão.

Desde a admissão em janeiro, o governo indicou um novo conselho para a empresa, que substituiu sua auditoria, a PricewaterhouseCoopers (PwC), pela KPMG e a Deloitte.

As duas empresas de auditoria conduzem uma contabilidade forense nos livros da Satyam e as novas contas completas da empresa são esperadas para daqui a seis meses, bem depois da conclusão do processo de venda.

Apesar das incertezas sobre a real posição financeira da Satyam, a oferta de venda de participação de 51% em seu capital atraiu sete interessados, entre os quais duas empresas indianas, a Larsen & Toubro e a Tech Mahindra. Os outros interessados são investidores estratégicos, como são chamados os compradores que atuam na mesma área da empresa-alvo ou grupos de investimentos em participações.

Possíveis investidores estratégicos estrangeiros, como a IBM, não expressaram interesse, em parte pelo risco representado pelo passivo judicial potencial da Satyam nos Estados Unidos e pelo que pode haver de desconhecido em seu balanço patrimonial.

Os interessados começaram o processo formal de avaliação das contas da empresa na semana passada e devem apresentar suas propostas antes de 15 de abril. As ofertas serão abertas perante um juiz e, em seguida, o vencedor será escolhido.

A Satyam não quis comentar as informações. A companhia havia informado às autoridades reguladoras que a meta era completar a venda até 30 de abril, mas fontes familiarizadas com o processo disseram que a operação poderia ser concluída em meados de abril. O cronograma ajusta-se ao gosto do governo, liderado pelo Partido do Congresso, que quer limpar o terreno do escândalo antes que o país dê início a um mês de votações para as eleições gerais, em 16 de abril.

Analistas dizem que sem os dados financeiros, avaliar a Satyam é uma tarefa altamente subjetiva. A empresa provavelmente será vendida com um grande desconto em relação a seu valor de mercado de US$ 500 milhões. A companhia enfrenta várias ações de investidores nos EUA e um processo da antiga cliente Upaid Systems numa disputa de patentes. O processo de venda vem sendo comparado a uma privatização, mas sem o envolvimento de uma empresa estatal. FT

Assine o Valor e tenha acesso imediato.

Assinando o jornal Valor Econômico pelo nosso site, você já passa a ter acesso a todo o conteúdo do Valor Online.

Acesse:
www.valoronline.com.br/assine

Se preferir, ligue:
(11) 2199-2199 (Grande São Paulo)
0800 701 8888 (demais localidades)

Valor ECONÔMICO

SEMINÁRIO

ESTRATÉGIA DE DEFESA NACIONAL E A INDÚSTRIA BRASILEIRA

As novas conquistas econômicas e o lançamento do Plano Nacional de Defesa voltaram à pauta do governo.

Com o objetivo de fomentar o debate sobre este tema, será realizado o seminário **Estratégia de Defesa Nacional e a Indústria Brasileira**, com participação do governo, parlamentares e iniciativa privada.

TEMAS ABORDADOS:

- A estratégia e necessidades da defesa no Brasil do século XXI
- A estratégia de defesa nacional e os desafios da absorção e desenvolvimento de novas tecnologias
- O poder de compra do governo e o financiamento da indústria da defesa
- A experiência brasileira de um desenvolvimento tecnológico autônomo
- A experiência internacional

Dia: 07/04/2009
Horário: 8h30 às 17h30

Local: Auditório Nereu Ramos
Câmara dos Deputados - Brasília – DF

RSVP: defesanacional@comunicatoeventos.com.br
(61) 3963-5769

PATROCÍNIO:

REALIZAÇÃO:

Equipamentos Número de funcionários na fábrica de Manaus caiu de 1,1 mil para menos de 420, diz sindicato

Em crise, Evadin fecha escritório em SP

Talita Moreira
De São Paulo

A Evadin, fabricante nacional de produtos eletrônicos, encerrou as atividades do escritório que tinha em São Paulo, onde concentrava as áreas administrativa e de assistência técnica. A medida, adotada na sexta-feira, é apenas o sinal mais recente da crise atravessada pela companhia, fundada no fim dos anos 60 pela família Kryss.

A empresa mantém sua fábrica na Zona Franca de Manaus, mas as operações estão em ritmo lento. Algumas linhas de produção — como a de monitores — estão paralisadas, segundo várias fontes ouvidas pelo **Valor**. Segundo essas pessoas, permanece ativa somente a fabricação de modens para o acesso à internet sem fio e de dois modelos de telefone celular.

O número de trabalhadores da Evadin em Manaus caiu de 1,1 mil em setembro para menos de 420 atualmente, disse o presidente do sindicato dos metalúrgicos do Amazonas, Valdenir Santana. Não há informações sobre a quantidade de funcionários que a empresa tinha em São Paulo e se eles foram dispensados com o fechamento das atividades locais.

O **Valor** procurou representantes da Evadin durante dois dias, mas até o fechamento desta edição nenhum executivo respondeu aos pedidos de entrevista para dar esclarecimentos sobre a situação da empresa.

A Evadin fabrica produtos eletrônicos em regime de terceirização e vinha tentando colocar no mercado uma linha com marca própria, batizada de Aiko. A crise econômica, no entanto, agravou os problemas da companhia, que já se deparava com a competição das empresas chinesas e de concorrentes com marcas mais conhecidas.

A empresa mantém as entregas de dois modelos de celulares e de modens de terceira geração (3G) que produz, desde o ano passado, para a chinesa ZTE. "O abastecimento está normal. Recebemos produtos na semana passada", afirmou o principal executivo da ZTE no Brasil, Eliandro Ávila.

Segundo uma pessoa ligada a um cliente da Evadin, a fabricante tem dívidas com a ZTE e vai passar a produzir modens somente com a marca chinesa, que vem tentando conquistar mercado no país. Essa fonte afirmou que a Evadin provavelmente não continuará a produzir celulares e modens 3G com sua própria marca, a Aiko.

A linha de aparelhos Aiko foi lançada em 2003, quando o efervescente mercado brasileiro de telefonia móvel, altamente subsidiado pelas operadoras, atraiu mais de uma dezena de fabricantes de aparelhos para o país. No entanto, a Evadin nunca conseguiu transformá-la num competidor com participação relevante nas vendas de aparelhos. Mesmo assim, insistiu no uso da marca em uma linha de televisores e computadores pessoais.

A estratégia deparou-se com a crise econômica global — que elevou as cotações do dólar e reduziu drasticamente a demanda por PCs e telefones móveis.

As origens da Evadin remontam a 1967, quando a empresa se tornou importadora e representante da japonesa Mitsubishi no Brasil. Cinco anos mais tarde, inaugurou sua fábrica na Zona Franca de Manaus.

Google lança fundo de US$ 100 milhões para investir em companhias iniciantes

Estratégia

Richard Waters
Financial Times, de San Francisco

O Google deu a partida ontem à sua aposta visando ampliar a já desmedida influência da companhia sobre o Vale do Silício, com planos para aderir ao pequeno número de grandes firmas de capital de risco que dominam o florescente setor de jovens empresas de tecnologia de informação.

Embora tenham se comprometido em gastar apenas US$ 100 milhões em seu primeiro ano como investidor de capital de risco, executivos do Google deixaram claro que a companhia de internet pretende entrar para o fechadíssimo clube financeiro no Vale do Silício, dominado por empresas como a Kleiner Perkins e a Sequoia Capital. Essas firmas habitualmente criam fundos de US$ 500 milhões ou mais, e estão na retaguarda de muitas das principais histórias de sucesso na região.

"Capital não será nossa principal limitação", disse Bill Maris, um dos dois sócios gestores do Google Ventures, um nova subsidiária financeira anunciada ontem.

O fundo anunciou que considerará investir "dezenas de milhões de dólares" para alavancar algumas companhias, uma escala que também sinaliza sua intenção de tornar-se um investidor gigante, tendo em vista a maneira como os fundos de capital distribuem seu risco por diversos empreendimentos. "Acreditamos que poderemos ter um desempenho paralelo ao das firmas de capital de risco de primeira linha", acrescentou Rich Miner, o outro sócio gestor.

A iniciativa incomum aprofundará a influência do Google, tendo em vista a longa sombra que já projeta sobre o Vale. Igualmente temida e admirada, a companhia operadora de um mecanismo de buscas na internet assumiu os papéis tanto de modelo como de possível compradora de uma geração de firmas iniciantes na internet.

Dada sua gama rapidamente crescente de interesses na internet, o Google tornou-se o principal concorrente de muitas novas empresas on-line, o que o torna, em princípio, igual ameaça a empresas iniciantes quanto parecia a Microsoft no auge da era do desenvolvimento de software para PCs.

Executivos do Google afirmam, porém, que discussões iniciais no Vale sugeriram que a companhia não deverá enfrentar obstáculos devido a preocupações semelhantes. "Foi nossa preocupação que as pessoas não se assustassem com isso, mas tivemos a satisfação de descobrir que ninguém estava assustado", disse Miner. Maris acrescentou: "Em vez de projetar uma grande sombra, estamos tentando lançar luz e encontrar jovens empresas, empreendedores e pessoas fazendo coisas incríveis, num momento em que um mal-estar generalizado apoderou-se da economia e das pessoas".

Embora muitas companhias de TI gestoras de fundos de capital de risco realizem investimentos estratégicos em empresas recém-criadas, frequentemente com vistas a adquiri-las futuramente, o Google disse que seus investimentos serão feitos exclusivamente com base em critérios financeiros.

Mesmo não tendo estabelecido uma meta financeira, executivos do Google disseram que a companhia acredita poder obter um vigoroso retorno mediante o estabelecimento de sua própria subsidiária no setor de capital de risco, em vez de colocar dinheiro em firmas especializadas. **FT**

Dona do 'Chicago Sun-Times', pede recuperação judicial nos EUA

Mídia

Hal Weitzman
Financial Times, de Chicago

O Sun-Times Media Group, que edita o jornal "Chicago Sun-Times" e 58 outros jornais menores nos subúrbios de Chicago, tornou-se ontem a quinta editora jornalística dos Estados Unidos a pedir recuperação judicial nos últimos quatro meses.

A decisão deixa os dois maiores jornais de Chicago sob proteção da justiça contra os credores. A Tribune, editora do "Chicago Tribune" e do "Los Angeles Times", foi a primeira das cinco companhias a pedirem a recuperação judicial em dezembro.

O "Sun-Times" já foi conhecido por reportagens investigativas marcantes e pelo estilo atraente de colunistas como Mike Royko. Mas seus problemas são mais profundos que a grande queda das receitas com anúncios que vem afetando muitos dos grandes jornais americanos nos últimos meses.

A companhia controladora, que já foi controlada pela News Corp de Rupert Murdoch na década de 80, ainda sofre com os anos de má administração de Conrad Black, sob cujo comando o grupo era conhecido como Hollinger International.

Lord Black e David Radler, que trabalhou como editor do jornal, roubaram milhões de dólares da companhia. Os dois foram condenados e presos por fraude criminosa. Radler também foi censurado pelo Audit Bureau of Circulations por inflar os números de circulação do jornal. O "Sun-Times" vem lutando para superar as consequências da fraude. A companhia deve ao fisco dos Estados Unidos mais de US$ 600 milhões em impostos não pagos e multas relacionadas à era Black.

Recentemente, a Sun-Times Media pagou US$ 21 milhões para encerrar o caso com a Canwest Global Communications, uma companhia canadense que alegou que Lord Black a enganou na aquisição de um grupo de jornais canadenses controlados pela Hollinger.

Os problemas financeiros levaram a uma disputa no conselho de administração, na qual a Davidson Kempner Capital Management, uma administradora de fundos de hedge de Nova York, liderou uma revolta dos acionistas que em fevereiro forçou Cyrus Freid-heim a deixar o cargo de presidente-executivo.

Assim como seus concorrentes, o "Sun-Times" passou por várias rodadas de demissões e corte de salários. Este ano, a companhia anunciou o fechamento de 12 jornais de bairro. Jeremy Halbreich, presidente do conselho de administração e presidente-executivo interino, disse que apesar da recuperação judicial, "os negócios prosseguirão como sempre".

No ano passado, a Sun-Times Media contratou o banco Lazard Frères como consultor estratégico, visando uma possível venda de ativos. No entanto, o contrato foi desfeito em fevereiro, sem qualquer venda. Desta vez, a companhia disse que encarregou o banco Rothschild de procurar possíveis compradores. **FT**

Curtas

Sony reduz preço do PS2

A Sony informou que reduzirá o preço de seu console de videogame mais antigo, o PlayStation 2, em 23%, para US$ 99,99, em uma tentativa de seduzir famílias dispostas a comprar games. O corte do preço, a partir de hoje, pode manter vivo o PS2, que vendeu mais de 136 milhões de unidades desde seu lançamento em 2000, tornando-se o mais popular videogame do mundo, informou a Sony ontem. A notícia segue rumores, ainda não confirmados, de websites e blogs, de que a Sony deve reduzir o preço do PlayStation 3, o mais poderoso console da empresa. O PS3 é de longe o mais caro modelo de videogame, vendido por cerca de US$ 400. A Sony informou que o preço abaixo de US$ 100 levará a uma nova onda de compra de games por famílias de baixa renda. As informações são da Reuters.

Resultado da Acer

A taiuanesa Acer, terceira maior fabricante de notebooks do mundo, informou ontem que seu lucro líquido no quarto trimestre cresceu, mas ficou abaixo do esperado por conta de queda da receita junto com a demanda corporativa e de consumidores. Segundo a Reuters, analistas afirmam, porém, que a companhia está tendo um desempenho melhor do que a concorrência em meio à crise financeira. A margem de lucro operacional da Acer foi de 2,94% no quarto trimestre. O lucro líquido entre outubro e dezembro foi de 2,81 bilhões de dólares taiuaneses (US$ 82,9 milhões). A receita da Acer caiu 8%, para 134,9 bilhões de dólares taiuaneses. A companhia permaneceu relativamente resistente durante a crise devido à linha de notebooks de baixo custo altamente popular.

Com pesar, anunciamos o falecimento do

Sr. Ludwig Schmitt-Rhaden

(Ex-Presidente Mundial da Bunge)

Responsável pela excepcional reestruturação do Grupo no Brasil, assumiu a direção mundial, concentrando os negócios em um ciclo de grande expansão. Alemão de origem, com uma contagiante energia, espírito vanguardista e uma visão de comando única.

De julho de 1992 a maio de 2001, dirigiu as operações do Grupo, ajudando a criar e desenvolver a estrutura e a cultura praticadas até hoje na Bunge.

Somos muito agradecidos pela sua firme liderança em tempos difíceis, por suas ações pontuais e significativas e por seu senso prático na solução do que era possível e até, impossível, mostrando sempre a direção certa para o caminho que leva ao sucesso.

Falecido aos 77 anos, deixa mulher, filhos e neta.

Uma homenagem, em nome do board, da direção e dos funcionários da Bunge, ao alemão que continuará nos inspirando com suas atitudes e palavras, suas histórias de sucesso e sua postura exemplar.

BUNGE

TEKA TEKA - TECELAGEM KUEHNRICH S.A.
COMPANHIA ABERTA - CNPJ Nº 82.636.986/0001-55

AVISO AOS ACIONISTAS

Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social, na rua Paulo Kuehnrich, n. 68, Bairro Itoupava Norte, em Blumenau, Santa Catarina, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações) referente ao exercício social encerrado em 31.12.2008.

Blumenau, 30 de março de 2009.
A ADMINISTRAÇÃO

CENTRAL DE ATENDIMENTO AO ASSINANTE

(11) 2199-2199 0800 701 8888
(Grande São Paulo) (demais localidades)

atendimento@valor.com.br

Eletrobrás
Centrais Elétricas Brasileiras S.A.

Ministério de Minas e Energia
BRASIL UM PAÍS DE TODOS GOVERNO FEDERAL

COMPANHIA ABERTA CNPJ 00001 180/0001-26

AVISO AOS ACIONISTAS

Encontram-se à disposição dos senhores acionistas, os documentos a que se refere o Artigo 133, da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício de 2008, conforme abaixo:

No site da Companhia, através do endereço: http://www.eletrobras.com.br/elb/ri.

Na sede da Companhia: Setor Comercial Norte, Quadra 4 – Bloco B – Torre C, sala 203 – Centro Empresarial Varig – Brasília - Distrito Federal e no Rio de Janeiro, no Departamento de Administração do Capital Social – Divisão de Gestão dos Direitos dos Acionistas, Avenida Presidente Vargas, 409, 9º andar, Centro.

Brasília, 30 de março de 2009

Astrogildo Fraguglia Quental
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

NÍVEL 1 BOVESPA BRASIL | EBR & EBR.B LISTED NYSE | Índice de Sustentabilidade Empresarial ISE Carteira 2008 - 2009 | Latibex

Refeições coletivas Avanço da terceirização beneficia companhia

Hospitais e escolas puxam expansão da Compass

Gill Plimmer
De São Paulo

A britânica Compass, maior empresa mundial de serviços de refeições, informou ter registrado alta nas receitas graças ao aumento na terceirização da alimentação nos setores de saúde e educação, o que a ajudou a compensar o declínio verificado nas áreas de lazer e esportes. (No Brasil, a Compass é dona da GRSA, líder nacional no setor de refeições coletivas).

A companhia destacou que sua rentabilidade está "bem acima" das expectativas e deve apresentar aumento superior a 30% no lucro por ação no primeiro semestre fiscal, encerrado em 31 de março. A fragilidade da libra esterlina também beneficiará os resultados, elevando o lucro operacional em cerca de 70 milhões de libras esterlinas (US$ 100 milhões).

O crescimento da receita no primeiro semestre deverá ser de 2,5%, informou a empresa. Incluindo aquisições e levando em conta uma taxa de câmbio constante, a expectativa é de alta de 3%.

Mais metade das vendas da companhia vai para consumidores fixos — como crianças em escolas, prisioneiros, pacientes de hospital, soldados e trabalhadores de empresas militares e petrolíferas — e se manteve sólida.

Já as vendas para clientes com poder de escolha, como em refeitórios de empresas e estádios esportivos, foram afetadas pela queda no emprego.

Em compensação, a empresa ganhou vários contratos novos, incluindo um acordo para alunos dos anos iniciais do ensino fundamental na Flórida. A previsão para a América do Norte é de aumento de 3% na receita.

No Reino Unido, a empresa projeta crescimento em torno a 4% na receita, abaixo do registrado no ano passado, apesar dos cortes de custos e da reestruturação das operações. A companhia, contudo, informou que os serviços prestados a empresas de saúde, educação, militar e em alto mar continuam firmes. Recentemente, obteve o contrato para fornecer serviços de alimentação ao Jockey Club em todas suas 14 pistas de corridas.

O executivo-chefe da empresa, Richard Cousins, disse que há "evidências de mais consultas e novos negócios por sair" e que está confiante de que a companhia continuará a mostrar bons resultados.

As ações da companhia encerraram a sessão de ontem na bolsa de Londres em alta de 8%, cotadas a 319 pence.

Os mercados vinham mostrando-se cautelosos antes do comunicado da companhia, temendo que a Compass pudesse ser atingida pelo aumento no desemprego e declínio nos gastos de clientes com opção de compra. Os cortes de custos e avanços acima das expectativas na margem de lucro operacional, contudo, foram tranquilizantes, assim como a flexibilidade em sua base de custos.

A companhia também parece inclinada a beneficiar-se com a tendência a uma maior terceirização. Sendo negociada a uma relação de preço/rendimento projetada de 10,8 vezes para 2009, deverá superar a rival Sodexo, que anuncia o balanço em 23 de abril e é negociada a uma taxa de 13,5 vezes. O aumento de 2,5% na receita, embora abaixo da expectativa do mercado de 3%, também traz melhores perspectivas. *(Tradução Sabino Ahumada)* FT

BPB/VIA BLOOMBERG NEWS

Cousins, da Compass, está confiante em relação ao futuro: "Há evidências de mais consultas e novos negócios por sair"

Líder fecha 2008 no vermelho

Aviação

César Felício
de Belo Horizonte

Empresa que teve na venda de jatos executivos o seu principal negócio até este ano, a Líder Táxi Aéreo deverá conseguir a maior parte de seu faturamento de 2009 com o aluguel de helicópteros, avaliou ontem o diretor financeiro da Líder, Ronaldo Ribeiro. Com sede em Belo Horizonte e ramificações em doze Estados, a Líder teve uma receita líquida de R$ 550 milhões, cerca de 7% acima dos R$ 514,3 milhões obtidos em 2007.

A Líder em 2008 deu prejuízo de R$ 31 milhões e seu resultado operacional caiu de R$ 107 milhões, em 2007, para R$ 25 milhões este ano. Em 2007 a empresa havia tudo lucro líquido de R$ 95 milhões. Mas este número foi engordado por operações de alienação de patrimônio: um centro comercial na região da Savassi, em Belo Horizonte, foi vendido por cerca de R$ 77 milhões. O fator decisivo para comprometer o balanço da Líder foi o resultado financeiro, afetado pela desvalorização do real.

"Nossa dívida está atrelada ao dólar em 100%", afirmou Ribeiro. A Líder fechou o ano com R$ 244 milhões em dívidas, ou o equivalente a US$ 104 milhões. Em 2007, devia mais em dólar — US$ 114 milhões — e menos em real, R$ 201 milhões.

Do faturamento total da Líder, representante da norte-americana Hawker Beechcraft, 41% refere-se à venda de 38 aeronaves e 33% a aluguel de 43 helicópteros. O aluguel da frota própria de 31 aviões representou apenas 11% do total. A empresa não divulgou os resultado trimestrais de 2008. Mas no final do primeiro semestre, informou um crescimento de 15% sobre igual período de 2007 — a queda da receita ocorreu no segundo semestre.

Segundo Ribeiro, a Líder conta com as novas licitações em curso da Petrobras, com quem já tem 25 contratos, para impedir a queda do faturamento este ano. Deve entregar uma quantidade de aeronaves semelhante a do ano passado, em função do cumprimento de contratos antigos. Mas desde o início de 2009 a Líder não fez mais encomendas para revenda. O resultado das licitações da Petrobras deve sair até julho.

Em 2008, a Líder inaugurou seu terceiro hangar no aeroporto de Jacarepaguá, na capital do Rio de Janeiro. A Líder conta com bases para atender a Petrobras e outras companhias exploradoras em Vitória (ES), Macaé (RJ), Ilhéus (BA), Navegantes (SC) e Porto Urucum (AM).

MP acusa Uniban de não ter 30% dos professores em tempo integral

Ensino

Beth Koike
De São Paulo

O Ministério Público Federal em São Paulo entrou, na quinta-feira, dia 26, com uma ação civil pública com pedido de liminar contra a Universidade Bandeirante (Uniban). A alegação do MP é que a Uniban possui apenas 26,5% de seus professores atuando em regime integral, abaixo dos 30% exigidos pela legislação.

A Uniban, por sua vez, informa que atualmente 35,5% do seu corpo docente trabalha em regime integral e que os dados informados pelo Ministério Público referem-se a 2007. "Protocolamos, no dia 18 de fevereiro, no MEC nosso percentual de professores em regime integral. Os dados do Ministério Público estão defasados", afirmou Eduardo Fonseca, assessor de comunicação da Uniban.

O Ministério Público destacou que, em janeiro, enviou à Uniban uma recomendação para que a universidade se adaptasse às exigências, mas que a mesma não se pronunciou e por isso entrou com a ação civil. Segundo Fonseca, a Uniban ainda não recebeu a notificação da ação civil.

O MP pede que a universidade seja condenada a pagar indenização de R$ 500 mil, a ser revertido ao Fundo de Direitos Difusos, com alegação de que causou danos à sociedade.

Ainda na área de educação, o MP assinou acordo judicial com a Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU). Pelo acordo, a FMU se compromete a não reter documentos de alunos inadimplentes. Caso descumpra o compromisso firmado, a instituição está sujeita a multa diária de R$ 10 mil.

Drogasil assume segundo lugar no ranking em 2008

Farmácias

Claudia Facchini
De São Paulo

Segundo ranking publicado ontem pela Associação Brasileira de Farmácias (Abraframa), a Pague Menos, com sede no Ceará, continua sendo a maior varejista de medicamentos no Brasil em faturamento, figurando em primeiro lugar em 2008.

A Drogasil, de São Paulo, subiu do quarto para o segundo lugar e passou à frente da Drogaria São Paulo, de São Paulo, e da Pacheco, do Rio de Janeiro, que ficaram em terceiro e quarto lugar em vendas, respectivamente. A Abrafarma, porém, não divulgou o faturamento das redes de drogarias.

A Droga Raia, de São Paulo manteve-se em quinto lugar, enquanto Araújo, de Minas Gerais, ascendeu do sétimo para o sexto lugar. A rede mineira ultrapassou a Panvel, do Rio Grande do Sul, caiu para a sétima posição.

Segundo balanço publicado pela Pacheco, sua receita bruta cresceu 22,5% e atingiu de R$ 1,25 bilhão em 2008. As vendas brutas da Drogasil aumentaram 31,8%, alcançando R$ 1,32 bilhão no ano passado.

Carga tributária continua menor do que nos anos 90

Cigarros

Chico Santos
Do Rio

A carga tributária sobre a indústria de cigarros permanece muito inferior ao que era em meados da década passada, mesmo considerando os aumentos de 23,5% no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e de 70% no PIS/Cofins anunciados pelo governo para vigorar a partir de 1º de maio. Segundo estimativa da Souza Cruz, os aumentos elevam a carga tributária sobre o cigarro de 58% para 65%. No fim de 1995, a carga alcançava 73,5%, segundo informação dada pelo então presidente da Souza Cruz, Flávio Andrade, em entrevista ao jornal "Folha de S. Paulo" publicada em 1º de janeiro de 1996.

Na época, em plena guerra contra os cigarros contrabandeados ou produzidos informalmente no Brasil, o setor defendia que a carga tributária fosse reduzida em cinco pontos percentuais, calculando que isso permitiria uma queda de 20% nos preços das marcas vendidas no mercado legal. O objetivo era baratear o preço no mercado formal e estancar a fuga de consumidores para o mercado informal.

Em 1999, o decreto-lei 3.070 atendeu, de certa forma, o pleito, permitindo redução substancial na incidência de IPI, principal tributo federal, sobre os cigarros. Ele modificou a forma de incidência do imposto, passando de um percentual sobre o valor do produto (ad valorem) para um valor fixo sobre cada categoria de preços em que se divide o mercado do produto.

A Souza Cruz entende que com o aumento da tributação anunciado esta semana o governo dá um passo atrás. Em nota divulgada ontem a empresa diz que "como a indústria de cigarros já opera com alta carga tributária, tais aumentos poderão contribuir para o incremento do já elevado patamar de ilegalidade existente no mercado de cigarros".

A empresa afirma que o contrabando e a sonegação já impedem que o governo arrecade R$ 1,8 bilhão por ano, quase o dobro da meta de arrecadar R$ 975 milhões com a alta dos impostos, e pede a intensificação do combate ao mercado paralelo.

Em outra ponta do debate, o Sindicato da Indústria de Fumo do Estado de São Paulo (Sindifumo) quer que o governo reveja a legislação de modo a reduzir a carga sobre os produtos das empresas de pequeno porte que estão representadas na entidade. O Sindifumo entende que a legislação atual favorece as grandes empresas (a Souza Cruz detém 62,1% do mercado total de cigarros no Brasil).

Segundo estudo do sindicato, apresentado em novembro do ano passado à Comissão de Direitos Humanos do Senado, quando a incidência do IPI passou de "ad valorem" para um valor fixo, a incidência do imposto sobre os cigarros da categoria I (mais baratos) fabricados pelas grandes empresas (Souza Cruz e Philip Morris), que custavam na época R$ 1,14 o maço, caiu 26%. Já sobre similares de indústrias menores, que custavam R$ 0,80 o maço, o imposto fixo de R$ 0,35 por maço teria aumentado a carga em 6%.

A Philip Morris também pede mudanças no sistema de tributação, de maneira a garantir que "todos os produtos e fabricantes no mercado sejam taxados igualmente, sem qualquer distinção baseada em características irrelevantes do produto, como sua embalagem", informou a empresa em comunicado. A embalagem, hoje, é um dos critérios para enquadramento das marcas nas diferentes classes de tributação. A empresa defende sistemas como o da União Europeia que combina a cobrança "ad valorem" com um valor fixo por carteira, sem considerar o tipo de embalagem.

www.valoronline.com.br/assine

Valor ECONÔMICO

BLUE CHIP

ANGELA KLINKE

Frasqueira de líder

São cada vez mais raras as fragrâncias que duram mais que um verão. O Boss, de Hugo Boss, comemora dez anos no mercado e 50 milhões de frascos vendidos. Para marcar o feito, a grife lança no mercado uma embalagem para colecionador com a assinatura Platinum. O perfume mantem o toque de sândalo e seu foco no "homem destinado a ter sucesso". Por R$ 275.

RR: 0800 772 5500

Abecedário no interior

Em Minas e no Rio com 22 lojas, a marca infantil Alphabeto chegou à São José dos Campos (SP). Eles pretendem abrir nove lojas este ano no país e, com isso, aumentar o volume de produção em 21% e o faturamento em 25%.

Óculos envelope?

Para aumentar as vendas em 38%, a Marchon abriu showroom em São Paulo. Mas a empresa tem outro atrativo: passa a distribuir óculos de sol e armações oftálmicas desenhadas pela estilista Diane Von Fustenberg.

Smiles

Smiles

Da cor do riso

Um sorriso laranja e de ponta a ponta caracteriza o novo posicionamento do Smiles: de serviço de milhagem para programa de relacionamento da Gol. A mudança da marca foi feita pela 100% Design, que, além de atualizar a cor, aproveitou para "se apropriar de forma efetiva do significado do próprio nome". Segundo Murilo Barbosa, diretor de marketing e cartões da Gol, no primeiro trimestre de 2009, o programa ganhou 53 mil participantes por mês, em média.

Esponja disputada

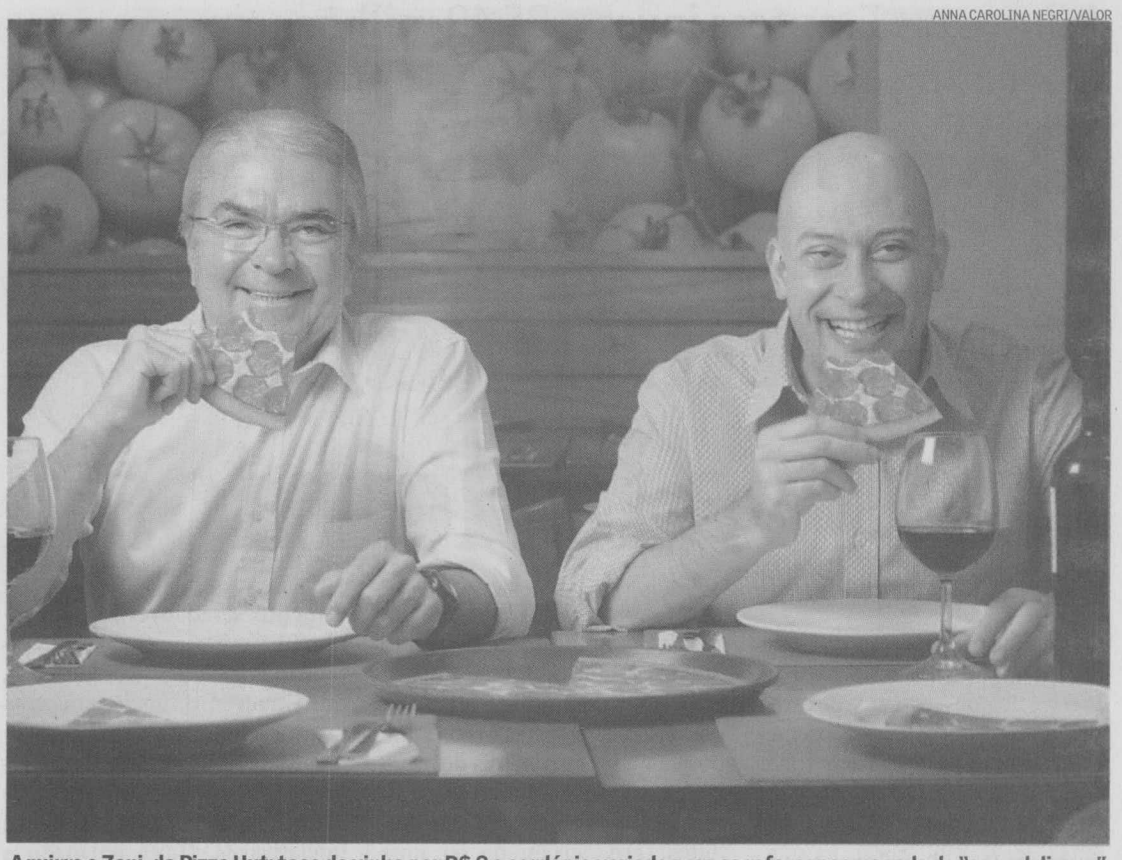
Quer lavar a louça e hidratar as mãos? A Razzo está lançando o detergente Viking que traz na composição micro-partículas de manteiga de karité. O produto remete ao sabonete líquido por ter uma embalagem com válvula pump. O frasco de 720 ml tem posicionamento premium e custa R$ 5, mas pode ser reabastecido com um refil.

Com reportagem de Juliana Mariz

Vinho como aditivo

Um fettuccini com polpetone e uma taça de vinho. Básico, não é? A ideia é que seja mesmo e cada vez mais na Pizza Hut. A rede que tem ampliado continuamente seu cardápio para se configurar menos como pizzaria fast food e mais como um restaurante de casual dinner — grelhados, massas e petiscos inusitados — lança neste mês uma campanha no mínimo ousada. Por mais R$ 2 o cliente troca o copo de refrigerante por uma taça de vinho (o que chega a R$ 8). "O vinho dá este caráter de refeição e reforça o tíquete médio", explica Reynaldo Zani, gerente geral da Pizza Hut/IRB São Paulo. As 14 unidades na Grande São Paulo já têm vinhos em sua carta numa parceria com a importadora Zahil. Na loja da rua Amauri — um endereço bacanudo — eles chegaram até a montar uma mini-adega. Mas agora a ação é massiva. "Para criar o hábito é preciso ter produtos acessíveis, mas de qualidade. Agora com esta promoção esperamos pular de 600 garrafas vendidas por mês para mais que o dobro", calcula Serge Zehil, sócio da importadora. O vinho mais cotado para entrar no "combo" é o argentino Cruz Alta, da Rutini. "De uma certa forma a crise pode nos ajudar. As famílias que derem um downgrade em suas opções de lazer, vão encontrar na Pizza Hut uma solução completa e acessível", diz Jorge Aguirre, presidente da Pizza Hut/IRB São Paulo. Além do vinho, a rede pretende esticar a promoção para destilados no segundo semestre.

ANNA CAROLINA NEGRI/VALOR



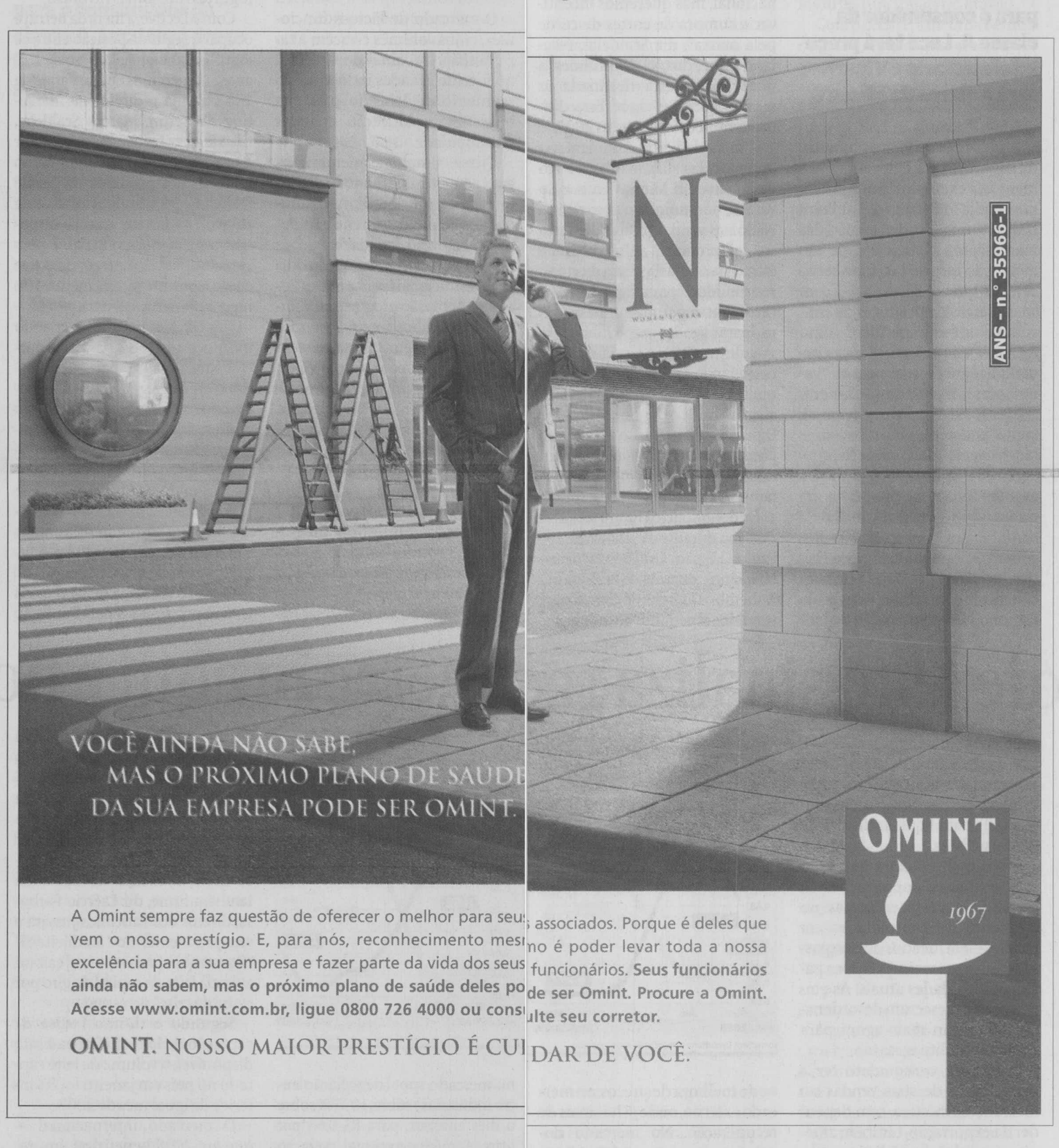
Aguirre e Zani, da Pizza Hut: taça de vinho por R$ 8 e cardápio variado para se reforçar como rede de "casual dinner"

Aditivo I

A Pizza Hut tem desenvolvido outras parcerias para aumentar a frequência e o gasto médio do consumidor. Com a fabricante de chocolates Hershey's e a grife de sorvetes Häagen Dazs, eles criaram uma linha de sobremesas que começa em R$ 12. "No primeiro trimestre 35% dos clientes agregaram o doce à refeição", diz Zani. A rede também criou um cartão de fidelização que tem 40 mil cadastrados e uma taxa de renovação de 20%. Custa R$ 40 e o consumidor ganha uma pizza. Depois, por três meses, o cliente pode consumir redondas com 40% de desconto. "Os cadastrados voltam pelo menos três vezes na loja no período de duração do cartão", diz Zani. O mais inusitado, contudo, são os bichos de pelúcia. Há alguns anos Aguirre colocou os fofuchos só para divertir as crianças. Mas os clientes queriam comprá-los. Daí que a Pizza Hut encomendou uma família animal que hoje vende 5 mil unidades por mês e pode custar até R$ 500 cada.

Aditivo II

No ano passado, o grupo BFFC comprou 60% da IRB, franqueada da Pizza Hut em São Paulo. Com a operação, Jorge Aguirre, por meio da Pogo, ficou com 40% da sociedade e se manteve na presidência do negócio. "Já estamos trabalhando em sinergia com o grupo e alcançando a economia de escala." Com o novo modelo de negócio, a Pizza Hut abre mais uma loja na Grande São Paulo este ano. "Em 2010 serão mais duas e em 2011 serão três", diz Aguirre. No ano passado a rede cresceu 18% e esperava repetir o resultado este ano. "O mais realista por enquanto é ficar em um dígito", diz Aguirre.



A Omint sempre faz questão de oferecer o melhor para seus associados. Porque é deles que vem o nosso prestígio. E, para nós, reconhecimento mesmo é poder levar toda a nossa excelência para a sua empresa e fazer parte da vida dos seus funcionários. **Seus funcionários ainda não sabem, mas o próximo plano de saúde deles pode ser Omint. Procure a Omint. Acesse www.omint.com.br, ligue 0800 726 4000 ou consulte seu corretor.**

OMINT. NOSSO MAIOR PRESTÍGIO É CUIDAR DE VOCÊ.

Nestlé vê risco de volta da inflação

Cenários

Richard Milne
Financial Times, de Londres

O aumento dos gastos dos governos por meio de planos de estímulo poderá lançar o mundo em uma nova crise e já desencadeou uma volta da inflação, afirma o presidente do conselho de administração da Nestlé.

Peter Brabeck, um dos mais importantes líderes empresariais da Europa com seus cargos de vice-presidente dos conselhos de administração do banco Credit Suisse e da fabricante de cosméticos L'Oréal, disse ao "Financial Times" em uma entrevista que a atual recessão será "muito profunda" e "relativamente longa". Para ele, os déficits que estão sendo criados por muitos governos ao redor do mundo significam que "esta crise vai prosseguir por um período prolongado".

"O que mais me preocupa é que o que estamos fazendo hoje em alguns países poderá ser a base para uma nova crise... Os projetos de estímulo que estão sendo implementados agora significam que as impressoras [de dinheiro] começarão a funcionar e isso é claramente o começo da inflação", disse ele.

Os comentários vêm do presidente do conselho do maior grupo de alimentos do mundo e demonstram a grande preocupação de alguns empresários com a maneira como a reação à crise econômica poderá provocar grandes problemas.

Brabeck também alertou que os preços dos alimentos continuarão aumentando este ano, graças ao aumento da demanda mundial de 3% a 4%. Ele disse que a crise dos alimentos está "piorando" e que os mais pobres "estão sendo afetados muito duramente" por ela.

O executivo atribuiu parte do problema ao uso de alimentos na produção de biocombustíveis. "Eu acho absolutamente inaceitável o fato de estarmos usando alimentos para produzir biocombustíveis. Precisamos de 9,1 mil litros de água para produzir um litro de diesel puro. Isso não é sustentável."

O presidente do conselho do grupo suíço acredita que a atual recessão será "muito profunda" e "relativamente longa"

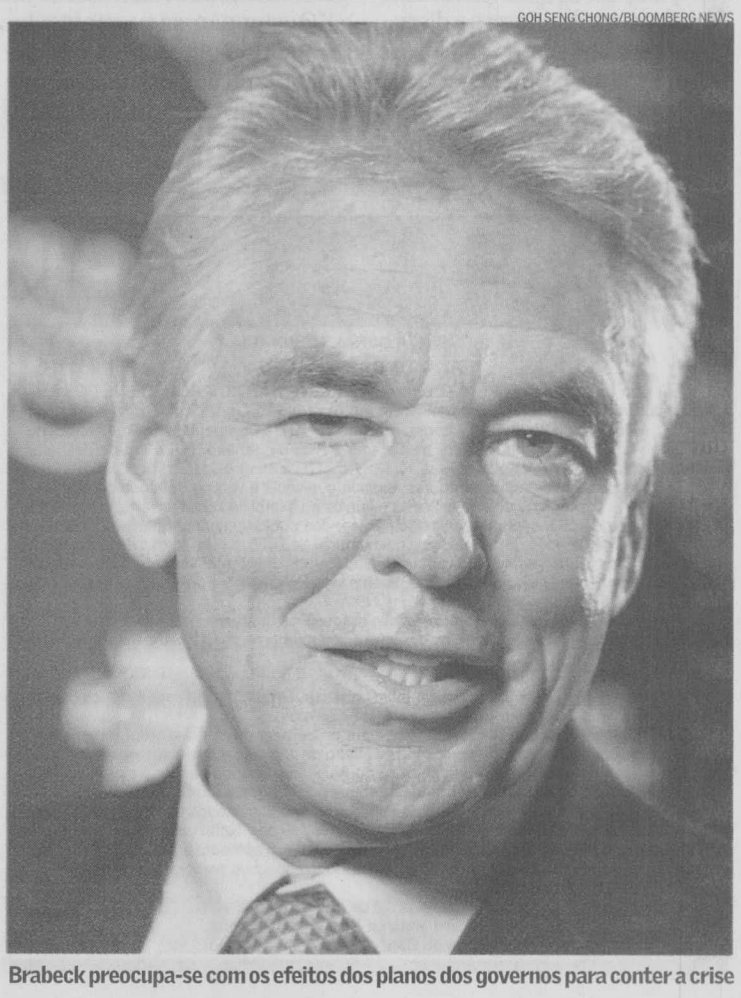
Brabeck disse ver as medidas para estimular o setor financeiro como "absolutamente essenciais". Mas ele está preocupado com a intervenção estatal, que deveria ser "forte e curta", mas que agora está se transformando em ações governamentais "longas, superficiais e que continuarão ainda por muitos anos".

Ele acrescentou que os planos de socorrer os bancos e assumir os ativos tóxicos não envolveriam a necessidade de imprimir mais dinheiro, mas é exatamente o que está acontecendo com a maior parte dos planos de estímulo dos grandes países.

Brabeck foi presidente-executivo da Nestlé por 11 anos, antes de se tornar presidente do conselho de administração no ano passado. O grupo suíço é um dos poucos que vêm se saindo relativamente bem na recessão atual. (A estimativa da companhia é de obter um crescimento orgânico perto dos 5% este ano)

Ele vem tentando há muito tempo chamar a atenção para a possibilidade de falta global de água potável. Ele alerta que se o mundo continuar tratando a água como uma commodity sem preços determinados, "vamos ficar sem água muito antes de ficarmos sem petróleo". *(Tradução de Mario Zamarian)* FT

GOH SENG CHONG/BLOOMBERG NEWS



Brabeck preocupa-se com os efeitos dos planos dos governos para conter a crise

Alimentos Empresa investe R$ 40 milhões em marketing e inicia a venda direta de produtos e serviços

Bertin reorganiza o portfólio de carne e laticínios

Daniele Madureira
De São Paulo

A Bertin quer ser marca de carne — e também de iogurtes, sobremesas, queijos e pratos prontos. Um dos maiores frigoríficos do país, com faturamento de R$ 7,6 bilhões em 2008, vai multiplicar por quatro a sua verba de marketing neste ano, com investimentos previstos de R$ 40 milhões.

A proposta é se aproximar do consumidor final, levando para a mídia as suas cinco principais marcas: Bertin (de carnes e derivados) e as de laticínio Vigor, Leco, Danúbio e Faixa Azul.

Outra novidade é a estreia no segmento de serviços, com o "bufê itinerante" Espaço Grill Bertin, e a venda direta de produto em grandes eventos, com a Espetaria Bertin. As iniciativas fazem parte do plano de incentivar as vendas no mercado interno, no momento em que a crise global e as restrições à carne brasileira no exterior desestimulam as exportações.

"As nossas marcas estão em fase de construção, como no caso de Bertin para cortes de carne, ou de reposicionamento, como as marcas de laticínios", diz Marcos Scaldelai, diretor de marketing da Bertin, no cargo há quatro meses. Ex-General Mills, onde cuidava de nomes como Häagen-Dazs, Forno de Minas e Frescarini, ele tem a missão de identificar uma vocação diferente para cada marca do grupo, além de fazê-las ingressar em novas categorias. "As marcas estavam fora da mídia e agora voltam com novo enfoque", diz ele.

Assim, diz Scaldelai, a Danúbio Azul será direcionada para a classe A, com sobremesas inspiradas em receitas internacionais; o mesmo público estará no foco da marca Faixa Azul, de produtos à base de parmesão. Já a marca Leco estará posicionada com um mix de preço intermediário, enquanto Vigor ficará centrada na classe C. Os produtos Leco deixam de ser uma marca da Vigor e passam ao guarda-chuva da Bertin. "A exemplo de grandes empresas, como Unilever, devemos adotar uma assinatura institucional — Bertin — para todas as nossas marcas", afirma.

Danúbio será direcionada para o consumidor da classe A, Leco terá preço intermediário e Vigor será a marca da classe C

A ideia é transformar a Bertin de frigorífico em empresa de alimentos, a exemplo do que já fizeram Sadia e Perdigão. Também haverá uma readequação das marcas para o mercado de alimentação fora do lar (food service), no qual a Bertin atua com suas marcas de produtos de consumo e nomes específicos como Amélia Delicatessen, Mesa e Carmelita, além de suas outras. "Vamos oferecer produtos sob medida de acordo com o tipo de canal, como padarias, churrascarias e lanchonetes", diz o executivo.

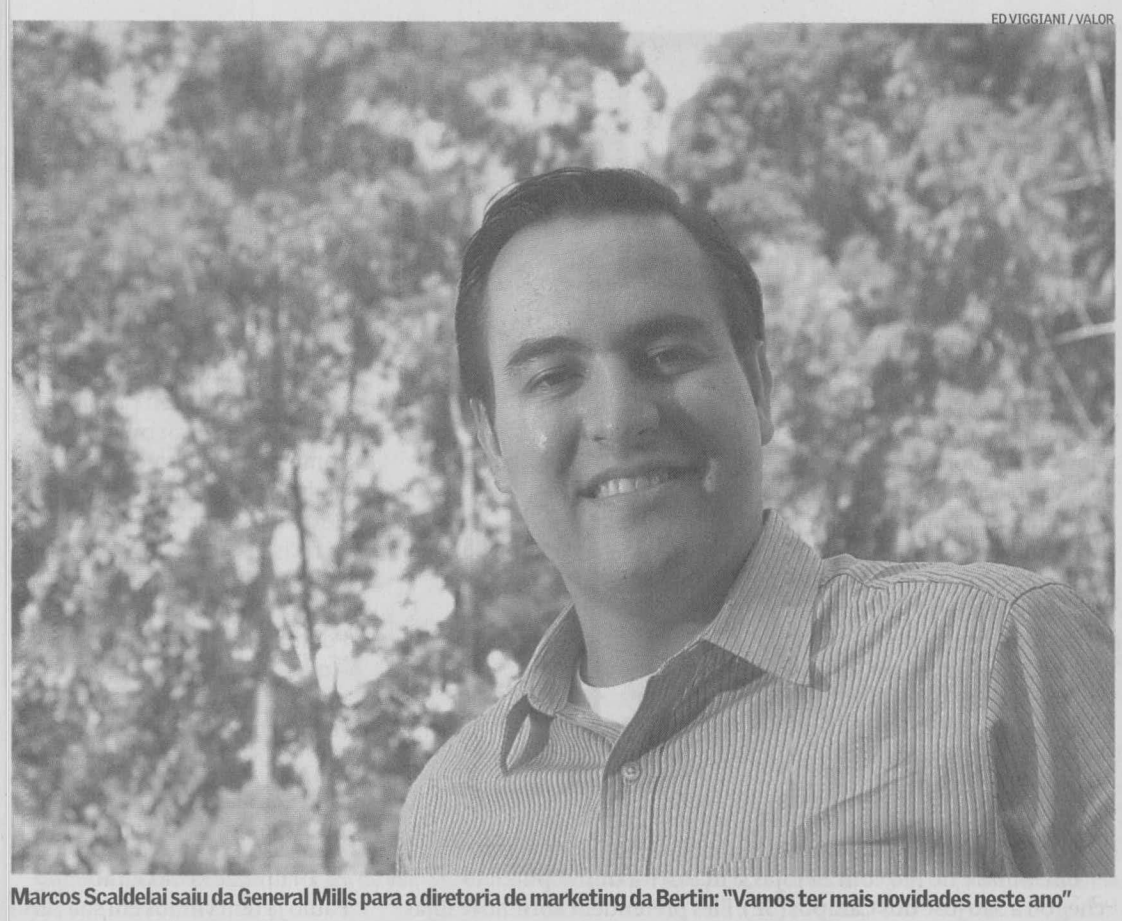
No dia 5 começa a primeira grande iniciativa da Bertin na mídia, que também sinaliza a disputa por novos mercados, com a campanha do iogurte Lactive, versão da marca Leco para concorrer com o líder Activia, da Danone. Na comunicação do lançamento, serão investidos até junho R$ 5 milhões, em ações capitaneadas pela agência Luminas, que envolvem anúncios em revistas, merchandising nos programas Mais Você, de Ana Maria Braga, na Globo, e Tudo é Possível, de Eliana, na Record, entre outras iniciativas. "O público-alvo são as mulheres de 25 a 45 anos, que serão convidadas a sentir a transformação que o produto gera no seu bem-estar", afirma Scaldelai.

Ao mesmo tempo, a empresa pretende criar no brasileiro a cultura de pedir carne pelo nome. "Isso não é comum no mercado nacional, mas queremos incentivar a compra de cortes de carne pela marca", diz Scaldelai, revelando que, dos R$ 40 milhões, a maior parte está destinada às marcas Bertin e Vigor. Essa última completa 90 anos em 2009.

A meta da Bertin é aumentar a presença das suas marcas no Rio de Janeiro, em Minas Gerais e no Paraná, diminuindo o peso de São Paulo nas vendas totais. Além disso, a empresa está animada com a estreia na oferta da venda direta ao consumidor, com a Espetaria Bertin. "Montamos uma infra-estrutura para vender espetinhos em grandes eventos e agora estamos negociando a participação na Fórmula 1 e nos rodeios do interior", afirma Scaldelai. Já no modelo do Espaço Grill Bertin, o serviço de preparação de carnes nobres com molhos é oferecido a empresas, também em eventos.

Os dois modelos foram testados esse ano durante o carnaval de São Paulo. O Espaço Grill Bertin foi instalado no camarote da Brahma, no Anhembi. Do lado de fora, foram vendidos espetinhos ao público.

ED VIGGIANI / VALOR



Marcos Scaldelai saiu da General Mills para a diretoria de marketing da Bertin: "Vamos ter mais novidades neste ano"

Cresce disputa em lácteos funcionais

Alda do Amaral Rocha e Daniele Madureira
De São Paulo

O mercado de lácteos funcionais, cujos volumes crescem a taxas anuais próximas de 40%, está no foco de grandes indústrias do segmento de leite do país que buscam diversificação e maior rentabilidade.

Quase simultaneamente chegam ao mercado três novas linhas de lácteos funcionais. A UP Alimentos, joint venture entre Unilever e Perdigão, criada há quase dois anos, coloca no mercado dois lácteos funcionais com a marca Becel Pro.Activ: são o iogurte e a bebida láctea, ambos com fitoesteróis. Já a Bertin, que em 2007 entrou em lácteos com a compra da Vigor, lança o Lective, um iogurte probiótico que contém lactobacilos e a bactéria Bifido, que auxiliam o funcionamento da flora intestinal.

Por fim, a mineira Itambé coloca no varejo o iogurte Plenus. Também planejado para tratar do chamado "intestino preguiçoso", o produto contém as bactérias *Bifidobacterium lactis* e o *Lactobacillus acidophilus*.

Tanto Vigor quanto Itambé miram o mesmo público da francesa Danone, com o Activia, que responde por quase 90% da venda de iogurtes funcionais no Brasil.

Com o Lective, a meta da Bertin é ocupar a segunda posição entre os iogurtes funcionais dentro de três anos. "Queremos uma fatia de 15%", afirma o diretor de marketing da Bertin, Marcos Scaldelai. Com isso, o Lective teria que tirar não só mercado do Activia, como também dos produtos da Nestlé (Nesvita e Molico ActiFibras) e da Batavo (Biofibras), que já disputam o segmento no Brasil. E para isso ele aposta no preço: o Lective chega com preço em média 10% menor que o rival Activia.

Já a UP Alimentos está criando um novo mercado para seus lácteos funcionais no país. Assim como o creme vegetal Becel Pro-Activ, o iogurte e a bebida láctea são enriquecidos com fitoesteróis, extratos vegetais que ajudam a reduzir a absorção do colesterol no sangue, segundo a empresa. A Danone já comercializa na Europa o Danacol, um iogurte que ajuda a limitar a absorção de colesterol. O produto ainda não aportou por aqui.

Os itens da linha de lácteos da UP são produzidos pela Perdigão em sua fábrica de Carambeí (PR). Essa região, os chamados Campos Gerais, é considerada uma das melhores bacias leiteiras do país em termos de qualidade.

A UP foi criada em junho de 2007 pela Perdigão e Unilever para produzir, comercializar e distibuir itens com a marca Becel. À época, a Perdigão comprou os ativos para produção de margarina da Unilever, em Valinhos (SP), e as marcas Doriana, Claybom e Delicata. Desde o início da parceria, Unilever e Perdigão planejavam desenvolver novos produtos e há outros no forno. Segundo apurou o **Valor**, seriam outros na linha de lácteos.

O mercado de iogurtes no Brasil como um todo movimentou R$ 2,65 bilhões no ano passado, segundo a Nielsen. Desse valor, os funcionais representam 20%. Segundo a Nielsen, o mercado de iogurtes total cresceu 2,4% em volume em 2008, e o de funcionais, 37%. Outro segmento que cresce no país é o de leites especiais, no qual a Nestlé acaba de entrar e que já tem competidores como Batavo, Elegê, Parmalat e Jussara. Esse mercado movimenta cerca de 100 milhões de litros de leite por ano.

Mercado de leite sinaliza recuperação aqui e no exterior

De São Paulo

O setor de lácteos do país não deve passar incólume pela crise financeira internacional, mas os sinais recentes de recuperação no mercado de leite são um alento e podem evitar o agravamento da situação de empresas que vivam alguma dificuldade, acreditam fontes do mercado.

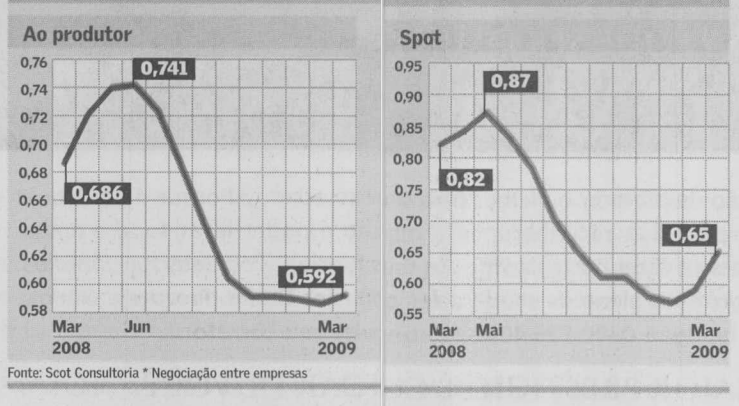
A crise — e a consequente restrição de crédito — foi a principal justificativa da Indústria de Alimentos Nilza para pedir recuperação judicial, na última semana. Mas a própria empresa admitiu, em comunicado, que boa parte (R$ 115 milhões) de sua dívida de R$ 200 milhões era resultado da aquisição da mineira Montelac, em julho do ano passado. Naquele momento de euforia, a Nilza chegou a disputar na Justiça a compra da Montelac com a Parmalat, outra que também entrou em dificuldades em 2008 após várias aquisições e que teve de se desfazer de ativos como a Integralat, a fábrica de biscoitos e o centro de distribuição em Jundiaí (SP), para liquidar dívidas de R$ 180 milhões.

Esse quadro mostra que a euforia e a busca por aumento de capacidade pelas empresas no momento de consolidação em lácteos — em meados do ano passado — são as maiores razões para as dificuldades atuais. As empresas que cresceram desordenamente sofrem mais agora para driblar o crédito escasso.

O fato de o segmento ter a maior parte de suas vendas no mercado doméstico, sem depender da exportação, também ameniza o quadro de crédito escasso, diz uma fonte da indústria.

"O setor não vai passar incólume", afirma o presidente da mineira Itambé, Jacques Gontijo. Mas ele afirma que há perspectiva de melhora de preços no mercado externo, onde já há sinais de recuperação. No mercado doméstico, os preços ao produtor de leite também começam a subir — reflexo da entressafra do produto e da demanda firme.

Em recuperação
Os preços do leite ao produtor e no spot* (em R$ por litro)



Fonte: Scot Consultoria * Negociação entre empresas

Segundo a Scot Consultoria, em março, os preços médios do leite no mercado spot (negociação entre indústrias) subiu 10,76% sobre o mês anterior, para R$ 0,65 por litro. A média nacional paga ao produtor — R$ 0,592 por litro — em março (referente ao leite entregue em fevereiro) ficou 0,91% acima do mês anterior. O leite longa vida também está em alta. De fevereiro para março subiu 6,20% no varejo paulista, segundo a Scot, para R$ 1,804 por litro.

Para Cristiane Turco, analista da Scot, os números indicam que a oferta de leite não é tão grande por causa da entressafra. E isso acontece num momento de demanda também firme, diz Laércio Barbosa, diretor dos Laticínios Jussara e vice-presidente do Sindileite-SP. "Os estoques [*das empresas*] caíram até pela falta de capital de giro por causa da crise", acrescenta.

Segundo o último índice de captação de leite do Cepea-Esalq disponível, o volume de leite captado no país em janeiro foi 8% inferior de igual mês de 2008.

O mercado internacional — que em 2008 beneficiou empresas brasileiras — também dá sinais positivos. Levantamento do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) sobre preços do leite em pó integral na Europa mostra que na semana 11, o preço ficou entre US$ 2.200 e US$ 2.375 por tonelada — na semana 9, estava entre US$ 2.100 e US$ 2.250. De qualquer forma, segundo a Scot, que compilou os números, os preços ainda estão muito abaixo dos US$ 4.500 a US$ 4.700 de igual período de 2008, um momento de euforia por causa da demanda.

"Os preços chegaram ao fundo do poço. Começa a estimular a compra e desestimular a produção", comenta Barbosa. Uma das razões para a queda vista anteriormente eram os estoques elevados nos exportadores.

Apesar de o Brasil ainda exportar volumes pequenos, o mercado externo ajuda as empresas a desovarem a sua produção.

A Itambé, por exemplo, prepara-se para participar de concorrências para compras governamentais de Venezuela e Argélia. *(AAR)*

TELE NORTE LESTE PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF Nº 02.558.134/0001-58
NIRE 33 3 00262539
COMPANHIA ABERTA

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Conselho de Administração da **TELE NORTE LESTE PARTICIPAÇÕES S.A.** ("Companhia") convoca os Acionistas a se reunirem em Assembléia Geral Ordinária, a se realizar no dia 14 de abril de 2009, às 17 horas, na sede social da Companhia, na Rua Humberto de Campos, 425, 8º andar, Leblon, na Cidade do Rio de Janeiro, RJ, a fim de deliberar sobre a seguinte **Ordem do Dia**:
(i) Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, acompanhados do parecer dos auditores independentes;
(ii) Aprovar a destinação do lucro líquido do exercício de 2008, a distribuição de dividendos, observados os valores de Juros sobre Capital Próprio declarados durante o exercício de 2008, o pagamento de participação aos empregados conforme previsto no artigo 37 do Estatuto Social;
(iii) Eleger os membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes; e,
(iv) Fixar a remuneração dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia.
INSTRUÇÕES GERAIS:
1. A documentação relativa às matérias constantes da Ordem do Dia está à disposição na sede da Companhia para exame pelos Srs. Acionistas.
2. O Acionista que desejar ser representado por procurador deverá depositar o respectivo mandato, com poderes especiais, acompanhado de cópia de atos societários e/ou documentos que comprovem a representação do Acionista, quando pessoa jurídica, na Rua Humberto de Campos n.º 425, 6º andar, Leblon, na Cidade do Rio de Janeiro - RJ, de 9h às 12h e de 14h às 18h, até o dia 9 de abril de 2009, aos cuidados da Diretoria Jurídica.
3. O Acionista participante de Custódia Fungível de Ações Nominativas das Bolsas de Valores que desejar participar desta Assembléia deverá apresentar extrato emitido com data a partir do dia 07 de abril de 2009, contendo a respectiva participação acionária, fornecida pelo órgão custodiante.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2009.
José Mauro Mettrau Carneiro da Cunha
Presidente do Conselho de Administração

TELEMAR NORT E LESTE S.A.
COMPANHI ABERTA
CNPJ/MF Nº 33.0 00.118/0001-79
NIRE 33 3 015258 0

ASSEMBLÉIA GE RAL ORDINÁRIA
EDITAL DE CO NVOCAÇÃO
O Conselho de Administração da **TELEMAR N RTE LESTE S.A.** ("Companhia") convoca os Acionistas a se reunirem em Assembléia Geral Ordinária, a se realizar no dia 14 de abril de 2009, às 10 horas, na sede da Companhia, à R a General Polidoro nº 99, 5º andar, Botafogo, na Cidade do Rio de Janeiro, RJ, a fim de delib erar sobre a seguinte **Ordem do Dia**:
(i) Tomar as contas dos Administradores, exam inar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras rela tivos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, acompanhados do pare er dos auditores independentes;
(ii) Aprovar a destinação do lucro líquido do ex rcício de 2008, a distribuição de dividendos, observados os valores de Juros sobre Capit al Próprio declarados durante o exercício de 2008, o pagamento de participação aos em pregados conforme previsto no artigo 41 do Estatuto Social;
(iii) Eleger os membros do Conselho Fiscal e r spectivos suplentes; e,
(iv) Fixar a remuneração dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia.
INSTRUÇÕES GERAIS:
1. A documentação relativa às matérias consta tes da Ordem do Dia estará à disposição na sede da Companhia, para exame pelos Srs. Acionistas.
2. O Acionista que desejar ser representado p or procurador deverá depositar o respectivo mandato, com poderes especiais, acompan ado de cópia de atos societários e/ou documentos que comprovem a representação d Acionista, quando pessoa jurídica, na Rua Humberto de Campos n.º 425, 5º andar, Leb lon, na Cidade do Rio de Janeiro - RJ, de 9h às 12h e de 14h às 18h, até o dia 09 de abri de 2009, aos cuidados da Diretoria Jurídica.
3.O Acionista participante de Custódia Fungíve l de Ações Nominativas das Bolsas de Valores que desejar participar desta Assembléia leverá apresentar extrato emitido com data a partir do dia 07 de abril de 2009, contendo a respectiva participação acionária, fornecida pelo órgão custodiante.

Rio de Janeiro, 27 e março de 2009.
José Mauro Mettrau Carneiro da Cunha
Presidente do Consel o de Administração

Curtas

Abras I

Pesquisa da Associação Brasileira de Supermercados (Abras), realizada com a Nielsen, mostra mudanças representativas entre as marcas mais vendidas durante o ano passado. As marcas que ocuparam a liderança foram: Especialidades/Nestlé (bombom), Massa Leve (massa congelada), Perdigão (salgadinho congelado), Nívea (creme para o corpo), Turma da Mônica/Kimberly Clark (fralda descartável), Scottys/Kimberly Clark (lenço de papel), Biocolor/Hypermarcas (rejuvenescedor), Pinho-Sol/Colgate (desinfetante), Perfex/Johnson & Johnson (pano de limpeza) e Wyda (papel alumínio). Os dados do estudo referem-se a 7 mil marcas de produtos.

Abras II

Realizada pelo 10.º ano consecutivo, a pesquisa Líderes de Venda da Abras/Nielsen trouxe ainda as marcas mais vendidas nas varejistas na última década. Entre elas estão: Nescau/Nestlé (achocolatado em pó), 51 Pirassununga/Cia. Muller (aguardente), Três Corações/Santa Clara (capuccino), Skol/AmBev (cerveja), Veja/Reckitt Benckiser (concentrado de limpeza), Melitta (filtro de papel), Qualy /Sadia (margarina), Sadia (presunto), Tang/Kraft Foods (suco em pó) e Sazon/Ajinomoto (tempero industrializado). A pesquisa englobou um total de 200 categorias de produtos junto a supermercados localizados em sete grandes regiões do país.

Insumos Bisfenol, usado em mamadeiras, teve seu uso proibido no Canadá

Camex reduz alíquota de aditivo químico polêmico

André Vieira
De São Paulo

A Câmara de Comércio Exterior (Camex) decidiu baixar a alíquota de importação do bisfenol A, grau de policarbonato, uma substância aditiva utilizada pela indústria do plástico que vem sendo alvo de debate sobre seu nível de segurança por parte de cientistas. A redução da tarifa, publicada no "Diário Oficial" no dia 19 de março, é válida por seis meses e engloba uma cota de importação de até 3 mil toneladas da substância, reduzindo a alíquota vigente de 12% para 2%.

O bisfenol (BPA) é utilizado pelos produtores de policarbonato em aplicações como faróis de carros, eletrodomésticos e embalagens plásticas para armazenar alimentos. Há estudos que sugerem que o bisfenol pode estar ligado a algumas doenças, como câncer de mama, mas ainda não há certezas definitivas sobre o assunto, segundo alguns especialistas.

Como forma de precaução, em outubro de 2008 o Canadá tornou-se o primeiro país a banir a importação, venda e publicidade de mamadeiras produzidas com bisfenol A, que poderiam gerar riscos quando expostas a altas temperaturas. O governo alocou 1,7 milhões de dólares canadenses do orçamento para investigar os efeitos do aditivo químico.

A Camex, ligado ao Ministério do Desenvolvimento, alegou risco de desabastecimento do mercado interno para baixar a alíquota do bisfenol no país, sem avaliar as implicações de saúde pública. A câmara sugeriu, por meio de sua assessoria de imprensa, que as explicações sobre eventuais danos à saúde humana fossem dadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

A agência sanitária, que faz revisões periódicas sobre o uso de diversos materiais plásticos destinados à embalagens e equipamentos em contato com alimentos, informou que o uso do bisfenol está limitado a 0,6 miligramas por quilo de plástico. A mais recente avaliação da Anvisa foi dada em março de 2008. "Até agora, não surgiu nenhum estudo que indique problemas graves à população neste grau", disse a agência, lembrando que a Anvisa poderá reavaliar o caso se houver novos estudos comprobatórios.

"O bisfenol A é um dos materiais mais analisados e estudados nos últimos 40 anos", diz a Rhodia, que opera sua única fábrica no mundo no Brasil, sendo um pequeno fabricante no cenário global. A substância "tem sido utilizada com segurança, sem riscos para saúde humana ou ao meio ambiente, na fabricação de diversos produtos, segundo atestam todos os estudos científicos realizados ao longo desse período."

O risco de falta de bisfenol no mercado brasileiro ocorreu em razão da Rhodia ter de fazer a parada obrigatória de manutenção de sua fábrica em Paulínia (SP), em outubro. A empresa francesa e a Unigel, produtora de policarbonato, negociaram com o governo a redução da alíquota por um prazo fixo e uma cota limitada — as 3 mil toneladas significam menos de 15% da produção local da Rhodia, estimada em 25 mil toneladas. Em razão da redução de alíquota ter de ser aprovada pelos países-membros do Mercosul, a medida veio só agora quando a demanda pela substância voltou ao normal. A Unigel já importou cerca de 2 mil toneladas, segundo apurou o **Valor**.

Governo aplica medida antidumping no acrilato

De São Paulo

A Basf, a maior empresa química da Europa, comemorou a decisão da Câmara do Comércio Exterior (Camex) de aplicar uma medida antidumping contra o acrilato de butila — um intermediário químico usado pela indústria de tintas, ceras domésticas e produtos têxteis — importado dos Estados Unidos. "Isso restabelece o que os americanos chamam de competição justa", afirma o vice-presidente da Basf para a América do Sul, Fernando Figueiredo.

A fabricante química alemã entrou com pedido de investigação de dumping contra as importações americanas do produto químico em setembro de 2007, e a Camex decidiu na semana passada impor uma sobretaxa por cinco anos sobre o produto importado dos EUA, medida que afeta grandes empresas rivais da Basf.

Segundo a decisão da Camex, a Arkema pagará US$ 0,08 por cada quilo importado de acrilato dos EUA. No caso da Dow Chemical, a sobretaxa é de US$ 0,24 por quilo enquanto a Rohm & Haas, empresa adquirida pela Dow neste ano, será obrigada a pagar US$ 0,19 por quilo caso continue importando o insumo do mercado americano. Demais importadores de acrilato dos EUA pagarão US$ 0,42 por quilo.

Durante seu processo de investigação, a Camex concluiu que houve dumping nas importações dos EUA e que a diferença de preço do acrilato no mercado americano em relação ao preço praticado localmente chegou a ser 30% maior. "Isso caracteriza o dumping", diz Figueiredo, da Basf.

Segundo o executivo, o setor da construção civil nos EUA teve uma queda do seu Produto Interno Bruto da ordem de 20%, o que gerou uma superoferta do insumo, que poderia chegar ao Brasil de forma mais agressiva "A medida veio no momento certo", afirma Figueiredo. O mercado de acrilato de butila movimenta cerca de US$ 100 milhões por ano, e a Basf avalia que a demanda deverá crescer 2% ao longo deste ano. A empresa alemã produz acrilato em seu complexo químico em Guaratinguetá, no interior de São Paulo, mas não revela a capacidade de sua unidade. *(AV)*

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S/A
CNPJ/MF N 02.509.491/0001-26 - NIRE 35.300.155.149
Companhia Aberta
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 1ª, 2ª e 3ª SÉRIES DA PRIMEIRA EMISSÃO
Pelo presente Edital de Convocação, ficam convocados os Senhores Debenturistas da 1ª, 2ª e 3ª Séries da Primeira Emissão de Debêntures Simples da **CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S/A** ("Ecovias") a se reunirem em Assembleia Geral de Debenturistas, a ser realizada às 10:00 horas do dia 16 do mês de abril de 2009, no Hotel Blue Tree Faria Lima, localizado na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.989, Vila Olímpia, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a fim de deliberar sobre autorização para alteração do controle direto da Ecovias, resultante de reestruturação societária interna do Grupo Ecorodovias, nos termos do item 9.1, alínea "n", da Escritura da 1ª Emissão Pública de Debêntures Simples da Ecovias dos Imigrantes S.A.
São Bernardo do Campo, 1º de abril de 2009.
CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S/A
Marcelino Rafart de Seras
Presidente do Conselho de Administração (01, 02 e 03)

Le Lis Blanc Deux Comércio e Confecções de Roupas S.A.
CNPJ/MF nº 49.669.856/0001-43 - NIRE 35.300.344.910
Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária
Ficam convocados os senhores acionistas da Le Lis Blanc Deux Comércio e Confecções de Roupas S.A. para se reunirem em **Assembleia Geral Ordinária** a ser realizada **às 16:00h do dia 30 de abril de 2009**, excepcionalmente **na filial da Companhia** localizada **na Rua Othão, 405, Vila Leopoldina, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo**, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **(a)** deliberar sobre o relatório da administração e acerca das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008; **(b)** deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício de 2008 e distribuição de dividendos; **(c)** eleger os membros do Conselho de Administração e aprovar a remuneração global dos administradores para o exercício de 2009. **Instruções Gerais:** Nos termos do art. 126, § 1º, da Lei nº 6.404/76, os acionistas deverão exibir documento de identidade e comprovante de depósito das ações da Companhia, emitido pela instituição financeira depositária, e poderão ser representados por mandatários, observadas as restrições legais, devendo o instrumento de procuração e demais atos societários e documentos que comprovem a regularidade da representação ser entregues (a/c da Dra. Melissa Gaido) na Rua Othão, 405, 1º andar, Vila Leopoldina, CEP 05313-020, Cidade e Estado de São Paulo, até 48 horas antes da realização da Assembleia Geral. Nos termos do art. 141 da Lei n 6.404/76 e da Instrução CVM n 165/91, conforme alterada, acionistas representando pelo menos 5% do capital social votante da Companhia poderão, no prazo de até 48 horas antecedentes à realização da Assembleia Geral, requerer a adoção do processo do voto múltiplo para eleição dos membros do Conselho de Administração. Os documentos a serem discutidos na Assembleia Geral encontram-se à disposição no endereço da Companhia acima indicado e nos *websites* da Companhia (**www.lelis.com.br/ri**) e da Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA (**www.bovespa.com.br**) na *internet*. São Paulo, 01/04/2009. **Marcelo Moojen Epperlein** - Presidente do Conselho de Administração.

ANGLO FERROUS BRAZIL
Uma empresa do grupo Anglo American plc
ANGLO FERROUS BRAZIL S.A.
CNPJ/MF: 09.295.979/0001-47 - NIRE: 33.3.0028512-1
AVISO AOS ACIONISTAS
Comunicamos aos Senhores Acionistas que se encontram a disposição, na sede Social, na Praia do Flamengo, 66, 11º andar, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, os documentos referentes ao artigo 133 da Lei 6.404, de 15/12/76, relativos ao exercício de 2008.
Rio de Janeiro, 30 de março de 2008.
Presidente do Conselho de Administração

oi
TELE NORTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF Nº 02.558.154/0001-29
COMPANHIA ABERTA
COMUNICADO AO MERCADO
Tele Norte Celular Participações S.A. ("TNCP"), em vista da proposta de distribuição de dividendos que será deliberada na assembleia geral ordinária e extraordinária de acionistas da companhia a ser realizada em 9 de abril de 2009, às 10:30 horas, vem informar aos seus acionistas e ao mercado que o valor do dividendo proposto, considerando o capital social da TNCP após a incorporação de ações da Amazônia Celular e o aumento de capital aprovados em assembleia geral extraordinária realizada em 9 de março de 2009, é de R$ 0,209943095526 por ação ordinária e por ação preferencial.
Ressaltamos, ainda, que as ações da TNCP emitidas na incorporação de ações da Amazônia Celular e no aumento de capital participarão integralmente de dividendos que venham a ser distribuídos, independentemente do exercício a que se referirem.
Rio de Janeiro, 31 de março de 2009.
Tele Norte Celular Participações S.A.
Alex Waldemar Zornig
Diretor de Relações com Investidores

oi
TELEMAR PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF Nº 02.107.946/0001-87
NIRE 33 3 0016601-7
COMPANHIA ABERTA
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
Os senhores acionistas de TELEMAR PARTICIPAÇÕES S.A. ficam convocados para a Assembléia Geral Ordinária a realizar-se no dia 17 de abril de 2009, às 11:00 horas, na sede social da Companhia, à Praia de Botafogo nº 300 - 11º andar, sala 1101 (parte) - Botafogo, na Cidade do Rio de Janeiro, RJ, a fim de apreciar os assuntos constantes da seguinte ORDEM DO DIA: (a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, acompanhados do parecer dos auditores independentes; (b) Deliberar distribuição de dividendos; (c) Eleger os membros do Conselho de Administração e respectivos suplentes; (d) Eleger os membros do Conselho Fiscal (se solicitada a instalação) e respectivos suplentes; (e) Fixar a remuneração dos administradores e do Conselho Fiscal da Companhia.
INSTRUÇÕES GERAIS
1. Conforme o disposto na Instrução CVM nº 165 de 11.12.91, alterada pela Instrução CVM nº 282, de 26.06.1998, informamos que é de 5% (cinco por cento) o percentual mínimo de participação no capital votante necessário à requisição da adoção do processo de voto múltiplo para eleição dos membros do Conselho de Administração.
2. O acionista que desejar ser representado por procurador deverá depositar o respectivo mandato, com poderes especiais, acompanhado de cópia de atos societários e/ou documentos que comprovem a representação do acionista, quando pessoa jurídica, na sede social da Companhia, à Praia de Botafogo nº 300, 11º andar, sala 1101 (parte) - Botafogo, na Cidade do Rio de Janeiro - RJ, no horário de 9:00h às 12:00h e de 14:00h às 18:00h, até o dia 13/04/2009.
Rio de Janeiro, 27 de março de 2009.
Otavio Marques de Azevedo
Presidente do Conselho de Administração

cosern Grupo Neoenergia
COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE
CNPJ Nº 08.324.196/0001-81 – NIRE 24300000502
COMPANHIA ABERTA – RG. CVM 01813-9
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
Ficam convocados os Senhores Acionistas da Companhia Energética do Rio Grande do Norte, a se reunirem em Assembléia Geral Extraordinária, na sede da Companhia situada na Rua Mermoz, nº 150, Centro, na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, **às 09:00 horas do dia 16 de abril de 2009**, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **1.** Reforma do Parágrafo Único do Artigo 30 do Estatuto Social da Companhia, de forma a adequá-lo aos termos do Acordo de Acionistas de sua controladora; **2.** Consolidadação do Estatuto Social. Conforme disposto no artigo 141 da Lei nº 6.404/76 e da Instrução CVM nº 165/91, com a redação alterada pela Instrução CVM nº 282/98, o percentual mínimo de participação no capital votante da Companhia para requerer a adoção do processo de voto múltiplo na eleição dos membros do Conselho de Administração é de 5% (cinco por cento).
Poderão participar da Assembléia Geral os Senhores Acionistas com inscrição de seus nomes nos livros próprios da Companhia ou representados por procuradores que atendam os requisitos legais. Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Companhia, os documentos pertinentes às matérias que serão deliberadas na Assembléia Geral Extraordinária. Natal, 31 de março de 2009.
JOILSON RODRIGUES FERREIRA - Presidente do Conselho de Administração

ABnote
American Banknote S.A.
Cia. Aberta - CNPJ nº 33.113.309/0001-47 - NIRE 33.3.0027799-4
Ata da Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 24/03/09
Data, Hora e Local: Realizada em 24 de março de 2009, às 10:00 horas, na Avenida Presidente Wilson, nº 231, 16º andar, Castelo, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. **Convocação:** Edital de Convocação publicado nos dias 9, 10 e 11 de março de 2009, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no Jornal Valor Econômico. **Quorum de Instalação e Presenças:** Acionistas representando 39,95% do capital social, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas e, ainda, nos termos do artigo 134, parágrafo 1º da Lei nº 6.404/76, do Sr. Sylio Ferreira Swerts, Diretor Administrativo e Financeiro, e do representante da Ernst & Young Auditores Independentes, o Sr. Paulo José Machado, contador, CRC-RJ 061469/O-4. **Composição da Mesa:** Presidente: Na ausência do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho de Administração foi indicado pelo primeiro para presidir a assembléia o Sr. Carlos Afonso Seigneur d'Albuquerque, Diretor de Relações com Investidores, e Secretário: Mario Cabral Montez de Almeida. **Publicação Prévia:** O Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Auditores Independentes foram devidamente publicados no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no Jornal Valor Econômico no dia 9 de março de 2009. **Ordem do Dia:** Em Assembléia Geral Ordinária: **(1)** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2008. **(2)** Deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício findo em 31/12/2008 e a distribuição de dividendos. **(3)** Fixar o número de membros do Conselho de Administração para o próximo mandato e elegê-los. Em Assembléia Geral Extraordinária: **(4)** Fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria. **(5)** Ratificar as deliberações do Conselho de Administração, relativas à declaração de juros sobre o capital próprio imputado ao dividendo mínimo obrigatório, e à declaração de dividendos intermediários pagos antecipadamente. **(6)** Referendar a capitalização de parte da reserva de lucros para aumento do capital social da companhia em R$ 51.800.000,00 (cinquenta um milhões e oitocentos mil reais) de reais, sem modificação do número de ações, conforme deliberado pelo Conselho de Administração em 13 de fevereiro de 2009. **Deliberações:** Após as matérias da Ordem do Dia terem sido analisadas e discutidas, foram aprovados pela unanimidade de votos dos acionistas presentes e sem ressalvas: **(1)** As Demonstrações Financeiras da Companhia, incluindo o Balanço Patrimonial, o Relatório da Administração e as Contas da Diretoria, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2008. **(2)** Foi aprovada pela unanimidade de votos dos acionistas presentes e sem ressalvas a destinação do lucro líquido do exercício de 2008 no montante de R$ 53.883.690,10 (cinquenta e três milhões, oitocentos e oitenta e três mil, seiscentos e noventa reais e dez centavos), da seguinte forma: a) R$ 2.694.184,51 (dois milhões, seiscentos e noventa e quatro mil, cento e oitenta e quatro reais e cinquenta e um centavos) para a reserva legal; b) R$ 26.464.469,40 (vinte e seis milhões, quatrocentos e sessenta e quatro mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e quarenta centavos) para a reserva de investimentos; c) R$ 8.002.702,19 (oito milhões e dois mil, setecentos e dois reais e dezenove centavos) para dividendos; d) R$ 16.722.334,00 (dezesseis milhões, setecentos e vinte e dois mil e trezentos e trinta e quatro reais) para juros sobre o capital próprio. **(3)** Foi aprovada pela maioria de votos dos acionistas presentes a manutenção do número de sete membros do Conselho de Administração da Companhia e a reeleição dos atuais membros, todos com mandato pelo prazo de 1 (um) ano: Sr. Sidney Levy, brasileiro, casado, engenheiro de produção, RG: 3.343.401 IFP/RJ, CPF: 441.607.557-04, com escritório na Av. Presidente Wilson, 231, 23º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ; Sr. Jeffrey Copeland Brantly, brasileiro, casado, economista, RG: 2.374.501 IFP/RJ, CPF: 469.043.797-15, com escritório na Ladeira Nossa Senhora, 163, 8º andar, Glória, Rio de Janeiro, RJ (Conselheiro Independente); Sr. Marcílio Marques Moreira, brasileiro, casado, advogado, RG: 1003.360 IFP/RJ, CPF: 006.953.867-00, com escritório na Rua da Candelária 9, Gr. 1006, Centro, Rio de Janeiro, RJ (Conselheiro Independente); Sr. Luiz Maurício Leuzinger, brasileiro, casado, engenheiro elétrico, RG: 1.606.512 IFP-RJ, CPF: 009.632.687-68, com escritório na Av. Paulista, 1450, 9º andar, São Paulo, SP; Sr. Ronaldo Camargo Veirano, brasileiro, casado, advogado, RG: 01406.025-5 IFP-RJ, CPF: 398.492.018-00, com escritório na Av. Presidente Wilson, 231, 23º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ; Sr. Steven Singer, norte-americano, casado, advogado, passaporte nº 214731564, com escritório na 2200, Fletcher Avenue, Fifth Floor, Fort Lee, New Jersey 07024, E.U.A; e Sr. Steven Adams Van Dyke, norte-americano, casado, consultor de investimentos, passaporte nº 132554536, com escritório na 375 Park Avenue, 20th Floor, New York, NY 10152, E.U.A. Os conselheiros ora eleitos tomarão posse mediante assinatura do competente Termo de Posse no Livro de Registro de Atas de Reunião do Conselho de Administração, arquivado na sede da companhia. **(4)** Foi aprovada pela maioria de votos dos acionistas presentes a fixação do limite máximo de remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria para o exercício de 2009, no valor total de R$ 6.950.000,00 (seis milhões, novecentos e cinquenta mil reais). **(5)** Foi aprovada pela unanimidade de votos dos acionistas presentes e sem ressalvas a ratificação das deliberações do Conselho de Administração, relativas à declaração de juros sobre o capital próprio imputado aos dividendos, e à declaração de dividendos intermediários pagos antecipadamente. **(6)** Foi aprovado pela unanimidade de votos dos acionistas presentes e sem ressalvas referendar a capitalização de parte da reserva de lucros para aumento do capital social da companhia em R$ 51.800.000,00 (cinquenta e um milhões e oitocentos mil reais), sem modificação do número de ações, passando dos atuais R$ 208.200.000,00 (duzentos e oito milhões e duzentos mil reais) para R$ 260.000.000,00 (duzentos e sessenta milhões de reais), conforme deliberado pelo Conselho de Administração em 13 de fevereiro de 2009. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar e como nenhum dos presentes fez uso da palavra, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata na forma de sumário, a ser publicada com omissão das assinaturas dos acionistas conforme estabelecido nos parágrafos 1º e 2º do artigo 130 da Lei nº 6.404/76, combinado com o disposto no parágrafo 6º do Artigo 10 do Estatuto Social da companhia, a qual lida e achada conforme foi assinada pela mesa e pelos acionistas presentes que constituem a maioria necessária às deliberações tomadas. **Mesa:** Carlos Affonso Seigneur d'Albuquerque - Presidente e Mario Cabral Montez de Almeida - Secretário. **Acionistas:** Sylio Ferreira Swerts p. ABN EQUITIES INC., Vanessa Montes de Moraes p. ARGUCIA INCOME FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES e SPARTA FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, Vanessa Montes de Moraes, George Washington Tenório Marcelino p. EATON VANCE TAX - MANAGED EMERGING MARKETS FUND, EATON VANCE STRUCTURED EMERGING MARKETS FUND, PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT ASSOCIATION OF NEW MEW MEXICO, IBM SAVINGS PLAN, TEMPLETON DEVELOPING MARKETS TRUST, TEMPLETON INTERNATIONAL EMERGING MARKETS FUND, TEMPLETON DEVELOPING MARKETS SECURITIES FUND, TEMPLETON INSTITUTIONAL FUNDS - EMERGING MARKETS SERIES, TEMPLETON GLOBAL INVESTMENT TRUST - TEMPLETON BRIC FUND, TEMPLETON GLOBAL INVESTMENT TRUST - TEMPLETON EMERGING MARKETS SMALL CAP FUNDS, FRANKLIN TEMPLETON INVESTMENT FUNDS, FRANKLIN TEMPLETON INVESTMENT FUNDS, FRANKLIN TEMPLETON INVESTMENT FUNDS,FRANKLIN TEMPLETON CORPORATE CLASS LTD., NORTHERN TRUST FIDUCIARY SERVICES (GUERNSEY) LIMITED AS TRUSTEE OF THE SAUDI ARAMCO SEVERANCE RETIREE MEDICAL AND RETIREMENT BENEFITS FUND TRUST. Certifico que a presente é cópia fiel da ata original lavrada em livro próprio. Rio de Janeiro, 24 de março de 2009. Mario Cabral Montez de Almeida-Secretário. **JUCERJ** - Certifico o registro sob o nº 00001894541 em 27/03/09. Valéria G. M. Serra - Secretária-Geral.

CR2
BANCO CR2 S.A.
CNPJ Nº 03.532.415/0001-02
www.bancocr2.com.br

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de Reais

ATIVO	2008	PASSIVO	2008
Circulante e Realizável a Longo Prazo	**80.594**	**Circulante e Exigível a Longo Prazo**	**46.094**
Disponibilidades	179	Depósitos	15.054
Aplicações interfinanceiras de liquidez	14.805	Obrigações por operações compromissadas	2.351
Títulos e valores mobiliários	21.293	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	10.545
Relações interfinanceiras	499	Instrumentos Financeiros Derivativos	3.869
Operações de crédito	41.308	Outras obrigações	14.275
Outros créditos	2.498	**Patrimônio Líquido**	**35.818**
Outros valores e bens	12		
Permanente	**1.318**		
Investimentos	420		
Imobilizado de uso	898		
Total do Ativo	**81.912**	**Total do Passivo**	**81.912**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de Reais

	2008
Receitas da Intermediação Financeira	51.252
Despesas da Intermediação Financeira	(15.659)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	**35.593**
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(19.723)
Resultado Operacional	**15.870**
Resultado Não Operacional	(15)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	**15.855**
Imposto de renda e contribuição social	(8.900)
Participação de Empregados no lucro	(847)
Lucro Líquido	**6.108**

A DIRETORIA

Jorge Alves de Souza - Contador - CRC RJ 038810/O-0

As Demonstrações Financeiras completas acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, sem ressalvas, foram publicadas em 31 de março de 2009, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no Diário Mercantil do Rio de Janeiro.

Veículos Especialização que antes era desvantagem agora ganha espaço

Brasil ajudará a GM nos EUA a produzir carro pequeno

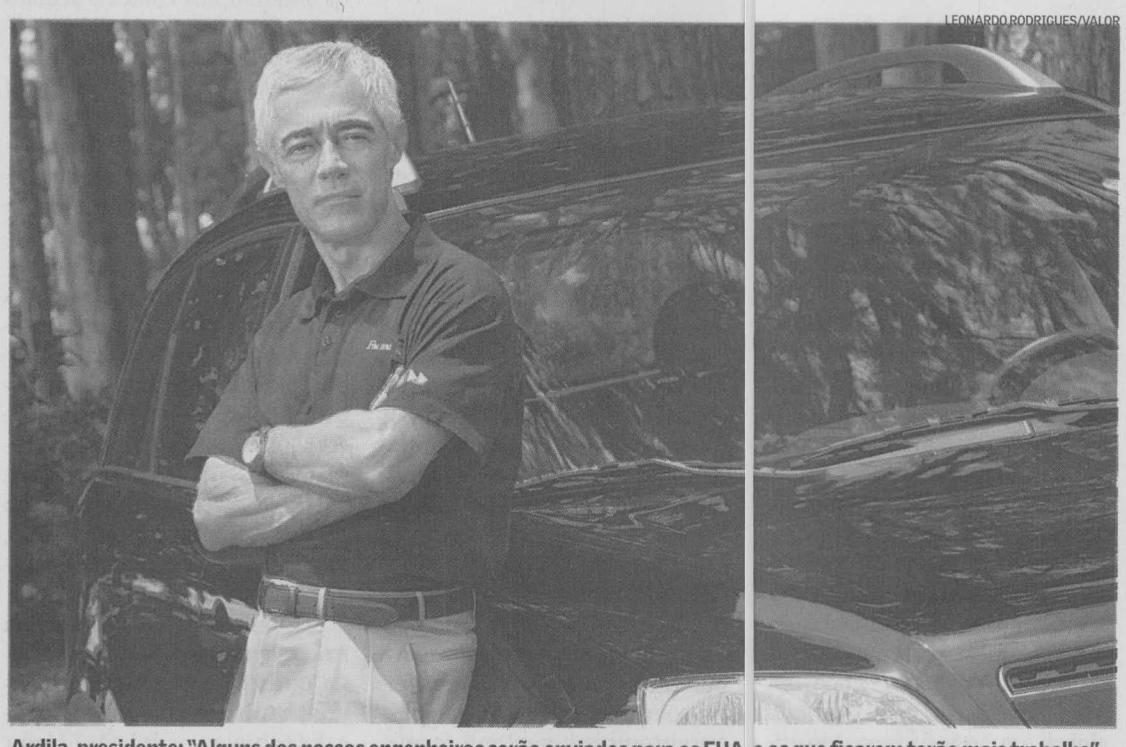
Marli Olmos
De São Paulo

O presidente da General Motors do Brasil, Jaime Ardila, disse ontem que a filial brasileira vai ajudar a matriz, nos Estados Unidos, no desenvolvimento de carros pequenos. O foco em veículos que gastam menos combustível está entre as exigências do governo americano para o novo plano de reestruturação da companhia, que precisa ser apresentado em 60 dias.

Ardila contou que a equipe brasileira dará apoio na tecnologia e desenho dos automóveis pequenos que podem vir a ser fabricados nos Estados Unidos. Segundo o executivo, a GM do Brasil enviará engenheiros para a matriz e também passará a receber projetos que devem ser transferidos dos EUA para cá. "Os engenheiros do Brasil terão mais trabalho", diz. A subsidiária brasileira conta com 1,2 mil engenheiros e 300 designers.

O conhecimento restrito ao desenvolvimento de carros compactos já chegou a deixar o Brasil em desvantagem na indústria automotiva mundial. Mas agora carros menores se transformam em sinônimo de economia e de comprometimento com o meio ambiente.

O presidente da GM do Brasil pode estar entusiasmado com a possibilidade de a especialização brasileira em modelos de carros pequenos contribuir para o futuro novo formato da companhia. Afinal, quase todas as subsidiárias brasileiras das montadoras esbanjam conhecimento no assunto, incluindo o desenvolvimento dos motores mais compactos.



LEONARDO RODRIGUES/VALOR

Ardila, presidente: "Alguns dos nossos engenheiros serão enviados para os EUA e os que ficarem terão mais trabalho"

Mas não se pode perder de vista que nos próximos dois anos a busca por veículos mais econômicos e menos poluentes, não apenas no mercado americano como também Europa e Japão, passará pelo desenvolvimento do veículo elétrico. A própria GM já está preparada para lançar o seu primeiro modelo elétrico, o Volt, em 2010.

Além do foco voltado ao desenvolvimento de carros que gastem menos combustível, o governo americano impôs à General Motors mais três desafios. Antes de mais nada, a montadora precisa buscar um modelo capaz de gerar mais fluxo de caixa para, assim, reduzir a concorrência dos fabricantes asiáticos. A companhia precisa também negociar com credores e sindicatos concessões que lhe permitam melhorar o balanço financeiro. Além disso, o governo de Barack Obama quer que a GM seja mais agressiva na reestruturação, acelerando o fechamento de fábricas e reduzindo o número de concessionárias nos EUA.

Ardila acredita que o prazo de 60 dias será mais do que suficiente para a empresa atender aos pedidos do governo americano. O executivo voltou a reiterar ontem que as operações na América Latina e Ásia estão excluídas do programa de reestruturação da companhia. "O Brasil é muito lucrativo para a companhia", destacou. A GM recebeu US$ 13,4 bilhões do governo americano e pediu US$ 4,6 bilhões adicionais.

Ardila não quis detalhar as conversas que a direção da GM do Brasil está tendo com governos dos Estados para buscar mais incentivos para futuros investimentos de ampliação industrial, outra dúvida que surge com o agravamento da crise na matriz. Ele disse apenas que no Rio Grande do Sul as conversas surgiram porque incentivos dados para a fábrica de Gravataí estão perto de expirar.

Presidente da Eli Lilly descarta fusão com Bristol-Myers Squibb

Farmacêutica

Andrew Jack
Financial Times

O presidente-executivo da Eli Lilly, John Lechleiter, tem criticado a atual rodada de "megafusões" no setor farmacêutico e descarta a participação de sua companhia, apesar das pressões por uma maior consolidação no setor. Lechleiter descartou explicitamente uma combinação com a Bristol-Myers Squibb, companhia com a qual a Eli Lilly tem ligações, e disse que em vez disso vai se concentrar em reforçar o desenvolvimento interno de medicamentos experimentais de sua companhia, juntamente com negócios de menor escala e mais seletivos.

"Acho que estamos vendo negócios que estão sendo motivados mais pela fraqueza, do que pelo que eu descreveria como fortes combinações estratégicas... Isso vai melhorar os problemas no curto prazo, mas não será uma resposta ao problema de longo prazo da produtividade de pesquisas."

Analistas do setor afirmam que a Eli Lilly é candidata a participar da intensificação da atual rodada de reestruturação, depois das compras da Wyeth pela Pfizer, Schering-Plough pela Merck e Genentech pela Roche, concluídos nas últimas semanas.

A consolidação foi desencadeada pelo vencimento de patentes e pressões sobre os preços, problemas com inovação no desenvolvimento de uma nova geração de medicamentos, e a ameaça de mais reestruturação provocada pela reforma do sistema de saúde nos Estados Unidos.

Mas o presidente do laboratório acredita que a Eli Lilly já possui a massa crítica necessária. "A maioria das coisas que tenho lido sobre grandes fusões é que elas são muito traumáticas para a pesquisa e desenvolvimento."

Em uma postagem recente no blog interno da Eli Lilly, vista pelo "Financial Times", Lechleiter escreveu aos funcionários: "O maior problema que eu tenho com essas grandes combinações é que elas não respondem ou mesmo voltam-se para a questão (da pesquisa e desenvolvimento)".

A Eli Lilly está mais protegida contra uma oferta hostil que a maioria de suas concorrentes, pois tem uma fatia significativa de seu capital nas mãos de descendentes a família fundadora e de instituições baseadas em sua sede em Indianapolis, além de uma série de estatutos que restringem uma oferta não autorizada.

Lechleiter, que assumiu o cargo de presidente-executivo um ano atrás, depois de uma longa carreira na companhia, está concentrado na aceleração da tomada de decisões na Eli Lilly. Ele cita como exemplo o rápido acordo para o lançamento de uma contraproposta bem sucedida pela ImClone no ano passado, em resposta a uma oferta apresentada pela Bristol-Myers Squibb.

O executivo deixou claro seu desejo de ampliar "o espaço onde os medicamentos, os equipamentos e os diagnósticos se cruzam", enquanto ele reforça o foco da Eli Lilly nos medicamentos que oferecem maior eficácia para os pacientes e um forte valor ao dinheiro dos sistemas de cuidados com a saúde. FT

Indicadores Econômicos Serasa Experian

Tecnologia de informação e análise de dados para entender o comportamento da economia

CREDIT AND MARKETING VISION2009

SERASA Experian

Entenda a CRISE, supere os desafios e aproveite as oportunidades.

Imperdível. 21 e 22 de maio de 2009.

Grand Hyatt São Paulo

cmvision2009.com.br

Com o crédito no centro da discussão mundial, a Serasa Experian lançou, em 18/03/2009, dois importantes indicadores econômicos:

Indicador Serasa Experian da Demanda do Consumidor por Crédito

Indicador Serasa Experian da Demanda das Empresas por Crédito

Indicadores que lançam um olhar interpretativo para o momento, permitindo maior compreensão e previsão sobre o futuro da economia.

Você pode usufruir da mesma tecnologia que permitiu o desenvolvimento desses indicadores. Participe do Credit and Marketing Vision 2009, conheça as soluções em crédito e serviços de marketing mais adequadas ao seu negócio e estabeleça estratégias vencedoras para os próximos desafios.

O MAIOR EVENTO DE CRÉDITO E MARKETING DA AMÉRICA LATINA

Ainda em baixa

Metais e petróleo registram leve retomada no primeiro trimestre, mas seguem desvalorizados

Alumínio

Cotação dia a dia * - em US$/t métrica

Var. no período - %	
Dia (31/03)	1,01
No mês***	5,96
No ano***	-6,15
12 meses***	-53,10

Chumbo

Cotação dia a dia * - em US$/t métrica

Var. no período - %	
Dia (31/03)	4,00
No mês***	26,09
No ano***	40,54
12 meses***	-54,95

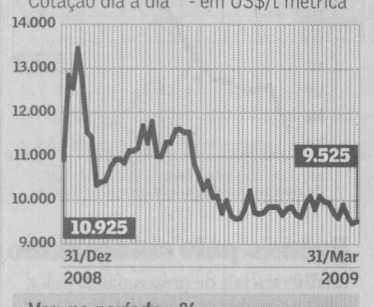
Cobre

Cotação dia a dia * - em US$/t métrica

Var. no período - %	
Dia (31/03)	3,08
No mês***	18,42
No ano***	38,02
12 meses***	-52,09

Níquel

Cotação dia a dia * - em US$/t métrica



Var. no período - %	
Dia (31/03)	0,47
No mês***	-2,11
No ano***	-12,81
12 meses***	-69,76

Zinco

Cotação dia a dia * - em US$/t métrica

Var. no período - %	
Dia (31/03)	0,84
No mês***	19,33
No ano***	14,89
12 meses***	-43,75

Petróleo Brent

Cotação dia a dia **- em US$/barril

Var. no período - %	
Dia (31/03)	2,58
No mês***	6,21
No ano***	7,98
12 meses***	-50,92

Fonte: Agências internacionais e Valor Data. *Para entrega em três meses ** Mercado futuro, primeiro contratro *** Até 31/03/09

Commodities Alumínio e níquel ainda enfrentam excesso de oferta, estoques e demanda fraca

Metais valorizam no trimestre, mas estão longe das cotações de 2008

Guilherme Manechini
De São Paulo

Ainda que estejam longe dos patamares verificados antes do agravamento da crise financeira mundial, as commodities metálicas apresentaram durante o primeiro trimestre do ano, com exceção do alumínio e do níquel, uma retomada de preços. E diante do cenário de pressão cambial nas cotações, causada pela valorização do dólar, e por uma demanda mais fraca, a tendência apontada por analistas e empresários é de manutenção dos preços atuais dos metais ao longo do ano.

De janeiro até o fim de março, o destaque positivo ficou por conta do cobre, que teve a tonelada valorizada em 39%. A alta nos preços é justificada principalmente pelo maior volume de compra da China, em um movimento de recomposição dos estoques governamentais e da menor oferta de sucata — utilizada em 40% da produção do metal refinado em nível mundial. Ontem, a tonelada do cobre encerrou o pregão na Bolsa de Metais de Londres (LME, na sigla em inglês) em alta de 3%, a US$ 4.051. No acumulado de doze meses, no entanto, o preço da commodity está 52% menor.

Para o presidente do Sindicato da Indústria de Condutores Elétricos, Trefilação e Laminação de Metais Não-Ferrosos (Sindicel), Sergio Aredes, o comportamento do preço do cobre no primeiro trimestre está em linha com a projeção da entidade para o ano, entre US$ 4 mil e US$ 4,5 mil. Mas para a indústria que utiliza o metal vermelho como matéria-prima, outros fatores como a alta do dólar e o aumento do prêmio cobrado pelos produtores amortizaram a queda dos custos.

"Na LME, a queda chegou a até 30%, mas o prêmio praticamente duplicou. Ou seja, na relação cotação em bolsa, taxa de câmbio e o prêmio, a redução ficou em 10%", detalhou Aredes. O executivo ainda ressaltou que a dificuldade presente no setor é a guerra de preços, já que a redução de custos gira em torno de 10%, mas os produtos finais tem recuado até 25%.

Segundo relatório do Macquarie Group, a demanda por cobre deverá cair 9,2% em 2009, deixando um excedente de oferta até o próximo ano. Depois do cobre, o metal que mais valorizou durante o primeiro trimestre foi o chumbo (34%), cotado ontem na Bolsa de Londres a US$ 1.272 a tonelada.

As estimativas do banco de investimentos sul-africano Standard Bank apontam para a valorização de todos os metais diante dos preços atuais, ainda que indiquem um patamar inferior ao verificado na média de 2008. A cotação média do cobre prevista pelo banco para 2009 é de US$ 4.215, cerca de 40% inferior ao verificado no ano passado. Para o chumbo, a estimativa é de que a tonelada termine o ano na média de US$ 1.345, ou 35,6% menor que a de 2008. O preço para o alumínio é 36% menor, projetando a tonelada em US$ 1.650.

Níquel, estanho e zinco terminariam o ano, respectivamente, com cotações médias de US$ 14.675 (-30,4%), US$ 15.125 (menos 18,4%) e US$ 1.485 (-20,7%).

No caso do alumínio, a desvalorização no primeiro trimestre é de 6,36% e de 53,57% nos últimos doze meses, o que tem feito com que produtores locais, como a Valesul, reduzissem o ritmo de produção. Em janeiro, a companhia cortou a produção pela metade, passando de 7,5 mil toneladas no mesmo mês de 2008 para 3,3 mil. Na época, o presidente da Associação Brasileira do Alumínio (Abal), Luis Carlos Loureiro, informou que o patamar de US$ 1,4 mil por tonelada do metal já inviabilizava boa parte da produção mundial.

Na opinião do executivo, cortes de produção como fez a Valesul deverão ser feitos por outras empresas presentes no país. A Abal reúne 69 companhias fabricantes e transformadores do alumínio.

Conforme o relatório do Macquaire, a produção de alumínio vai superar a demanda até 2012, enquanto que os mercados de zinco e de chumbo não vão recuar para uma escassez antes de 2011. Para o níquel, a instituição traça um cenário mais pessimista, continuando com excedentes pelo menos até 2012.

Se as commodities metálicas apresentaram uma leve recuperação no primeiro trimestre, quando a análise engloba a cesta de commodities o cenário é mais negativo. No acumulado do ano, o Índice Reuters/Jefferies, o CRB, de 19 commodities, caiu 5,8%, reforçando a queda de 50% do segundo semestre de 2008. O gás natural, o níquel e o trigo puxaram esses declínios, que superaram os avanços da gasolina, do cobre e dos suínos.

Na opinião do analista do Commerzbank em Frankfurt, Eugen Weinberg, altas nos preços são improváveis antes do terceiro ou quarto trimestre. "Em setembro, outubro, a direção estará mais clara, quando as pessoas voltarem de férias e perceberem que a situação provavelmente não está tão ruim quanto eles pensavam no começo do verão" (de junho a setembro, no Hemisfério Norte). ***(Com informações da Bloomberg)***

Petróleo sobe em março e fecha em alta

Valor Online, de São Paulo

O petróleo fechou o primeiro trimestre em alta, após registrar no período cotações abaixo dos US$ 35, como aconteceu com o barril do tipo WTI, negociado em Nova York, em alguns dias no mês de fevereiro. O balanço final do trimestre mostra valorização do WTI de 11,88% e do tipo Brent, negociado em Londres, de 7,98%.

Praticamente toda a valorização acumulada pela commodity no período foi conquistada no mês passado. Em março, o WTI subiu 11,48% e o Brent, 6,21%. Ontem, foi mais um dia de alta. Os preços foram influenciados pela recuperação no mercado acionário.

Outros dois fatores puxaram as cotações. O fim do trimestre estimulou compras e reorganização de portfólio de investimentos por parte dos agentes. E a ligeira desvalorização do dólar em relação ao euro ontem também contribuiu para a compra de contratos que, sendo referenciados em dólar, ficam mais atraentes para compra.

O WTI para maio fechou cotado a US$ 49,90, com alta de US$ 1,49. Em Londres, o Brent também para maio foi cotado a US$ 49,23, com valorização de US$ 1,24.

Movimento falimentar

Falências Requeridas

Requerido: **Ber Brasil Energia Renovável Industriais Ltda. -** Requerente: Lapefer Comércio e Indústria de Laminados Ltda. - Vara/Comarca: Vara Única do Foro Distrital de Rio Das Pedras/comarca de Piracicaba/SP

Requerido: **Decorfancy Fios e Tecidos Ltda. -** Requerente: Companhia Industrial Aliança Bondespachense - Vara/Comarca: 2a Vara de São Roque/SP

Requerido: **Dm Fundidos Especiais Ltda. e Outro -** Requerente: Vaska Indústria e Comércio de Metais Ltda. - Vara/Comarca: 3a Vara de Limeira/SP

Requerido: **Global Stamp Máquinas Especiais Estamparia e Usinagem Ltda. -** Requerente: Gerdau Aços Longos S/A - Vara/Comarca: 1a Vara de Limeira/SP

Requerido: **Max Beer Ltda. -** Requerente: José Ribeiro Naves - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências de Contagem/MG

Requerido: **Transportadora Roque Marinho Ltda. ME -** Requerente: Trs Comércio e Distribidora de Derivados de Petróleo Ltda. - Vara/Comarca: Vara Única de Nuporanga/SP

Requerido: **Uc Trading Importação e Exportação Ltda. -** Endereço: Rua Chico Pontes, 1500, Loja 2038 C - Requerente: Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S/A - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências de São Paulo/SP

Falências Decretadas

Empresa: **26t. On Apoio Promocional e Marketing Ltda. -** Endereço: Rua Amaral Gama, 333, Conj. 23, Bairro de Santana - Administrador Judicial: Dra. Maria Odete Duque Bertasi - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências de São Paulo/SP

Empresa: **Makromar Distribuidora Ltda. ME -** Endereço: Rua Três, Nº 44, Loteamento Olaria, Jardim América, Capão do Leão/rs - Administrador Judicial: Dr. Luís Fernando Winck Medeiros - Vara/Comarca: 2a Vara de Pelotas/RS

Empresa: **Udipel Comércio de Papéis e Suprimentos Para Informática Ltda. -** Endereço: Rua Joaquim Lapas Veiga, 400, Bussocaba City - Administrador Judicial: Dr. Mário César Bonfá - Vara/Comarca: 7a Vara de Osasco/SP - Observação: Recuperação Judicial convolada em Falência

Empresa: **Ws Confecções Ltda. Epp -** Endereço: Rua Sayão Lobato, 50 A, Bairro do Brás - Administrador Judicial: Dr. Flávio Olímpio de Azevedo, Advogado da Própria Credora Requerente Vicunha Têxtil S/A - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências de São Paulo/SP

Processos de Falência Extintos

Requerido: **Alfaiate Roupas e Acessórios Ltda. -** Requerente: Sulfabril Nordeste S/A - Vara/Comarca: 13a Vara de Belém/PA - Observação: Falta de interesse de agir

Requerido: **Atlântica Pesca Ltda. -** Requerente: Mobil Oil do Brasil Indústria e Comércio Ltda. - Vara/Comarca: 13a Vara de Belém/PA - Observação: Falta de interesse de agir

Requerido: **B J 3 Indústria e Comércio de Confecções Ltda. -** Requerente: Waiswol e Waiswol Ltda. - Vara/Comarca: 4a Vara de Maringá/PR - Observação: Falta de interesse de agir

Requerido: **Corel Comercial Importadora Ltda. -** Requerente: Paulo Weigand e Companhia Ltda. - Vara/Comarca: 5a Vara de Salvador/BA

Requerido: **Diferente Ii Comércio de Bebidas e Eventos Ltda. -** Requerente: Águas do Lins Indústria e Comércio Ltda. - Vara/Comarca: 5a Vara Empresarial do Rio de Janeiro/RJ - Observação: Petição inicial indeferida

Requerido: **Empar Participações Ltda. e Outros -** Requerente: Vera Lúcia Osório Cortizo Carvalho - Vara/Comarca: 5a Vara Empresarial do Rio de Janeiro/RJ - Observação: Petição inicial indeferida

Requerido: **Fazendas Reunidas 35 Ltda. -** Requerente: Abn Comércio de Produtos Agropecuários Ltda. - Vara/Comarca: 13a Vara de Belém/PA - Observação: Falta de interesse de agir

Requerido: **Inave S/A Indústria e Navegação -** Requerente: Eletrifer Comércio Ltda. - Vara/Comarca: 13a Vara de Belém/PA - Observação: Falta de interesse de agir

Requerido: **Kimberly Clark Kenko Indústria e Comércio Ltda. -** Requerente: Cosfarma Produtos Cosméticos Farmacêuticos Ltda. - Vara/Comarca: 13a Vara de Belém/PA - Observação: Falta de interesse de agir

Requerido: **Luzia Aparecida Benatti Botucatu ME -** Requerente: Mercantil Farmed Ltda. - Vara/Comarca: 2a Vara de Botucatu/SP

Requerido: **Maria da Conceição Giestas Vieira, Firma Individual -** Requerente: Superpel Comércio de Papéis Ltda. - Vara/Comarca: 13a Vara de Belém/PA - Observação: Falta de interesse de agir

Requerido: **Microcel Ltda. -** Requerente: Cellstar Inter Telefonia Celular Ltda. - Vara/Comarca: 13a Vara de Belém/PA - Observação: Falta de interesse de agir

Requerido: **Pavão Elétrica, Hidráulica e Ferragens Ltda. ME -** Requerente: A Casa Das Soldas Ltda. - Vara/Comarca: 10a Vara de Guarulhos/SP - Observação: Falta de interesse de agir

Requerido: **Portal da Amazônia Indústria e Comércio Cons. Ltda. -** Requerente: Metamont Montagens Ltda. - Vara/Comarca: 13a Vara de Belém/PA - Observação: Falta de interesse de agir

Requerido: **Refrigeração Silvestre Ltda. -** Requerente: Almirante Refrigeração Comércio, Importação e Exportação Ltda. - Vara/Comarca: 2a Vara de Aparecida de Goiânia/GO - Observação: Desistência homologada

Requerido: **Shiwa Construções e Serviços Ltda. -** Requerente: BBA Big Bag da Amazônia Ltda. - Vara/Comarca: 13a Vara de Belém/PA - Observação: Falta de interesse de agir

Requerido: **Sia Informática Ltda. ME -** Requerente: Costa Temprano Indústria e Comércio de Componentes Eletrônicos Ltda. - Vara/Comarca: 13a Vara de Belém/PA - Observação: Falta de interesse de agir

Requerido: **Tuca Lojão do Povo Comércio de Utilidades Domésticas Ltda. -** Requerente: Plasvale Indústria de Plásticos do Vale Ltda. - Vara/Comarca: 2a Vara de Rio do Sul/SC - Observação: Falta de interesse de agir

Requerido: **Vieira e Neves Comércio e Serviços Ltda. -** Requerente: Telexpel Papéis Teleinformática Ltda. - Vara/Comarca: 13a Vara de Belém/PA - Observação: Falta de interesse de agir

Recuperação Judicial Requerida

Empresa: **Indústria de Alimentos Nilza S/A -** Vara/Comarca: 4a Vara de Ribeirão Preto/SP

Recuperação Judicial Deferida

Empresa: **Lasa Indústria Farmacêutica Ltda. -** Administrador Judicial: Dr. Rafael Moro - Vara/Comarca: 2a Vara de Videira/SC

Hoje, excepcionalmente, deixamos de publicar a **Agenda tributária**.

www.valoronline.com.br

Shell adquire 45 postos na região Centro-Oeste

Combustível

Cláudia Schüffner
Do Rio

Única multinacional a atuar no setor de distribuição de combustíveis no Brasil, a anglo-holandesa Shell anunciou a aquisição de 45 postos da rede Simarelli no Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia. Com o fechamento do negócio, cujo valor não foi revelado, a Shell volta a atuar na região Centro-Oeste oito anos após vender sua rede na área para a italiana Agip, que posteriormente vendeu tudo para a BR Distribuidora, da Petrobras. Em todo o país a Shell conta com cerca de 2,7 mil postos.

O acordo prevê a permanência da Simarelli, que continua com parte de sua rede na região — no transporte de combustíveis. Com a colocação de sua bandeira em mais 45 postos, a Shell expande sua área de atuação pelo Brasil, país onde tem a terceira maior participação no varejo do mundo, atrás da Alemanha e Estados Unidos. O plano da Shell prevê investimentos em 50 novos postos na região até o fim de 2009.

No ano passado a companhia abriu dois postos no Mato Grosso, um em Cuiabá e outro em Sinop, e está construindo outro em Rondonópolis, elevando para 13% sua participação de mercado naquele estado. Os postos adquiridos da Simarelli comercializam 160 milhões de litros de combustíveis por ano. A Shell planeja elevar esse volume para 250 milhões de litros em três anos.

A distribuidora ocupa o terceiro lugar no ranking de distribuição de combustíveis no Brasil, atrás da BR Distribuidora e do Ultra/Ipiranga. No ano passado a companhia comercializou 7,5 bilhões de litros de combustíveis, volume recorde que representou aumento de 15% em relação às vendas de 2007. Além da distribuição, a Shell mantém investimentos em exploração e produção de petróleo no país. A empresa já produz nos campos de Bijupirá e Salema (na bacia de Campos) e está investindo para produzir nos campos Ostra, Abalone e Argonauta, na bacia do Espírito Santo.

Ontem a Chevron informou que concluiu a transferência de seus negócios de distribuição no Brasil, com a marca Texaco, para a Ultrapar. O Ultra adquiriu no ano passado cerca de 2 mil postos com a marca Texaco no país junto com 48 bases de distribuição por R$ 1,161 bilhão. A estratégia da Chevron agora é concentrar as operações em lubrificantes e na área de exploração e produção de petróleo no Brasil.

MINERVA S.A. – CNPJ nº 67.620.377/0001-14 – CVM nº 20931 – NIRE 35.300.344.022
AVISO AOS ACIONISTAS
O Minerva S.A. (BOVESPA: BEEF3; Bloomberg: BEEF3BZ; Reuters: BEEF3.SA), comunica que se encontram à disposição dos Senhores Acionistas, na sua sede, localizada no prolongamento da Av. Antonio Manço Bernardes, s/ nº, Rotatória Família Vilela de Queiroz, Barretos/ SP, CEP 14781-545, os documentos a que se refere o art. 133 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada, relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2008, bem como no *website* de relações com investidores do Minerva (www.minerva.ind.br/ri) Barretos, 27/03/2008. **Carlos Watanabe** - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores.

Tegma Gestão Logística S.A. - Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 02.351.144/0001-18 - NIRE 35.300.340.931
AVISO AOS ACIONISTAS
A **Tegma Gestão Logística S.A.** ("**Tegma**" - Bovespa: TGMA3), comunica aos Senhores Acionistas que: (i) encontram-se a disposição na sede social da Companhia, na Avenida Nicola Demarchi, nº 2000, Bairro Demarchi, no Município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, os documentos a que se trata o Artigo 133, da Lei nº 6.404, de 15.12.1976 e suas alterações, relativo ao exercício social encerrado em 31.12.2008. São Bernardo do Campo, 30 de março de 2009.
Alexandre Augusto Brandão
Diretor Administrativo-Financeiro e Diretor de Relações com Investidores (31/3 e 1 e 2/4)

enerpeixe
ENERPEIXE S.A.
CNPJ 04.426.411/0001-02 - NIRE 35.300.185.391
Edital de Convocação
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária
Ficam convocados os senhores acionistas a se reunirem em **Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária** que se realizará no dia 08 de abril de 2009, às 09:00 horas, na sede da sociedade, na Avenida Paulista, nº 2.421, 3º andar, São Paulo - SP para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **Em matéria Ordinária: a)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração e as demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores externos independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008; **b)** aprovar o Orçamento de Capital; **c)** aprovar a destinação do Lucro Líquido e a distribuição de Dividendos referentes ao exercício social de 2008; **d)** fixar a remuneração global dos administradores (Conselheiros e Diretores) para o exercício de 2009; **Em matéria Extraordinária: e)** aceitar a renúncia de membro do Conselho de Administração; **f)** aprovar a modificação do artigo 14 do Estatuto Social da Companhia de forma a alterar o prazo de mandato dos Conselheiros e Diretores; **g)** eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia.
São Paulo, 31 de março de 2009
António Manuel Barreto Pita de Abreu
Presidente do Conselho de Administração da Enerpeixe

Eletrobrás
Centrais Elétricas Brasileiras S.A.
Ministério de Minas e Energia
BRASIL UM PAÍS DE TODOS GOVERNO FEDERAL
COMPANHIA ABERTA CNPJ 00001180/0001-26
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
49ª Assembléia Geral Ordinária
Ficam convocados os Senhores Acionistas da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás a se reunirem na Sede da Empresa, em Brasília, Setor Comercial Norte, Quadra 04, Bloco "B", nº. 100, Sala 203 do Edifício Centro Empresarial VARIG – Brasília-DF, no dia 30 de abril de 2009, às 10 horas, em Assembléia Geral Ordinária para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia:
1. Relatório da Administração, Demonstrações Financeiras e Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008.
2. Orçamento de Capital para o exercício de 2009.
3. Destinação do lucro líquido do exercício e distribuição de remuneração aos acionistas.
4. Eleição dos membros do Conselho de Administração.
5. Eleição de membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes.
6. Fixação da remuneração dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva.
7. Veículos de comunicação nos quais serão publicadas as Demonstrações Financeiras da Companhia do exercício a encerrar-se em 2009.

De acordo com a Instrução nº 165, de 11.12.91, da Comissão de Valores Mobiliários, será de 5% (cinco por cento) o percentual mínimo de participação no Capital votante necessário à requisição da adoção do voto múltiplo.
A participação na Assembléia em questão ficará condicionada à comprovação da entrega na Eletrobrás, de declaração expedida pela instituição financeira depositária, identificando a condição de acionista. A entrega referida deverá ser efetuada até o dia 28 de abril de 2009, no Departamento de Administração do Capital Social - DFS, Divisão de Gestão dos Direitos dos Acionistas - DFSA, na Av. Presidente Vargas, nº. 409 - 9º andar, na cidade do Rio de Janeiro, RJ, no horário de 8h às 12h e de 14h às 17h.
Brasília, 27 de março de 2009
MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN
Presidente do Conselho de Administração
NÍVEL 1 BOVESPA BRASIL | EBR & EBR.B LISTED NYSE | Índice de Sustentabilidade Empresarial ISE Carteira 2008 - 2009 | Latibex

Commodities Agrícolas

Açúcar

São Paulo - 31/03/09

Cristal Cambial- Mercado Futuro (BM&FBovespa)

(Contrato = 270 sacas; cotação = US$/50Kg).

Meses	Abt.	Mín.	Máx.	Ajuste	Var.ptos.
Jul/09	s/cot.	s/cot.	s/cot.	16,59	+0,27

Contratos em aberto em 30/03/09: Jul/09, 150

Contratos negociados: Fev/09, -

Volume Financeiro (R$): -

Fonte: BM&FBovespa

Nova York - Futuro - 31/03/09

(Contrato nº 11 - mundial branco - em centavos de dólar por libra-peso - FOB e estivado a bordo) – var. ptos.

Meses	Abt.	Máx.	Mín.	Ajuste	Osc.
Mai/09	12,50	12,72	12,48	12,67	+0,19
Jul	13,15	13,38	13,14	13,33	+0,17
Out	14,00	14,18	13,94	14,08	+0,10
Jan/10	s/cot.	s/cot.	s/cot.	14,56	+0,04
Mar	15,02	15,16	14,91	15,06	+0,04

Contratos em aberto em 30/03/09: Mai/09, 213.714; Jul, 187.516; Out, 112.462; Jan/10, 207 e Mar, 73.361

Foram negociados 85.910 lotes de 50 toneladas longas

(Contrato nº 14 - doméstico branco - em centavos de dólar por libra-peso - FOB e estivado a bordo) – var. ptos.

Meses	Abt.	Máx.	Mín.	Ajuste	Osc.
Mai/09	21,00	21,05	21,00	20,98	-0,07
Jul	21,65	21,80	21,60	21,65	-0,15
Set	21,90	22,00	21,80	21,84	-0,13

Contratos em aberto em 30/03/09: Mai/09, 1.540; Jul, 2.507; e Set, 2.228

Foram negociados 203 lotes de 50 toneladas longas

Nova York - Disponível

(Em centavos de dólar por libra-peso)

	31 Mar	30 Mar
Contrato mundial nº 11	13,52	13,37
Média ponderada nº 11	12,62	12,49
Volume	12.229	9.315

Londres - Futuro - 31/03/09

(Contrato nº 5 refinado - em dólares por tonelada) - var. ptos.

Meses	Abt.	Máx.	Mín.	Ajuste	Osc.
Mai/09	393,70	397,10	390,80	392,80	+1,80
Ago	391,30	392,90	388,40	390,50	+2,20
Out	391,40	396,40	390,80	392,50	+1,20
Dez	392,90	395,00	391,80	392,50	-0,30
Mar/10	399,40	400,50	397,30	397,50	-0,80

Contratos em aberto em 30/03/09: Mai/09, 19.036; Ago, 28.479; Out, 14.636; Dez, 5.737 e Mar/10, 2.405

Organização Internacional do Açúcar - 30/03/09

Em centavos de dólar p/ libra-peso	Preço do dia	Média 15 dias
	13,21	13,51

Fonte: Bloomberg e Dow Jones Newswires.

Algodão

São Paulo - 31/03/09

Algodão em Plumas - Tipo 6 CEPEA/ESALQ - Preços em R$c/Lp

A vista	110,784	A prazo	111,531

Prazo médio de pagamento (dias): 8

Mercado disponível de algodão - 30/03/09

Ágios e deságios - Padrões universais - R$/lb

Tipos Brancos	Folha Tipo 1&2	3	4	5	6	7
Cor boa média	11	-	-	-	-	-
Cor estritamente média	21	400	300	-	-	-
Cor média	31	300	200	150	-	-
Cor estrit. abaixo da méd.	41	-	50	Base	(50)	-
Cor abaixo da média	51	-	-	(150)	(200)	(300)
Cor estrit. boa comum	61	-	-	(400)	(450)	(650)
Cor boa comum	71	-	-	-	(900)	(1.000)
Abaixo de padrão	81	-	-	-	n	n

Cor

1- Branco	Base	4- Avermelhado	(900)
2- Ligeiramente creme	(100)	5- Amarelado	(900)
3- Creme (todos os tipos)	(300)		

Deságio p/fibra de 26/28mm -2,31 R$/@ ou -0,07 R$/lp

Deságio p/fibra de 28/30mm -1,65 R$/@ ou -0,05 R$/lp

Ágio p/fibra de 32/34mm +0,99 R$/@ ou +0,03 R$/lp

Resumo dos negócios (t.) - até as 10:00 horas - 30/03/09

Zona	Safra 2006/2007	2007/2008	2008/2009	2009/2010	Total
Mercado Interno	-	997,,0	-	-	997,,0
Importação	-	-	-	-	-
Exportação	-	-	-	-	-
Total	-	997,,0	-	-	997,,0

Fonte: BM&FBovespa/Bolsa Brasileira de Mercadorias

Regiões Produtoras

(Preço médios recebidos pelos produtores)

Algodão em Caroço (R$/15 kg)		Algodão em Pluma (R$/15 kg)	
Local	Preços	Local	Preços
Avaré	s/cot.	Avaré	s/cot.
Limeira	s/cot.	Jales	s/cot.
Orlândia	s/cot.	Limeira	s/cot.
Pres. Venceslau	s/cot.	Orlândia	s/cot.
Votuporanga	s/cot.	Votuporanga	s/cot.

Fonte: Inst. de Econ. Agrícola (IEA) e Coord. de Assist. Técn. Integral (CATI).

Nova York - Futuro - 31/03/09

(Cotação número 2 em centavos de dólar por libra-peso)

Meses	Abt.	Máx.	Mín.	Ajuste	Osc.
Mai/09	44,50	46,50	44,50	46,47	+2,08
Jul	45,83	47,44	45,66	47,35	+1,91
Out	48,50	48,50	48,50	49,89	+1,78
Dez	50,18	51,70	50,00	51,56	+1,79
Mar/10	53,04	54,50	53,04	54,50	+1,80
Mai	s/cot.	s/cot.	s/cot.	55,55	+1,96

Contratos em aberto em 30/03/09: Mai/09, 63.246; Jul, 43.232; Out, 484; Dez, 26.593; Mar/10, 3.914 e Mai, 142

Foram negociados 32.242 contratos

Liverpool (Preços em centavos de dólar por libra/peso)

Índice	31 Mar	Var. em ptos
Índice A - (MIDD) C/fibra 1-3/32 (2003-04)	53,05	+1,20
Índice B - (SLM) C/fibra 1-1/1 (2003-04)	s/cot.	-

Fonte: Bloomberg e Dow Jones Newswires.

Arroz

São Paulo - 31/03/09

Mercado Atacadista - (Preço em R$)

Tipo	Mín.	Méd.	Máx.	Merc.
- Arroz Beneficiado sc. 60 kg				
Uruguai tipo 1 sc. 50 kg	s/inf.	s/inf.	s/inf.	-
- Arroz em Fardo 30 kg				
Agulhinha parboilizado	40,14	47,48	57,79	Fraco
Agulhinha tipo 1	41,70	49,30	64,00	Firme
Agulhinha tipo 2	38,00	41,00	45,00	Estável

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

Regiões Produtoras

(Preços médios recebidos pelos produtores - Em casca R$/saca 60 kg)

Local	Preço	Local	Preço
Assis	39,00	Pindamonhangaba	40,00
Guaratingueta	40,00	Olímpia	S/inf.

Fontes: Inst. de Econ. Agrícola (IEA) e Coord. de Assist. Técn. Integral (CATI).

Batata

São Paulo - 31/03/09

Mercado Atacadista - (Preços em R$) - (sc. 50 kg)

Produtos	Mín.	Méd.	Máx.	Merc.
Agata escovada	50,00	55,00	60,00	Firme
Agata lavada	58,00	61,50	65,00	Fraco
Asterix lavada	58,00	61,50	65,00	Fraco
Baraka escovada	50,00	53,50	55,00	Estável
Cesar escovada	45,00	50,00	55,00	Estável
Cesar lavada	58,00	61,50	65,00	Fraco
Cupido lavada	s/inf.	s/inf.	s/inf.	-
Monalisa lavada	65,00	70,00	75,00	Estável
Monalisa escovada	50,00	53,00	55,00	Estável

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

Regiões Produtoras

Preços médios - Agata/Asterix (Prazo de pagamento 45 dias) - R$/saca 50kg

(Bintje/Monalisa)	Preços	(Agata/Monalisa)	Preços
Avaré	s/inf.	Sorocaba	s/inf.
Itapetininga	s/inf.	S.J. Boa Vista	s/inf.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

Boi

São Paulo - 31/03/09

Futuro (BM&FBovespa) - Boi gordo em reais (contrato = 330@; cotação = R$/@) - Var./ptos.

Meses	Abt.	Mín.	Máx.	Ajuste	Var. Ptos.
Abr/09	78,00	78,00	78,50	78,30	+0,55
Mai	76,90	76,74	77,75	77,49	+0,74
Jun	78,22	78,15	78,50	78,50	+0,70
Jul	80,20	80,00	80,80	80,98	+0,98
Ago	81,70	81,65	82,40	82,40	+0,90
Set	82,30	82,30	82,80	83,20	+0,81
Out	83,10	83,10	84,04	83,92	+0,63
Nov	84,00	84,00	84,30	85,00	+1,68
Dez	s/cot.	s/cot.	s/cot.	84,75	+1,50

Contratos em aberto em 30/03/09: Abr/09, 150; Mai, 7.241; Jun, 279; Jul, 793; Ago, 1.137; Set, 998; Out, 6.294; Nov, 975 e Dez, 15

Volume Financeiro (R$): 102,327 mi

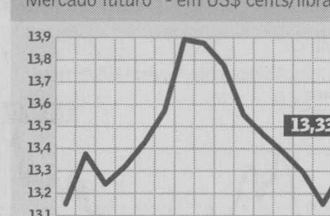
Fonte: BM&FBovespa

Regiões Produtoras (Preços nominais)

Local	Mín. (1)	Máx. (2)	Mín. (3)	Máx. (4)	Prazo (5)
	(Preços em R$)				
Araçatuba					
Boi Gordo (*)	77,63	78,81	79,84	80,86	33,80
Vaca Gorda (*)	70,55	71,72	72,67	73,69	34,33
Bezerro (**)	585,37	688,57	600,00	700,00	23,33
Boi Magro (**)	975,62	975,62	1.000,00	1.000,00	30,00
- São José do Rio Preto/Barretos					
Boi Gordo (*)	76,51	78,50	78,81	80,86	35,83
Vaca Gorda (*)	69,56	71,54	71,65	73,69	36,33
Bezerro (**)	634,15	682,93	650,00	700,00	30,00
Boi Magro (**)	975,62	975,62	1.000,00	1.000,00	30,00
- Bauru/Marília - Pecuária					
Boi Gordo (*)	76,51	77,79	78,81	79,84	34,25
Vaca Gorda (*)	70,55	71,72	72,67	73,69	35,00
Bezerro (**)	585,37	682,93	600,00	700,00	27,50
Boi Magro (**)	926,84	938,54	950,00	962,00	30,00
- Presidente Prudente					
Boi Gordo (*)	76,64	78,81	78,81	79,84	34,71
Vaca Gorda (*)	71,54	71,72	73,69	73,69	35,00
Bezerro (*)	614,64	682,93	630,00	700,00	30,00
Boi Magro (**)	868,30	868,30	890,00	890,00	30,00
- Noroeste do Paraná					
Boi Gordo (*)	72,72	73,71	74,72	75,74	34,00
Vaca Gorda (*)	66,52	67,74	68,58	69,60	33,85
Bezerro (**)	568,19	607,38	580,00	620,00	25,00
Boi Magro (**)	881,67	979,64	900,00	1.000,00	25,00

Açúcar

Mercado futuro* - em US$ cents/libra



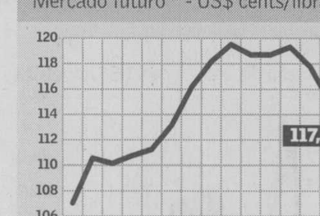
Fonte: Bloomberg e Valor Data
* Segunda posição, na bolsa de Nova York.

Oferta global menor

Os preços futuros do açúcar fecharam em alta ontem, nas bolsas internacionais, impulsionados por notícias de que a oferta global da commodity deverá recuar no Brasil e na Índia, os dois maiores produtores mundiais, segundo a agência Bloomberg. Na bolsa de Nova York, os contratos para julho fecharam o dia a 13,33 centavos de dólar por libra-peso, com alta de 17 pontos. Na bolsa de Londres, os contratos para agosto encerraram a US$ 390,50 a tonelada, com aumento de US$ 2,20. A Índia, que também é a maior consumidora mundial de açúcar, está importando a matéria-prima pela primeira vez este ano depois de três anos de autossuficiência. No mercado paulista, a saca de 50 quilos fechou a R$ 46,77, segundo o índice Cepea/Esalq.

Café

Mercado futuro * - US$ cents/libra



Fonte: Bloomberg e Valor Data.
* Segunda posição, na bolsa de Nova York.

Prêmio pelo colombiano

Os diferenciais de preços pagos pelos cafés colombianos lavados, considerados grãos de alta qualidade e com pouca oferta no mercado neste momento, deram suporte às cotações futuras da commodity nas bolsas internacionais, segundo analistas ouvidos pela agência Bloomberg. Na bolsa de Nova York, os contratos para julho fecharam a US$ 1,1770 a libra-peso, com alta de 275 pontos. Na bolsa de Londres, os contratos para maio encerraram a US$ 1.555 a tonelada, com aumento de US$ 16. Os volumes de cafés certificados em Nova York, em torno de 4 milhões de sacas, registraram queda nos últimos meses. No mercado paulista, a saca de 60 quilos fechou ontem a R$ 267,69, com alta de 0,71%, de acordo com o índice Cepea/Esalq. No mês, a alta é de 3,23%.

Boi – continuação

Regiões Produtoras (Preços nominais) - 31/03/09

Local	Mín. (1)	Máx. (2)	Mín. (3)	Máx. (4)	Prazo (5)
	(Preços em R$)				
- Três Lagoas (M.S.)					
Boi Gordo (*)	65,00	71,65	71,65	72,00	35,50
Vaca Gorda (*)	63,10	64,59	65,00	66,53	35,55
Bezerro (**)	634,15	682,93	650,00	700,00	30,00
Boi Magro (**)	878,05	878,06	900,00	900,00	30,00
- Campo Grande (M.S.)					
Boi Gordo (*)	67,57	69,96	69,60	72,00	35,33
Vaca Gorda (*)	61,61	63,10	63,46	65,00	36,00
Bezerro (**)	546,84	697,13	550,00	700,00	5,80
Boi Magro (**)	845,12	995,89	850,00	1.000,00	8,62
- Triângulo Mineiro					
Boi Gordo (*)	67,96	69,73	70,00	71,65	35,22
Vaca Gorda (*)	63,49	64,75	65,51	66,53	35,57
Bezerro (**)	585,37	614,64	600,00	630,00	30,00
Boi Magro (**)	829,27	975,62	850,00	1.000,00	30,00

(1) Valor mín. à vista, (2) Valor Máx. à vista, (3) Valor Mín. à prazo, p/descontar Funrural (4) Valor Máx. à prazo, p/descontar Funrural (5) Prazo Médio para Pagamento.

Obs: (*) Preço por arroba - (**) Preço por cabeça

Fonte: CEPEA/ESALQ/BM&FBovespa

Mercado Atacadista

Produtos	Mín.	Méd.	Máx.	Merc.
	Preços em R$			
- Carne bovina resfriada				
Dianteiro c/osso (kg)	4,10	4,20	4,30	Firme
Ponta de agulha (kg)	3,60	3,70	3,80	Fraco
Traseiro c/osso (kg)	5,80	6,20	6,30	Firme
- Charque				
Dianteiro (kg)	7,60	7,80	8,00	Estável
Ponta de agulha (kg)	7,50	8,55	9,20	Estável

Fontes: Inst. de Econ. Agrícola (IEA) e Coord. de Assist. Técn. Integral (CATI).

Bezerro

São Paulo - 31/03/09

Mercado Futuro (BM&FBovespa)

Contrato = 33 animais; cotação = R$/animal - var. em ptos.

Meses	Abt.	Mín.	Máx.	Ajuste	Osc.
Set/08	s/cot.	s/cot.	s/cot.	s/cot.	-

Contratos em aberto 24/10/08 Jun/08, -

Volume Financeiro (R$): -

Indicadores de preços disponível do Bezerro - Mato Grosso do Sul

A vista	640,784	A prazo	644,163

Prazo médio de pagamento (dias): 14,5 - (preços em R$/cabeça)

Fonte: ESALQ/BM&FBovespa

Borracha

Londres - 31/03/09

(Em centavos de euro p/ quilo)

Tipo Rss 3	Fech.	Osc.	Tipo Tsr 20	Fech.	Osc.
Mai/09	119,50	+0,25	Mai/09	107,50	-0,25
Nov/09	119,50	Inalt.	Nov/09	110,50	-0,75

Malásia - (Em centavos Ringgit por quilo) - 31/03/09

Tipo SMR	Fech.	Osc.	Tipo SMR 20	Fech.	Osc.
Abr/09	524,50	+2,50	Abr/09	522,50	+2,50

Nova York - Spot (cents p/libra - Tipo RSS) - 31/03/09

Meses	Nº 1	Nº 2	Nº 3
Mar/09	74,750	74,250	74,500

Fonte: Dow Jones Newswires e Reuters.

Cacau

Ilhéus-Itabuna - 31/03/09

(Preços em R$ por arroba de 15 kg)

Preços	31 Mar	30 Mar
Máximo	s/cot.	98,00
Médio	s/cot.	96,60
Mínimo	s/cot.	95,00

Fonte: Central Nacional de Produtores de Cacau.

Bahia - Mercado Atacadista

Produto	Tipo	Praça	Unidade	Preço/R$
Cacau	Amêndoa	Ilhéus/Itabuna	Arroba	95,00

Fontes: Coordenação de Conjuntura Agrícola – DAEA/SEAGRI.

Nova York - Futuro - 31/03/09

(Em dólares por tonelada)

Meses	Abt.	Máx.	Mín.	Ajuste	Osc.
Mai/09	2.576	2.620	2.562	2.605	+29
Jul	2.579	2.618	2.566	2.605	+26
Set	2.575	2.616	2.572	2.604	+27
Dez	2.569	2.611	2.569	2.601	+27
Mar/10	2.600	2.600	2.580	2.591	+21
Mai/10	2.590	2.591	2.582	2.589	+17

Contratos em aberto em 30/03/09: Mai/09, 31.443; Jul, 31.522; Set, 22.059; Dez, 12.566; Mar/10, 8.256 e Mai/10, 2.250

Foram negociados 11.989 lotes de 10 tons. métricas.

Nova York - Disponível

(Em dólares por tonelada)

Tipo	31 Mar	30 Mar
Costa de Gana	3.150	3.121
Costa do Marfim - superior - grãos	2.977	2.948
Nigéria - superior - grãos	2.963	2.934
Arriba Equador safra sup. Grãos	2.913	2.884
Sanchez fag - grãos (República Domi.)	2.938	2.909
Malásia 110	2.595	2.566
Sulawesi fag - grãos	2.705	2.676
Equador - Líquor de cacau	4.142	4.096
África - manteiga pura prensada	6.599	6.526
Torta prensada - nat. 10 - 12% manteiga	1.233	1.219

Organização Internacional do Cacau - 30/03/09

Preços equivalente em (SDRs) por tonelada: 1.775,03 Preços em dólares por tonelada: 2.644,94

Londres - Futuro - 31/03/09

(Em libras esterlinas por toneladas métricas)

Meses	Abt.	Máx.	Mín.	Ajuste	Osc.
Mai/09	1.945	1.952	1.921	1.940	-10
Jul	1.910	1.916	1.890	1.904	-11
Set	1.890	1.893	1.870	1.881	-10
Dez	1.854	1.872	1.852	1.862	-5
Mar/10	1.830	1.840	1.830	1.836	-6
Mai/10	1.835	1.835	1.833	1.833	-5

Contratos em aberto em 30/03/09: Mai/09, 68.587; Jul, 57.389; Set, 21.435; Dez, 20.128; Mar/10, 9.882 e Mai/10, 491

Vendas: Mai/09, 4.120; Jul, 3.476; Set, 595; Dez, 1.471; Mar/10, 250 e Mai, 80

Fonte: Bloomberg.

Café

São Paulo - 31/03/09

Arábica - Mercado Futuro (BM&FBovespa)

(contrato = 100 sacas; cotação = US$/60Kg)

Meses	Abt.	Mín.	Máx.	Ajuste	Var. Ptos.
Mai/09	123,50	123,50	126,00	124,80	+1,80
Jul	s/cot.	s/cot.	s/cot.	129,70	+2,20
Set	131,50	131,25	134,70	134,00	+2,50
Dez	137,00	136,40	137,60	137,70	+1,70

Contratos em aberto em 30/03/09: Mai/09, 1.498; Jul, 205; Set, 12.110 e Dez, 4.592

Contratos negociados: 1.623

Volume Financeiro (R$): 51,038 mi

Fonte: BM&FBovespa

Indicadores de preços disponível do café - CEPEA/ESALQ

A vista	**267,690**	**A prazo (*)**	**269,210**

(*) Sete dias - Preço R$/sc. 60 kg.

Fonte: CEPEA/ESALQ/BM&FBovespa

Regiões Produtoras - São Paulo

Preços médios (Prazo de pagamento 7 dias) - em R$ p/saca 60kg

Café Beneficiado tipo 6

Regiões	Preços	Regiões	Preços
Brg. Paulista	260,00	Ourinhos	260,00
Franca	270,00	S.J.Boa Vista	270,00
Marília	265,00		

Fontes: Inst. de Econ. Agrícola (IEA) e Coord. de Assist. Técn. Integral (CATI).

Café – continuação

Santos - Mercado Físico - 31/03/09

(Preços em R$/saca de 60 kg, safra 2008/2009)

Cafés verde, bica corrida, tipo 6, p/melhor, condição porta de armazém com 7 dias para liquidação

Tipo	Mín.	Máx.	Var.ptos
Finos a Extra-finos - Mogiana e Minas	280,00	285,00	Inalt.
Boa qualidade - Duros, bem preparados	270,00	275,00	Inalt.
Duros com xícaras mais fracas	255,00	265,00	+5,00
Riados	245,00	250,00	Inalt.
Bebida Rio	240,00	245,00	Inalt.
P.Batida - Para o Consumo Int. Dura	240,00	245,00	Inalt.
P.Batida - Para o Consumo Int. Riadas	235,00	240,00	Inalt.

Obs: Os cafés cereja descascado (CD) da safra nova valem R$ 285,00/295,00 por saca.

Fonte: Escritório Carvalhaes

Rio de Janeiro - Mercado disponível

(Em R$ Cotações por 60 kg, ensacado, posto armazém interior) (Inclusive Funrural, exclusive ICMS)

Tipo	Em R$/sc.	Em US$/sc.
- Grupo I (Base Varginha - MG)		
Tipo C.Interno 500 def. 1+1:	232,00	99,57
Tipo 6/7, BC Duro	250,00	107,30
Tipo 6 BC, Fino	255,00	109,44
- Grupo II (Base Vitoria)		
Tipo C. Interno 500 Def:	197,00	84,55
Tipo 7, Bica:	205,00	87,98
Tipo 5/6 15/16 (Pronto Embarque)	255,00	109,44
Tipo 2/3 17/18 (Pronto Embarque)	260,00	111,59
- Conillon (Base Vitória)		
Tipo 7 Bica corrida:	210,00	90,13
Tipo 5/6 13 UP (Pronto Embarque)	220,00	94,42
Tipo 7, 10% de broca	s/cot.	s/cot.
Safra nova 2000/01	s/cot.	s/cot.

Pautas Interestaduais e ICM

Período	Tipo	US$/SC	R$/sc	ICM/R$/SC
31/03/09	Arábica	117,50	267,16	32,06
31/03/09	Conillon	98,00	222,82	26,74

Fonte: Centro do comércio do Café do Rio de Janeiro.

Bahia - Mercado Atacadista

Prod.	Tipo	Praça	Unidade	Preço/R$
Café Arábica	Despolpado	Vit.Conquista	sc/60 kg	275,00
Café Arábica	Duro	Vit.Conquista	sc/60 kg	240,00
Café Arábica	Rio	Vit.Conquista	sc/60 kg	205,00

Fonte: Coordenação de Conjuntura Agrícola - DAEA/SEAGRI.

Nova York - Futuro - 31/03/09

(Contratos "C" em centavos de dólar p/ libra-peso para preço médio) - var. ptos.

Meses	Abt.	Máx.	Mín.	Ajuste	Osc.
Mai/09	113,35	116,15	113,30	115,75	+2,75
Jul	115,00	118,00	115,00	117,70	+2,75
Set	117,85	120,10	117,85	119,75	+2,70
Dez	120,75	122,80	120,75	122,60	+2,75
Mar/10	123,00	125,45	123,00	125,30	+2,75
Mai	125,00	126,00	125,00	127,20	+2,80

Contratos em aberto em 30/03/09: Mai/09, 64.583; Jul, 35.639; Set, 18.702; Dez, 12.182; Mar/10, 7.792 e Mai/10, 1.454

Foram negociados 10.777 lotes de 250 sacas.

Nova York - Disponível

(Em centavos por libra) - Com base no mês de março

Tipo	31 Mar	30 Mar
Santos nº 4	102,00	104,85
Santos 2/3 fc/ss	102,50	105,35
Colombiana ugq	157,00	159,85
Colombiana Ep	158,00	160,85
El Salvador - standard	122,00	124,85
Mexicano lavado - FOB Loredo	118,50	121,35
Mexicano HG	121,00	123,85
Guatemala	137,00	139,85
Peru - HBMC	118,50	121,35
Uganda Pmy Robusta	83,53	82,81
Indonésia EK1	76,03	75,31
Equador - Extra Superior	100,50	103,35

Organização Internacional do Café

(Preços em centavos de dólar por libra, base ex- docas de Nova York, pronto embarque)

Tipo	30 Mar	Osc.
Preço Composto Diário (ICA 1979)	108,58	-1,64
Arábicas Colombiana - NY	174,00	-2,75
Arábicas Colombiana Brêmen-Hamburg	159,28	-1,36
Arábicas Colombiana - Média 15 dias	165,76	-1,97
Arábicas Outros - NY	131,38	-2,75
Arábicas Outros - Bremen-Hamburgo	130,98	-1,85
Arábicas Outros - Média 15 dias	131,15	-2,22
Arábicas Brasileira - NY	100,50	-2,75
Arábicas Brasileira Brêmen-Hamburg	104,44	-1,95
Robusta - NY	77,75	-0,50
Robusta - Lê Havre/Marselha	77,17	-0,79

Londres - Futuro - 31/03/09

(Robusta - Em dólares por 10 toneladas métricas) - var. ptos.

Meses	Abt.	Máx.	Mín.	Ajuste	Osc.
Mar/09	s/cot.	s/cot.	s/cot.	1.524	Inalt.
Mai	1.541	1.558	1.536	1.555	+16
Jul	1.534	1.558	1.534	1.557	+21
Set	1.545	1.567	1.545	1.568	+21
Nov	1.561	1.577	1.561	1.581	+20

Contratos em aberto em 30/03/09: Mar/09, 113; Mai, 44.421; Jul, 23.589; Set, 6.869 e Nov, 3.272

Vendas: Mar/09, -; Mai, 3.729; Jul, 1.130; Set, 125 e Nov, 72

Fonte: Bloomberg.

Suínos

São Paulo - 31/03/09

Regiões Produtoras

(Preços médios recebidos pelos produtores - em R$/15 kg)

Tipo Carne

Local	Preço	Local	Preço
Avaré	40,00	S.J.Rio Preto	39,00
Brag. Paulista	40,00	Sorocaba	40,00

Mercado Atacadista - (Preços em R$)

Produtos	Mín.	Méd.	Máx.	Merc.
- Carne suína (kg)				
Resfriada (1/2 carcaça)	3,10	3,20	3,30	Estável
- Banha de porco (cx. 30 unidade. de 1kg)				
Empacotada	S/inf.	S/inf.	S/inf.	-

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

Paraná

Mercado Atacadista - (Cotação de compra em R$/Unidade)

Suíno em pé - Tipo Carne Kg

Local	Mín.	Máx.	Local	Mín.	Máx.
Apucarana	2,00	2,00	Irati	1,60	1,80
Cascavel	1,70	1,80	Ivaiporã	1,70	1,70
Corn,Procópio	1,60	1,90	Jacarezinho	1,67	1,67
Curitiba	1,60	1,70	Londrina	1,60	2,00
Guarapuava	1,65	1,75	Pato Branco	1,65	1,65

Fonte: SIMA - Sistema de Informação de Mercado Agrícola

Feijão

São Paulo - 31/03/09

Mercado Atacadista - SP.

Produtos	Mín.	Méd.	Máx.	Merc.
	Preços/R$			
Carioquinha tipo 1 sc. 60 kg	90,00	92,50	95,00	Estável
Carioquinha tipo 2 sc. 60 kg	70,00	72,50	75,00	Estável
Preto tipo 1 sc. 60 kg	90,00	92,50	95,00	Estável
Preto tipo 2 sc. 60 kg	80,00	82,50	85,00	Estável

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

Regiões Produtoras - SP.

(Preços médios recebidos pelos produtores)

Feijão Carioca extra novo (em R$/Saca 60 kg)

Local	Preço	Local	Preço
Avaré	65,00	Itapeva	67,00
Barretos	S/inf.	Pres. Prudente	S/inf.

Fontes: Inst. de Econ. Agrícola (IEA) e Coord. de Assist. Técn. Integral (CATI).

Paraná

Mercado Atacadista - (Cotação de Compra em R$/Unidade)

Feijão de Cor			Feijão Preto		
Local	Mín.	Máx.	Local	Mín.	Máx.
Cascavel	60,00	65,00	Cascavel	60,00	65,00
Fco. Beltrão	s/inf.	s/inf.	Fco. Beltrão	s/inf.	s/inf.
Guarapuava	55,00	65,00	Irati	60,00	65,00
Ivaiporã	65,00	70,00	Ivaiporã	65,00	70,00
Paranavaí	70,00	70,00	P. Grossa	70,00	85,00
Umuarama	70,00	80,00	U. Vitória	59,00	67,00

Fonte: SIMA - Sistema Nacional de Informação de Mercado Agrícola.

Cacau

Mercado futuro * - em US$/t.

Fonte : Bloomberg e Valor Data.
* Segunda posição, na bolsa de Nova York.

Influência das bolsas

A desvalorização do dólar e a alta das bolsas de valores aumentaram o apelo pelas commodities agrícolas ontem. O movimento ajudou a dar impulso também ao preço do cacau no mercado futuro, segundo analistas ouvidos pela Bloomberg. "Temos uma disparada do cacau ao mesmo tempo em que ocorre um avanço das ações", disse Hector Galvan, consultor sênior da RJO Futures, em Chicago. "E o dólar, em baixa, está ajudando as commodities" — o índice Dow Jones subiu 2% e o dólar recuou 0,9%. Em Nova York, os papéis com vencimento em julho fecharam em alta de US$ 26, negociados por US$ 2.605 por tonelada. Em Londres, em contrapartida, os contratos de cacau que também vencem em julho recuaram 11 libras esterlinas, para 1.904 libras por tonelada.

Frango

São Paulo - 31/03/09

Mercado Atacadista - Ave abatida - Preços em R$/Kg

Tipo	Mín.	Méd.	Máx.	Merc.
Ave abatida (kg)				
Frango resfriado	2,20	2,40	2,60	Estável
- Pinto de um dia				
Corte p/unidade	0,56	0,56	0,56	Estável
Postura branco p/unidade	1,45	1,45	1,45	Estável
Postura vermelho p/unidade	1,55	1,55	1,55	Estável

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

Regiões Produtoras

(Preços médios recebidos pelos produtores - frango vivo p/corte - R$/kg)

Local	Preço
Estado de São Paulo	1,60

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

Associação Paulista de Avicultura - Preços em R$/Kg

Frango/Tipo	Preço	Mercado
Abatido Resfriado	2,60	Firme
Peito	3,60	Estável
Coxa	2,80	Estável
Vivo (APA)	S/cot.	
Vivo - Paralelo (*)	1,60	Estável
Galinha viva - Leve	0,30/0,35	Estável
Galinha viva - Pesada	0,95/1,00	Estável

(*) – Comercialização parcial não contratada

Fonte: Associação Paulista de Avicultura (APA)

Lã

Sidnei - 31/03/09

BFS – (Lã gordurosa - em centavos de dólar australiano por kg.)

Meses	Abt	Máx.	Mín.	Ajuste	Osc.
Abr/09	777	777	777	780	+16
Jun	770	779	770	775	+7
Ago	776	776	770	778	+7
Out	s/cot.	s/cot.	s/cot.	778	+3
Dez	s/cot.	s/cot.	s/cot.	781	+3
Fev/10	s/cot.	s/cot.	s/cot.	781	+3

Contratos em aberto em 30/03/09: Abr/09, 465; Jun, 697; Ago, 161; Out, 24; Dez, 5 e Fev/10, -

Foram negociados 142 contratos

Fonte: Bloomberg.

Laticínios

São Paulo - 31/03/09

Mercado Atacadista – Preços/R$

Produtos	Mín.	Méd.	Máx.	Merc.
Manteiga (kg)				
Com sal	S/Inf.	S/Inf.	S/Inf.	-
Sem sal	5,10	5,70	6,30	Fraco
Queijo (kg)				
Frescal	6,90	8,05	9,65	Estável
Minas Padrão	13,00	14,50	15,99	Firme
Mussarela	7,20	7,66	7,99	Fraco
Parmesão	13,85	16,95	19,39	Fraco
Prato	8,20	8,40	8,59	Fraco
Provolone curado	8,50	13,45	16,90	Firme

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

Regiões Produtoras

(Preços médios recebidos pelos produtores)

Leite "B" (litro)		Leite "C" (litro)	
Local	Preço	Local	Preço
Araraquara	0,65	Araçatuba	0,58
Franca	0,68	Franca	0,60
Guaratingueta	0,92	Gen.Salgado	0,68
Lins	0,64	Guaratinguetá	0,90
Rib.Preto	s/inf.	Itapetininga	0,47
S.J.Boa Vista	s/inf.	Rib. Preto	0,60
		S.J. Boa Vista	0,59
		S.J. Rio Preto	0,60

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

Laranja

São Paulo - 31/03/09

Regiões Produtoras

(Preços médios recebidos pelos produtores)

Para Indústria - (Pera) - cx. 40,8 kg		Para mesa - (Pera) - cx. 40,8 kg	
Local	Preço	Local	Preço
Araraquara	s/inf.	Barretos (Pêra)	12,00
Barretos	s/inf.	Jaboticabal (Pêra)	12,00
Jaboticabal	s/inf.	Mogi Mirim (Pêra)	11,00

Fontes: Inst. de Econ. Agrícola (IEA) e Coord. de Assist. Técn. Integral (CATI).

Suco de Laranja

Nova York - 31/03/09

(Em centavos de dólar por libra-peso, para entrega em armazéns licenciados da Flórida preço médio)

Meses	Abt.	Máx.	Mín.	Ajuste	Osc.
Mai/09	77,05	77,35	75,90	76,30	-0,40
Jul	78,80	79,55	78,75	78,90	-0,45
Set	81,95	81,95	81,95	81,90	-0,40
Nov	84,60	85,35	84,60	84,95	-0,35
Jan/10	s/cot.	s/cot.	s/cot.	87,40	-0,40
Mar	s/cot.	s/cot.	s/cot.	90,15	-0,40

Contratos em aberto em 30/03/09: Mai/09, 16.834; Jul, 6.130; Set, 2.969; Nov, 589; Jan/10, 148 e Jan/10, 5

Foram negociados 2.047 contratos de 15 mil lbs,

Madeira

Chicago - 31/03/09

Mercado Futuro (contrato 160.000 BD FT = US$ BD FT)

Meses	Abt.	Máx.	Mín.	Ajuste	Osc.
Mai/09	170,50	172,90	169,50	171,30	+1,50
Jul	180,80	183,30	180,80	181,30	-0,10
Set	193,40	195,80	191,40	191,40	-0,80
Nov	s/cot.	s/cot.	s/cot.	189,30	Inalt.

Contratos em aberto em 30/03/09: Mai/09, 4.629; Jul, 2.122; Set, 791 e Nov, 109

Foram negociados 1.497 contratos

Mandioca

São Paulo - 31/03/09

Regiões Produtoras – Mandioca p/indústria

Preços médios recebidos pelos produtores - Prazo de pgto. 30 dias

Local	Preço (t.)	Local	Preço (t.)
Assis	145,00	Ourinhos	145,00
Mogi Mirim	158,00	Tupã	145,00

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

Farinha de Mandioca

Mercado Atacadista - São Paulo (Preço/R$)

Produtos	Mín.	Méd.	Máx.	Merc.
Derivados				
Crua fina (sc. 50 kg)	38,00	43,50	48,00	Fraco
Crua grossa (sc. 40 kg)	30,00	35,50	40,00	Fraco
Torrada (sc. 50 kg)	48,00	53,00	58,00	Fraco

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

Milho

São Paulo - 31/03/09

Mercado Futuro (BM&FBovespa)

Milho em reais (contrato = 450 sacas; cotação = R$/60Kg)

Meses	Abt.	Mín.	Máx.	Ajuste	Var. Ptos.
Mai/09	22,20	22,10	22,25	22,25	+0,02

Contratos em aberto em 30/03/09: Mai/09, 1.571

Contratos negociados: Mai/09, 125

Volume Financeiro (R$): 1,246 mi

Fonte: BM&FBovespa

Mercado Atacadista - SP.

Tipo	Mín.	Méd.	Máx.	Merc.
Milho Amarelo CIF Campinas 60 kg	21,00	21,00	21,00	Estável
Milho Amarelo FOB Mogiana 60 kg	18,00	18,00	18,00	Estável
Milho Amarelo FOB Sorocabana 60 kg	18,00	18,00	18,00	Estável
Milho Pipoca (Argentina) 25 kg	49,71	50,71	51,71	Estável
Milho Pipoca (Nacional) 30 kg	50,00	51,00	52,00	Estável

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

Suco de laranja

Mercado futuro * - US$ cents/libra

Fonte : Bloomberg e Valor Data.
* Segunda posição, na bolsa de Nova York.

Venda menor no varejo

As vendas de suco de laranja no varejo no mercado americano caíram 5,55% no período de quatro semanas encerrado em 14 de março. Os dados, que fazem a comparação com o intervalo de quatro semanas imediatamente anterior, são da consultoria Nielsen e foram divulgados pelo Departamento de Citros da Flórida. Com isso, os contratos de suco de laranja concentrado e congelado fecharam em baixa de 45 pontos em Nova York, aos 78,90 centavos de dólar por-libra-peso. Os papéis para maio, por sua vez, tiveram a terceira queda seguida — ontem, foi de 40 pontos, para 76,30 cents por libra-peso. No mercado paulista, a caixa de laranja de 40,8 quilos vendida às indústrias foi negociada ontem por R$ 4,75, de acordo com o Cepea/Esalq.

Milho – continuação

Regiões Produtoras - SP. - 31/03/09

(Preços médios recebidos pelos produtores - em R$/saca 60 kg)

Local	Preço	Local	Preço
Araçatuba	17,00	Itapeva	17,50
Assis	17,50	Orlândia	17,00
Avaré	17,30	S.J.Boa Vista	17,50

Fontes: Inst. de Econ. Agrícola (IEA) e Coord. de Assist. Técn. Integral (CATI).

Paraná

Mercado Atacadista - Cotação de compra em R$/unidade

Milho comum saca de 60 Kg.

Local	Mín	Máx.	Local	Mín.	Máx.
C.Mourão	16,00	16,00	Guarapuava	16,60	17,00
Cascavel	16,00	16,00	Londrina	16,00	16,50
F. Beltrão	s/inf.	s/inf.	Toledo	16,00	16,00

Fontes: SIMA - Sistema Nacional de Mercado Agrícola.

Chicago - 31/03/09

(Em centavos de dólar por bushel de 56 lbs)

Meses	Abt.	Máx.	Mín.	Ajuste	Osc.
Mai/09	394,00	405,50	381,50	404,75	+18,50
Jul	404,00	416,00	392,00	414,75	+18,00
Set	412,75	424,00	403,50	424,00	+18,00
Dez	425,00	436,75	414,00	435,75	+17,50
Mar/10	431,75	448,00	427,00	447,50	+17,75

Contratos em aberto em 30/03/09: Mai/09, 265.512; Jul, 221.185; Set, 58.578; Dez, 187.565 e Mar/10, 24.059

Foram negociados 21.045 contratos

Ovos

São Paulo - 31/03/09

(Preços em R$,caixa com 30 dúzia a vista)

Tipo	Extra	Grande	Médio	Mercado
Atacado - São Paulo				
Branco	49,90	48,90	46,90	Estável
Vermelho	51,90	50,90	48,90	Estável
- Atacado - Rio de Janeiro				
Branco	53,00	52,00	50,00	Estável
Vermelho	55,00	54,00	52,00	Estável
- Atacado - Belo Horizonte				
Branco	53,00	52,00	50,00	Estável
Vermelho	55,00	54,00	52,00	Estável

Fonte: Associação Paulista de Avicultura (APA).

Mercado Atacadista - (Preços em R$)

Tipo	Mín.	Méd.	Máx.	Merc.
Branco - Cx.30 dúzias				
Extra	49,90	55,40	60,84	Firme
Grande	48,90	53,20	57,51	Firme
Médio	46,90	51,90	56,86	Firme
Vermelho - Cx.30 dúzias				
Extra	51,90	57,20	62,43	Firme
Grande	50,90	55,70	60,46	Firme
Médio	48,90	53,30	57,78	Firme

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

Regiões Produtoras

(Preços médios recebidos pelo produtor - R$/30 dz)

Ovo tipo extra Branco		Ovo tipo grande Branco	
Local	Preço	Local	Preço
Araçatuba	47,00	Araçatuba	45,00
Campinas	51,00	Campinas	50,00
Mogi das Cruzes	49,90	Mogi das Cruzes	47,90
Tupã	47,00	Tupã	45,00

Fontes: Inst. de Econ. Agrícola (IEA) e Coord. de Assist. Técn. Integral (CATI).

Soja

São Paulo - 31/03/09

Soja Cambial-Mercado Futuro (BM&FBovespa) - Variação em ptos.

(Contrato = 450 sacas; cotação = US$/60kg)

Meses	Abt.	Mín.	Máx.	Ajuste	Osc.
Mai/09	20,60	20,59	21,49	21,35	+0,80
Jun	20,40	20,40	21,12	21,12	+0,82
Jul	20,50	20,50	21,11	21,11	+0,76
Set	s/cot.	s/cot.	s/cot.	20,50	+0,90

Contratos em aberto em 30/03/09: Mai/09, 5.540; Jun, 2.004; Jul, 469 e Set, 25

Número de Negócios: 581;

Volume Financeiro (R$): 13,340 mi

Fonte: BM&FBovespa

Soja – continuação

Regiões Produtoras - 31/03/09

(Preços médios em reais - saca de 60 kg.)

Local	Preços	Local	Preços
Assis	43,00	Itapeva	43,00
Barretos	s/inf.	Orlândia	42,80

Fontes: Instituto de Economia Agrícola (IEA)

Mercado Atacadista - SP.

Produtos	Mín.	Méd.	Máx.	Mercado
Soja - CIF Santos sc.60 kg	48,00	48,00	48,00	Estável
Soja - FOB Mogiana sc.60 kg	44,00	44,00	44,00	Estável
Soja - FOB Sorocabana sc.60 kg	44,00	44,00	44,00	Estável

Fontes: Inst. de Econ. Agrícola (IEA) e Coord. de Assist. Técn. Integral (CATI).

Chicago - 31/03/09

(Em centavos de dólar por bushel de 60 lbs.)

Meses	Abt.	Máx.	Mn.	Ajuste	Osc.
Mai/09	940,00	954,00	929,00	952,00	+47,50
Jul	937,00	952,00	928,00	950,50	+48,50
Ago	925,00	937,00	913,00	936,00	+50,00
Set	897,00	906,00	885,00	906,50	+52,00
Nov	883,00	893,50	870,00	892,00	+50,00

Contratos em aberto em 30/03/09: Mai/09, 127.320; Jul, 73.362; Ago, 4.641; Set, 8.992 e Nov, 72.642

Foram negociados 19.458 contratos

Farelo de soja

São Paulo - 31/03/09

A granel FOB interior - CIF/SP. (Preços em R$ à Vista)

Produtos	Fech.	Merc.
Por toneladas		
Farelo - p/toneladas	740,00	Firme

Fonte: Tetras Corretora.

Chicago - 31/03/09

(Em dólares por tonelada curta)

Meses	Abt.	Máx.	Mín.	Ajuste	Osc.
Mai/09	288,00	298,10	288,00	295,30	+13,80
Jul	286,00	292,00	284,50	291,60	+14,40
Ago	280,50	285,00	278,50	285,30	+15,30
Set	272,00	274,00	270,00	275,50	+15,50
Out	261,00	266,00	261,00	265,40	+15,30

Contratos em aberto em 30/03/09: Mai/09, 46.146; Jul, 24.250; Ago, 5.931; Set, 6.959 e Out, 5.224

Foram negociados 11.513 contratos

Óleo de Soja

São Paulo - 31/03/09

Mercado Atacadista - SP.

Produtos	Mín.	Méd.	Máx.	Merc.
	Preços em R$			
- Óleo (caixa com 20 latas/900 ml)				
Soja	41,60	42,60	43,60	Fraco

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

Chicago - 31/03/09

(Em cents por libra-peso)

Meses	Abt.	Máx.	Mín.	Ajuste	Osc.
Mai/09	33,15	33,65	32,65	33,62	+1,58
Jul	33,22	33,92	33,03	33,92	+1,58
Ago	33,33	34,00	33,15	34,08	+1,58
Set	33,28	34,30	33,28	34,23	+1,58
Out	33,85	33,85	33,55	34,38	+1,58

Contratos em aberto em 30/03/09: Mai/09, 88.222; Jul, 56.249; Ago, 6.968; Set, 7.991 e Out, 4.211

Foram negociados 8.073 contratos

Trigo

Chicago - 31/03/09

(Em centavos de dólar por bushel de 60 lbs)

Meses	Abt.	Máx.	Mín.	Ajuste	Osc.
Mai/09	519,00	533,00	508,00	532,75	+20,25
Jul	536,00	546,00	522,00	545,25	+20,00
Set	561,00	572,00	554,50	569,50	+18,00
Dez	584,00	595,00	575,00	593,50	+19,00
Mar/10	610,00	610,00	610,00	609,00	+18,50

Contratos em aberto 30/03/09: Mai/09, 113.560; Jul, 108.049; Set, 28.604; Dez, 45.030 e Mar/10, 1.940

Foram negociados 5.527 contratos

Kansas - (Em centavos de dólar por bushel de 60 lbs) - 31/03/09

Meses	Abt.	Máx.	Mín.	Ajuste	Osc.
Mai/09	562,00	573,50	551,00	573,25	+18,75
Jul	576,00	584,25	562,00	584,25	+18,75
Set	576,50	596,50	576,50	595,50	+19,00
Dez	597,00	612,00	590,00	611,25	+18,75
Mar/10	s/cot.	s/cot.	s/cot.	624,75	+18,75

Contratos em aberto 30/03/09: Mai/09, 27.207; Jul, 28.773; Set, 6.992; Dez, 18.242 e Dez, 535

Foram negociados - contratos

Fonte: Bloomberg

Óleos vegetais

Em - 31/03/09

Em Roterdã (US$/tonelada)	Período De entrega	Cotação	Variação
Óleo de Soja da Holanda*	Abr/09	s/cot.	-
Colza da Holanda*	Mai/Jul/09	585,00	-
Óleo Girassol	Abr/Jun/09	780,00	+5,00
Óleo de Amendoim/Bra/Arg/EUA			-
Óleo Linhaça (qualquer origem)	Abr/Mai/09	850,00	+5,00
Óleo Palma bruto/Malásia (CIF)	Abr/09	s/cot.	-
Óleo Palma refinada/Malásia (FOB)	Abr/09	s/cot.	-
Oleína refinada/Malásia (FOB)	Abr/09	s/cot.	-
Estearina da Malásia (FOB)	Mai/Jun/09	485,00	-
Óleo de Coco/Filipinas/Indonésia	Mai/Jun/09	625,00	-

* Em euros por toneladas

Fonte: Reuters.

Indicadores

Mercado à Vista - 31/03/09

Café	Boi Gordo	Açúcar
(U$/60 Kg)	(U$/arroba)	P/usina (U$/50 Kg)
115,480	33,98	20,176
Soja	**Bezerro**	**Algodão**
(U$/60 Kg)	(U$/cabeça)	(U$/lp)
19,820	276,438	47,793

Cepea/Esalq	Café: Posto SP, bebida dura ou melhor tipo 6 ou melhor
Esalq/BM&FBovespa	Boi Gordo: indicador de preço boi gordo São Paulo
Cepea/Esalq	Açúcar cristal: indicador de preço São Paulo
Cepea/Esalq	Soja: Preço Paraná
Esalq/BM&FBovespa	Bezerro: Indicador de preço Mato Grosso do Sul
Cepea/Esalq	Algodão: Indicador de preço Posto São Paulo
Câmbio consid.	2,318

Fonte: Cepea/Esalq

Commodities minerais

Petróleo

Nova York (West Texas Intermediate WTI) - 31/03/09

Bolsa Mercantil de Nova York - em dólares por barril

Meses	Abt.	Máx.	Mín.	Ajuste	Osc.
Mai/09	48,70	50,00	48,45	49,90	+1,49
Jun	50,45	51,37	50,43	51,37	+1,17
Jul	52,85	52,85	52,85	52,85	+1,06
Ago	53,93	53,93	53,93	53,93	+0,88
Set	54,89	54,89	54,89	54,89	+0,74
Out	55,85	55,85	55,85	55,85	+0,69

Contratos em aberto em 30/03/09: Mai/09, 285.029; Jun, 191.986; Jul, 90.443; Ago, 33.306; Set, 32.701 e Out, 26.473

Londres (Brent) - 31/03/09

Bolsa Internacional de Petróleo - em dólares por barril

Meses	Abt.	Máx.	Mín.	Ajuste	Osc.
Mai/09	48,50	49,81	47,47	49,23	+1,24
Jun	49,99	51,20	48,85	50,56	+1,06
Jul	51,45	52,53	50,19	51,90	+0,94
Ago	52,99	53,60	51,30	52,98	+0,82
Set	53,98	54,56	52,20	53,85	+0,70
Out	54,89	55,44	53,05	54,71	+0,63

Contratos em aberto em 30/03/09: Mai/09, -; Jun, -; Jul, -; Ago, -; Set, - e Out,

Fonte: Nymex, IPE e Bloomberg

Alumínio

Nova York (Comex) - 31/03/09

em centavos de dólar por libra-peso

Meses	Ajuste	Osc.	Meses	Ajuste	Osc.
Abr/09	64,00	Inalt.	Jun	65,00	Inalt.
Mai	64,50	Inalt.	Jul	65,50	-

Contratos em aberto em 30/03/09: Abr/09, -; Mai, -; Jun, - e Jul, -

Números de contratos negociados: -

Fonte: Comex e Bloomberg

Estoques

Bolsa de Metais de Londres - em toneladas métricas

Metal	31 Mar	30 Mar	No dia (Variação em Toneladas)	No mês	No ano
Cobre	499.625	501.400	-1.775	-42.675	159.850
Estanho HG	10.730	10.775	-45	1.885	2.940
Chumbo	62.025	61.650	375	1.525	16.875
Zinco SHG	344.900	344.075	825	-15.200	91.400
Níquel	106.698	107.094	-396	8.316	28.308
Alumínio HG	3.468.975	3.477.600	-8.625	260.350	1.140.075
Liga de alumínio	100.200	101.000	-800	-9.420	-2.800

Fonte: LME e Dow Jones Newswires.

Metais

Bolsa de Metais de Londres - em dólares p/ton. Métricas

- Primeiro fechamento (oficial) - 31/03/09

	Compra	Venda	Variação (US$)
Alumínio High Grade			
Disponível	1.365,00	1.365,50	3,00
Três meses	1.404,50	1.405,00	14,00
Liga de Alumínio			
Disponível	1.235,00	1.240,00	33,00
Três meses	1.230,00	1.240,00	-5,00

Metais - continuação

Bolsa de Metais de Londres - em dólares p/ton. Métricas

- Primeiro fechamento (oficial)

	Compra	Venda	Variação (US$)
Cobre Grade A			
Disponível	4.030,00	4.035,00	163,00
Três meses	4.050,00	4.051,00	121,00
Chumbo			
Disponível	1.271,00	1.272,00	37,00
Três meses	1.290,00	1.300,00	50,00
Níquel			
Disponível	9.400,00	9.405,00	-50,00
Três meses	9.520,00	9.525,00	45,00
Estanho High Grade			
Disponível	10.420,00	10.425,00	95,00
Três meses	10.200,00	10.250,00	50,00
Zinco Special High Grade			
Disponível	1.300,00	1.300,50	20,00
Três meses	1.326,50	1.327,00	11,00

Fonte: LME e Dow Jones Newswires.

Outros metais

Nova York - 31/03/09

Engelhard - (preços em dólares por onça-troy)

Produto	Preço	Variação (US$)
Prata		
Preço base	13,030	-0,230
Pura	15,636	-0,276
Paládio		
Puro	215,00	Inalt.
Refinado	315,00	Inalt.
Platina		
Pura	1.122,00	-3,00
Refinada	1.222,00	-3,00

Londres - 31/03/09

(preços em dólares por onça-troy)

Produto	Preço	Variação (US$)
Prata - Preço base	13,110	+0,150

Mercado Balcão - 25/03/09*

(CIF dólares por libra peso)

Produto	Compra	Venda
Cobalto - Cobalto - 99,60%	14,00	16,00
Cobalto - Catodos - 99,80%	15,00	17,00
Cobalto - Lingotes - 99,30%	13,00	15,00

(*) Data da última atualização.

Fonte: Bloomberg, Dow Jones e Reuters.

Cobre

Nova York (Comex) - 31/03/09

High Grade em centavos de dólar por libra-peso (preço médio)

Meses	Abt.	Máx.	Mín.	Ajuste	Osc.
Abr/09	s/cot.	s/cot.	s/cot.	183,90	+7,80
Mai	184,00	185,50	181,80	184,45	+7,85
Jun	s/cot.	s/cot.	s/cot.	184,90	+7,85
Jul	184,50	184,50	182,75	185,40	+7,85
Ago	s/cot.	s/cot.	s/cot.	185,85	+7,85
Set	186,00	186,00	186,00	186,35	+7,85
Out	s/cot.	s/cot.	s/cot.	186,75	+7,80

Contratos em aberto em 30/03/09: Abr/09, 2.155; Mai, 58.853; Jun, 2.015; Jul, 21.837; Ago, 913; Set, 4.830 e Out, 845

Número de contratos negociados: 1.377

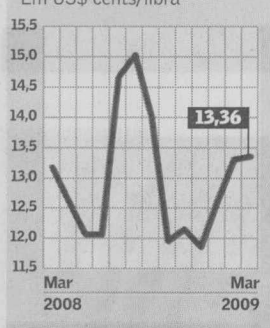
Fonte: Comex e Bloomberg

Agronegócios

Commodities em março

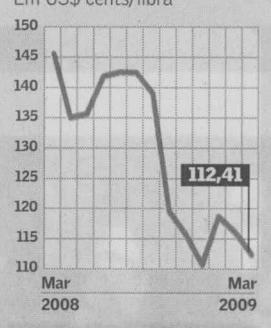
Cotações médias mensais* nas bolsas de Nova York e Chicago

Açúcar
Em US$ cents/libra



Variação no período (%)	
Em mar/09	0,35
No ano**	12,62
12 meses**	1,34

Café
Em US$ cents/libra



Variação no período (%)	
Em mar/09	-3,23
No ano**	1,53
12 meses**	-22,77

Cacau
Em US$/t.

Variação no período (%)	
Em mar/09	-6,66
No ano**	-0,38
12 meses**	-7,21

Suco de laranja
Em US$ cents/libra

Variação no período (%)	
Em mar/09	4,59
No ano**	-0,17
12 meses**	-38,55

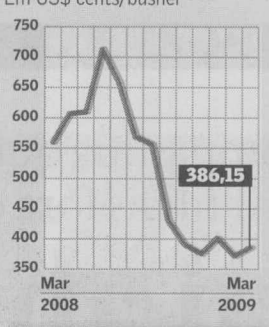
Algodão
Em US$ cents/libra

Variação no período (%)	
Em mar/09	-6,49
No ano**	-4,26
12 meses**	-45,48

Soja
Em US$ cents/bushel

Variação no período (%)	
Em mar/09	-3,20
No ano**	3,32
12 meses**	-34,06

Milho
Em US$ cents/bushel



Variação no período (%)	
Em mar/09	3,94
No ano**	2,94
12 meses**	-30,99

Trigo
Em US$ cents/bushel

Variação no período (%)	
Em mar/09	-2,54
No ano**	-3,04
12 meses**	-51,50

Fontes: Bloomberg e Valor Data. * Mercado futuro, segunda posição. ** Até 31/03/09

Mercado Em Chicago, preço médio da soja recua em relação ao mês anterior; em NY, suco de laranja tem alta

Incertezas afetam commodities em março

Patrick Cruz e Mônica Scaramuzzo
De São Paulo

A despeito dos bons fluidos percebidos no cenário macroeconômico na segunda metade de março, com o anúncio do pacote de "limpeza" dos ativos do sistema financeiro americano, boa parte das oito principais commodities agrícolas negociadas pelo Brasil no mercado internacional encerrou o mês com baixa em seus preços médios. A queda mais acentuada foi a do cacau. Na contramão, o suco de laranja, que teve uma das maiores baixas em fevereiro, foi o destaque de alta em março.

A soja, mais importante produto de exportação do agronegócio brasileiro, chegou a apresentar um bom desempenho no mês — a ponto de sua cotação ter acumulado sete altas seguidas, a mais longa sequência de valorizações desde dezembro de 2007 —, mas não houve espaço para sustentação. Os contratos de segunda posição de entrega negociados na bolsa de Chicago (normalmente os de maior liquidez) atingiram cotação média mensal de US$ 9,0165 por bushel, 3,20% menos que a média de fevereiro, segundo o Valor Data. Em 2009, ainda assim, o grão sustenta alta de 3,32%, na média.

"Mesmo com a queda dos preços médios, o cenário é mais promissor para a soja. Esperava-se aumento da área de plantio nos Estados Unidos, mas a previsão acabou ficando bem menor que a esperada", disse Daniele Siqueira, analista da Agência Rural, em referência ao relatório apresentado ontem pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (*ver matéria na página B12*). "E para o milho, cujo preço subiu, a perspectiva é de estabilidade ou mesmo de uma pequena queda", afirma ela.

A média dos contratos de milho de segunda posição de entrega subiu 3,94% na bolsa de Chicago em março, para US$ 3,8615 por bushel. No ano, a alta acumulada é de 2,94%. Em parte, a alta pode ser creditada à previsão que já se fazia de aumento da área de soja nos EUA em detrimento da dedicada ao milho. "Mas a redução de área do milho acabou não sendo tão grande quanto se esperava. Além disso, o nível dos estoques do milho não está tão ruim quanto o da soja", diz a analista.

Entre as três mais importantes commodities agrícolas negociadas na bolsa de Chicago, apenas o trigo mantém-se abaixo do nível registrado na virada do ano. Na média, os contratos de segunda posição caiu 3,04% em 2009 e 2,54% em março, para US$ 5,3282 por bushel, sempre de acordo com cálculos do Valor Data.

Ainda que algumas commodities agrícolas tenham fechado o mês de março com desvalorização, o mercado tem, nas últimas semanas, ensaiado um movimento de recuperação, segundo analistas ouvidos pelo **Valor**. "A queda do dólar em relação a outras moedas estrangeiras e as notícias macroeconômicas que deram alento ao mercado poderão dar suporte às commodities em abril", afirma Rodrigo Costa, da Newedge, corretora sediada em Nova York.

O açúcar, que responde pela mais expressiva valorização do ano entre as oito principais commodities agrícolas negociadas nas bolsas de Nova York e Chicago em 2009, perdeu um pouca da força em março em relação ao primeiro bimestre. Em grande medida, o recuo pode ser creditado à proximidade da colheita de cana no Centro-Sul do Brasil, embora exista suporte para que seu preço siga firme no curto e médio prazos, observa o analista.

Em março, os contratos futuros do açúcar registraram ligeira valorização, de 0,35%, com cotações médias de 13,36 centavos de dólar por libra-peso, segundo o Valor Data. Outro fator a sustentar os preços é o cenário de produção da commodity na Índia. O país asiático, o segundo maior produtor global de açúcar, terá uma queda drástica da produção.

Com o suporte do clima quente e seco sobre os pomares da Flórida, os preços futuros do suco de laranja ganharam fôlego no mês de março. Os contratos de segunda posição do suco fecharam o mês com alta de 4,59%, a 74,79 cents por libra-peso. Foi a maior valorização do mês entre as oito commodities agrícolas analisadas.

O preço do café recuou 3,23% em março, desempenho que levou seus preços médios para US$ 1,1241 por libra-peso. A ação dos fundos de investimento pressionou os preços do grão. "Os diferenciais de preços dos cafés lavados [*melhor qualidade*] continuam firmes e os estoques certificados na bolsa estão caindo [*hoje está em torno de 4 milhões de sacas*]", diz Costa.

Para o algodão, os números de exportações americanas foram razoáveis, segundo Fernando Martins, da Newedge. Os contratos de segunda posição recuaram 6,49% no mês, para cotações médias de 43,67 centavos de dólar por libra-peso. "Acredito que as tradings não têm mais bala na agulha para futuras fixações", avalia.

Também pressionado pelo movimento de fundos no mercado, o cacau encerrou o mês com queda de 6,66%, a mais forte no período. As cotações médias dos contratos de segunda posição desceram a US$ 2.434,05 por tonelada.

FAO alerta para uma nova crise alimentar

Cenários

Assis Moreira
De Paris

A Agência das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) alerta para uma nova crise alimentar global, na medida em que a produção agrícola não está sendo ampliada por falta de crédito aos agricultores.

Em linha com a FAO, Peter Brabeck, presidente do conselho de administração da Nestlé, previu que a crise de alimentos "ficará pior" e que os preços de alimentos tendem a subir este ano, diante da alta da demanda, entre 3% e 4%.

"A situação está ficando muito perigosa", disse Jacques Diouf, diretor-geral da FAO, num seminário em Bancoc (Tailândia). A agência da ONU projeta declínio na produção global de cereais este ano devido ao menor plantio e condições meteorológicas ruins, deixando 32 países precisando de assistência.

Em 2007 e 2008, as cotações de produtos como milho, arroz e outros grãos bateram recordes. Com a crise financeira global e menos especulação nos mercados futuros, os preços de várias commodities recuaram em um terço.

Ainda assim, segundo Diouf, os custos de grãos estão 27% acima de 2005. Os estoques de alimentos estão baixos. O diretor da FAO considera possível que o número de pessoas mal-alimentadas passará de 1 bilhão este ano, na medida em que os preços aumentarem, como previsto. A FAO conclamou a comunidade internacional a gastar US$ 30 bilhões para ajudar países pobres a reforçar a produção agrícola.

A China é um dos países que estão investindo fortemente na agricultura, dando subsídios para melhorar a produção e garantir segurança alimentar.

Curtas

Paranaguá em ação

A Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (Appa) informou ontem que a exportação de soja da Companhia Brasileira de Logística (CBL) por Paranaguá deverá aumentar 20% em 2009 na comparação com o ano passado. A expectativa é que a CBL, que atua com embarques de granéis, exporte 1,8 milhão de toneladas do grão. Em 2008, o porto de Paranaguá foi a porta de saída para mais de 14 milhões de toneladas de granéis sólidos (soja, farelo, milho e açúcar). Em 2009, até 29 de março, já foram exportadas 1,1 milhão de toneladas de soja.

Subvenções em Conab

As subvenções (apoios aos escoamento da safra e à comercialização) pagas pela Conab aos agricultores brasileiros alcançaram R$ 148,17 milhões no primeiro trimestre deste ano, ante R$ 33,76 milhões em igual intervalo de 2008. De janeiro a março de 2009, os recursos, segundo informou o Ministério da Agricultura, foram investidos no escoamento de 1,14 milhão de toneladas de milho e trigo e 202,22 milhões de litros de leite e vinho de regiões produtoras e consumidoras. Também foram destacados os contratos de opção de milho.

EZTEC EZ TEC EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES
Construindo qualidade de vida - Cia. Aberta de Capital Autorizado - Ficam os srs. ... às 9h, em 1ª convocação, na sede da Cia., na Al. Jauaperi, 299 ... **Dia: I. AGO:** (i) tomar as contas dos administradores, examinar, ... encerrado em 31/12/08, acompanhadas do Rel. Anual da Adm., ... Valor do dia 17/3/09; (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líq... membros do Conselho de Administração; e (iii) fixar a remunera... (i) Alterar o jornal para as publicações ordenadas pela Lei 6.40... 6.404/76, os acionistas deverão exibir documento de identidad... instituição financeira depositária, e poderão ser representados ... instrumento de procuração, atos societários (no caso de acionista... da representação a ser entregues na sede da Cia. até 48 horas ... do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do C... Instrução Normativa nº 165, expedida pela CVM em 11/12/91, ... acionistas, na sede social e nos endereços eletrônicos: www.ezt... serem discutidos na referida Assembleia. SP, 30/3/09. Ernesto Z...

S.A. - CNPJ nº 08.312.229/0001-73 / NIRE 35.300.334.345
...acionistas convocados a se reunirem em AGOE, no dia 17/4/09, ... - Moema, SP/SP, para deliberarem sobre a seguinte **Ordem do** ...iscutir e votar as dem. financeiras relativas ao exercício social ...Parecer dos Auditores Independentes, publicados no DOESP e ...quido do exercício e a distribuição de dividendos; (iii) eleger os ...ção máxima anual global dos administradores da Cia. **II. AGE:** ...1/76. **III. Informações Gerais:** Nos termos do art. 126 da Lei ...e e comprovante de depósito das ações da Cia., emitido por ...por mandatários, observadas as restrições legais, devendo o ...pessoa jurídica) e documentos que comprovem a regularidade ...antes da realização da AG. O percentual mínimo para adoção ...ons. de Administração será de 5%, nos termos do art. 3º da ...e alterações posteriores. Encontram-se à disposição dos srs. ...ec.com.br/ri e www.bovespa.com.br, cópias dos documentos a ...arzur- Presidente do Cons. de Administração. (30, 31/3, 1/4)

PDGRealty
PDG REALTY S.A. EMPREEND...
Companh...
CNPJ/MF nº 02.950.811/000...
AVISO AOS A...
Em atenção às disposições legais e estatutária... Srs. acionistas na sede social da Companhia, n... parte, Torre Pão de Açúcar, Centro Empresari... Rio de Janeiro, os documentos a que se refere ... findo em 31/12/2008 e que serão discutidos n... 30 de março de 2009.
Gilberto Say...
Presidente do Consel...

...IMENTOS E PARTICIPAÇÕES
...a Aberta
...1-89 - NIRE 33.3.0028519-9
...ACIONISTAS
...s pertinentes, encontram-se à disposição dos ...a Praia de Botafogo, 501, bloco 1, salão 201 - ...al Mourisco, Botafogo, na cidade e Estado do ... art. 133 da Lei 6.404/76, relativos ao exercício ...a Assembléia Geral Ordinária. Rio de Janeiro,
...ão da Silva
...ho de Administração

MMX
Uma empresa do Grupo EBX
MMX MINERAÇÃO ...
CNPJ/MF: 02.7...
Companh...
FATO REL...
A MMX Mineração e Metálicos S.A. (BOVE... em cumprimento ao disposto no art. 157 ... CVM nº 358/02, informa aos seus acionis... 1. O Conselho de Administração da Com... de debêntures simples, escriturais, perpé... debêntures não renderão juros, prêm... remunerações aos investidores, sendo, e... As debêntures totalizarão, na data de sua ... nacional equivalente a US$ 200 milhões, ... pelo acionista controlador e pessoas a ele... da data de sua emissão, na medida da ne... As debêntures serão da modalidade perpét... 6.404/76, e seu vencimento ocorrerá excl... liquidação, dissolução, pedido de autof... Companhia; ou (b) alteração do controle d... da Lei nº 6.404/76, desde que por preço unif... Os recursos provenientes da emissão ... refinanciamento de parte da dívida da C... corporativos.
2. A Companhia nomeou um assessor fin... venda estratégica de parte ou de todos os ... a venda total ou parcial dos próprios ativos.
3. Além disso, a Centennial Asset Mining F... limitada com sede em Nevada, Estados U... pelo Sr. Eike Batista, acionista controlad... firmar um compromisso com o Banco Itaú ... qual o Itaú Europa irá vender para a C... vinculadas ao desempenho das ações ord... de até US$ 20 milhões de dólares. O va... desempenho das ações ordinárias da Co... de 06 (seis) meses a partir de sua emis... aumento de sua exposição em relação ao ... Estas operações ratificam o compromis... desenvolvimento dos negócios da MMX.
Rio de Janeiro, 31 ...
Chequer Hann...
Diretor de Relações...
MMX Mineração ...

MMXM3 NOVO MERCADO BOVESPA BRASIL
...E METÁLICOS S.A.
...32.115/0001-49
...a Aberta
...EVANTE
...SPA: MMXM3) ("MMX" ou "Companhia"), ... § 4º da Lei nº 6.404/76 e na Instrução ...as e ao mercado o seguinte:
...panhia aprovou, hoje, a emissão privada ...tuas, subordinadas e em série única. As ...o, participação ou pagarão qualquer ...tretanto, corrigidas pelo IGP-M.
...a emissão, um valor em moeda corrente ... e poderão ser integralmente subscritas ... relacionadas, em até 180 dias contados ...cessidade de caixa da Companhia.
...ua, nos termos do § 3º do art. 55 da Lei nº ...usivamente nas seguintes hipóteses: (a) ...alência ou decretação de falência da ...a Companhia, nos termos do artigo 254-A ...ário igual ou superior a R$3,00 (três reais). ... das debêntures serão destinados ao ...companhia e servirão para outros usos
...anceiro para auxilia-la em uma possível ... seus ativos, cuja transação pode incluir ... ou de ações ordinárias de sua emissão. ...und LLC. ("Centennial"), uma sociedade ...Unidos da América, detida integralmente ...or da MMX, anunciou hoje que acordou ... Europa S.A. ("Itaú Europa"), através do ...entennial notas estruturadas ("Notas") ...linárias da Companhia no montante total ...lor de pagamento das Notas refletirá o ...mpanhia. As Notas terão um prazo inicial ...são e propiciarão para a Centennial um ... desempenho das ações da MMX. ...so do acionista controlador com o bom
...de março de 2009
...a Bou-Habib
... com Investidores
...e Metálicos S.A.

LLX
Uma empresa do Grupo EBX
LLX LOGÍSTICA S.A.
Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/MF: 08.741.499/0001-08
NIRE 33.3.0028154-1
AVISO AOS ACIONISTAS
Comunicamos aos senhores acionistas que a LLX Logística S.A. ("Companhia"), observadas as disposições legais e estatutárias aplicáveis, aprovou, por meio de deliberação de seu Conselho de Administração, aumento do capital social no montante de R$600.000.003,00 (seiscentos milhões e três reais), passando dos atuais de R$75.141.876,30 (setenta e cinco milhões, cento e quarenta e um mil, oitocentos e setenta e seis reais e trinta centavos) para R$675.141.879,30 (seiscentos e setenta e cinco milhões, cento e quarenta e um mil, oitocentos e setenta e nove reais e trinta centavos), mediante a emissão, para subscrição privada, de 333.333.335 (trezentas e trinta e três milhões, trezentas e trinta e três mil e trezentas e trinta e cinco) novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Referido aumento de capital será integralmente realizado dentro do limite do capital autorizado estabelecido pelo artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, conforme aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 16 de março de 2009. As novas ações da Companhia são em tudo idênticas às atualmente existentes e será garantido aos atuais acionistas o direito de preferência na subscrição das novas ações, nos termos do disposto no artigo 171 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e posteriores alterações ("Lei n.º 6.404"). Fica aberto, portanto, a partir de 30 de março de 2009, o prazo de 30 (trinta) dias para o exercício do direito de preferência para aquisição das novas ações pelos senhores acionistas detentores de ações, observadas as seguintes condições:
1. Valor do Aumento de Capital
R$600.000.003,00 (seiscentos milhões e três reais).
2. Quantidade e Espécie de Ações a serem Emitidas
333.333.335 (trezentas e trinta e três milhões, trezentas e trinta e três mil e trezentas e trinta e cinco) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.
3. Data de Registro e Relação de Subscrição
Os senhores acionistas detentores de ações da Companhia em 27 de março de 2009 terão preferência para a subscrição do aumento do capital sobre ações idênticas às que forem detentores na proporção de 0,929818404 nova ação ordinária, nominativa, escritural e sem valor nominal para cada 1 (uma) ação ordinária de emissão da Companhia que possuírem na referida data, perfazendo o percentual de 92,9818404%.
4. Negociação Ex-Direitos
As ações adquiridas a partir de 30 de março de 2009, inclusive, não farão jus ao direito de preferência pelo acionista adquirente. A partir de 30 de março de 2009, as ações de emissão da Companhia serão negociadas ex-subscrição.
5. Preço de Emissão
O preço de emissão de R$1,80 (um real e oitenta centavos) de cada uma das novas ações ordinárias da Companhia emitidas no âmbito do aumento do capital social da Companhia aprovado na Reunião de Conselho de Administração realizada em 16 de março de 2009, foi determinado nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações e representa um ágio de 27% sobre a média ponderada pelo volume dos 60 dias de negociação que antecederam a aprovação do referido aumento.
6. Dividendos e Outros Direitos
As ações ordinárias objeto do presente aumento de capital da Companhia farão jus a todos os direitos e benefícios deliberados e declarados pela Companhia a partir da data de subscrição das respectivas ações, inclusive recebimento integral de dividendos, juros sobre capital próprio e eventual remuneração de capital que vierem a ser distribuídos pela Companhia.
7. Prazo para o Exercício do Direito de Preferência na Subscrição
O prazo para exercício do direito de preferência na subscrição de ações terá início em 30 de março de 2009 e término em 28 de abril de 2009, inclusive.
8. Cessão de Direito de Preferência na Subscrição
O direito de preferência poderá ser livremente cedido pelos acionistas da Companhia a terceiros, nos termos do artigo 171, §6º, da Lei n.º 6.404.
9. Subscrição de Ações e Negociação de Direitos de Subscrição
Os detentores de ações da Companhia poderão solicitar junto à corretora de sua preferência a respectiva subscrição ou preencher os respectivos boletins de subscrição que poderão ser solicitados em qualquer agência do Banco Itaú S.A. ("Banco Itaú"), instituição financeira depositária das ações escriturais da Companhia, dentro do prazo que se inicia em 30 de março de 2009 e termina em 28 de abril de 2009.
Os acionistas que desejarem negociar seus direitos de subscrição durante o prazo do exercício do direito de preferência poderão fazê-lo, devendo os acionistas solicitar o respectivo boletim de cessão de direitos, que será emitido pelo Banco Itaú, ou dar instrução à sua corretora para negociação diretamente em bolsa de valores.
Uma vez emitido um boletim de cessão de direitos, e havendo sua efetiva alienação, será exigida a correspondente declaração no verso do boletim de cessão de direitos com a firma do cedente reconhecida em cartório.
Os acionistas deverão manifestar o seu interesse na reserva das sobras no boletim de subscrição de ações correspondente.
10. Forma de Pagamento
O pagamento será feito à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição.
11. Procedimento de Sobras
Após o término do prazo para o exercício do direito de preferência, os acionistas que manifestarem interesse na reserva de sobras no boletim de subscrição terão o prazo de 7 (sete) dias seguintes à apuração das sobras, a ser informada pelo Banco Itaú, para a subscrição de sobras, nos termos disposto no artigo 171 da Lei n.º 6.404.
12. Documentação para Subscrição de Ações e Cessão de Direitos
Pessoa Física: Carteira de Identidade, Cadastro de Pessoa Física junto ao Ministério da Fazenda (CPF/MF) e comprovante de endereço.
Pessoa Jurídica: Contrato Social ou Estatuto Social e a Ata de Assembléia que elegeu os administradores em exercício, devidamente arquivada no órgão competente de Departamento Nacional do Registro de Comércio ("DNRC") e comprovante de endereço.
No caso de representação por procuração, será necessária a apresentação do respectivo instrumento público de mandato com firma reconhecida.
13. Local de Atendimento
Nas corretoras de valores mobiliários e nas agências do Banco Itaú.
14. Homologação
Após a efetiva subscrição das ações e a integralização deste aumento do capital social, nova Reunião do Conselho de Administração da Companhia deverá ser convocada para homologar o aumento de capital, dentro do limite do capital autorizado.
15. Liquidação Física
As ações emitidas serão creditadas aos acionistas, em até dois dias úteis após a homologação do aumento do capital social, no Banco Itaú.
Rio de Janeiro, 27 de março de 2009.
Ricardo Antunes Carneiro Neto
Diretor Presidente e de Relações com Investidores
LLX Logística S.A.

Açúcar, café e cacau fecham em alta em Nova York B10

FAO alerta para uma nova crise global dos alimentos B11

Valor
Agronegócios

Estratégia Companhia quer reduzir dependência das usinas, vai abrir filiais fora do país e avalia atrair sócio

Dedini abre o leq e e aposta no exter o

Mônica Scaramuzzo
De São Paulo

Fortemente afetada pela crise que atingiu boa parte das usinas de açúcar e álcool do país, a Dedini Indústrias de Base, de Piracicaba (SP), optou por aprofundar a diversificação para expandir seus negócios. No Brasil, a empresa vai elevar a aposta em equipamentos para os setores de energia, mineração e siderurgia para amenizar os problemas na área sucroalcooleira. No exterior, pretende definir até o fim deste semestre a abertura de uma filial na África e outra na Índia.

A estratégia da diversificação foi adotada com sucesso pela companhia nos anos 90, quando o setor sucroalcooleiro também atravessou sérios percalços. Para garantir sua sobrevivência, a Dedini passou a produzir equipamentos para as indústrias de bebidas, que então viviam ótima fase. Com isso, tornou-se referência na fabricação de equipamentos para este segmento. "O [*setor de*] açúcar e álcool continuará no DNA da empresa, mas vamos nos concentrar também em outros negócios", afirmou ao **Valor** o CEO do grupo, Sérgio Leme.

Com faturamento de R$ 2,2 bilhões no ano passado e controle 100% familiar, a companhia também começou a elaborar um processo de reestruturação de seu capital, que poderá resultar na entrada de um novo investidor ou mesmo em um aporte do BNDES, por meio do braço de participações do banco, o BNDESPar.

Leme, que este ano foi promovido de vice-presidente e principal executivo financeiro (CFO) do grupo a CEO, vai ter carta branca da família controladora para promover o processo de reestruturação e expansão do grupo. O executivo está na Dedini há sete anos e foi contratado por Dovílio Ometto, falecido em agosto de 2007 e responsável pela expansão dos últimos anos.

Com a morte de Dovílio Ometto, aos 89 anos, e o falecimento de sua filha, Juliana Dedini Ometto, em janeiro de 2008, a presidência do conselho de administração do grupo passou a ser ocupada por Giuliano Dedini Ometto Duarte, filho de Juliana. No ano passado, quando assumiu o cargo de CFO da companhia, Sérgio Leme também já era o responsável por traçar a estratégia de negócios.

De acordo com ele, o segmento de açúcar e álcool, que respondeu nestes últimos anos por até 60% do faturamento da companhia, perderá espaço. A partir de 2009, a fatia cairá para algo entre 40% e 45%. Os equipamentos voltados para área de energia — que incluem caldeiras para cogeração de energia a partir do bagaço e construção de PCHs (Pequenas Centrais Hidrelétricas) — e os segmentos de mineração e siderurgia vão ganhar mais espaço no portfólio da companhia. A Dedini também atua nos segmentos de bebidas, tratamentos de efluentes e saneamento.

"O setor de infraestrutura é o que mais oferece potencial de crescimento e vamos focar nele", afirmou Leme. Neste segmento, a área de fundição está aquecida, com pedidos até para exportação.

Apesar da menor participação do setor sucroalcooleiro, o grupo vai aproveitar a expertise neste segmento para promover sua globalização. O grupo negocia parceria com empresas de equipamentos da Índia, onde deverá abrir uma filial, e promete fazer o mesmo em um país da África. A América Central também está nos planos da Dedini, mas ainda não há negociação em andamento.

"Vamos fazer parcerias e manter uma estrutura de engenharia e comercial nessas filiais com as industriais locais", afirmou o executivo. A Índia, segundo maior produtor global de açúcar, é referência internacional em tecnologia para equipamentos de açúcar. A Dedini é referência internacional na produção de usinas "turn-key" para açúcar e álcool.

Conforme Leme, o período mais turbulento por conta da crise deflagrada pelas usinas já passou. Muitos projetos de novas usinas foram adiados e os pedidos encomendados à Dedini cancelados. "Este primeiro trimestre não foi muito agitado, mas as consultas voltaram a aparecer. Com certeza, teremos um segundo semestre mais firme, com um maior número de propostas."

Com aproximadamente 5,5 mil trabalhadores, a Dedini deverá promover alguns "ajustes", mas aposta na retomada da economia. A companhia fez cortes entre o fim do ano e início de 2009 por conta da crise. O índice de inadimplência das usinas para as indústrias de base, que chegou a atingir 36% em novembro passado, durante o pico da crise, está atualmente entre 10% e 15%.

Para 2009, a expectativa é de que as vendas da empresa recuem cerca de 10%, ficando em torno de R$ 2 bilhões. Mas o grupo mantém uma carteira aquecida, com cerca de R$ 2,2 bilhões comprometidos. "No segundo semestre, esse valor deverá subir para R$ 2,8 bilhões", disse Leme. "Tínhamos um crescimento médio de 8% a 10% nos últimos anos. Deveremos retomar esse percentual a partir de 2010, dependendo das condições de mercado."

ANA PAULA PAIVA/VALOR

Conforme Sérgio Leme, CEO da Dedini, o grupo está colocando em prática alternativas para se diversificar no mercado

BC avalia medida que preserva status de risco de produtor

Política agrícola

Mauro Zanatta
De Brasília

O Banco Central avalia transformar em uma regra obrigatória a resolução que orienta as instituições financeiras a manter, e não a rebaixar automaticamente, a classificação de risco das operações de crédito rural renegociadas por iniciativa do governo.

A medida pode elevar a oferta de crédito bancário ao setor, já que haveria menos necessidade de manter grandes reservas contra riscos de calotes dos produtores nos bancos. "Vamos ver se o Banco Central tem poder de obrigar", afirmou ontem, em audiência pública no Senado, o diretor de Liquidação e Desestatização do BC, Antonio Gustavo Matos do Vale.

As principais lideranças ruralistas afirmam que a medida do BC seria mais importante do que uma eventual elevação do volume de crédito para a safra 2009/10. "Não me preocupo com crédito, mas com as condições de adimplência porque 60% dos produtores não têm como tomar empréstimos novos", disse a presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária (CNA), senadora Kátia Abreu (DEM-TO). A confederação dos trabalhadores (Contag) também concorda: "Mais do que crédito, precisamos de preços e juros baixos", disse o secretário de Finanças, Juraci Souto.

Os bancos têm rebaixado de forma automática o risco de crédito dos clientes que renegociam suas dívidas. As instituições alegam que a Resolução nº 2682 do BC traz essa indicação. Aos senadores da Comissão de Agricultura, o diretor do BC informou que uma resolução posterior (nº 3499) já havia incluído as operações de crédito rural na orientação geral para evitar o rebaixamento do riscos individuais. "Essa resolução diz claramente que estão incluídas as operações de crédito rural. Sem dúvida nenhuma, era essa a intenção", disse Matos do Vale.

Na audiência, marcada pela baixa participação de senadores, os representantes do setor rural lançaram as bases de uma proposta para uma nova renegociação das dívidas rurais. "Todo mês o Conselho Monetário Nacional aprova sete ou oito votos para prorrogar algumas dívidas e não tem adiantado", reclamou a senadora. "Não é discurso de oposição, de ataque ao governo, mas não há mais o que fazer". A presidente da CNA lembrou que o setor passou por três safras (2003 a 2006) com câmbio descasado entre os momentos de plantio e colheita, além dos efeitos climáticos negativos em lavouras do Sul do país. E pediu aos colegas: "Temos que paralisar a votação, obstruir a pauta e resolver a situação."

Para reforçar a tese da urgência de medidas de socorro do governo ao setor, o economista e professor Guilherme Leite Dias, agora também consultor da CNA, fez previsões alarmantes sobre as dificuldades da agropecuária nos próximos meses. Em audiências no Senado e na Câmara dos Deputados, Dias afirmou que o setor entra na crise financeira global fragilizado pela elevação da inadimplência nos últimos três anos e comprometido pela falta de capital de giro, derivada da perda de poder de compra e da produtividade em baixa na atual safra.

A inadimplência nos bancos fechou em 12% no ano passado, mas deve ultrapassar 15% antes da safra de verão, segundo Dias. "Não faz sentido bater recordes de produção sem oferta de crédito. Não é bom negócio produzir mais, sobretudo para a exportação", afirmou. "Isso porque a demanda mundial está em baixa, o nível de atividade dos países emergentes deve declinar muito nos próximos seis meses e os preços podem derreter ao longo do ano", disse.

Espécie de "guru econômico" no setor, Dias afirmou que se os produtores do Hemisfério Norte plantarem "um pouco mais", o Brasil enfrentará um "cenário ruim" no segundo semestre deste ano. "O câmbio é confortável, com tendência de alta, mesmo com preços de commodities em baixa. Mas as tradings estão em situação de risco, a renda desaba no mundo e a Rússia e a China [principais compradores do agronegócio nacional] reduziram preços e demanda", disse. Para ele, "não tem sentido dizer que todos devem pagar agora" suas dívidas. "É preciso acenar aos bancos que vamos pensar numa saída, que vem um tipo de renegociação para criar horizontes".

USDA e dólar motivam alta de preços de grãos

Commodities

Fernando Lopes
De São Paulo

O primeiro levantamento do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) sobre as intenções de plantio no país na safra 2009/10, divulgado ontem, confirmou que os produtores americanos deverão reservar uma área maior para soja e menor para milho e trigo no novo ciclo. Mas, ainda que previsível nas direções gerais, o relatório trouxe pelo menos uma surpresa que deixou reflexos nos preços de soja, milho e trigo , as commodities agrícolas mais negociadas no mundo.

O que surpreendeu os analistas foi a área projetada para a soja. Conforme o USDA, serão 30,8 milhões de hectares, ante 30,6 milhões em 2008/09. Trata-se de um novo recorde histórico, mas que ficou bem abaixo da expectativa predominante. Pesquisa realizada pela Dow Jones na semana passada com 17 empresas americanas, entre as quais Alaron, Citigroup, Fortis, Linn Group e Newedge, mostrou que se esperava, em média, 32,1 milhões de hectares, a partir de um intervalo de previsões que ficou entre 30,7 milhões e 33 milhões de hectares.

"Foi a grande surpresa", confirmou, em Chicago, Dan Basse, presidente da AgResource. Mesmo assim a colheita poderá crescer significativamente, ainda que quase 5 milhões de toneladas a menos do que seria de se esperar com a área média prevista na pesquisa da Dow Jones. Segundo Renato Sayeg, da Tetras Corretora, de São Paulo, com a área projetada pelo USDA e a produtividade média das últimas cinco safras, os EUA poderão colher 85,3 milhões de toneladas de soja em 2009/10, ante 80,54 milhões em 2008/09, que teve produtividade abaixo da média.

Em Porto Alegre, Antonio Sartori, da corretora Brasoja, não se surpreendeu com o tímido aumento da área de soja projetada pelo USDA. Segundo ele, apesar de a atual relação de preços entre soja e milho favorecer a soja — com a ressalva de que o ponto de equilíbrio varia conforme a região de plantio —, o compromisso de Washington em promover um maior uso de biocombustíveis nos EUA nos próximos anos é um estímulo importante para o plantio de milho, uma vez que, por lá, o etanol é basicamente produzido a partir do grão.

Mas, por desafiar a média das projeções, a área prevista pelo USDA para a soja colaborou para elevar as cotações ontem na bolsa de Chicago, principal referência global para os preços dos grãos. Com a ajuda da queda dos estoques americanos em 1º de março, como mostrou outro relatório do USDA, e da desvalorização do dólar, os contratos futuros com vencimento em julho, que atualmente ocupam a segunda posição de entrega no mercado (normalmente a de maior liquidez), fecharam a US$ 9,5050 por bushel, em alta de 48,50 centavos de dólar.

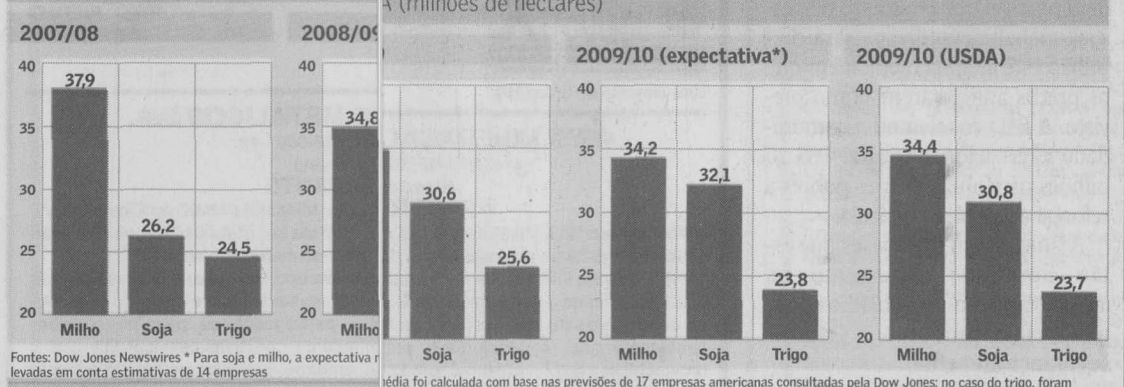
No caso do milho, o levantamento do USDA teve reflexo mais moderado em Chicago, uma vez que a projeção divulgada (34,4 milhões de hectares, 1,1% menor que a de 2008/09) ficou mais ou menos em linha com a média das expectativas do mercado (34,2 milhões de hectares, conforme a pesquisa da Dow Jones). Sob a influência das oscilações da soja e do dólar, os papéis para julho (segunda posição) encerraram a sessão a US$ 4,1475 por bushel, ganho de 18 centavos. Os estoques americanos do grão em 1º de março, maiores que na mesma época do ano passado, ficaram abaixo das estimativas e colaboraram para a alta.

Para o trigo também não houve surpresas. O USDA previu uma área plantada total de 23,7 milhões de hectares em 2009/10, 3,3% menos que no ciclo passado e apenas 100 mil hectares abaixo da média das projeções captadas pela pesquisa da Dow Jones. Neste caso, os estoques divulgados também ficaram dentro das expectativas e tiveram pouca influência sobre as cotações em Chicago, sob a influência de dólar, soja e milho, subiram. Julho (segunda posição) fechou a US$ 5,4525 por bushel, um salto de 20 centavos.

Ainda que o USDA deixe claro que a soja avançará sobre áreas de milho e trigo no novo ciclo — e que, somadas, as áreas das três commodities apresentam redução de 2,1 milhões de hectares sobre 2008/09 —, nenhuma outra cultura sofreu tanto, proporcionalmente, quando o algodão. A pesquisa prevê 3,6 milhões de hectares, 7% menos que em 2008/09 e menor área plantada desde a temporada 1983/84. O número ficou acima das expectativas, e as cotações subiram na bolsa de Nova York. Julho (segunda posição) fechou a 47,35 por libra-peso, alta de 191 pontos. *(Com Dow Jones Newswires)*

Mais sobre mercados à página B11

Mais soja, menos milho
Previsões para área plantada nos EU A (milhões de hectares)



Fontes: Dow Jones Newswires * Para soja e milho, a expectativa média foi calculada com base nas previsões de 17 empresas americanas consultadas pela Dow Jones; no caso do trigo, foram levadas em conta estimativas de 14 empresas

Curtas

Parceria Unica-Basf

A Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar) e a Basf anunciaram ontem parceria para promover a campanha "Etanol Verde — uma atitude inteligente". O objetivo é esclarecer a sociedade sobre as vantagens do biocombustível e a necessidade de se investir no crescimento tecnológico sustentável do Brasil. A campanha será difundida por meio de uma cartilha, que explica passo a passo o que é o etanol brasileiro, quais suas funções e vantagens.

Queimadas em pauta

O Sindicato da Indústria da Fabricação do Álcool do Estado de São Paulo (Sifaesp) e o Sindicato da Indústria do Açúcar no Estado de São Paulo (Siaesp) ajuizaram, no Supremo Tribunal Federal (STF), Ação Cautelar para suspender decisão do Tribunal de Justiça do Estado. O TJ-SP julgou improcedente Ação Direta de Inconstitucionalidade contra a Lei nº 4.446/03, do município de Botucatu (SP), que proibiu as queimadas no preparo do plantio e colheita da cana. As entidades argumentam, no entanto, que a decisão contrariou a Constituição Federal e também a legislação estadual.

Finanças

Banco Central vê "fortes indícios" de abuso de poder no setor de cartões, diz o diretor José Antonio Marciano C3

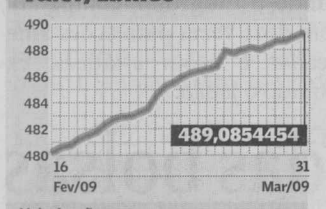
A marca mais valiosa do mundo tem um recado para você.
Veja na pág. D1.

Destaques

CSN fecha resseguro

A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) informou ontem que renovou com resseguradores internacionais a cobertura para riscos operacionais do seu parque industrial, que inclui a Usina Presidente Vargas e a Mineração de Casa de Pedra, no valor em risco de US$ 9,57 bilhões (que inclui a cobertura de danos materiais e lucros cessantes) e valor máximo de indenização, em caso de sinistro, de US$ 750 milhões. Essa apólice refere-se ao período de fevereiro de 2008 a fevereiro deste ano. Os prêmios pagos aos resseguradores ficaram em US$ 22,1 milhões, segundo uma fonte. A CSN informou que negocia com seguradoras e resseguradoras o seguro e o resseguro para o período 2009/2010. Segundo o comunicado, a CSN "tem cobertura de caixa suficiente para suportar qualquer sinistro que eventualmente possa ocorrer." A empresa trava desde o início do ano passado uma briga jurídica com o IRB-Brasil Re, que recusa a apólice.

Índice de Renda Fixa Valor/Ibmec



Valorização	
Em 5 dias	0,1906%
Em 30 dias	1,8744%
Em 2009	3,9883%

Base = 100 em 31/12/99

Cutolo preside Andima

Sergio Cutolo dos Santos, diretor do Banco UBS Pactual, foi eleito ontem presidente da Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro (Andima) para o biênio 2009/2011. A chapa vencedora tem como vice-presidentes Alfredo Neves Penteado Moraes (Banco Intercap) e Aldo Luiz Mendes (Banco do Brasil).

ibi rebaixado de novo

Depois da Standard & Poor's (S&P), outra agência de rating, a Moody's rebaixou o rating de força financeira do Banco Ibi S.A., de "D-" para "E+". Os ratings globais de depósitos de longo prazo em moeda local e estrangeira também foram rebaixados de "Ba3" para "B1". Desde outubro, o rating do grupo de varejo C&A estava sob revisão por causa da deterioração da carteira de crédito.

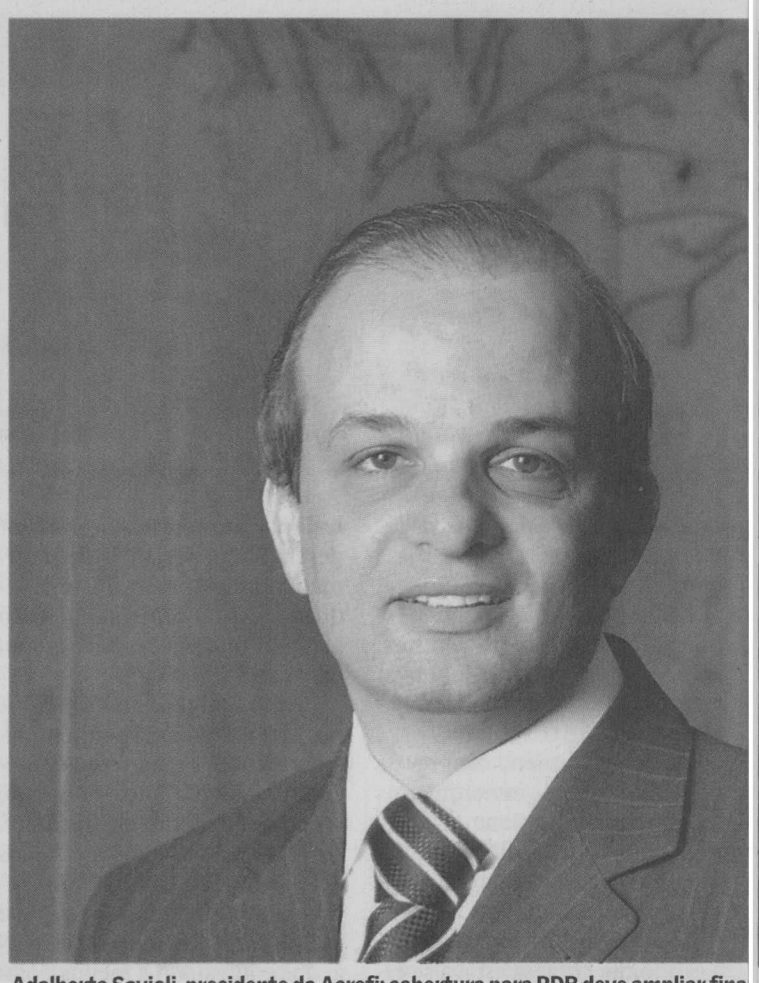
Pensão de € 1 milhão

O presidente do Société Générale, Daniel Bouton, pode receber pensão de até € 1 milhão anuais quando se aposentar, revelou segunda-feira o site da revista "L'Express". *(Agências internacionais)*

Índice

The Wall Street Journal Americas C4 e C5
Indicadores Financeiros C9
Bônus Soberanos C9
Fundos de ações C10
Fundos de renda fixa C10
Fundos multimercados C11
Fundos de previdência C11
Agenda C12

DANIEL WAINSTEIN/VALOR



Adalberto Savioli, presidente da Acrefi: cobertura para RDB deve ampliar financiamento de veículos usados, já que as cessões de carteira estavam limitadas aos créditos para carros novos

Conjuntura Cobertura anima bancos, mas empréstimo depende do desempenho de empresas

Crédito pode começar a voltar

Fernando Travaglini
De São Paulo

A cobertura de R$ 20 milhões para recibos de depósitos a prazo (RDB) dos bancos começa a valer hoje e a grande expectativa é saber se a resolução irá de fato atender a demanda das companhias de pequeno porte por empréstimos mais abundantes e baratos. Os bancos médios, principais ofertantes desse nicho de mercado, acreditam que a dinâmica do crédito será restaurada, mas não de forma imediata, nem nos patamares anteriores à crise.

Renato Oliva, presidente da Associação Brasileira de Bancos (ABBC) afirma que a medida é "excelente" e deve aos poucos retomar a oferta de crédito. Até o momento, a principal forma de captação dos médios tem sido a cessão de carteiras tanto para o FGC quanto para os grandes bancos. A expectativa é de que os bancos pequenos possam captar entre R$ 40 bilhões e R$ 50 bilhões em depósitos a prazo cobertos pelo FGC.

Porém, Oliva cita duas limitações importantes no nicho das pequenas e médias empresas, conhecido como "middle market". O primeiro entrave, segundo ele, é a própria demanda por crédito, que recuou neste início do ano. "As empresas estão reavaliando a expectativa de faturamento, já que com a desaceleração da economia diminuiu também a necessidade de capital de giro", disse. Segundo levantamento da Serasa Experian, a procura por empréstimos no middle recuou 7% no ano até fevereiro.

Há também uma questão prudencial dos próprios bancos, acrescenta Oliva. "A disposição das instituições de assumir riscos diante do cenário de incertezas mundial é menor". A preocupação é com a saúde das empresas e com o novo "tamanho" do mercado, que encolheu e que demandará menos crédito.

De fato, os bancos estão avaliando os balanços das companhias para saber como está a situação real depois da crise. Por enquanto, alguns setores estão com boa performance e devem ter o fluxo de crédito restabelecido de forma mais rápida. Já outros devem enfrentar mais dificuldades para renovação ou ampliação das linhas.

Ricardo Gelbaum, diretor-financeiro do Banco BMG, ressalta que as captações já apresentavam uma melhora no mês de março, mesmo antes da medida do Conselho Monetário Nacional (CMN). "Os depósitos estão retornando em níveis melhores do que janeiro e fevereiro e mesmo a dinâmica de crédito começa a dar sinais mais positivos. Com certeza daqui a 30 dias vamos ver uma foto do crédito melhor do que hoje", disse.

Mas Gelbaum também ressalta que a melhora depende de cada segmento e que nem todas as linhas serão irrigadas de forma imediata. "Alguns segmentos como consignado, credito pessoal e veículos são sempre mais rápidos. Já o segmento de pequenas e médias depende de uma de análise do comportamento de cada setor das empresas", disse.

O próprio Banco Central reconheceu que o restabelecimento não será imediato. "Deve ter efeito, sim, ao longo do ano, mas os bancos precisarão de tempo para digerir" o produto, afirmou o diretor de Política Econômica do Banco Central, Mario Mesquita, em entrevista à imprensa na segunda-feira.

Um dos setores que podem responder mais rapidamente é o de veículos usados. Isso porque as cessões de carteira, única forma de funding disponível, estavam restritas ao mercado de novos ou de seminovos. Os bancos grandes não estavam dispostos a comprar esses créditos e o FGC tem norma interna que limita a exposição de risco a carteiras com automóveis de até oito anos, conta Adalberto Savioli, presidente da Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento (Acrefi).

Hoje há dois mercados distintos no financiamento de veículos. Os novos contam com taxas subsidiadas e promoções dos bancos de montadoras e as vendas até subiram em relação ao primeiro trimestre do ano passado. Por outro lado, os compradores de usados continuam sem recursos para financiar os negócios e as vendas caíram quase 20%. Nos carros mais antigos, o recuo chega a 40%, aponta Savioli.

Compliance Tributário
Terco Grant Thornton
Auditoria e Consultoria - www.tercogt.com.br

Fundos têm interesse por RDB de banco médio

De São Paulo

Os fundos de pensão já demonstram interesse pelo novo recibo de depósito bancário (RDB) que contará com cobertura de até R$ 20 milhões do Fundo Garantidor de Crédito (FGC). A modalidade, que passa a valer hoje, foi desenvolvida para tentar destravar a captação dos bancos médios e, assim, ajudar na concessão de crédito para pequenas empresas.

A cobertura é vista com bons olhos e já desperta a atenção de uma das maiores fundações do país, a Funcef, dos funcionários da Caixa Econômica Federal, com patrimônio total de R$ 32,6 bilhões. "Estamos começando a receber contatos e a trocar impressões sobre taxas, uma vez que o risco ficou adequado", afirma Demósthenes Marques, diretor de investimentos do fundo.

A Funcef, completa Marques, aproveitou o ano passado para comprar certificados de depósitos bancário (CDB) de grandes bancos, que pagavam taxas entre 104% e 105% do CDI. Esses recursos são usados para casar com o dia de pagamento de benefícios, sempre nos dias 20 de casa mês.

Uma questão que ainda precisa ser avalia é a taxa que os bancos vão oferecer, diz Cesar Soares Barbosa, diretor da Sabesprev. "A decisão ainda é recente e não estamos, no momento, com intenção de investir. Se a questão fosse só o risco, poderíamos comprar, mas tem a questão do retorno. Com essa garantia do FGC, imagino que o prêmio irá diminuir".

Segundo ele, dada a queda da inflação, a meta atuarial pode ficar na casa dos 10,5% em 2009. Com a previsão de a Selic fechar o ano na casa de um dígito, os papéis privados precisam pagar pelo menos 107% do CDI apenas para igualar a necessidade atuarial.

Com o agravamento da crise, o custo de captação para os bancos de médio porte atingiram níveis em torno de 130% do CDI. Já para esse novo RDB com garantia, Renato Oliva, da Associação Brasileira de Bancos (ABBC), acredita que as taxas devam partir de um piso em torno de 110% do CDI, já que o FGC cobra uma taxa de 1% ao ano para oferecer a garantia. "É possível que fique em torno de 115% do CDI", avalia.

Mesmo com a garantia, alguns fundos ainda não se sentem motivados a investir. Muitos têm regras rígidas de investimento em depósitos a prazo, para se proteger de perdas enfrentadas pelo sistema no passado. Alguns contam com exigências mínimas de patrimônio e de Basiléia. Outros criaram faixas de risco, com limites de alocação de recursos e de prazos.

"Esse produto deve atrair 'assets' e gestores de 'private banking', pois oferecem uma pitada a mais de rentabilidade com uma estrutura de cobertura maior. Esse é um mundo mais simples do que o dos fundos de pensão", disse o diretor de um grande fundo. *(FT)*

Tesouro amplia parcela de prefixados com baixa do juro

Arnaldo Galvão
De Brasília

O Tesouro vai aproveitar o momento para tentar aumentar as parcelas de títulos prefixados e dos papéis ligados a índice de preços no estoque da dívida pública mobiliária federal interna (DPMFi). Ontem, ao apresentar o resultado fiscal do governo central em fevereiro, o secretário Arno Augustin admitiu que sente a possibilidade de avanço com a redução dos juros futuros, o que pode significar oferta maior de prefixados. Da mesma forma, com a expressiva queda da taxa básica de juros Selic, atualmente em 11,25% ao ano, ele também admitiu que esse movimento permite que seja reduzida a parcela das LFT na dívida interna. Hoje, será divulgado o cronograma de emissões para abril.

Augustin ponderou que o Tesouro tem um compromisso com o mercado por meio do Plano Anual de Financiamento (PAF) da dívida pública para 2009, mas, apesar desses limites, reconheceu que sente a possibilidade de avanço e trabalha para um melhor gerenciamento da dívida sem movimentos bruscos. "Sempre que possível, aumentando as parcelas de prefixados e títulos ligados a índice de preços", comentou.

Na avaliação do secretário, o ideal para a gestão da dívida é reduzir a participação das LFT, papéis ligados à Selic, mas essa evolução já vem ocorrendo há alguns anos. No PAF 2009, os intervalos tolerados para a participação de LFT na Dívida Pública Federal (DPF) é de 32% a 38%. Em fevereiro, as LFT ocupavam 38,66% do estoque da dívida interna, a maior fatia.

O peso da Selic na dívida mobiliária já foi pesadelo muito maior para o Tesouro. Em 1998, representou 69,1% do estoque. Esse percentual caiu nos dois anos seguintes, para 61,1% (1999) e 52,7% (2000). Em 2001, voltou a elevar-se para 54,4% e foi a 55,2% em 2002, com o estresse do mercado financeiro com a iminente vitória de Luiz Inácio Lula da Silva. No primeiro ano de mandato, o governo Lula conviveu com uma dívida interna marcada por 57% do estoque vinculado à Selic, mas nos três anos seguintes o movimento foi de queda dessa participação para 54% (2004), 50,6% (2005) e 42,6% (2006). Em 2007 e 2008, as parcelas das LFT foram de 33,4% e 32,4%, respectivamente. No PAF, o intervalo previsto para os prefixados é de 24% a 31%. Em fevereiro, esse tipo de título tinha 28,4% do total. Nos papéis ligados a índice de preços, o PAF prevê intervalo entre 26% e 30%.

Finanças

POR DENTRO DO MERCADO

LUIZ SÉRGIO GUIMARÃES

'Selic' privada cai de 10,67% para 9,80%

Os juros futuros fecharam março na mesma direção de queda na qual iniciaram o mês. O contrato privado de referência, que fornece a taxa básica para um ano, retrocedeu no mês de 10,67% para 9,80%. E esta taxa, piso para as operações de crédito, pode ainda estar inchada se for considerada a concreta possibilidade de o Copom de abril fazer mais um talho de 1,5 ponto na taxa Selic. Com isso, o juro básico oficial desceria a 9,75% e o Banco Central iria se colocar à frente da curva futura de juros. Os *players* do pregão de DI futuro reclamam que os contratos já caíram demais este ano e que, por isso, a lucratividade só existe nos contratos mais longos. Mas o esgotamento da utilização do gasto público como instrumento anticíclico contra a crise, revelado ontem pelos dados relativos ao superávit primário, transfere ao Copom a responsabilidade maior pelas tentativas de recuperação econômica.

O caminho para o aprofundamento do declínio dos juros continua desimpedido. A retomada das bolsas de valores em março e a queda do dólar (de 2,19% em março, para R$ 2,3180) não devem autorizar ninguém a supor que o pior da crise já passou. No último dia do mês surgiu nos EUA indicador que não avaliza comemorações. Os preços dos imóveis residenciais nas 20 maiores regiões metropolitanas caíram 19% em janeiro comparativamente com um ano atrás, segundo pesquisa elaborada pela Standard & Poor's. Contra o mês anterior, a queda foi de 2%.

A taxa do swap de 360 dias recuou ontem de 9,83% para 9,80%. Deflacionada pela expectativa de IPCA do boletim Focus para o mesmo período, de 4,19%, embute um juro real de 5,38%. Trata-se de uma taxa real das mais baixas da história brasileira. O recorde da série histórica foi batido no último dia 20, e está em 5,22%. Tais taxas devem ser aproveitadas enquanto durar a crise. Na opinião do ex-presidente do BC, Affonso Celso Pastore, o juro real voltará a subir em sintonia com a recuperação da atividade econômica. Em relatório de sua consultoria, a AC Pastore & Associados, diz que a taxa real de juros persistirá abaixo da taxa neutra enquanto a atual crise internacional estiver emitindo ondas de choque sobre a economia brasileira. Se estivesse ocorrendo uma diminuição na taxa real neutra de juros, o Brasil teria doravante e em caráter permanente juros reais mais baixos. Não é o que está acontecendo, segundo o relatório.

Queda do juro real não é permanente, diz Pastore

A queda é temporária, resulta de uma reação à crise. E, depois que ela passar, a tendência é voltar-se a ter juro real acima da taxa neutra. Por meio de vários canais de transmissão, a crise internacional deprimiu a demanda agregada, abrindo um hiato negativo muito grande de produto. Se o BC não reagisse mantendo a taxa real de juros abaixo da taxa neutra, a inflação convergiria para baixo da meta, e a recessão seria profunda. "A reação correta de política monetária é, portanto, cortar significativa e agressivamente a taxa de juros. Mas quando a crise se encerrar, a taxa real de mercado terá que se elevar novamente para se igualar à taxa neutra de juros", diz o relatório.

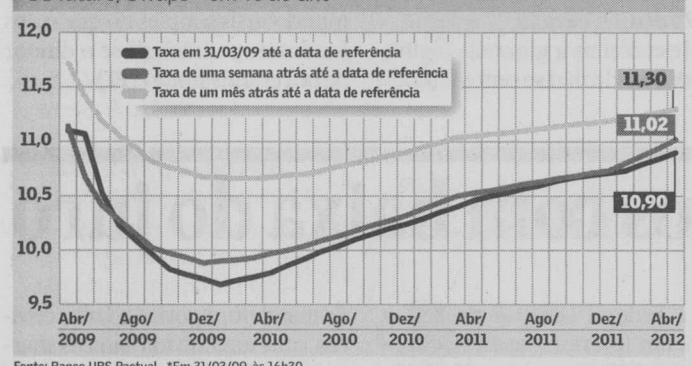
Liquidez persiste fortemente empoçada

Apesar das medidas governamentais de incentivo ao crédito e dos sinais de distensão externa, a liquidez bancária persiste fortemente empoçada. Segundo dados do Banco Central, embora o saldo das "operações compromissadas" em mercado aberto — os financiamentos de curto prazo garantidos por títulos públicos que rendem a taxa Selic —, tenha recuado 3,93% em fevereiro, nominalmente a cifra continua muito expressiva. O saldo cedeu de R$ 381,22 bilhões em janeiro para R$ 366,24 bilhões um mês depois. Em tese, trata-se de dinheiro ocioso que, por não encontrar destino melhor no setor privado, abriga-se confortável e temporariamente na segurança dos títulos públicos. Em fevereiro, nada menos do que 22% do total, ou R$ 80,738 bilhões, eram rolados no "curtíssimo prazo", praticamente de um dia para o outro. E a fatia rolada com prazo superior a três meses não passava de 11,2%.

A busca de refúgio seguro não é tão temporária assim. O saldo total vem evoluindo acentuadamente à medida em que a crise se acirra e o BC aumenta as liberações de compulsório bancário para combatê-la. No final de 2007, a liquidez estava em R$ 165,813 bilhões. Um ano depois saltou a R$ 300,491 bilhões. Da quebra do Lehman Brothers, em setembro, até janeiro o saldo das compromissadas saltou de R$ 282,368 bilhões para R$ 381,22 bilhões — curiosamente, o equivalente aos quase R$ 100 bilhões liberados pelo BC no período por meio de mudanças nas regras nos depósitos compulsórios.

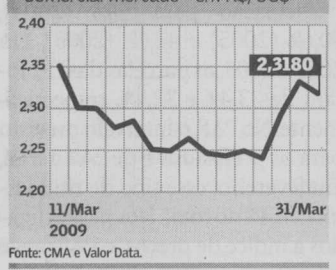
Luiz Sérgio Guimarães é repórter de Finanças
E-mail: luiz.guimaraes@valor.com.br

Estrutura do juro privado
DI futuro/Swaps - em % ao ano*



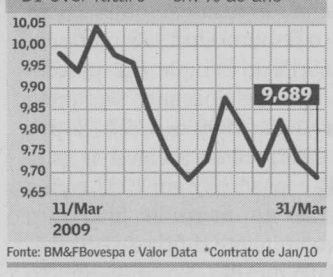
Fonte: Banco UBS Pactual *Em 31/03/09, às 16h30

Dólar
Comercial mercado - em R$/US$



Fonte: CMA e Valor Data.

Juros
DI-Over futuro* - em % ao ano



Fonte: BM&FBovespa e Valor Data *Contrato de Jan/10

Mercados de ações dos emergentes sobem e descolam dos desenvolvidos

Joanna Slater
The Wall Street Journal

Este ano os mercados acionários estão seguindo caminhos separados, em contraste com o colapso geral ocorrido ao longo do ano passado.

Nos primeiros três meses de 2009 houve uma ampla divergência no desempenho dos mercados, do sofrível até o excelente. Ações de países em desenvolvimento, como Brasil e China, tiveram desempenho bem melhor do que as da Europa e dos Estados Unidos.

Isso representa uma acentuada mudança em relação ao fim do ano passado, quando as bolsas do mundo todo desabaram em uníssono, e a única disparidade no desempenho foi na intensidade da queda.

Apesar de que um trimestre não constitui uma tendência, a divergência pode ser um sinal de que o medo dos investidores do mundo todo está diminuindo um pouco.

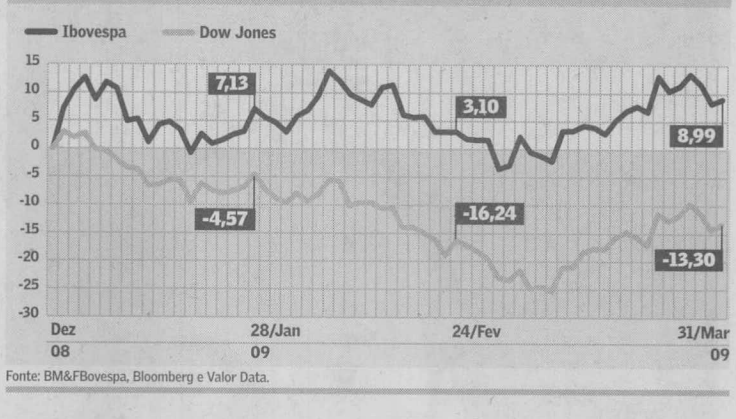
Os investidores não estão mais vendendo ações indiscriminadamente. Em vez disso, estão tentando identificar quais as ações, em todo o mundo, que vão gerar lucros se uma recuperação econômica começar a se firmar, mesmo se as perspectivas mundiais para este ano continuarem sombrias.

"Talvez isso indique que nós já saímos da fase aguda da crise e passamos para uma fase mais crônica", diz William Sterling, da Trilogy Global Advisors, que administra US$ 8,5 bilhões em ações nos mercados globais.

O Índice Mundial Dow Jones, que exclui ações dos Estados Unidos, caiu 13% em dólares no trimestre, comparado com uma queda de 14% na Média Industrial Dow Jones. O índice da Morgan Stanley que acompanha as bolsas nos mercados emergentes subiu 5,4% em dólares.

Depois de serem duramente atingidos no ano passado, os mercados emergentes se saíram especialmente bem. Os índices de referência do Brasil e da Rússia aumentaram, ambos, 9% nas moedas locais. As ações de empresas domésticas da China — em geral fechadas para os investidores estrangeiros — lideraram a turma, com o Índice Composto de Xangai subindo 30% (ele teve um declínio de 65% no ano passado).

Ibovespa X Dow Jones
Variações acumuladas - em % (base: dez/08)



Fonte: BM&FBovespa, Bloomberg e Valor Data.

Michael Hartnett, diretor de estratégia para investimentos internacionais da Banc of America Securities-Merrill Lynch, diz que houve três elementos combinados que apoiaram os mercados emergentes: sinais de que a economia chinesa estava se estabilizando; a relativa força das ações de empresas financeiras nesses mercados; e o rápido retorno de alguns investidores a investimentos mais arriscados, em março.

Na categoria média ficaram mercados como Japão e Canadá, onde os declínios foram modestos em comparação com os EUA. No Japão o índice Nikkei de 225 ações caiu 8%, ao passo que no Canadá o Composto S&P/TSX perdeu 3% do valor.

Na Europa os declínios trimestrais foram semelhantes, ou piores, que os dos EUA, com os índices de referência da Alemanha, França e Reino Unido caindo de 11% a 15%

Não surpreende que o setor com pior desempenho mundialmente tenha sido o financeiro, que caiu 24% em dólares, com base em um índice do Morgan Stanley que acompanha um amplo leque das bolsas mundiais.

Mas nenhum setor realmente brilhou. Os setores de melhor desempenho foram o de informática, que conseguiu um pequeno ganho de 0,6%, seguido pelo de materiais básicos, com baixa de apenas 3,7%.

Para os investidores americanos, o dólar foi uma pedra no sapato. A moeda americana conseguiu um bom avanço, apesar de uma queda no fim do trimestre. Isso corroeu os lucros provindos de ações no estrangeiro e aumentou os prejuízos, uma vez que a maior parte das moedas estrangeiras equivaliam a menos dólares no fim do trimestre.

A diferença de desempenho entre os mercados globais representa um desafio para os investidores. Se houver uma volta à pressão de venda generalizada e à extrema volatilidade que caracterizaram os mercados financeiros no fim do ano passado, então as bolsas poderão voltar a movimentar-se em sincronia. Mas se a divergência continuar, será cada vez mais importante acertar na escolha dos mercados vencedores e perdedores.

"Veremos uma desconexão entre os mercados" se as ações conseguirem se estabilizar por um período prolongado, diz Uri Landesman, administrador sênior de carteira da ING Investment Management em Nova York. "Pode ser verdade que a maré cheia levanta a maioria dos barcos, mas não igualmente."

Landesman dá preferência a mercados como Brasil e Canadá. Segundo ele, estão bem posicionados para se beneficiar de uma recuperação nos preços de commodities como o petróleo, após uma estabilização da demanda global.

Outros administradores de fundos dizem que veem razões para preferir as ações dos EUA e Ásia às da Europa. A lógica é que a intensa reação do governo americano à atual crise vai ter efeito, levando a uma recuperação de algumas das exportações asiáticas que despencaram no abismo no ano passado.

Mais ainda, "as empresas asiáticas e as economias asiáticas possuem o balanço patrimonial (necessário) para sobreviver à atual situação", diz Stephen Auth, diretor de investimentos para mercados globais da Federated Investors, que administra US$ 28 bilhões.

Auth diz que durante o primeiro trimestre sua firma transferiu dinheiro de suas carteiras internacionais da Europa para a Ásia. Acrescenta que a firma prefere ações americanas, e não as internacionais de modo geral. O principal motivo é seu pessimismo em relação às ações europeias, as quais representam uma proporção significativa dos índices de referência que excluem os Estados Unidos.

"Acreditamos que a 'Chimérica' (China e EUA) está se movimentando mais depressa, e de modo geral está em melhor forma do que a Europa", diz ele. "Em parte porque a Europa nem percebeu ainda a extensão do seu problema."

Um fator a favor da Europa é que as ações estão sendo negociadas a preços baixos. Um relatório recente de analistas do Citigroup recomendou que os investidores comprem mais ações europeias e britânicas do que o sugerido por um índice de referência, exatamente por esse motivo. Em meados de março essas ações estavam sendo negociadas a nove vezes o valor do lucro por ação estimado para 2009, segundo o Citigroup, comparado com doze vezes para ações americanas e ações asiáticas, excluindo o Japão.

Bancos e tecnologia renovam ânimo das bolsas

Agências internacionais

As bolsas de valores dos Estados Unidos subiram nesta terça-feira, com o S&P 500 tendo seu melhor mês desde outubro de 2002, à medida que investidores mostraram-se animados com a alta performance das ações de bancos e de tecnologias com o fim do primeiro trimestre.

De acordo com dados preliminares, o índice Dow Jones, referência da bolsa de Nova York, fechou em alta de 1,16%, a 7.608 pontos. O termômetro de tecnologia Nasdaq ganhou 1,78%, para 1.528 pontos. O índice Standard & Poor's 500 teve valorização de 1,31%, a 797 pontos.

No acumulado do mês de março — quando grandes bancos como Citigroup, BofA e JPMorgan disseram ter tido bom desempenho operacional no primeiro bimestre — o S & P 500 subiu 8,5%, o Nasdaq ganhou 10,96% e o Dow Jones avançou 7,7%. Foram os maiores percentuais mensais desde outubro de 2002. Os analistas atribuem essa alta a uma recuperação natural após as pesadas quedas dos meses anteriores.

As contas dos três primeiros meses de 2009, contudo, permanecem no vermelho. O Dow Jones acumula queda de 13,3%, sexto trimestre seguido de perdas e pior primeiro trimestre desde 1939. O S & P 500 caiu 11,7% e o Nasdaq Composite recuou 3,1%.

Entre os destaques do pregão, as ações do Citigroup subiram 9,5% após terem caído 12% na segunda-feira. O Bank of America viu seus papéis avançar 13%. No trimestre, entretanto, o índice que engloba as ações do setor bancário no S & P 500 acumula queda de 29%.

A alta das ações de bancos conseguiu ofuscar a forte queda de 28,1% nas ações da General Motors. A montadora continua imersa em dificuldades e pode ter de pedir recuperação judicial.

Também teve influência sobre o humor dos investidores a leve melhora no índice de confiança do consumidor do instituto Conference Board, que subiu para 26 pontos em março ante os 25,3 de um mês antes.

Os principais índices de ações europeus fecharam em alta, com os papéis de mineradoras avançando diante dos preços mais fortes de metais. Além disso, grandes bancos recuperaram o terreno perdido na véspera. O índice FTSEurofirst 300 avançou 3,47%, para 733 pontos.

O indicador subiu 1,9% em março, mas caiu 11,9% no primeiro trimestre do ano. Analistas ainda têm receio de prever um rali sustentado para as ações europeias.

"Nós ainda precisamos ver notícias econômicas melhores, antes das coisas melhorarem", disse Robin Evans, estrategista global da Fox-Pitt, Kelton, em Londres.

As ações de mineradoras apresentaram bom desempenho, à medida que o cobre avançava 4%. Os papeis de Anglo American, Antofagasta, BHP Billiton e Xstrata ganharam entre 6,6% e 10,4%.

Os papeis de bancos que subiram incluem BNP Paribas, Credit Suisse, HSBC, Lloyds e UBS, oscilando entre 5,4% e 10%.

Em Londres, o índice Financial Times fechou em alta de 4,34%, a 3.926 pontos. O DAX, de Frankfurt, subiu 2,39%, para 4.084 pontos. Na bolsa de Paris, o CAC-40 avançou 3,24%, para 2.807 pontos. Também subiram os indicadores das bolsas de Milão (3,50%), Madri (2,81%) e Lisboa (2,16%).

Ver comentários sobre a Bolsa de São Paulo na página D2

Volume global de fusões cai 36% no trimestre

Lina Saigol, Paul J. Davies e Julie MacIntosh
Financial Times, de Londres e Nova York

As empresas tomaram emprestado US$ 1,5 trilhão nos mercados de bônus no primeiro trimestre, mas a atividade global de fusões e aquisições caiu 36% no período, em relação aos primeiros três meses de 2008.

Grupos vistos como relativamente seguros — de setores não-cíclicos e com classificações de crédito elevadas — aproveitaram o apetite dos investidores por dívida corporativa, captando um recorde de US$ 825,6 bilhões nos primeiros três meses de 2009, no que pesou um desejo de reduzir a dependência de empréstimos bancários.

Isso foi mais que o dobro dos US$ 390,9 bilhões que elas levantaram no mesmo período do ano passado, segundo dados da Dealogic. No entanto, a soma das fusões e aquisições mundiais foi de apenas US$ 524,9 bilhões, o menor nível de atividade desde o terceiro trimestre de 2004, o que demonstra as dificuldades que as empresas estão tendo para financiar negócios e avaliar seus alvos.

Os governos ajudaram a conter um colapso completo de fusões e aquisições, investindo US$ 145,8 bilhões — 28% do total — em bancos e companhias de seguros, além dos US$ 409,3 bilhões que comprometeram com esses setores no ano passado.

Mark Eichorn, diretor da área de fusões e aquisições do Morgan Stanley para as Américas, diz estar vendo um aumento significativo nas designações de reestruturação e consultoria a estrutura de capital. "Antes, a estrutura de capital e a liquidez eram tópicos a cargo principalmente da equipe financeira de uma companhia, mas hoje elas são parte do vernáculo dos presidentes-executivos e dos conselhos", afirma ele.

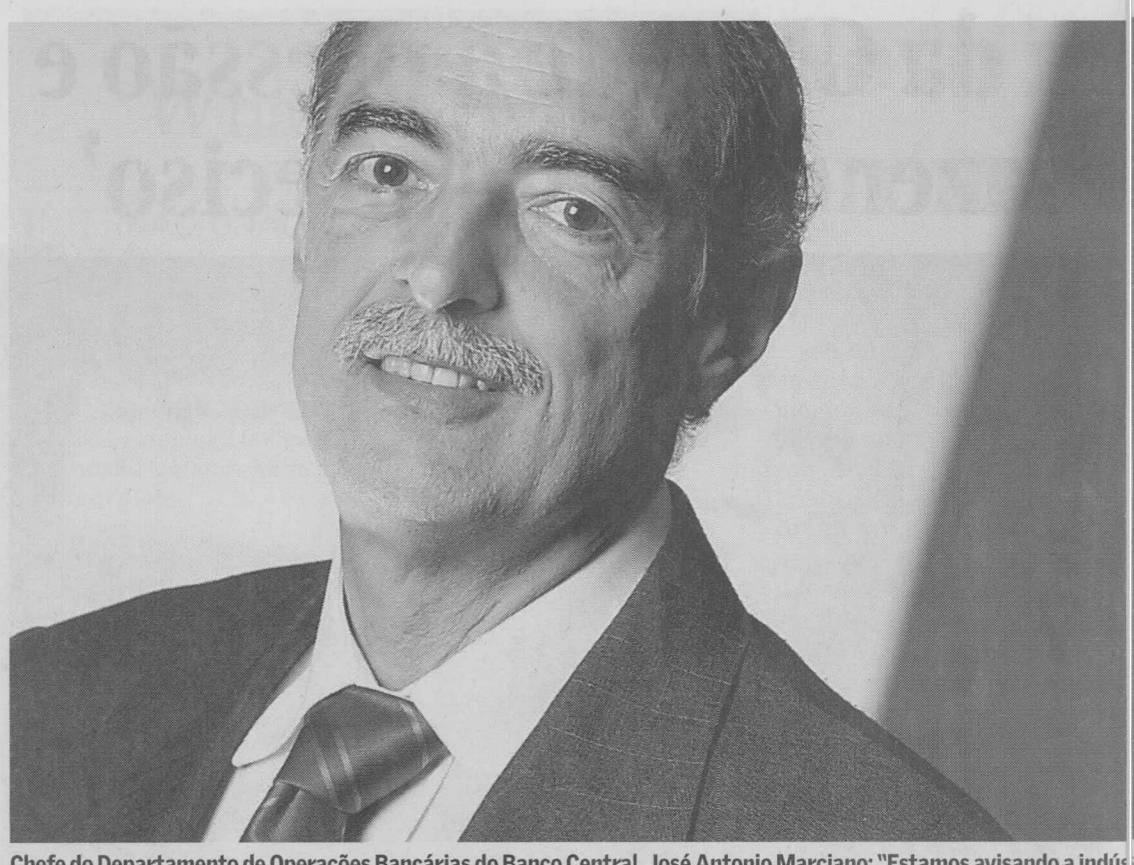
O setor financeiro foi o que mais realizou fusões e aquisições no trimestre, com um volume total de US$ 130,9 bilhões, liderado pelo investimento de US$ 25 bilhões do governo americano no Citigroup. A área de saúde ficou em segundo, com US$ 127,9 bilhões, respondendo por 24% do volume global de fusões e aquisições, com negócios como o takeover da Wyeth pela Pfizer por US$ 68,1 bilhões.

Paul Parker, diretor de fusões e aquisições globais da Barclays Capital, disse que negócios interrompidos no ano passado levarão os conselhos a serem mais cautelosos. "Como membro de um conselho de administração, estarei prestando atenção à certeza do valor e particularmente à certeza do fechamento, que ficaram de lado por um tempo."

A queda nas fusões e aquisições significa que os bancos geraram apenas US$ 2,4 bilhões em receitas de consultoria — uma queda de 59% em relação ao primeiro trimestre de 2008.

FT

MARISA CAUDURO/VALOR



Chefe do Departamento de Operações Bancárias do Banco Central, José Antonio Marciano: "Estamos avisando a indústria: eu vi e não gostei"

Meio de pagamento Governo receberá sugestões antes de adotar medidas

BC vê "fortes indícios" de abuso de poder nos cartões

Alex Ribeiro
De Brasília

O Banco Central e os órgãos de defesa da concorrência concluíram um amplo diagnóstico da indústria de cartões que mostra "fortes indícios" de exercício de poder de mercado, como excesso de lucros e falta de repasse aos lojistas e consumidores dos ganhos de escala e de evolução tecnológica. "Estamos avisando a indústria: eu vi e não gostei", afirmou o chefe do Departamento de Operações Bancárias do BC, José Antonio Marciano.

As taxas médias pagas pelos lojistas é de 2,95% do valor das vendas com cartões de crédito e, em alguns casos, chegam a 5%. A indústria de cartões é também o segmento campeão em reclamações nos órgãos de defesa do consumidor, respondendo por 12% das 826 mil denúncias registradas entre dezembro de 2005 e dezembro de 2008 em todo o país, excluindo São Paulo.

O relatório foi publicado no site do BC e, nos próximos 90 dias, estará aberto a comentários de consumidores, lojistas, estudiosos do assunto e da própria indústria de cartões. A partir de então, o BC e os órgãos de defesa da concorrência vão tomar as medidas, que poderão incluir o aperto na regulação do setor ou a imposição de mudanças na estrutura dos negócios. "Seguindo o exemplo do que foi feito em outros países, pretendemos ouvir a indústria de cartões nessa etapa", afirma Marciano.

O diagnóstico divulgado ontem é o resultado de um convênio assinado em 2006 entre o BC, a Secretaria de Direito Econômico (SDE) do Ministério da Justiça e a Secretaria de Acompanhamento Econômico (Seae) do Ministério da Fazenda. Do ponto de vista do BC, a iniciativa faz parte de um projeto mais amplo para tornar mais eficiente o sistema de pagamento de varejo. A SDE e a Seae estão interessadas, em especial, na concorrência e na defesa dos consumidores.

O estudo conclui que a indústria de cartões de crédito opera de forma verticalizada, o que inibe o ingresso de competidores. As chamadas empresas credenciadoras, entre as quais se destacam a Redecard (bandeira Mastercard) e a Visanet (bandeira Visa), cuidam de credenciar os lojistas, fornecer os terminais instalados no comércio, capturar e processar as transações, encaminhar os pedidos de autorização das transações e fazer a compensação e a liquidação. "Em virtude da verticalização, quem pretende entrar no mercado de cartões é obrigado a fazer altos investimentos para prestar todos esses serviços", diz Marciano.

Em outros países, afirma, é comum o uso compartilhado das redes e terminais de captura de transações, o que abre o caminho para que, por exemplo, outras empresas entrem no credenciamento dos lojistas, oferecendo taxas mais competitivas.

Outro ponto negativo na estrutura da indústria de cartões no Brasil é que cada bandeira tem um contrato de exclusividade com um credenciador. Assim, por exemplo, no Brasil só a Visanet pode operar com a Visa, e a Redecard, com o Credicard. Em outros países, as bandeiras têm contratos com mais de um credenciador, o que incentiva maior competição entre eles. Além de verticalizada, a indústria de cartões é bastante concentrada. As bandeiras Visa e Mastercard, por exemplo, respondem por 92% dos cartões de crédito ativos e por 89% das transações realizadas. Os quatro maiores bancos emissores de cartões Visa respondem por 72,8% das transações; na Mastercard, esse percentual é de 66,4%.

O lucro das empresas credenciadoras, afirma o estudo, cresceu 302,8% de 2003 a 2007, passando de R$ 575,2 milhões para R$ 2,316 bilhões. O lucro médio anual por cartão emitido ativo passou de R$ 10 para R$ 20 no período. A Visanet teve margem de lucro de 36,8% em 2007, considerando a relação entre lucro líquido e receita líquida, e a Redecard, 53,9%. Os percentuais estão bem acima da margem de 8,3% vista em relatório feito pela Comunidade Europeia.

Fracassou uma tentativa anterior feita pelo BC para convencer a indústria de cartões a cooperar. Em 2006, o BC divulgou documento conclamando as empresas a cooperar no uso e expansão de sua infraestrutura, de forma a reduzir custos e oferecer produtos mais baratos. "A indústria não deu a resposta que esperávamos", disse Marciano.

Empresas negam crítica e dizem colaborar com governo

Altamiro Silva Júnior
De São Paulo

As empresas do setor de cartão de crédito rejeitam as críticas do Banco Central e dizem estar colaborando "exaustivamente" para que o governo entenda melhor o complexo setor, formado por bancos, bandeiras, credenciadores, processadores e administradores de cartões.

Em nota divulgada no início da noite de ontem, a Associação brasileira das empresas de cartões de crédito e serviços (Abecs) afirma que "estimula a livre concorrência" no setor. Além disso, informa que vem "permanentemente" desenvolvendo ações para o aprimoramento da qualidade dos serviços prestados aos consumidores e aos estabelecimentos comerciais.

Executivos do setor informam que o mercado brasileiro de cartões de crédito tem algumas particularidades. A principal é a venda parcelada sem juros, no qual a loja vende o produto parcelado e o banco emissor do plástico fica com o risco de crédito. Esse serviço não existe na Europa ou nos Estados Unidos e justificaria as taxas mais altas cobradas dos lojistas aqui, que segundo o estudo do Banco Central chegam a 5%. O argumento é que esse tipo de parcelamento atrai consumidores para o lojista.

Sobre o mercado de credenciamento, que no Brasil é dominado por duas empresas (Redecard e VisaNet), um executivo de um grande banco ouvido pelo **Valor** informa que, por ser um mercado que exige escala e, consequentemente, altos investimentos, funciona assim em vários países do mundo.

O mesmo executivo destaca que vem ocorrendo uma redução na concentração dos bancos emissores. O relatório informa que a participação dos dez maiores emissores no lucro total do setor caiu, baixando de quase 99% em 2002 para cerca de 90% em 2007. Ao contrário do mercado de credenciamento, que exige altos investimentos, a explicação do setor é que entre os emissores não há barreiras de entrada, o que explica a vinda de vários bancos menores para o segmento nos últimos anos.

A Abecs aposta na autorregulação para tentar contornar os problemas do setor. Criou um código de conduta assinado pelos seus sócios que prevê multas e punições para quem desrespeitar as normas. Entre elas, está o envio de cartão sem o cliente pedir o plástico. O argumento em favor da autorregulação é que em países onde o governo tentou intervir, como na Austrália, o resultado foi uma queda no uso dos plásticos.

Odebrecht e EDP Energias captam no exterior

Cristiane Perini Lucchesi
De São Paulo

A construtora Norberto Odebrecht lançou ontem no mercado internacional um título de US$ 150 milhões, para vencimento em cinco ano, na primeira captação por meio de eurobônus de uma empresa brasileira privada desde que a quebra da Lehman Brothers, em 15 de setembro do ano passado, trouxe um aperto ainda maior no mercado de crédito internacional.

Os líderes da transação são o Santander e o Itaú BBA. O mercado espera que a transação seja concluída nos próximos dias. A Odebrecht teve um vencimento de papel de US$ 150 milhões no final de fevereiro.

A única companhia brasileira que havia emitido eurobônus desde setembro havia sido a Petrobras, que captou US$ 1,5 bilhão por dez anos em fevereiro último, sob a liderança do HSBC, JPMorgan e Santander.

A Eletrobrás também está negociando com um grupo de bancos o lançamento de US$ 600 milhões em títulos no exterior, mas informa que só fará a transação se ela não for muito cara, pois não está precisando de recursos neste momento.

Já a EDP Energias do Brasil anunciou ontem que obteve uma linha de crédito de € 90 milhões do Banco Europeu de Investimento. Segundo a empresa, os recursos serão utilizados para financiar os investimentos das suas subsidiárias durante os anos de 2009 e 2010.

Segundo a empresa, controlada pela Energias de Portugal (EDP), as duas distribuidoras do grupo, a Bandeirante e a Escelsa, têm aproximadamente R$ 600 milhões (cerca de US$ 260 milhões) de investimentos agregados planejados para este ano e para o próximo.

Ainda segundo a empresa informou ao mercado, a linha do Banco Europeu de Investimento prevê € 45 milhões para cada companhia, com prazos de vencimento de até 10 anos.

(Com Dow Jones Newswires)

Sucessão de Buffett é alvo de especulações

Josh Fineman e Erik Holm
Bloomberg News, de Nova York

A saída de Byron Trott do Goldman Sachs, depois de 27 anos, para comandar o fundo de capital de risco financiado pela Berkshire Hathaway, está alimentando especulações de que ele poderá ser o sucessor de Warren Buffett como presidente da companhia de US$ 130 bilhões do bilionário investidor.

Trott, de 50 anos, vem sendo elogiado por Buffett, presidente-executivo da Berkshire, de 78 anos, por descobrir possibilidades de investimentos. Em setembro, Trott ajudou a organizar uma injeção de capital de US$ 5 bilhões da Berkshire Hathaway no Goldman Sachs.

O novo fundo de banco de investimento de Trott vai investir em empresas familiares, o mesmo tipo de empreendimento que Buffett vê com simpatia.

"Ele é um candidato perfeito", disse Alice Schroeder, autora de "The Snowball: Warren Buffett and the Business of Life" e agora colunista da Bloomberg News. "Isso é tão óbvio!"

A afirmação de Schroeder contradiz a percepção geral sobre quem poderá ser o próximo presidente da Berkshire, a companhia de seguros e investimentos que Buffett transformou de uma fabricante falida de revestimentos para ternos em uma companhia com interesses que vão de doces e roupas íntimas a aeroportos e usinas de energia.

Debbie Bosanek, uma assistente de Buffett, disse na segunda-feira que a Berkshire "vai fazer um investimento modesto" na iniciativa de Trott e não respondeu a pedidos de informações adicionais. As ações da Berkshire acumulavam até segunda-feira uma perda de 11% no ano, comparado a uma queda de 13% do índice Standard & Poor's 500.

Em sua mais recente carta aos acionistas, Buffett diz ter candidatos a sucedê-lo como presidente-executivo e diretor de investimentos. "Todos os candidatos atualmente trabalham na Berkshire, ou estão disponíveis para a companhia, e são pessoas em quem tenho total confiança", disse ele no relatório anual da companhia de 2008.

Le Lis Blanc Deux Comércio e Confecções de Roupas S.A.
CNPJ/MF nº 49.669.856/0001-43
Aviso aos Acionistas
A Le Lis Blanc Deux Comércio e Confecções de Roupas S.A. (Bovespa: LLIS3) comunica que se encontram à disposição dos acionistas, a partir desta data, (i) na filial da Companhia localizada na Rua Othão, nº 405, Vila Leopoldina, São Paulo, SP, e (ii) nos *websites* da Companhia (www.lelis.com.br/ri), da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.cvm.gov.br) e da Bovespa (www.bovespa.com.br) na *internet*, os documentos de que trata o Artigo 133 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2008. São Paulo, 31 de março de 2009. **Marcelo Moojen Epperlein** - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores. (31/03 e 01, 02/04)

Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.
CNPJ nº 02.919.555/0001-67 – NIRE nº 35.300.322.746 – Companhia Aberta
Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária – Edital de Convocação
Ficam convidados os senhores acionistas da **Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.** ("Companhia") a reunirem-se em Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária, a serem realizadas conjuntamente no dia 16 de abril de 2009 às 11:30 horas, a fim de deliberarem a respeito das matérias constantes da Ordem do Dia abaixo elencadas. Esclarecemos que, em conformidade com o §2º do artigo 124, da Lei nº 6.404/76, as assembléias ora convocadas serão realizadas na sede social da Companhia, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano nº 913, 6º andar, CEP 04534-013. **I – Em Assembléia Geral Ordinária: 1.** Exame, discussão e votação do Relatório da Administração, das contas da diretoria e das Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008; **2.** Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, bem como aprovar o orçamento de capital da Companhia, conforme proposta da Diretoria e aprovações dos Conselhos de Administração e Fiscal, em observância ao disposto no artigo 196, da Lei nº 6.404/76; **3.** Deliberar sobre a eleição de membro do Conselho de Administração e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia. **II – Em Assembléia Geral Extraordinária: 1.** Deliberar sobre a fixação da remuneração dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia. **Observação:** Para efeito do que dispõe o art. 141 da Lei nº 6.404/76 e o artigo 3º da Instrução CVM nº 165, de 11 de dezembro de 1991, o percentual mínimo do capital votante para solicitação de adoção do processo de voto múltiplo é de 5% (cinco por cento). São Paulo, 1º de abril de 2009. **Sérgio Silva de Freitas** – Presidente do Conselho de Administração. (01, 02 e 03/04/2009)

KLABIN SEGALL S.A.
CNPJ/MF nº 00.187.032/0001-48 – NIRE 35.300.174.127 – (Companhia Aberta)
AVISO AOS ACIONISTAS
Comunicamos aos Srs. Acionistas da **Klabin Segall S.A.** ("Companhia") que se encontram disponíveis na sede da Companhia, na Avenida das Nações Unidas, 8.501, 9º andar, CEP 05425-070, cópia dos documentos a que se refere artigo 133 da Lei nº 6.404/76 (Lei das S.A.), relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2008, a serem apreciados na Assembléia Geral Ordinária da Companhia, a ser realizada em 30 de abril de 2009, conforme Calendário de Eventos Corporativos divulgado pela Companhia. Cópias eletrônicas destes documentos poderão ser obtidas na área de relações com investidores da página da Companhia na rede mundial de computadores (http://www.klabinsegall.com.br) e nas páginas da Comissão de Valores Mobiliários (http://www.cvm.gov.br) e da BM&F BOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (http://www.bovespa.com.br). Comunicamos, ainda, que em consonância com a legislação aplicável, os documentos serão oportunamente publicados pela Companhia nos jornais costumeiros.
São Paulo, 31 de março de 2009.
Carlos Eduardo Malagoni
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores.

edp energias do brasil
EDP Lajeado Energia S.A.
CNPJ/MF 03.491.591/0001-35
NIRE 35.300.174.372
Edital de Convocação - Assembléia Geral Ordinária
Ficam convocados os Srs. Acionistas a comparecerem à **Assembléia Geral Ordinária** da Companhia, a ser realizada na **sua sede social, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Bandeira Paulista, nº 530 - 12º andar, Bairro Itaim Bibi, CEP 04532-001, às 10:00 horas do dia 08 de abril de 2009** para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração e as demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores externos independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008; **(ii)** aprovar a destinação do lucro líquido e a distribuição de dividendos referentes ao exercício de 2008; **(iii)** fixar a remuneração global dos administradores; e **(iv)** substituir membro do Conselho de Administração. A acionista poderá ser representada por procurador, devendo o instrumento de mandato ser depositado na sede da Companhia até 02 (dois) dias antes da realização da Assembléia Geral.
São Paulo, 31 de março de 2009 - **Luiz Otavio Assis Henriques** - Presidente do Conselho de Administração

MARISA S.A. - Cia. Aberta - CNPJ/MF nº 08.262.343/0001-36 - NIRE 35.300.334.159
Edital de Convocação para Assembléia Geral Ordinária
Conforme deliberado pelo Conselho de Administração, ficam os senhores acionistas da Marisa S.A. ("Companhia") convocados para se reunir em Assembléia Geral Ordinária da Companhia, que será realizada, em primeira convocação, em sua sede social, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua James Holland, nº 422, Barra Funda, com início às 09 horas do dia 16 de abril de 2009, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** apreciação das contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2008; **(ii)** deliberação sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício e distribuição de dividendos; **(iii)** eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia; e **(iv)** fixação do limite de valor da remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2009. Esclarecimentos: Nos termos do parágrafo primeiro do Artigo 126 da Lei nº 6.404/76, os acionistas poderão ser representados por mandatários, observadas as restrições legais, devendo ser entregues na sede da Companhia até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembléia Geral Ordinária o instrumento de procuração e demais atos societários que comprovem a regularidade da representação. Nos termos do Artigo 3º da Instrução CVM nº 165/91, alterada pela Instrução CVM nº 282/98, o percentual mínimo de participação no capital social votante necessário para a requisição da adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração é de 5% (cinco por cento), observado o prazo de até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembléia Geral Ordinária para tal requisição. Encontram-se à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia, em observância ao Artigo 133 da Lei nº 6.404/76, bem como no seu site de Relações com Investidores (www.marisa.com.br/ri) e no site da CVM e da BOVESPA, cópias do orçamento de capital para o exercício social de 2009, bem como do relatório da administração, das demonstrações financeiras e do parecer dos auditores independentes referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, os quais foram devidamente publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no Valor Econômico em 17 de fevereiro de 2009. São Paulo, 20 de março de 2009.
Marcio Luiz Goldfarb - Presidente do Conselho de Administração (31/3 e 1 e 2/4)

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
SECRETARIA -GERAL
UNIDADE-REGIONAL DE ATENDIMENTO EM SÃO PAULO
BRASIL UM PAÍS DE TODOS GOVERNO FEDERAL
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO URA/SP Nº 12/2009 – Registro de Preços pelo prazo de 12 (doze) meses para eventual aquisição de material de consumo (CARIMBOS DE DIVERSOS MODELOS) para URA/SP e UNIDADES INTEGRANTES. DATA DA REALIZAÇÃO: 15/04/2009. HORÁRIO DE ABERTURA: 10:00 HORAS. LOCAL: Rua da Consolação, 1875 - 15 º andar – São Paulo. Os editais serão adquiridos pelo sítio www.comprasnet.gov.br.
PROCESSO: 00589.000077/2009-62.
São Paulo, 31 de março de 2009
ANDRÉA APARECIDA DA SILVA
Pregoeira/URA/SP

RENNER
LOJAS RENNER S/A
CNPJ/MF n 92.754.738/0001-62 - NIRE 43300004848
1a CORPORAÇÃO BRASILEIRA
LREN3 NOVO MERCADO
Companhia Aberta
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA - EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO
Ficam convocados os Senhores Acionistas para se reunirem, em segunda convocação, no dia 15 de abril de 2009, às 13h, em Assembléia Geral Ordinária, na sede social de Lojas Renner S/A ("Companhia"), situada na Av. Joaquim Porto Villanova, nº 401, Bairro Jardim Carvalho, na Cidade de Porto Alegre, RS, a fim de deliberarem sobre a seguinte **Ordem do Dia**: **1.** examinar, discutir e votar as contas dos administradores e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008; **2.** examinar, discutir e votar a proposta de destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; **3.** eleger os membros do Conselho de Administração e fixar o montante da remuneração dos administradores; e **4.** eleger os membros do Conselho Fiscal e fixar o montante da remuneração. **Informações Gerais:** 1. Os acionistas deverão apresentar, com no mínimo 72 (setenta e duas) horas de antecedência à data designada para a realização das Assembléias, além do documento de identidade, conforme o caso: a. comprovante expedido pela instituição escrituradora nos últimos 5 (cinco) dias; b. o instrumento de mandato com reconhecimento da firma do outorgante; e/ou c. relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente. 2. Em atenção ao disposto na Instrução CVM nº 165 de 11 de dezembro de 1991, alterada pela Instrução CVM nº 282 de 26 de junho de 1998, informamos que o percentual mínimo de participação no capital votante necessário à requisição da adoção do voto múltiplo é de 5 % (cinco por cento). 3. Os acionistas encontrarão todas as informações necessárias para melhor entendimento das matérias acima, bem como modelo de procuração no "Manual para Participação de Acionistas – Assembléia Geral Ordinária" que está no site da Companhia www.lojasrenner.com.br/ri e no site da CVM www.cvm.gov.br.
Porto Alegre, RS, 31 de março de 2009.
Claudio Thomaz Lobo Sonder
Presidente do Conselho de Administração (31/03, 01 e 02/04)

DOWJONES
Uma empresa News Corporation

What's News—®

INTERNACIONAL

A Delphi, fabricante de autopeças dos EUA, anunciou que vai vender a divisão de freios e suspensão para a chinesa BeijingWest, por valor não divulgado. A divisão emprega 3.000 pessoas nos EUA, França, México, China e Polônia.

Angela Merkel, primeira-ministra da Alemanha, confirmou que pretende ajudar a Opel, unidade da GM no país, mas negou que o governo queira uma participação na empresa. Os governos europeus temem que a reestruturação da GM gere dezenas de milhares de demissões. Só a Opel emprega 26.000 pessoas na Alemanha. *(Leia mais sobre a GM ao lado.)*

A Porsche, fabricante alemã de carros esportivos, anunciou que o lucro do primeiro semestre fiscal, encerrado em 31 de janeiro, subiu de US$ 1,7 bilhão no ano passado para US$ 7,3 bilhões. O faturamento subiu, mas o principal fator da alta do lucro foram transações de opções de ações da Volkswagen, controlada pela Porsche.

O Chicago Sun-Times pediu concordata ontem por causa de perdas operacionais durante de seis anos seguidos. Este é o quinto jornal dos EUA a pedir concordata desde dezembro.

A Alcoa, produtora americana de alumínio, anunciou que vai suspender a produção de 120.000 toneladas por ano na fundição no Estado de Nova York e demitir 170 funcionários, por causa da queda na demanda. O preço do metal já caiu 60%.

As empresas francesas que receberem ajuda do governo estão proibidas de pagar opções de ações ao presidente do conselho e à diretoria pelo menos até o fim de 2010, por decreto do presidente Nicolas Sarkozy.

O edifício John Hancock, um cartão-postal de Boston, foi leiloado ontem por US$ 661 milhões, metade do preço pago pela empresa de private equity Broadway Partners três anos atrás. A venda reflete a queda abrupta nos preços de imóveis comerciais.

A HP e outras fabricantes de computadores estão considerando usar o sistema operacional Android, do Google, em netbooks, segundo pessoas a par do assunto. Isso pode abrir uma nova frente na guerra do Google com a Microsoft.

A Dow Chemical, petroquímica dos EUA, deve completar hoje a compra da também americana Rohm & Haas, por US$ 16,3 bilhões. O acordo foi fechado em julho, quando a Dow contava com uma sociedade no Kuait para pagar a conta. Quando o governo do Kuait cancelou a joint venture, a Dow tentou renegociar a aquisição, sem sucesso.

O Fortis, um dos primeiros bancos da Europa a receber ajuda do governo, anunciou prejuízo de US$ 37 bilhões em 2008. A intenção de vender partes do banco belgo-holandês ao francês BNP Paribas foi frustrada por um tribunal belga, que decidiu anular o voto de novos acionistas favorável à transação.

REGIONAL

A Venezuela aprovou duas emissões de bônus em moeda local no valor de US$ 1,24 bilhão, pondo em marcha o plano de emitir mais dívida para compensar a queda na receita de petróleo.

O presidente do banco central do Peru, Julio Velarde, disse que a expansão econômica do país ficará um pouco abaixo de 5% este ano e que está avaliando reduzir de 80% para 65% a fatia de dólares em suas reservas.

O Comerci, varejista mexicano, estaria perto de um acordo com os credores para a reestruturação da dívida de mais de US$ 2 bilhões, segundo pessoas a par do assunto. A companhia deve apresentar um terceiro plano de reestruturação esta semana.

A Vitro, fabricante mexicana de vidro, divulgou prejuízo de US$ 343 milhões no quarto trimestre de 2008, ante um lucro de US$ 48 milhões no mesmo período do ano anterior. A empresa atribuiu o resultado à queda nas vendas e ao aumento dos custos financeiros.

Os empréstimos ao setor privado no México tiveram em fevereiro um aumento de 2,6% em relação ao mesmo mês de 2008, contra 4% em janeiro, por causa da crise econômica e da redução na oferta de crédito, informou o banco central.

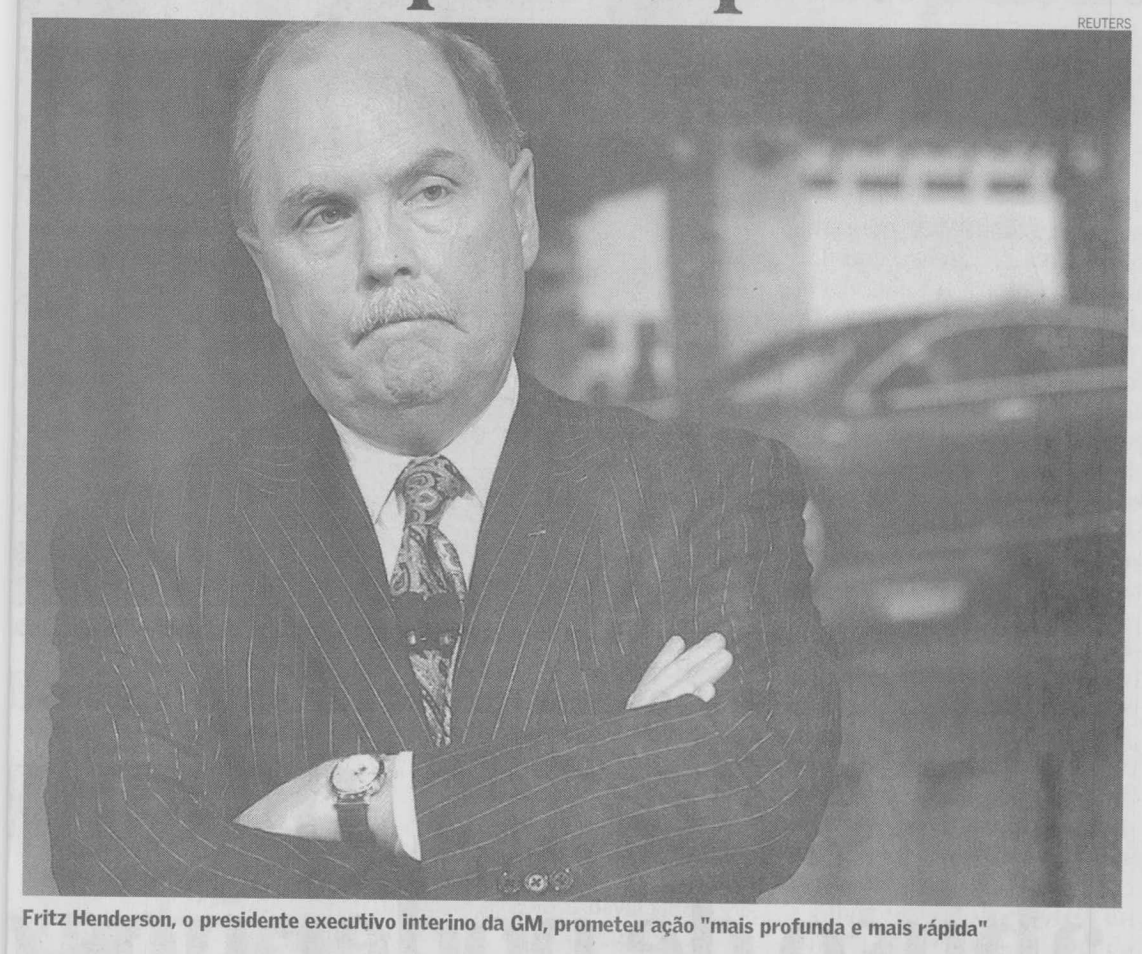
O Grupo México vai fechar a mina de cobre Cananea por causa dos danos provocados por uma greve de 20 meses, informou um porta-voz da empresa.

© 2009 Todos os direitos reservados.

Novo líder da GM cede à pressão e promete 'fazer o que for preciso'

John D. Stoll e Monica Langley
The Wall Street Journal, de Detroit

REUTERS



Fritz Henderson, o presidente executivo interino da GM, prometeu ação "mais profunda e mais rápida"

Sob forte pressão do governo americano, o diretor-presidente interino da General Motors Corp., Frederick "Fritz" Henderson, passou seu segundo dia no cargo fazendo um rompimento público com seu antecessor, ao enviar uma mensagem radicalmente diferente de que está disposto a sacudir a combalida montadora.

Numa entrevista ao **Wall Street Journal**, Henderson disse que está preparado para fazer o que for necessário para reorganizar a empresa, inclusive levá-la a uma recuperação judicial. O executivo, um veterano da GM, foi escolhido como presidente executivo interino depois que a Casa Branca forçou a saída de seu antigo chefe, Rick Wagoner, que havia resistido à concordata mesmo depois que a montadora constatou que poderia provavelmente sobreviver a uma reestruturação judicial de curta duração com ajuda do governo.

Henderson, de 50 anos, também elogiou o que chamou de forte voz de apoio à empresa do governo de Barack Obama, dizendo que isso liberou a GM para adotar medidas de reestruturação que até recentemente considerava impossível conseguir.

"Eles acham que posso liderar esta empresa dentro ou fora do tribunal de concordatas", disse. Ele acrescentou que espera que a força-tarefa para a indústria automobilística da Casa Branca tenha um papel ativo nas negociações para que sindicatos de trabalhadores e credores de títulos façam grandes concessões.

Henderson e o novo presidente do conselho da GM, Kent Kresa, têm poucas opções, depois que o governo praticamente demitiu Wagoner e publicamente rejeitou o mais recente plano de reestruturação da montadora por o considerar tímido e tardio demais.

No domingo, membros do governo disseram que Henderson será o diretor-presidente permanente da empresa e que acreditam que ele pode realizar uma reorganização satisfatória em prazo adequado.

Henderson prometeu ação "mais profunda e mais rápida" na GM, mas não se distanciou muito de seu antecessor na hora de delinear estratégias específicas. Ele minimizou a necessidade de um acordo trabalhista inteiramente novo, disse que a empresa não acabará com nenhuma outra marca além das três já definidas por Wagoner e afirmou que a empresa trabalhará para manter uma participação de mercado de liderança nos Estados Unidos.

Ele deixou claro que usará toda a força do apoio do governo para extrair mudanças mais profundas e dolorosas do sindicato e dos detentores de títulos não garantidos da empresa, que juntos representam mais de US$ 50 bilhões em passivos.

A gestão Wagoner foi marcada por uma perseguição obstinada de participação de mercado. Ele obteve algumas concessões do sindicato United Auto Workers, mas hesitou na hora de confrontar a entidade trabalhista em questões mais fundamentais, como uma redução drástica nos planos de saúde para aposentados, que continuaram a prejudicar os resultados da empresa.

Durante boa parte dos oito anos em que Wagoner foi presidente executivo, Henderson trabalhou como um assessor próximo. Ele foi despachado para recuperar operações da montadora na Ásia e na Europa, e depois retornou a Detroit para trabalhar ao lado de Wagoner, primeiro como diretor financeiro e desde o ano passado como diretor de operações.

Natural de Detroit e leitor de romances populares nas horas vagas, Henderson jogou beisebol na Universidade de Michigan, obteve um MBA em Harvard e entrou para a GM em 1984. Sua carreira na montadora espelhou a de Wagoner em muitos aspectos. Como seu antecessor, Henderson começou em finanças e teve uma passagem pelo Brasil. Wagoner o enviou à Ásia em 2002 e depois para a Europa, em 2004.

Durante parte de seu tempo no exterior, sua mulher e duas filhas viveram em Miami. Depois que ele se tornou diretor financeiro, em 2005, passou a voar de Detroit para casa nos fins de semana em voos comerciais. Isso acabou recentemente, quando ele transferiu sua família, e cinco gatos, para um subúrbio de Detroit.

Ele ainda viaja em voos comerciais, agora que a GM vendeu seus jatinhos. No mês passado, para ir ao salão do automóvel de Genebra, ele abriu mão de um voo direto e ficou numa escala em Amsterdã. Em Genebra, ficou num hotel no aeroporto.

Numa entrevista ao **Wall Street Journal** no mês passado, Henderson indicou que estava chegando à conclusão de que a GM não poderia continuar no mesmo curso de 2008. "Não vou fazer isso de novo", prometeu, referindo-se a um apetite perdido por tentar resgatar uma empresa da beira da bancarrota. "Não dá para ficar levando de crise em crise."

Mas ao mesmo tempo em que carrega parte da estratégia de Wagoner para sua chefia, Henderson tenta encontrar meios de transmitir sua abordagem para a empresa.

"Ser grande só ajuda se você tem o controle", disse ele sobre a posição da GM de líder mundial. "Do contrário, é apenas grande."

Henderson disse que reformulará a linha de veículos da GM nos EUA retirando a ênfase de longa data nas caminhonetes e nos utilitários esportivos que provocaram o colapso financeiro da empresa no ano passado. Ele disse que, a partir de agora, quase todos os veículos precisarão "pagar aluguel" e ser rentáveis.

Durante anos, a GM não conseguiu ganhar dinheiro com carros menores por causa dos altos custos trabalhistas. Isso levou a uma dependência das vendas elevadas de comerciais leves, que geraram enormes lucros no começo da década, mas perderam força com a alta dos combustíveis. Acordos trabalhistas revisados, como outro programa de demissões voluntárias que está sendo planejado, e práticas que Henderson adquiriu quando dirigia a GM europeia — que não vende caminhonetes nem utilitários esportivos — serão ingredientes fundamentais para se atingir essa meta, disse.

Nos mais de três anos em que foi diretor financeiro, Henderson negociou importantes acordos trabalhistas, vendeu grandes ativos para obter dinheiro necessário e, mais recentemente, elaborou planos de viabilidade para conseguir apoio do governo. Ele foi nomeado diretor de operações um ano atrás.

Numa entrevista separada, o novo presidente do conselho da GM, Kresa, disse que Henderson está bastante focado em atender às expectativas do governo. "Fritz entende a determinação e vai cumpri-la", disse. Kresa, um membro do conselho de longa data que também teve assento no conselho da Chrysler, disse que Wagoner pode ter sido limitado na escolha de opções para a empresa pela falta de apoio claro.

"A diferença é que temos uma determinação de alguém que tem muito poder e que vai nos apoiar (...). Rick nunca teve esse mandato."

Ford agora teme perder sua vantagem competitiva

Matthew Dolan
The Wall Street Journal

ASSOCIATED PRESS

Alan Mullaly no Senado no fim de 2008: preocupação com fornecedores

Depois de recusar empréstimos do governo americano, a Ford Motor Co. ficou assistindo do lado de fora ao último lance do drama do socorro à indústria automobilística. Agora, porém, a empresa teme que suas rivais de Detroit possam acabar em melhor situação competitiva graças às reestruturações determinadas pelo governo.

A montadora, que está tentando arquitetar uma reestruturação por conta própria, já fechou acordos com o sindicato de seus trabalhadores para reduzir os salários e cortar os custos dos planos de saúde dos aposentados. Também ofereceu aos credores de seus títulos de dívida uma nova proposta, para descartar parte das suas dívidas. A empresa havia afirmado que essas medidas vão deixá-la em melhor posição do que seus concorrentes para atravessar a recessão.

A Ford deve divulgar outra forte queda, de pelo menos 40%, nas vendas de automóveis e comerciais leves em março quando os números do setor forem anunciados, hoje. Mas George Pipas, analista de vendas da montadora, diz que a empresa também espera apresentar sua maior participação de mercado num único mês em mais de dois anos.

Mas a possibilidade de uma concordata da General Motors Corp. ou da Chrysler LLC — como sugeriu o presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, na segunda-feira — preocupa a Ford. A recuperação judicial poderia deixar as rivais com uma vantagem competitiva caso consigam fazer uma reestruturação mais fundamental e obtenham mais concessões dos seus sindicatos e credores.

Um pedido de recuperação judicial da GM ou da Chrysler poderia também criar problemas para a rede de fornecedores e concessionárias compartilhadas pelas três montadoras de Detroit, criando incerteza para as entregas de peças e as operações de varejo da Ford.

A indústria de autopeças serve a muitos fabricantes de automóveis, mas opera com margens de lucro muito pequenas, que podem facilmente evaporar se uma das montadoras parar de pagar pelos componentes durante uma concordata, ou se fechar por completo.

"O colapso de um dos nossos concorrentes teria um grave impacto sobre a Ford e sobre nosso plano de transformação, pois a indústria automobilística doméstica é extremamente interdependente", advertiu no ano passado Alan Mulally, diretor-presidente da Ford, em depoimento no Senado americano.

Mesmo sem uma concordata, alguns executivos da Ford temem que a incerteza quanto ao destino das montadoras nos próximos meses pode desestimular os consumidores a adquirir um veículo de fabricação americana.

"Creio que o anúncio de Obama serve como um depressivo a curto prazo para as vendas de automóveis e para a economia", disse ontem uma pessoa de dentro da Ford. "Ele cria incerteza e confusão na maioria dos consumidores. E é essa incerteza que está empurrando o consumidor para a sua caverna."

Para tranquilizar os consumidores inseguros, a Ford lançou ontem um plano que vai cobrir por até um ano as mensalidades do carro caso o comprador perca o emprego. Pelo programa, a Ford também oferece financiamento a juro zero para alguns modelos. O programa de proteção em caso de perda de emprego foi lançado pela Hyundai Motor Co. e imitado pela GM ontem.

É fato que a Ford conseguiu avançar muito mais, e com mais rapidez, no corte de custos e dívidas do que suas duas rivais americanas, que sobrevivem graças a US$ 17,4 bilhões em empréstimos do governo aprovados em dezembro. A Ford também começou a ver algumas tendências de vendas promissoras, com mais consumidores gravitando para os veículos delas.

"Acho que é mais importante que nos últimos 60 dias conseguimos mais consideração para nossos novos produtos", disse o diretor de vendas da montadora, Jim Farley, ao **Wall Street Journal** ontem. Ele minimizou o impacto potencial de uma concordata da GM ou da Chrysler sobre sua empresa.

Farley citou pesquisa da CNW Marketing que mostra que, nos primeiros dois meses do ano, 19% dos consumidores que haviam planejado comprar um carro GM adquiriram em vez disso um Ford, Lincoln ou Mercury (estas duas também marcas da Ford). E cerca de 15% das pessoas que pensavam em comprar um Chrysler ou Dodge em janeiro optaram no final por uma das marcas da Ford. Ela também conseguiu continuar a investir em novos produtos.

As perspectivas melhores da Ford foram o principal motivo pelo qual o sindicato de trabalhadores United Auto Workers abordou a montadora, meses atrás, na esperança de definir um piso que fosse equiparado por acordos na GM e na Chrysler, segundo pessoas envolvidas nas conversas. Mas agora as duas podem acabar com concessões muito mais fortes por causa de suas reestruturações determinadas pelo governo.

G-20 se vê forçado a abdicar de grandes metas

Carrick Mollenkamp, Stephen Fidler e Alistair MacDonald
The Wall Street Journal, de Londres

Era para ser o começo de um New Deal Global, esperava o primeiro-ministro britânico Gordon Brown. Uma ampla resposta política à crise econômica mundial, uma iniciativa completa para dar uma nova ordem à maneira como o próprio capitalismo funciona.

Mas quando a propalada reunião dos chefes de Estado do Grupo dos 20 se encerrar, na quinta-feira, pode ser difícil identificar uma nova ordem mundial.

Seis meses atrás, Brown, que será o anfitrião do encontro, propôs "um novo Bretton Woods — uma nova arquitetura financeira para os anos que vêm pela frente", lembrando a cidade do Estado de New Hampshire, Estados Unidos, onde, em 1944, autoridades americanas e britânicas traçaram o mapa da ordem econômica pós-Segunda Guerra Mundial.

Já está claro que a reunião vai ficar aquém das grandes metas originais de Brown. Nos últimos dias, líderes europeus continuaram a insistir que não concordariam com as demandas dos EUA e do Reino Unido de mais estímulo fiscal para suas economias. Segundo um rascunho do comunicado que deve ser divulgado quando a reunião for concluída, os líderes do G-20 vão falar sobre um socorro mundial que chega a US$ 2 trilhões, embora isso inclua uma série de medidas já anunciadas.

Funcionários da Casa Branca procuraram no fim de semana recuar em relação a suas elevadas expectativas de uma ação mundial coordenada. Eles minimizaram as metas de estímulo fiscal que vinham pedindo à Alemanha e a outros países europeus e se concentraram em vez disso em objetivos mais modestos, como novas regras para paraísos fiscais e coordenação internacional para a regulamentação financeira.

O que vai sair da reunião do G-20 esta semana "deve ficar muito aquém das grandes expectativas iniciais", diz Simon Gleeson, sócio londrino do escritório de advocacia Clifford Chance, que assessorou o governo britânico em regulamentação financeira. "Até os pequenos detalhes parecem provocar disputas."

Autoridades insistem que a reunião do G-20, que reúne as maiores economias desenvolvidas e em desenvolvimento, vai alcançar resultados de grande relevância. "Coisas que as pessoas acreditavam que nunca seriam mudadas, mudaram. Mudanças realmente históricas", diz Stephen Timms, secretário financeiro do Tesouro britânico.

Esta semana por exemplo a Arábia Saudita, que vem sendo pressionada pelo Reino Unido, deve contribuir para as reservas do Fundo Monetário Internacional. Os sauditas, juntamente com novas potências como a China, devem ter mais voz no FMI e na regulamentação das finanças globais.

Governos e o FMI concordaram em fornecer centenas de bilhões de dólares para economias emergentes em dificuldade que perderam acesso ao capital. Houve acordos gerais sobre mudanças para melhorar a supervisão internacional de bancos transnacionais, cuja imprudência ajudou a criar a crise.

Mas em vez de liderar o mundo rumo a uma mudança estrutural de longo prazo, Brown vem servindo de árbitro em um incômodo debate mundial sobre preocupações mais imediatas, tais como o volume recomendável do estímulo financeiro, agora que o mundo tenta sair do pior declínio econômico desde a Segunda Guerra.

Nos seis meses desde que fez sua ousada declaração, Brown e seus principais assessores econômicos já deram a volta ao mundo — de Pequim a Riad e São Paulo — em uma diplomacia destinada a construir um consenso para uma reforma financeira de abrangência mundial.

Mas eles foram confrontados com uma dura realidade: é difícil reconstruir a arquitetura financeira global quando muitos países estão tendo dificuldade para resolver seus próprios e crescentes problemas econômicos.

O maior desafio tem sido um esforço de governos para resguardar suas economias com o protecionismo — introduzindo assim um novo problema que nem sequer estava em pauta no fim do ano passado.

Brown pode culpar em parte sua própria retórica grandiloquente se as conversações não corresponderem às expectativas. Antes de visitar Washington no mês passado, ele falou sobre um New Deal Global, fazendo eco ao programa econômico de Franklin D. Roosevelt para combater a Grande Depressão nos EUA dos anos 30.

Um porta-voz do gabinete britânico nega que Brown tenha se afastado de seu desejo anterior de um novo Bretton Woods. "Tem de haver medidas para garantir que esta crise não aconteça novamente, e isso inclui analisar a estrutura da arquitetura regulatória internacional", diz.

A tarefa de Brown foi ainda complicada pela mudança de governo nos EUA, onde o presidente Barack Obama enfrentou dificuldades para preencher altos cargos no Tesouro.

Brown vem buscando preencher o vácuo como anfitrião do encontro desta semana. O G-20 não tem nenhuma burocracia permanente nem pessoal para administrar suas atividades. Seus negócios são conduzidos nos bastidores por assessores de alto escalão, chamados "sherpas" (alusão aos guias tibetanos que ajudam os alpinistas a escalar as montanhas no Himalaia). Esses assessores fazem consultas mútuas, e também a economistas importantes, visando a alcançar acordos que possam ser endossados durante a reunião.

A equipe de Brown é chefiada por Jon Cunliffe, seu principal assessor econômico internacional; Mark Malloch-Brown, do Ministério de Relações Exteriores britânico; Timms, principal enviado do Tesouro; e Shriti Vadera, ex-banqueiro do UBS AG e um dos principais assessores de Brown.

Malloch-Brown, de 55 anos, viajou pelo mundo, visitando 12 cidades, entre elas Brasília, Nova York, Buenos Aires, Bancoc e Moscou. Timms fez seis viagens com outras autoridades, inclusive o "sherpa" do Tesouro britânico, Stephen Pickford. Só na semana passada, Brown visitou Washington, Nova York, Brasília e Santiago.

Mas mesmo enquanto corria atrás das suas ambições internacionais, Brown, de 58 anos, filho de um ministro protestante escocês, teve que apagar incêndios em casa, onde tem que enfrentar eleições no ano que vem. Esses incêndios incluíram um pacote de socorro, no valor de muitos bilhões de libras, para os bancos britânicos.

(Colaboraram Margaret Coker e Jonathan Weisman)

Placar do estímulo

Um panorama das medidas de estímulo e de protecionismo adotadas por países do G20 em reação à crise econômica mundial

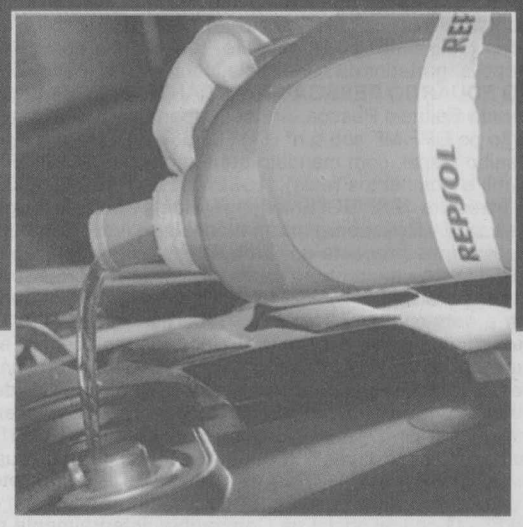
País	Investimento em infraestrutura	Apoio a pequenas empresas	Redes de proteção social	Apoio à moradia e construção	Apoio a setores estratégicos	Outros	Exemplos de medidas protecionistas
Argentina	●		●				Maior regulamentação; alguns subsídios automotivos
Austrália	●		●	●		●	
Brasil			●	●			Alguns subsídios automotivos
Canadá	●		●	●	●	●	Alguns subsídios automotivos
China	●		●	●	●	●	Mais rigor na importação, subsídios automotivos
França	●		●	●		●	Apoio a preços*, alguns subsídios para laticínios* e autos
Alemanha	●	●	●	●	●	●	Apoio a preços*, alguns subsídios para laticínios* e autos
Índia	●				●	●	Proibição de brinquedos chineses
Indonésia	●		●				Alguns bens só podem ser vendidos em certos portos e aeroportos
Itália			●				Apoio a preços*, alguns subsídios para laticínios* e autos
Japão	●	●	●	●		●	Apoio a preços
Coreia do Sul	●	●	●			●	Apoio a preços
México	●		●			●	
Rússia		●	●	●	●		Tarifas mais altas sobre carros usados
A. Saudita	●						
Reino Unido	●		●	●		●	Apoio a preços*, alguns subsídios para laticínios* e autos
EUA	●		●			●	Apoio a preços*, alguns subsídios para autos

*Medidas da União Europeia. Nota: Exclui África do Sul e Turquia porque detelhes das medidas de estímulo não estavam disponíveis

Fontes: FMI (medidas de estímulo); Banco Mundial (protecionismo)

REPSOL
Let's invent the future

Given the credit crunch, how does the future look for our gearing position?



Well oiled.

With a gearing ratio below 12% and a solid financial position, we're well positioned to weather the credit crunch. We always intended to finance our capex programme from EBITDA not from the capital markets. And our business plan is robust enough to allow for the recent reduction in barrel prices without affecting the viability of our major investments. Prudent management. But we're not complacent.

Find out more at **www.repsol.com**

Internacional Fundos negociados em bolsa chegam a 3 bilhões de libras

Barclays estuda a venda de títulos da iShares

Martin Arnold, Peter Thal Larsen e Jane Croft
Financial Times, de Londres

O Barclays entrou em negociações exclusivas com o fundo de investimento em participações CVC Capital Partners para vender-lhe as operações de ETFs (fundos negociados em bolsas como se fossem ações) de sua gestora de recursos iShares, negócio avaliado em torno a 3 bilhões de libras esterlinas.

No dia anterior, o Barclays havia optado por não participar do programa de garantia do governo do Reino Unido idealizado para proteger os ativos de risco nos balanços patrimoniais dos bancos.

A CVC, com sede em Londres, que depois de levantar um novo fundo de 11 bilhões em 2008 passou a ser um dos grupos de private equity com mais recursos disponíveis, livrou-se da concorrência dois consórcios rivais de grupos de investimentos em participações.

O possível acordo seria financiado em 60% a 70% por um empréstimo do próprio Barclays, que também receberia direitos equivalentes a 20% do patrimônio na transação, o que, no caso de aumento no valor das operações vendidas, lhe daria uma parte dessa valorização.

O acordo não inclui a unidade de empréstimo de valores mobiliários da iShares, que empresta ações e outros papéis para fundos hedge e investidores em geral que querem vender a descoberto. Os compradores de private equity são cautelosos quanto a esse tipo de operação, pois acabariam alvo de mais exigências reguladoras.

O preços de 3 bilhões de libras representa cerca de dez vezes o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (lajida) da gestora de recursos. A venda deverá elevar a taxa de capital próprio, conhecida como "Tier One" em inglês e indicadora de sua força financeira, do Barclays em cerca de 0,50 ponto porcentual.

Também permitiria ao Barclays contabilizar um bom ganho de capital com a venda de divisão, que o banco praticamente desenvolveu do nada. O braço de empréstimo de valores da iShares, com lajida aproximado de 200 milhões de libras, teria levantado mais 1,4 bilhão de libras caso também tivesse sido vendido.

Na segunda-feira, o banco decidiu não entrar no programa de garantia de ativos tóxicos do governo, depois de consultas com grandes acionistas e uma prova de estresse extremo conduzida pelas autoridades reguladoras da City, o centro financeiro londrino, na semana passada. Os testes revelaram que o banco não precisa levantar capital.

A decisão de evitar o programa de garantias possibilita ao Barclays continuar livre de interferências do governo, ao contrário dos rivais Lloyds Banking Group e Royal Bank of Scotland, que acabaram transferindo grandes participações para os contribuintes britânicos em troca da garantia de seus ativos.

O Barclays estudava aderir ao programa, mas pagando uma comissão em dinheiro, em vez de lançar ações para o governo. Concluiu, no entanto, que a lógica econômica de participar do esquema não compensava. A adesão também teria sujeitado o Barclays a novos controles sobre salários e bônus.

As minuciosas provas de estresse realizadas pela Autoridade de Serviços Financeiros (FSA, órgão regulador do mercado financeiro britânico) examinaram como o Barclays se sairia em um cenário hipotético de dois anos de recessão no Reino Unido, supondo várias situações, como uma desvalorização de 50% no preço dos imóveis residenciais e declínios no Produto Interno Bruto (PIB) e nas propriedades comerciais.

Alguns dos testes conduzidos pela FSA levaram em conta possíveis decisões administrativas do Barclays, como a venda do iShares.

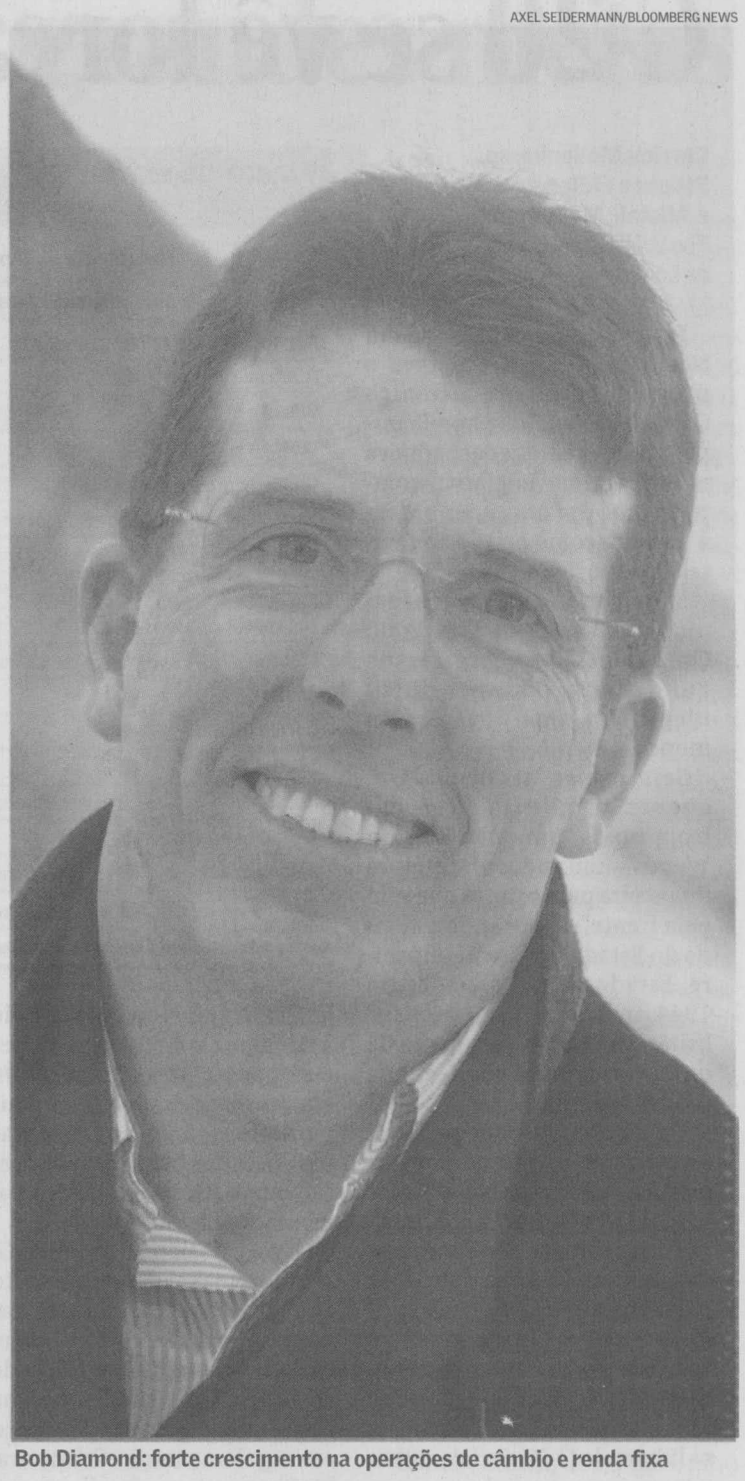
A CVC livrou-se da concorrência dos ofertantes rivais Bain Capital e Colony Capital; e Hellman & Friedman e Apax Partners. Outros interessados, como o Goldman Sachs, haviam desistido no fim de semana.

O presidente do Barclays, Bob Diamond, destacou na terça-feira o forte crescimento apresentado pelas operações de câmbio e renda fixa do banco depois da compra das atividades nos Estados Unidos do banco de investimento nova-iorquino falido Lehman Brothers.

Em conferência em Londres organizada pelo Morgan Stanley, Diamond afirmou que os volumes de negociação dos clientes em operações de câmbio nos primeiros três meses do ano foram quase o dobro do que no mesmo período de 2007. Os volumes em renda fixa aumentaram em 65% na comparação entre esses trimestres.

Tanto Barclays como CVC não quiseram comentar as informações. FT

AXEL SEIDERMANN/BLOOMBERG NEWS



Bob Diamond: forte crescimento na operações de câmbio e renda fixa

SOUZA CRUZ
Souza Cruz S.A. - Companhia Aberta
CNPJ/MF Nº 33.009.911/0001-39 - NIRE Nº 33.300.136.860

ATA DAS ASSEMBLÉIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADAS EM 19.03.2009

SUMÁRIO

LOCAL, DATA E HORA - na sede social da Companhia, situada na Rua Candelária nº 66, nesta cidade, em 19 de março de 2009, às 15:00 horas, em primeira convocação. **ACIONISTAS** - Presentes acionistas representando mais de 2/3 (dois terços) do Capital Social. **AUDITORIA** - Presente o Auditor Sr. Luis Carlos Patrão Novo, portador da carteira de identidade nº 07095797-2, emitida em 04.07.06 pelo DETRAN/RJ e CPF/MF nº 004.918.177-70, representando a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes. **CONSELHO FISCAL** - Presente o Sr. Antonio Duarte Carvalho de Castro, portador da carteira de identidade nº 2.008.288, emitida em 02.02.1974 pelo IFP/RJ e CPF/MF nº 021.159.057-68, representando o Conselho Fiscal. **MESA - DANTE JOÃO LETTI - Presidente; MONICA FERNANDES SARAIVA - Secretária. PUBLICAÇÕES**: - O Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Auditores Independentes foram publicados no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, no Jornal do Commercio e no Valor Econômico no dia 11 de fevereiro de 2009. **II -** Edital de Convocação publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Jornal do Commercio e Valor Econômico nos dias 04, 05 e 06 de março de 2009. **ORDEM DO DIA**: Foi lido pela Secretária o Edital de Convocação. **RESOLUÇÕES: ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA** - A) Dos assuntos constantes da Ordem do Dia: Por unanimidade, ressalvadas as abstenções dos acionistas Apasc - Associação dos pensionistas e Aposentados da Souza Cruz, Barclays Global Investors, N.A., BGI Emerging Markets Strategic Insights Fund Ltd, Emerging Markets Index Fund E, Emerging Markets Sudan Free Equity Index Fund e Laudus Rosenberg International Discovery Fund quanto ao item I, e dos legalmente impedidos, decidiram os acionistas: **I -** Aprovar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com os respectivos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008. **II -** Aprovar a destinação do lucro líquido do exercício, conforme proposta a seguir transcrita: "PROPOSTA DA DIRETORIA. A Diretoria da Souza Cruz S.A., com fundamento no seu Estatuto Social, por seus membros abaixo assinados, propõe, à vista dos resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, o seguinte: DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO - Para o lucro líquido do exercício no valor de R$ 1.212.116.592,10 (um bilhão, duzentos e doze milhões, cento e dezesseis mil, quinhentos e noventa e dois reais e dez centavos) acrescido de R$ 552.708,96 (quinhentos e cinqüenta e dois mil, setecentos e oito reais e noventa e seis centavos) de dividendos prescritos, se sugere a seguinte destinação: **a)** R$ 656.810.461,52 (seiscentos e cinqüenta e seis milhões, oitocentos e dez mil, quatrocentos e sessenta e um reais e cinqüenta e dois centavos) para pagamento de dividendo referente ao segundo semestre de 2008, no valor de R$ 2,148615416463 por ação, que, acrescido à remuneração antecipada durante o exercício de R$ 437.887.923,58 (quatrocentos e trinta e sete milhões, oitocentos e oitenta e sete mil, novecentos e vinte e três reais e cinqüenta e oito centavos) de dividendos intermediários e R$ 109.692.307,02 (cento e nove milhões, seiscentos e noventa e dois mil, trezentos e sete reais e dois centavos) de juros sobre capital próprio, inclusive o declarado em 22.12.2008, totalizam uma distribuição de R$ 1.204.390.692,12 (um bilhão, duzentos e quatro milhões, trezentos e noventa mil, seiscentos e noventa e dois reais e doze centavos) de remuneração, com base no lucro líquido do exercício e nos dividendos prescritos; **b)** O saldo remanescente de R$ 8.278.608,94 (oito milhões, duzentos e setenta e oito mil, seiscentos e oito reais e noventa e quatro centavos), deverá ser destinado à Reserva de Incentivos Fiscais, como definido no art. 195-A, da Lei nº 6.404/76. O dividendo ora aprovado deverá ser atualizado pela taxa SELIC no período de 31.12.2008 até 27.03.2009, inclusive, e pago em 30.03.2009. Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2009. (ass.): Dante João Letti, Antonio Francisco Lima de Rezende, Alex Guimarães Barbosa, Fernando Chagas de Araújo Teixeira, Fernando Luiz Mendes Pinheiro, Jorge Araya Remagni, Dimar Paulo Frozza e Luis Claudio Rappaini Soares". **III -** Fixar a remuneração global anual dos Administradores em até R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), sendo parte em honorários e parte em bônus. B) Dos assuntos não constantes da Ordem do Dia: **I -** Foi solicitada a instalação do Conselho Fiscal pelo acionista Controlador BAT Company Nederland BV. Franqueada a palavra aos minoritários, foram apresentadas indicações de membros pelo acionista Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, conforme documento 1 (um), numerado e autenticado pela mesa da Assembléia. Indicações postas em votação, em separado, foram eleitos pelos minoritários Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, Edivaldo Pereira de Almeida, Gilberto Souza Esmeraldo, **APASC -** Associação dos Pensionistas e Aposentados da Souza Cruz e José Teixeira de Oliveira, ressalvada a abstenção dos demais minoritários, o Sr. **JAIME LUIZ KALSING**, brasileiro, casado, bancário e economiário, residente e domiciliado nesta cidade, na Rua Senador Dantas, 105, 39º andar, Centro, portador da Carteira de Identidade nº 1002574901, expedida pelo SSP/RS em 13.09.88, inscrito no CPF/MF sob o nº 226.696.980-34 - **membro efetivo** e o Sr. **NELSON MASCARENHAS REZENDE**, brasileiro casado, bancário e economiário, residente e domiciliado nesta cidade, na Rua Barão do Flamengo, 28, apto 301, Flamengo, portador da Carteira de Identidade 02557580723, expedida pelo Detran/ES em 11.10.2002, inscrito no CPF sob o nº 402.938.157-04, como **membro suplente**. O acionista Controlador BAT Company Nederland BV indicou dois membros titulares e dois membros suplentes, a saber: **ANTONIO DUARTE CARVALHO DE CASTRO**, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado nesta cidade na Av. Prefeito Dulcídio Cardoso nº 474, casa, Condomínio das Mansões, Barra da Tijuca, portador da carteira de identidade nº 2.008.288 expedida pelo IFP/RJ em 02.08.74 e inscrito no CPF/MF sob o nº 021.159.057-68 - **membro efetivo**; **EDMILSON LOUREIRO DE LYRA** - brasileiro, casado, administrador de empresas, residente e domiciliado nesta cidade, na Rua Gonzaga de Campos, 126, Todos os Santos, portador da carteira de identidade nº 053.566.527 expedida pelo IFP/RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 603.720.527-20 - **membro suplente**; **2) HUMBERTO CASAGRANDE NETO**, brasileiro, separado judicialmente, engenheiro, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, na Alameda dos Araranés 178 - 10º andar - Apto. 101 - Indianópolis, portador da carteira de identidade nº 7356225 expedida pelo SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 031.819.648-40 - **membro efetivo; PAULO EDUARDO PESSOA CAVALCANTI DA SILVA SANTOS**, brasileiro, casado, administrador de empresas, residente e domiciliado nesta cidade, na Avenida Epitácio Pessoa, nº 4500, apartamento 701, Lagoa, portador da carteira de identidade nº 3.024.836-3 expedida pelo IFP/RJ em 17.06.88 e inscrito no CPF/MF sob o nº 370.700.537-20 - **membro suplente.** As indicações foram aprovadas pelo plenário da Assembléia, ficando constituído o Conselho Fiscal, com mandato até a próxima AGO. **II** - Fixar a remuneração individual, mensal, dos membros do Conselho Fiscal em R$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais). **ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA -** Por unanimidade, ressalvadas as abstenções dos acionistas Barclays Global Investors, N.A., BGI Emerging Markets Strategic Insights Fund Ltd, Emerging Markets Index Fund E, Emerging Markets Sudan Free Equity Index Fund e Laudus Rosenberg International Discovery Fund quanto ao item I, e dos legalmente impedidos, decidiram: **I -** Aprovar, o aumento do capital social, conforme proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração em reunião do dia 31.07.2008, a seguir transcrita: "PROPOSTA DA DIRETORIA - aumentar o capital social de R$ 625.280.009,19 (seiscentos e vinte cinco milhões, duzentos e oitenta mil, nove reais e dezenove centavos) para R$ 854.755.740,32 (oitocentos e cinqüenta e quatro milhões, setecentos e cinqüenta e cinco mil, setecentos e quarenta reais e trinta e dois centavos), sem emissão de novas ações, mediante a capitalização no montante de R$ 229.475.731,13 (duzentos e vinte e nove milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil, setecentos e trinta um reais e treze centavos) provenientes de: a) Lucros Acumulados relativos ao exercício social de 1995, no valor de R$ 54.431.928,09 (cinqüenta e quatro milhões, quatrocentos e trinta e um mil, novecentos e vinte e oito reais e nove centavos); b) Reserva para Investimentos, no valor de R$ 175.043.803,04 (cento e setenta e cinco milhões, quarenta e três mil, oitocentos e três reais e quatro centavos) relativas aos seguintes exercícios sociais: 1985 - R$ 5.983.125,81 (cinco milhões, novecentos e oitenta e três mil, cento e vinte e cinco reais e oitenta e um centavos); 1991 - R$ 1.568.091,48 (um milhão, quinhentos e sessenta e oito mil, noventa e um reais e quarenta e oito centavos); 1992 - R$ 49.570.415,20 (quarenta e nove milhões, quinhentos e setenta mil, quatrocentos e quinze reais e vinte centavos); 1994 - R$ 117.922.170,55 (cento e dezessete milhões, novecentos e vinte e dois mil, cento e setenta reais e cinqüenta e cinco centavos); e **II -** Alterar o artigo 5º do Estatuto Social, em decorrência da capitalização aprovada, que passará a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 5º - O capital social da Companhia, integralmente realizado, é de R$ 854.755.740,32 (oitocentos e cinqüenta e quatro milhões, setecentos e cinqüenta e cinco mil, setecentos e quarenta reais e trinta e dois centavos), dividido em 305.690.100 (trezentos e cinco milhões, seiscentos e noventa mil e cem) ações ordinárias, sem valor nominal. Rio de Janeiro, 30 de julho de 2008. Assinaturas: Dante João Letti, Antonio Francisco Lima de Rezende, Fernando Chagas de Araújo Teixeira, Fernando Luiz Mendes Pinheiro, Jorge Araya Remagni e Luis Claudio Rapparini Soares". Em decorrência da alteração estatutária ora aprovada, a Assembléia deliberou consolidar o Estatuto Social, em anexo. **III -** Tendo em vista a apresentação de pedido pela acionista Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - Previ, conforme documento 2 (dois) numerado e autenticado pela mesa da Assembléia, no sentido de que seja convocada Assembléia Geral para apreciação de proposta de alteração estatutária, para tornar permanente o funcionamento do Conselho Fiscal, deliberou o Presidente da Mesa, na qualidade de Vice-Presidente do Conselho de Administração, desde logo submeter a matéria à apreciação do Plenário da Assembléia, que deliberou incluí-la na ordem do dia da próxima Assembléia Geral que vier a ser realizada. **REGISTROS**: O acionista APASC Associação dos Pensionistas e Aposentados da Souza Cruz formulou perguntas sobre a política aplicável aos aposentados da Companhia, recebendo esclarecimentos do Presidente da Assembléia. **COMUNICAÇÃO** - A publicação da presente Ata será feita apenas com a assinatura dos componentes da mesa, tendo sido autorizada sua lavratura em forma de sumário, nos termos do art. 130, §1º da Lei nº 6.404/76. Rio de Janeiro, 19 de março de 2009. (ass.) - Dante João Letti - Presidente da Mesa; Monica Fernandes Saraiva - Secretária da Mesa. **CERTIDÃO** - Certifico que este documento foi arquivado na JUCERJA sob o nº 1894250 em 26 de março de 2009. Valéria G. M. Serra - Secretária Geral.

abrasca companhia associada
Tenha ações em seu Patrimônio AÇÃO

Metalfrio Solutions S.A.
Metalfrio Solutions
Companhia Aberta de Capital Autorizado CNPJ/MF nº 04.821.041/0001-08
Aviso aos Acionistas
A **Metalfrio Solutions S.A.** (**Bovespa: FRIO3**) comunica que se encontram à disposição dos acionistas, a partir desta data, **(i)** na sede social, na Av. Abrahão Gonçalves Braga, nº 412, km 12,5 da Via Anchieta, São Paulo, SP, e **(ii)** nos *websites* da Companhia (www.metalfrio.com.br/ri), da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.cvm.gov.br) e da Bovespa (www.bovespa.com.br) na *internet*, os documentos de que trata o Artigo 133 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2008. São Paulo, 31 de março de 2009. **Luiz Eduardo Moreira Caio** - Diretor Presidente e de Relações com Investidores.

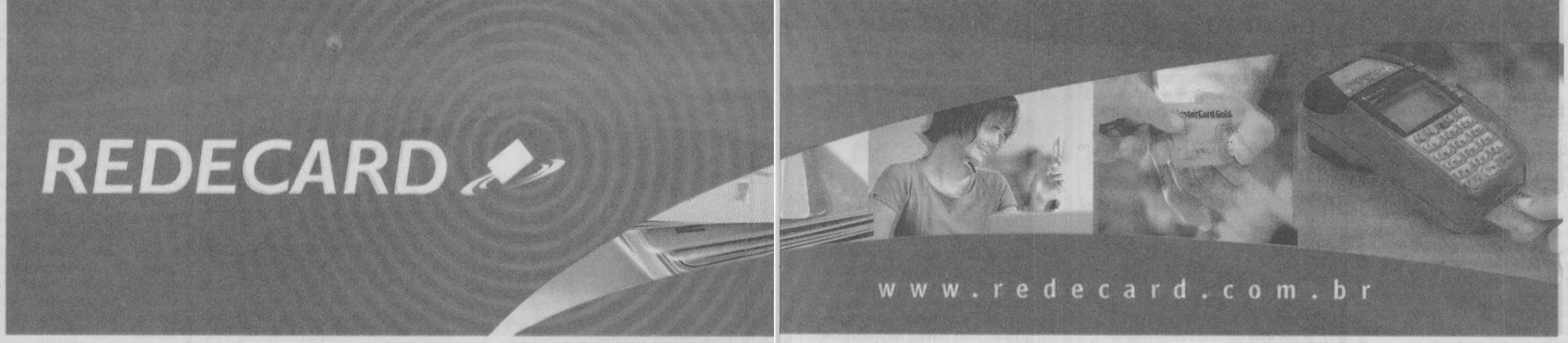
Camargo Corrêa Cimentos S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF 62.258.884/0001-36 - NIRE 35 3 0002324 2
AVISO AOS ACIONISTAS
Comunicamos que se encontram à disposição dos Senhores Acionistas da **Camargo Corrêa Cimentos S.A.**, na sede social, na Av. Gonçalo Madeira, 600, Jaguaré, nesta Capital, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2008. São Paulo, 30 de março de 2009. **A DIRETORIA**

EMPRESA NACIONAL DE COMÉRCIO, RÉDITO E PARTICIPAÇÕES S.A. ENCORPAR
CNPJ/MF Nº 01.971.614/0001-83 - NIRE nº 3130001252-2 - Companhia Aberta
AVISO
Encontram-se à disposição dos senhores acionistas, em sua sede social, na Rua Aimorés, 981 - 12º andar, parte, Bairro Funcionários, nesta cidade, os documentos de que trata o artigo 133 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1.976, relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2008.
Belo Horizonte-MG, 30 de março de 2.009.
Josué Christiano Gomes da Silva
Presidente do Conselho de Administração

LA FONTE TELECOM S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF Nº 53.790.218/0001-53 - NIRE Nº 35.300.099.940
Aviso aos Acionistas
Comunicamos aos Acionistas que se encontram à disposição, na sede social da Companhia, os documentos a que se refere o art. 133, da Lei 6404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2008. São Paulo, 30 de março de 2009. Presidente do Conselho de Administração.
Edital de Convocação Assembléia Geral Ordinária
Ficam os senhores acionistas convocados a se reunirem em Assembléia Geral Ordinária, na sede da Companhia, sito na Avenida Dr. Chucri Zaidan, 920 – 16º andar – parte – São Paulo/SP, em **29 de abril de 2009**, às **10 horas e 30 minutos**, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **EM AGO:** 1) Exame, discussão e votação do Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2008; 2) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/08; e 3) Eleição dos Membros do Conselho de Administração e dos Membros do Conselho Fiscal e, quanto a estes últimos dos respectivos suplentes, bem como fixação da remuneração dos administradores. Instruções Gerais: 1) O acionista que desejar ser representado por procurador deverá apresentar o respectivo mandato, com poderes especiais; 2) Os acionistas participantes da Custódia Fungível de Ações Nominativas da Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA que desejarem participar da assembléia deverão apresentar extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente; e 3) Nos termos do quanto disposto nas Instruções 282/98 e 165/91 da Comissão de Valores Mobiliários, o percentual mínimo de participação no capital votante necessário à requisição da adoção do voto múltiplo é de 5% (cinco por cento). São Paulo, 30 de março de 2009. **Carlos Francisco Ribeiro Jereissati - Presidente do Conselho de Administração.** (30, 31/03 e 01/04)

Nossa Caixa — Mais que um banco. O Nosso Banco.
Banco Nossa Caixa S.A.
CNPJ nº 43.073.394/0001-10
NOVO MERCADO BOVESPA BRASIL
AVISO AOS ACIONISTAS
BANCO NOSSA CAIXA S.A.
Companhia Aberta
Rua XV de Novembro, 111 - São Paulo - São Paulo
CNPJ/MF nº. 43.073.394/0001-10
Comunicamos aos acionistas do Banco Nossa Caixa que em decorrência das revisões estratégicas e orçamentárias adotadas desde o último dia 10 de março, data da posse da atual administração do Banco, o Conselho de Administração deliberou, nesta data, por não antecipar a distribuição do resultado do exercício de 2009, relativo ao primeiro período trimestral deste ano.
Contudo, fica mantida a política de distribuição mínima de 35% do lucro líquido do exercício, após as deduções legais.
São Paulo, 31 de março de 2009.
CLÁUDIO GUIMARÃES JUNIOR
Diretor de Finanças e de Relações com Investidores

Gafisa
GAFISA S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF 01.545.826.0001-07 - NIRE 35.300.147.952
GFSA3 NOVO MERCADO
ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO
Ficam convocados os acionistas da GAFISA S.A. ("Companhia") para se reunirem, no dia 30 de abril de 2009, às 15h, em primeira convocação, na sede social da Companhia, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, 8.501, 19º andar, em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, a serem realizadas cumulativamente, para deliberar sobre a seguinte **Ordem do Dia:** (a) Em **Assembleia Geral Ordinária:** (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008; (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 e sobre a distribuição de dividendos no valor de R$26.106.142,88; (iii) eleger membro do Conselho de Administração em razão do término de mandato de membro nomeado na forma do disposto no Art. 150 da Lei nº 6.404/76; (iv) ratificar os valores pagos à conta da remuneração global atribuída aos administradores da Companhia para o exercício de 2008 e fixar o valor da remuneração global a ser paga aos administradores da Companhia no exercício de 2009; e (v) indicar novo jornal de grande circulação onde passarão a ser feitas as publicações legais da Companhia. (b) Em **Assembleia Geral Extraordinária**: (i) alterar o Estatuto Social da Companhia, mais especificamente os Artigos (i) 3º, de sorte a esclarecer o objeto social da Companhia; (ii) 5º, de forma a refletir os aumentos de capital aprovados pelo Conselho de Administração, dentro do limite do capital autorizado; (iii) 6º, para conformar o texto do seu Parágrafo Único ao dispositivo legal; (iv) 8º, para incluir três novos parágrafos a respeito da instalação das Assembleias Gerais; (v) 21, de sorte a ajustar as competências do Conselho de Administração; (vi) 27, de forma a ajustar as competências do Diretor Presidente; (vii) 30, para ajustar a forma de representação da Companhia em determinadas hipóteses e o prazo para a outorga de procurações; e (viii) excluir o Artigo 47, disposição transitória contida nas Disposições Gerais do Estatuto Social da Companhia, tudo conforme proposta disponibilizada nesta data aos acionistas nos websites da Comissão de Valores Mobiliários e da Bovespa, através do sistema de Informações Periódicas (IPE). Informações Gerais: - A Companhia informa seus acionistas que os seguintes documentos foram publicados em 11 de março de 2009 nos jornais "Diário Oficial do Estado de São Paulo" e "Valor Econômico": (i) relatório anual da administração; (ii) demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008; e (iii) parecer dos auditores independentes. - Solicita-se que os instrumentos de mandato com poderes especiais para representação na Assembleia Geral a que se refere o presente edital sejam depositados, na sede da Companhia, no Departamento de Relações com Investidores, com antecedência de até 3 (três) dias úteis da data marcada para a realização das Assembleias. - Os acionistas participantes da Custódia Fungível de Ações Nominativas da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA que desejarem participar destas Assembleias deverão apresentar extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente, no período de 48 (quarenta e oito) horas antecedentes à realização das Assembleias. São Paulo, 30 de março de 2009 - **Gary Robert Garrabrant** - Presidente do Conselho de Administração



ESTE ANÚNCIO É UMA REPUBLICAÇÃO DO ANÚNCIO DE ENCERRAMENTO,
PUBLICADO NO JORNAL VALOR ECONÔMICO EM 26 DE MARÇO DE 2009, PARA RETIFICAÇÃO DA TABELA DE ALOCAÇÃO DAS AÇÕES

"Este anúncio é de caráter exclusivamente informativo, não se tratando de oferta de venda de valores mobiliários"

ANÚNCIO DE ENCERRAMENTO DE DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA SECUNDÁRIA DE AÇÕES ORDINÁRIAS DE EMISSÃO DA

REDECARD S.A.

RDCD3 NOVO MERCADO BOVESPA BRASIL

Companhia Aberta de Capital Autorizado - CNPJ/MF nº 01.425.787/0001-04
Avenida Andrômeda, nº 2.000, Bloco 10, Níveis 4 a 6, Bloco 12, Níveis 5 a 6, 04545-000, Barueri - SP

REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA SECUNDÁRIA CVM/SRE/SEC/2009/001, EM 25 DE MARÇO DE 2009

CÓDIGO ISIN: BRRDCDACNOR3

A **REDECARD S.A.**, sociedade com sede na Avenida Andrômeda, nº 2.000, Bloco 10, Níveis 4 a 6, Bloco 12, Níveis 5 a 6, na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.425.787/0001-04 (**"Redecard"** ou **"Companhia"**), o **BANCO CITIBANK S.A.** (**"Citibank"** ou **"Acionista Vendedor"**), o **CITIGROUP GLOBAL MARKETS BRASIL, CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.** (**"Citi"** ou **"Coordenador Líder da Oferta Brasileira"**), o **UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.** (**"Unibanco"**) e o **BANCO ITAÚ BBA S.A.** (**"Itaú BBA"** e, em conjunto com o Coordenador Líder da Oferta Brasileira e o Unibanco, **"Coordenadores da Oferta Brasileira"**) comunicam o encerramento da distribuição pública secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista Vendedor (**"Ações"**), totalizando 90.322.260 (noventa milhões, trezentas e vinte e duas mil, duzentas e sessenta) Ações, sendo 82.000.000 (oitenta e dois milhões) de Ações ofertadas pelo Acionista Vendedor objeto da oferta base e 8.322.260 (oito milhões, trezentas e vinte e duas mil, duzentas e sessenta) Ações ofertadas pelo Acionista Vendedor de acordo com o artigo 24 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (**"Instrução CVM 400"**).

Foram ofertadas 90.322.260 (noventa milhões, trezentas e vinte e duas mil, duzentas e sessenta) Ações de titularidade do Acionista Vendedor (**"Oferta Secundária"**), ao preço de R$24,50 (vinte e quatro reais e cinquenta centavos) por Ação, perfazendo o total de

R$2.212.895.370,00

no âmbito de uma oferta global, que compreendeu **(i)** a distribuição pública secundária de 87.951.062 (oitenta e sete milhões, novecentas e cinqüenta e uma mil, sessenta e duas) Ações no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, coordenada pelos Coordenadores da Oferta Brasileira, incluindo esforços de colocação das Ações no exterior, realizados pelo Citigroup Global Markets Inc. (**"CGMI"**), Unibanco Cayman Bank Ltd. (**"Unibanco Cayman"**), pelo Unibanco Securities Inc., como agente de colocação, e pelo Itaú USA Securities Inc. (**"Itaú Securities"**, em conjunto com o CGMI e Unibanco Cayman, **"Coordenadores da Oferta Internacional"**), exclusivamente junto a investidores institucionais qualificados residentes e domiciliados nos Estados Unidos da América, conforme definidos na Regra 144A do *Securities Act* de 1933, nos termos de isenções de registro previstos no *Securities Act*, e, nos demais países, exceto no Brasil e nos Estados Unidos da América, em conformidade com os procedimentos previstos no Regulamento S do *Securities Act* (**"Regulamento S"**), e de acordo com a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor estrangeiro (**"Investidor Estrangeiro"**), que invista no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000 e alterações posteriores e da Instrução CVM nº 325, de 27 de janeiro de 2000 e alterações posteriores (**"Oferta Brasileira"**); e simultaneamente **(ii)** a distribuição de 2.371.198 (dois milhões, trezentas e setenta e uma mil e cento e noventa e oito) Ações no exterior, exclusivamente junto a investidores institucionais qualificados residentes e domiciliados nos Estados Unidos da América, conforme definidos na Regra 144A do *Securities Act*, nos termos de isenções de registro previstas no *Securities Act*, e, nos demais países, exceto no Brasil e nos Estados Unidos da América, em conformidade com os procedimentos previstos no Regulamento S, e de acordo com a legislação aplicável no país de domicílio de cada Investidor Estrangeiro, sob a forma de *Global Depositary Shares* (**"GDSs"**), representadas por *Global Depositary Receipts* (**"GDRs"**), sendo que cada GDS corresponde a 2 (duas) Ações (**"Oferta Internacional"** e, em conjunto com a Oferta Brasileira, **"Oferta Global"**), coordenada pelos Coordenadores da Oferta Internacional.

Em 23 de março de 2009, foi exercida a opção de adquirir privadamente 24.082.760 (vinte e quatro milhões, oitenta e duas mil, setecentas e sessenta) ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista Vendedor, pelo Preço por Ação da Oferta Global por este outorgada ao Banco Banestado S.A., à Unibanco Participações Societárias S.A., ao Unibanco e à Dibens Leasing S.A. Arrendamento Mercantil. Dessa forma, embora facultado o aumento da Oferta Global em um montante que não exceda 20% (vinte por cento) da quantidade de Ações inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta Global, nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM nº 400 (**"Opção de Ações Adicionais"**), não houve exercício da Opção de Ações Adicionais pelo Acionista Vendedor.

Em 25 de março de 2009, o Citi exerceu integralmente, após consulta aos demais Coordenadores da Oferta Brasileira, uma opção para a aquisição de um lote suplementar de 8.322.260 (oito milhões, trezentas e vinte e duas mil, duzentas e sessenta) Ações de titularidade do Acionista Vendedor, equivalente a 10,15% (dez vírgula quinze por cento) das Ações inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta Global (**"Opção de Ações Suplementares"**), conforme opção outorgada pelo Acionista Vendedor.

A instituição financeira contratada para a prestação dos serviços de escrituração e custódia das Ações é o Banco Itaú S.A.

A instituição financeira contratada para a prestação dos serviços de depósito das GDRs é o Citibank, N.A.

OS DADOS FINAIS DE DISTRIBUIÇÃO DA OFERTA BRASILEIRA, CONSIDERANDO A OPÇÃO DE AÇÕES SUPLEMENTARES, ESTÃO INDICADOS NO QUADRO ABAIXO

TIPO DE INVESTIDOR	QUANTIDADE DE ADQUIRENTES DAS AÇÕES	QUANTIDADE DE AÇÕES ADQUIRIDAS
Pessoas Físicas	2.607	3.457.188
Clubes de Investimento	136	484.584
Fundos de Investimento	215	6.206.097
Entidades de Previdência Privada	0	0
Companhias Seguradoras	0	0
Investidores Estrangeiros*	575	79.877.929
Instituições Intermediárias Participantes do Consórcio de Distribuição	0	0
Instituições Financeiras Ligadas à Companhia e/ou aos Participantes do Consórcio de Distribuição	0	0
Demais Instituições Financeiras	0	0
Demais Pessoas Jurídicas Ligadas à Companhia e/ou aos Participantes do Consórcio de Distribuição	0	0
Demais Pessoas Jurídicas	81	296.462
Sócios, Administradores, Empregados, Prepostos e Demais Pessoas Ligadas à Companhia e/ou aos Participantes do Consórcio de Distribuição	0	0
TOTAL DA OFERTA BRASILEIRA	**3.614**	**90.322.260**

*Inclui 3.150.000 Ações adquiridas pelo CGMI e sociedades afiliadas ao Coordenador Líder da Oferta Brasileira, agindo por conta e ordem de seus clientes, em operações de total return swap.

No contexto da Oferta Internacional, foram distribuídas 2.371.198 (dois milhões, trezentas e setenta e uma mil e cento e noventa e oito) Ações no exterior, sob a forma de 1.185.599 (um milhão, cento e oitenta e cinco mil e quinhentas e noventa e nove) GDSs, representadas por GDRs, sendo que cada GDS corresponde a 2 (duas) Ações.

Aprovações Societárias

Os termos da Oferta Global foram aprovados pela Assembléia Geral Extraordinária do Acionista Vendedor, realizada em 25 de fevereiro de 2009, cuja ata foi publicada nos jornais Diário do Comércio e da Indústria e no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 26 de fevereiro de 2009.

A fixação do Preço por Ação foi aprovada pelo órgão societário competente do Acionista Vendedor em reunião realizada em 24 de março de 2009, cuja ata foi publicada nos jornais Diário do Comércio e da Indústria, Valor Econômico e Diário Oficial do Estado de São Paulo - DOESP em 25 de março de 2009 e, no caso do DOESP, em 26 de março de 2009.

A Citigroup Global Markets Brasil, Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. não realizou atividades de estabilização de preço das Ações na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros no âmbito da Oferta.

O pedido de análise prévia da Oferta Secundária foi protocolizado junto à ANBID - Associação Nacional dos Bancos de Investimento, nos termos da Instrução CVM nº 471, datada de 8 de agosto de 2008, em 25 de fevereiro de 2009 e a Oferta Secundária foi registrada junto à CVM sob o nº CVM/SRE/SEC/2009/001, em 25 de março de 2009.

Os Coordenadores da Oferta Internacional não têm qualquer responsabilidade sobre a distribuição pública das Ações no Brasil, bem como em relação às informações contidas neste Anúncio de Encerramento.

São Paulo, 31 de março de 2009

ANBID

A(O) presente oferta pública (programa) foi elaborada(o) de acordo com as normas de Auto-Regulação da ANBID para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, atendendo, assim, a(o) presente oferta pública (programa), aos padrões mínimos de informação exigidos pela ANBID, não cabendo à ANBID qualquer responsabilidade pelas referidas informações, pela qualidade da emissora e/ou ofertantes, das Instituições Participantes e dos valores mobiliários objeto da(o) oferta pública (programa). Este selo não implica recomendação de investimento. O registro ou análise prévia da presente distribuição não implica, por parte da ANBID, garantia da veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade da companhia emissora, bem como sobre os valores mobiliários a serem distribuídos.

COORDENADORES DA OFERTA BRASILEIRA (*JOINT BOOKRUNNERS*)
CITI ITAÚ BBA UNIBANCO

citi

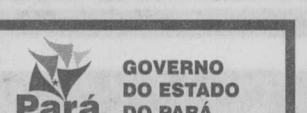
COORDENADOR LÍDER DA OFERTA BRASILEIRA
E AGENTE ESTABILIZADOR

Itaú BBA

CORRETORAS CONSORCIADAS

ágora · ALFA CORRETORA · ALPES Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. · ATIVA · BANIF Securities · Banrisul Corretora de Valores · BB Investimentos · Bradesco Corretora · Brascan Corretora de Títulos e Valores A Brookfield Company · Concórdia Corretora de Valores · Credit Suisse · Credit Suisse Hedging-Griffo · diferencial Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. · ELITE CCVM · Espirito Santo Securities · bancofator Corretora · FinaBank · Geração Futuro Corretora de Valores · Corretora Geral · Gradual Investimentos · HSBC · Indusval Multistock Corretora · Interfloat · Intra · Isoldi · Itaú Corretora · J.P.Morgan · LEROSA Corretores de Valores · LINK · Magliano S.A. · Mundinvest Corretora de Valores · Omar Camargo · PAX Corretora de Valores · PETRA Personal Trader Corretora de Valores · Pilla · planner · Prime Corretora de Câmbio e Valores · Prosper Corretora · Safra Corretora · SENSO Corretora de Valores · SITA Corretora · SLW Corretora de Valores · Socopa Corretora Paulista · Solidez · Solidus S.A. Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários · Corretora Souza Barros Câmbio e Títulos S.A. · Spinelli · Talarico Corretora de Câmbio e Títulos Mobiliários Ltda · theca Corretora de Valores · TITULO Título Corretora de Valores SA · TOV Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários Ltda. · umuarama S.A. · Unibanco Investshop · Uniletra · Votorantim Corretora · Walpires corretora · XP investimentos corretora

www.luzpublicidade.com.br



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Superintendência do Sistema Penitenciário

PREGÃO PRESENCIAL TIPO MENOR PREÇO POR LOTE PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 006/2009/SUSIPE

Objeto: contratação de empresas especializadas em fornecimento de Gás de Cozinha, tipo GLP - 13 e 45 kg, para as unidades prisionais (Belém e Interior) que integram a Superintendência do Sistema Penitenciário do Pará - SUSIPE.
Entrega de Edital: o Edital encontra-se acessível no site www.compraspara.pa.gov.br. Na eventual impossibilidade de obtenção por esse meio, o mesmo estará disponível na sala da Comissão Permanente de Licitação, horário de 08h00 às 14h00, em dias úteis.
Local da abertura: auditório da SEJUDH, situado à Rua 28 de Setembro, nº 339, bairro da Campina, em Belém, Estado do Pará.
Data da abertura: 15/04/2009.
Hora da abertura: 09h00 (horário oficial de Brasília/DF).
Belém, 01 de abril de 2009.

Andrei Albuquerque Correa
Pregoeiro - CPL/SUSIPE

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Superintendência do Sistema Penitenciário

PREGÃO PRESENCIAL TIPO MENOR PREÇO POR LOTE PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 005/2009/SUSIPE

Objeto: contratação de empresas especializadas para fornecimento de gêneros alimentícios aos Centros de Recuperação Prisionais (Polo Interior) que integram a Superintendência do Sistema Penitenciário do Pará - SUSIPE.
Entrega de Edital: o Edital encontra-se acessível no site www.compraspara.pa.gov.br. Na eventual impossibilidade de obtenção por esse meio, o mesmo estará disponível na sala da Comissão Permanente de Licitação, horário de 08h00 às 14h00, em dias úteis.
Local da abertura: auditório da SEJUDH, situado à Rua 28 de Setembro, nº 339, bairro da Campina, em Belém, Estado do Pará.
Data da abertura: 14/04/2009.
Hora da abertura: 09h00 (horário oficial de Brasília/DF).
Belém, 01 de abril de 2009.

Andrei Albuquerque Correa
Pregoeiro - CPL/SUSIPE

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará

REPUBLICAÇÃO DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA

Nº: 002/2009 - FSCMPA.
Objeto: prestação de serviços técnicos especializados de Gerenciamento, Supervisão, Fiscalização, Acompanhamento de Obras e Contratos, referentes às obras de construção do bloco de Apoio Técnico-logístico (lavanderia, cozinha e refeitório), do bloco da Maternidade da FSCMPA e da obra de adequação funcional do Bloco 35 (UTI pediátrica no pavimento superior e Gerência de Estrutura Físico-funcional e Patrimônio no pavimento térreo), na cidade de Belém, Estado do Pará, descritas no Edital e nos seus anexos, inerentes aos projetos do Programa Construção da Nova Santa Casa, de responsabilidade da FSCMPA.
Valor: R$: 2.998.150,65
Data da abertura: 18/05/2009.
Horário: 9h00 (horário de Brasília).
Local: auditório da SEGOV - Av. Nazaré nº 871, bairro de Nazaré, CEP 66.035-170 - Belém - Pará.
Acesso no site www.compraspara.pa.gov.br

Comissão Especial de Licitação

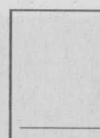
EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.
CNPJ Nº 02.302.101/0001-42
NIRE: 35.300.153.243

Aviso aos Acionistas

Comunicamos aos Senhores Acionistas que se encontram à disposição na sede social, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Nossa Senhora do Sabará, n.º 5.312, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei n.º 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008.

São Paulo, 31 de março de 2009.

Vicente K. Okazaki
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores



EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.
CNPJ Nº 02.302.101/0001-42

Aviso de Edital

Concorrência nº ASE/LPP/2001/2009 - tipo técnica e preço - Elaboração de estudo de modelagem de negócio para implantação de empreendimento de geração de energia a partir de Resíduos Sólidos Urbanos, no Estado de São Paulo. O edital que estabelece as condições de participação estará disponível para download a partir de 01/04/2009 no sítio da EMAE: www.emae.sp.gov.br/Licitações/Serviços/Concorrência. Entrega dos envelopes será no dia 21/05/2009 às 09h30min, na Av. Nossa Senhora do Sabará, 5312 - escritório 37 - Vila Emir - São Paulo/SP. Informações com Vilma, telefone (11) 5613-2156 e fax (11) 5613-3519.

Departamento de Suprimentos

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Estado de Saúde Pública

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 064/SESPA/2009

A Secretaria de Estado de Saúde Pública, através de seu Pregoeiro, comunica que realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico para Registro de Preços, do tipo menor preço por item, conforme abaixo:
Objeto: Registro de Preços, para aquisição de ambulâncias tipos "A", "B" e "D", conforme as condições estabelecidas no Edital e seus anexos.
Data da abertura: 14/04/2009.
Horário: 09h30 (horário de Brasília).
Local: www.comprasnet.gov.br
Obs.: os interessados poderão retirar o edital nos sites www.comprasnet.gov.br e www.compraspara.pa.gov.br (Mural de Licitações). Fones para contato: (91) 4006-4869/4891.
Belém-PA, 31 de março de 2009.

Juvaldo Corpes Oliveira
Pregoeiro/ SESPA

Acompanhe em tempo real as mais relevantes notícias sobre economia e negócios, os principais índices e cotações do mercado.

Acesse:
www.valoronline.com.br

LF TEL S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº. 02.390.206/0001-09 - NIRE nº. 35.300.152.603

Aviso aos Acionistas

Comunicamos aos Acionistas que se encontram à disposição, na sede social da Companhia, os documentos a que se refere o art. 133, da Lei 6404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2008. São Paulo, 30 de março de 2009. Presidente do Conselho de Administração.

Edital de Convocação
Assembléia Geral Ordinária

Ficam os senhores acionistas convocados a se reunirem em Assembléia Geral Ordinária a ser realizada no dia 29 de abril de 2009, às 11 horas, na sede da Companhia, sito na Avenida Dr. Chucri Zaidan, nº. 920 – 16º. andar – São Paulo/SP, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1) Exame, discussão e votação do Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2008; 2) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/08; e 3) Eleição dos Membros do Conselho de Administração, bem como fixação da remuneração dos administradores. Instruções Gerais: 1) O acionista que desejar ser representado por procurador deverá apresentar o respectivo mandato, com poderes especiais; 2) Os acionistas participantes da Custódia Fungível de Ações Nominativas da Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA que desejarem participar da assembléia deverão apresentar extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente; e 3) Nos termos do quanto disposto nas Instruções 282/98 e 165/91 da Comissão de Valores Mobiliários, o percentual mínimo de participação no capital votante necessário à requisição da adoção do voto múltiplo é de 5% (cinco por cento). São Paulo, 30 de março de 2009. **Carlos Francisco Ribeiro Jereissati - Presidente do Conselho de Administração.** (30, 31/03 e 01/04)

CONSTRUTORA TENDA S.A.
CNPJ/MF nº 71.476.527/0001-35 - NIRE 35300348206
Edital de Convocação de Assembléia Geral Extraordinária

Ficam os senhores acionistas da Construtora Tenda S.A. ("Companhia") convidados a comparecer à Assembléia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 14 de abril de 2009, às 08:30hs (oito horas e trinta minutos), no edifício da sede social da Companhia, na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini nº 1376, no 10º andar, Brooklin Paulista, Cidade e Estado de São Paulo, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) autorizar a primeira emissão de debênture simples não conversível em ações, com garantia flutuante cumulada com garantia adicional (que incluirá garantias reais) nos termos do artigo 58, parágrafo 2º da Lei das Sociedades Anônimas ("Debênture"), no valor total de R$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais), com vencimento em 1º de abril de 2014, rendimento equivalente à Taxa Referencial, acrescida de spread de 8% ao ano, 252 dias úteis e com prazo de carência de 3 anos para princípio de pagamento, dispensada de registro da Comissão de Valores Mobiliários, nos termos do artigo 5º, inciso II, da Instrução CVM nº 400 (ocasião na qual será realizada em lote único e indivisível) ou da Instrução CVM nº 476 ("1ª Emissão"). Os recursos decorrentes da Debênture terão a finalidade de financiar a construção de empreendimentos imobiliários incorporados e a incorporar com o foco exclusivo em segmento popular; (ii) delegar ao Conselho de Administração da Companhia competência para alterar, se necessário, as matérias de que trata a segunda parte do parágrafo 1º do artigo 59 da Lei 6.404/76; (iii) autorizar a Diretoria da Companhia a tomar todas as medidas para efetivar a 1ª Emissão, incluindo, mas sem limitação, a prática dos atos necessários à assinatura da respectiva emissão, à contratação de instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de valores mobiliários como intermediadoras, do agente fiduciário, do banco mandatário, da instituição escrituradora, consultores jurídicos e demais instituições que, eventualmente, se façam necessárias para a realização da 1ª Emissão, fixando-lhes os respectivos honorários, bem como a publicação e o registro dos documentos de natureza societária perante os órgãos competentes; e (iv) confirmar e ratificar todos os atos que tenham sido praticados pela Diretoria anteriormente à data da Assembléia Geral. Nos termos do art. 126, § 1º da Lei das S.As., os acionistas deverão exibir documento de identidade e comprovante de depósito das ações da Companhia, emitido pela instituição financeira depositária, e poderão ser representados por mandatários, observadas as restrições legais. Solicita-se que os documentos que comprovem a regularidade da representação sejam entregues, na sede da Companhia, no prazo de até 48 horas antes da Assembléia. Os documentos a serem discutidos na Assembléia Geral encontram-se à disposição na sede da Companhia. São Paulo, 27 de março de 2009. Wilson de Amaral de Oliveira - Presidente do Conselho de Administração.

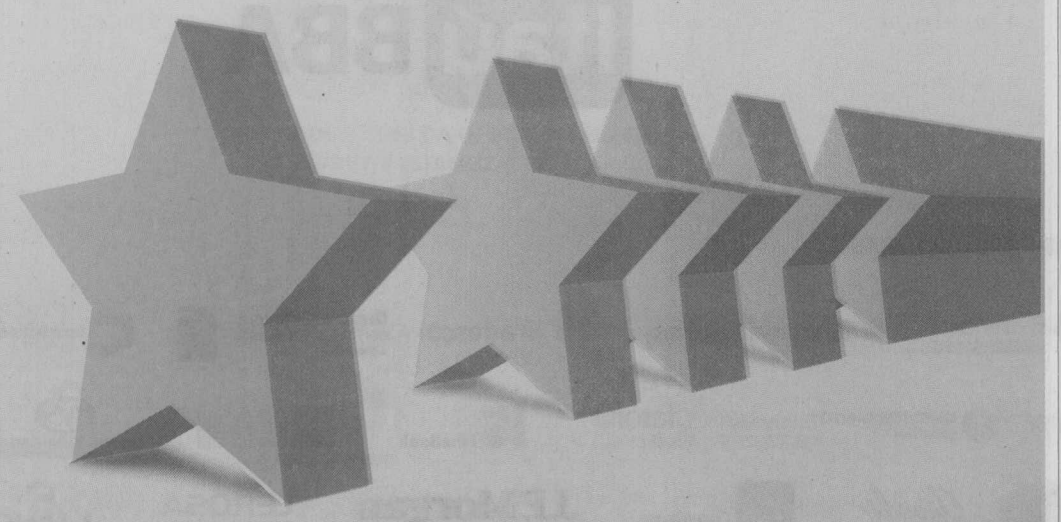
Faça parte do Valor Carreira 2009.

Inscreva gratuitamente sua empresa até 15 de abril.

O Valor Econômico e a Hewitt trazem a 7ª edição da pesquisa **As Melhores na Gestão de Pessoas**. Diferente de outras análises disponíveis no mercado, a pesquisa utiliza a metodologia High Performance Index, que mede não só a satisfação do funcionário, mas seu engajamento e comprometimento com o negócio da empresa.

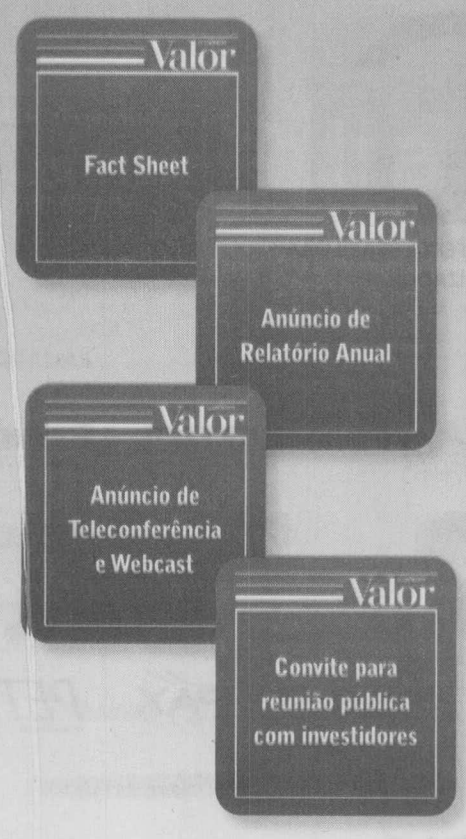
Mostre que sua empresa possui práticas campeãs em gestão de pessoas. Inscreva-se pelos sites:

www.valoronline.com.br/valorcarreira
ou
www.takealookrh.com.br/melhoresnagestao



Hewitt
Valor ECONÔMICO

As vantagens de ser cliente fidelidade Valor se multiplicaram.



O Valor Econômico está lançando um pacote comercial com vantagens exclusivas para seus clientes. Basta fechar um contrato de fidelização de publicações legais que a sua empresa poderá ter opções diferenciadas de Comunicação Corporativa.

Para mais informações:
(11) 3767-1323
www.valoronline.com.br

COMUNICAÇÃO CORPORATIVA
Valor ECONÔMICO
SUA EMPRESA EM DESTAQUE

Finanças | Fundos de Investimento

Fundos de Investimento
Análise diária da indústria - até 26/03/09

Categorias	Patrimônio líquido R$ milhões (1) Final de fev/09	atual	Part. % no total	Rentabilidade nominal % no dia	no mês	30 dias	em 2009	em 12 meses	Estimativa da captação líquida R$ milhões no dia	no mês	em 2009	em 12 meses
Curto Prazo	44.419,84	46.638,75	393	0,04	0,84	0,99	2,76	12,72	-145,50	1.844,98	8.927,11	2.420,81
Curto Prazo - Aplicação Automática	96,41	106,43	0,01	0,01	0,32	0,38	1,14	5,12	-0,99	9,69	26,25	-0,97
Referenciado DI	185.470,06	186.517,73	15,70	0,04	0,87	1,01	2,82	12,50	-86,75	-560,06	-2.576,21	-20.242,77
Referenciados Outros	332,55	336,33	0,03	0,02	1,33	1,92	5,76	16,89	0,10	-0,74	-220,27	-725,32
Renda Fixa	320.944,64	326.678,45	27,49	0,05	0,91	1,05	2,90	13,14	-172,94	2.708,74	6.956,41	-65.391,89
Renda Fixa Médio e Alto Risco	14.339,82	14.232,95	1,20	0,09	0,81	0,99	2,89	12,29	1,54	-224,20	-1.168,39	-6.801,86
Renda Fixa Com Alavancagem	1.788,42	1.868,65	0,16	0,06	1,03	1,29	3,31	13,16	2,37	61,54	195,77	-854,25
Balanceados	2.546,19	2.577,32	0,22	0,26	2,18	2,54	5,50	7,06	-0,53	-23,95	-143,79	-1.169,24
Multimercados Sem RV	64.623,23	66.108,58	5,56	0,07	1,02	1,35	3,58	13,32	42,92	843,76	-823,41	10.540,00
Multimercados Com RV	91.373,46	93.013,56	7,83	0,08	1,20	1,48	3,90	7,73	-78,48	516,35	-3.854,94	-4.141,71
Multimercados Sem RV Com Alavancagem	17.751,11	17.247,61	1,45	0,01	-0,53	0,29	3,69	17,24	112,62	-413,60	1.392,99	-1.526,83
Multimercados Com RV Com Alavancagem	85.963,13	86.703,38	7,30	0,22	0,65	0,55	2,98	17,18	-270,85	192,39	-1.313,19	-22.845,64
Long and Short - Renda Variável	2.500,66	2.516,38	0,21	0,04	0,73	0,88	2,80	7,99	0,55	-2,61	-38,26	-5.598,42
Capital Protegido	3.007,40	3.132,37	0,26	0,08	1,52	1,62	3,60	3,00	0,68	78,21	117,05	1.067,85
Cambial Dólar Sem Alavancagem	691,48	651,29	0,05	-0,24	-5,37	-6,07	-3,72	31,99	0,02	-3,22	-32,58	-142,92
Cambial Euro Sem Alavancagem	53,77	48,21	0,00	-0,56	0,76	0,11	-5,22	17,57	0,04	-5,84	-9,93	-15,11
Investimento no Exterior	454,25	427,41	0,04	-0,29	-3,91	-5,80	-6,41	23,64	-6,60	-9,14	-96,48	-455,61
Ações IBOVESPA Indexado	1.854,03	2.121,12	0,18	1,89	9,60	8,56	12,42	-26,64	-3,22	81,87	302,03	590,09
Ações IBOVESPA Ativo	6.223,29	6.881,71	0,58	1,79	10,46	9,40	12,49	-31,52	-7,09	2,43	-80,16	490,38
Ações IBOVESPA Ativo C/ Alavancagem	5.530,43	6.177,85	0,52	2,21	8,72	7,32	7,68	-31,01	2,64	160,79	150,08	-24,79
Ações IBrX Indexado	741,31	821,45	0,07	1,75	11,92	11,12	14,19	-25,26	-0,20	-7,79	-884,67	-991,99
Ações IBrX Ativo	6.988,36	7.660,51	0,64	1,68	11,55	10,81	14,71	-29,49	-8,18	-102,55	-242,15	1.371,25
Ações IBrX Ativo Com Alavancagem	162,06	177,39	0,01	1,62	10,00	9,14	15,39	-28,78	-0,15	-0,78	-7,75	36,35
Ações Setoriais Telecomunicações	20,50	20,90	0,00	-0,57	3,87	3,55	7,59	-19,84	-0,06	-0,39	-1,64	-10,00
Ações Setoriais Energia	2.325,19	2.609,49	0,22	-0,06	13,06	15,47	25,63	0,01	-0,18	-18,54	-22,32	-101,28
Ações Setoriais Livre (3)	2.426,86	2.588,50	0,22	1,26	8,62	7,95	13,04	-19,59*	-4,23	-44,85	-106,32	3.407,07
Ações Small Caps (3)	666,18	673,17	0,06	1,43	4,27	3,93	3,11	-42,40*	-1,51	-20,51	-48,92	1.305,95
Ações Dividendos (3)	2.519,65	2.705,83	0,23	1,77	8,10	7,85	8,95	-21,97*	2,54	-16,51	-151,89	3.619,66
Ações Sustentabilidade/Governança (3)	965,38	1.053,23	0,09	2,71	10,67	9,02	8,01	-31,60*	-0,85	-14,08	-52,01	1.616,41
Ações Livre	13.092,94	13.754,75	1,16	1,69	7,02	6,31	8,01	-28,00	-5,71	-226,43	71,42	-8.207,35
Ações Livre com Alavancagem	4.816,35	5.059,72	0,43	1,65	6,40	5,55	8,99	-21,15	-1,85	-55,10	103,71	39,70
Fundos Fechados de Ações	49.509,59	49.634,89	4,18	0,21	0,25	0,08	-1,73	-9,34	0,00	0,10	3.149,51	-12.500,35

Categorias	Patrimônio líquido R$ milhões (1) Final de fev/09	atual	Part. % no total	Rentabilidade nominal % no dia	no mês	30 dias	em 2009	em 12 meses	Estimativa da captação líquida R$ milhões no dia	no mês	em 2009	em 12 meses
Ações Set. Priv. Petrobras - FGTS	6.256,91	7.232,51	0,61	-0,38	16,15	20,40	37,11	-14,41	-2,83	-31,70	-84,53	-634,97
Ações Set. Priv. Petrobras - Rec. Próprios	5.256,20	6.009,74	0,51	-0,36	15,91	19,96	36,27	-15,03	-2,36	-76,60	-98,66	737,24
Ações Set. Priv. Vale - FGTS	3.810,37	4.056,08	0,34	2,73	7,02	2,53	19,02	-43,50	-1,17	-20,58	-61,58	-475,19
Ações Set. Priv. Vale - Rec. Próprios	4.619,64	4.897,98	0,41	2,69	6,83	2,42	18,80	-43,79	-2,05	-35,90	-72,23	-537,40
Ações Privatização FGTS - Livre	27,53	29,29	0,00	2,30	7,52	4,09	16,43	-37,73	0,00	-0,30	-0,66	-3,93
PIBB	1.946,72	2.182,51	0,18	1,76	12,92	12,10	16,40	-29,29	-0,07	-24,88	-74,22	-460,42
Previdência Referenciado DI	1.563,05	1.604,31	0,14	0,04	0,78	0,91	2,57	11,60	-4,53	29,10	83,85	216,29
Previdência Cambial Dólar	6,07	4,90	0,00	-0,16	-3,52	-4,03	-2,27	22,34	0,00	-0,99	-0,25	-5,04
Previdência Renda Fixa	104.409,07	106.303,96	8,95	0,04	0,95	1,13	3,06	12,85	140,20	903,68	1.890,24	9.774,64
Previdência RF Médio e Alto Risco	93,76	95,60	0,01	0,05	0,84	0,99	2,70	12,35	0,00	1,05	2,17	33,15
Previdência Balanceados	4.943,33	5.094,54	0,43	0,82	5,60	5,13	8,02	-8,67	14,01	-125,24	-254,45	-710,54
Previdência Multim. Sem RV	98,67	99,37	0,01	0,10	1,02	1,23	2,99	12,53	-0,10	-0,32	1,39	-78,80
Previdência Multim. Com RV	3.544,61	3.652,61	0,31	0,46	3,80	3,31	6,27	-2,14	-8,44	-26,12	-22,29	918,88
Direitos Creditórios	42.046,87	44.956,29	3,78	ND	ND	ND	ND	ND	33,92	2.659,13	1.142,31	3.178,58
Fundos de Invest. Imobiliário (2)	298,15	298,15	0,03	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND
Fundos de Participações (3)	25.517,41	26.236,65	2,21	0,17	1,30	1,26	0,89	-15,43*	0,00	374,10	811,77	28.490,08
Fundos Fechados Exclusivos (4)	710,90	705,54	0,06	-0,56	-0,75	-0,86	0,63*	0,63*	0,00	0,00	701,13	701,13
Curto Prazo	**44.516,26**	**46.745,19**	**3,93**						**-146,49**	**1.854,68**	**8.953,36**	**2.419,83**
Referenciado DI	**185.470,06**	**186.517,73**	**15,70**						**-86,75**	**-560,06**	**-2.576,21**	**-20.242,77**
Renda Fixa	**337.405,42**	**343.116,38**	**28,88**						**-168,93**	**2.545,34**	**5.763,52**	**-73.773,32**
Multimercados	**267.765,18**	**271.299,19**	**22,83**						**-193,10**	**1.190,54**	**-4.663,55**	**-23.673,99**
Cambial	**745,25**	**699,50**	**0,06**						**0,06**	**-9,05**	**-42,51**	**-158,04**
Dívida Externa	**454,25**	**427,41**	**0,04**						**-6,60**	**-9,14**	**-96,48**	**-455,61**
Ações **	**119.759,48**	**126.348,63**	**10,63**						**-36,53**	**-452,30**	**1.787,04**	**-10.733,58**
Previdência	**114.658,57**	**116.855,30**	**9,83**						**141,14**	**781,16**	**1.700,65**	**10.148,59**
FIDC	**42.046,87**	**44.956,29**	**3,78**						**33,92**	**2.659,13**	**1.142,31**	**3.178,58**
Imobiliário (2)	**298,15**	**298,15**	**0,03**						**ND**	**ND**	**ND**	**ND**
Participações **	**25.517,41**	**26.236,65**	**2,21**						**0,00**	**374,10**	**811,77**	**28.490,08**
Fechados Exclusivos	**710,90**	**705,54**	**0,06**						**0,00**	**0,00**	**701,13**	**701,13**
Total Doméstico	**1.139.347,80**	**1.164.205,96**	**97,98**						**-463,27**	**8.374,41**	**13.481,03**	**-84.099,10**
Off Shore (2)	**23.964,02**	**23.964,02**	**2,02**									
Total Geral	**1.163.311,82**	**1.188.169,98**	**100,00**						**-463,27**	**8.374,41**	**13.481,03**	**-84.099,10**

Fonte: Associação Nacional dos Bancos de Investimento (ANBID). (1) O Patrimônio Líquido de cada tipo exclui os Fundos em Cotas, evitando assim a dupla contagem (2) Patrimônio líquido dos tipos imobiliários e off-shore referentes ao fechamento de 01/2009 (3) Início do tipo em 31/03/2008 (4) Início do tipo em 30/01/2009 Obs.: Informações de Rentabilidade e Captação Líquida para 360 dias foram substituídas por valores de 12 meses a partir do dia 09/02/2009. Dados sujeitos a retificação em razão da representatividade da amostra ou do cadastramento de novos fundos. A Captação Líquida de cada tipo é obtida através da soma das estimativas das captações dos fundos disponíveis na data de emissão do relatório. ND: Não disponível. * Rentabilidade sem período completo. ** A categoria Ações passa a incluir os tipos de Privatização, enquanto os Fundos de Participações não fazem mais parte da categoria Ações formando uma própria. Devido a alteração na classificação ocorreu migração no valor de R$ 14.869,26 bilhões no PL e na Captação de Ações para Participações, e o PL de R$ 33.469,71 bilhões do Privatização foi absorvido pelo Ações.

Para entender as tabelas

1 - Símbolos e abreviações

● Indica que o fundo é FAC
◗ Indica que o fundo é FIF de FAC
◆ Indica, nas categorias Previdência, que o fundo é exclusivo
▲ Indica, nas categorias Previdência, que o fundo é FAPI

A ausência de ▲ significa que o fundo é PGBL
* Indica, na coluna referente à da taxa de administração, que a instituição também cobra taxa de performance.
** Indica, na coluna referente à taxa de administração, que o valor é expresso em reais. # Indica, na coluna referente à da taxa de administração, que a taxa de performance não está disponível na base de dados da Anbid
ND: em quaisquer das colunas das tabelas, indica que a informação não está disponível na base de dados da Anbid, NB: indica ausência de informação no período base para o cálculo

Nota da Redação: nova metodologia de cálculo das rentabilidades
De acordo com a Circular ANBID 010/05, o Jornal Valor Econômico, a partir da edição de 04/07/05, apresenta duas datas distintas para as cotas e para as rentabilidades dos fundos de investimento, conforme o tipo de cota (abertura ou fechamento):
- fundos com cota de abertura: indicados com o símbolo ❑ , referem-se à data mais recente, entre as duas datas apresentadas em algumas tabelas abaixo. Os valores da cota, a rentabilidade no dia e as rentabilidades acumuladas no mês e no ano, portanto, têm por base a data mais recente.
- fundos com cota de fechamento: indicados nas tabelas a seguir sem o símbolo acima. Os valores da cota, a rentabilidade no dia e as rentabilidades acumuladas no mês e no ano, apresentadas nas tabelas a seguir, são referentes ao dia útil anterior à data mais recente.
- os patrimônios líquidos dos fundos com cota de abertura são do dia útil anterior à data da cota de abertura. Os fundos com cota de fechamento têm o patrimônio líquido apresentado na própria data de fechamento.
- as rentabilidades mensal e anual, a partir do mês de julho de 2005, passam a ser calculadas com base no valor da cota do último dia útil de cada mês para todos os fundos de investimento, independente do tipo de cota.

Ações

Ações Ibovespa Ativos
Data das Informações 30/03/2009

Nome do fundo	Patrim. Líquido R$/Mil	Valor Quota No dia	Rent. Acum. % No mês	No ano	Tx. de Adm. %
Abaco Crescimento E Renda FI de Ações	2.967	1.030448	-2,17	10,30	10,30	* 1,5
Arbela FIA	51.012	0,93465	-2,82	-2,68	-8,83	0,3
Atico Ações FI Em Ações	110.633	143,415319	-2,06	-2,11	4,70	3,5
Avanti FI Em Ações	392	0,7242633	-2,76	-2,74	NB	* 2
Bancorbrás FI	1.290	1,296006	-2,74	3,25	8,85	2
Banrisul Indice FI Ações	2.465	3,30338	-2,79	5,35	5,46	4
BB Ações Ibovespa Ativo Estilo Fici ◆	9.336	0,6936168	-2,66	6,97	9,10	2
BB Ações Ibovespa Ativo Fici ◆	59.297	5,3375315	-2,67	6,79	8,60	1
Bi Invest FI	1.201	1,2213483	-2,97	1,11	-0,33	* 2
Brasil FI Ações	7.907	58,301803	-2,89	6,04	7,30	3,5
Bny Mellon Acx FI de Ações	154.457	4,8067626	-2,87	6,28	7,00	4,5
Bradesco BA FIC de FIA ◆	9.279	0,0369935	-2,86	5,56	5,96	4
Bradesco Bj FIC de FIA 157 ◆	7.725	0,1190349	-2,85	5,55	5,94	# ND
Bradesco Fi Em Ações Stock Picking	945	0,7225235	-2,72	6,62	13,26	0,2
Bradesco FIA Seleção	43.874	0,7912862	-3,02	7,06	8,63	2
Bradesco FIA Selection	116.092	319,7900047	-2,94	7,06	8,70	1,5
Bradesco FIA Super Ação	51.144	3,7103078	-2,91	7,33	10,03	0,8
Bradesco FIC de FIA	325.590	2,101536	-2,82	5,50	5,96	4
Bradesco FIC de FIA Ibovespa Ativo ◆	83.163	6,0355203	-2,96	5,72	7,97	4
Bradesco FIC de FIA III ◆	1.904	3,7816772	-2,82	7,84	9,68	1,5
Bradesco FIC de FIA IV ◆	1.805	168,1849845	-2,81	5,55	5,81	# ND
Bradesco FIC de FIA Maxi ◆	2.868	1,0069235	-2,86	5,53	5,88	4
Bradesco Prime FIC de FIA Ibovespa Ativo ◆	45.719	2,8506629	-2,95	5,80	8,21	3
Bradesco Prime FIC de FIA Selecão ◆	41.062	0,7559663	-3,02	6,96	8,36	3
Bradesco Private FIA	19.452	4,6990019	-2,83	7,86	10,69	1,5
Caixa FI Ações Ibovespa Ativo	25.317	1,1233197	-3,27	5,38	6,98	3
Claritas Ações FI Ações	9.903	0,9550751	-2,09	2,32	5,53	# ND
Claritas Ações Ficfi Em Ações ◆	6.148	0,9550518	-2,09	2,32	5,53	2,5
Cshg Afl Claritas Ações FIC FI Ações ◆	507	0,5526828	-2,06	2,02	4,73	0
Cshg Strategy Ii Fi Cotas de Fi Ações ◆	38.271	3,2004898	-3,06	2,36	2,40	* 2
Elite Fundo de Investimento Em Ações	4.315	0,0065877	-2,56	4,37	5,37	4
Eo Ações Fi Fator	24.022	6,4430482	-2,35	1,66	-2,57	2,3
Fama Challenger FI Ações	16.001	1655,459282	-1,81	-1,24	-5,83	* 2,5
Fator Nse Hibisco FIA	45.877	148,750051	-1,61	0,98	-1,84	2,5
FI Ações Renasa	3.283	23,9462	-2,97	5,42	6,20	* 1,25
FI Fator Ações Institucional	38.437	991,98938	-3,22	5,23	6,35	* 0,7
FI Vot Ações	16.197	3,4298366	-3,03	6,93	9,85	2
FIA Blue Chips	1.524	13,4426	-2,98	5,93	7,36	* 1,5
FIA Fractal Andromeda	41.116	25,5822453	-2,98	6,02	7,01	* 1,5
Fides Ações FI de Ações	2.667	1,1935521	-2,21	4,71	11,27	* 2,5
Finacap Fundo de Investimento Em Ações	4.805	11,174856	-2,28	4,09	8,60	* 2,5
Focus FIA	37.434	63,5482541	-2,50	2,92	1,88	* 3,5
Fram Capital Wisting FIA	364	0,715908	-2,85	5,83	8,01	0
G5 Equities FIC FI Em Ações ◆	3.140	1,0807948	-2,64	3,81	7,80	3,5
G5 Equities Master FI Ações ◆	3.140	1,0945994	-2,63	4,09	8,59	1
GAP Ações Institucional FIA	3.855	0,6566793	-2,81	3,64	6,58	3,7
Gabel Equity FI Ações	1.238	3,7144445	-3,43	8,78	7,54	* 2
Goldman Sachs Master FI Em Ações ◆	5.022	0,6430268	-3,12	5,36	9,53	0,3
Hera Tita FIA	275	0,952467	-3,35	-4,75	-4,75	* 4
HSBC FI Ações Plus	64.717	3,8772706	-2,61	4,77	3,78	1,5
HSBC FIC FI Ações ◆	35.726	3,0236828	-2,59	4,52	3,15	4
HSBC FIC FI Ações Private Plus ◆	9.291	3,0065906	-2,58	4,72	3,77	1,5
Humaita Value FI de Ações	10.496	1,6354554	-2,90	3,96	-2,74	* 2
Institucional FIA Ibovespa	19.248	0,6275477	-3,04	5,25	7,70	* 2
Itau Flexprev Ações FI ◆	814.308	1,0897447	-2,89	6,06	8,48	# ND
Itau Inst Ibovespa Ativo Ações FI	16.209	4,9556069	-2,88	6,35	7,63	0,9
Itau Private Ativo Ações FI	30.353	175,093753	-2,90	7,24	8,73	2
Itau Private Expertise Ações FI	3.362	87,063115	-2,91	7,21	8,74	0
J Maluceli Ações	6.563	3,4219452	-1,27	0,21	2,38	* 2
Legg Mason Acões Ibov Ativo Silver Ficfi ◆	26.646	3,7661617	-3,22	5,02	5,33	6
Legg Mason Ações Ibov Ativo Star FIC FI ◆	41.870	1,5890532	-3,21	5,26	5,98	1,5
Legg Mason Ibovespa Ativo Ficfia ◆	2.670	0,7132172	-3,21	5,35	6,29	* 1,5
Legg Mason Instito Selection Ações Fic ◆	649	0,5427831	-3,32	4,55	2,30	* 1
Legg Mason Portfolio Ações FI	76.729	4187,739319	-3,30	5,55	6,85	0
Legg Mason Prem Focus Ações FIC FI ◆	5.506	0,2220207	-3,22	5,19	5,81	4
Legg Mason Selection Ações Ficfi ◆	1.826	0,5381365	-3,31	4,63	2,41	* 2
Link Kids FI de Ações	1.354	69,0971326	-2,74	4,40	3,78	2,5
Macroinvest FI de Ações	1.809	0,3952444	-3,37	0,36	3,69	* 4
Maxima FIA	1.885	1,4447562	-0,63	-0,37	-0,55	4
Nobel Fundo de Investimento de Ações	1.144	70,9317725	-2,24	8,62	16,00	* 2
Personale Radar FI de Ações	16.847	2,3634851	-1,22	2,75	10,15	* 2,5
previdencia b FI Em Ações	36.929	6,0063112	-2,93	6,21	7,63	* 0,1
Safra FI Ações	36.077	276,354744	-2,63	6,02	3,70	4
Santander FI Ações	89.883	4,3390594	-2,96	5,92	7,51	4
Santander FI Inst Ações	43.535	7,1288891	-2,85	6,23	8,10	0,75
Santander FIC FI Onix Ações ◆	43.368	0,4513044	-2,98	5,70	6,86	2,5
Sparta Flex FI de Ações	7.515	1,0706879	0,53	3,24	4,77	* 5
Unibanco Blue FI Ações	103.798	56,401423	-2,84	5,72	7,82	5
Unibanco Seleção Ações Brasil FIA	7.796	3,01695	-2,22	4,66	9,31	* 2
Unibanco Seleção Ações Brasil FIC FI ◆	7.389	0,604761	-2,22	4,57	8,98	3
WW Fundo de Investimento Em Ações	17.002	10,2645994	-3,06	NB	NB	1,1
XP Investor FI de Ações	26.714	1,429723	-1,35	7,61	8,30	* 2,5

Ações IBrX Indexado
Data das Informações 30/03/2009

Nome do fundo	Patrim. Líquido R$/Mil	Valor Quota No dia	Rent. Acum. % No mês	No ano	Tx. de Adm. %
BB Ações Indexado Estilo Fici ◆	11.760	0,6602011	-3,05	6,38	8,52	2
BB Ações Ibrx Indexado Fici ◆	276.007	4,3987421	-3,06	6,21	8,04	4
Bradesco Prime FIC de FIA Ibrx-50 ◆	31.977	1,0203585	-3,14	7,17	10,19	2
Itau Momentum Ibrx Ações FI	88.455	40,4869529	-2,91	6,99	8,96	0,1
Safra IBX 50 FIC Ações ◆	24.994	43,9899963	-3,15	7,17	10,02	2,5
Vic Ibrx FIA	2.294	0,884795	-3,14	7,10	10,21	1,06

Ações Setoriais Telecomunicações
Data das Informações 30/03/2009

Nome do fundo	Patrim. Líquido R$/Mil	Valor Quota No dia	Rent. Acum. % No mês	No ano	Tx. de Adm. %
BB Ações Telecomunicações FIA	13.954	0,934332	-2,22	-0,01	3,66	2
Unibanco Telecom FI Ações	6.098	2,00211	-2,05	1,10	2,23	3

Ações Setoriais Energia
Data das Informações 30/03/2009

Nome do fundo	Patrim. Líquido R$/Mil	Valor Quota No dia	Rent. Acum. % No mês	No ano	Tx. de Adm. %
BB Ações Energia FI	46.245	3,692862	-1,17	3,13	8,64	2
Safra Setorial Energia FI Ações	40.092	96,854865	-1,45	1,60	4,84	3,5
Unibanco Energia FI Ações	30.549	3,343117	-1,28	1,54	9,63	3

Ações IBrX Ativo Com Alavancagem
Data das Informações 30/03/2009

Nome do fundo	Patrim. Líquido R$/Mil	Valor Quota No dia	Rent. Acum. % No mês	No ano	Tx. de Adm. %
Ashmore Brasil FICos RC de FI Ações ◆	13.105	1,0870769	-3,05	4,66	8,78	* 2,2
Bradesco FI Em Ações Ibrx	15.973	0,5962116	-2,37	3,71	7,31	0,4
Bradesco FIA IBX Plus	1.682	5,8995507	-3,00	7,58	12,64	1,5
Coin Kids Ficfia FI	1.689	5,647044	-3,00	7,49	12,41	2
CS IBR Premium FIA	50.146	6,499767	-2,97	4,94	11,33	* 1
Duna Premium FI Em Cotas de FI Ações ◆	34.003	0,629811	-4,21	7,65	15,56	* 2,5
Duna Premium Master FI de Ações	34.218	0,6476029	-4,39	7,93	16,67	0,5

Ações Ibovespa Ativos Com Alavancagem
Data das Informações 30/03/2009

Nome do fundo	Patrim. Líquido R$/Mil	Valor Quota No dia	Rent. Acum. % No mês	No ano	Tx. de Adm. %
Advis FIA	12.473	1,0134672	-3,59	7,38	10,90	* 3
Alfa Dinamico FIC de FI Em Ações ◆	2.137	206,3519	-3,00	6,43	7,01	4,5
Alfa FIC de FI Ações ◆	15.397	0,23947	-3,09	5,34	4,43	8,5
Alfa Especial FI Em Ações	38.032	753,06789	-3,02	6,78	7,76	2
Alfamais FIC de FI Em Ações ◆	1.052	0,44868	-3,05	6,21	6,25	7,5
Argos Fundo de Investimento Em Ações	8.139	2,3166101	-2,55	4,52	6,81	# ND
Bradesco FIA Bd	16.558	1214,532452	-2,97	6,02	11,38	2
Bradesco FIC de FIA Ibovespa Alavancado ◆	455	3,6510006	-3,02	5,79	9,94	4
Bradesco Prime FIC de FIA Active ◆	86.444	3,4300766	-3,09	6,10	10,84	2,5
Cohiba Fundo de Investimento de Ações	8.701	0,7333116	-1,32	2,92	8,48	0,3
Coinvalores FIA	7.952	5,6239957	-3,36	6,01	4,46	3
Comercial Master FIA	5.829	113,8051107	-3,41	6,78	7,88	* 2,5
Credit Agricole Selection FIA	31.278	42,418706	-3,14	7,50	12,14	* 4
Crpc Macrofundo FI Ações	5.147	2,5568726	-2,30	2,25	2,63	* 4
es fg Institucional FI Ações	2.389	131,631806	-2,95	3,56	9,15	2
CS "fig" Premium FIA	45.820	121,087953	-2,98	3,67	9,60	* 2
CS Performance FI Em Ações	80.136	0,703009	-2,99	4,27	8,79	* 3
Cshg Ecld FI Em Ações	7.854	1,0756364	-2,41	4,65	7,56	1
Cshg Strategy Ii Master FI Em Ações ◆	38.465	1,0494637	-3,05	2,53	2,87	0
Everest Fundo de Investimento de Ações	3.471	1,3614869	-2,52	6,62	4,36	* 3,5
Explora Long Ações 30 FIC de FI Ações ◆	6.408	55,2057254	-1,98	9,11	7,65	* 2,18
Explora Long Ações FI Ações	11.929	55,9734749	-1,87	9,30	8,19	0,17
Fundo Ações Commodities	9.510	1,4686346	-3,62	6,44	10,47	* 2,5
FI de Ações Vista	545	0,735898	-2,85	7,25	6,89	4
FI de Ações Xp Investor Ibovespa	1.059	0,6530456	-2,97	5,92	6,58	* 4
FI Em Ações Investidor Inteligente	593	0,3514512	-4,59	-8,18	-15,41	4
FI Fator Ações	80.498	3,2632099	-3,31	6,02	8,47	* 2
FI Vot Equity Protection Em Ações	2.988	0,7585754	-3,08	8,21	10,86	2
FI Vot Performance Ações	22.525	1,7766412	-3,38	6,05	9,15	* 2,5
Franklin Templ. Maxi Ações FIA	2.528	1,1444257	-2,88	5,73	7,71	* 3
Fundo de Investimento de Ações Ffc	723	1,5922022	-3,34	3,63	-3,77	* 5
GAP FI Ações	7.862	46,9549688	-2,79	3,67	6,64	3,7
Golden Fundo de Investimento de Ações	827	0,5244147	-3,56	3,90	1,59	# ND
Gwi FIA	31.108	7810,679647	-0,85	10,33	21,72	* 1,55
Gwi Funcionarios FIC FI de Ações ◆	863	299,2603854	-0,83	9,87	20,61	0,08
HSBC FIC FIA Xangai Aquamar Premier 10 ◆	18.136	0,0873724	-1,14	6,97	8,06	* 5
Iporanga Ações FI ◆	10.412	8,100511	-2,89	8,05	11,33	1
Itau Carteira Livre Ações FI	67.293	4,220039	-2,91	7,04	7,66	4
Itau Ibovespa Select Ações Ficfi ◆	116.993	3,143942	-2,93	6,07	6,84	4
Itau Pers Technique Ações FI	237.486	6,438964	-2,92	6,26	7,37	2
Kondor Fundo de Investimento Em Ações	1.689	0,809673	-2,37	10,96	9,06	* 2
Large Caps Select FI de Ações	1.901	100,7593494	-2,30	5,57	0,49	* 2
Lezo Fundo de Investimento de Ações	825	1,0430033	-4,99	4,82	6,11	* 3,5
Link Gestao FIA	4.257	83,101492	-2,61	5,34	9,82	0,5
Maua Bolsa FIA	12.696	117,992291	-3,16	5,21	12,95	* 2
Nest Bravo FIA	12.974	1,3280517	-3,60	2,11	4,91	* 3
Opportunity Logica II FIA	1.747.990	24,670068	-4,58	6,27	2,66	4
Opportunity Logica II Institucional FIA	230.163	5,1473768	-3,60	4,80	4,04	* 2

Finanças

Crédito
Em % no período

Linhas	31/03	30/03	Há 7 dias	Há 30 dias
Desconto de duplicata - ao mês	1,89	1,90	1,90	2,06
Hot money - ao mês				
- 1ª linha	3,40	3,41	3,41	3,49
- 2ª linha	4,43	4,43	4,44	4,51
Capital de giro pré - ao mês				
- 1ª linha	2,10	2,10	2,11	2,27
- 2ª linha	2,50	2,50	2,51	2,69
Export notes - ao ano *	2,52	N/D	1,83	N/D
ACC - ao ano *				
- 30 dias	1,85	1,88	1,93	1,84
- 90 dias	4,46	4,52	4,59	4,73
- 180 dias	6,65	6,68	6,79	6,90
Factoring - ao mês	4,04	4,05	4,05	4,04

Fonte : CMA, Anfac e Valor Data. * Mais variação cambial

Unidades de referência do BNDES
Correção de contratos

Unidade Monetária	Código	Cotação Mar/09	Cotação 01/04/09 (Pró-rata)	Cotação Abr/09
URIP09	398	19,125826	19,128705	19,129706
URIP10	399	19,203449	19,206214	19,207345
URIP15	405	18,270934	18,272967	18,274641
URIP20	410	17,651851	17,653237	17,655432
URBT09	363	9,750786	9,752253	9,752764
URBT10	364	9,790421	9,791767	9,792407
URBT15	369	9,314936	9,315972	9,316825
URBT20	375	8,999318	9,000025	9,001144
URTJ15	535	6,534451	6,535178	6,535777
URTJLP	314	1,972494	1,972897	1,972897
URTJ20	520	6,313041	6,313537	6,314322
UR INPC	329	5,374507	5,391168	5,391168
UR IGP-M	558	8,726804	8,662223	8,662223

Fonte: BNDES e Valor Data.

Índice de Renda Fixa Valor/Ibmec
Base = 100 em 31/12/99

	31/03/09	30/03/09	27/03/09	26/03/09	25/03/09
Índice	489,0854454	488,8024745	488,5022236	488,4768774	488,1552588
5 dias*	0,1906%	0,1934%	0,1034%	0,1383%	0,1217%
30 dias*	1,8744%	1,7795%	1,9168%	1,9244%	1,9063%
Em 2009*	3,9883%	3,9281%	3,8643%	3,8589%	3,7905%

Fonte: Ibmec * Variação.

IMA - Índices de Mercado Andima
Em 31/03/09

Índice	Referência	Valor do Índice	Var. dia %	Var. mês. %	Var. ano %
IRF-M	Total	4.003,9806440	0,02	1,82	5,13
IMA-C	5 *	1.715,1711017	0,01	-0,09	0,88
IMA-C	5+ **	1.835,8241643	-0,04	-0,30	0,66
IMA-C	Total	1.803,6713892	-0,04	-0,29	0,67
IMA-B	5 *	1.817,8169251	-0,01	1,58	6,04
IMA-B	5+ **	1.988,5136720	-0,15	1,67	9,37
IMA-B	Total	1.840,8903689	-0,07	1,62	7,44
IMA-S	Total	1.711,4915892	0,04	0,98	2,92
IMA-Geral	Total	1.773,5070534	0,00	1,32	4,59

Fonte: Andima e Valor Data. * Prazo menor ou igual a 5 anos. ** Prazo maior que 5 anos.

Juro Futuro - BM&F
DI de 1 dia em 31/03/09

Vencimento	PU de ajuste	Contratos em aberto*	Contratos negociados	Volume em R$ milhões	Cotação - em % ao ano médio	Cotação - em % ao ano último
abr/09	**99.958,31**	689.079	52.695	5.267,3	11,100	11,100
mai/09	**99.128,52**	430.479	163.605	16.217,9	11,078	11,070
jun/09	**98.384,31**	276.920	7.720	759,5	10,531	10,490
jul/09	**97.632,26**	931.596	117.180	11.440,0	10,250	10,210
out/09	**95.388,90**	328.960	38.135	3.637,6	9,821	9,790
jan/10	**93.265,13**	1.499.494	233.080	21.738,5	9,687	9,660
abr/10	**91.112,02**	80.987	5.770	525,7	9,808	9,750
jul/10	**88.845,76**	191.756	16.010	1.422,3	9,997	9,950
out/10	**86.501,42**	41.200	975	84,3	10,170	10,180
jan/11	**84.248,42**	354.048	34.120	2.874,0	10,303	10,280
abr/11	**81.990,09**	22.350	2.460	201,7	10,456	10,460

Fonte : BM&FBovespa e Valor Data.
* Na abertura no dia. Contrato = R$ 100.000,00; cotação = taxa de juro.

Selic/CDI/CDB
Em % no período

Taxas	31/03	30/03	27/03	26/03	25/03	24/03
Selic						
Taxa over (em % a.a.)	11,16	11,16	11,16	11,16	11,16	11,16
Taxa over (em % a.m.)	1,2598	1,2598	1,2598	1,2598	1,2598	1,2598
Taxa efetiva (em % a.a.)	11,70	11,70	11,70	11,70	11,70	11,70
Taxa efetiva (em % a.m.) (1)	0,9709	0,9709	0,9709	0,9709	0,9709	0,9709
CDI (2)						
Taxa over (em % a.a.)	11,08	11,03	11,10	11,12	11,12	11,12
Taxa over (em % a.m.)	1,2512	1,2459	1,2534	1,2555	1,2555	1,2555
Taxa efetiva (em % a.a.)	11,65	11,65	11,65	11,65	11,65	11,65
Taxa efetiva (em % a.m.) (1)	0,9665	0,9664	0,9669	0,9671	0,9671	0,9671
Taxa efetiva na data (em % a.d.)	0,0417	0,0415	0,0418	0,0419	0,0419	0,0419
Taxa efetiva acumulada*	0,9665	0,9245	0,8826	0,8404	0,7982	0,7561
CDB						
Pré-30 (taxa bruta - em % a.a.)	11,03	11,05	11,06	11,06	11,08	11,08
Pré-30 (taxa bruta - em % a.m.)	0,8757	0,8772	0,8780	0,8780	0,8795	0,8795

Fonte: BC, Cetip, CMA e Valor Data. (1) Projeção (2) DI extra-grupo * Até a data em % no período

Repasses do BNDES
Taxas de juros e repasses de IR

Período	Juros % ao ano	IR em %	Custo total em %
16/10/08 a 15/01/09	4,318275	3,168979	4,455120
16/01/09 a 15/04/09	5,206966	2,691054	5,347088
Data	**Fator UMBNDES ***	**Data**	**Fator UMBNDES ***
24/03/09	0,043828	27/03/09	0,043525
25/03/09	0,043920	30/03/09	0,044262
26/03/09	0,043685	31/03/09	0,045366

Fonte: BNDES e Valor Data.
* Fatores de correção cambial diários incidentes sobre a posição do passivo exigível do BNDES, em moeda estrangeira, sem vinculação a repasse específico (Resolução no. 635/87).

Custo do dinheiro
Em % no período

Taxas	31/03	30/03	Há 1 semana	No fim de fevereiro	Há 30 dias
Taxas referenciais					
Selic (meta - ano) (1)	11,25	11,25	11,25	12,75	12,75
Selic (taxa efetiva - ano)	11,70	11,70	11,70	12,66	12,66
Referencial Federal (ano)	11,16	11,16	11,16	12,66	12,66
CDI (taxa efetiva - ano) (2)	11,65	11,65	11,65	12,62	12,62
CDB Pré-30 (taxa bruta - ano)	11,03	11,05	11,08	11,99	11,99
CDB Pré-60 (taxa bruta - ano)	10,53	10,61	10,78	11,78	11,78
Anbid - 01 DU (taxa bruta - ano) (3)	-	10,94*	10,95*	12,12	12,12
TR (mês) (4)	-	0,0849	0,0618	0,0871	0,1438
TBF (mês) (4)	-	0,8556	0,8123	0,8678	0,9550
Taxas referenciais de Swap **					
DI x Pré-30 (taxa efetiva - ano)	11,08	11,10	11,14	11,98	11,98
DI x Pré-60 (taxa efetiva - ano)	10,53	10,57	10,74	11,77	11,77
DI x Pré-90 (taxa efetiva - ano)	10,25	10,30	10,48	11,46	11,46
DI x Pré-120 (taxa efetiva - ano)	10,04	10,09	10,27	11,21	11,21
DI x Pré-180 (taxa efetiva - ano)	9,83	9,88	10,05	10,89	10,89
DI x Pré-360 (taxa efetiva - ano)	9,79	9,83	9,92	10,62	10,62
Mercado futuro - projeções anuais dos Depósitos Interfinanceiros					
Contratos de abril/09	11,080	11,115	11,125	11,980	11,980
Contratos de maio/09	11,075	11,100	11,140	11,751	11,751
Contratos de junho/09	10,530	10,560	10,660	11,440	11,440
Contratos de julho/09	10,230	10,278	10,420	11,188	11,188
Contratos de outubro/09	9,820	9,870	10,021	10,790	10,790
Contratos de janeiro/10	9,689	9,729	9,877	10,632	10,632

Fonte: Andima, Anbid, BC, Cetip, BM&FBovespa, CMA e Valor Data. (1) Taxa média over (2) DI extra-grupo Cetip (3) Anualizada com base em 252 dias úteis, a partir de 01/09/00 (4) Variação % no período de 30 dias iniciado na data de referência * Taxa do CDI Over dos bancos ** Taxa efetiva para 252 dias úteis

Prêmio de risco do CDS*
Spread em pontos base - 5 anos**

Entidade de referência	Spread 31/03	Spread 30/03	No fim de fev/09	No fim de dez/08	Variação - em % No dia	No mês	No ano
Brasil	323,2	337,5	399,3	298,5	-4,2	-19,1	8,3
Vale	332,0	346,0	402,9	325,0	-4,1	-17,6	2,1
Petrobras	335,6	349,1	404,3	423,7	-3,9	-17,0	-20,8
México	380,6	402,2	458,2	291,8	-5,4	-16,9	30,4
Rússia	498,4	520,0	764,6	743,5	-4,2	-34,8	-33,0
Argentina	3.752,8	3.755,0	3.299,3	3.905,0	-0,1	13,7	-3,9
Emergentes (1)	614,0	626,0	857,0	758,0	-1,9	-28,4	-19,0

Fonte: Bloomberg, Markit Group Limited e Valor Data (1) CDX - média de 14 países * Credit Default Swap. ** Sobre a Libor

Bônus soberano
Comportamento dos títulos em Nova York em 31/03/09

Emissor	Resgate	Preço*	Cupom % ano	Yield % ano	Spread** Em 31/03/09	Spread** Em 31/12/08	Spread** Há 12 Meses
Argentina							
República	04/12/05	-	-	-	-	-	-
República	09/10/06	-	-	-	-	-	-
República	19/12/08	-	-	-	-	-	-
República	07/04/09	-	-	-	-	-	-
República	15/03/10	26,938	11,375	230,275	22.970	17.486	10.683
República	30/01/17	32,500	11,375	39,943	3.762	3.743	3.519
República	25/02/19	-	-	-	-	-	-
Discount	31/03/23	-	-	-	-	-	-
Par	31/03/23	-	-	-	-	-	-
República	19/09/27	-	-	-	-	-	-
República	21/07/30	-	-	-	-	-	-
Brasil							
EI	15/04/06	-	-	-	-	-	-
República	07/04/08	-	-	-	-	-	-
NMB 1994	15/04/09	-	-	-	-	-	-
República	15/10/09	106,625	14,500	1,949	153	287	154
República	11/01/12	117,875	11,000	4,107	297	325	188
DCB L	15/04/12	-	-	-	-	-	-
C-Bond	15/04/14	-	-	-	-	-	-
A-Bond	15/01/18	109,125	8,000	5,603	293	283	196
Disc Z-L	15/04/24	-	-	-	-	-	-
Par Z-L	15/04/24	-	-	-	-	-	-
República	15/04/24	115,000	8,875	7,223	456	422	303
República	15/05/27	127,750	10,125	7,664	499	432	320
República	17/08/40	126,750	11,000	5,900	364	399	295
Venezuela							
FLIRB A	30/03/07	-	-	-	-	-	-
DCB	18/12/07	-	-	-	-	-	-
Par A	31/03/20	-	-	-	-	-	-
Disc A	31/03/20	-	-	-	-	-	-
República	15/09/27	57,500	9,250	16,753	1.408	1.589	649
México							
UMS	15/01/07	-	-	-	-	-	-
UMS	12/03/08	-	-	-	-	-	-
UMS	14/01/12	109,250	7,500	3,951	282	383	146
UMS	15/09/16	131,000	11,375	6,128	388	341	127
UMS	15/05/26	142,000	11,500	7,193	453	429	213
UMS	08/04/33	101,250	7,500	7,388	385	370	156
Rússia							
República	31/03/10	102,750	8,250	4,432	482	419	374
República	31/03/30	93,688	7,500	8,640	638	843	189
Turquia							
República	15/01/30	132,250	11,875	8,532	499	509	308

Fonte: Agências internacionais e Valor Data. * Preço de compra, em centavos de dólar. ** Em pontos-base sobre o título do Tesouro dos EUA. Cotações às 20h00

DES *
Moeda por DES - 31/03/09

Moedas	Taxas
Dólar americano	1,49507
Dólar australiano	2,17528
Dólar canadense	1,88409
Euro	1,12344
Real brasileiro	-
Rial do Irã	14837,10
Iene	146,6670
Coroa norueguesa	9,98742
Libra esterlina	1,04259
Rial da Arábia	5,60654
Coroa sueca	12,38670
Coroa dinamarquesa	8,36764
Franco suíço	1,70199

* Taxas referentes aos Direitos Especiais de Saques do FMI.
Fonte: Agências internacionais e Valor Data.

Captações de recursos no exterior
Últimas operações realizadas no mercado internacional *

Emissor/Tomador	Data de liquidação	Data de vencimento	Prazo meses	Valor (US$ milhões)	Cupom/Custo em %	Retorno em %	Spread pontos-base **
Petrobras (7)	07/11/08	nov/20	144	200	-	-	-
BNDES (3)	dez/08	-	-	250	-	-	-
Petrobras (8)	10/12/08	dez/18	120	750	-	-	-
TAM (1)	29/12/08	dez/20	144	580,5	-	-	-
República do Brasil	13/01/09	15/01/19	120	1.025	5,875	6,127	370
Petrobras	11/02/09	15/03/19	121	1.500	7,875	8,125	518,4
Embratel (4)	mar/09	mar/14	60	200	2,8 (4)	-	-
Grupo Votorantim (5)	mar/09	mar/21	144	300	-	-	-
Usiminas (2)	mar/09	mar/17	96	200	1,5 (6)	-	-

Fonte: Instituições, agências internacionais e Valor Data. * Atualizada em 31/03/09. ** Sobre o título do Tesouro americano de mesmo prazo. (1) Financiamento à importação com leasing; desembolso em quatro parcelas (cerca de US$ 145,1 mi cada). Data referente à última parcela. (2) Empréstimo, equivalente a 19,6 bilhões de ienes, com participação BID. (3) Empréstimo tomado junto ao Japan Finance Corporantion - JFC (antigo JBIC, US$ 150 mi) e a bancos privados japoneses (US$ 100 mi). (4) Empréstimo guarda-chuva. Do total, US$ 50 milhões referentes à parcela do Nordic Investment Bank - NIB. A parcela B, US$ 150 milhões, por meio de seis bancos. Custo sobre a Libor. (5) Empréstimo com seguro de risco político e comercial da agência de crédito à exportação japonesa Nexi. (6) Sobre a Libor. (7) Empréstimo com seguro da agência de crédito à exportação italiana Sace. (8) Empréstimo, equivalente a 75 bilhões de ienes, com seguro da Nexi.

TBF
Variações % no período

Período	Dias úteis	TBF
07/03 a 07/04	21	0,8919
08/03 a 08/04	22	0,9346
09/03 a 09/04	23	0,9691
10/03 a 10/04	23	0,9536
11/03 a 11/04	22	0,8979
12/03 a 12/04	21	0,8571
13/03 a 13/04	20	0,8089
14/03 a 14/04	20	0,8086
15/03 a 15/04	21	0,8493
16/03 a 16/04	22	0,8896
17/03 a 17/04	22	0,8825
18/03 a 18/04	22	0,8733
19/03 a 19/04	21	0,8601
20/03 a 20/04	20	0,7913
21/03 a 21/04	20	0,8138
22/03 a 22/04	20	0,8138
23/03 a 23/04	21	0,8783
24/03 a 24/04	21	0,8123
25/03 a 25/04	21	0,8220
26/03 a 26/04	20	0,8079
27/03 a 27/04	19	0,7490
28/03 a 28/04	19	0,7614
29/03 a 29/04	20	0,8016
30/03 a 30/04	21	0,8556

Fonte: Banco Central e Valor Data.

Moedas estrangeiras
Cotações de compra e venda - 31/03/09

Países	Libra Esterlina Compra	Libra Esterlina Venda	Dólar Compra	Dólar Venda	Franco Suíço Compra	Franco Suíço Venda
Coroa Dinamarca	8,0473	8,0543	5,6200	5,6228	20,2687	20,2908
Coroa Norueguesa	9,6371	9,7204	6,7309	6,7953	0,1677	0,1694
Coroa Sueca	11,7988	11,8314	8,2437	8,2558	0,1380	0,1383
Dólar Americano	0,6980	0,6984	-	-	1,1397	1,1404
Dólar Canadense	1,8058	1,8089	1,2613	1,2628	0,9025	0,9041
Escudo Português#	216,6997	216,9152	151,2878	151,3186	0,0075	0,0075
EURO**	1,0800	1,0815	1,3247	1,3252	1,5097	1,5112
Florim Holandês#	2,3820	2,3843	1,6630	1,6633	68,5182	68,5733
Franco Belga#	43,6031	43,6465	30,4413	30,4475	3,7430	3,7461
Franco Francês#	7,0902	7,0972	4,9500	4,9510	23,0189	23,0374
Franco Suíço	1,6318	1,6337	1,1397	1,1404	-	-
Iene Japonês	141,5100	141,6300	98,8085	98,8740	1,1526	1,1541
Libra Esterlina**	-	-	1,4318	1,4326	1,6317	1,6337
Lira Italiana#	2.092,9020	2.094,9830	1.461,1480	1.461,4460	0,0780	0,0780
Marco Alemão#	2,1132	2,1149	1,4759	1,4762	0,7720	0,7726
Peseta Espanhola#	179,8455	180,0244	125,5582	125,5838	0,9075	0,9082
Peso Argentino	5,3126	5,3201	3,7185	3,7185	0,3065	0,3067
Peso México	20,2847	20,3214	14,1675	14,1850	0,0803	0,0805
Peso Uruguaio	34,3626	34,5268	24,0000	24,1000	0,0473	0,0475
Real	3,3030	3,3078	2,3210	2,3245	0,4903	0,4913
Xelim Austríaco#	14,8734	14,8882	10,3838	10,3859	0,1097	0,1098

Fonte: Bloomberg e Valor Data
*Denominação da libra esterlina, dólar americano e franco suíço frente às demais moedas no mercado "spot".
** Cotações em dólares por unidade monetária. #Valores teóricos, para simples referência.

Euro Libor *
Libor - repasses interbancários** em 31/03/09

Banco	1 mês	3 meses	6 meses	1 ano
Barclays	1,0900	1,4900	1,7000	1,8900
BTM	1,1400	1,5100	1,6800	1,8300
Citibank	1,1200	1,4800	1,6700	1,8100
DeutscheBank	1,1400	1,5600	1,7200	1,8600
WestLB	1,2000	1,5700	1,7200	1,8600
Chase	1,0700	1,4600	1,6200	1,7600

Fonte: Bloomberg e Valor Data.
* Taxas da BBA e da Federação Bancária da União Européia ** Taxas expressas em euro, em % ao ano.

Eurodólares - Londres
Libor - repasses interbancários em US$ - % ao ano*

Banco	1 mês	3 meses	6 meses	1 ano
Barclays	0,5500	1,3000	1,9000	2,4800
BTM	0,6000	1,2200	1,7300	1,9600
Citibank	0,5000	1,2000	1,7400	1,9800
Deutsche	0,4600	1,1500	1,7400	1,9500
Bank of America	0,4800	1,2000	1,7500	2,0000
Loyds	0,5000	1,2000	1,7300	1,9700
CSFB	0,5000	1,1500	1,7400	2,2000
Chase	0,4500	1,1500	1,6800	1,9200
HSBC	0,5000	1,1600	1,6700	1,9200

Depósitos

Moeda	1 mês Compra	1 mês Venda	3 meses Compra	3 meses Venda	6 meses Compra	6 meses Venda	1 ano Compra	1 ano Venda
Dólar americano	0,5000	0,6000	1,0000	1,2500	1,2000	1,8000	1,8000	2,5000
Dólar canadense	0,5000	0,7000	0,8000	1,0000	1,0500	1,3500	1,6500	1,9500
Euro	1,16	1,19	1,46	1,56	1,62	1,64	1,80	1,90
Marco alemão	1,16	1,19	1,46	1,56	1,62	1,64	1,80	1,90
Franco suíço	0,2900	0,3400	0,5400	0,7000	0,8700	0,9200	1,0000	1,0000
Franco francês	1,16	1,19	1,46	1,56	1,62	1,64	1,80	1,90
Florim holandês	1,16	1,19	1,46	1,56	1,62	1,64	1,80	1,90

Fonte: Bloomberg e Valor Data. * Em 31/03/09

Juros externos
Empréstimos - em % ao ano

Taxas	31/03	30/03	Há 1 semana	No fim de fevereiro	Há 30 dias
Libor - Empréstimos interbancários em dólar *					
1 mês	0,50063	0,50875	0,52094	0,49625	0,49625
3 meses	1,19188	1,20750	1,22625	1,26438	1,26438
6 meses	1,73563	1,74500	1,77375	1,80313	1,80313
9 meses	1,83313	1,84688	1,88875	1,95625	1,95625
1 ano	1,97188	1,98375	2,03250	2,11938	2,11938
Eurolibor - Empréstimos interbancários em euro *					
1 mês	1,11750	1,12688	1,16188	1,52375	1,52375
3 meses	1,50625	1,51500	1,55438	1,82813	1,82813
6 meses	1,67750	1,68625	1,71875	1,93875	1,93875
1 ano	1,82563	1,83438	1,86375	2,03625	2,03625
Taxas referenciais no mercado norte-americano					
Prime Rate	3,25	3,25	3,25	3,25	3,25
Federal Fund	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25
Taxa de Desconto	0,50	0,50	0,50	0,50	0,50
T-Bill (1 mês)	0,1320	0,0100	0,0440	0,1460	0,1460
T-Bill (3 meses)	0,2060	0,1820	0,2110	0,2520	0,2520
T-Bill (6 meses)	0,4200	0,4170	0,4010	0,4400	0,4400
T-Note (2 anos)	0,8000	0,8470	0,9530	0,9740	0,9740
T-Note (5 anos)	1,6570	1,7250	1,7270	1,9860	1,9860
T-Note (10 anos)	2,6650	2,7140	2,7030	3,0150	3,0150
T-Bond (30 anos)	3,5350	3,5990	3,6390	3,7090	3,7090

Fonte: Bloomberg e Valor Data.
* Taxa da British Bankers´ Association com base em informações de 16 bancos.

Prêmio de risco do EMBI+*
Spread em pontos base **

País	Prêmio 31/03	Prêmio 30/03	No fim de fev/09	No fim de dez/08	Variação - em % No dia	No mês	No ano
Geral	ND	639	649	690	-	-1,54	-7,39
Brasil	ND	427	421	428	-	1,43	-0,23
México	ND	374	371	376	-	0,81	-0,53
Rússia	ND	574	643	743	-	-10,73	-22,75
Turquia	ND	530	551	532	-	-3,81	-0,38
Filipinas	ND	426	446	541	-	-4,48	-21,26
Colômbia	ND	485	459	498	-	5,66	-2,61
Venezuela	ND	1.587	1.617	1.862	-	-1,86	-14,77
Peru	ND	422	383	509	-	10,18	-17,09
Argentina	ND	1.932	1.727	1.704	-	11,87	13,38

Fonte: JP Morgan e Valor Data.
* Calculado pelo JP Morgan. ** Sobre o título do tesouro americano

Estoque CETIP
Títulos por Sistema - 31/03/09

	Volume R$ milhões	Part (%) Sobre total
CETIP	**133.750,1**	**5,12**
- CDB	34.084,5	1,31
- DI	98.408,4	3,77
- Outros	1.257,2	0,05
SMP	**17.102,7**	**0,66**
SNA	**1.175.472,8**	**45,02**
- CDB	701.264,0	26,86
- Certif. Financ. do Tesouro	9.210,8	0,35
- Outros	464.998,0	17,81
SPR	**252.203,0**	**9,66**
SCF	**431.273,1**	**16,52**
SND (Debêntures)	**253.861,2**	**9,72**
LH - Letras Hipotecárias	**896,1**	**0,03**
Outros	**346.518,2**	**13,27**
Total	**2.611.077,2**	**100,00**

Fonte : CETIP e Valor Data.

Volume CETIP *
Títulos por Sistema - 30/03/09

	Volume R$ milhões	Part (%) Sobre total
CETIP	**8.447,2**	**31,62**
- CDB	1.116,3	4,18
- DI	7.326,7	27,42
Over total	7.177,2	26,86
Extra	999,4	3,74
Intra	6.177,9	23,12
Demais DI	149,4	0,56
- Outros	4,2	0,02
SPR	**1.142,6**	**4,28**
SNA	**11.233,3**	**42,05**
- CDB	3.717,5	13,91
- DI	7.501,7	28,08
- Outros	14,1	0,05
Demais sistemas**	**5.893,6**	**22,06**
Total	**26.716,7**	**100,00**

Fonte : CETIP e Valor Data.
* Volume depositado. ** Inclui Derivativos.

Euribor *
Taxas em % ao ano

Prazo	31/03	30/03	27/03	26/03	25/03
1 semana	0,999	1,010	1,017	1,019	1,006
2 semanas	1,021	1,029	1,034	1,035	1,034
1 mês	1,121	1,135	1,148	1,155	1,163
2 meses	1,323	1,338	1,352	1,359	1,363
3 meses	1,510	1,520	1,531	1,538	1,548
4 meses	1,584	1,594	1,605	1,611	1,618
5 meses	1,621	1,632	1,643	1,650	1,656
6 meses	1,670	1,680	1,693	1,700	1,705
7 meses	1,700	1,709	1,719	1,729	1,733
8 meses	1,723	1,733	1,744	1,753	1,757
9 meses	1,742	1,752	1,762	1,772	1,776
10 meses	1,764	1,777	1,788	1,799	1,802
11 meses	1,789	1,800	1,812	1,822	1,827
12 meses	1,812	1,824	1,838	1,849	1,853

Fonte: Bloomberg e Valor Data.
* Taxas da BBA e da Federação Bancária da União Européia.

Evolução das aplicações financeiras
Rentabilidade no período em %

Renda Fixa	Nominal mar/09**	Nominal fev/09	Nominal Ano**	Nominal 12 meses***	Real* mar/09**	Real* fev/09	Real* Ano**	Real* 12 meses***
CDI (1)	0,97	0,85	2,88	12,71	1,72	0,59	3,83	6,06
CDB (2)	0,94	0,99	3,01	12,62	1,69	0,73	3,96	5,97
Poupança (3)	0,64	0,55	1,89	8,13	1,40	0,28	2,83	1,74
Fdo. Referenciado DI	0,87	0,87	2,82	12,37	1,62	0,60	3,77	5,73
Fdo. Renda Fixa	0,91	0,90	2,94	13,02	1,66	0,64	3,89	6,35
Renda Variável								
Ibovespa	7,18	-2,84	8,99	-32,87	7,98	-3,09	9,99	-36,84
IVBX-2	4,53	-1,96	1,52	-32,56	5,31	-2,21	2,46	-36,54
FGV-100	4,07	-2,87	4,07	-33,27	4,84	-3,12	5,03	-37,21
FGV-100 E	4,23	-0,12	7,61	-23,44	5,01	-0,38	8,60	-27,96
Dólar Comercial	-2,19	2,24	-0,69	32,23	-1,46	1,98	0,23	24,42
Dólar Paralelo	0,00	2,04	0,00	30,89	0,75	1,78	0,92	23,16
Ouro BM&F (4)	-4,29	3,70	4,77	30,10	-3,57	3,43	5,74	22,42
Fdo. Ibov. Ativo	10,46	-1,32	12,49	-30,66	11,28	-1,58	13,53	-34,76
Fdo. Ibov. Ativo (5)	8,72	-2,85	7,67	-30,11	9,53	-3,10	8,67	-34,24
Fdo. Cambial Dólar (6)	-5,37	2,86	-3,72	30,15	-4,66	2,59	-2,83	22,46
Fdo. Multimer. c/ RV	1,20	1,05	3,89	7,62	1,95	0,79	4,85	1,27
Fdo. Multimer. s/ RV	1,02	0,99	3,58	13,20	1,77	0,73	4,54	6,52
Inflação								
IPCA	-	0,55	1,03	5,40	-	-	-	-
IGP-M	-0,74	0,26	-0,92	6,27	-	-	-	-

Fonte: Cetip, Anbid, BM&FBovespa, FGV, BC, IBGE, CMA e Valor Data. * Descontado o IGP-M ** Rendimento em mar/09 até o dia 31 (CDI, bolsas, dólar e ouro) e até o dia 26 (fundos) *** Até março de 2009 (1) DI extra-grupo taxa efetiva (2) rendimento bruto do 1º dia útil do mês (3) rentabilidade do 1º dia do mês (4) Mercado Spot (5) Com alavancagem (6) Sem alavancagem

Reservas internacionais
Em US$ milhões

Fim de período	Liquidez Internacional *	Diário	Liquidez Internacional *
2001	35.866	02/03	199.864
2002	37.823	03/03	199.909
2003	49.296	04/03	199.639
2004	52.935	05/03	199.797
2005	53.799	06/03	200.113
2006	85.839	09/03	199.757
2007	180.334	10/03	199.522
2008	206.806	11/03	199.477
fev/08	192.902	12/03	199.932
mar/08	195.232	13/03	200.387
abr/08	195.767	16/03	200.378
mai/08	197.906	17/03	200.486
jun/08	200.827	18/03	201.058
jul/08	203.562	19/03	203.201
ago/08	205.116	20/03	202.914
set/08	207.494	23/03	202.947
out/08	203.179	24/03	202.378
nov/08	206.377	25/03	202.344
dez/08	206.806	26/03	202.079
jan/09	200.813	27/03	202.148
fev/09	199.412	30/03	202.125

Fonte: Banco Central e Valor Data.
*Agrega, aos valores do conceito Caixa, haveres como títulos de exportação e outros de médio e longo prazos.

Câmbio
Em 31/03/09

Moeda	Em US$* Compra	Em US$* Venda	Em R$** Compra	Em R$** Venda
Baht (Tailândia)	35,4500	35,4800	0,065231	0,065309
Balboa (Panamá)	1,00000	1,00000	2,31440	2,31520
Bolívar Forte (Venezuela)	2,14460	2,15000	1,07647	1,07955
Boliviano (Bolívia)	7,02500	7,02500	0,329452	0,329566
Cedi (Gana)	14060,0	14180,0	0,0001632	0,0001647
Colon (Costa Rica)	558,200	568,000	0,0040746	0,0041476
Coroa (Dinamarca)	5,60200	5,60285	0,413076	0,413281
Coroa (Eslováquia)	-	-	-	-
Coroa (Estônia)	11,7643	11,7678	0,196672	0,196799
Coroa (Islândia)	122,200	122,800	0,018847	0,018946
Coroa (Noruega)	6,69900	6,70400	0,345227	0,345604
Coroa (Rep. Tcheca)	20,5300	20,5560	0,112590	0,112772
Coroa (Suécia)	8,20610	8,21110	0,281862	0,282132
Dinar (Argélia)	73,6283	76,6283	0,030203	0,031444
Dinar (Bahrain)	0,376960	0,377010	6,13883	6,14177
Dinar (Kuwait)	0,295000	0,296000	7,81892	7,84814
Dinar (Líbia)	1,29685	1,29685	1,78463	1,78525
Direitos Especiais de Saque ***	1,49507	1,49507	3,46019	3,46139
Dirham (Emirados Árabes Unidos)	3,67280	3,67330	0,630060	0,630364
Dirham (Marrocos)	8,39010	8,41060	0,275177	0,275944
Dólar (Austrália)***	0,696700	0,696980	1,61244	1,61365
Dólar (Bahamas)	0,998000	1,00200	2,30978	2,31984
Dólar (Barbados)	2,00000	2,00000	1,15720	1,15760
Dólar (Belize)	1,95750	1,95750	1,18232	1,18273
Dólar (Bermudas)	1,00000	1,00000	2,31440	2,31520
Dólar (Canadá)	1,25970	1,26005	1,83675	1,83790
Dólar (Cayman)***	1,21951	1,21951	2,82243	2,82341
Dólar (Cingapura)	1,52030	1,52090	1,52173	1,52286
Dólar (EUA)	1,0000	1,0000	2,31440	2,31520
Dólar (Guiana)	204,450	204,450	0,011320	0,011324
Dólar (Hong Kong)	7,75030	7,75100	0,298594	0,298724
Dólar (Ilhas Salomão)	7,64526	8,36820	0,276571	0,302828
Dólar (Nova Zelândia)***	0,571400	0,572400	1,32245	1,32522
Dólar (Trinidad e Tobago)	6,26750	6,31830	0,366301	0,369398
Dongue (Vietnã)	17602,0	17802,0	0,0001300	0,0001315
Euro (Comunidade Européia)***	1,32930	1,32960	3,07653	3,07829
Florim (Antilhas Holandesas)	1,79000	1,79000	1,29296	1,29341
Florim (Aruba)	1,79000	1,79000	1,29296	1,29341
Forint (Hungria)	230,870	232,250	0,0099651	0,010028

Moeda	Em US$* Compra	Em US$* Venda	Em R$** Compra	Em R$** Venda
Franco (Suíça)	1,13800	1,13850	2,03285	2,03445
Guarani (Paraguai)	5065,00	5175,00	0,0004472	0,0004571
Hyvnia (Ucrânia)	8,05000	8,07000	0,286791	0,287603
Iene (Japão)	99,1680	99,1820	0,023335	0,023346
Kuna (Croácia)	5,60150	5,62990	0,411091	0,413318
Kwanza (Angola)	74,9500	76,0000	0,030453	0,030890
Libra (Egito)	5,62200	5,63300	0,410865	0,411811
Libra (Líbano)	1499,00	1507,50	0,0015353	0,0015445
Libra (Síria)	46,7003	46,7003	0,049559	0,049576
Libra Esterlina (Grã Bretanha)***	1,43616	1,43656	3,32385	3,32592
Lita (Lituânia)	2,59650	2,59920	0,890428	0,891662
Naira (Nigéria)	147,500	148,700	0,015564	0,015696
Nova Lira (Turquia)	1,65860	1,65900	1,39506	1,39588
Novo Dólar (Taiwan)	33,9050	33,9190	0,068233	0,068285
Novo Sol (Peru)	3,15330	3,15630	0,733264	0,734215
Peso (Argentina)	3,71050	3,71350	0,623240	0,623959
Peso (Chile)	582,100	583,600	0,0039657	0,0039773
Peso (Colômbia)	2537,10	2542,10	0,0009104	0,0009125
Peso (Cuba)	0,998000	1,00200	2,30978	2,31984
Peso (Filipinas)	48,2400	48,3200	0,047897	0,047993
Peso (México)	14,1929	14,2104	0,162867	0,163124
Peso (Rep. Dominicana)	35,7500	36,0000	0,064289	0,064761
Peso (Uruguai)	23,9000	24,2000	0,095636	0,096870
Rande (África do Sul)	9,45800	9,50750	0,243429	0,244788
Rial (Arábia Saudita)	3,75030	3,75060	0,617075	0,617337
Rial (Irã)	9711,00	9746,00	0,0002375	0,0002384
Ringgit (Malásia)	3,64000	3,65000	0,634082	0,636044
Rublo (Rússia)	33,8955	33,8969	0,068278	0,068304
Rúpia (Índia)	50,7150	50,7550	0,045599	0,045651
Rúpia (Indonésia)	11680,0	11780,0	0,0001965	0,0001982
Rúpia (Paquistão)	80,5300	80,5500	0,028733	0,028750
Shekel (Israel)	4,21620	4,22180	0,548202	0,549120
Sucre (Equador)	25000,0	25000,0	0,0000926	0,0000926
Won (Coréia do Sul)	1368,75	1375,70	0,0016823	0,0016915
Yuan Renminbi (China)	6,83360	6,83360	0,338680	0,338797
Zloty (Polônia)	3,47200	3,48300	0,664485	0,666820

	Cotações PM Fixing(2)	Cotações Paridade(3)	Em R$(1) Compra	Em R$(1) Venda
Dólar Ouro	916,50	0,033937	68,1970	68,2205

Fonte: Banco Central do Brasil e Valor Data.
* Cotações em unidades monetárias por dólar. ** Cotações em reais por unidade monetária.
*** Moedas do tipo ´B´ (cotadas em dólar por unidade monetária). (1) Por grama. (2) US$ por onça. (3) Grama por US$.
Observações:
As taxas acima deverão ser utilizadas somente para coberturas específicas de acordo com a legislação vigente. As contratações acima referidas devem ser realizadas junto às regionais de câmbio do Rio e de São Paulo. O lote mínimo operacional, exclusivamente para efeito das operações contratadas junto à mesa de operações do Banco Central em Brasília, foi fixado para hoje em US$ 1.000.000.

Taxa Referencial e Poupança
Variações no período - em %

Período	DU	TR	Poupança*	Período	DU	TR	Poupança*
01/03 a 30/03	20	0,0871	0,6445	15/03 a 15/04	21	0,0787	0,5791
01/03 a 31/03	21	0,1204	0,6445	16/03 a 16/04	22	0,1088	0,6093
01/03 a 01/04	22	0,1438	0,6445	17/03 a 17/04	22	0,1017	0,6022
02/03 a 02/04	23	0,1729	0,6738	18/03 a 18/04	22	0,1025	0,6030
03/03 a 03/04	23	0,1641	0,6649	19/03 a 19/04	21	0,0795	0,5799
04/03 a 04/04	23	0,1480	0,6487	20/03 a 20/04	20	0,0410	0,5412
05/03 a 05/04	22	0,1479	0,6486	21/03 a 21/04	20	0,0534	0,5537
06/03 a 06/04	21	0,1085	0,6090	22/03 a 22/04	20	0,0534	0,5537
07/03 a 07/04	21	0,1011	0,6016	23/03 a 23/04	21	0,0975	0,5980
08/03 a 08/04	22	0,1335	0,6342	24/03 a 24/04	21	0,0618	0,5621
09/03 a 09/04	23	0,1578	0,6586	25/03 a 25/04	21	0,0715	0,5719
10/03 a 10/04	23	0,1424	0,6431	26/03 a 26/04	20	0,0475	0,5477
11/03 a 11/04	22	0,1071	0,6076	27/03 a 27/04	19	0,0189	0,5190
12/03 a 12/04	21	0,0864	0,5868	28/03 a 28/04	19	0,0212	0,5213
13/03 a 13/04	20	0,0485	0,5487	29/03 a 29/04	20	0,0413	-
14/03 a 14/04	20	0,0482	0,5484	30/03 a 30/04	21	0,0849	-

Fonte: BC e Valor Data * Rendimento da caderneta de poupança no último dia do período.

FRA de Cupom*
Taxa de juro futuro em 31/03/09

Venc.	Ajuste de referência em %	Número de negócios	Contratos negociados	Preço em % Mínimo	Preço em % Máximo	Preço em % Último
mai/09	-	-	-	-	-	-
jun/09	1,05	9	2.800	1,00	1,05	1,05
jul/09	1,18	9	2.100	1,17	1,20	1,18
out/09	1,63	3	780	1,63	1,68	1,68
jan/10	1,98	10	1.240	1,96	2,05	1,98
abr/10	2,33	13	1.700	2,33	2,45	2,33

Fonte: BM&FBovespa e Valor Data * Operação estruturada para a negociação da taxa de juros em dólar, sem a variação cambial do dia anterior. Contratos de US$ 50.000,00; cotação = juro.

Câmbio e Ouro
Preços e variações % dos ativos em 31/03/09

Indicador	Preços Compra (R$/US$)	Preços Venda (R$/US$)	Ágio**** (em %)	Variação em % No dia	Período No mês	Período No ano
Dólar (Ptax) *	2,3144	2,3152	-	-0,62	-2,66	-0,93
Dólar Comercial (Mercado)	2,3160	2,3180	0,12	-0,60	-2,19	-0,69
Turismo	2,1900	2,4300	4,96	-1,62	-2,41	-0,82
Paralelo	2,3000	2,5000	7,98	0,00	0,00	0,00
Cabo	2,3000	2,5000	7,98	0,00	0,00	0,00
Ouro (BM&F) **	-	67,000	-	-0,30	-4,29	4,77
Ouro (Nova York) ***	918,70	919,30	-	-0,08	-1,93	5,62
Ouro (Londres) ***	-	916,50	-	-1,24	-3,73	5,38

Fonte: BC, CMA, BM&FBovespa, Bloomberg e Valor Data.
"* Taxa média do Banco Central ** Fechamento do contrato padrão na BM&F (250 gramas) *** Fechamento em US$/onça-troy spot na NYCE ; a onça-troy é equivalente a 31,103 gramas **** Sobre o dólar comercial do BC."

Dólar
Taxa do dólar comercial em 31/03/09

Vencimento	Projeção %	Contratos Em aberto *	Contratos Negociados	Volume em R$ milhões	Cotação Último	Cotação Ajuste
Futuro - cotação = R$/US$ 1.000,00**						
abr/09	**0,00**	276.328	55.210	6.385,7	2.315,00	2.315,20
mai/09	**0,40**	380.413	357.085	41.533,4	2.334,00	2.324,44
jun/09	**1,08**	23.410	295	34,5	2.344,00	2.340,11
jul/09	**1,74**	62.475	910	107,6	2.366,00	2.355,56
ago/09	**2,41**	4.735	1.190	141,2	2.375,00	2.370,94
Pronto - cotação = R$/US$ 1,00						
2	-	-	-	244,4	2,3180	-

Fonte : BM&FBovespa e Valor Data * Na abertura do dia **Contratos de US$ 50.000,00.

Finanças | Fundos de Investimento

Referenciados

Referenciado DI – Continuação

Nome do fundo	Patrim. Líquido R$/Mil	Valor Quota R$	Rent. No dia	Acum. % No mês	Acum. % No ano	Tx. de Adm. %
Bny Mellon Arx Ft Referenciado DI Lp VII ❑	95.875	1,1827834	0,04	0,93	2,78	0,5
Bny Mellon Arx Ft Referenciado DI Lp X ❑	95.866	1,1828648	0,04	0,93	2,78	0,5
Bny Mellon Arx Ft Referenciado DI Lp VIII ❑	95.866	1,1828736	0,04	0,93	2,78	0,5
Bny Mellon Arx Inr281 Ft Referenciado DI Lp	247.599	1,4172278	0,04	0,92	2,77	# ND
Bny Mellon Leblon Ft Referenciado DI Lp ❑	322.392	1,0647902	0,04	0,96	2,88	0,2
Boavista Ft Referenciado DI ❑		0,9400449	66,83	-91,22	-97,52	0
Boavista Ft Referenciado DI Der ❑	21	401,5236063	-0,10	-1,85	-6,26	# ND
Brad FC Ft Ref DI Produzir Bahia III ❑ ♦	55.180	1,3058229	0,03	0,73	2,24	# ND
Brad Private FIC Ft Ref DI Federal Plus ❑ ♦	701.930	3,0087663	0,04	0,95	2,84	0,3
Bradesco Corporate FIC Ref. DI Federal ❑ ♦	141.034	1,0297056	0,04	0,96	2,87	0,15
Bradesco Empresas FIC de R Ref DI Plus ❑ ♦	95.427	2,161603	0,04	0,99	2,90	0,7
Bradesco Empresas FIC Ft Ref DI Top ❑ ♦	541.973	1,3612183	0,04	1,03	3,02	# ND
Bradesco Empresas FIC Ref DI Federal ❑ ♦	1.197.667	2,173326	0,04	0,93	2,79	0,5
Bradesco Ft Referenciado DI Ativo ❑	35.180	2,2707892	0,04	0,95	2,83	0,3
Bradesco Ft Referenciado DI High ❑	45.327	1026,355257	0,04	0,95	2,86	0,8
Bradesco Ft Referenciado DI Performance	961.070	10,3742966	0,04	0,92	2,84	# ND
Bradesco Ft Referenciado DI Premium ❑	1.858.534	4,3455979	0,04	1,07	3,10	0,2
Bradesco Ft Referenciado DI Sky ❑	157.439	290,7612823	0,04	0,96	2,87	# ND
Bradesco Ft Referenciado DI Top ❑	1.145.392	396,00515	0,04	1,00	3,02	0,15
Bradesco Ft Referenciado DI Unico ❑	2.277.184	11,2971616	0,04	0,99	3,00	# ND
Bradesco FIC de Ft Ref DI Brilhante ❑ ♦	871.990	2,7773171	0,03	0,83	2,46	2,5
Bradesco FIC de Ft Ref DI Federal ❑ ♦	282.430	1028,103908	0,04	0,89	2,66	1
Bradesco FIC de Ft Ref DI Federal Plus ❑ ♦	1.542.185	4,3152523	0,04	0,95	2,84	0,3
Bradesco FIC de Ft Ref DI Hiperfundo ❑ ♦	3.953.556	272,5687016	0,03	0,66	1,97	4,5
Bradesco FIC de Ft Ref DI Nikkei ❑ ♦	1.203	1,304453	0,03	0,78	2,25	3
Bradesco FIC de Ft Ref DI Platinum ❑ ♦	1.906.898	3,1224684	0,04	0,96	2,83	1
Bradesco FIC de Ft Ref DI Prefer Pub ❑ ♦	147.955	1,6382369	0,04	0,89	2,69	0,9
Bradesco FIC de Ft Ref DI Safira ❑ ♦	199.462	2,5658239	0,03	0,74	2,21	3,5
Bradesco FIC de Ft Ref DI Special ❑ ♦	353.310	6,7201556	0,04	1,01	2,95	0,5
Bradesco FIC de Ft Ref DI Topazio ❑ ♦	817.595	1,8397888	0,04	0,92	2,70	1,5
Bradesco FIC Ft Ref DI Produzir Bahia II ❑ ♦	2.010	1,2913796	0,03	0,72	2,19	# ND
Bradesco FIC Ft Ref. DI Fertil Mix ❑ ♦	17.563	1,2671886	0,04	0,96	2,81	# ND
Bradesco FIC Refer DI Produzir ❑ ♦	494	2,781205	0,03	0,60	1,86	# ND
Bradesco Prime FIC de Ft Ref DI ❑ ♦	239.929	2,1034013	0,04	0,84	2,56	2
Bradesco Prime FIC de Ft Ref DI Plus ❑ ♦	1.642.716	2,2713328	0,04	0,97	2,90	0,7
Bradesco Prime FIC de Ft Ref DI Special ❑ ♦	543.428	1,8840056	0,04	0,95	2,82	1
Bradesco Private FIC de Ft Ref DI ❑ ♦	73.008	3,2196917	0,04	1,01	2,95	0,5
Bradesco Private Ficfi Ref DI Portifolio ❑ ♦	53.752	3,3180309	0,04	1,02	3,00	0,3
Btam Fi Referenciado DI Federal ❑ ♦	4.671.424	4,422676	0,04	0,97	2,91	0
Btam Fi Referenciado DI Rubi ❑ ♦	12.425.883	3,3757246	0,04	1,05	3,08	0
BRB Lider ❑	77.526	9,8735978	0,04	0,90	2,74	2
Btmu Leader Ft Referenciado DI ❑	147.278	10,6334603	0,04	0,93	2,78	0,5
Ca Dl Master Ft Referenciado Longo Prazo ❑	706.795	52,499609	0,05	1,00	2,86	0,3
Ca Dl Premiere Ftc Ft Referenciado Lp ❑ ♦	50.718	50,946842	0,04	0,97	2,77	0,65
Caixa Ft Brasil Di Lp	1.352.617	1,341112	0,04	0,93	2,86	0,2
Caixa Ft Master Plus Dl Longo Prazo ♦	515.372	1,090533	0,04	0,93	2,88	0,1
Caixa Ft Mega Ref Di	15.315	1,015937	0,04	0,91	1,59	0,25
Caixa Ftc Dl Longo Prazo ♦	659.676	7,981755	0,03	0,76	2,37	2
Caixa Ftc Preferencial Di Lp ♦	515.225	2,074377	0,04	0,88	2,72	0,75
Caixa Ftc Pro Olimpico Brasil Di Lp ♦	540	1,155468	0,03	0,62	1,94	3
California Fi Referenciado Dl ❑	42.135	1,463834	0,05	0,99	2,96	0
CS Dl Fi Referenciado de Longo Prazo	205.946	1,73626	0,04	0,91	2,78	# ND
Cshg Dl Executive Ftc Fi Referenciado ♦	28.380	1,618346	0,04	0,91	2,79	# ND
Cshg Dl Max Private FIC Fi Referenciado ❑ ♦	1.196.925	1,0863199	0,04	0,99	2,91	0,75
Cshg Dl Private FIC Fi Ref ❑ ♦	737.071	3,3302841	0,04	0,98	2,87	0,4
Cshg Soberano Exclusivo Ftc Fi Ref Dl ❑ ♦	533.300	1,0478578	0,04	0,96	2,87	0,15
Cshg Soberano Master Fi Referenciado Dl ❑ ♦	973.284	1,0485041	0,04	0,97	2,91	0
Cshg Soberano Premium FIC de Ft Ref Dl ❑ ♦	13.720	1,0454162	0,04	0,91	2,70	0,6
Cshg Soberano Private FIC Ref Dl ❑	237.791	1,0806372	0,04	0,91	2,81	0,15
Cshg Soberano Private I FIC Ft Ref Dl ❑ ♦	188.294	1,0467422	0,04	0,94	2,80	0,4
Dl IB Referenciado Dl Ft ❑ ♦	2.159.864	1141,030973	0,04	0,96	2,87	0,25
Educação Dl Referenciado Dl Ficfi ❑	1.657	232,88443	0,04	0,97	2,72	1,5
Enterprise FIC Ft Referenciado Dl ❑ ♦	85.683	8,7635349	0,05	1,01	2,67	# ND
Ft Banestes Gro Fic Bonifacio Ref Dl ❑	25.056	7,6037285	0,04	0,97	2,82	1,5
Ft Banestes Vip Dl Referenciado de Lp ❑	278.718	7,5630285	0,04	0,93	2,78	0,8
Ft Institutional Everett Referenciado Dl ❑	85.175	418,716296	0,04	0,96	2,88	# ND
Ft Mapfre Ancel Referenciado Dl ❑	7.723	1,063475	0,04	0,90	2,82	1
Ft Plus Referenciado Dl ❑	534.216	16,5640029	0,04	0,96	2,82	0,36
Ft Referenciado Dl Institucional Blue ❑	116.926	36,8962026	0,05	1,06	2,91	# ND
Ft Referenciado Dl Santander Especial II ❑	139.052	10,3630394	0,04	0,98	2,94	0
Ftc Ft Banpara Ref Dl Longo Prazo ♦	32.822	1,3071377	0,04	0,89	2,74	0,5
Ftc Ft Economico Ref Dl Cpm ❑ ♦	539	12,6362834	-0,04	0,87	2,79	# ND
Ficfi Cshb HSBC Dl Referenciado ❑ ♦	15.028	1,0318694	-0,04	0,84	2,54	1,15
Fundo Automoveis Referen Dl Ficfi ❑	48.710	72,91506	0,04	1,00	2,86	# ND
Fundo Componentes Ref Dl Ficfi ❑ ♦	175.711	72,959555	0,04	1,00	2,86	1
Geração FIC de Ft Ref Dl ❑ ♦	75.008	1,1710106	0,04	0,91	2,74	0,6
Golden Dl Referenciado Dl Ficfi ❑ ♦	128.537	796,508838	0,04	0,84	2,36	3
Goldstar Ft Dolin Fi Referenciado ❑	247.027	20,0306928	0,04	0,96	2,81	0,4
HG Dl Fi Referenciado ❑	132.587	33,004107	0,04	0,92	2,71	1
HSBC Ft Ref Dl Brasil ❑	107.886	1,0603074	0,04	0,95	2,85	0,2
HSBC Ft Ref Dl Cred Priv Lp Executivo ❑	2.297.216	4,7212596	0,04	0,92	2,92	# ND
HSBC Ft Ref Dl Lp Titulos Publicos ❑	1.936.569	7,996037	0,04	0,95	2,85	# ND
HSBC Ft Referenciado Dl Cash ❑	1.020.026	2,7914839	0,04	0,97	2,90	0
HSBC Ft Referenciado Dl Cash II ❑ ♦	1.149.975	2,5667985	0,04	0,97	2,90	0
HSBC Ft Referenciado Dl Lp ❑	7.907.950	10,88829	0,04	1,00	3,00	0,15
HSBC Ft Referenciado Dl Lp Pb ❑ ♦	581.545	1,4353921	0,04	1,01	3,11	0,15
HSBC Ft Ref Dl Lp Grupos ♦	28.128	6,8314976	0,04	0,86	2,65	0,85
HSBC Ft Ref Dl Lp Poupmais Plus ❑ ♦	14.179	1,2372563	0,03	0,73	2,22	3
HSBC Ft Refer Dl Lp Extra ❑ ♦	991.431	2,0820009	0,03	0,84	2,54	2
HSBC Ft Referen Dl Lp Special ❑ ♦	1.509.527	1,2375037	0,04	0,96	2,88	0,65
HSBC Ft Ref Dl Cred Priv Lp Private ♦	94.156	449,5531962	0,04	0,92	2,81	0,45
HSBC Ft Ref Dl Longo Prazo Plus Premier ♦	1.690.979	3,5023599	0,04	0,91	2,81	0,75
HSBC Ft Ref Dl Lp Pro Amem ❑ ♦	1.177	0,5532345	0,03	0,84	2,55	# ND
HSBC Ft Referenciado Dl Lp Ação Social ❑ ♦	129.907	295,675938	0,04	0,92	2,79	1
HSBC Ft Referenciado Dl Lp Classic ❑ ♦	62.604	2,7294839	0,04	0,96	2,80	1,75
HSBC Ft Referenciado Dl Lp Empresa ♦	572.886	3,1651784	0,03	0,80	2,51	2
HSBC FIC Referenciado Dl Lp Empresa Plus ♦	366.730	3,4009098	0,04	0,89	2,75	1
HSBC FIC Referenciado Dl Lp Funcionario ❑ ♦	315.076	11,3819315	0,04	0,97	2,91	0,5
HSBC FIC Referenciado Dl Lp Poupmais ❑ ♦	964.914	4,1174037	0,03	0,66	2,03	4
HSBC FIC Referenciado Dl Lp Premier ♦	992.109	3,2892007	0,04	0,85	2,63	1,5
Icatu Hartford Referenciado Selic Ft ♦	272.839	1,9141045	0,04	0,91	2,74	0,5
Investcard Ref Dl Ficfi ❑ ♦	1.254	39,985559	0,04	1,04	2,92	0,1
Itau B Referenciado Dl ❑	171.969	11,532351	0,04	0,96	2,89	0,28
Itau BBA Unique Referenciado Dl Ficfi ❑	42.044	157,710253	0,04	1,07	3,05	0,25
Itau Capital Performance Refer Dl Ficfi ❑	130.510	271,833111	0,04	0,97	2,74	1,5
Itau Corp Performance Ref Dl Ficfi ❑	1.639	163,075967	0,04	1,04	2,97	0,3
Itau Corp Plus Referenciado Dl Ficfi ❑	726.426	1130,113947	0,04	1,08	3,07	0,18
Itau Corp Referenciado Dl Ficfi ❑ ♦	121.438	1099,363598	0,04	1,03	2,99	0,3
Itau Formatura Referenciado Dl Ficfi ❑	1.136	11,032727	0,04	0,86	2,43	2,7
Itau Empresa Maxi Refer Dl Ficfi ❑ ♦	461.994	43,102481	0,04	1,05	2,99	0,5
Itau Empresa Plus Referenciado Dl Ficfi ❑	115.740	41,062633	0,04	1,00	2,86	1
Itau Empresa Referenciado Dl Ficfi ❑	81.160	8957,892624	0,04	0,92	2,61	2
Itau Empresa Super Refer Dl Ficfi ❑ ♦	1.005.604	13,1030016	0,04	1,08	3,07	0,18
Itau Empresa Trust Refer Dl Ficfi ❑	236.055	94,531533	0,04	1,07	3,05	0,25
Itau Federal Lp Referenciado Dl Fi	100.791	30,210928	0,04	0,89	2,74	0,5
Itau Institucional Referenciado Dl Ficfi ❑	225.212	1139,378019	0,04	0,87	2,82	0,18
Itau LAM Basis Brasil Ref Dl Fi ❑	176.539	2,989466	0,06	0,98	2,84	0,25
Itau LAM Basis Dl Open Ficfi ❑ ♦	2.723	92,717254	0,04	0,99	2,75	1,5
Itau LAM Basis Dl Super Ficfi ❑ ♦	45.217	48,342635	0,05	1,06	2,95	0,75
Itau LAM Basis Refer Dl Max Ficfi ❑ ♦	67.880	44,516936	0,05	1,10	3,07	0,3
Itau Lion Referenciado Dl Fi ❑	69.905	68,568152	0,04	0,96	2,89	# ND
Itau Max Referenciado Dl Ficfi ❑ ♦	364.553	15,642062	0,04	0,94	2,66	1,8
Itau Maxi Referenciado Dl Ficfi ❑ ♦	646.940	31,964318	0,05	1,01	2,86	1
Itau Mega Referenciado Dl Ficfi ❑ ♦	305.259	11,685458	0,04	0,98	2,76	1,4
Itau Navi Referenciado Dl Fi	1.876	31,058529	0,04	0,92	2,77	0,1
Itau Perfil Referenciado Dl Fi ❑	1.221.050	119,900719	0,04	0,98	2,90	0
Itau Pers SPR Inst Ref Dl Ficfi ❑	2.310	38,600484	0,05	1,05	2,96	0,6
Itau Person Ecomudance Referenc Dl Ficfi ❑ ♦	97.674	11,153151	0,05	0,99	2,78	1,3
Itau Personnalite Art1 Ref Dl Ficfi ❑ ♦	8.750	13,259932	0,05	1,01	2,85	1
Itau Personnalite Ref Dl Ficfi ❑ ♦	7.157	13,240502	0,05	1,01	2,84	# ND
Itau Personnalite Fec Lp Ref Dl Ficfi ♦	87.190	27,43435	0,04	0,80	2,49	1,5
Itau Personnalite Maxime Ref Dl Ficfi ❑	6.883.123	42,043948	0,05	1,02	2,86	1
Itau Personnalite SPR Fixe Ref Dl Ficfi ❑	21.713	3,461349	0,04	0,97	2,73	1,5
Itau Personnalite SPR Ref Dl Ficfi ❑	9.390	11,140408	0,04	0,94	2,82	0,53
Itau Plus Referenciado Dl Ficfi ❑ ♦	234.814	29,959602	0,04	0,94	2,66	1,8
Itau Premio Referenciado Dl Ficfi ❑ ♦	1.351.616	31,148618	0,05	1,10	3,07	0,3
Itau Personalite Premio Refer Dl Ficfi ❑ ♦	348.294	693,523044	0,04	0,97	2,74	1,5
Itau Private Referenciado Dl Ficfi ❑ ♦	46.520	11,172686	0,04	0,94	2,83	0,5
Itau Private Soberano Ref Dl Lp Ficfi ❑ ♦	172.171	10,542776	0,04	0,94	2,82	0,3
Itau Ref Dl Dist Ficfi ❑ ♦	69.811	11,189903	0,04	0,93	2,79	0,5
Itau Referenciado Dl Fi ❑	14.928.225	65,843069	0,05	1,10	3,11	0
Itau Short Term Maxi Fix Refer Dl Ficfi ❑ ♦	23.385	316,559936	0,05	1,06	2,98	0,5
Itau Referenciado Dl Ficfi ❑ ♦	148.776	40,167074	0,05	1,00	2,85	# ND
Itau Soberano Referenciado Dl Lp Fi ❑	7.554.998	17,74881	0,04	0,96	2,88	0,15
Itau Solidez Referenciado Dl Fi ❑	659	2,613448	0,03	0,82	2,48	0,5
Itau Super Referenciado Dl Ficfi ❑ ♦	1.840.208	35,643667	0,04	0,88	2,48	2,5
Itau Trustee Soberano Ref Dl Ficfi ❑ ♦	9.567	10,226602	0,04	0,95	2,77	0,3
Itau Usp Referenciado Dl Ficfi ❑ ♦	51.735	25,884027	0,04	0,88	2,48	2,5
Jpm Fi Referenciado Dl ❑	738.730	111,406918	0,05	1,02	2,96	0,15
Jpm Sovereign Fi Referenciado Dl ❑	138.381	103,185928	0,04	0,96	2,87	0,15
Legg Mason Dl Daily FIC Ft Ref ❑	19.082	2,7381831	0,03	0,61	1,85	0,05
Legg Mason Dl Excellent FIC Ft Ref ❑	1.000.857	11,017265	-0,05	0,96	2,83	0,6
Legg Mason Dl Gold FIC Ft Ref ❑ ♦	96.709	6,4849063	-0,04	0,74	-2,22	3
Legg Mason Dl Master FC Ft Ref ❑ ♦	459.253	5,7562915	0,04	0,91	2,70	1,1
Legg Mason Dl Max Excellent FIC Ft Ref ❑ ♦	1.998.569	1,779811	0,06	1,01	2,89	0,01
Legg Mason Dl Max Gold FIC Ft Ref ❑ ♦	232.650	1,5400107	0,05	0,97	2,76	0,01
Legg Mason Dl Max Plus FC Ft Ref ❑ ♦	27.906	1,4774486	0,05	0,84	2,41	0,03
Legg Mason Dl Max Special FIC Ft Ref ❑ ♦	76.535	1,7092934	0,05	0,93	2,65	0,02
Legg Mason Dl Plus FC Ft Ref ❑ ♦	197.785	8,9893394	0,04	0,79	2,35	2,5
Legg Mason Dl Silver FC Ft Ref ❑ ♦	47.571	7,2179411	0,03	0,66	1,98	4
Legg Mason Dl Special FC Ft Ref ❑ ♦	125.391	3,3204448	0,04	0,88	2,60	1,5
Legg Mason Invest Dl FC Ft Ref ❑	67.930	2584,021257	0,06	1,04	2,97	0,3
Legg Mason Private Dl FC Ft Ref ❑ ♦	292.095	2,5169021	0,06	1,03	2,92	0,5
Legg Mason Private Fix Dl FC Ft Ref ❑ ♦	7.195	1,3622768	0,05	0,80	2,28	3
Legg Mason Private Income Dl FC Ft Ref ❑ ♦	12.027	1,2576267	0,05	0,93	2,66	2,5
Legg Mason Selic Soberano Ref FIC Ft ❑	279.958	1,0541249	0,04	0,95	2,85	0,25
Lerne Referenciado Dl Fi Longo Prazo ❑	2.332	1,0254785	0,04	0,87	2,50	1,3
Litoral Referenciado Dl Fi ❑	16.575	35,301055	0,03	0,72	NB	0,06
Mapfre Dl FIC Ft Referenciado ❑ ♦	1.292	1,2431073	0,04	0,94	2,78	0,75
Mapfre Dl Plus FIC Ft Ref ❑ ♦	19.273	1,2619463	0,04	1,03	3,00	0,45
Mapfre Dl Super Fi Ref ❑	20.574	1,2782884	0,04	1,08	3,14	0
Maxi Dl IB Referenciado Dl FIC ❑ ♦	2.148.110	0,415803	0,04	0,94	2,81	0,5
Maxi Premium Referenciado Dl Ficfi ❑ ♦	304.757	40,147109	0,05	1,04	2,89	1
MB Master Referenciado Dl FIF ❑	36.311	130,969217	0,04	0,97	2,83	0,3
MB Super Referenciado Dl FIC ❑	5.807	38,3398287	0,04	0,80	2,46	1
Mercatto Rendimento Ref Dl Fi Lp ❑	42.004	3,3868858	0,04	0,92	2,70	0,4
Nossa Caixa Gov Sp Referenciado Dl ❑ ♦	2.519	3,1281347	0,04	0,90	2,04	# ND
Nossa Caixa Mega Referenciado Dl ❑ ♦	419.555	3,9698245	0,04	0,93	2,79	# ND
Nossa Caixa Plus Referenciado Dl ❑ ♦	151.397	3,2748898	0,04	0,87	2,61	1,2
Nossa Caixa Referenciado Dl ❑ ♦	1.165.157	8,1334735	0,03	0,76	2,30	2,47
Nossa Caixa Setor Publico Referenciado Dl ❑ ♦	749.584	5,0217008	0,04	0,93	2,79	0,5
Nossa Caixa Super Referenciado Dl ❑ ♦	1.120.011	3,6213008	0,04	0,87	2,54	1,5
Nossa Caixa Vip Referenciado Dl ❑ ♦	4.091.327	3,8660604	0,04	0,90	2,72	0,8
Nsg Capital Referenc. Dl Fi Longo Prazo	5.762	1,0895788	0,04	0,87	2,66	0,5
Patria Dl Fi Referenciado ❑	22.703	1,3799312	0,04	0,94	2,80	1
Personalite Plus Ref Dl Ficfi ❑ ♦	1.460.544	897,242391	0,04	0,93	2,61	2
Personalite Referenciado Dl Ficfi ❑ ♦	184.350	285,295531	0,04	0,84	2,36	3
Premium Referenciado Dl Ficfi ❑ ♦	117.082	99,720014	0,04	0,99	2,77	1,5
Private Exclusive Refer Dl Ficfi ❑ ♦	1.960.884	114,098474	0,05	1,10	3,07	0,3
Rendbec - Fi Referenciado Dl ❑	3.753	8,2136301	0,04	0,86	2,59	3
Rio Bravo Lucidez Dl Fi Referenciado ❑	31.510	2,0157969	0,04	0,85	2,43	0,35
Safra Classic Dl Fi Referenciado ❑	20.095	60,368554	0,04	0,91	2,71	1
Safra FQS FIC Referenciado Dl ❑ ♦	76.238	102,386876	0,04	0,99	2,92	0,5
Safra High Mix Dl FIC Referenciado ❑ ♦	23.943	216,087043	0,03	0,76	2,28	3
Safra High Top FIC Referenciado Dl ❑ ♦	112.739	66,821319	0,04	0,81	2,41	2,5
Safra Institucional Dl Fi Ref Cred Priv ❑	1.272.335	135,34678	0,03	1,03	3,06	0,5
Safra Market Dl FIC Ref Credito Privado ❑ ♦	634.931	81,519471	0,04	1,02	3,03	0,6
Safra Max Dl FIC Ft Ref Cred Priv ❑ ♦	12.536	102,613683	0,04	0,99	2,61	1
Safra Plus FIC Referenciado Dl ❑ ♦	63.895	36,441733	0,03	0,63	1,91	4,5
Safra Portfolio Dl FIC Ft Ref Referenciado ❑ ♦	26.264	14,923814	0,03	0,61	1,85	4,8
Safra Portfolio FIC Referenciado Dl ❑ ♦	21.027	62,790564	0,03	0,63	1,93	4,5
Safra Profit Dl FIC Ref Credito Privado ❑ ♦	23.943	216,087043	0,03	0,76	2,28	3
Safra Simples FIC Referenciado Dl ❑ ♦	311.270	105,15475	0,02	0,58	1,80	4,5
Safra Soberano Dl Fi Referenciado ❑	889.575	19,546126	0,04	0,95	2,84	0,3
Saga Dl Cred Priv Fi Referenciado ❑	10.408	1,1583971	0,04	0,94	2,83	0,23
Sant FIC Ft Patrimonio Publico Refer Dl ❑ ♦	29.597	16,5359538	0,04	0,93	2,78	# ND
Sant FC Ft Yield Prem Ref Dl Cred Priv ❑ ♦	25.020	11,1928666	-0,09	0,84	2,96	0,5
Sant Ficfi Corporate Ref Dl ❑ ♦	363.985	4,4652576	-0,03	0,95	3,02	# ND
Sant Ficfi Tit Publicos Ref Dl ❑ ♦	2.562.440	28,5243904	0,04	0,95	2,84	0,3
Santan FIC Ft Yield Vip Ref Dl Cred Priv ❑ ♦	8.406	11,1486215	0,09	0,86	3,00	0,35
Santander FC Ft Capital Referenciado Dl ❑ ♦	86.246	11,4015223	-0,04	0,88	2,81	1
Santander FC Ft Classic Refer Dl ❑ ♦	3.148.738	3,181556	-0,08	0,49	1,77	5
Santander FC Ft Equipe Ref Dl ❑ ♦	17.279	2,128557	-0,04	0,88	2,81	# ND
Santander FC Ft Institucional Ref Dl ❑ ♦	371.686	125,6796678	-0,03	0,95	3,01	0,2
Santander FC Ft Instituções Ref Dl ❑ ♦	54.076	16,4014087	-0,04	0,92	2,93	# ND
Santander FC Ft Master Ref Dl ❑ ♦	3.404.016	54,6058597	-0,04	0,88	2,81	1
Santander FC Ft Max Ref Dl ❑ ♦	17.182	11,0529934	-0,04	0,84	2,69	1,5
Santander FC Ft Pb Vip Ref Dl ❑ ♦	141.880	49,137212	-0,04	0,92	2,94	# ND
Santander FC Ft Ref Dl ❑ ♦	151.571	13,8984558	-0,05	0,95	3,03	# ND
Santander FC Ft Ref Dl Especial ❑ ♦	187.026	10,6555038	0,04	0,97	2,88	0,04
Santander FC Ft Ref dl Títulos Publ. ❑ ♦	51.020	10,9764174	0,04	0,96	2,87	0,15
Santander FC Ft Senior Referenciado Dl ❑ ♦	1.700.220	4,9813	-0,07	0,71	2,39	2,5
Santander FC Ft Soberano Ref Dl ❑ ♦	257.137	10,4197852	0,04	0,96	2,86	0,2
Santander FC Ft Tit Publ 3 Ref Dl ❑ ♦	360	10,4059189	0,01	0,27	1,96	1,5
Santander FC Ft Yield Ref Dl Cred Priv ❑ ♦	42.333	11,1641936	-0,09	0,87	3,04	0,2
Soberano Dl Lp II FIC Ft ❑ ♦	26.426	17,440599	0,04	0,97	2,88	0,15
Soberano Dl Lp III FIC Ft ❑ ♦	6.696	17,405146	0,04	0,95	2,86	0,15
Special Referenciado Dl Fi ❑ ♦	4.864.628	86,290944	0,05	1,13	3,15	0
Sul America Exclusive Ft Referenciado Dl ❑	29.905	28,8739443	0,04	0,92	2,77	0,45
Sul America Select Dl Ft Ref Cred Priv ❑	28.181	10,3714166	0,04	0,98	2,93	0,2
Sumitomo Mitsui Master Fdicredprivfp ❑	244.848	1,9684567	0,04	1,00	2,95	0,1
Sumitomo Mitsui Platinum Fdicredprivfp ❑ ♦	90.180	11,1127675	0,04	0,96	2,84	0,5
Super Premium Ref Dl Pts Ficfi ❑	1.854.374	21,342022	0,05	1,06	2,96	0,75
Super Premium Referenciado Dl Ficfi ❑	243.640	17,581165	0,05	1,06	2,96	0,75
UBS Pactual Corp Dl Fiqfi Ref Cred Priv ♦	148.432	1,411807	0,03	0,93	2,87	1
UBS Pactual Credito Privado Fi Ref Dl ❑	69.139	1,0980026	0,04	0,99	2,97	0,2
UBS Pactual Master Cash Fi Ref Dl	1.230.236	1,1390653	0,04	0,91	2,82	0,2
UBS Pactual Multi CDB Fi Ref Dl Cred Priv	222.705	1,062709	0,04	0,95	2,91	0,2
UBS Pactual Yield Dl Fi Ref Cred Priv ❑	2.951.278	11,5860789

Finanças

BM&FBovespa muda sistema de tarifação e causa agitação no mercado de capitais **Página D1**

Filial brasileira vai ajudar GM a desenvolver carros pequenos para o mercado dos EUA **Página B8**

América Latina Após sete meses seguidos de queda, moeda do país subiu em março 7,8% frente ao dólar

México quer crédito de US$ 40 bi do FMI

Laura Price e Jens Erik Gould
Bloomberg News, de Londres

O presidente do México, Felipe Calderón, disse ontem que o país está pronto para tomar uma linha de crédito de US$ 30 bilhões a US$ 40 bilhões junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Os comentários fizeram o peso mexicano se fortalecer, o que reduziu os temores com o definhamento das reservas internacionais. A moeda mexicana subiu 7,8% frente o dólar em março, seu maior rali mensal em 14 anos, depois de se desvalorizar por sete meses seguidos, graças à queda da demanda pelas exportações mexicanas provocadas pela recessão mundial.

"Estamos com as finanças públicas em ordem e temos como pegar, esta semana mesmo, uma linha de crédito de US$ 30 bilhões, ou mesmo US$ 40 bilhões, junto ao FMI para dar suporte às reservas do banco central", disse ontem Calderón em seminário de negócios em Londres. Ele acrescentou que o México vai ativar a linha de crédito.

O FMI disse em 24 de março que vai dobrar os limites de crédito para os países que estão tendo dificuldades com a crise financeira e relaxar as condições de empréstimos para os países em desenvolvimento que precisarem de ajuda de curto prazo. Calderón havia exortado anteriormente organizações internacionais a responderem mais rapidamente à crise mundial e proporcionarem mais liquidez aos mercados emergentes.

O anúncio de Calderón diminui as preocupações do mercado com a política do banco central mexicano de usar suas reservas para defender a moeda, disse Gabriel Casillas, economista do UBS na Cidade do México. A linha de crédito do FMI vai aumentar as reservas, enquanto uma linha contingencial de US$ 30 bilhões oferecida pelo Federal Reserve (Fed), o banco central americano, não faria isso, disse ele. "Eles querem acabar com todas as preocupações do mercado em relação as reservas", disse Casillas. "Isso será para estabilizar o peso." O peso mexicano chegou a subir 1% ontem frente o dólar, para 14,1494 pesos por dólar.

A moeda ganhou terreno este mês depois que o banco central fez uma redução maior que a esperada nas taxas de empréstimos, sinalizando que os formuladores de política econômica estão comprometidos em amparar o crescimento da segunda maior economia da América Latina. O presidente do banco central mexicano, Guillermo Ortiz, disse em 20 de março que o país poderá ativar "em breve" sua linha contingencial junto ao Fed. O banco central mexicano vendeu US$ 21,1 bilhões de suas reservas desde outubro para ajudar a dar suporte ao peso. As reservas do país estão hoje em cerca de US$ 80 bilhões.

Os comentários de Calderón sobre a linha de crédito poderão afetar a confiança dos investidores no México porque tomar dinheiro emprestado do FMI carrega um estigma, disse Mark Chandler, diretor de estratégia de câmbio da Brown Brothers Harriman em Nova York. "Um país sólido pede dinheiro emprestado ao FMI? Eu digo não", afirmou Chandler em entrevista por telefone. "Isso é visto como sinal de fraqueza." Conny Lotze, uma porta-voz do FMI, não foi encontrada ontem para comentar o assunto.

AP PHOTO/KIRSTY WIGGLESWORTH, POOL

Calderón, presidente do México: "Temos como pegar uma linha de crédito de US$ 30 bilhões ou US$ 40 bilhões"

"Precisamos dividir a conta dos pacotes de ajuda"

Análise

John Gapper
Financial Times

Uma coisa que aprendemos no último ano é que definitivamente alguns bancos são grandes demais para quebrar. E poderemos descobrir ainda algo mais perturbador: o fato de que alguns são grandes demais para serem salvos.

Tim Geithner, secretário do Tesouro, em pronunciamento ao Congresso americano na semana passada, falou sobre seus planos de reforma da regulamentação e do acúmulo de mais poder para acabar com as instituições financeiras insolventes nos EUA.

Geithner tem coisas inteligentes a dizer sobre como o Tesouro e o Federal Reserve (Fed, o banco central dos Estados Unidos) poderiam ter feito um trabalho melhor se tivessem deixado o Lehman Brothers partir desta para melhor e salvado a American International Group (AIG) sem ter de se prenderem a contratos de bônus. Ele quer que o governo americano seja capaz de controlar essas instituições quando gastar dinheiro dos contribuintes.

O fato de que não podia — que ele teve de emprestar US$ 85 bilhões para a AIG em setembro para mantê-la operando, em vez de assumir o controle do grupo de seguros, e não ter sido capaz de lidar adequadamente com o Lehman Brothers — é um dos motivos de Geithner estar tendo problemas com o Congresso.

Mas eis o pensamento mais desconcertante: e se o governo dos Estados Unidos, com seu peso e o dólar como moeda de reserva, ganhasse os poderes que Geithner e Ben Bernanke, o presidente do Fed, querem? Isso seria suficiente para garantir que ele conseguiria resolver a próxima crise ao estilo AIG? Infelizmente, não.

Esta crise, com suas descobertas de que o braço britânico do Lehman Brothers estava além do alcance do Fed, e de que a AIG contabilizou muitos negócios com derivativos de crédito através de uma subsidiária bancária francesa baseada em Londres, mostrou que essas instituições cresceram mais que os EUA.

Elas não só possuem muitas subsidiárias estrangeiras, como tambem teceram uma teia global de contratos financeiros.

Isso torna muito difícil controlá-las, mesmo que os contribuintes americanos fossem simpáticos ao uso de seu dinheiro para pagar contrapartes estrangeiros, algo que seus políticos não são.

A nacionalização poderá não ser suficiente para segurar essas instituições; será preciso a internacionalização.

O fato de neste sentido não haver a noção de internacionalização é que é o problema. Não existe um organismo internacional com autoridade ou recursos para assumir o controle de uma instituição financeira globalizada, desativá-la com segurança e dividir a conta de maneira justa entre os contribuintes de muitos países. A "autoridade de decisão", que Geithner e Bernanke se uniram para obter, está modelada na Federal Deposit Insurance Corporation (FDIC), a agência que liquida bancos insolventes nos EUA. A FDIC tem amplos poderes para assumir o controle de bancos, livrar-se de seus administradores, transferir ativos e obrigações para outros bancos e absorver quaisquer perdas.

Ela fez isso na semana passada, por exemplo, com o Colorado National Bank de Colorado Springs, cujos US$ 83 milhões em depósitos e quatro agências foram transferidos para o Herring Bank, de Amarillo, no Texas. A FDIC vai cobrir 80% das peras — cerca de US$ 9 milhões — com recursos de seu fundo de seguro, para o qual todos os bancos americanos contribuem.

Esse tipo de abordagem seria um negócio muito melhor que a improvisação desesperada que testemunhamos no outono passado. Os bancos de investimento poderiam ser ajudados a evitar a concordata sem ter de cobrir todas as suas obrigações.

Conforme Bernanke observou a um comitê da Câmara dos Representantes na terça-feira, isso permitiria ao governo rasgar contratos insolentes, como a garantia de conservação de bonificações da AIG, e impor algumas perdas aos credores e contrapartes, como os detentores de swaps de default de crédito da AIG.

Mas a autoridade de decisão pode não ser suficiente. Os Colorado National Banks da vida são convenientemente pequenos e independentes, com um comprador à mão sempre que as perdas são cobertas. Lehman Brothers e AIG, porém, não eram empresas domésticas e pequenas.

Veja só o Lehman Brothers . Em 15 de setembro, quando sua companhia holding pediu concordata, o Federal Reserve de Nova York, sob o comando de Geithner, tentou impedir que seu braço de banco que investimento fizesse isso para que pudesse ser desativado de uma maneira ordenada. O Fed falhou, por motivos que são instrutivos.

Embora o Fed tenha escorado as operações de corretagem de valores nos Estados Unidos, ele descobriu que não poderia bancar efetivamente o braço britânico, que dependia do dinheiro da holding quebrada. Ele também enfrentou obstáculos ao lidar com a subsidiária alemã, a Lehman Bankhaus.

A autoridade de decisão teria ajudado, uma vez que o governo poderia ter ficado por trás da companhia holding e apoiado as subsidiárias estrangeiras através dela – o governo supostamente faria isso em qualquer eventualidade futura de um colapso em Wall Street. No entanto, isso não seria garantia de que ele conseguiria capturar todas as entidades internacionais através das quais essas instituições fazem negócios.

Mesmo que pudesse, há um problema político. Cresce no Congresso a inquietação com o fato de que o governo americano pagou, pelo valor de face, as contrapartes dos contratos de derivativos de crédito do AIG, incluindo bancos estrangeiros liderados pelo Société Générale (SocGen) e pelo Deutsche Bank. Isso é ser um bom cidadão globalizado, mas não rende a você pontos o Capitólio.

Se você busca um limite ao risco financeiro global, é inteligente não se fazer nenhuma distinção entre as contrapartes em termos de nacionalidade. Mas tente dizer isso aos contribuintes que precisam entrar com bilhões de dólares.

Uma solução teórica seria ter uma autoridade financeira global, com poderes parecidos com os do Fundo Monetário Internacional (FMI), que pudesse salvar uma instituição global e repartir os custos de maneira apropriada. Isso, porém, não é viável politicamente, mesmo que funcionasse na prática.

Talvez se possa encontrar outra maneira de dividir a conta quando um país paga para apoiar os bancos de outro. Não estou contando com isso, mas sem isso nenhuma governo pode ter certeza de que vai resolver os problemas da próxima AIG, não importa o tamanho de seu poder doméstico. FT

Tradução: Mario Zamarian

MMX
Uma empresa do Grupo EBX

MMXM3 NOVO MERCADO BOVESPA BRASIL

MMX MINERAÇÃO E METÁLICOS S.A.
CNPJ/MF: 02.762.115/0001-49
Companhia Aberta

ERRATA

Nas Demonstrações Financeiras Completas publicadas no dia 31 de março de 2009, neste Jornal, as Notas Explicativas de número 31 e 33 contêm erros de publicação, abaixo explicitados.
Na Nota Explicativa de número 31, a tabela "Análises de Sensibilidade" foi publicada com os títulos das colunas invertidos, segue abaixo a versão correta da mesma tabela:
Análises de Sensibilidade (Stress Cenário - Notional US$)

	Vencimento	Valor de Referência (Notional US$000) 31/12/2008	Cenário Provável Valor Justo (R$000) 31/12/2008	Análises de Sensibilidade: Valor Justo (R$000) 25% para cima	Valor Justo (R$000) 25% para baixo	Valor Justo (R$000) 50% para cima	Valor Justo (R$000) 50% para baixo
MMX Corumbá Mineração							
Contratos de NDF (i)							
Posição Passiva em US$							
Moeda Estrangeira – Dólar	Fev/09 a Ago/09	120.000	(77.416)	(147.248)	(7.304)	(217.340)	62.908
MMX Sudeste							
Contratos de NDF (ii)							
Posição Passiva em US$							
Moeda Estrangeira – Dólar	Jul/09	100.000	(63.330)	(121.511)	(5.028)	(179.571)	53.398
Contratos de NDF (iii)							
Posição Ativa em US$							
Moeda Estrangeira – Dólar	Fev/09	39.024	(3.925)	19.035	(26.889)	41.993	(49.857)
MMX Metálicos Corumbá							
Contratos de NDF (iv)							
Posição Passiva em US$							
Moeda Estrangeira – Dólar	Abr/09 a Ago/09	430.000	(280.518)	(530.195)	(530.195)	(779.321)	220.502
Total Consolidado NDF´s		**610.976**	**(425.190)**	**(779.919)**	**(69.508)**	**(1.134.239)**	**286.951**

PTAX Base (31/12/08): R$ 2,3370
Adicionalmente, a Nota Explicativa número 33, item (a), deve ter sua redação substituída pelo conteúdo abaixo:
"a. Aprovação de emissão de debêntures
A Companhia, em cumprimento ao disposto no art. 157, § 4º da Lei nº 6.404/76 e na Instrução CVM nº 358/02, informa que seu Conselho de Administração, em reunião realizada em 30 de março de 2009, aprovou a emissão privada pela Companhia, nos termos do §1º do art. 59 da Lei nº 6.404/76, de debêntures simples, escriturais, perpétuas, subordinadas e em série única. As debêntures não renderão juros, prêmio, participação ou pagarão qualquer remunerações aos investidores, sendo, entretanto, corrigidas pelo IGPM.
As debêntures totalizarão, na data de sua emissão, um valor em moeda corrente nacional equivalente a US$ 200 milhões, e poderão ser subscritas, pelo acionista controlador e pessoas a ele relacionadas, em até 180 dias contados da data de sua emissão, na medida da necessidade de caixa da Companhia.
As debêntures serão da modalidade perpétua, nos termos do § 3º do art. 55 da Lei nº 6.404/76, e seu vencimento ocorrerá exclusivamente nas seguintes hipóteses:
(a) liquidação, dissolução, pedido de autofalência ou decretação de falência da Companhia; ou
(b) alteração do controle da Companhia, nos termos do artigo 254-A da Lei nº 6.404/76, desde que por preço unitário igual ou superior a R$3,00 (três reais).
Os recursos provenientes da emissão das debêntures serão destinados ao financiamento de parte da dívida da Companhia, promovendo uma melhora em seu fluxo de caixa de curto prazo. Esta operação ratifica o compromisso do acionista controlador com o bom desenvolvimento dos negócios da MMX."

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2009
Chequer Hanna Bou-Habib
Diretor de Relações com Investidores
MMX Mineração e Metálicos S.A.

Agenda

Previdência e risco legal

Risco legal na previdência privada aberta é tema de palestra da Escola Nacional de Seguros.
Data: 2 de abril
Horário: 18h
Local: rua Senador Dantas 74, Rio
Informações: 0800-025-3322; www.funenseg.org.br

Roubini

Nouriel Roubini, economista que antecipou a atual crise global, participa do Meeting Internacional de Economia realizado pelo Canal Executivo.
Data: 13 de abril
Horário: das 13h às 18h
Local: r. Flórida, 1.758, São Paulo
Informações: (11) 3513-9600; www.canalexecutivo.com

Commodities agrícolas

A XP-Educação realiza palestra gratuita sobre mercado futuro de commodities agrícolas com temas como café, boi, soja, milho e índices futuros, entre outros.
Data: ao longo do mês de abril
Local: Rio, São Paulo, Brasília, Belo Horizonte e Porto Alegre
Informações: 0800-723-3700; www.xpe.com.br

Indicadores

Hoje
- Fundação Getulio Vargas revela o IPC-S de março (8h)
- IBGE divulga produção industrial de fevereiro (9h)
- Banco Central publica os dados do fluxo cambial em março, até o dia 27
- Ministério do Desenvolvimento divulga a balança comercial de março (11h)

Fontes: Concórdia, Fator, Gradual, Fiesp, Banco Central, FGV, Fipe, IBGE

E-mail agenda@valor.com.br

LEONARDO RODRIGUES / VALOR

Murilo Robotton Filho, diretor de produtos da BM&FBovespa, que nega aumento imediato nas receitas: "Elevamos as tarifas da custódia de ações, mas a alta foi compensada com menos taxas na negociação e liquidação, além de maior estímulo ao aluguel dos papéis"

BM&FBovespa muda política de tarifas para tentar ampliar o volume de negócios e desperta críticas no mercado, que vê custos maiores. Por **Cristiane Perini Lucchesi**, de São Paulo

Carga pesada

Para procurar reverter a queda no volume de negócios, obter uma fonte de receitas diversificada e incentivar a participação das pessoas físicas e do investidor estrangeiro, a BM&FBovespa está em fase de implementação de nova política de tarifas que provocou uma onda de reclamações no mercado.

Para os negócios com ações, as novas taxas passam a vigorar no dia 6 e podem elevar consideravelmente os custos básicos dos fundos — mútuos ou de pensão —, dos clubes de investimento e das pessoas físicas com mais de R$ 300 mil na carteira de ações.

A BM&FBovespa alega que as mudanças, juntas, não elevam a receita da bolsa e não necessariamente aumentam o custo para o investidor. "Precisamos ganhar competitividade internacional e por isso criamos um sistema de taxas que estimula o giro do mercado secundário", diz Murilo Robotton Filho, diretor-executivo de produtos da BM&FBovespa.

"Elevamos as tarifas da custódia de ações, mas a alta foi compensada com menos taxas na negociação e liquidação e com maior estímulo ao aluguel dos papéis", disse ele, que afirma que, para a bolsa, o efeito imediato sobre a receita é nulo. Corretores, fundos e pessoas físicas com maior volume de ações estão pouco convencidos disso e reclamam que o movimento é inadequado neste momento de crise.

Os prazos para pagamento das taxas dos negócios com ações também vão mudar. Eram de 60 dias e a ideia da bolsa é reduzi-los aos poucos, de forma que o pagamento aconteça no ato da liquidação do negócio, três dias depois da ordem de compra ou venda da ação, o chamado D+3.

As maiores reclamações vêm do aumento na taxa do serviço de custódia (guarda) de ações prestado pela Câmara Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC). Hoje, a CBLC cobra R$ 6,90 ao mês por esses serviços ou R$ 82,80 ao ano de todos. Para os investidores com carteira de ações de até R$ 300 mil, nada muda. Os investidores estrangeiros também continuam a pagar só R$ 6,90 ao mês se negociarem aqui no Brasil. Para os demais, no entanto, a custódia da CBLC vai custar, além dos R$ 82,80, uma taxa segundo uma tabela regressiva (*ver a tabela nesta página*).

Um investidor hipotético com uma carteira de R$ 1 bilhão vai pagar o valor básico de R$ 82,80 mais R$ 90 mil, 0,009% da sua carteira, segundo a tabela. O total anual vai a R$ 90.082,80. É importante notar, no entanto, que esse é o valor que a CBLC cobra do custodiante (um banco, corretora ou distribuidora de valores), que faz a intermediação entre a bolsa e o investidor final. O custo cobrado do investidor final vai depender da política de cada custodiante. Há corretoras que já cobram R$ 20 por mês da pessoa física hoje pelo serviço de custódia que prestam, enquanto a taxa da CBLC é de R$ 6,90.

Se elevou de forma drástica as tarifas para custódia, a bolsa está promovendo uma redução nas tarifas de negociação e liquidação das ações, mas só para as pessoas físicas e para o investidor estrangeiro (*ver tabela*). Os fundos e clubes de investimento continuarão a pagar 0,025% sobre o total negociado, ainda menos do que os 0,0335% que pagarão as pessoas físicas e os investidores estrangeiros, que hoje pagam a taxa de 0,035%. A bolsa até chegou a pensar em elevar as taxas de negociação e liquidação para os fundos, de forma a torná-las equivalente às dos investidores estrangeiros, mas voltou atrás diante da chiadeira geral.

A principal compensação dada aos fundos pelo aumento na custódia busca estimular uma mudança de comportamento, principalmente das fundações. Hoje, quem entrega ações para alugar ganha somente a taxa de aluguel do tomador. A partir do dia 6, passa a ganhar também 0,05% do valor alugado. Em fevereiro, os fundos de previdência contribuíram com somente 9% do total de R$ 12,233 bilhões de ações alugadas. A ideia é fazer crescer esse volume.

"O aluguel de ações cria mais negócios, é fundamental na formação de preços no mercado futuro e de opções, além de contribuir com a tarefa do formador de mercado", diz Robotton. Segundo ele, diferentemente do que acontece no exterior, a bolsa atua como contraparte central no aluguel. "Lá fora, eles querem chegar à segurança que temos aqui e estão caminhando nessa direção", argumenta ele. Ele informa que a bolsa pretende também ampliar o volume de informações disponíveis sobre o aluguel de ações de forma a melhorar a transparência desse mercado.

Os investidores alegam que são hoje forçados a uma mudança de comportamento para conseguir pagar menos diante do forte aumento nas tarifas de custódia. Outros até ameaçam procurar formas para tirar as ações de sua propriedade da custódia da bolsa e deixá-las registradas apenas nos livros do escriturador. "Mas o escriturador presta serviços para a empresa e não para o investidor, que poderá ter sérios problemas se proceder dessa forma", alerta Robotton.

Ele faz questão de enumerar os serviços que a CBLC presta, que, no seu entender, garantem que, no Brasil, o mercado conte com a segurança de uma dupla custódia, da própria CBLC e do custodiante contratado pelo investidor (o banco ou corretora). "Na CBLC, temos a figura do beneficiário final, que é o investidor", conta.

Segundo ele, a própria CBLC manda para cada investidor final um extrato detalhado com sua posição em ações em cada mês. Manda também um aviso quando as ações são vendidas, de forma a evitar fraudes da corretora ou banco custodiante. Quando o custodiante informa que o investidor mudou de endereço, a CBLC manda um aviso para os dois endereços (o antigo e o novo) sobre a mudança, mais uma vez para evitar fraudes.

É também a CBLC que avisa ao custodiante para que ele informe o investidor sobre a realização de oferta pública de ações das empresas, anúncios de distribuição de dividendos etc. "Fazemos boa parte dos cálculos para o custodiante repassá-los ao investidor final", diz.

Robotton diz que os R$ 82,80 ao ano por investidor são pouco diante de todos esses serviços, entre outros, e que as tarifas de liquidação e negociação tinham de ser maiores para cobrir o rombo. "As taxas de negociação e liquidação que temos hoje são muito elevadas e, na prática, subsidiam a custódia", argumenta. "Queremos eliminar os subsídios cruzados", diz ele.

Além disso, o aumento da taxa de custódia é uma forma de diversificar as receitas da empresa, para que elas não se originem somente do giro no mercado secundário, que caiu fortemente, para cerca de R$ 4 bilhões ao dia em março, com relação ao pico de R$ 7 bilhões em maio do ano passado (*ver gráfico nesta página*). "Estamos aumentando também as taxas cobradas pela venda de informações em tempo real", afirmou. A BM&F também promoveu uma mudança em suas tarifas no mercado futuro, que já entrou em vigor, e essa mudança deverá sim trazer mais receitas à bolsa, admite Robotton.

Recentemente, a BM&FBovespa anunciou uma série de medidas para tentar melhorar seus resultados financeiros em época de grave crise internacional. Vai extinguir o pregão viva-voz na BM&F para a negociação de produtos agrícolas, financeiros e Ibovespa Futuro a partir de 1º de julho. Demitiu 175 pessoas, além das 358 que haviam sido dispensadas em 2008.

A bolsa também deverá reduzir de cinco para dois os prédios que ocupa na região central de São Paulo. A filial que a bolsa mantinha em Recife foi desativada e a ideia é "redesenhar" as outras unidades que mantém no Sul e e no Nordeste, concentrando as operações em São Paulo e no Rio. No quarto trimestre do ano passado, o lucro líquido da companhia somou R$ 202,4 milhões, em queda de 8,8% em relação ao mesmo intervalo de 2007. *(Colaborou Danielle Camba, de São Paulo)*

Mudanças nas taxas da BM&FBovespa
Que passam a vigorar no dia 6

Negociação e liquidação de ações - % sobre o total negociado

Tipo de investidor	Como é	Como vai ficar
Pessoa física	0,0335%	0,0335%
Clubes de Investimento	0,025%	0,025%
Fundos	0,025%	0,025%
Estrageiros (2689)	0,0335%	0,0335%

Custódia de ações - serviço da CBLC

Como é
- **Todos os investidores:** pagam R$ 6,90 por mês

Como vai ficar
- **Todos os investidores:** Pagam R$ 6,90 por mês, mais a tabela abaixo
- **Estrangeiros:** pagam só R$ 6,90 por mês se negociarem aqui; a ideia é que se negociarem ADRs, paguem também a tabela abaixo

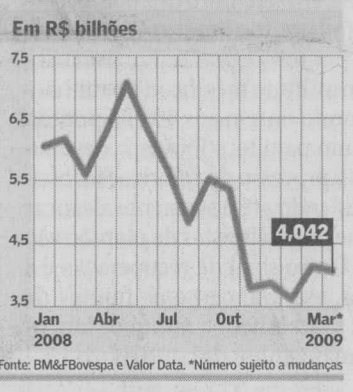
Carteira no último dia do mês	Taxa ano
R$ 0 a R$ 300.000	0%
R$ 300.000,01 a R$ 1.000.000,00	0,04%
R$ 1.000.000,01 a R$ 10.000.000,00	0,023%
R$ 10.000.000,01 a R$ 100.000.000,00	0,013%
R$ 100.000.000,01 a R$ 1.000.000.000,00	0,009%
R$ 1.000.000.000,01 a R$ 10.000.000.000,00	0,0065%
Acima de R$ 10.000.000.000,01	0,0045%

Aluguel de ações - serviço do BTC

	Como é	Como vai ficar
Quem toma	Paga a taxa de aluguel mais 0,25%	Paga a taxa de aluguel mais 0,25%
Quem aluga	Recebe a taxa de aluguel	Recebe a taxa de aluguel mais 0,05%

Fonte: BM&FBovespa e Valor Data.

BM&FBovespa
Volume médio diário em cada mês



Fonte: BM&FBovespa e Valor Data. *Número sujeito a mudanças

Ser a marca mais valiosa do mundo é sinal de solidez.
Ser a empresa mais ética do planeta é sinal de credibilidade.
Ser cliente do HSBC é sinal de uma boa escolha.

HSBC. A marca mais valiosa do mundo,[1] agora, também, eleita a empresa mais ética do planeta.[2]

Para oportunidades de investimentos:
hsbcinvestimentos.com.br
4004 5947* ou 0800 722 5947**
Fale com seu gerente

HSBC
No Brasil e no mundo, HSBC

JWT.COM.BR

HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo. 1-Fonte: Revista The Banker. 2-Fonte: Consultoria Covalence, de Genebra. *Capitais e regiões metropolitanas. **Demais localidades. Atendimento em dias úteis das 9h às 19h.

DE OLHO NA BOLSA

DANIELE CAMBA

Abril pode reservar surpresas agradáveis

O primeiro trimestre deste ano sem dúvida foi um baque na economia real do mundo inteiro, reflexo direto da crise financeira internacional. O Produto Interno Bruto (PIB) dos países das mais diferentes regiões despencou, o consumo das pessoas caiu ladeira abaixo, as empresas ficaram em dificuldades e os balanços registraram quedas expressivas nos lucros. Já a fotografia do mercado acionário foi bem diferente. Houve desempenhos para todos os gostos. Em janeiro, com grandes expectativas ao redor da posse do novo presidente dos EUA, os mercados se recuperaram e o Índice Bovespa subiu 4,66%. No mês seguinte, com a sensação de que a equipe de Barack Obama estava muito devagar para o estado em que se encontrava a economia, o Ibovespa devolveu parte dos ganhos de janeiro, caindo 2,84%. Por fim, os vários pacotes divulgados pelo governo americano para tirar tanto a economia quanto o sistema financeiro do atoleiro fizeram os mercados se recuperar, com o Ibovespa subindo em março 7,18%. No trimestre, o índice acumula valorização de 8,99%.

Junto com abril começam também os questionamentos sobre como será o comportamento do mercado daqui por diante. Dúvidas, obviamente, não faltam. O cenário econômico mundial ainda é nebuloso, consequentemente, as perspectivas para o mercado são bem pouco claras. De qualquer forma, o analistas dão suas tacadas dentro dessa escuridão. Uma boa parte deles acredita que este pode ser mais um mês positivo para a bolsa. A favor dessa possível valorização dos mercados pesam os indicadores econômicos tanto locais quanto externos, que devem aos poucos apontar para uma retomada. "Já saíram quatro ou cinco indicadores melhores da economia americana, nada maravilhoso, mas que pelo menos mostram que o quadro parou de piorar", diz o sócio de uma gestora de recursos independente.

Ibovespa sobe 8,9% no primeiro trimestre

Uma recuperação mais consistente dos preços deve ocorrer a partir do momento que os investidores começarem a olhar para 2010, que tem tudo para ser um ano de retomada, mesmo que lenta, da economia. "Isso deve ocorrer mais fortemente a partir do terceiro trimestre, mas o início desse processo será já neste trimestre", diz o sócio da asset. Alguns fatores sinalizam que essa melhora já começou, segundo ele.

Uma delas é a evolução gradual no intervalo de oscilação do Ibovespa. No pior momento da crise, em setembro de 2008, o índice beijou a lona, chegando aos 29 mil pontos. Em seguida, se recuperou, oscilando entre 32 e 35 mil pontos. Depois, subiu para o intervalo entre 35 e 38 mil pontos e, no último mês, ficou no vai-não-vai entre 40 e 42 mil pontos, fechando ontem aos 40.925 pontos. Para abril, o sócio da asset arrisca um palpite: o Ibovespa deve subir mais um degrau nesse vagaroso processo de valorização, oscilando entre 43 e 44 mil pontos, podendo até novamente alcançar os 45 mil pontos. "Arrisco dizer que os pessimistas de plantão vão se surpreender", acredita o sócio. Outro sinal de recuperação é a volta de investidores estrangeiros, especialmente os fundos de ações puros que, ao contrário dos fundos hedge, visam os fundamentos das companhias e não apenas ganhos de curto prazo.

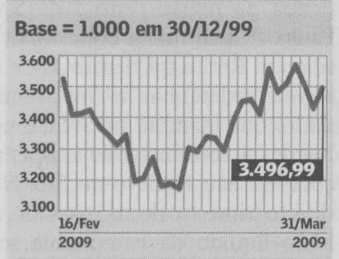
A vez do mercado interno

De commodities ao mercado interno, passando pelas ações de empresas defensivas. No primeiro trimestre, entre as maiores valorizações houve papéis para todos os gostos *(ver gráficos abaixo)*. Em janeiro, as ações de commodities, como siderurgia, mineração e petróleo, foram os grandes destaques de alta. No mês seguinte, com a queda do mercado, os investidores se refugiaram em ações defensivas, como as teles e as elétricas. Já em março, foi a vez dos papéis mais voltados ao mercado interno, como varejo, consumo, construtoras e os bancos. Nos próximos meses, já começando em abril, o que se espera é a continuidade do processo de alta das ações voltadas à economia local, especialmente as do setor bancário. "Os papéis de bancos são, de longe, os mais baratos da Bovespa", diz o sócio da asset. As instituições financeiras brasileiras têm fundamentos infinitamente superiores aos dos bancos estrangeiros e seus resultados devem ser melhores do que os analistas esperam, completa ele.

Daniele Camba é repórter de Investimentos
E-mail: daniele.camba@valor.com.br

Índice Valor/Bovespa
Ações de 2ª linha

Base = 1.000 em 30/12/99

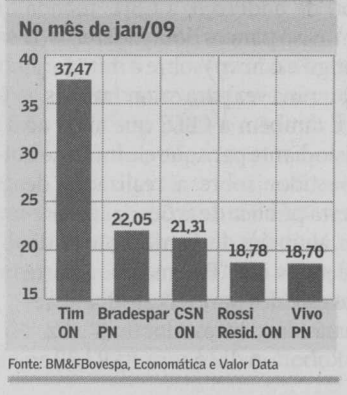


Valorização	
No dia	1,93%
No mês	4,53%
No ano	1,52%

Fonte: BM&FBovespa

Maiores altas de janeiro
Variações acumuladas - em %

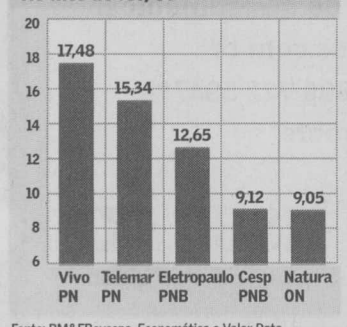
No mês de jan/09



Fonte: BM&FBovespa, Economática e Valor Data

Maiores altas de fevereiro
Variações acumuladas - em %

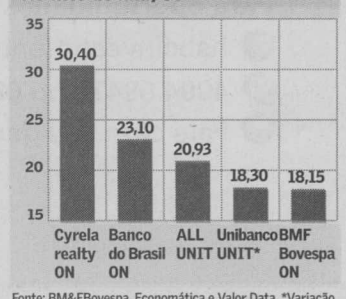
No mês de fev/09



Fonte: BM&FBovespa, Economática e Valor Data

Maiores altas de março
Variações acumuladas - em %

No mês de mar/09



Fonte: BM&FBovespa, Economática e Valor Data. *Variação até o dia 30. A patir do dia 31 as ações do Unibanco passaram a ser negociadas junto com as ações do Itaú

RENDIMENTOS

Queda de juro abre espaço para apostas em ações

Aplicar na bolsa, no entanto, requer visão de longo prazo, uma vez que a alta de quase 9% no ano foi puxada por investidores oportunistas. Por **Alessandra Bellotto**, de São Paulo

Juro para baixo e recuperação da bolsa no ano, para alguns, é a combinação ideal para começar a apostar na renda variável. A grande questão é que esse cenário pode não se sustentar pelos próximos meses e o investidor terá, então, de avaliar se tem apetite suficiente para esperar pela valorização mais consistente da bolsa ou se prefere receber menos na renda fixa, mas garantir relativa segurança — as projeções de mercado para a taxa básica de juros são de corte de pelo menos mais dois pontos percentuais até dezembro, para 9,25% ao ano.

Entre janeiro e março, o Ibovespa, principal índice da bolsa de valores, subiu 8,99% — só em março, o ganho foi de 7,18%, melhor desempenho mensal desde abril de 2008. Já o CDI, indexador das aplicações de renda fixa, teve variação de 2,88% no acumulado do trimestre, dos quais 0,97% no mês passado. A poupança, que voltou a chamar a atenção diante do cenário de juro menor, rendeu 1,89% no acumulado do ano, sendo 0,64% em março.

"A valorização da bolsa foi puxada por um fluxo oportunista", avalia o gerente de renda variável da Modal Asset Management, Eduardo Roche. A exceção ficou por conta de Petrobras, que, segundo ele, foi beneficiada com recursos de mais longo prazo. "Vimos um fluxo de entrada de alguns investidores de petrolíferas que desmontaram posições na Rússia, por conta do risco político, e de chineses." Os fundos de ações de Petrobras acumularam ganho de 37,11% no ano até dia 26 de março, sendo 16,15% somente no mês passado.

A bolsa vem num sobe-e-desce desde o início do ano: em janeiro, o índice subiu 4,66% e fevereiro foi mês de realização, com queda de 2,84%. Em março, a recuperação, avalia Roche, refletiu o comportamento dos mercados lá fora, que responderam positivamente ao plano do presidente americano Barack Obama de comprar "ativos tóxicos" dos bancos. No dia do anúncio, em 23 de março, a bolsa aqui engatou alta de 5,89%, superando os 42 mil pontos, mas a dura realidade da economia acaba impedindo um movimento mais consistente de valorização.

Evolução das aplicações financeiras
Rentabilidade no período em %

2009	Nominal			
	Jan	Fev	Mar**	Ano**
Selic	1,05	0,86	0,97	**2,90**
CDI (1)	1,04	0,85	0,97	**2,88**
CDB (2)	1,05	0,99	0,94	**3,01**
Poupança (3)	0,68	0,55	0,64	**1,89**
Fundo Referenciado DI	1,06	0,87	0,87	**2,82**
Fundo de Renda Fixa	1,09	0,90	0,91	**2,94**
Renda Variável				
Ibovespa	4,66	-2,84	7,18	**8,99**
IVBX-2	-0,94	-1,96	4,53	**1,52**
IBrX 50	4,29	-1,07	7,92	**11,34**
Dólar Comercial Ptax	-0,89	2,69	-2,66	**-0,93**
Dólar Comercial Mercado	-0,69	2,24	-2,19	**-0,69**
Dólar Paralelo	-2,00	2,04	0,00	**0,00**
Euro - R$/Euro	-8,31	1,75	1,89	**-4,94**
Ouro BM&F (4)	5,55	3,70	-4,29	**4,77**
Fundo Ações Set. Priv. Petrobras - FGTS	10,01	7,31	16,15	**37,11**
Fundo Ações Set. Priv. Vale - FGTS	17,14	-5,06	7,02	**19,02**
Fundo Ações Ibovespa Ativo	3,20	-1,32	10,46	**12,49**
Fundo Ações Ibovespa Ativo (5)	1,94	-2,85	8,72	**7,67**
Fundo Cambial Dólar (6)	-1,09	2,86	-5,37	**-3,72**
Fundo Multimer. c/ RV	1,59	1,05	1,20	**3,89**
Fundo Multimer. s/ RV	1,53	0,99	1,02	**3,58**
Inflação				
IGP-M	-0,44	0,26	-0,74	**-0,92**
IPCA	0,48	0,55	0,28	**1,32**

Fonte: Cetip, Anbid, BM&FBovespa, FGV, BC, Focus, IBGE, CMA e Valor Data. * Descontado o IGP-M ** Rendimento até o dia 31/03 (Selic, CDI, bolsas, dólar e ouro), até o dia 26/03 (fundos) e para o IPCA, uma expectativa de 0,28% (1) DI extra-grupo taxa efetiva (2) rendimento bruto do 1º dia útil do mês (3) rentabilidade do 1º dia do mês (4) Mercado Spot (5) Com alavancagem (6) Sem alavancagem

"Estamos longe do 'bull market' (mercado de alta), ainda vamos ver muita volatilidade", diz o gerente da Modal. Segundo ele, grandes companhias como Vale, Petrobras e siderúrgicas ainda vão divulgar resultados ruins no primeiro e segundo trimestres. Além disso, o mercado financeiro, segundo o último boletim Focus, passou a trabalhar com crescimento zero para o PIB brasileiro em 2009.

No âmbito externo, os indicadores econômicos começam a apresentar ambiguidade. Esse é um sinal de melhora, já que os números pararam de surpreender sistematicamente para pior, destacou o economista do Santander, Maurício Molan, em relatório. Ele adverte, porém, que é cedo para o mercado precificar a chegada de uma recuperação econômica global. O plano do governo americano, na visão do economista, é insuficiente para fazer o sistema funcionar em favor do crescimento econômico, o que significa que ações adicionais são necessárias.

Contudo, há oportunidades no mercado de ações. "A hora é boa para o investidor fazer uma posição em bolsa", diz Marcelo Xandó Baptista, diretor da Verax Serviços Financeiros. Apesar da alta recente, os preços das ações ainda estão atrativos em uma visão de médio e longo prazo, avalia. "Com taxa de juros para baixo, o nome do jogo é diversificar", afirma Eduardo Jurcevic, superintendente de Investimentos do Real. Olhando para os fundamentos, argumenta o executivo, num período superior a 12 meses, a bolsa tende a ter um rendimento acima da taxa de juros. O valor justo para o Ibovespa hoje, segundo projeção do departamento econômico do Real, é de 48 mil pontos, o que significa um potencial de valorização acima de 17% em relação ao fechamento do índice ontem, em 40.925 pontos.

Jurcevic ressalta que o movimento de diversificação vai partir do próprio investidor. "A quebra da barreira psicológica de retorno de 1% ao mês levará o investidor a buscar alternativas", diz. O Real está trabalhando com uma projeção para a taxa Selic de 9% no fim do ano. Para aqueles investidores com média tolerância a risco e visão acima de um ano, Jurcevic recomenda manter 60% em fundos DI ou CDBs pós-fixados, 15% em ações e a diferença aplicar em fundos de capital protegido (que protegem o investimento em caso de queda da bolsa pelo prazo da aplicação).

Se o investidor não tolera risco, a saída é ficar em aplicações pós-fixadas, que acompanham o movimento da Selic. Outra opção, segundo Xandó, da Verax, são os papéis de crédito privado, como CDBs, debêntures, fundos de recebíveis e notas promissórias. Xandó lembra que agora os CDBs de bancos de menor porte, ou melhor, sua versão sem liquidez diária, os RDBs, voltam a ser interessantes para pessoas físicas, uma vez que há o seguro garantia de até R$ 20 milhões. "Nesta semana, já começaram a voltar as cotações de RDBs de bancos menores, com taxas ao redor de 110% do CDI e prazos de um, dois anos, abaixo dos 115%, 120% do CDI do ano passado, mas acima do que pagam os grandes bancos, ao redor de 104% do CDI."

Jurcevic conta que o CDB Recompensa do Grupo Santander, que começa a ser vendido na rede do banco Real, continua pagando taxas atrativas: 101% do CDI para prazos de dois anos e valores de aplicação a partir de R$ 50 mil.

Segundo Xandó, o investidor deve aproveitar esse prêmio pago hoje pelos papéis de crédito, pois ele vai desaparecer quando as condições de liquidez da economia voltarem ao normal. "Uma empresa de primeira linha pagando 120% do CDI em uma debênture não é normal", diz.

A caderneta de poupança, se mantidas as condições atuais, também é forte concorrente dos fundos mais conservadores, especialmente os vendidos na rede, com taxas de administração elevadas. "Para volumes de até R$ 20 mil, a poupança já é um bom negócio", afirma Jurcevic. Se o juro cair mais na próxima reunião do Copom — o que é bem provável —, a disputa aumenta, atingindo investidores maiores, com R$ 50 mil, diz. *(Colaborou Angelo Pavini)*

O lado bom de uma crise econômica dessa magnitude

PALAVRA DO GESTOR

RODRIGO CONSTANTINO

Uma crise da magnitude da atual sempre machuca muita gente. Riquezas são destruídas, empregos são perdidos e a dinâmica econômica fica prejudicada. Mas há ao menos um lado positivo: a perda de poder relativo de alguns líderes autoritários. O motivo é a redução do preço do petróleo.

O petróleo atua como uma espécie de imposto, transferindo renda dos indivíduos para os governos, particularmente os piores governos. Afinal, a maioria dos países exportadores de petróleo é controlada por governos autoritários. Entre os maiores exportadores de petróleo estão países como Arábia Saudita, Rússia, Irã, Venezuela e Nigéria. Dificilmente podemos utilizar algum desses países como grande exemplo a ser seguido. E quando o preço do petróleo entra em tendência de alta, são os governos desses países que mais se beneficiam.

Foi justamente o que ocorreu desde 2003, quando o preço do petróleo iniciou forte tendência de alta. O barril, que custava cerca de US$ 30 no começo de 2004, chegou a quase US$ 150 em 2008. Isso significa centenas de bilhões de dólares saindo dos bolsos dos consumidores do mundo todo para encher os cofres de políticos corruptos e ambiciosos. Essa montanha de recursos transferidos para governos ideologicamente retrógrados representa um risco. Basta verificar as atitudes de governos como o venezuelano e o russo, causando enorme tensão geopolítica. A Rússia chegou a partir para a guerra, e Hugo Chávez vem investindo pesado em armamentos, além de financiar movimentos revolucionários na região. Sem falar do Irã, cujo líder Ahmadinejad representa um constante perigo para Israel. Em resumo, a bolha do petróleo serviu para financiar as atrocidades de vários governos populistas e autoritários.

Mesmo no Brasil, com a descoberta de campos gigantescos como Tupi, a megalomania irresponsável estava tomando conta da nação. O governo já sonhava com os infindáveis gastos por conta das novas reservas petrolíferas. O futuro incerto estava sendo hipotecado para bancar a festa no presente. Em vez de o governo continuar as licitações para permitir a exploração da riqueza pelo setor privado, a ganância falou mais alto e as regras foram alteradas no meio do jogo. Até mesmo a criação de uma nova estatal foi proposta. A descoberta de vasta riqueza natural costuma despertar este tipo de ambição nos governantes, que usam a retórica nacionalista para enganar os leigos e concentrar o poder.

A história pode não se repetir exatamente, mas ela muitas vezes rima. Este fato não é novo e o Brasil não seria o primeiro tampouco o último caso onde o ganho rápido com a riqueza natural retarda o desenvolvimento econômico do país. Em vez de representar uma bênção, o excesso de recurso natural pode ser uma praga, se as instituições e a mentalidade não forem adequadas. É análogo ao caso em que alguém totalmente despreparado acorda rico após ganhar na loteria. Os riscos de o dinheiro desaparecer numa sequência de atos irresponsáveis são enormes. O caso do governo é muito pior, pois o governante assina cheques com o dinheiro dos outros. Uma receita certa para abusos.

Eis o contexto que permite ao menos alguma comemoração em meio à crise financeira. O preço do barril de petróleo recuou para perto de US$ 50. Isso quer dizer que os governos autoritários terão menos recursos para seus estragos habituais.

Octavio Paz, o Prêmio Nobel de literatura e autor de "O Ogro Filantrópico" fez no passado um alerta importante sobre este risco. O México viveu o drama da "maldição do ouro negro" e o resultado foi lamentável. O Partido Revolucionário Institucional (PRI), integrante da Internacional Socialista, teve o poder hegemônico sobre o país entre 1929 até 2000. A existência de vastas reservas de petróleo contribuiu para isso. A estatal Pemex controlou o setor por décadas, servindo como braço do partido na economia. Por esta razão, as palavras de paz são mais atuais que nunca. Basta trocar México por Brasil e o recado está bem claro:

"Por um lado, o Estado mexicano é um caso, uma variedade de um fenômeno universal e ameaçador: o câncer do estatismo; por outro, será o administrador da nossa iminente e inesperada riqueza petrolífera. Estará ele preparado para isso? Seus antecedentes são negativos: o Estado mexicano padece, como enfermidades crônicas, da rapacidade e da venalidade dos funcionários. [...] Como poderemos nós, os mexicanos, supervisionar e vigiar um Estado cada vez mais forte e rico?"

Os acionistas da Petrobras podem lamentar a perda de receita da empresa com o preço menor do petróleo. Mas, para o futuro da nação, este menor poder nas mãos do governo é extremamente benéfico. Finalmente, um lado bom nessa crise!

Rodrigo Constantino é economista e gestor de recursos
E-mail constantino.rodrigo@gmail.com

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso destas informações.

DERIVATIVOS

Auditoria discorda do registro das dívidas da Aracruz

Parecer da Deloitte vem com ressalva por conta de classificação da dívida como de longo prazo, antes da assinatura de contrato final com bancos. Por **Graziella Valenti**, de São Paulo

Os derivativos tóxicos contratados pela Aracruz na tentativa de elevar os ganhos financeiros, mas que se transformaram em dívida bilionária, não mancharam apenas o balanço de 2008. Os contratos também contaminaram o parecer dos auditores independentes, peça que tem a função de validar a qualidade da contabilidade da empresa. A peça veio com ressalva, ou seja, o auditor não está de acordo com o relato financeiro da companhia.

As apostas cambiais levaram a Aracruz a um prejuízo de R$ 4,2 bilhões em 2008, comparado a um lucro de R$ 1,0 bilhão em 2007. As operações elevaram a dívida da empresa de R$ 3,1 bilhões para um total bruto de R$ 9,7 bilhões.

O parecer dos auditores não coloca em xeque os valores relatados pela empresa. A questão foi a forma de contabilizar a dívida.

A Aracruz registrou a maior parte da dívida, incluindo aquela gerada pelos derivativos, como sendo com vencimento no longo prazo, ou seja, a partir de 2010. *(Veja quadro ao lado)*

Para a Deloitte, auditoria independente da empresa, os compromissos deveriam ser registrados como de curto prazo, ou seja, com vencimento em 2009. Mais especificamente, uma fatia de R$ 8,7 bilhões do balanço consolidado.

Conforme o parecer, o entendimento vem do fato de o contrato definitivo com os bancos ainda não ter sido assinado pela empresa. Até o momento, foi firmado um pré-acordo. Nele, já foram estabelecidos o prazo e o custo da transformação da perda com derivativos numa dívida de longo prazo. "Até a data deste parecer ainda não existem contratos finais assinados entre as partes que ratifiquem tais condições", diz o parecer.

Marcos Grodetzky, diretor financeiro e de relações com investidores da Aracruz, explicou que não há risco de as condições pré-acordadas se modificarem no contrato. A expectativa é que em meados deste mês sejam assinados os documentos definitivos. Por isso, o executivo disse estar confortável apesar da ressalva, pois entende o papel do auditor. "O contrato é uma bíblia, está cheio de pequenos pontos e questões jurídicas."

Caso essa saída não tivesse sido negociada com os bancos, a companhia teria de pagar US$ 2,1 bilhões às instituições ao longo deste ano. Pelos termos já acertados, a empresa pagará esse total num prazo de nove anos, que pode ser reduzido para sete conforme o desempenho operacional do negócio, a um custo ponderado de taxa Libor mais 4,6% ao ano.

O prejuízo gerado pelos derivativos trouxe uma outra grave consequência à Aracruz: antecipou o vencimento das dívidas tradicionais anteriormente detidas pela companhia. Em dezembro, a companhia negociava com bancos o equivalente a R$ 1,6 bilhão em responsabilidades antecipadas.

É praxe que a concessão de empréstimos e financiamentos esteja vinculada a cláusulas sobre a saúde financeira da empresa. Ficam estipulados limites de alavancagem da companhia. Caso essa fronteira seja ultrapassada, a empresa fica obrigada a imediatamente honrar os compromissos. É uma forma dos bancos administrarem os riscos. Essas cláusulas são conhecidas pelo jargão financeiro de "covenant".

No caso dos vencimentos antecipados de dívidas tradicionais por conta dos derivativos, a Aracruz informa, na nota explicativa do balanço, que já obteve por parte de todos os credores "propostas visando a reestruturação dos termos e condições dos empréstimos, incluindo a adequação ou isenção de cumprimento dos 'covenants' financeiros."

Porém, também com relação a esses compromissos ainda não havia assinatura de um contrato definitivo. Daí, o entendimento da auditoria no parecer.

Os financiamentos com o BNDES também teriam que ser imediatamente pagos, mas o banco liberou a companhia dessa obrigação e ainda trocou algumas garantias, de forma a não comprometer a unidade industrial do Espírito Santo, principal parque da companhia. A empresa pediu tais concessões à instituição de fomento em 21 de janeiro de 2008 e o BNDES aceitou em 20 de fevereiro.

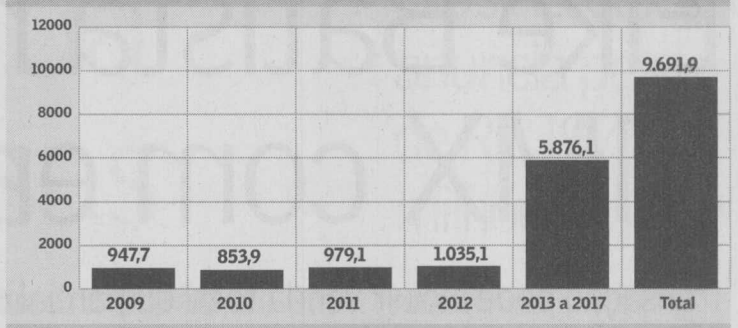
O banco autorizou a "exclusão da obrigação de manutenção de índices econômico-financeiros previstos no contrato" referente a um empréstimo de R$ 595,8 milhões de novembro de 2006, dos quais R$ 499,7 milhões foram liberados. Além disso, referente a um contrato de R$ 692,7 milhões de 2001, trocou a hipoteca do Espírito Santo pela unidade de Guaíba.

Em relação aos vencimentos antecipados com outros bancos (além do BNDES), Grodetzky explicou que eles serão adicionados ao contrato final dos derivativos, para que tenham as mesmas condições. Com isso, o valor total renegociado sobe de US$ 2,1 bilhões para cerca de US$ 2,6 bilhões.

Os problemas da Aracruz afetaram também o parecer dos auditores da Votorantim Celulose e Papel (VCP). O documento, assinado pela auditoria Terco Grant Thorton, também traz ressalva por conta da contabilização das dívidas de sua investida. Procurada, a empresa preferiu não comentar.

Segundo o parecer dos auditores, a VCP argumenta que os contratos assinados pela Aracruz com os bancos credores, embora sejam um pré-acordo, são "vinculantes". Na prática, isso significaria uma garantia de sua validade. A VCP possui 28% do capital votante da Aracruz e está em meio a um processo de aquisição do controle e fusão das empresas. O BNDES será sócio relevante para viabilizar a fusão, mas tem sua saída do bloco de controle programa para 2014.

Perfil da dívida
Vencimentos da Aracruz (R$ milhões)



Tipo de compromisso	Taxa de juros anual	Valor ao fim de 2008 (R$ milhões)
Em moeda nacional	—	
Empréstimos atualizados pela TJLP	7,0% a 10,5%	974,7
Empréstimos atualizados em "cesta de moedas"	5,86% a 9,74%	257,4
Nota de crédito de exportação	100% do CDI	94,5
Financiamento para derivativos	12,68%	1.604,7
Outros empréstimos	6,75%	10,2
Em moeda estrangeira (US$)	2,61% a 4,93%	-
Pré-pagamento de exportação	Libor+0,6% a Libor+3,5%	3.277,5
Adiantamento de contrato de câmbio (ACC) e Adiantamentos de cambiais entregues (ACE)	5,57% a 16,00%	282,0
Financiamentos para perdas com derivativos	Libor+1,0%	3.172,1
Outros empréstimos	2,72% a 6,35%	18,6

Fonte: Nota explicativa 14, do balanço da Aracruz de 2008

Derivativo e passivo em dólar explicam perdas da VCP

Valor Online, de São Paulo

A Votorantim Celulose e Papel (VCP), que até meados deste ano deve concluir a compra e a fusão com a Aracruz, fechou o quarto trimestre de 2008 com prejuízo líquido de R$ 970 milhões, contra lucro de R$ 191 milhões em igual período de 2007.

Gastos com derivativos, dívidas dolarizadas e equivalência patrimonial referente ao investimento na Aracruz, que é de 28% do capital votante antes da fusão, explicam o resultado negativo. Em todo o ano, a empresa amargou perda de R$ 1,31 bilhão, contra lucro de R$ 838 milhões em 2007.

No trimestre, a despesa financeira para marcação a mercado dos derivativos da VCP foi de R$ 209 milhões. No acumulado do ano, essa despesa alcançou R$ 335 milhões, e o efeito caixa foi negativo em R$ 121 milhões.

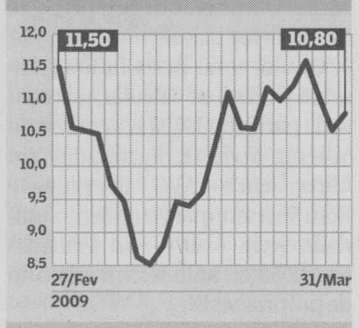
O resultado financeiro total da companhia ficou negativo em R$ 996 milhões no trimestre, dos quais R$ 583 milhões referem-se à correção da dívida em dólar pelo câmbio. Segundo a empresa, o número não tem impacto imediato no caixa, uma vez que o prazo médio da dívida é de 3,5 anos.

Apesar do prejuízo, as ações da VCP subiram 2,4% ontem na bolsa. Os investidores preferiram olhar para o desempenho das vendas. "No lado operacional, o resultado foi um pouco melhor que a projeção da empresa, em especial no segmento de celulose destinada ao mercado externo", disse a analista Mônica Araújo, da Ativa Corretora, em relatório.

Entre outubro e dezembro, a receita líquida totalizou R$ 661 milhões, com alta de 6% sobre igual período de 2007. O mercado interno respondeu por R$ 362 milhões, crescimento anual de 7%, enquanto o mercado externo fez R$ 299 milhões, alta de 4%.

A venda de celulose apresentou queda de 2% no trimestre, totalizando 298 mil toneladas, enquanto a venda de papel aumentou 1%, para 107 mil toneladas. O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (lajida) cresceu 3%, somando R$ 190 milhões no trimestre, com margem de 29%.

VCP PN
Cotação dia a dia - em R$/ação



Var. no período - em %	VCP PN	Ibovespa
Dia (31/03)	2,36	0,67
No mês*	-6,09	7,18
No ano*	-39,77	8,99
12 meses*	-78,49	-32,87

Fonte: BM&FBovespa, Economática e Valor Data *Até 31/03/09

Para a Fator Corretora, o balanço da VCP foi "regular", acima das expectativas da instituição e em linha com o consenso do mercado. "O principal destaque foi o aumento tanto em volume quanto em preço médio em reais na venda de celulose", diz a corretora em relatório. Tanto a melhoria operacional quanto o forte prejuízo já eram esperados, segundo a Fator.

A analista da Ativa acredita que o grande desafio da VCP para 2009 está no processo de consolidação da Aracruz e na busca por capturar as sinergias dessa operação.

"O resultado do primeiro trimestre deste ano será fraco em função da queda no preço da celulose, apesar da recuperação no volume de vendas. No entanto, a desvalorização do real compensará parcialmente o resultado operacional da companhia", diz a Fator.

A VCP fechou 2008 com uma dívida líquida de R$ 4,2 bilhões.

Ver também página A4

Curtas

CEEE-D sem dividendo

O conselho de administração da gaúcha Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D) anunciou ontem que aprovou a opção pelo não-pagamento de dividendos obrigatórios, no valor de R$ 6,614 milhões. Segundo o comunicado da empresa, a opção pela retenção de parte dos lucros distribuídos aos acionistas ocorreu por conta da grave situação financeira enfrentada pela companhia e por conta da necessidade de investimentos para a manutenção dos serviços.

Prazo para o BB

O Banco do Brasil comunicou ontem que a BM&FBovespa atendeu à solicitação do BB para estender o prazo para enquadramento do percentual mínimo de ações em circulação no mercado, conforme os termos do regulamento de listagem do Novo Mercado de 25% de "free float". Com isso, o Banco do Brasil terá até 28 de junho de 2011 para atingir o "free float" exigido.

Banrisul distribui

O Banrisul anunciou ontem a aprovação em a assembleia geral ordinária a distribuicao de dividendos complementares do exercício de 2008 no valor total de R$ 38,527 milhões. Terão direito aos dividendos todos os acionistas detentores de ações registrados como proprietários ou que usufruíram dos papéis no dia 31 de março de 2009.

Juro sobre capital do Pine

O conselho de administração do Banco Pine aprovou ontem o pagamento de juros a título de remuneração sobre o capital próprio referentes ao primeiro trimestre de 2009, no valor bruto total de R$ 12,632 milhões, a ser realizado no dia 13 de abril de 2009. Além disso, houve aprovação de pagamento, em complementação aos juros sobre capital próprio, de dividendos referentes ao primeiro trimestre de 2009, no total de R$ 12,368 milhões a ser realizado também no dia 13 de abril de 2009. Assim, a remuneração total aos acionistas será de R$ 25 milhões para o período.

B2W - Companhia Global do Varejo
Companhia Aberta
CNPJ/MF n 00.776.574/0001-56 - NIRE 35300340574
Edital de Convocação - Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária
Ficam convidados os Senhores Acionistas da B2W – Companhia Global do Varejo para se reunirem, em primeira convocação, em Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária a se realizarem, cumulativamente, no dia 25/04/09, às 15:00 h, na Sede Social da companhia, localizada na Rua Henry Ford, 643, Presidente Altino, Osasco, São Paulo, para apreciar e deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: Em Assembleia Geral Extraordinária: **a)** Transferência da sede da Companhia para a cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com a conseqüente alteração do Artigo 2º do Estatuto Social da Companhia. b) Alteração do Estatuto Social da Companhia, em seus Artigos (i) 5º, de forma a refletir os aumentos de capital aprovados pelo Conselho de Administração em 10.12.2007 e em 23.09.2008, dentro do limite do capital autorizado; (ii) 10 (caput e §2º), 11 (§2º), 12 (caput e §§3º e 4º), 13 (§§ 2º, 4º e 8º) e 14 (parágrafo único), de sorte a excluir os suplentes da composição do Conselho de Administração da Cia; e (iii) 17, xix, para ajustar a competência do Conselho de Administração no tocante à aprovação prévia de contratos, tudo conforme proposta objeto da ata da Reunião do Conselho de Administração de 12/03/09, já disponibilizada aos acionistas nos websites da Comissão de Valores Mobiliários e da Bovespa, através do sistema de Informações Periódicas (IPE), e posterior consolidação do Estatuto Social da Cia. Em Assembleia Geral Ordinária: a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/08. **b)** Deliberar sobre o orçamento de capital da companhia para o ano de 2009. **c)** Deliberar sobre a destinação do Lucro Líquido do exercício encerrado em 31/12/08 e ratificar a distribuição de dividendos, com base no mesmo lucro líquido apurado no exercício findo em 31/12/08, aprovada pelo Conselho de Administração em reunião de 12/03/09. **d)** Fixar a remuneração dos administradores para o exercício de 2009. **e)** Eleger os membros do Conselho de Administração. Informações Gerais: - Os seguintes documentos foram publicados em 18/03/09 nos jornais "Diário Oficial do Estado de São Paulo" e "Valor Econômico", edição nacional: (i) relatório anual da administração; (ii) demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/08; e (iii) parecer dos auditores independentes. - Solicita-se que os instrumentos de mandato com poderes especiais para representação nas Assembleias Gerais a que se refere o presente edital sejam depositados na sede da Companhia. - Os acionistas participantes da Custódia Fungível de Ações Nominativas da Bolsa de Valores de São Paulo - Bovespa que desejarem participar destas Assembleias deverão apresentar extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente, no período de 48 (quarenta e oito) horas antecedentes à realização das Assembleias. - Em atenção às Instruções CVM nº 165/91 e 282/98, a Companhia informa que o percentual mínimo do capital votante para eventual solicitação de adoção do processo de voto múltiplo é de 5%. Rio de Janeiro, 27/03/09. Presidente do Conselho de Administração. (30, 31/03 e 01/04/2009)

CCR
COMPANHIA DE CO
CNPJ nº 02.846.056/
Edital de Convocaçã
Ficam os Senhores Acionistas da Companhia de C a se reunirem em Assembléia Geral Ordinária a se Chedid Jafet, nº 222, Bloco B, 4º andar, São Paulo Dia: 1. Tomar as contas dos administradores, exar Demonstrações Financeiras Consolidadas da Co Parecer dos Auditores Independentes e do Conse em 31.12.2008; 2. Deliberar sobre a revisão do orç destinação dos resultados do exercício social enc de assentos no Conselho de Administração da C membros do Conselho de Administração da Co administradores; e 7. Deliberar sobre a instalaçã (i) Os mandatos de representação para a Assem sede social da Companhia, na Avenida Chedid Ja 10h30 do dia 14.04.2009. (ii) Para os efeitos do c CVM 165 de 11/12/91 alterada pela Instrução CV votante para solicitação de adoção do processo Os documentos de que trata o artigo 133 da Lei 31.12.2008, foram publicados no dia 11.03.2009, 37 a 48, e no Jornal "Valor Econômico", páginas **Administração** - Valdemar Jorge Martins Mende

Jereissati Part
Compan
CNPJ/MF Nº 60.543.816/0001
Aviso aos
Comunicamos aos Acionistas que se encontram documentos a que se refere o art. 133, da Lei 64 31.12.2008. São Paulo, 30 de março de 2008. Pre
Edital de C
Assembléias Gerais O
Ficam os senhores acionistas convocados a s Extraordinária a serem realizadas no dia 29 de a sito na Avenida Dr. Chucri Zaidan, 920 – 16º ar seguinte ordem do dia: **EM AGO:** 1) Exame, dis e Demonstrações Financeiras relativas ao exerci sobre a destinação do lucro líquido do exercício Membros do Conselho de Administração e dos últimos dos respectivos suplentes, bem como fi **AGE:** 1) Deliberar sobre a proposta de aumento de 4 para 5 membros, com a conseqüente ada passe a figurar com a seguinte nova redação: " **da sociedade será exercida: a) por um Consel 3 (três) e, no máximo, 10 (dez) membros, pess por uma Diretoria integrada por, no mínimo, 3 físicas, acionistas ou não, residentes no país Presidente e até 4 (quatro) Diretores Gerente** ser representado por procurador deverá apresen 2) Os acionistas participantes da Custódia Fungí São Paulo - BOVESPA que desejarem participar d a respectiva participação acionária, emitido pel disposto nas Instruções 282/98 e 165/91 da Com de participação no capital votante necessário à re por cento). São Paulo, 30 de março de 2009. **Car Conselho de Administração.**

NCESSÕES RODOVIÁRIAS
)001-97 - NIRE 35.300.158.334
) - Assembléia Geral Ordinária
oncessões Rodoviárias ("Companhia") convidados realizada no dia 15.04.2009, às 10h30, na Avenida - SP, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do inar, discutir e votar o Relatório da Administração, mpanhia e Notas Explicativas acompanhadas do lho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado amento de capital; 3. Deliberar sobre a proposta de errado em 31.12.2008; 4. Deliberar sobre o número ompanhia para o próximo mandato; 5. Eleição dos mpanhia; 6. Deliberar sobre a remuneração dos e composição do Conselho Fiscal. Observações: bléia Geral Ordinária deverão ser depositados na fet, 222, bloco B, 5º andar, São Paulo - SP, até às ue dispõe o art. 141 da Lei 6404/76 e a Instrução M 282 de 26/06/98, o percentual mínimo do capital de voto múltiplo é de 5% (cinco por cento). (iii) 6.404/76, referentes ao exercício social findo em no Diário Oficial do Estado de São Paulo, páginas A-18 a A-24. São Paulo, 28.03.2009. **Conselho de** - Presidente. (30, 31/03 e 01/04)

icipações S.A.
ia Aberta
-93 - NIRE Nº 35.300.027.248
Acionistas
à disposição, na sede social da Companhia, os 04/76, relativos ao exercício social encerrado em sidente do Conselho de Administração.
onvocação
dinária e Extraordinária
e reunirem em Assembléias Gerais Ordinária e bril de 2009, às 9 horas, na sede da Companhia, dar – São Paulo - SP, para deliberarem sobre a cussão e votação do Relatório da Administração cio social encerrado em 31/12/2008; 2) Deliberar social encerrado em 31/12/08; e 3) Eleição dos Membros do Conselho Fiscal e, quanto a estes xação da remuneração dos administradores. **EM** do número máximo de Diretores da Companhia otação do Artigo 12 do Estatuto Social para que **ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO: A Administração ho de Administração composto de, no mínimo, oas físicas, acionistas, residentes no país e b) três) e no máximo 5 (cinco) membros, pessoas com as seguintes denominações: um Diretor s."** Instruções Gerais: 1) O acionista que desejar tar o respectivo mandato, com poderes especiais; vel de Ações Nominativas da Bolsa de Valores de a assembléia deverão apresentar extrato contendo órgão competente; e 3) Nos termos do quanto issão de Valores Mobiliários, o percentual mínimo quisição da adoção do voto múltiplo é de 5% (cinco **os Francisco Ribeiro Jereissati - Presidente do** (30, 31/03 e 01/04)

SUL AMÉRICA S.A.
CNPJ/MF nº 29.978.814/0001-87 - NIRE 3330003299-1 - Companhia Aberta de Capital Autorizado
Aviso aos Acionistas - Pagamento de Dividendos: Comunicamos aos Srs. Acionistas que, conforme deliberação da Assembléia Geral Ordinária de 31.03.2009, a partir do próximo dia 13.04.09 daremos início ao pagamento do dividendo obrigatório, no valor de R$98.714.960,26, e do dividendo complementar, no valor de R$5.195.524,23, totalizando R$103.910.484,49, a serem pagos à razão de R$0,3701156 por ação ordinária ou preferencial não representada por unit, e R$1,1103468 por cada unit. Para quaisquer informações e/ou esclarecimentos os acionistas deverão procurar as agências do Banco Itaú S.A. abaixo indicadas e as demais autorizadas a prestarem serviços aos acionistas, em horário bancário. • Belo Horizonte (MG): Av. João Pinheiro 195, Térreo; • Brasília (DF): SCS Quadra 3, bloco A - Edf. Dona Ângela 30, sobreloja; • Curitiba (PR): Rua João Negrão 65, sobreloja; • Porto Alegre (RS): Rua Sete de Setembro 746, Térreo; • Rio de Janeiro (RJ): Rua Sete de Setembro 99, subsolo; • Salvador (BA): Av. Estados Unidos 50, 2º andar; • São Paulo (SP): Rua Boa Vista 176, 1º subsolo. Rio de Janeiro, 31.03.2009. A Administração.

REDECARD
Redecard S.A.
Cia. Aberta
C.N.P.J./M.F. nº 01.425.787/0001-04 - NIRE 35.300.147.073
Extrato da Ata da Reunião do Conselho de Administração de 06/02/2009
Data, hora e local: 06/02/2009, 10:00 hs, na sede social. **Quórum de Instalação:** totalidade do membros do Conselho de Administração. **Deliberações: a)** autorizada a Diretoria da Companhia a contratar aplicações financeiras em fundos de renda fixa, com liquidez diária e referenciados ao CDI, ou em depósitos bancários, com liquidez diária, também referenciados ao CDI. As instituições financeiras às quais serão direcionadas essas aplicações deverão ser previamente escolhidas por este Conselho de Administração; **b)** A contratação de qualquer outro tipo de aplicação financeira deve ser submetida à aprovação prévia do Conselho de Administração. Quórum das Deliberações: unanimidade. Registro **JUCESP** 77.048/09-0, em 06/03/2009. Ana Cristina de S. F. Calandra - Secretária Geral.
Extrato da Ata da Reunião do Conselho de Administração de 12/02/2009
Data, hora e local: 12/02/2009, 09:00 hs, na sede social. **Quórum de Instalação:** totalidade do membros do Conselho de Administração. **Deliberações: a)** aprovados o Relatório de Administração e as Demonstrações Contábeis relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2008; **b)** estendido o mandato do Sr. Irélio Pedro Frigo no cargo de Diretor de Recursos Humanos, até 31 de março de 2009, conforme faculta o artigo 18, § 4º, do Estatuto Social; **c)** ratificados os atos praticados por esse Diretor desde 21/12/2008. Quórum das Deliberações: unanimidade. Registro **JUCESP** 77.049/09-3, em 06/03/09. Ana Cristina de S. F. Calandra - Secretária Geral.

GOVERNO DE Pernambuco
GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação de Materiais – Nível Central
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 030/2009 - Proc. nº 059/2009 - OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES DE MEDICAMENTOS DO PROGRAMA DE DISPENSAÇÃO EXCEPCIONAL. Entrega das Propostas até: 22.04.09 às 16h00 - Abertura das Propostas: 22.04.09 às 16h05 - Inicio da Disputa: 22.04.09 às 16h10.
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 029/2009 - Proc. nº 058/2009 - OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER AO PROGRAMA DE DISPENSAÇÃO EXCEPCIONAL. Entrega das Propostas até: 23.04.09 às 09h00 - Abertura das Propostas: 23.04.09 às 09h05 - Inicio da Disputa: 23.04.09 às 09h10.
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 033/2009 - Proc. nº 062/2009 - OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER AO PROGRAMA DE DISPENSAÇÃO EXCEPCIONAL, entrega das Propostas até: 23.04.09 às 11h00 - Abertura das Propostas: 23.04.09 às 11h05 - Inicio da Disputa: 23.04.09 às 11h10.
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 013/2009 - Proc. nº 030/2009 - OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER AO PROGRAMA DE DISPENSAÇÃO ESPECIAL. Entrega das Propostas até: 23.04.09 às 14h00 - Abertura das Propostas: 23.04.09 às 14h05 - Inicio da Disputa: 23.04.09 às 14h10. Os Editais na integra, poderão ser retirados no site www.redecompras.pe.gov.br.
Recife, 31.03.2009.
A Comissão/CPLM/SES.

MINERAÇÃO E SIDERURGIA

Eike Batista negocia minas da MMX com empresas chinesas

Transação pode incluir venda total ou parcial dos ativos ou de ações da empresa. Por **Vera Saavedra Durão**, do Rio

O empresário Eike Batista está disposto a se manter no posto de homem mais rico do Brasil. Ontem, ele anunciou que está colocando à venda para siderúrgicas chinesas um pacote de ativos das MMX Sudeste e LLX, controladas da holding EBX.

"Estamos envolvidos numa atividade de fusão e aquisição. Vamos repetir o que fizemos com os ativos no Minas-Rio e no Amapá", disse Batista, referindo-se à negociação bem-sucedida com a AngloAmerican, em entrevista para divulgar o resultado da MMX Mineração e Metálicos em 2008.

O negócio da China pode ser fechado ainda neste ano. "As conversas com os chineses já duram algum tempo", disse Batista. O governo chinês colocou R$ 500 bilhões à disposição de empresas chinesas para a comprar de ativos de minério, petróleo e alimentos. E foram bater à porta de Eike. Ele acha que a China não está focando ativos australianos, pois já foram rechaçados em algumas tentativas de compra. "Existe essa fome dos chineses por recursos e o sonho deles é comprar ativos no Brasil, onde a propriedade desses ativos pode ser 100% de capital estrangeiro."

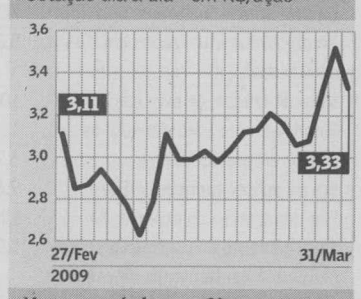
O resultado da MMX no quarto trimestre ficou aquém das expectativas dos analistas, tanto no resultado operacional, quanto financeiro. A empresa fechou o trimestre com um prejuízo de R$ 507 milhões. A receita bruta, de R$ 174 milhões, ficou 31% abaixo do faturamento do terceiro trimestre. O resultado financeiro foi negativo em R$ 515,5 milhões, decorrente principalmente de um aumento na provisão para "hedge" de R$ 259,5 milhões e da variação cambial passiva de 210,6 milhões.

Rodrigo Ferraz, analista da Brascan Corretora, destaca que esses fatores não representam saída de caixa, mas apontam para uma piora da situação financeira da companhia de alto endividamento.

No quarto trimestre, a dívida bruta total (sem obrigações com aquisições) da MMX alcançou R$ 1,3 bilhão, dos quais R$ 542,5 milhões vencem no curto prazo. Ferraz alerta para o fato de que a MMX teria que tomar um financiamento adicional para quitar esse débito, já que seu caixa no fim do ano soma R$ 292 milhões, cobrindo apenas 54% desta dívida de curto prazo, fato agravado pelo lucro operacional (lajida) negativo de R$ 14 milhões. No ano, o prejuízo da MMX alcançou R$ 848 milhões, fortemente impactado pelo fraco desempenho financeiro.

Eike Batista informou durante a entrevista que está trabalhando para sanear financeiramente a empresa. Tanto que comunicou ontem ao mercado que vai fazer uma emissão privada de debêntures simples perpétuas da MMX em valores em reais equivalente a US$ 200 milhões, que serão subscritas por ele, controlador da empresa, a partir de hoje. As debêntures não renderão juros, mas serão corrigidas pelo IGP-M. A emissão foi aprovado ontem mesmo pelo conselho da mineradora. A subscrição das debêntures pode feita também por pessoas relacionadas ao acionista controlador. O prazo para a subscrição é de 180 dias contados após a data da emissão, de acordo com a necessidade de caixa da MMX.

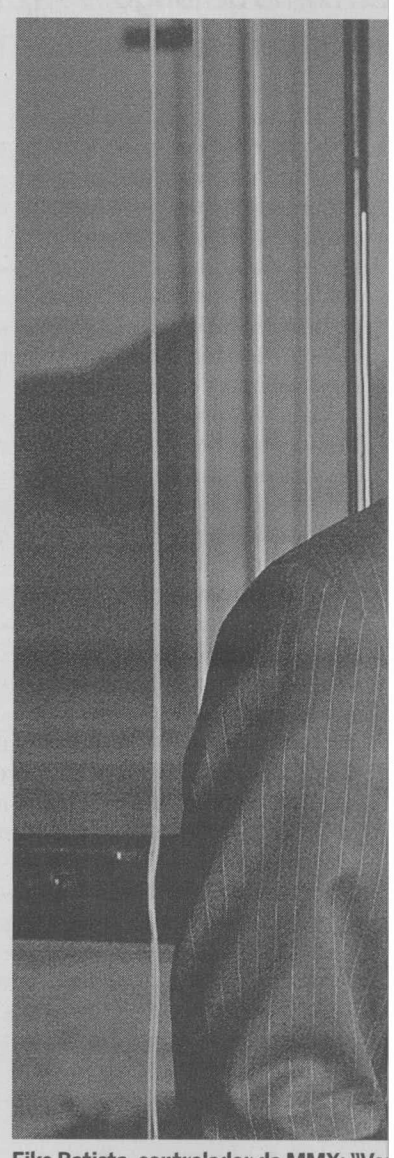
MMX Mineração ON
Cotação dia a dia - em R$/ação



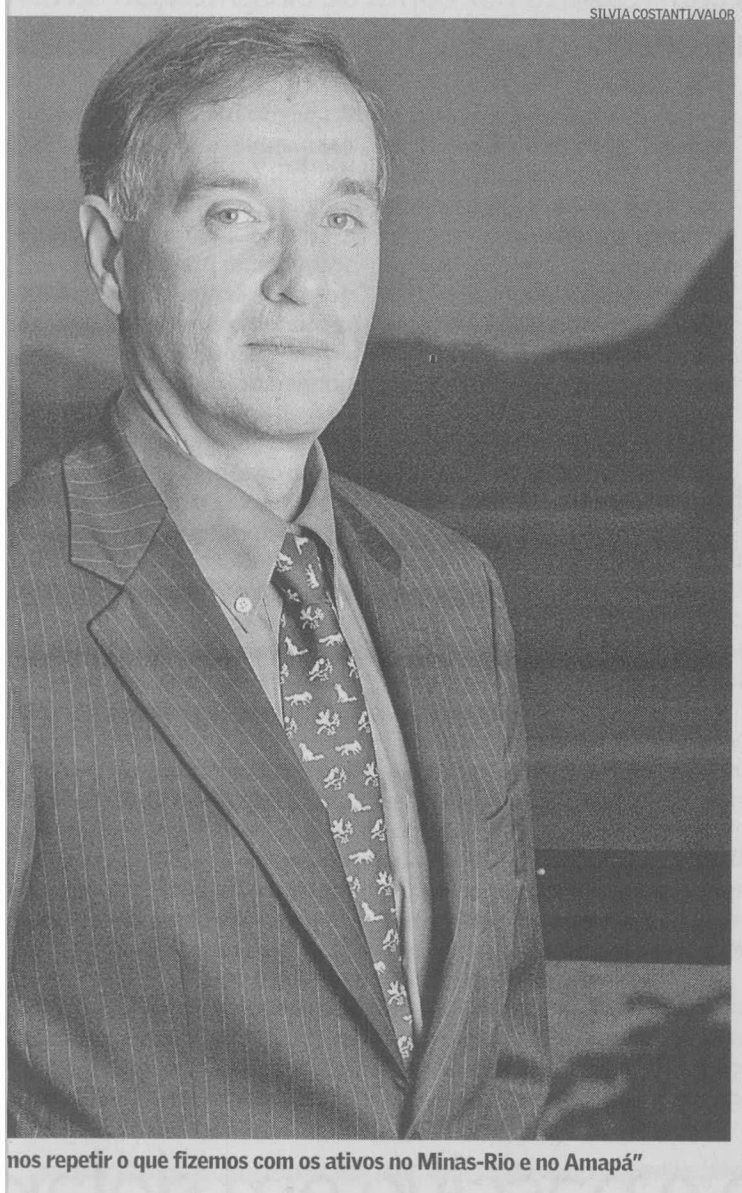
Var. no período - em %

	MMX ON	Ibovespa
Dia (31/03)	-5,39	0,67
No mês*	7,07	7,18
No ano*	20,22	8,99
12 meses*	-83,52	-32,87
Desde o IPO*	-23,58	15,25

Fonte: BM&FBovespa, Economática e Valor Data *Até 31/03/09
Obs. : Oferta pública inicial (IPO) no dia 24/07/06



SILVIA COSTANTI/VALOR



Eike Batista, controlador da MMX: "Vamos repetir o que fizemos com os ativos no Minas-Rio e no Amapá"

Além disso, a Centennial Asset Mining Fund , sociedade limitada com sede em Nevada, nos Estados Unidos, detida integralmente por Batista, anunciou que acertou firmar compromisso com o Banco Itaú Europa, que irá vender para a Centennial notas estruturadas vinculadas ao desempenho das ações ordinárias da MMX no valor total de até US$ 20 milhões. O valor de pagamento das notas refletirá o desempenho das ações da empresa.

O comunicado ao mercado informa ainda que a MMX já nomeou um banco para assessorá-la na venda de seus ativos. A transação pode incluir a venda total ou parcial dos próprios ativos ou de ações ordinárias de emissão a empresa. A mineradora já está reestruturando seus ativos de minério e discutindo a alienação de parte da LLX para o futuro comprador. A ideia, segundo destacou Batista, é vender as minas com o porto do Sudeste, localizado em Itaguaí (RJ). "Estamos negociando com os futuros compradores em relação ao tamanho do projeto [das minas] e discutindo com esses pretendentes o percentual da LLX a ser vendido." Batista admite vender até uns 50% da LLX, com ele se mantendo como um parceiro dos chineses no porto do Sudeste. Esta é a mesma fórmula que usou para negociar com a Anglo American.

O empresário não descarta vender 100% das minas do Sudeste e uma participação na logística. Para ele, o importante é fazer a conexão (mina e porto). "Sem o porto não tem sistema de mineração. O minerador fica preso ao dono da logística."

O valor total dessa futura transação é difícil de calcular, por conta da parte da LLX. Mas as minas do Sistema Sudeste, localizadas em Minas Gerais — AVG, Minerminas e Bom Sucesso, que compõem a unidade Serra Azul — são avaliadas em R$ 530,6 milhões em relatório da própria MMX.

AGROENERGIA

Brasil Ecodiesel anuncia perda de R$ 197 milhões no ano

Patrick Cruz
De São Paulo

Em fase em que atua em "módulo de sobrevivência", conforme ilustrado por seus executivos na teleconferência de apresentação de seus resultados, realizada ontem, a Brasil Ecodiesel encerrou 2008 com um prejuízo consolidado de R$ 197,1 milhões, perda mais de quatro vezes superior à do ano anterior, que foi de R$ 45,9 milhões. No quarto trimestre, o prejuízo líquido cresceu e foi de R$ 64,3 milhões.

Mesmo com esse desempenho, a companhia considera que o pior de sua fase de reestruturação já ficou para trás. Ela ainda deve se estender até o segundo trimestre deste ano, de acordo com José Carlos Aguilera, presidente e diretor de relações com investidores da empresa.

Ainda sob a estratégia de recuperação de seu espaço — a Brasil Ecodiesel era, até o primeiro semestre de 2008, a maior produtora de biodiesel do país —, a companhia anunciou um aumento de capital de R$ 30 milhões. Não se trata de dinheiro novo, mas de acordo com dois credores, que propuseram converter os créditos em ações de emissão da empresa, ao preço de subscrição de R$ 0,70.

No segundo trimestre de 2008, em uma combinação de deterioração das condições de mercado, ociosidade de suas usinas e provisão para perdas diversas, os problemas da Brasil Ecodiesel se acentuaram. Somou-se a esses fatores a queda dos volumes de biodiesel retirados pela Petrobras, o que levou a empresa a uma batalha judicial com a estatal.

A Brasil Ecodiesel credita o início de seus problemas financeiros à revogação, pelo governo, do plano de abertura do mercado de venda de biodiesel. Em vez do mercado livre, que seria adotado em 2008, as compras permaneceram sendo feitas por meio dos leilões organizados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Com a disparada dos preços da soja, base da produção nacional do biodiesel, o custo de produção do combustível acabou ficando bem acima do preço praticado no leilão do segundo trimestre de 2008.

"Mas, no quarto trimestre, a empresa passou a obter margem bruta positiva. Isso mostrou que ela é rentável e que a operação é viável", disse, na teleconferência de apresentação dos resultados, Eduardo de Come, diretor financeiro da Brasil Ecodiesel.

O processo de reestruturação da companhia incluiu, além de cortes de custos e pulverização das fontes de matéria-prima, acordo com os credores para alongamento das dívidas. Com isso, a situação no encerramento de 2008, conforme o balanço apresentado pela empresa, as dívidas de curto prazo caíram de R$ 141,2 milhões no fim de 2007 para R$ 102,9 milhões em dezembro do ano seguinte. Os vencimentos de prazo mais longo cresceram, no mesmo intervalo, de R$ 36,7 milhões para R$ 188,5 milhões.

Justiça volta a bloquear dividendos da CSN

Francisco Góes
Do Rio

A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) volta a enfrentar problemas com a penhora de dividendos à semelhança do que já ocorreu nos últimos dois anos. Ontem a empresa comunicou que, após o anúncio da distribuição de dividendos, foi "surpreendida" pela ordem do juiz da 6ª Vara de Execuções Fiscais Federais da Justiça Federal do Rio sobre o bloqueio on-line de R$ 799,4 milhões.

O valor bloqueado refere-se a duas ações de execução fiscal movidas em 2006 pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional pelo uso do crédito-prêmio de IPI na compensação de Imposto de Renda (IR) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Em uma das ações, a Fazenda Nacional pediu à 6ª Vara de Execuções Fiscais a penhora de R$ 670,4 milhões e na outra o bloqueio de R$ 129,0 milhões. As duas ações juntas somam o valor de R$ 799,4 milhões anunciado pela CSN.

A decisão do juiz da 6ª Vara de Execução Fiscal, Marcos Aurelio Silva Pedrazas, autorizando o bloqueio nas contas da CSN foi tomada na sexta-feira. Mas só ontem a empresa arquivou o fato relevante na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). No documento, assinado pelo diretor de relações com investidores, Otávio Lazcano, a companhia informou que está tomando "todas as medidas para liberar o bloqueio e pagar a totalidade dos dividendos anunciados".

Em 24 de março, a CSN deliberou pagar R$ 1,5 bilhão em dividendos aos acionistas. Mas, com o bloqueio, a empresa disse que pagará R$ 700,6 milhões sem atualização monetária na quinta-feira e pagará o saldo "tão logo obtenha sucesso no desbloqueio". O **Valor** apurou que tanto a defesa da CSN quanto a Procuradoria da Fazenda Nacional estiveram no Tribunal Regional Federal do Rio ontem à tarde para discutir o assunto. Em jogo está a antecipação de tutela para que o TRF suspenda a decisão da primeira instância da Justiça Federal e desbloqueie os valores penhorados.

A assessoria do Tribunal informou que o desembargador Alberto Nogueira recebeu dois agravos (recursos) apresentados pela CSN. Mas entendeu que não seria ele a decidir a causa. Portanto, os processo serão sorteados para uma das turmas do Tribunal que tratam da matéria. Procurada, a CSN disse que não iria se manifestar.

Sílvio Bastos Araujo, procurador da Fazenda Nacional, disse que o mérito da questão não será apreciado agora. Ele lembrou que em 2002 a CSN impetrou mandado de segurança para ter reconhecido o crédito-prêmio de IPI e o direito a compensá-lo com outros débitos. A empresa obteve decisão favorável na primeira instância da Justiça e realizou diversas compensações com esses créditos, segundo o procurador.

Ele afirmou, porém, que o Código Tributário Nacional veda a compensação de créditos reconhecidos judicialmente antes de que a ação transite em julgado, ou seja, antes do fim do processo. Araujo disse que em um segundo momento a União apelou com sucesso no TRF da decisão obtida pela CSN. Dessa forma, segundo o procurador, os créditos que a empresa havia utilizado ficaram em aberto e terminaram sendo objeto de penhora.

O procurador acrescentou que as execuções estavam garantidas por dinheiro e por ações que a CSN tem em tesouraria. Em função do anúncio da CSN da distribuição de R$ 1,5 bilhão em dividendos, a procuradoria solicitou a substituição das ações por dinheiro de acordo com a preferência legal, afirmou Araujo. No total, segundo ele, o caso envolve quatro execuções fiscais (outras duas tramitaram em outra vara da Justiça federal), que totalizam mais de R$ 1,5 bilhão, segundo as contas do procurador.

VAREJO

Silvio Santos também se diz interessado no Ponto Frio

Claudia Facchini e Daniele do Nascimento Madureira
De São Paulo

Os processos de fusões e aquisição de empresas costumam ser cercados de sigilo. As partes envolvidas buscam preservar seus interesses e os comentários sobre o vaivém das operações só são feitos nos bastidores, anonimamente. No processo de venda do Ponto Frio, porém, está acontecendo o oposto, para a surpresa e o estranhamento dos especialistas.

Além de o próprio Ponto Frio vir a público dizer, no último sábado, que os controladores têm a intenção de vender a companhia, agora são os potenciais compradores que estão alardeando o interesse no negócio. Ontem, a empresa voltou a surpreender ao cancelar, na última hora, uma conferência com analistas para comentar os resultados do quarto trimestre de 2008. Alguns não foram avisados a tempo e tentaram conectar-se à teleconferência. A rede atribuiu o cancelamento ao processo de venda, o que exigiria silêncio.

O Grupo Silvio Santos causou barulho ao enviar um comunicado para toda a imprensa em que afirma ter a intenção de entrar na disputa pelo Ponto Frio. "Depois de tomar conhecimento da possível venda do Ponto Frio, o Grupo Silvio Santos se posiciona como um dos interessados na compra da rede", afirma o "press release", que atribui as informações ao presidente do grupo, Luiz Sebastião Sandoval.

Não foi só o anúncio que causou surpresa. Chama a atenção a diferença de tamanho entre o Ponto Frio e o Baú Crediário, a varejista do grupo Silvio Santos. Embora venda os mesmos itens — eletrodomésticos, informática e móveis —, o Baú Crediário possui só 17 lojas. O Ponto Frio é a segunda maior rede de eletroeletrônicos, com 458 lojas e vendas brutas de R$ 4,8 bilhões em 2008.

Se entrar no páreo pelo Ponto Frio, o Baú também terá a companhia dos maiores varejistas do Brasil, como a Lojas Americanas, Pão de Açúcar e Wal-Mart.

Em entrevista ao **Valor**, Sandoval afirmou que o grupo Silvio Santos tem, nesse momento, interesse em olhar os números do Ponto Frio.

"Vamos ver bem as informações", disse o executivo, que não pretende contratar, nesse primeiro momento, um banco para assessorá-lo. "Não vamos gastar dinheiro antes [de olhar os números]. Vamos fazer primeiro uma avaliação interna, com o nosso pessoal. Depois, contratamos um banco", afirmou Sandoval. O executivo é conhecido de longa data do presidente do Ponto Frio, Manoel Amorim, que foi presidente da Telefônica no Brasil.

Sandoval adianta que só aceitaria fazer negócio caso o retorno viesse em cinco ou seis anos. O executivo confirma que também está negociando a aquisição da rede Dodony, do Paraná. *(Colaborou Marli Lima, de Curitiba)*

Le Lis Blanc Deux Comércio e Confecções de Roupas S.A.

CNPJ nº 49.669.856/0001-43

LE LIS BLANC

Relatório da Administração

Mensagem da Administração: O ano de 2008 para a Le Lis Blanc Deux Comércio e Confecção de Roupas S.A. ("Le Lis Blanc") foi caracterizado pelo forte crescimento de nossa base de lojas próprias, passando de 11 ao final de 2007 para 33 ao final de 2008, financiado pelos recursos captados em nossa abertura de capital e pelo crescimento de nossa receita bruta em 48%, com crescimento de same store sales de 8,2%, e também influenciado pelo aumento de espaço de vendas próprias. Nosso principal objetivo para 2008 (após nossa abertura de capital, ocorrida em abril) era o aumento no número de lojas próprias. O projeto original era inaugurar 14 lojas próprias, entre lojas próprias novas e conversões de lojas licenciadas, alcançando 25 lojas próprias ao final do ano. Terminamos o ano com 33 lojas próprias (8 a mais do que originalmente projetado), e realizamos todas as conversões de lojas licenciadas que planejamos. Foi este um grande desafio para nossa Companhia, tendo em vista o porte do crescimento de base de lojas. Nas operações de retaguarda, com vistas a dar suporte para tal crescimento, investimos no aprimoramento de nosso sistema ERP com a implementação de novos módulos e na automatização das operações de nosso centro de distribuição através da implementação do automated sorting machine, o qual adicionará mais velocidade a nossa operação logística e reduzirá despesas associadas a este processo. Além disso, vários outros passos foram tomados para melhoria e capacitação da estrutura administrativa e operacional da Companhia para suportar seu crescimento. Adicionalmente, especialmente durante o início de 2008, investimos na contratação de funcionários de "retaguarda" que acreditamos serem necessários para a implantação do plano de expansão em 2008 e 2009. No entanto, com o crescimento do número de lojas e, conseqüentemente, da receita, ao longo de 2008, já se pode observar um ganho de escala, uma vez que nossas despesas com vendas, gerais e administrativas da retaguarda como percentual da receita começaram a diminuir. Nosso resultado operacional foi impactado pela inauguração de 22 novas lojas (assim como a reforma de 2 lojas próprias existentes), de forma que as novas lojas apresentam despesas similares àquelas de uma loja própria madura, mas ainda não atingiram seus potenciais máximos de venda, reduzindo nossa margem na loja. Foi um ano muito intenso para nossos colaboradores e administradores, que triplicaram nosso número de lojas e realizaram o processo de abertura de capital da Companhia que resultou na captação de R$150,2 milhões brutos e de R$135,4 líquidos. Após todos os nossos investimentos neste ano, que alcançaram cerca de R$53,0 milhões e do aumento da necessidade de capital de giro em aproximadamente R$24,7 milhões, em função de nossa expansão de lojas e vendas, terminamos 2008 com disponibilidades líquidas de R$38,6 milhões e não tínhamos dívidas financeiras. Estamos atentos ao cenário de crise mundial iniciada no final de 2008. Nosso crescimento das vendas brutas em lojas comparáveis (same-store sales) estava crescendo 13,1% no período compreendido entre janeiro e setembro de 2008, antes da eclosão da crise financeira mundial, terminando o ano em 8,2%. Em função deste cenário, decidimos rever nosso orçamento de investimentos para 2009 e diminuímos nosso plano de abertura de lojas da Le Lis Blanc de 13 para 3, sendo que destas, 2 já foram abertas até 30 de março de 2009, limitando as inaugurações a lugares prioritários em que esperamos taxas de retorno mais elevadas, como a cidade de Belo Horizonte, onde não tínhamos nenhuma loja. Além disso, em 2008 adquirimos uma pequena marca focada no publico de alta renda, a Bo.Bô. A Bo.Bô foi fundada em 2006 por duas estilistas que seguem na equipe de criação da marca e tinha apenas uma loja própria e vendas via atacado. A Le Lis Blanc abriu uma nova flagship store para esta marca e pretende abrir um número limitado de lojas de tamanho médio de 130 m², em locais privilegiados, e ter foco nas vendas via atacado. As operações de retaguarda serão todas consolidadas na Le Lis Blanc. Além disso, tendo em vista o grande crescimento de nossas operações ocorrido dentro do espaço de um ano em 2008, contratamos uma consultoria para trabalhar junto com a Administração na busca de oportunidades de melhoria operacional. Tal projeto encontra-se hoje em andamento e parte de seus benefícios deve ser sentida em 2009. Estamos confiantes em nossa capacidade de enfrentar a atual conjuntura econômica mundial, sempre buscando aproveitar oportunidades por ela geradas. Acreditamos que estas oportunidades podem incluir um aumento de consumo de bens de consumo como vestuário em detrimento a bens de consumo duráveis e da diminuição da competição de produtos com preço em dólar (tanto importados como relacionados ao consumo de nossos clientes no exterior). Além disso, nos vemos hoje como uma das poucas empresas do setor capitalizadas, sem endividamento e pronta para enfrentar um período como este. É com orgulho, que ressaltamos que mais uma vez em 2008, a Le Lis Blanc foi premiada, pela ALSHOP (Associação Brasileira de Lojistas de Shopping), como melhor loja de moda feminina pelo voto dos consumidores no ano de 2007. Já havíamos recebido o mesmo prêmio nos anos de 2003, 2004 e 2005, sendo que em 2006 fomos considerados "Hors-Concours", em função das premiações por três anos consecutivos. Por fim, gostaríamos de agradecer nossos colaboradores e acionistas pelo suporte dado em 2008, um ano de grandes transformações em nossa Companhia. Temos orgulho de termos nos tornado, em 2008, a primeira empresa do segmento (e ainda única) a ter ações listadas no novo mercado da Bolsa de Valores de São Paulo. Reiteramos o compromisso de dedicação e esforço no sentido de atingir nossas metas de crescimento e rentabilidade. **Destaques do Período:** • Inauguração de 22 novas lojas próprias e expansão de 2 lojas próprias existentes em 2008, totalizando 33 lojas próprias ao final de 2008, 8 lojas a mais do que originalmente projetado. • Crescimento de 44,6% na receita líquida em 2008, totalizando R$197,5 milhões, comparado com R$136,6 milhões em 2007. • Crescimento das vendas brutas em lojas comparáveis [1] (same-store sales) de 8,2% em 2008. • Receita líquida por metro quadrado das lojas maduras [2] de R$32.998/m² em 2008. • Crescimento de 4,2 pontos percentuais de margem bruta, passando de 60,8% em 2007 para 65,0% em 2008. Aumento de 54,6% no lucro bruto, passando de R$83,1 milhões em 2007 para R$128,4 milhões em 2008. • Crescimento de EBITDA ajustado [3] de 19,4%, passando de R$28,6 milhões em 2007 para R$34,1 milhões em 2008. • Crescimento de Cash earnings de 7,0%, passando de R$18,5 milhões em 2007 para R$19,8 milhões em 2008. • Disponibilidades líquidas de R$38,6 milhões ao final de 2008. [1] São consideradas lojas comparáveis as nossas lojas próprias a partir de seu 13º mês de operação. O crescimento das vendas brutas em lojas comparáveis entre dois períodos é baseado nas vendas brutas das lojas próprias que estavam em operação durante ambos os períodos que estão sendo comparados e, se uma loja própria estiver incluída no cálculo de vendas de lojas comparáveis por apenas uma parte de um dos dois períodos comparados, então essa loja será incluída no cálculo da parcela correspondente do outro período. Quando a operação de uma loja própria é descontinuada, as vendas dessa loja são excluídas do cálculo das nossas vendas de lojas comparáveis para os períodos comparados. Quando uma loja própria tem sua área de vendas ampliada em mais de 15%, as vendas dessa loja não são consideradas no cálculo até o 13º mês após a conclusão dessa expansão. [2] Consideramos maduras nossas lojas próprias a partir de seu 13º mês de operação. Quando a operação de uma loja é descontinuada ou quando tal loja tem sua área de vendas ampliada em mais de 15%, as vendas e as áreas destas lojas não são consideradas para o cálculo. Portanto, a base de lojas utilizada para o cálculo em um período não é necessariamente igual à base de lojas de outro período de comparação (como no caso das vendas em lojas comparáveis). A receita líquida por metro quadrado das lojas maduras é o resultado da soma das receitas líquidas destas lojas dividida pela soma das áreas médias de vendas das mesmas no período. [3] EBITDA ajustado para custos e despesas não recorrentes. **Desempenho Operacional de Lojas:** O ano de 2008 caracterizou-se por uma forte expansão no número de nossas lojas próprias. Inauguramos 22 novas lojas próprias: • 4 lojas localizadas na cidade de São Paulo; • 2 lojas localizadas na cidade de Brasília; • 2 lojas localizadas na cidade de Goiânia; • 2 lojas localizadas na cidade de Recife; • 2 lojas localizadas na cidade de Ribeirão Preto; • 2 lojas localizadas na cidade de Salvador; • 1 loja na cidade de Campo Grande; • 1 loja na cidade de Florianópolis; • 1 loja na cidade de Fortaleza; • 1 loja na cidade de Londrina; • 1 loja na cidade de Maceió; • 1 loja na cidade de Manaus; • 1 loja na cidade de Natal; • 1 loja na cidade de São José do Rio Preto. Adicionalmente, expandimos 2 lojas próprias existentes: • 1 loja localizada na cidade de São Paulo; • 1 loja na cidade de Curitiba.

Lojas Próprias

Encerramos o ano de 2008 com 33 lojas próprias e 4 lojas licenciadas, 8 lojas próprias a mais do que originalmente projetado. Já efetuamos todas as conversões de lojas licenciadas que havíamos decidido. Com isso, crescemos nossa área de vendas de lojas próprias, passando de 3.972m² ao final de 2007 para 12.242m² no final de 2008.

	Em 31 de dezembro de	
	2007	2008
Número de Lojas Próprias	11	33
Número de Lojas Licenciadas	20	4
Número de lojas total	31	37
Área de vendas das Lojas Próprias (m²)	3.972	12.242
Área de vendas das Lojas Licenciadas (m²)	3.804	625
Área de vendas Total (m2)	7.776	12.867

Desempenho Operacional: Receita Operacional Bruta: Nossa receita em 2008 totalizou R$294,7 milhões, 47,7% de crescimento em relação a 2007. O aumento das vendas em 2008 refletiu nosso foco no canal de distribuição lojas próprias, o qual foi ampliado, passando de 11 lojas ao final de 2007 para 33 ao final de 2008. A tabela a seguir apresenta a abertura da receita bruta entre os canais de distribuição para os períodos indicados:

(em milhares de reais, exceto percentuais)	Em 31 de dezembro de 2007	% do Total	2008	% do Total	Var. % 2008/2007
Lojas Próprias	138.771	69,6%	242.728	82,4%	74,9
Lojas Licenciadas	37.072	18,6%	15.887	5,4%	(57,1)
Lojas Multimarcas	21.967	11,0%	32.781	11,1%	49,2
Outros	1.679	0,8%	3.295	1,1%	96,2
Total	**199.489**	**100,0%**	**294.691**	**100,0%**	**47,7**

Lojas próprias: A receita bruta de lojas próprias cresceu 74,9% em 2008. Esse aumento ocorreu devido ao crescimento da área total de vendas das lojas próprias (passando de 3.972 m² ao final de 2007 para 12.242 m² em 2008). Essa variação ocorreu devido a: • Abertura de 22 novas lojas próprias; • Expansão de 2 lojas próprias existentes. Nosso crescimento em vendas de mesmas lojas (same-store sales), que havia atingido 15,9% em 2007, estava crescendo 13,1% no período compreendido entre janeiro e setembro de 2008, antes da eclosão da crise financeira mundial. No 4T08, nosso crescimento das vendas brutas em lojas comparáveis foi de -1,4%, terminando o ano com 8,2%. **Lojas licenciadas:** A receita bruta de lojas licenciadas decresceu em 2008, em comparação com 2007, em função de nossa estratégia de substituir a maior parte de nossas lojas licenciadas por lojas próprias (uma vez que as últimas apresentam resultados superiores). O número de lojas licenciadas diminuiu de 20 lojas ao final de 2007 para 4 em 31 de dezembro de 2008. Como conseqüência disso, a receita bruta apresentou redução de 57,1%. **Lojas multimarcas:** A receita bruta na venda para lojas multimarcas cresceu 49,2% em 2008 em relação a 2007, devido ao aumento em número de unidades vendidas para as lojas multimarcas. Mantivemos, no decorrer do ano, o número de lojas multimarcas relativamente constante, em aproximadamente 165 lojas espalhadas por todo o território brasileiro. O crescimento em 2008 refletiu nosso esforço para desenvolvimento desse canal de distribuição, considerado estratégico para atender cidades onde julgamos que ainda não há potencial para a abertura de uma loja própria. **Receita Operacional Líquida:** Nossa receita líquida em 2008 totalizou R$197,5 milhões, contra R$136,6 milhões em 2007, aumento de 44,6%, crescimento alinhado com o aumento da receita bruta. Nossa receita líquida por metro quadrado das lojas maduras em 2008 totalizou R$32.998/m² comparado com R$35.231/m² em 2007, redução de 6,3%, em função do desempenho de vendas do último trimestre (de janeiro a setembro a receita líquida por metro quadrado das lojas maduras de 2008 apresentava crescimento de 1,9%). **Lucro Bruto:** Nosso lucro bruto em 2008 aumentou 54,6% em relação a 2007, passando de R$83,1 milhões em 2007 para R$128,4 milhões em 2008. Nossa margem bruta cresceu de 60,8% da receita líquida em 2007 para 65,0% em 2008, 4,2 pontos percentuais de melhora. As melhoras de margem bruta em 2008 devem-se, principalmente, à alteração do mix de vendas por canal de distribuição, uma vez que as vendas através de lojas próprias passaram de 70% em 2007 para 82% em 2008 e essas apresentam uma margem bruta superior àquela dos demais canais. Essa mudança reflete nossa estratégia de focar as vendas através de lojas próprias, obtendo resultados superiores. Nosso lucro bruto foi negativamente afetado em R$1,8 milhão referente a uma liquidação extraordinária de estoques de coleções anteriores (bazar), ocorrida em outubro de 2008. **Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas:** Nossas despesas com vendas aumentaram de R$31,7 milhões em 2007 para R$70,1 milhões em 2008, aumento esperado em função de nosso plano de expansão. Nossas despesas com vendas incluem todas as despesas com pessoal da Companhia. Os principais fatores que influenciaram esse crescimento foram: • Aumento de headcount (que passou de 1.127 funcionários em 2007 para 1.833 em 2008). O número de funcionários em nossas lojas próprias e expandidas totalizava 789 ao final de 2008, sendo que os funcionários das novas lojas são contratados antes das inaugurações das mesmas para treinamento e montagem das lojas; • Crescimento das despesas com comissões de vendas para vendedores em nossas lojas próprias, uma vez que as vendas através de lojas próprias cresceram 74,9% de 2007 para 2008. É importante ressaltar que o número de funcionários, excluindo as lojas inauguradas em 2008 (funcionários de nossas 9 lojas maduras, atacado e operações de "retaguarda"), diminuiu em 33 do final de 2007 para o final de 2008. Esse resultado já reflete um esforço da Administração para contenção de despesas nas lojas. Ademais, acreditamos ter uma equipe de "retaguarda" preparada para o crescimento no número de lojas próprias que esperamos alcançar até o final de 2009. Nossas despesas gerais e administrativas passaram de R$24,2 milhões em 2007 para R$30,6 milhões em 2008, representando um aumento de 26,3%. Este aumento ocorreu devido, principalmente, ao crescimento das despesas de ocupação de nossas novas lojas próprias (aluguel, condomínio, entre outras), em função da ampliação da base de lojas próprias. Todas as despesas com ocupação (tanto das lojas próprias quanto de nosso centro de distribuição e nossa sede) são contabilizadas como despesas gerais e administrativas. O aumento das despesas gerais e administrativas, no entanto, foi inferior ao crescimento da receita, o que fez com nossas despesas gerais e administrativas como percentual da receita líquida diminuísse de 17,7% em 2007 para 15,5% em 2008. Vale ressaltar que incorremos em despesas não recorrentes, a maior parte delas relacionada ao nosso acelerado plano de expansão em 2008: • Despesas relacionadas às inaugurações de 22 novas lojas próprias e 2 ampliações de lojas próprias existentes, totalizando R$5,1 milhões. Essas despesas compreendem: despesas de marketing (principalmente eventos de inaugurações das lojas e publicidade em mídia local para suportar os eventos), despesas de ocupação das lojas anteriores às inaugurações, viagens para inaugurações de lojas e outras despesas pré-operacionais (R$2,6 milhões incluídos em despesas gerais e administrativas e R$2,5 milhões em despesas com vendas); • Bônus extraordinário não provisionado de R$1,0 milhão, para alguns de nossos funcionários, relacionado ao IPO (incluído em despesas com vendas); • Despesas com plano de opções (stock options), que não afetam caixa, totalizando R$0,6 milhão, calculadas em função do valor da ação na data da outorga (R$6,75), incluídas em despesas gerais e administrativas; • Outras despesas não recorrentes, totalizando R$0,5 milhão (incluídas em outras receitas e despesas). **EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA:** Nosso EBITDA[6] ajustado (desconsiderando despesas não recorrentes) de 2008 totalizou R$34,1 milhões, 19,4% superior ao EBITDA Ajustado do 2007 (R$28,6 milhões). Apesar do crescimento, nosso EBITDA ajustado de 2008 foi afetado negativamente por alguns fatores: • Entre o final de 2007 e no decorrer de 2008, contratamos uma parcela significativa dos funcionários de "retaguarda" que acreditamos serem necessários para a implantação de nosso plano de expansão até o final de 2009; • Ao final de 2008, contávamos com apenas 9 lojas maduras (lojas que foram inauguradas há mais de 12 meses ou que não sofreram expansões de área superiores a 15% nos últimos 12 meses) de nossas 33 lojas próprias em 31 de dezembro de 2008. Acreditamos que as novas lojas ainda não alcançaram seus plenos potenciais de vendas, o que aumenta nossas despesas como percentual das receitas; • Realizamos uma liquidação extraordinária de estoques de coleções anteriores (bazar), que ocasionou despesas de R$0,2 milhão (incluídos principalmente em despesas com vendas), em adição a R$1,8 milhão de lucro bruto negativo citado anteriormente. Para melhor comparabilidade entre os períodos, nosso EBITDA Ajustado de 2007 também exclui as despesas com inaugurações de lojas. Nossa margem de EBITDA Ajustado decresceu de 20,9% em 2007 para 17,3% em 2008, em razão dos motivos citados acima. A tabela abaixo mostra a conciliação de nosso Lucro Líquido, EBITDA e EBITDA Ajustado:

(Em R$ milhares, exceto se de outra forma indicado)	Exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2007	2008
Lucro Líquido	15.983	15.630
(+) Despesas financeiras, líquidas	2.826	3.330
(+) Imposto de renda e contribuição social	7.707	1.204
(+) Depreciação e amortização	1.379	6.705
EBITDA	27.895	26.869
(+) Custos e Despesas não recorrentes	655	7.215
(+) Despesas de aberturas de lojas	655	5.139
(+) Bônus IPO	–	982
(+) Plano de opção de ações	–	569
(+) Outras despesas não recorrentes	–	525
EBITDA ajustado	28.550	34.084
Margem EBITDA ajustado	20,9%	17,3%

Depreciação, Amortização e Resultado Financeiro: Nossas despesas com depreciação e amortização passaram de R$1,4 milhão em 2007 para R$6,7 milhões em 2008, principalmente em função de: • Aumento em ativos imobilizados, devido, principalmente, aos investimentos em construção e reforma de lojas próprias; • Amortização de ativos decorrentes de gastos com a substituição de lojas licenciadas por lojas próprias. Nossa despesa financeira líquida apresentou crescimento, passando de R$2,8 milhões em 2007 para R$3,3 milhões em 2008. O aumento das despesas em 2008 deveu-se a: • Por um lado, aumento das despesas financeiras (que totalizaram R$8,3 milhões), em função, principalmente, de 1. Despesas com comissões pagas a operadoras de cartões de crédito (totalizando R$4,2 milhões), devido ao aumento das vendas por meio de lojas próprias, nas quais a modalidade cartão de crédito é predominante entre os meios de pagamento; 2. Juros sobre endividamento financeiro até abril de 2008 (no total de R$1,3 milhão), quando quitamos todas as nossas dívidas com parte dos recursos de nossa abertura de capital (IPO); 3. Outras despesas financeiras, no valor de R$2,7 milhões. • Por outro lado, aumento das receitas financeiras (que totalizaram R$4,9 milhões), devido a nossa posição média consolidada de caixa em 2008 superior àquela de 2007 em função dos recursos captados em nosso IPO. **Lucro Líquido do exercício:** Nosso lucro líquido foi ajustado, por um lado, para excluir despesas não recorrentes e, por outro lado, para considerar Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre as despesas não recorrentes e sobre as despesas do IPO (uma vez que acreditamos que o tax shield gerado pela dedutibilidade das despesas do IPO em 2008 não é um benefício recorrente para a Companhia). Dessa forma, nosso lucro líquido ajustado foi de R$15,4 milhões em 2008. Considerando R$4,5 milhões de economia tributária decorrente de amortização de ágio, nosso lucro líquido ajustado excluindo a amortização do ágio (Cash Earnings) totalizou R$19,8 milhões em 2008, comparado a R$18,5 milhões em 2007, representando um crescimento de 7,0%. Apesar do crescimento, nosso Cash Earnings foi impactado negativamente pelo crescimento das depreciações e amortizações durante 2008, relacionadas a: • Construções de novas lojas próprias; • Pagamentos para licenciados referentes à substituição de lojas licenciadas por lojas próprias. A tabela abaixo mostra a conciliação de nosso Lucro Líquido, Lucro Líquido ajustado e Lucro Líquido ajustado excluindo a amortização do ágio:

(Em R$ milhares, exceto se de outra forma indicado)	Exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2007	2008
Lucro Líquido	15.983	15.630
(+) Custos e Despesas não recorrentes	655	7.215
(+) IR sobre despesas não recorrentes	(223)	(2.453)
(+) IR sobre despesas do IPO	–	(5.028)
Lucro Líquido ajustado	16.415	15.364
(+) Amortização do benefício fiscal do ágio	2.111	4.460
Lucro Líquido ajustado excluindo a amortização do ágio	18.526	19.824
% Receita Líquida	13,6%	10,0%

Capitalização e Liquidez: Em 31 de dezembro de 2008 dispúnhamos caixa líquido de R$38,6 milhões e não apresentávamos dívida financeira, em comparação com uma dívida líquida de R$3,6 milhões em 2007 (R$1,5 milhão de disponibilidades, R$0,9 milhão de financiamento de curto prazo e R$4,2 milhões de financiamento de longo prazo). Adicionalmente, a Le Lis Blanc não opera com nenhum tipo de instrumentos financeiros derivativos. A Le Lis Blanc também não está exposta a risco cambial uma vez que suas importações e exportações não são relevantes, bem como não dispõe de dívidas ou aplicações vinculadas a moedas estrangeiras. **Caixa e Aplicações Financeiras:** Os recursos financeiros em caixa e aplicações financeiras cresceram de R$1,5 milhões em 31 de dezembro de 2007 para R$38,6 milhões em 31 de dezembro de 2008, principalmente devido aos recursos de nossa oferta inicial de ações (IPO), na qual captamos R$150,2 milhões brutos de despesas relacionadas à oferta (R$135,4 milhões líquidos de despesas). Parte dos recursos captados foi utilizada para pagamento de dívidas, aberturas e expansões de lojas próprias e capital de giro, conforme divulgado em nosso prospecto do IPO. **Dívida Financeira:** Não apresentávamos dívidas financeiras em 31 de dezembro de 2008. Quitamos todas nossas dívidas com parte dos recursos obtidos em nosso IPO. O saldo de dívida financeira no final de 2007 era de R$5,1 milhões. **Patrimônio Líquido:** Nosso Patrimônio Líquido cresceu de R$51,6 milhões em 31 de dezembro de 2007 para R$154,0 milhões em 31 de dezembro de 2008, crescimento de 198%.. Por um lado, nosso IPO contribuiu para o aumento de nosso capital social (recursos líquidos de R$135,4 milhões), enquanto, por outro lado, houve redução do Patrimônio Líquido no montante de R$35,9 milhões em função de distribuição de dividendos ocorrida em março de 2008. A Administração da Companhia propôs e nosso Conselho de Administração ratificou, em 27 de março de 2009, proposta de distribuição de dividendos na totalidade do lucro líquido de 2008, após destinação de 5% do lucro líquido para a conta de Reserva Legal. Dessa forma, nosso Patrimônio Líquido já não mais considera o valor de R$14,8 milhões, contabilizado na conta de dividendos a pagar, em nosso passivo circulante. Essa distribuição de dividendos, se aprovada pela Assembléia Geral Ordinária, representará um dividend yield de 8,4% para nossos acionistas, considerando o valor de mercado da Companhia em 30 de março de 2009. (Em milhões de R$, exceto percentuais e índices)

Indicadores de Liquidez	2007	2008	Var. $ 2008/2007	Var. % 2008/2007
Disponibilidades	1,5	38,6	37,1	2.421
Dívida de Curto Prazo (CP)	0,9	-	(0,9)	(100)
Dívida de Longo Prazo (LP)	4,2	-	(4,2)	(100)
Dívida Bruta	5,1	-	(5,1)	(100)
Dívida Líquida (Caixa Líquido)	3,6	(38,6)	(42,2)	NA
Patrimônio Líquido (PL)	51,6	154,0	102,4	198
Disponibilidades / Dívida de CP	1,8	NA		NA
Dívida de CP / Dívida Bruta (CP + LP)	17%	NA		NA
EBITDA Ajustado/ Dívida de CP	33,4	NA		NA
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado	0,1X	NA		NA
Dívida Líquida / PL	0,1X	NA		NA
Dívida Líquida / (Dívida Líquida + PL)	6,5%	NA		NA

Ativo Não Circulante: Nosso imobilizado e intangível líquidos aumentaram em R$47,6 milhões, passando de R$19,9 milhões em 31 de dezembro de 2007 para R$67,5 milhões em 31 de dezembro de 2008. O ano de 2008 foi caracterizado por elevados investimentos na abertura de lojas próprias (22 novas lojas próprias e 2 expansões de lojas existentes). A maior parcela da variação do imobilizado e intangível refere-se à benfeitoria em imóveis de terceiros (reformas de lojas), móveis e utensílios para montagem das novas lojas e gastos com a substituição de lojas licenciadas por lojas próprias. Outros investimentos compreendem, principalmente, implantação e licença de software, aquisição de pontos comerciais, aquisição da marca Bo.Bô, máquinas e equipamentos para nossa sede e centro de distribuição.
(Em milhões de R$, exceto percentuais)

	2007	2008	Var. $ 2008/2007	Var. % 2008/2007
Imobilizado líquido	10,6	41,9	31,3	295
Intangível líquido	9,3	25,6	16,3	175
Total	**19,9**	**67,5**	**47,6**	**239**

Perspectivas: Pretendemos manter nossa posição como uma das principais empresas varejistas do setor de vestuário e acessórios de moda feminina de alto padrão no Brasil, continuando a satisfazer e encantar nossos clientes, através das marcas "Le Lis Blanc Deux" e "Bo.Bô Bourgeois Bohême", em todos os aspectos de nossos negócios, por meio de nossos produtos de alto-padrão, da experiência de compra em nossas lojas, de nosso atendimento diferenciado e de nossas revistas próprias. Com o cenário macroeconômico diferenciado em 2009, a Le Lis Blanc re-analisou o plano de investimentos e decidiu focar os investimentos em construções de lojas apenas naquelas que acreditamos que apresentarão taxas de retorno mais elevada (lojas localizadas principalmente nas grandes capitais). Nosso plano de expansão para 2009 inclui 4 novas lojas da marca Bo.Bô, sendo 2 na cidade de São Paulo (uma delas, nossa flagship store, já foi inaugurada em 10 de março) e 2 lojas no Rio de Janeiro (uma delas já inaugurada), bem como 3 lojas da marca Le Lis Blanc (uma na cidade de Belo Horizonte, uma na cidade do Rio de Janeiro, ambas já inauguradas e uma na cidade de São Paulo). Nosso principal foco de atuação para 2009 será explorar oportunidades de melhorias operacionais, que esperamos que reduzam custos, despesas e capital empregado. Em relação ao resultado operacional, acreditamos que, com o processo de maturação das lojas inauguradas em 2008, 22 lojas próprias (entre novas e conversões de licenciados) e 2 ampliações de lojas próprias existentes, e sem despesas não-recorrentes relacionadas às inaugurações das referidas lojas próprias, nossas margens operacionais serão menos impactadas em 2009. Com isso, nosso foco em 2009 deverá ser a melhora das margens operacionais e geração de caixa. Ao final de 2008, dispúnhamos de disponibilidades líquidas no valor de R$38,6 milhões e não tínhamos dívidas financeiras. Acreditamos que a geração de caixa operacional em 2009 deverá ser suficiente para nosso plano de investimentos em 2009, incluindo construção de lojas e necessidades de capital de giro. **Relacionamento com Auditores Independentes:** Em atendimento à Instrução CVM no. 381, de 14 de janeiro de 2003, a Le Lis Blanc Deux informa que os serviços prestados, no exercício de 2008, pelos auditores independentes, Terco Grant Thornton Auditores Independentes, foram todos relacionados ao procedimento de auditoria externa.

Marcelo Moojen Epperlein
Diretor de Relações com Investidores

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 (Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Notas	Controladora 31/12/08	Controladora 31/12/07	Consolidado 31/12/08
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5	38.164	1.531	38.602
Contas a receber	6	37.758	25.185	40.111
Partes relacionadas	18	4.096	–	–
Estoques	7	40.779	24.666	41.642
Créditos tributários	22.2	4.507	4.223	4.507
Impostos a recuperar	–	1.068	–	1.073
Despesas antecipadas	–	554	–	577
Outros créditos a receber	–	161	274	161
Total do ativo circulante		127.087	55.879	126.673
Ativo não circulante				
Depósito judicial	–	1	17	1
Créditos tributários	22.2	16.722	16.634	16.722
Investimentos	8	1.009	–	–
Imobilizado	9	41.561	10.610	41.925
Intangível	10	25.554	9.281	25.559
Total do ativo não circulante		84.847	36.542	84.207
Total do ativo		211.934	92.421	210.880

Passivo e Patrimônio Líquido	Notas	Controladora 31/12/08	Controladora 31/12/07	Consolidado 31/12/08
Passivo circulante				
Empréstimos e financiamentos	15	–	855	–
Fornecedores	12	12.973	11.056	12.973
Partes relacionadas	18	1.961	–	–
Obrigações tributárias	13	7.138	6.775	7.584
Obrigações trabalhistas	13	7.192	3.348	7.648
Contas a pagar com substituição de licenciadas	14	494	2.524	494
Contas a pagar com acionistas	18	1.916	1.656	1.916
Dividendos a pagar	20.3	14.848	–	14.848
Outros débitos	16	1.662	1.199	1.662
Adiantamentos diversos	17	1.406	131	1.411
Total do passivo circulante		49.590	27.544	48.536
Passivo não circulante				
Provisão para contingências	19	250	60	250
Empréstimos e financiamentos	15	–	4.245	–
Contas a pagar com acionistas	18	4.814	5.934	4.814
Contas a pagar com substituição de licenciadas	14	–	450	–
Outros débitos	16	1.737	2.570	1.737
Adiantamentos diversos	17	1.534	–	1.534
Total do passivo não circulante		8.335	13.259	8.335
Patrimônio líquido				
Capital social	20.1	136.401	1.000	136.401
Reserva de capital	20.2	16.626	14.522	16.626
Reserva legal	–	982	200	982
Reserva de lucros	–	–	35.896	–
Lucros (prejuízos) acumulados	–	–	–	–
		154.009	51.618	154.009
Total do passivo e patrimônio líquido		211.934	92.421	210.880

Demonstrações do Resultado para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	Controladora 31/12/08	Controladora Ajustado 31/12/07	Consolidado 31/12/08
Receita operacional bruta				
Receita da vendas	–	290.413	199.489	294.691
Deduções de vendas				
Devoluções de vendas	–	(26.377)	(15.035)	(26.556)
Impostos incidentes	–	(68.618)	(47.893)	(70.677)
Receita operacional líquida		195.418	136.561	197.458
Custo dos produtos vendidos	–	(70.407)	(53.503)	(69.041)
Lucro bruto		125.011	83.058	128.417
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas gerais e administrativas	–	(29.774)	(24.232)	(30.597)
Despesas com vendas	–	(68.554)	(31.670)	(70.111)
Despesas financeiras	21	(8.102)	(3.255)	(8.253)
Receitas financeiras	21	4.923	429	4.923
Despesas de depreciação e amortização	–	(6.685)	(1.379)	(6.705)
Outras receitas e despesas		(810)	739	(840)
Equivalência patrimonial	8	786	–	–
		(108.216)	(59.368)	(111.583)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		16.795	23.690	16.834
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22.3	(1.165)	84	(1.165)
Imposto de renda e contribuição social	22.3	–	(7.791)	(39)
Lucro líquido do exercício		15.630	15.983	15.630
Lucro por ação (quotas) em Reais		0,27	1.598	0,27

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007
(Valores expressos em milhares de Reais)

Controladora	Notas	Capital social integralizado	Capital social – Gastos com abertura de capital	Capital social – Total	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2006		1.000	–	1.000	–	–	–	25.753	26.753
Incorporação EDGE 2	2	–	–	–	14.522	–	–	–	14.522
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	15.983	15.983
Reserva legal	–	–	–	–	–	200	–	(200)	–
Distribuição de lucros	–	–	–	–	–	–	–	(5.640)	(5.640)
Retenção de lucros	–	–	–	–	–	–	35.896	(35.896)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2007		1.000	–	1.000	14.522	200	35.896	–	51.618
Incorporação EDG Participações	2	–	–	–	1.535	–	–	–	1.535
Distribuição de lucros retidos	20.3	–	–	–	–	–	(35.896)	–	(35.896)
Aumento de capital por distribuição pública em 02/05/08	1/20.1/28	150.188	(14.787)	135.401	–	–	–	–	135.401
Plano de opções de compra de ações	25.2	–	–	–	569	–	–	–	569
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	15.630	15.630
Destinação									
Reserva legal	20.3	–	–	–	–	782	–	(782)	–
Dividendos propostos	20.3	–	–	–	–	–	–	(14.848)	(14.848)
Saldos em 31 de dezembro de 2008		151.188	(14.787)	136.401	16.626	982	–	–	154.009

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora 31/12/08	Controladora Ajustado 31/12/07	Consolidado 31/12/08
Das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício	15.630	15.983	15.630
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa líquido gerado nas atividades operacionais:			
Depreciações e amortizações	6.515	1.379	6.534
Amortização do benefício fiscal	4.458	2.111	4.458
Equivalência patrimonial	(786)	–	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(3.293)	(84)	(3.293)
Baixas do ativo permanente	268	146	268
Provisão para contingências	190	6	190
Despesa de juros	1.799	100	1.799
Provisão para perdas em estoques	(162)	242	(162)
	24.619	19.883	25.424
Mudanças nos ativos e passivos			
Contas a receber de clientes	(12.573)	(8.905)	(14.926)
Estoques	(15.951)	(10.481)	(16.814)
Impostos a recuperar	(1.068)	–	(1.073)
Despesas antecipadas	(554)	–	(577)
Outros créditos	(259)	(273)	(259)
Depósitos judiciais	16	–	16
Fornecedores	1.917	4.025	1.917
Partes relacioinadas	(2.135)	–	–
Contas a pagar com substituição de licenciadas	(2.480)	2.974	(2.480)
Contas a pagar com acionistas	(860)	(690)	(860)
Obrigações tributárias	363	2.061	809
Obrigações trabalhistas	3.844	1.136	4.300
Dividendos a pagar	14.848	–	14.848
Juros pagos por financiamentos	(1.429)	–	(1.429)
Outros débitos	(370)	2.241	(370)
Adiantamentos diversos	2.809	131	2.814
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades operacionais	10.737	12.102	11.340
Das atividades de investimento			
Acréscimo do imobilizado	(34.618)	(10.687)	(35.001)
Acréscimo do intangível (líquido de adições a investimentos)	(13.671)	(6.997)	(13.676)
Adições a investimentos, líquidos de caixa adquirido (incluindo ágio)	(5.941)	–	(5.718)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(54.230)	(17.684)	(54.395)
Das atividades de financiamento com acionistas			
Financiamento	–	5.000	–
Pagamento de financiamento bancário	(5.100)	–	(5.100)
Aumento de capital	150.188	–	150.188
Gastos com oferta pública de ações	(14.787)	–	(14.787)
Plano de opções de compra de ações	569	–	569
Dividendos propostos	(14.848)	–	(14.848)
Distribuições de lucros	(35.896)	(5.640)	(35.896)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento com acionistas	80.126	(640)	80.126
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	36.633	(6.222)	37.071
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	1.531	7.753	1.531
No final do exercício	38.164	1.531	38.602
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	36.633	(6.222)	37.071

Demonstrações do Valor Adicionado para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora 31/12/08	Controladora Ajustado 31/12/07	Consolidado 31/12/08
Receitas	264.129	184.940	268.198
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	264.036	184.454	268.135
Outras receitas	93	486	63
Insumos adquiridos de terceiros (inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)	(116.547)	(80.081)	(116.463)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(85.661)	(68.573)	(84.913)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(24.237)	(11.774)	(24.782)
Perda/recuperação de valores ativos	–	522	–
Outras receitas	(6.649)	(256)	(6.768)
Valor adicionado bruto	147.582	104.859	151.735
Depreciação e amortização	(10.973)	(3.490)	(10.992)
Valor adicionado líquido	136.609	101.369	140.743
Valor adicionado recebido em transferência	5.709	429	4.923
Resultado de equivalência patrimonial	786	–	–
Receitas financeiras	4.923	429	4.923
Valor adicionado total a distribuir	142.318	101.798	145.666
Distribuição do valor adicionado	(142.318)	(101.798)	(145.666)
Pessoal	(46.842)	(26.085)	(47.852)
Remuneração direta	(37.812)	(21.744)	(38.705)
Benefícios	(5.900)	(2.746)	(5.937)
FGTS	(3.130)	(1.595)	(3.210)
Impostos, taxas e contribuições	(58.136)	(46.615)	(59.840)
Federais	(21.854)	(23.375)	(22.521)
Estaduais	(36.010)	(22.809)	(37.047)
Municipais	(272)	(431)	(272)
Remuneração de capitais de terceiros	(21.710)	(13.115)	(22.344)
Juros	(8.225)	(3.803)	(8.375)
Aluguéis	(12.955)	(9.223)	(13.439)
Outras	(530)	(89)	(530)
Remuneração de capitais próprios	(15.630)	(15.983)	(15.630)
Dividendos	(14.848)	(15.983)	(14.848)
Lucros retidos	(782)	–	(782)

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2008 e 2007
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional: A Le Lis Blanc Deux Comércio e Confecções de Roupas S/A ("Companhia") e suas controladas, tem como objetivos principais: (a) a confecção por meio de terceiros, o comércio, o desenvolvimento, a importação e a exportação de roupas e acessórios do vestuário; b) a comercialização de artigos de cama, mesa, banho e objetos de decoração; (c) a participação, como acionista em qualquer Sociedade ou empreendimento; (d) a prestação de serviços relacionados às atividades mencionadas. Foi obtido o registro de Companhia aberta em 18 de abril de 2008 e em 29 de abril de 2008, no contexto do processo de oferta pública de distribuição primária de ações da Companhia, foram emitidas 22.250.000 ações ordinárias. O valor unitário por ação foi de R$6,75, perfazendo a capitalização ao montante bruto de R$150.188 (vide Nota 20.1). Neste contexto, os recursos líquidos de comissões dos bancos coordenadores que ingressaram na Companhia em 02 de maio de 2008 totalizaram R$144.006 (R$135.401 líquido de todos os gastos relacionados à oferta pública de ações).Em 31 de dezembro de 2008, a Companhia possui 33 lojas próprias e quatro licenciadas. Como parte da estratégia de crescimento, a Companhia firmou, em 31 de outubro de 2008, termo de cessão de propriedade para aquisição da marca Bo.Bô - Bourgeois Bohême, no valor de R$450, sendo R$300 pago em 03 de novembro de 2008 e R$150 a ser pago em 31 de outubro de 2009 (vide Nota 10). Através da propriedade da marca adquirida, a Companhia irá inaugurar novas lojas para venda de produtos. **2. Estruturação societária:** Durante o exercício de 2007, a Companhia iniciou seu processo de reestruturação e reorganização societária, visando aumentar o volume das suas operações. Para tanto, em 14 de junho de 2007, conforme Assembleia Geral Extraordinária, a Companhia foi transformada de empresa limitada em sociedade por ações, mediante a conversão de 10.000 quotas representativas do capital em 10.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, sendo o capital social totalmente subscrito e integralizado no valor de R$1.000, representado por 10.000 ações ordinárias. Em 18 de julho de 2007, conforme Assembleia Geral Extraordinária, ingressou na Companhia como acionista a empresa EDGE 2 - Estilo, Design e Gestão S/A ("EDGE 2"), mediante a compra de 8.400 ações ordinárias junto aos acionistas fundadores, pelo preço de R$92.280, sendo o montante de R$84.000 pagos no momento da compra e o valor de R$8.280 a ser liquidado no prazo de 60 meses (vide Nota 18). Foi desdobrado o valor de ágio gerado na operação e foi constituída provisão para reduzir o montante ao valor de recuperação tributária, remanescendo o total de R$22.802, em virtude da intenção de incorporação. Em 30 de julho de 2007, a Companhia celebrou um protocolo de justificação de incorporação reversa da empresa EDGE 2, ratificado pela ata de Assembleia Geral Extraordinária de 31 de julho de 2007. Em decorrência da incorporação, a Companhia recebeu o acervo líquido da EDGE 2, apurado por um laudo de avaliação a valor contábil, no montante de R$14.522 que foi incorporado ao patrimônio líquido da Companhia na rubrica Reserva de Capital por Ágio, sendo as principais contas do balanço incorporado, demonstradas a seguir:

Parcela ativo	31/12/07
Crédito tributário decorrente de ágio na aquisição de investimento na Le Lis Blanc Deux Comércio e Confecções de Roupas S.A.	22.802
Parcela passivo	
Circulante	690
Não circulante	7.590
Acervo líquido	14.522

Todas as ações da EDGE 2 foram extintas e a EDG Estilo, Design e Gestão S/A ("EDG") recebeu ações ordinárias e sem valor nominal de emissão da Companhia. Em 07 de dezembro de 2007, conforme Ata de Assembleia Extraordinária foi aprovada a alteração da denominação social da Companhia, que passou de Restoque Comércio e Confecções de Roupas S/A para Le Lis Blanc Deux Comércio e Confecções de Roupas S/A. Em 27 de março de 2008, foi aprovado o protocolo de justificação da incorporação da empresa EDG Participações S/A ("EDG Participações") pela Companhia. Esta empresa é resultante da reorganização societária da EDG. Em decorrência da incorporação, a Companhia recebeu o acervo líquido da EDG Participações, apurado por um laudo de avaliação a valor contábil, no montante de R$1.535, que foi incorporado ao patrimônio líquido da Companhia na rubrica de Reserva de capital por ágio, sendo as principais contas do balanço incorporado, conforme demonstramos a seguir:

Parcela ativo	31/03/08
Crédito tributário decorrente de ágio na aquisição de investimento na Le Lis Blanc Deux Comércio e Confecções de Roupas S.A.	1.535
Acervo líquido	**1.535**

3. Principais práticas contábeis: 3.1. Base de apresentação: As demonstrações contábeis apresentadas pela Companhia e suas controladas (indicadas na Nota 8), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, são elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, consubstanciadas pela Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, incluindo as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Medida Provisória nº 449/08, nas normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), conforme demonstrado em Nota Explicativa nº 3.2. As alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 não tiveram efeitos relevantes sobre as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, possibilitando a comparabilidade entre os exercícios. As demonstrações contábeis foram aprovadas para emissão em 27 de março de 2009, pelo Conselho de Administração da Companhia. **3.1.1. Adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08:** As demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008 são as primeiras apresentadas de acordo com as novas práticas contábeis adotadas no Brasil. Estas demonstrações foram preparadas de acordo com a CPC 13 aprovada pela Deliberação CVM nº 565/08. A Companhia elegeu 1º de janeiro de 2007 como a data de transição, para adequar-se às novas práticas contábeis, adotando a seguinte dispensa opcional de aplicação retrospectiva das novas práticas contábeis: a primeira análise periódica do prazo de vida útil-econômica dos bens será efetuada a partir de 1º de janeiro de 2009, conforme facultado pelo item 54 do CPC 13. **3.1.2. Sumário das práticas contábeis modificadas e demonstração de efeitos no resultado e no patrimônio líquido:** Conforme mencionado na Nota 3.1, as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08 não tiveram efeitos relevantes sobre as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007. As principais alterações nas práticas contábeis promovidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 36 e 37 da Medida Provisória nº 449/08 aplicáveis à Companhia, adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2008, foram as seguintes: **i) Apresentação: a)** Substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos pela Demonstração dos Fluxos de Caixa, elaborada conforme regulamentação do CPC 03 Demonstração dos Fluxos de Caixa, sendo que a Companhia já vinha apresentando, para os exercícios anteriores, essas demonstrações como informações suplementares e, portanto, manteve o procedimento; **b)** Inclusão da Demonstração do Valor Adicionado, que demonstra o valor adicionado pela Companhia, bem como a composição da origem e alocação destes valores, conforme regulamentação do CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado; **c)** Criação de novo subgrupo de contas, intangível, para fins de apresentação no balanço patrimonial, que registra os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção das operações da Companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido, sendo que a Companhia já adotava o citado procedimento; **d)** Modificação do conceito para valores registrados no diferido: despesas pré-operacionais e os gastos de reestruturação que contribuirão, efetivamente, para o aumento do resultado de mais de um exercício social e que não configurem tão-somente uma redução de custos ou acréscimo na eficiência operacional. A Companhia já vinha adotando este conceito; **e)** Eliminação da apresentação da rubrica "Resultado Não Operacional" na demonstração do resultado, conforme regulamentado pela Media Provisória nº 449/08. **ii) Ajustes: a)** A Companhia efetuou o registro da despesa do plano de outorga de opções de compra ("Stock Options") de acordo com o valor justo na data da outorga, em conformidade com o CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações (Nota 25.2); **b)** As despesas incorridas em 2008 com o processo de abertura de capital da Companhia, anteriormente registradas como despesa operacional, foram revertidas e registradas como redução do capital social (Nota 28), em conformidade com o CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos. **iii) Outros impactos: a)** A Companhia optou por tratar os efeitos tributários da aplicação, pela primeira vez, da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08 por meio da opção pelo regime tributário de transição (aplicável aos anos-base 2008 e 2009), que deverá ser formalizado na entrega da declaração de imposto de renda de 2009, por meio do qual as alterações da Lei nº 11.638/07 não geram efeito para fins de apuração do lucro real; **b)** Obrigatoriedade de análise periódica quanto à capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado, intangível e diferido (teste de "impairment"), conforme regulamentado pelo CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável dos Ativos. Essa análise não gerou efeito sobre o balanço patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2008; **c)** No encerramento do exercício social, a conta de lucros acumulados não deverá apresentar saldo positivo. O limite do saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o saldo de capital social, sendo que a Companhia já adotava o procedimento de designar os lucros acumulados, mantendo a prática contábil; **d)** A Companhia passou a avaliar o efeito do ajuste a valor presente dos seus créditos e obrigações, incluindo contas a receber (clientes), fornecedores e outras contas a pagar na data-base destas informações, cujos efeitos não foram relevantes para registro. **3.1.3. Impactos da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08 em 31 de dezembro de 2007:** A aplicação das novas práticas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Medida Provisória nº 449/08 nas demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007 não gerou efeitos relevantes. **3.2. Principais práticas contábeis adotadas: 3.2.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem os montantes de caixa, fundos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado", conforme Nota 5. **3.2.2. Contas a receber de clientes:** São apresentadas aos valores presentes (na ocorrência de efeitos relevantes) e de realização. É constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa (com base na análise dos riscos para cobrir possíveis perdas), com registro no resultado do exercício. **3.2.3. Estoques:** Avaliado ao custo médio de aquisição e formação (inclui matéria-prima. insumos aplicados, mão de obra, despesas de importação e fretes) e que não excede o valor de mercado ou o custo de reposição, incluindo as provisões para eventuais perdas. As importações em andamento são demonstradas ao custo incorrido de cada importação. **3.2.4. Investimentos:** Os investimentos relevantes da Companhia em empresas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, acrescido do ágio ou deságio a amortizar. O ágio ou deságio apurado na aquisição de capital de outra Sociedade é representado pelo valor de aquisição do investimento que superar o valor da equivalência patrimonial, calculada a partir da participação adquirida no patrimônio líquido da outra Sociedade. **3.2.5. Imobilizado:** Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas descritas na Nota 9. Os gastos com manutenção e reparos, que não aumentam significativamente a vida útil dos bens, são contabilizados como despesa quando incorridos. Os gastos que aumentam significativamente a vida útil das instalações e dos equipamentos são agregados ao valor do ativo imobilizado. **3.2.6. Intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Quando são identificadas indicações de perda de valor recuperável, são submetidos a teste de avaliação do valor recuperável. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém são submetidos a teste anual de redução do valor recuperável. Os ágios gerados nas aquisições de investimentos ocorridas até 31 de dezembro de 2008, que têm como fundamento econômico a rentabilidade futura, foram amortizados pelo método linear até aquela data. A partir de 1º de janeiro de 2009 não serão mais amortizados, devendo apenas ser submetidos a teste anual de avaliação do valor recuperável (vide Nota 10). O fundo de comércio, relacionado a luvas e res-sperata, não são amortizados e serão realizados pela alienação. A primeira análise periódica do prazo de vida útil econômica dos bens será efetuada a partir de 1º de janeiro de 2009, conforme facultado pelo item 54 do CPC 13. Gastos com implantação de lojas, que geram benefícios para mais de um período, são amortizados pelo método linear a taxas descritas na Nota 10, em conexão com o prazo de recuperabilidade, o qual é avaliado periodicamente pela Companhia. **3.2.7. Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de "impairment"):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando

continua →

continuação

LE LIS BLANC

Le Lis Blanc Deux Comércio e Confecções de Roupas S.A.

CNPJ nº 49.669.856/0001-43

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

o valor contábil líquido ao valor recuperável. **3.2.8. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. s ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **3.2.9. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários são sujeitos à avaliação do impacto de ajuste a valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Subseqüentemente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. A Companhia avalia periodicamente o efeito deste procedimento e nos exercícios de 2007 e 2008 não transacionou operações de longo prazo (e tão pouco relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas. **3.2.10. Imposto de renda e contribuição social:** São calculados com base nas alíquotas vigentes de imposto de renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, para fins de determinação de exigibilidade. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal ou base negativa da contribuição social são reconhecidos somente na extensão em que sua realização seja provável, tendo como base o histórico de rentabilidade. **3.2.11. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão (quando aplicável). Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros, conforme descrito nas Notas 3.2.1 e 3.2.2. **3.2.12. Benefícios a funcionários e dirigentes:** A Companhia não mantém planos de previdência privada ou qualquer plano de aposentadoria ou benefícios pós-saída da Companhia. A Companhia possui programa de benefício para: **(i) Participação nos Lucros e Resultados (PLR):** vide detalhe na Nota 25.1; **(ii) Plano de opção para compra de ações - "stock options":** vide detalhes na Nota 25.2. Determinados executivos e administradores da Companhia recebem parcela de sua remuneração na forma de pagamento baseado em ações, com liquidação em ações. Os custos dessas transações são reconhecidos no resultado pelo valor justo na data da outorga durante o período em que os serviços são recebidos, em contrapartida do patrimônio líquido. **3.2.13. Lucro por ação:** O lucro por ação é calculado considerando-se o número de ações em circulação nas datas de encerramento dos exercícios. **3.2.14. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: **(i)** Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; **(ii)** Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e **(iii)** Obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos. **3.2.15. Apuração do resultado:** O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. A receita de venda de produtos é reconhecida quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável e todos os riscos e benefícios são transferidos para o comprador. **3.2.16. Uso de estimativas:** Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas referentes à amortização e depreciação dos ativos permanentes, provisão para a realização de determinados ativos, valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões para passivos contingentes e provisão para imposto de renda, cujos resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. A administração monitora e revisa periódica e tempestivamente estas estimativas e suas premissas. **3.2.17. PIS e COFINS não cumulativos:** Os procedimentos de alocação dos créditos de PIS e COFINS são baseados nos seguintes critérios: os débitos decorrentes das vendas de produtos são apresentados como deduções de vendas no demonstrativo de resultado. Os créditos decorrentes da (i) compra de matérias-primas, (ii) serviços e outros insumos ligados à produção, (iii) dos saldos iniciais dos estoques (iv) e da depreciação, previstos nas Leis nºs 10.637/02 e 10.833/03, são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos no demonstrativo do resultado do exercício. Para permitir uma melhor comparabilidade, foi feita uma reclassificação utilizando-se o mesmo conceito acima entre as linhas de impostos sobre vendas e custos dos produtos vendidos nas informações para o exercício findo em 31 de dezembro de 2007. **4. Demonstrações contábeis consolidadas:** As demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas em conformidade com os princípios de consolidação e dispositivos legais aplicáveis. Foram eliminados os saldos das contas de ativos e passivos, das receitas e despesas e os lucros não realizados entre as empresas. Este procedimento não se aplica para 31 de dezembro de 2007, em virtude da inexistência de empresas controladas naquela data. As demonstrações contábeis consolidadas abrangem as demonstrações contábeis da controladora Le Lis Blanc Deux Comércio e Confecções de Roupas S/A e das suas controladas, CF Comércio de Roupas Ltda., SH Recife Comércio de Roupas Ltda. e Marthi Comércio do Vestuário Ltda. Os investimentos nas controladas são eliminados proporcionalmente pelo percentual de participação. **5. Caixa e equivalentes de caixa:** Representado por:

	Controladora 31/12/08	Controladora 31/12/07	Consolidado 31/12/08
Bancos	4.629	1.430	5.067
Aplicações financeiras	33.535	101	33.535
Total	**38.164**	**1.531**	**38.602**

As aplicações financeiras correspondem substancialmente a investimentos remunerados por referência a variação dos Certificados de Depósitos Bancários (CDI). As taxas pactuadas, que remuneram esses investimentos, variam de 102% a 104% da variação do CDI.

6. Contas a receber: Representado por:

	Controladora 31/12/08	Controladora 31/12/07	Consolidado 31/12/08
Cartões de crédito	32.915	18.573	35.059
Clientes - pessoa jurídica	4.843	6.612	5.052
Total	**37.758**	**25.185**	**40.111**

O risco de crédito da Companhia e de suas controladas é minimizado à medida que a parcela substancial da carteira de recebíveis é intermediada pelas empresas administradoras de cartão de crédito. Desta forma, o risco de inadimplência é transferido para as administradoras. O saldo de clientes - pessoa jurídica representa principalmente vendas efetuadas para lojas licenciadas e multimarcas, para as quais são feitas análises de crédito seletivas.

7. Estoques: Representado por:

	Controladora 31/12/08	Controladora 31/12/07	Consolidado 31/12/08
Mercadorias para revenda	21.997	13.275	22.859
Matérias-primas	9.743	5.794	9.743
Mercadoria em poder de terceiros	6.614	4.291	6.614
Importações em andamento	2.064	1.738	2.064
Embalagens	304	–	305
Almoxarifado	327	–	327
(-) Provisão para giro lento	(270)	(432)	(270)
Total	**40.779**	**24.666**	**41.642**

8. Investimentos: Em continuidade ao seu plano de expansão, a Companhia assumiu as operações de três lojas por meio da aquisição de três empresas de suas licenciadas, situadas em Recife e Florianópolis, conforme descrito a seguir: Em 14 de julho de 2008, foi elaborado instrumento particular de cessão de cotas de participação de capital social, onde a Companhia pagou pela aquisição da totalidade das cotas da empresa CF Comércio de Roupas Ltda., o valor de R$1.917, sendo o patrimônio líquido na data da aquisição avaliado pelo valor de R$30, constituindo assim um ágio no valor total de R$1.887. A recuperação deste ágio se dará no prazo de 2,5 anos, pela expectativa de rentabilidade futura, com início a partir de julho de 2008. Na mesma data, foi elaborado instrumento particular de cessão de cotas de participação de capital social, onde a Companhia pagou pela aquisição da totalidade das cotas da empresa SH Recife Comércio de Roupas Ltda., o valor de R$2.274, sendo o patrimônio líquido na data da aquisição avaliado pelo valor de R$34, constituindo assim um ágio no valor total de R$2.240. A recuperação deste ágio se dará no prazo de 2,4 anos, pela expectativa de rentabilidade futura, com início a partir de julho de 2008. Em 11 de agosto de 2008, foi elaborado instrumento particular de cessão de cotas de participação de capital social, onde a Companhia pagou pela aquisição da totalidade das cotas da empresa Marthi Comércio do Vestuário Ltda., o valor de R$1.750, sendo o patrimônio líquido na data da aquisição avaliado pelo valor de R$159, constituindo assim um ágio no valor total de R$1.591. A recuperação deste ágio se dará no prazo de 2,4 anos, pela expectativa de rentabilidade futura, com início a partir de agosto de 2008. São representados por: **Informações em 31/12/08 - composição em 31/12/08:**

Empresas	% - Participação	Patrimônio líquido	Resultado	Investimento	Ágio (1)	Equivalência
CF Comércio de Roupas Ltda.	100	30	192	222	1.887	192
SH Recife Comércio de Roupas Ltda.	100	34	296	330	2.240	296
Marthi Comércio do Vestuário Ltda.	100	159	298	457	1.591	298
(–) Amortização de ágio	–	–	–	–	(1.115)	–
Total	–	**223**	**786**	**1.009**	**4.603**	**786**

(1) Classificado como ativo intangível (vide Notas 3.2.6 e 10). Composição dos principais grupos de contas patrimoniais e de resultado:

Saldos em 31 de dezembro de 2008:

Balanços patrimoniais	CF Comércio de Roupas Ltda.	SH Recife Comércio de Roupas Ltda.	Marthi Comércio do Vestuário Ltda.
Ativo circulante	1.352	1.634	1.049
Ativo não circulante	110	56	203
Passivo circulante	1.240	1.360	795
Passivo não circulante	-	-	-
Patrimônio líquido	222	330	457

Resultado	CF Comércio de Roupas Ltda.	SH Recife Comércio de Roupas Ltda.	Marthi Comércio do Vestuário Ltda.
Receita líquida de vendas	1.620	2.415	1.567
Custos das vendas	(651)	(1.043)	(503)
Receitas (despesas) operacionais líquidas	(777)	(1.056)	(747)
Provisão para imposto de renda e contribuição social	–	(20)	(19)
Lucro	**192**	**296**	**298**

9. Imobilizado líquido: Representado por:

	% - Taxa anual de depreciação	Controladora 31/12/08	Controladora 31/12/07	Consolidado 31/12/08
Móveis e utensílios	10	10.814	2.872	10.926
Máquinas e equipamentos	10	1.537	1.035	1.655
Instalações	10	1.751	1.602	1.751
Veículos	20	377	63	377
Equipamentos de informática	20	1.929	1.103	2.010
Benfeitoria em imóvel de terceiros	10 e 20	23.793	6.306	23.798
Imobilizado em andamento	–	6.392	–	6.392
Outros	33 a 50	903	93	970
Subtotal	–	**47.496**	**13.074**	**47.879**
Depreciações acumuladas		(5.935)	(2.464)	(5.954)
Total		**41.561**	**10.610**	**41.925**

10. Intangível: Representado por:

	% - Taxa anual de depreciação	Controladora 31/12/08	Controladora 31/12/07	Consolidado 31/12/08
Fundo de comércio **(1)**	–	2.659	1.229	2.659
Marcas e patentes **(2)**	–	737	7	737
Gastos com implantação e licença de software **(3)**	20	1.652	658	1.657
Gastos com implantação de lojas **(4)**	–	18.732	8.718	18.732
Ágio por rentabilidade futura	–	4.603	–	4.603
Desenvolvimento de marca e coleção **(5)**	–	431	–	431
Subtotal	–	**28.814**	**10.612**	**28.819**
Amortização	–	(3.260)	(1.331)	(3.260)
Total		**25.554**	**9.281**	**25.559**

(1) Refere-se ao valor de luvas pagas aos proprietários dos pontos comerciais, não sendo amortizado. A realização ocorrerá quando da alienação dos pontos comerciais; **(2)** Aquisição da marca Bo.Bô - Bourgeois Bohême (vide Nota 1); **(3)** Os gastos com implantação de software, referem-se aos esforços relacionados com a implantação de sistema, que entrou em operação em janeiro de 2008; **(4)** Os gastos com abertura de lojas referem-se a gastos incorridos e comprometidos com os esforços de abertura de novas lojas, incluindo o ônus da substituição de lojas licenciadas por lojas próprias, os quais serão amortizados em média pelo prazo de cinco anos em conexão com o período estimado de recuperabilidade; **(5)** Desenvolvimento de marca e coleção refere-se a despesas com implantação da marca Bo.Bô - Bourgeois Bohême. **11. Teste de redução ao valor recuperável de ativos - "impairment":** De acordo com o CPC 01, "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", os itens do ativo imobilizado e intangível que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. Todos os itens do ativo imobilizado e intangível que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação foram revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A menor unidade geradora de caixa determinada pela Companhia para avaliar a recuperabilidade dos ativos tangíveis e intangíveis corresponde a cada uma de suas lojas. Foram estabelecidos indicadores de desempenho operacional e financeiro e, na existência destes indicativos, a Administração efetuou análise detalhada do valor recuperável para cada ativo pelo método do fluxo de caixa futuro individual (por loja) descontado a valor presente e comparado ao valor dos ativos. Em 31 de dezembro de 2008, com base nos cálculos efetuados, não foram identificados ativos que necessitem de provisão para redução ao seu valor de recuperação. **12. Fornecedores:** Representado principalmente por contas a pagar decorrentes de insumos utilizados na produção, como tecidos, aviamentos e outros, e prestação de serviço decorrente da confecção de produtos. **13. Obrigações trabalhistas e tributárias:** Representado por:

Obrigações tributárias	Controladora 31/12/08	Controladora 31/12/07	Consolidado 31/12/08
PIS/COFINS/IRPJ/CSLL	2.430	3.478	2.658
ICMS	4.561	2.868	4.778
Outros	147	429	148
	7.138	**6.775**	**7.584**
Obrigações trabalhistas			
Salários a pagar	1.627	921	1.783
Obrigações previdenciárias - FGTS/INSS	1.852	1.040	1.925
Provisão - férias, 13º salário e encargos	3.098	1.371	3.304
Outros	615	16	636
	7.192	**3.348**	**7.648**

14. Contas a pagar com substituição de licenciadas: A Companhia realizou a substituição de determinadas lojas licenciadas por lojas próprias, que normalmente tendem a ser abertas em outros endereços nas mesmas cidades, onde se localizavam as lojas licenciadas. Para tanto, a Companhia tem um ônus de descontinuidade operacional decorrente do encerramento das relações comerciais entre as partes, que compreende, entre outros, a eliminação de exclusividade e restrição de competitividade destes licenciados, os quais constituem gastos no desenvolvimento de novos negócios.

Em 31 de dezembro de 2008 este ônus montava R$494 (R$2.974 em 2007), a ser liquidado até março de 2009.

15. Empréstimos e financiamentos: São representados por:

	31/12/07
Circulante	
2008	855
Total	**855**
Não circulante	
2009	2.257
2010	1.988
2011	–
Total	**4.245**
Total empréstimos e financiamentos	**5.100**

Refere-se a empréstimo na modalidade "capital de giro" e estão sujeitos a juros de até 1,48% ao ano, acrescidos de variação monetária indexadas pelo CDI, com vencimento original até 2011.

Não houve garantias compromissadas para estes empréstimos, que foram liquidados em maio de 2008 com os recursos provenientes da oferta pública de ações.

16. Outros débitos: Representado por:

Outras contas a pagar	Controladora 31/12/08	Controladora 31/12/07	Consolidado 31/12/08
Circulante			
Aluguel a pagar **(1)**	1.260	974	1.260
Mútuo a pagar - locadora de imóveis **(2)**	402	225	402
Total	**1.662**	**1.199**	**1.662**
Não circulante			
Mútuo a pagar - locadora de imóveis **(2)**	1.737	2.570	1.737
Total	**1.737**	**2.570**	**1.737**

(1) Vide Nota 23; **(2)** Representado por mútuos a pagar para as empresas locadoras das lojas em Shopping Centers, cujo vencimento final é 2012 e estão sujeitos a encargos financeiros referentes à variação do IGPM ou IGPDI ao ano, conforme especificado em cada contrato. Os valores mutuados visam o incremento da atividade a ser desenvolvida pela Companhia, sendo utilizados na obra de remodelação dos espaços comerciais.

17. Adiantamentos diversos: Representado por:

Adiantamentos	Controladora 31/12/08	Controladora 31/12/07	Consolidado 31/12/08
Circulante			
Adiantamento de anunciantes **(1)**	268	–	268
Outros	1.138	131	1.143
Total	**1.406**	**131**	**1.411**
Não circulante			
Outros **(2)**	1.534	–	1.534
Total	**1.534**	–	**1.534**

(1) Representado por adiantamento de clientes (anunciantes) para veiculação de publicidade na revista quadrimestral da Companhia, apropriada na veiculação; **(2)** Em outubro de 2008 foi firmado com o Banco Santander contrato de aquisição de direito de exclusividade na prestação de serviços financeiros, sujeito ao cumprimento de certas condições contratuais, pelo prazo de 60 meses, sendo apropriado ao resultado por igual período. **18. Partes relacionadas:** As transações com partes relacionadas compreendem operações de aluguéis relativas ao escritório central e depósito bem como o débito oriundo de compra de participação societária da Companhia pela empresa EDGE 2, absorvido pela Companhia decorrente da operação descrita na Nota 2:

Controladora	31/12/08	31/12/07
Contas a receber partes relacionadas		
Circulante **(1)**	4.096	–
Contas a pagar partes relacionadas		
Circulante **(1)**	1.961	
Contas a pagar com acionistas		
Circulante	1.916	1.656
Não circulante	4.814	5.934
Total **(2)**	**6.730**	**7.590**
Patrimônio líquido		
Gastos com distribuição de ações **(4)**	1.949	–
Resultado		
Resultado	–	–
Despesa com aluguéis – sede **(3)**	1.102	1.467

Consolidado	31/12/08	31/12/07
Contas a pagar com acionista		
Circulante	1.916	–
Não circulante	4.814	–
Total **(2)**	**6.730**	–
Patrimônio líquido		
Gastos com distribuição de ações **(4)**	1.949	–
Resultado		
Resultado	–	–
Despesa com aluguéis - sede **(3)**	**1.102**	**1.467**

(1) Contas a receber e a pagar decorrente das vendas e compras efetuadas entre a Companhia e as controladas CF Comércio de Roupas Ltda., SH Recife Comércio de Roupas Ltda. e Marthi Comércio do Vestuário Ltda.; **(2)** Os valores a pagar demonstrados no passivo circulante e não circulante referem–se ao saldo de obrigação a pagar, cuja assunção deu–se com a incorporação da EDGE 2. O saldo incorporado foi de R$8.280 a ser liquidado durante o período de 60 meses, reajustados anualmente pelo IGPM (vide Nota 2). Desta forma, durante o período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2008, a Companhia realizou o pagamento no montante de R$1.760; **(3)** A despesa mensal com aluguel, referente à sede atual da Companhia, está contratada com determinados acionistas, nas seguintes condições: • **Valor:** R$130 mensais, sendo que nos primeiros 24 meses sofrerá um desconto de R$40 a título de bonificação para obras; • **Vencimento**: todo dia 05, seguinte do mês vencido; • **Vigência:** o prazo de locação é de 120 meses, e iniciou-se em 01 de dezembro de 2006; • **Reajuste:** o aluguel será reajustado anualmente pelo IPCA. O montante de R$387 refere-se ao aluguel, no período de janeiro a setembro de 2007, da sede anterior da Companhia, pago a certos acionistas; **(4)** Referente a serviços de consultoria financeira, jurídica e de mercado na preparação do processo de abertura de capital e na captação de recursos, prestados pelo grupo Artesia, acionista da Companhia. **19. Provisão para contingências:** A Companhia é parte integrante de diversos processos de naturezas fiscal, trabalhista, cível e riscos contingentes. Com base na análise individual destes processos, tendo como suporte a opinião dos advogados, foram provisionadas as causas consideradas prováveis, no montante total de R$250 (R$60 em 2007) apresentado na rubrica de provisão para contingências. Adicionalmente, existem processos, no montante de R$178 (R$84 em 2007), cujo risco de contingências foi considerado, por seus respectivos consultores legais, como possível. **20. Patrimônio líquido: 20.1. Capital social:** O capital social era de R$1.000 em 31 de dezembro de 2007, subscrito e integralizado, representado por 10.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em 21 de janeiro de 2008, foi aprovado o desdobramento das ações da Companhia, de forma que cada uma ação passa a equivaler a 3.500 ações, distribuídas entre acionistas da Companhia na mesma proporção das ações ordinárias por elas detidas. Em decorrência desta deliberação, o capital social passou a ser representado por 35.000.000 de ações ordinárias. Em 02 de maio de 2008, foi homologado o aumento de capital social da Companhia, dentro do limite de seu capital autorizado, conforme aprovado em Reuniões do Conselho de Administração realizado em 31 de março de 2008 e 25 de abril de 2008, sendo efetivamente subscritas e integralizadas 22.250.000 ações ordinárias emitidas pela Companhia, no âmbito da distribuição pública primária de ações concluída em 29 de abril de 2008. Desta forma, o capital social da Companhia foi aumentado em R$150.188, passando, portanto, de R$1.000 para R$151.188, representado por 57.250.000 ações ordinárias. Nos meses de abril e maio, os membros do Conselho de Administração da Companhia, Srs. Livinston Martins Bauermeister e Marcelo Moojen Epperlein adquiriram, respectivamente, 25.601 e 7.600 ações. Em 01 de dezembro de 2008, as empresas Rio Verde Consultoria e Participações Ltda. (atual denominação da Vale do Rio Verde Consultoria e Participações Ltda.), Artesia Equity Investments LLC e Araka Theo Participações S.A., adquiriram, respectivamente, 1.000.000, 1.000.000 e 147.500 ações. O quadro a seguir demonstra as participações acionárias antes e depois da oferta:

Acionistas	Antes da oferta – Ações	Antes da oferta – (%)	Após a oferta (31/12/08) – Ações	Após a oferta (31/12/08) – (%)
Fundo Artesia Série Ouro	7.578.289	21,65%	7.578.289	13,24%
Walterford Participações	9.422.873	26,93%	9.422.873	16,46%
Thema Participações	5.758.412	16,45%	5.758.412	10,06%
Vale do Rio Verde	5.758.412	16,45%	6.758.412	11,81%
AFWG Investimentos Ltda.	5.599.998	16,00%	5.599.998	9,78%
Artesia Equity Investments LLC	-	-	1.855.000	3,24%
Marcelo Moojen Epperlein	882.011	2,52%	889.611	1,55%
Araka Theo Participações S.A.	-	-	147.500	0,26%
Alexandre Calixto Afrange	1	-	1	-
Luiz Carlos Bresser Gonçalves Pereira	1	-	1	-
Hélio Marcos Coutinho Beltrão	1	-	1	-
Livinston Martins Bauermeister	1	-	25.601	0,04%
Bento Plebst Guida	1	-	1	-
Outros	-	-	1.265.600	2,21%
Novos Acionistas - "Free Float"	-	-	17.948.700	31,35%
Total	**35.000.000**	**100,00%**	**57.250.000**	**100,00%**

Os gastos com a distribuição pública de ações, decorrentes principalmente de comissões, totalizaram R$14.787 (vide Nota 28), foram registrados em rubrica específica no patrimônio líquido e que terão a destinação de reduzir o capital social. **20.2. Reserva de capital:** Esta reserva foi constituída em decorrência dos processos de estruturação societária descritos na Nota 2, em contrapartida ao acervo líquido incorporado e representa o valor do benefício fiscal futuro a ser auferido por meio da amortização do ágio incorporado, e poderá ser utilizada para aumentar o capital ou compensar prejuízos. **20.3. Destinação de lucros:** Em 25 de março de 2008 foi deliberado, conforme AGO, a distribuição adicional de dividendos decorrente de lucros formados de anos anteriores aos acionistas detentores de ações naquela data, no valor de R$35.896. Este pagamento de dividendos foi financiado com os recursos obtidos por meio de uma nova linha de crédito contratada junto a uma instituição financeira em 24 de março de 2008, no valor de R$35.000, quitado ao longo do ano. A destinação de lucros obedecerá às determinações de seu estatuto social, validado a partir da data de transformação da Companhia em sociedade por ações, que obedecerá as seguintes destinações: • 5% para reserva legal, até o limite de 20% do capital social integralizado; • Distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, em percentual a ser definido pela Assembleia Geral, respeitando as regras previstas na legislação vigente (mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal e a formação de reserva de contingência).

	31/12/08
Lucro líquido do exercício	15.630
Reserva legal	(782)
Base de cálculo de dividendos	14.848
Dividendos propostos	(14.848)

21. Resultado financeiro:

	Controladora 31/12/08	Controladora 31/12/07	Consolidado 31/12/08
Despesas financeiras			
Juros	(1.305)	–	(1.306)
Comissão de cartão de crédito	(4.102)	(2.361)	(4.247)
CPMF	(16)	(714)	(16)
Despesas bancárias	(258)	(154)	(258)
IOF	(402)	–	(402)
Correção Monetária **(1)**	(1.236)	–	(1.236)
Outras	(783)	(26)	(788)
	(8.102)	**(3.255)**	**(8.253)**
Receitas financeiras			
Rendimento de aplicação financeira	4.430	226	4.430
Juros	493	203	493
	4.923	**429**	**4.923**
Resultado financeiro	**(3.179)**	**(2.826)**	**(3.330)**

(1) Refere-se substancialmente à correção anual do saldo a pagar aos acionistas, com reajuste baseado na variação do IGPM e cujo prazo de pagamento se dará em 60 meses (conforme mencionado no Nota 18). **22. Imposto de renda e contribuição social: 22.1. Saldos correntes:** O imposto de renda e a contribuição social são calculados e registrados com base no resultado tributável, considerando as alíquotas previstas pela legislação tributária vigente. **22.2. Créditos tributários**

Controladora consolidado

	31/12/08	31/12/07	31/12/08
Créditos tributários: resultantes de incorporação **(1)**	24.337	22.802	24.337
(-) Amortização	(6.570)	(2.112)	(6.570)
Impostos de renda e contribuição social diferidos sobre outras diferenças temporárias	275	167	275
Total	**18.042**	**20.857**	**18.042**
Decorrente de:			
Prejuízos fiscais a serem compensados com lucros tributáveis futuros - IRPJ **(2)**	2.344	–	2.344
Base de cálculo negativa a ser compensada com lucros tributáveis futuros - CSSL **(2)**	843	–	843
Total geral	**21.229**	**20.857**	**21.229**
Parcela circulante	4.507	4.223	4.507
Parcela não circulante	16.722	16.634	16.722

(1) Em 30 de julho de 2007, a Companhia incorporou a empresa controladora EDGE 2, conforme descrito na Nota 2, absorvendo o seu acervo líquido representado parcialmente por um ágio de R$67.065 (ajustado para R$68.168), líquido da provisão contábil no valor de R$44.263 (ajustado para R$45.366), que reduziu o ágio ao valor de crédito tributário recuperável para o valor de R$22.802. A recuperação deste ágio se dará no prazo de 5,4 anos, conforme laudo de avaliação econômica de peritos avaliadores independentes. Em 27 de março de 2008, foi aprovado o protocolo de justificação da incorporação da empresa EDG Participações pela Companhia. Esta empresa é resultante da reorganização societária da EDG. Em decorrência da incorporação, a Companhia recebeu o acervo líquido da EDG Participações, apurado por um laudo de avaliação a valor contábil, no montante de R$1.535, que foi incorporado ao patrimônio líquido da Sociedade e reconhecido como reserva de ágio. A recuperação deste ágio se dará nos mesmos moldes do ágio descrito acima; **(2)** A Companhia, no encerramento destas demonstrações, apurou prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social que deverão ser compensados no curso normal das atividades com lucros tributáveis futuros no exercício seguinte e que para tanto foram registrados os devidos créditos tributários. **22.3. Conciliação entre alíquotas nominais e efetivas**

	Controladora 31/12/08	Controladora 31/12/07	Consolidado 31/12/08
Lucro antes das provisões tributárias	16.795	23.690	16.834
Alíquota nominal	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	**(5.710)**	**(8.055)**	**(5.724)**
Efeito das diferenças permanentes ao lucro contábil	4.545	348	4.520
Imposto de renda e contribuição social à alíquota efetiva	**(1.165)**	**(7.707)**	**(1.204)**
Provisão p/imposto de renda e contribuição social diferido (líquido)	(1.165)	84	(1.165)
Provisão p/imposto de renda e contribuição social corrente	–	(7.791)	(39)
Total de imposto de renda e contribuição social	**(1.165)**	**(7.707)**	**(1.204)**

23. Ônus, responsabilidades eventuais e compromissos: A Companhia tem compromissos assumidos com arrendatários de diversas lojas, incluindo operacionais e aquelas em desenvolvimento, já contratados em 31 de dezembro de 2008. Os valores de aluguéis são compostos de valores fixos mensais reajustáveis, e em percentual sobre o faturamento da loja, prevalecendo dos dois o maior, sendo que em dezembro o aluguel fixo mínimo é considerado em dobro. O valor conhecido dos compromissos assumidos é de:

	Aluguel
2009	8.531
2010	7.765
2011	7.820
A partir de 2012	15.014
	39.130

24. Cobertura de seguros: A Companhia mantém seguros segundo a cobertura contratada, considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As coberturas de seguros são:

Tipo de risco	Objeto	Montante da cobertura
Seguro de vida	Cobertura danos pessoais - viagens	1.122
Veículo	Frota de veículo	1.887
Responsabilidade civil	Estabelecimentos comerciais e empregador	900
Seguro empresarial	Equipamentos e lucros cessantes	57.924

As premissas adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes. **25. Benefícios a diretores e empregados: 25.1. Programa de participação nos resultados:** A Companhia desenvolveu um programa de participação de empregados nos resultados, baseado em indicadores e parâmetros estabelecidos pela diretoria, avaliados periodicamente. **25.2. Plano de outorga de opções de ações:** Em 01 de abril de 2008, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o plano de opção de compra de ações, indicando administradores, empregados, colaboradores e prestadores de serviços que receberam as opções e a quantidade total a ser distribuída. O número de opções de compra de ações foi de 964.679 ações (permanecendo em aberto em 31 de dezembro de 2008), limitado a 1.250.000 ações ordinárias. As ações a serem adquiridas de acordo com o exercício da opção de compra outorgada, nos termos do plano, terão todos os direitos e vantagens inerentes às demais ações ordinárias de emissão da Companhia. O preço do exercício da opção é de R$6,75 para cada ação na data de celebração do Contrato de Opção, corrigido monetariamente pela variação do IGP-M do período entre a data do Contrato de Opção e a data da efetiva subscrição. A composição das opções concedidas e premissas econômicas estão demonstradas a seguir:

	1ª Tranche	2ª Tranche	3ª Tranche	4ª Tranche	Total
Data da outorga	29/04/08	29/04/08	29/04/08	29/04/08	–
Número de opções outorgadas	241.170	241.170	241.170	241.169	–
Taxa de dividendos	5,32%	5,32%	5,32%	5,32%	–
Volatilidade	51,68%	51,68%	51,68%	51,68%	–
Taxa de juros livre de risco	14,05%	14,05%	14,07%	14,09%	–
Vesting period	29/04/09	29/04/10	29/04/11	29/04/12	–
R$ - Valor justo da opção na data da outorga	1,48	1,90	2,16	2,33	–
R$ - Total	356	457	521	563	–
Taxa estimada de não exercício (forfeiture rate)	5%	5%	5%	5%	–
R$ - Despesa pela concessão de opção de ação (a ser reconhecida pelo período de serviço)	338	434	495	535	1.802
R$ - Despesa reconhecida em 2008	226	145	110	88	569

Na determinação do valor justo das opções de ações, foram utilizadas as seguintes premissas econômicas: A Companhia, por decisão do seu Conselho de Administração, observando limites impostos pela regulamentação aplicável à época, irá definir se as ações objeto do contrato de opção serão adquiridas mediante a emissão de novas ações dentro do limite do capital autorizado ou mediante compra e venda de ações mantidas em tesouraria que serão emitidas ou adquiridas em virtude do plano, observada a regulamentação em vigor. O valor justo foi calculado na data da outorga das opções de compra de ações, com base no modelo da Black & Scholes, a ser registrado em uma base "pro rata temporis", durante o período de prestação de serviços que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito ao exercício da opção. Este modelo é calculado com base em premissas como o valor de mercado da cotação da ação da Companhia na data da outorga, o preço de exercício da opção, a volatilidade do preço das ações da Companhia, a taxa de juros livre de risco e o prazo de vigência do contrato e prestação do serviço. É registrado tendo como vigência o período da prestação do serviço, que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito ao exercício da opção. Em 31 de dezembro de 2008, a Companhia procedeu ao registro, em despesa administrativa, relativa ao plano de outorga de opções de ações no montante de R$569 (em contra partida à constituição de uma reserva de capital). **26. Instrumentos financeiros:** A Companhia participa em 2008 de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades e a reduzir à exposição a riscos de crédito, principalmente relacionado à moeda e taxa de juros. A administração desses riscos é efetuada por meio de definição de estratégias, estabelecimento de sistemas de controle e determinação de limites de posições. O valor de mercado dos instrumentos financeiros, representados por caixa e equivalentes de caixa (Nota 5), contas a receber (Nota 6), fornecedores (Nota 12) e contas a pagar em geral, não difere significativamente dos valores apresentados nas demonstrações contábeis. **Riscos de crédito:** O risco de crédito é minimizado pelo fato das vendas da Companhia serem realizadas à vista e o restante por meio de cartões de crédito administrados por terceiros, conforme comentado na Nota 6. As políticas de vendas para clientes - pessoa jurídica, estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos. **27. Remuneração dos administradores:** A remuneração global anual dos administradores para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008 foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária de 01 de abril de 2008, no montante de R$4.500, tendo sido remunerado o total de R$1.622. **28. Gastos com distribuição pública de ações:** Referente a comissões dos bancos coordenadores e serviços de consultoria financeira, jurídica e de mercado na preparação do processo de abertura de capital e na captação de recursos, conforme demonstramos a seguir:

	31/12/08
Intermediação e comissões	8.956
Assessoria jurídica	3.882
Consultoria (partes relacionadas - Nota 18)	1.949
Total	**14.787**

Estes valores foram registrados diretamente em conta do patrimônio líquido. **29. Eventos subsequentes:** Em 14 de janeiro de 2009 foi celebrado o protocolo de justificação e incorporação das investidas Marthi Comércio do Vestuário Ltda., CF Comércio de Roupas Ltda. e SH Recife Comércio de Roupas Ltda. pela Companhia, não havendo aumento do capital social ou emissão de novas ações. Em 30 de janeiro de 2009, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada integralmente a operação.

Diretoria

Alexandre Calixto Afrange - Diretor Presidente - CPF 101.684.248-19

José Luiz Barboza Filho - Contador - CRC 1SP180362/O-5

Parecer dos Auditores Independentes

Aos Administradores e Acionistas da empresa **Le Lis Blanc Deux Comércio e Confecções de Roupas S/A**:

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Le Lis Blanc Deux Comércio e Confecções de Roupas S/A (individual e consolidado), levantados em 31 de dezembro de 2008 e 2007 (ajustado) e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis. **2.** Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia; a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **3.** Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira (individual e consolidada) da Le Lis Blanc Deux Comércio e Confecções de Roupas S/A, em 31 de dezembro de 2008 e 2007 (ajustado), o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, os fluxos de caixa e o valor adicionado referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **4.** Conforme comentado na Nota 3, a partir de 1º de janeiro de 2008 as práticas contábeis adotadas no Brasil foram alteradas e sua aplicação nas demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007 não gerou efeitos relevantes, possibilitando a comparabilidade entre os exercícios.

São Paulo, 27 de março de 2009.

Terco Grant Thornton

Auditores Independentes
CRC 2SP018.196/O-8

José André Viola Ferreira
Contador CRC 1SP-195.865/O-0

Blue Tree Hotels & Resorts do Brasil S.A.

CNPJ/MF 66.542.002/0001-10 - NIRE 35.300.153.791

Aviso aos Acionistas

Encontram-se à disposição dos Srs. Acionistas na sede social na Avenida das Nações Unidas, nº 10.989, 7º andar, conjunto 72, Vila Olímpia, São Paulo, Capital, os documentos a que se refere o art. 133 da Lei 6.404/76, relativos ao exercício findo em 31/12/2008. São Paulo, 27 de março de 2009. **Chieko Nishimura Aoki** - Presidente do Conselho de Administração.

CREMER S.A.

Companhia Aberta - CVM 02014-1
CNPJ nº 82.641.325/0001-18

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária no dia 23 de abril de 2009 às 11h, na sede social da Cremer S.A. ("Companhia") na Rua Iguaçú, nº 291/363 em Blumenau, Estado de Santa Catarina, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do dia: **Em Assembléia Geral Ordinária:** (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras, Parecer dos Auditores Independentes e demais documentos referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2008; (ii) deliberar sobre destinação do lucro líquido do exercício e ratificar a distribuição antecipada de dividendos e juros sobre o capital próprio referentes ao exercício de 2008; (iii) fixar o montante global anual da remuneração dos Administradores; (iv) instalar o Conselho Fiscal, eleger seus respectivos membros efetivos e suplentes e fixar sua remuneração; **Em Assembléia Geral Extraordinária:** (v) eleger novos membros do Conselho de Administração; (vi) aprovar novo Plano de Opção de Compra de Ações em substituição do atualmente em vigor. **Informações Gerais:** Os acionistas deverão apresentar, com no mínimo setenta e duas horas de antecedência, além do documento de identidade e/ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, conforme o caso: a) comprovante expedido pela instituição escrituradora, no máximo, cinco dias antes da data da realização das Assembléias Gerais; b) instrumento de mandato com reconhecimento da firma do outorgante; e/ou c) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente. O percentual mínimo de participação no capital votante necessário para requerer a adoção do processo de voto múltiplo na eleição de membros do Conselho de Administração é de 5%. Para facilitar a participação dos acionistas nas Assembléias Gerais, a Companhia oferece no site www.cremer.com.br/ri, bem como na sua sede social na Diretoria de Relações com Investidores, o Manual das Assembléias contendo informações necessárias para compreensão das matérias em pauta e um modelo de procuração para voto.

Blumenau, 27 de março de 2009. **Luiz Serafim Spinola Santos.** Presidente do Conselho de Administração

---

WEMBLEY SOCIEDADE ANÔNIMA

CNPJ/MF Nº 25.329.319/0001-96 - NIRE Nº 3130003378-3 - Companhia Aberta

AVISO

Encontram-se à disposição dos senhores acionistas, em sua sede social, na Rua Aimorés, 981 - 12º andar, parte, Bairro Funcionários, nesta cidade, os documentos de que trata o artigo 133 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1.976, relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2008.

Belo Horizonte-MG, 30 de março de 2.009.

Josué Christiano Gomes da Silva
Presidente do Conselho de Administração

DNIT - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - Superintendência Regional em São Paulo - Ministério dos Transportes - Brasil: Um País de Todos - Governo Federal

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão nº 132/2009

Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada para Execução da Manutenção e Segurança das Instalações e Equipamentos Elétricos e de Iluminação da Ponte Rodoferroviária sobre o Rio Paraná, Divisa SP/MS, que faz a ligação das rodovias estaduais, SP-320 e MS-443, fazendo parte da mesma a Ferrovia EF-364. Total de Itens Licitados: 00001. Edital: 31/03/2009 de 08h00 às 12h00 e de 13h às 17h00. ENDEREÇO: Rua Ciro Soares de Almeida, 180 Jardim Andaraí - SÃO PAULO-SP. Entrega das Propostas: a partir de 31/03/2009 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 13/04/2009 às 10h00 site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: Acesso Eletrônico ao Edital e à Participação: www.comprasnet.gov.br.

RICARDO ROSSI MADALENA
Superintendente

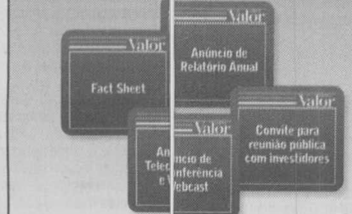
SUZANO HOLDING S.A. - CNPJ nº 60.651.809/0001-05 - NIRE 35 3 0001186 4 - Companhia Aberta

Aviso aos Acionistas: Encontram-se à disposição dos acionistas, na Av. Brigadeiro Faria Lima 1.355, 10º andar, nesta Capital, os documentos de que trata o Art. 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício findo em 31.12.08. São Paulo, 30.03.2009. **A Diretoria.**

EDITORA GLOBO S/A

CNPJ 04.067.191/0001-60 - **AVISO AOS ACIONISTAS** - Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social, à Avenida Jaguaré, nº1485 – Jaguaré – São Paulo/SP, os documentos indicados no artigo 133 da Lei nº 6404/76, relativos ao exercício findo em 31/12/2008. São Paulo, 30 de março de 2009. Diretoria. (30-31 e 01)

As vantagens de ser cliente fidelidade Valor se multiplicaram.



O Valor Econômico está lançando um pacote comercial com vantagens exclusivas para seus clientes. Basta fechar um contrato de fidelização de publicações legais que a sua empresa poderá ter opções diferenciadas de Comunicação Corporativa.

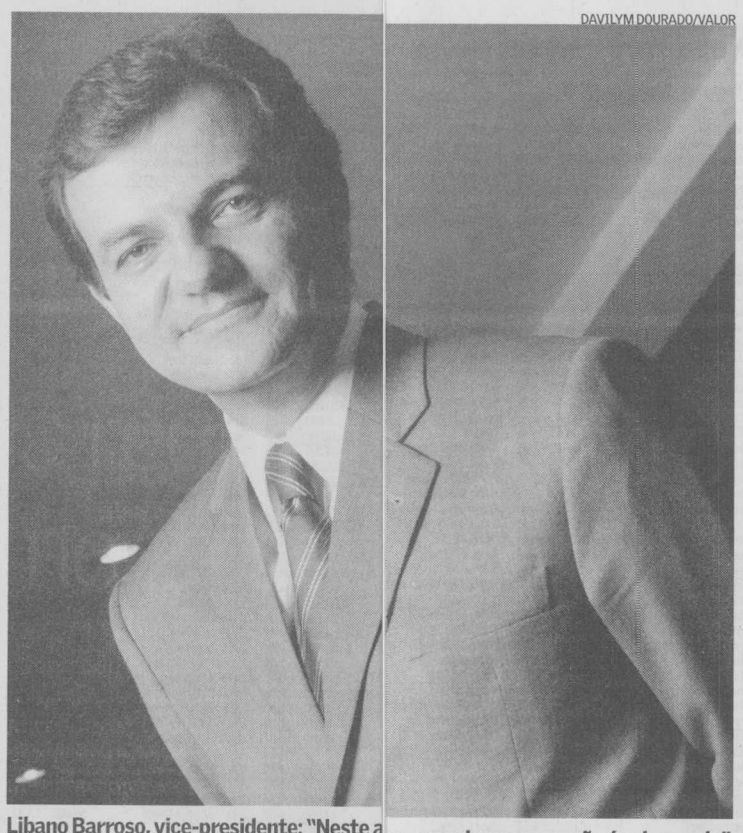
Para mais informações:
(11) 3767-1323
www.valoronline.com.br

Comunicação Corporativa Valor

AVIAÇÃO

TAM alonga prazo de contratos de combustível

Empresa tem prejuízo histórico após "hedge" para o petróleo. Por **Roberta Campassi** e **Murillo Camarotto**, de São Paulo



DAVILYM DOURADO/VALOR

Libano Barroso, vice-presidente: "Neste ano, grande preocupação é a demanda"

A TAM anunciou ontem o maior prejuízo trimestral e anual de sua história, causado pelos impactos da desvalorização cambial e, principalmente, pelos contratos de "hedge" de petróleo firmados em 2008. Num momento em que a preservação do caixa é prioritária para as empresas, a companhia aérea anunciou ter alongado o prazo para honrar o pagamento desses contratos ligados ao combustível e assim atenuar os desembolsos.

A aérea também reafirmou que, dependendo do comportamento da demanda em 2009, poderá reduzir a oferta de assentos voando menos com seus aviões (serão 132 até o fim do ano) ou mesmo reduzindo o plano de frota para 2010 (que prevê 137 aeronaves). O crescimento do tráfego doméstico foi revisto para baixo e deve ficar entre 1% e 5%, contra o intervalo de 5% a 9% projetado anteriormente. As taxas de ocupação também foram revistas, de 70% para 67%.

A TAM divulgou os resultados do quarto trimestre de 2008 e do ano passado na data limite para as empresas listadas em bolsa. E, como tantas delas, apresentou um balaio de números conforme três padrões de contabilidade diferentes: o americano, o brasileiro com as alterações da Lei 11.638 e o brasileiro antigo, sem essas mudanças. As informações isoladas do quarto trimestre, contudo, só foram disponibilizadas segundo o modelo americano.

Conforme esse padrão, a TAM teve prejuízo de R$ 1,1 bilhão no quarto trimestre de 2008, contra um lucro de R$ 118,5 milhões em igual período de 2007.

A perda foi gerada pelo resultado financeiro negativo em quase R$ 2 bilhões, formado especialmente pelo aumento da dívida, que é atrelada ao dólar, e pelas perdas com "hedge", que ficaram em R$ 919 milhões. Esse prejuízo é explicado pelo fato de que a companhia garantiu em meados de 2008 cerca de 50% do consumo futuro de combustível ao preço de US$ 105 o barril de petróleo, mas de setembro até dezembro o barril só caiu, tendo fechado 2008 a US$ 43.

Para preservar seu caixa, a TAM renegociou os pagamentos dos contratos de "hedge". Anteriormente, eles estariam concentrados em 2009, especialmente no primeiro e no segundo trimestre do ano, e terminariam no fim de 2010. Agora, estão distribuídos até o início de 2011. Com o novo cronograma, a empresa aérea deixará de desembolsar US$ 48 milhões no primeiro trimestre de 2009 e US$ 130 milhões neste ano como um todo.

Ontem, durante teleconferência, o vice-presidente de relações com investidores e finanças da TAM, Líbano Barroso, disse que a companhia aérea tem uma situação financeira sólida para fazer frente a esses gastos. "A companhia tem total condições de absorver essa redução no caixa", disse. O presidente da empresa, David Barioni, chamou atenção para a melhora do resultado operacional da empresa no quarto trimestre, que "é o que faz o caixa aumentar".

No quarto trimestre, a companhia teve lucro bruto — receita menos custos e despesas sem o resultado financeiro — de R$ 327 milhões, mais de três vezes os R$ 90 milhões registrados no mesmo período de 2007. Em 2008 todo, o indicador foi de R$ 688,5 milhões, 60% mais do que no ano anterior. "Apenas cinco ou seis empresas aéreas no mundo conseguiram resultado operacional positivo no ano passado", disse Barioni.

A receita líquida da TAM no quarto trimestre avançou 28%, para R$ 2,9 bilhões, ajudada especialmente pela expansão no mercado internacional. No ano, a companhia teve receita líquida de R$ 11 bilhões e prejuízo líquido de R$ 1,33 bilhão — pela nova contabilidade brasileira, os números são semelhantes.

A atenção do mercado sobre a situação financeira das empresas aéreas cresceu depois que a Gol anunciou há cerca de dez dias um aumento de capital de R$ 203 milhões e resultados que preocuparam analistas em relação à liquidez da empresa. A Gol também teve prejuízo no quarto trimestre devido, principalmente, à variação cambial. No ano, a perda da companhia ficou perto de R$ 1,4 bilhão.

Para este ano, disse Barroso, a grande preocupação é a demanda, já que o petróleo deve ficar entre US$ 50 e US$ 60 e o efeito das oscilações do dólar deve ser amenizado pelas receitas com voos internacionais, atreladas à moeda americana. No primeiro trimestre, a TAM estima que a demanda tenha crescido 4% no doméstico e entre 12% e 14% no internacional, em linha com as novas projeções das aéreas.

REGULAÇÃO

CVM espera ter nova regra de registro para companhias já no 2º semestre

Catherine Vieira
Do Rio

Com o fim do período de recebimento de sugestões do mercado, que foi até a última segunda-feira, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) vai agora desenhar a versão final da chamada "nova 202", que deve sair no segundo semestre deste ano, para que as normas passem a valer a partir de 2010. A instrução trata das regras para concessão e atualização de registro das companhias abertas

De acordo com a superintendente de desenvolvimento de mercado da CVM, Luciana Pires Dias, o objetivo é trabalhar intensamente para editar o texto final o quanto antes. "Não queremos deixar muito para o fim do ano, pois será preciso que a área de tecnologia desenvolva todo um novo sistema de acompanhamento adaptado às novas exigências, e isso demanda tempo", explica Luciana.

De acordo com a superintendente, o volume de sugestões recebidas é bastante significativo, mas a maioria dos participantes deixou para enviar os dados na última hora. "Ainda não fiz um levantamento preciso, mas acredito que cerca de 70% do material recebido chegou no fim do prazo, na segunda-feira", contou a superintendente.

Ela disse que ainda não analisou o conteúdo das sugestões e críticas com relação aos pontos mais polêmicos das regras, como a exigência de divulgar detalhadamente a remuneração de cada diretor e conselheiro. "Acredito que veremos tanto reclamações quanto o contrário", afirma Luciana.

Segundo a superintendente, a autarquia também recebeu um número razoável de sugestões de estrangeiros no processo. As novas regras para as companhias abertas foram apresentadas ao mercado no fim de dezembro e o prazo de audiência pública foi maior do que o habitual por conta da magnitude das mudanças apresentadas.

A instrução cria diferentes categorias de emissores, com exigências maiores ou menores de acordo com o mercado de negociação e o ativo a ser ofertado. Também o Informativo Anual (IAN) passa por uma verdadeira revolução com as novas regras a serem divulgadas.

Pelo texto provisório, ele passa a se chamar Formulário de Referência e o volume de informações que devem ser apresentadas agora vai se assemelhar ao conteúdo de um prospecto de oferta pública e permanecer sempre atualizado.

Além disso, o novo IAN também deverá conter informações mais analíticas. Por conta disso é que será preciso fazer também um novo sistema de acompanhamento, adaptado às mudanças.

WETZEL S.A.
Companhia Aberta - CVM n 1199-1
Rua Senador Felipe Schmidt, nº 228 - Joinville - SC
CNPJ/MF nº 84.683.671/0001-94 - NIRE 42 3 0002528-3
Assembléia Geral Ordinária - Edital de Convocação

Ficam convidados os Senhores Acionistas a se reunirem em **Assembléia Geral Ordinária, no dia 24 de abril de 2009, às 10:00 horas, na Rua Senador Felipe Schmidt nº 228, em Joinville, Estado de Santa Catarina**, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia: **Assembléia Geral Ordinária: a)** Exame, discussão e aprovação do relatório da administração, das demonstrações financeiras da Companhia e parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31/12/08; **b)** Destinação do resultado do exercício; **c)** Fixação da remuneração global e anual dos administradores. Joinville, 01 de abril de 2009. **A Administração - WETZEL S.A.**

(01,02 e 03)

Banco do Nordeste — Ministério da Fazenda — BRASIL UM PAÍS DE TODOS GOVERNO FEDERAL

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A
CNPJ Nº 07.237.373/0001-20
NIRE: 23300006178

AVISO AOS ACIONISTAS

Comunicamos aos Senhores Acionistas que a Assembléia Geral Ordinária do Banco do Nordeste, realizada em 30.03.2009, aprovou o pagamento de dividendos à razão de R$ 0,649078926654 por ação ordinária e R$ 0,713986819319 por ação preferencial e juros sobre o capital próprio (JCP), à razão de R$ 0,538992656236 por ação ordinária e R$ 0,592891921859 por ação preferencial, que será efetivado da seguinte forma:

a) por crédito em conta corrente, disponível em 14.04.2009;
b) por caixa, disponível a partir de 14.04.2009;
c) os dividendos e JCP relativos às ações custodiadas na BM&F BOVESPA S.A. serão pagos à mesma, em 14.04.2009, que os repassará aos acionistas titulares por intermédio das corretoras depositantes.

Tendo em vista o disposto na legislação vigente, deverá ser observado que:
a) as ações negociadas até 30.03.2009 farão jus aos dividendos e JCP declarados;
b) a partir de 31.03.2009, os negócios com ações deste Banco deverão ser realizados "ex-dividendos" e "ex-juros sobre o capital próprio";
c) os processos referentes às negociações realizadas até o dia 30.03.2009 deverão ser entregues neste Banco, até o dia 09.04.2009, para que os benefícios sejam pagos aos respectivos cessionários. Os processos de transferências entregues após 09.04.2009, bem como os inadequadamente instruídos, terão os dividendos e JCP pagos aos respectivos cedentes;
d) com vistas à preparação dos cálculos e atribuição dos citados dividendos e JCP, estarão suspensas as transferências de ações no período de 31.03.2009 a 14.04.2009;
e) os dividendos e JCP serão atualizados pela Taxa Selic de 31.12.2008 até 14.04.2009;
f) além do imposto de renda incidente sobre a atualização mencionada na alínea "e" anterior, haverá retenção de imposto de renda na fonte sobre o valor nominal do JCP de acordo com a legislação vigente, exceto para os acionistas dispensados da referida tributação e que comprovem esta condição até 09.04.2009.

Comunicamos, ainda, que os acionistas deverão atualizar os seus registros cadastrais, em quaisquer de nossas agências, devendo ser apresentadas cópias dos documentos CPF, Identidade e comprovante de endereço, se pessoa física, ou contrato social/estatuto e prova de representação, se pessoa jurídica.

Fortaleza (CE), 30 de março de 2009
Luiz Henrique Mascarenhas Corrêa Silva
Diretor de Relações com Investidores

BM&FBOVESPA S.A. - BOLSA DE VALORES, MERCADORIAS E FUTUROS
Companhia Aberta
CNPJ n 09.346.601/0001-25 - NIRE 35.300.351.452

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIAS GERAIS EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA

Ficam os Senhores Acionistas da BM&F Bovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA") convocados a se reunirem em Assembléias Gerais Extraordinária e Ordinária, a serem realizadas no dia 28 de abril de 2009, respectivamente às 11h e às 11h30, na sede social da BM&FBOVESPA, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Antonio Prado, 48, Centro, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

I. EM ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:

Proceder à reforma e consolidação do Estatuto Social da BM&FBOVESPA, a fim de:
(1) Alterar a grafia da denominação social da companhia, com a união das expressões "BM&F" e "BOVESPA" (alteração do artigo 1º do Estatuto);
(2) Atualizar a expressão do capital social e do número de ações de emissão da Companhia, conforme deliberação do Conselho de Administração em reunião datada de 19/08/08 (alteração do artigo 5º do Estatuto);
(3) Excluir a referência feita no artigo 16, alínea (g), à Bolsa de Valores de São Paulo S.A. ("BOVESPA") devido à incorporação havida em 28/11/2008;
(4) Eliminar a exigência de orientação de votos a serem proferidos pela Assembléia Geral da Companhia nas sociedades ou associações de que participe (supressão da alínea (l) do artigo 16);
(5) Alterar o requisito para que um conselheiro seja considerado independente previsto na alínea (b) § 6º do artigo 22, ajustando para 5% o percentual máximo de participação acionária na Companhia;
(6) Alterar o artigo 23 e parágrafos para prever que Comitê de Governança e Indicação deverá assessorar o Conselho de Administração na indicação de nomes para a composição desse órgão;
(7) Prever que o Diretor-Presidente pode ser chamado a se ausentar das Reuniões do Conselho de Administração (alteração do §8º do artigo 26);
(8) Alterar o artigo 27 para prever que a indicação de substituto, em caso de vacância no cargo de membro do Conselho de Administração, feita pelos remanescentes do próprio Conselho, contará com o assessoramento do Comitê de Governança e Indicação;
(9) Corrigir o erro de grafia do artigo 29, alínea (o) de "CAPÍTULOIArtigo 3º, para "Artigo 3º";
(10) Prever, no artigo 29, alínea (u), a possibilidade da instituição, pelo Conselho de Administração, de grupos de trabalho para a abordagem de temas específicos;
(11) Extinguir o "Comitê de Normas e Políticas Regulatórias", com alterações nos artigos 35 e 49;
(12) Ajustar a forma de substituição do Diretor Presidente em caso de ausência, impedimento ou afastamento (artigo 39);
(13) Alterar as denominações do "Comitê de Governança", que passa a se chamar "Comitê de Governança e Indicação", e do "Comitê de Indicação e Remuneração", que passa a se chamar de "Comitê de Remuneração" (alteração no artigo 45, alíneas (b) e (c));
(14) Alterar regras de composição, processo de eleição, mandato e atribuições dos Comitês de Auditoria, de Remuneração e de Governança e Indicação (alterações nos artigos 46, 47, 49 e 50);
(15) Exclusão das Disposições Transitórias constantes dos artigos 81 a 85 do Estatuto, cuja aplicação estava limitada ao período de integração das Bolsas;
(16) Consolidar o Estatuto Social para refletir as alterações acima mencionadas.

II. EM ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA:

(1) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2008;
(2) Deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/2008;
(3) Eleger o Conselho de Administração da Companhia; e
(4) Fixar a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria para o exercício de 2009.

Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Companhia, no seu site de Relações com Investidores (www.bmfbovespa.com.br/ri/), bem como nos sites do segmento de negociação de ações – Bovespa (www.bovespa.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), (i) o relatório da administração, (ii) as demonstrações financeiras, (iii) o parecer dos auditores independentes, e (iv) a proposta de destinação do lucro líquido, tudo relativo ao exercício social encerrado em 31.12.2008, publicados no dia 18/03/2009 no jornal "Valor Econômico", e no dia 19/03/2009 no "Diário Oficial do Estado de São Paulo", bem como (v) a proposta de remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria para o exercício de 2009, (vi) as declarações dos candidatos a membros do Conselho de Administração, de que trata o Art. 23, §2º do Estatuto Social da BM&FBOVESPA, e (vii) a proposta de alteração e consolidação do Estatuto Social, com as devidas justificativas.

Informações Gerais: A fim de facilitar o acesso dos Senhores Acionistas nas Assembléias Gerais Extraordinária e Ordinária, a Companhia iniciará o seu cadastramento a partir do dia 13/04/2009.

Para tanto, solicita-se aos Senhores Acionistas a entrega, na sede da Companhia, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores, do instrumento de mandato, observado o disposto no art. 126 da Lei nº 6.404/76, dos Senhores Acionistas que se fizerem representar por procuração, e dos documentos que comprovem os poderes do representante legal.

O Acionista ou seu representante legal deverá comparecer às Assembléias munido de documentos que comprovem sua identidade.

Nos termos do artigo 3º da Instrução CVM nº 165/91, alterada pela Instrução CVM nº 282/98, o percentual mínimo sobre o capital votante necessário à requisição da adoção do voto múltiplo é de 5%.

São Paulo, 30 de março de 2009.
Gilberto Mifano
Presidente do Conselho de Administração. (31/03, 01 e 02/04)

Braskem — Petroquímica Brasileira de Classe Mundial

BRASKEM S.A
C.N.P.J Nº 42.150.391/0001-70
NIRE 29300006939
COMPANHIA ABERTA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLÉIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os senhores acionistas da **BRASKEM S.A.** para se reunirem em Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária que serão realizadas, conjuntamente, em 15 de abril de 2009, às 12:00 horas, na sede social da Companhia, na Rua Eteno, nº 1.561, Pólo Petroquímico, Município de Camaçari, Estado da Bahia, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **I) ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA** - 01) Exame, discussão e votação do Relatório Anual da Administração e respectivas Contas dos Administradores e Demonstrações Financeiras, contendo Notas Explicativas referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2008 e a destinação do resultado do exercício; 02) Eleição dos membros do Conselho Fiscal; e 03) Fixação da remuneração global anual dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal; e **II) ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA** – Substituição de membros do Conselho de Administração tendo em vista as renúncias apresentadas.

Camaçari/BA, 30 de março de 2009.
Marcelo Bahia Odebrecht
Presidente do Conselho de Administração

Obs.: a) As informações e elementos necessários à deliberação constante da ordem do dia da Assembléia Geral Ordinária encontrar-se-ão à disposição dos Srs. acionistas, a partir do dia 31 de março de 2009, na sede e no website da Companhia (www.braskem.com.br), na Comissão de Valores Mobiliários - CVM e na Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA;
b) Tendo em vista as Normas de Saúde, Segurança e Meio Ambiente (SSMA) em vigor na sede da Companhia, as quais estabelecem as diretrizes para o controle de acesso e circulação de pessoas e veículos nas áreas internas e externas da sede, solicita-se aos senhores acionistas, bem como aos seus representantes legais nas Assembléias ora convocadas, o comparecimento com, no mínimo 30 minutos de antecedência da hora de início das Assembléias, visando garantir a observância dos procedimentos de treinamento de instruções básicas de SSMA em vigor na Companhia, os quais encontram-se à disposição para consulta na sua sede social.

AÇÃO NOSSAS AÇÕES SÃO NEGOCIADAS NAS BOLSAS DE VALORES — abrasca companhia associada — Latibex — NÍVEL 1 — BAK LISTED NYSE

RECRUSUL S/A — Companhia Aberta - C.N.P.J.: 91.333.666/0001-17 - NIRE 43.300.005.003

BALANÇOS PATRIMONIAIS CONDENSADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007 (Em milhares de reais)

ATIVO	Controladora 2008	Controladora 2007	Consolidado 2008	Consolidado 2007
CIRCULANTE	14.006	8.977	16.405	11.142
NÃO CIRCULANTE	45.116	34.095	37.876	16.746
Realizável Longo Prazo	16.385	23.311	16.636	5.954
Investimentos	9.761	10.223	218	218
Imobilizado	18.970	561	21.022	10.574
TOTAL DO ATIVO	59.122	43.072	54.281	27.888

PASSIVO	Controladora 2008	Controladora 2007	Consolidado 2008	Consolidado 2007
CIRCULANTE	24.589	25.029	31.711	30.161
NÃO CIRCULANTE	67.726	65.408	66.198	65.631
PARTICIPAÇÃO DE MINORITÁRIOS	0	0	76	84
PASSIVO A DESCOBERTO	(33.193)	(47.365)	(43.704)	(67.988)
Capital Social	18.997	10.000	18.997	10.000
Reservas de Capital	543	543	543	543
Prejuízos Acumulados	(52.733)	(57.908)	(63.244)	(78.531)
TOTAL DO PASSIVO	59.122	43.072	54.281	27.888

DEMONSTRAÇÃO CONDENSADA DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

	Controladora 2008	Controladora 2007	Consolidado 2008	Consolidado 2007
Vendas Líquidas	28.359	5.604	28.361	5.520
Lucro Bruto	5.861	397	6.833	313
Despesas Operacionais	(12.992)	(7.838)	(15.478)	(10.590)
Resultado Equiv. Patrimonial	(800)	(1.170)	-	-
Lucro (Prejuízo) Operacional	(7.931)	(8.611)	(8.645)	(10.277)
Outras Receitas/Despesas	(388)	(2.761)	(393)	(1.558)
Provisão para I.Renda e Contr.Social	9.988	0	9.973	(3)
Participações dos minoritários	-	-	15	25
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	1.669	(11.372)	950	(11.813)
Lucro (Prejuízo) por lote de 1.000 ações	R$ 0,18	(R$ 1,69)		

NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS REFERENTES DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS LEVANTADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007 (Em milhares de reais)

(a) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas e procedimentos determinados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), pela Lei 11.638, promulgada em 28/12/2007, e a Medida Provisória nº449 de 03/12/2008 que introduziram diversas alterações na Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/1976).
Conforme previsto no pronunciamento CPC 13, que trata da Adoção Inicial da Lei nº 11.638/2007 e da Medida Provisória nº 449/2008, a Administração da empresa adotou 01/01/2008 como data de transição às novas práticas contábeis adotadas no Brasil. Portanto a Companhia exerceu a opção de não ajustar as demonstrações financeiras de 2007 aos padrões contábeis de 2008.

(b) AJUSTE A VALOR PRESENTE DE ATIVOS E PASSIVOS
Quando aplicável, os ativos e passivos de longo prazo são ajustados ao seu valor presente e os de curto prazo, quando seu efeito é considerado relevante em relação ao conjunto das demonstrações financeiras. A Companhia efetuou os cálculos levando em consideração os fluxos de caixa específicos de cada ativo ou passivo em consonância com a Deliberação CVM 564 (CPC 12).

(c) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS
Os valores reconhecidos contabilmente atendem às condições estabelecidas na Instrução CVM 371/02 e o valor previsto para utilização nos próximos dez anos atinge a R$ 9.988.

(d) DÍVIDAS DE LONGO PRAZO
- Sobre os valores do Plano de Recuperação incide juros de 6% a.a. sem correção monetária e tem vencimento em parcelas anuais até 2015.
- Os parcelamentos e tributos e contribuições sociais estão sujeitos a encargos financeiros pela Selic (Paex 120 meses) e TJLP (Paex 130 meses).

(e) PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em 31 de dezembro de 2008, o capital social subscrito e integralizado é de R$ 18.997, representado por 3.035.921 ações ordinárias e 6.072.079 ações preferenciais.

f) INVESTIMENTOS RELEVANTES

Descrição	Refrima S/A	Refrisa S/A	Recrusul Turismo	Total 2008	Total 2007
Percentual de participação	98,06	99,84	95,00	-	-
Equivalência Patrimonial	(800)	292	46	(462)	(1.170)
Valor da participação	2.589	6.304	749	9.642	10.104
Provisão para Perdas	-	(5.032)	-	(5.032)	(5.325)

g) CONCILIAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO ENTRE CONTROLADORA E CONSOLIDADO

Descrição	Lucro / Prejuízo Líquido do Exercício 2008	Lucro / Prejuízo Líquido do Exercício 2007	Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto) 2008	Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto) 2007
Controladora	1.669	(11.372)	(33.193)	(47.365)
Lucros não realizados nos estoques	-	(85)	-	(85)
Lucros não realizados na venda de imóveis	-	-	(2.718)	(13.319)
Absorção de patrimônio líquido negativo de controlada	(719)	(356)	(7.793)	(7.219)
Consolidado	950	(11.813)	(43.704)	(67.988)

NOTA:
As Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2008 foram auditadas por DRS Auditores que emitiram parecer sem ressalvas, mas com parágrafo de ênfase sobre a continuidade dos negócios sociais com o seguinte teor:
"As demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007 denominadas de "Controladora" e "Consolidado" foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Recrusul S/A e suas controladas, que tem apresentado prejuízos operacionais e deficiências de capital de giro. A continuidade das operações da empresa depende do sucesso dos planos da administração em gerar recursos suficientes para o equacionamento do Passivo Exigível e o fiel cumprimento das obrigações assumidas com o Parcelamento Excepcional – PAEX instituído pela Medida Provisória nº 303/2006 e o Plano de Recuperação Judicial ajustado com os credores, sendo necessária à realização do aporte dos recursos de capital mencionados na nota 13, ou incremento da atividade atual ou, ainda, de novas atividades fabris que permitam reverter o quadro atual. As demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou quanto a ajustes nas contas de passivos que seriam requeridos na impossibilidade da Companhia continuar operando."
- Publicações (Art. 289 da Lei 6.404/76):
As demonstrações contábeis e parecer dos Auditores Independentes estão sendo publicadas em 31/03/2009 na íntegra, no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul e Jornal do Comércio de Porto Alegre.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Francisco Asclépio Barroso Aguiar — Presidente
Ricardo Mottin Junior — Vice-Presidente
Valayr Hélio Wosiack
Bernardo Flores
Sérgio Bernstein
Luis Antonio C. Lopes Ribeiro
Ari José Hilgert
Remark Brandão do Vale
André Luis Salvetti
Conselheiros

DIRETORIA
Ricardo Mottin Junior — Diretor Presidente
Rasso Cauby Lamprecht — Diretor
Francisco Asclépio Barroso Aguiar — Diretor de Relações com os Investidores
Cristina Sayuri Hayashi Beal — Contadora CRC-RS 49.983 CPF 485.167.590-91

EU& Bolsas Internacionais

Bolsas de valores internacionais

País	Cidade	Índice	31/03/09	30/03/09	Variações % No dia	No mês	No ano	Em 12 Meses	Oscilação em 12 Meses Menor Índice	Maior Índice
EUA										
EUA	Nova York	DJIA	7.608,92	7.522,02	1,16	7,73	-13,30	-37,95	6.547,05	13.058,20
EUA	Nova York	NASDAQ-100	1.237,01	1.220,81	1,33	10,74	2,09	-30,58	1.036,51	2.055,11
EUA	Nova York	NASDAQ COMP	1.528,59	1.501,80	1,78	10,94	-3,07	-32,93	1.268,64	2.549,94
EUA	Nova York	S&P 500	797,87	787,53	1,31	8,54	-11,67	-39,68	676,53	1.426,63
G-7 (Exceto EUA)										
Euro	Londres	EUROTOP-100	1.580,19	1.526,58	3,51	2,15	-12,15	-40,06	1.411,65	2.879,49
Euro	Londres	EUROFIRST-300	733,69	709,10	3,47	1,99	-11,81	-41,87	657,30	1.378,29
Inglaterra	Londres	FT-100	3.926,14	3.762,91	4,34	2,51	-11,46	-31,15	3.512,09	6.376,50
Alemanha	Frankfurt	DAX-30	4.084,76	3.989,23	2,39	6,27	-15,08	-37,49	3.666,41	7.225,94
França	Paris	CAC-40	2.807,34	2.719,34	3,24	3,88	-12,76	-40,36	2.519,29	5.142,10
Itália	Milão	MIBTEL	12.855,00	12.420,00	3,50	2,63	-14,84	-47,01	10.544,00	26.276,00
Canadá	Toronto	TSE-300	8.720,39	8.596,22	1,44	7,35	-2,97	-34,68	7.566,94	15.073,13
Japão	Tóquio	NIKKEI-225	8.109,53	8.236,08	-1,54	7,15	-8,47	-35,26	7.054,98	14.489,44
América Latina										
Argentina	Buenos Aires	MERVAL	1.125,95	1.123,28	0,24	10,46	4,29	-46,48	828,99	2.248,63
Chile	Santiago	IPSA	2.478,94	2.494,07	-0,61	0,42	4,31	-14,58	2.101,10	3.096,12
Peru	Lima	IGBVL	9.237,65	8.887,29	3,94	38,46	31,06	-46,87	6.038,66	18.309,76
México	Cidade do México	IPC	19.626,75	19.530,15	0,49	10,56	-12,30	-36,51	16.868,66	32.095,04
Venezuela	Caracas	IBVC	Feriado	43.674,30	-	17,25	24,46	24,58	33.894,41	43.674,30
África/Ásia										
África do Sul	Joanesburgo	ALL SHARE	20.363,91	19.929,04	2,18	10,28	-5,32	-31,17	17.814,42	33.232,89
Austrália	Sidney	ALL ORDINARIES	3.532,30	3.554,20	-0,62	7,14	-3,47	-34,70	3.111,70	6.035,00
China	Shenzen	SHENZHEN SE	825,32	818,24	0,86	19,00	41,93	-28,48	480,30	1.197,56
China	Xangai	XANGAI SE	2.373,21	2.358,04	0,64	13,94	30,34	-31,66	1.706,70	3.761,01
Cingapura	Cingapura	STRAITS TIMES	1.699,99	1.673,14	1,60	6,59	-3,50	-43,47	1.456,95	3.248,75
Coréia do Sul	Seul	KOSPI	1.206,26	1.197,46	0,73	13,47	7,27	-29,21	938,75	1.888,88
Egito	Cairo	CASE 30	4.193,94	4.247,48	-1,26	16,58	-8,76	-63,05	3.389,31	11.924,83
Filipinas	Manila	P COMP	1.986,22	2.023,11	-1,82	6,09	6,05	-33,45	1.704,41	3.048,31
Hong Kong	Hong Kong	HANG SENG	13.576,02	13.456,33	0,89	5,97	-5,64	-40,58	11.015,84	26.262,13
India	Bombaim	SENSEX-30	9.708,50	9.568,14	1,47	9,19	-1,97	-37,94	8.160,40	17.600,12
Indonésia	Jacarta	JCI	1.434,07	1.419,09	1,06	11,56	5,80	-41,40	1.111,39	2.510,96
Israel	Tel Aviv	TA-100	666,14	657,99	1,24	10,34	13,91	-28,22	547,14	1.042,21
Malásia	Kuala Lumpur	KLSE COMP	872,55	869,34	0,37	-2,03	-0,48	-30,06	829,41	1.300,67
Nova Zelândia	Wellington	TOP-50	2.575,81	2.606,25	-1,17	2,12	-5,15	-25,99	2.434,12	3.661,34
Tailândia	Bangcoc	SET	431,50	429,60	0,44	0,00	-4,10	-47,19	384,15	884,19
Taiwan	Taipé	WEIGHTED	5.210,84	5.206,05	0,09	14,34	13,50	-39,22	4.089,93	9.295,20
Europa										
Áustria	Viena	ATX PRIME	761,93	728,93	4,53	13,79	-1,10	-57,61	636,06	2.123,00
Bélgica	Bruxelas	BEL-20	1.748,74	1.700,44	2,84	3,07	-8,38	-52,98	1.527,27	3.946,34
Dinamarca	Copenhague	KFX	228,36	227,89	0,20	-5,44	-7,82	-46,66	213,11	468,66
Espanha	Madri	IBEX-35	7.815,00	7.601,10	2,81	2,55	-15,02	-41,10	6.817,40	14.247,60
Grécia	Atenas	ASE GENERAL	1.684,37	1.629,68	3,36	9,67	-5,72	-57,74	1.469,41	4.303,77
Holanda	Amsterdã	AEX	216,98	211,11	2,78	-1,29	-11,78	-50,96	199,25	496,12
Hungria	Budapeste	BUX	11.071,85	10.893,38	1,64	8,65	-9,56	-49,00	9.461,29	23.507,86
Polônia	Varsóvia	WIG	24.036,12	23.980,08	0,23	10,81	-11,72	-49,94	21.274,28	48.900,99
Portugal	Lisboa	GENERAL INDEX	2.081,83	2.037,97	2,15	3,96	0,40	-37,79	1.907,82	3.675,02
República Checa	Praga	PX	749,70	745,10	0,62	16,98	-12,64	-51,69	628,50	1.710,80
Rússia	Moscou	RTS *	689,63	682,91	0,98	26,64	9,14	-66,42	498,20	2.487,92
Suécia	Estocolmo	OMX	653,05	633,09	3,15	1,98	-1,40	-31,41	567,61	1.036,86
Suíça	Zurique	SWISS MARKET	4.927,43	4.745,76	3,83	5,05	-10,97	-31,79	4.307,67	7.778,93
Turquia	Istambul	ALL SHARE	25.931,66	25.317,84	2,42	7,94	-2,26	-32,24	21.258,46	42.807,27

* Índice expresso em dólares.

Fonte: Bloomberg e Valor Data.

Nova York - Nasdaq 100

Preços em dólares - 31/03/09

Ações	Preços	Var. %	Ações	Preços	Var. %	Ações	Preços	Var. %
Activision Blizzard Inc	10,460	2,25	Expedia Inc	9,080	1,91	Microsoft Corp	18,370	5,09
Adobe Systems Inc	21,390	2,74	Expeditors Intl Wash Inc	28,290	1,84	Millicom Intl Cellular S.A.	37,040	0,14
Akamai Technologies	19,400	-0,61	Express Scripts Inc	46,170	2,53	Netapp Inc	14,840	1,16
Altera Corporation	17,550	0,52	Fastenal Co	32,155	0,89	Nii Holdings Inc	15,000	5,12
Amazon.Com Inc	73,440	2,80	Fiserv Inc	36,460	3,17	Nvidia Corp	9,860	0,72
Amgen Inc	49,520	-1,98	Flextronics Intl Ltd	2,890	5,09	Oracle Corp	18,070	2,32
Amylin Pharmaceuticals Inc	11,750	3,80	Flir Systems Inc	20,480	0,29	Paccar Inc	25,760	2,55
Apollo Group Inc-Cl A	78,330	-0,77	Focus Media Holding-Adr	6,800	2,26	Patterson Cos Inc	18,860	-1,51
Apple Inc	105,120	0,60	Foster Wheeler Ag	17,470	0,98	Paychex Inc	25,670	1,95
Applied Materials Inc	10,750	0,84	Garmin Ltd	21,210	0,90	Petsmart Inc	20,960	-1,69
Autodesk Inc	16,810	10,37	Genzyme Corp	59,390	0,75	Qualcomm Inc	38,910	2,75
Baidu Inc - Spon Adr	176,600	2,09	Gilead Sciences Inc	46,320	1,53	Research In Motion	43,070	-0,42
Bed Bath & Beyond Inc	24,750	1,43	Google Inc-Cl A	348,060	1,57	Ryanair Holdings Plc-Sp Adr	23,110	2,76
Biogen Idec Inc	52,420	-0,23	Hansen Natural Corporation	36,000	1,41	Sandisk Corp	12,650	4,20
Broadcom Corp-Cl A	19,980	-0,35	Henry Schein Inc	40,010	1,29	Seagate Technology	6,010	1,69
C.H. Robinson Worldwide Inc	45,610	2,08	Hologic Inc	13,090	0,93	Sears Holdings Corp	45,710	0,84
Ca Inc	17,610	2,15	Iac/Interactivecorp	15,230	-0,07	Sigma-Aldrich	37,790	1,12
Cadence Design Sys Inc	4,200	2,94	Infosys Technologies-Sp Adr	26,630	2,94	Sirius Xm Radio Inc	0,350	1,45
Celgene Corp	44,400	-2,09	Intel Corp	15,050	2,24	Staples Inc	18,110	-0,39
Cephalon Inc	68,100	0,04	Intuit Inc	27,000	0,67	Starbucks Corp	11,110	-1,33
Check Point Software Tech	22,210	2,44	Intuitive Surgical Inc	95,360	1,55	Steel Dynamics Inc	8,810	6,02
Cintas Corp	24,720	1,35	Joy Global Inc	21,300	0,66	Stericycle Inc	47,730	1,25
Cisco Systems Inc	16,770	2,82	Juniper Networks Inc	15,060	-0,40	Sun Microsystems Inc	7,320	1,10
Citrix Systems Inc	22,640	2,82	Kla-Tencor Corporation	20,000	-0,45	Symantec Corp	14,940	2,61
Cognizant Tech Solutions-A	20,790	3,54	Lam Research Corp	22,770	1,74	Teva Pharmaceutical-Sp Adr	45,050	1,17
Comcast Corp-Cl A	13,640	-0,07	Lamar Advertising Co-Cl A	9,750	1,14	Verisign Inc	18,870	0,16
Costco Wholesale Corp	46,320	0,15	Leap Wireless Intl Inc	34,870	1,69	Vertex Pharmaceuticals Inc	28,730	0,21
Dell Inc	9,480	-0,11	Level 3 Communications Inc	0,920	4,55	Virgin Media Inc	4,800	0,84
Dentsply International Inc	26,850	2,09	Liberty Global Inc-A	14,560	1,89	Whole Foods Market Inc	16,800	-1,00
Directv Group Inc/The	22,790	1,74	Liberty Media-Interactive A	2,900	-4,29	Wynn Resorts Ltd	19,970	4,06
Discovery Communications-A	16,020	0,19	Linear Technology Corp	22,980	0,57	Xilinx Inc	19,160	-0,47
Dish Network Corp-A	11,110	0,91	Logitech International-Reg	10,280	1,28	Yahoo! Inc	12,810	0,87
Ebay Inc	12,560	0,64	Marvell Technology Group Ltd	9,160	1,33	**Fonte:** Bloomberg.		
Electronic Arts Inc	18,190	0,06	Microchip Technology Inc	21,190	0,24			

Nova York - Nyse

Preços em dólares - 31/03/09

Ações	Preços	Var. %	Ações	Preços	Var. %	Ações	Preços	Var. %
3M Co	49,720	2,20	At&T Inc	25,200	0,16	Capital One Financial Corp	12,240	7,84
4Kids Entertainment Inc	1,100	-4,35	Automatic Data Processing	35,160	-0,23	Cardinal Health Inc	31,480	0,19
Abbott Laboratories	47,700	-0,40	Avon Products Inc	19,230	2,02	Carnival Corp	21,600	3,25
Advanced Micro Devices	3,050	-4,39	Avx Corp	9,080	-0,77	Caterpillar Inc	27,960	1,56
Aegon N.V.-Ny Reg Shr	3,840	2,95	Baker Hughes Inc	28,550	-3,51	Centerpoint Energy Inc	10,430	3,17
Aes Corp	5,810	2,83	Bank Of America Corp	6,820	13,10	Cgi Group Inc - Cl A	8,000	3,09
Aetna Inc	24,330	3,44	Bank Of New York Mellon Corp	28,250	8,99	Chevron Corp	67,240	0,66
Aflac Inc	19,360	10,00	Barrick Gold Corp	32,420	0,43	Chubb Corp	42,320	3,57
Agilent Technologies Inc	15,370	-0,13	Baxter International Inc	51,220	1,21	Cigna Corp	17,590	2,69
Air Products & Chemicals Inc	56,250	1,52	Bb&T Corp	16,920	4,00	Cit Group Inc	2,850	4,40
Alcoa Inc	7,340	9,72	Bce Inc	19,900	-0,15	Citigroup Inc	2,530	9,52
Allegheny Energy Inc	23,170	1,80	Becton Dickinson And Co	67,240	1,30	Clorox Company	51,480	1,00
Allergan Inc	47,760	-1,24	Berkshire Hathaway Inc-Cl A	86.700,000	1,29	Coca-Cola Co/The	43,950	0,07
Allstate Corp	19,150	3,35	Berkshire Hathaway Inc-Cl B	2.820,000	0,36	Coca-Cola Enterprises	13,190	0,76
Altria Group Inc	16,020	-2,20	Best Buy Co Inc	37,960	2,68	Colgate-Palmolive Co	58,980	0,32
Amdocs Ltd	18,520	1,98	Black & Decker Corp	31,560	3,31	Comerica Inc	18,310	4,69
American Electric Power	25,260	0,72	Blockbuster Inc-Cl A	0,720	-7,69	Computer Sciences Corp	36,840	0,44
American Express Co	13,630	6,40	Boeing Co	35,580	0,17	Conagra Foods Inc	16,870	1,50
American International Group	1,000	5,26	Boston Scientific Corp	7,950	-0,13	Conocophillips	39,160	0,36
Amr Corp	3,190	0,31	Bristol-Myers Squibb Co	21,920	4,28	Consolidated Edison Inc	39,610	2,22
Anadarko Petroleum Corp	38,890	0,03	Brookfield Asset Manage-Cl A	13,780	1,70	Corning Inc	13,270	3,11
Analog Devices	19,270	-0,26	Bunge Ltd	56,650	2,81	Crown Holdings Inc	22,730	2,62
Aon Corp	40,820	3,55	Burlington Northern Santa Fe	60,150	-1,41	Cvs Caremark Corp	27,490	0,70
Apache Corp	64,090	0,99	Cablevision Systems-Ny Grp-A	12,940	2,13	Daimler Ag-Registered Shares	25,540	1,51
Archer-Daniels-Midland Co	27,780	1,46	Campbell Soup Co	27,360	1,33	Danaher Corp	54,220	0,69

Nova York - Nyse - continuação

Preços em dólares - 31/03/09

Ações	Preços	Var. %	Ações	Preços	Var. %	Ações	Preços	Var. %
Deere & Co	32,870	1,45	International Paper Co	7,040	-4,74	Progress Energy Inc	36,260	0,55
Del Monte Foods Co	7,290	-0,14	Interpublic Group Of Cos Inc	4,120	-1,20	Prologis	6,500	23,57
Devon Energy Corporation	44,690	0,16	Intl Business Machines Corp	96,890	2,51	Prudential Financial Inc	19,020	5,67
Diebold Inc	21,350	1,38	Ion Geophysical Corp	1,560	-5,45	Public Service Enterprise Gp	29,470	3,80
Dominion Resources Inc/Va	30,990	1,57	J.C. Penney Co Inc	20,070	-1,71	Qwest Communications Intl	3,420	-2,56
Donaldson Co Inc	26,840	0,45	Johnson & Johnson	52,600	-0,77	Radioshack Corp	8,570	-4,78
Dover Corp	26,380	2,45	Johnson Controls Inc	12,000	1,69	Raytheon Company	38,940	0,36
Dow Chemical	8,430	1,57	Jpmorgan Chase & Co	26,580	6,96	Rockwell Automation Inc	21,840	0,09
Dr Horton Inc	9,700	-3,67	Kansas City Southern	12,710	-0,39	Rohm And Haas Co	78,840	0,32
Dst Systems Inc	34,620	2,34	Kellogg Co	36,630	0,41	Safeway Inc	20,190	0,10
Du Pont (E.I.) De Nemours	22,330	1,82	Kimberly-Clark Corp	46,110	-0,60	Sara Lee Corp	8,080	-0,62
Duke Energy Corp	14,320	1,49	Kohls Corp	42,320	1,66	Schering-Plough Corp	23,550	-0,25
Dun & Bradstreet Corp	77,000	2,03	Kraft Foods Inc-Class A	22,290	2,06	Schlumberger Ltd	40,620	-1,22
Dynegy Inc-Cl A	1,410	5,22	Kroger Co	21,220	-1,07	Sherwin-Williams Co/The	51,970	-0,31
Eastman Chemical Company	26,800	1,75	Lennox International Inc	26,460	0,11	Southern Co	30,620	0,92
Eastman Kodak Co	3,800	-3,55	Lexmark International Inc-A	16,870	0,06	Southwest Airlines Co	6,330	2,59
Eaton Corp	36,860	1,80	Limited Brands Inc	8,700	estável	Sprint Nextel Corp	3,570	estável
Ecolab Inc	34,730	1,61	Lincoln National Corp	6,690	4,37	State Street Corp	30,780	10,01
Edison International	28,810	2,02	Lockheed Martin Corp	69,030	0,03	Sun Communities Inc	11,830	5,34
El Paso Corp	6,250	0,32	Lowe'S Cos Inc	18,250	-1,08	Suncor Energy Inc	22,210	0,41
Eli Lilly & Co	33,410	1,74	Lsi Corp	3,040	-0,33	Suntrust Banks Inc	11,740	8,20
Emc Corp/Mass	11,400	1,69	Manulife Financial Corp	11,200	4,67	Sysco Corp	22,800	0,04
Emerson Electric Co	28,580	2,33	Marathon Oil Corp	26,290	3,26	Target Corp	34,390	3,34
Encana Corp	40,610	1,17	Marriott International-Cl A	16,360	0,80	Tenet Healthcare Corp	1,160	4,50
Entergy Corp	68,090	1,73	Marsh & Mclennan Cos	20,250	1,96	Teradyne Inc	4,380	-3,52
Eog Resources Inc	54,760	-3,35	Masco Corp	6,980	4,18	Texas Instruments Inc	16,510	0,55
Exelon Corp	45,390	1,48	Mastercard Inc-Class A	167,480	2,72	Textron Inc	5,740	3,80
Exxon Mobil Corp	68,100	-0,77	Mattel Inc	11,530	-0,26	Thermo Fisher Scientific Inc	35,670	-0,64
Fedex Corp	44,490	0,93	Mcdonald'S Corp	54,570	1,21	Tiffany & Co	21,560	1,65
Ferro Corp	1,430	8,33	Mcgraw-Hill Companies Inc	22,870	0,88	Time Warner Inc	19,300	5,87
Firstenergy Corp	38,600	-0,44	Medco Health Solutions Inc	41,340	4,39	Tjx Companies Inc	25,640	-0,39
Fmc Corp	43,140	2,64	Medtronic Inc	29,470	1,52	Transalta Corp	14,690	2,01
Foot Locker Inc	10,480	-0,95	Merck & Co. Inc.	26,750	0,75	Transocean Ltd	58,840	-2,10
Ford Motor Co	2,630	-4,71	Metlife Inc	22,770	5,91	Travelers Cos Inc/The	40,640	5,50
Forest Laboratories Inc	21,960	2,62	Micron Technology Inc	4,060	4,64	Tyco International Ltd	19,560	3,60
Fortune Brands Inc	24,550	-0,16	Monsanto Co	83,100	0,41	Tyson Foods Inc-Cl A	9,390	0,64
Fpl Group Inc	50,730	2,51	Morgan Stanley	22,770	2,89	Unilever N V -Ny Shares	19,600	3,54
Franklin Resources Inc	53,870	5,32	Motorola Inc	4,230	0,71	Union Pacific Corp	41,110	0,32
Freeport-Mcmoran Copper	38,110	-1,09	National Semiconductor Corp	10,270	0,88	Unisys Corp	0,530	6,00
Frontline Ltd	17,390	-1,14	Ncr Corporation	7,950	-0,50	United Parcel Service-Cl B	49,220	1,25
Gannett Co	2,200	-2,65	New York Times Co -Cl A	4,520	-2,16	United Technologies Corp	42,980	0,89
Gap Inc/The	12,990	0,15	Newell Rubbermaid Inc	6,380	0,31	Unitedhealth Group Inc	20,930	2,05
General Dynamics Corp	41,590	-1,77	Newmont Mining Corp	44,760	-1,19	Us Bancorp	14,610	6,02
General Electric Co	10,110	1,81	Nike Inc -Cl B	46,890	1,36	Valero Energy Corp	17,900	0,96
General Mills Inc	49,880	-0,76	Norfolk Southern Corp	33,750	1,87	Verizon Communications Inc	30,200	-0,07
General Motors Corp	1,940	-28,15	Northrop Grumman Corp	43,640	0,34	Viacom Inc-Class B	17,380	0,70
Goldcorp Inc	33,320	-0,51	Nyse Euronext	17,900	4,31	Visa Inc-Class A Shares	55,600	3,93
Goldman Sachs Group Inc	106,020	5,53	Occidental Petroleum Corp	55,650	-0,98	Walgreen Co	25,960	-0,12
Goodrich Corp	37,890	0,26	Office Depot Inc	1,310	1,55	Wal-Mart Stores Inc	52,100	0,66
Goodyear Tire & Rubber Co	6,260	1,13	Omnicom Group	23,400	1,69	Walt Disney Co/The	18,160	1,74
Halliburton Co	15,470	-2,21	P G & E Corp	38,220	0,50	Warner Music Group Corp	2,350	-0,84
Harley-Davidson Inc	13,390	-0,22	Parker Hannifin Corp	33,980	0,71	Waste Management Inc	25,600	1,11
Harris Corp	28,940	3,80	Pepsico Inc	51,480	-0,60	Wellpoint Inc	37,970	6,27
Hartford Financial Svcs Grp	7,850	1,82	Pfizer Inc	13,620	-0,58	Wells Fargo & Co	14,240	6,51
Hershey Co/The	34,750	0,03	Philip Morris International	35,580	-3,13	Western Union Co	12,570	4,75
Hess Corp	54,200	-1,78	Philips Electronics-Ny Shr	14,870	1,99	Weyerhaeuser Co	27,570	1,21
Hewlett-Packard Co	32,060	-0,19	Pinnacle Entertainment Inc	7,040	0,72	Whirlpool Corp	29,590	1,72
Hj Heinz Co	33,060	-0,39	Pitney Bowes Inc	23,350	1,13	Williams Cos Inc	11,380	2,80
Home Depot Inc	23,560	0,77	Pnc Financial Services Group	29,290	9,62	Wyeth	43,040	0,09
Honeywell International Inc	27,860	0,18	Ppg Industries Inc	36,900	0,08	Xerox Corp	4,550	-0,87
Illinois Tool Works	30,850	1,61	Praxair Inc	67,290	2,08	Xto Energy Inc	30,620	-0,91
Ingersoll-Rand Co Ltd-Cl A	13,800	-1,29	Procter & Gamble Co/The	47,090	-0,40	**Fonte:** Bloomberg.		

Buenos Aires

Preços em pesos - 31/03/09

Ações	Preços	Var. %	Ações	Preços	Var. %	Ações	Preços	Var. %
Aluar Aluminio	1,670	-4,57	Ledesma S.A.A.I.	3,000	2,74	Socotherm Americas Sa-Ser B	3,650	estável
Banco Macro Sa-B	3,850	-1,28	Mirgor S.A.C.I.F.I.A.-C	33,500	-2,76	Solvay Indupa Sa	1,710	-2,29
Banco Patagonia Sa-B Sh	1,440	-6,49	Molinos Rio De La Plata S.A.	8,920	-2,51	Telecom Argentina S.A.-B	5,970	-0,50
Bbva Banco Frances Sa	3,330	2,78	Pampa Energia Sa	1,000	estável	Tenaris Sa	39,050	1,43
Cresud S.A.C.I.F.Y A.	2,850	-0,70	Petrobras - Petroleo Bras	59,300	-1,08	Transener Sa-B	0,458	4,57
Emp Distrib Y Comerc Norte	0,730	2,82	Petrobras Energia Particip-B	2,220	1,84	Transportadora De Gas Sur-B	1,520	-0,65
Grupo Clarin-B	4,050	2,53	Quickfood S.A.-Cl B	12,500	estável	**Fonte:** Bloomberg.		
Grupo Financiero Galicia-B	0,699	3,40	Siderar-A	9,000	1,12			

Frankfurt

Preços em euro - 31/03/09

Ações	Preços	Var. %	Ações	Preços	Var. %	Ações	Preços	Var. %
Adidas Ag	25,060	2,54	Deutsche Post Ag-Reg	8,110	2,27	Merck Kgaa	66,560	3,02
Allianz Se-Reg	63,260	3,82	Deutsche Postbank Ag	11,950	0,84	Metro Ag	24,850	3,97
Altana Ag	12,900	0,39	Deutsche Telekom Ag-Reg	9,350	2,30	Mlp Ag	7,900	0,64
Basf Se	22,790	2,47	E.On Ag	20,910	2,05	Muenchener Rueckver Ag-Reg	91,800	2,79
Bayer Ag	36,000	-0,69	Epcos Ag	18,970	estável	Rwe Ag	52,810	1,52
Bayerische Motoren Werke Ag	21,790	1,25	Fresenius Medical Care Ag &	29,260	1,84	Salzgitter Ag	42,080	4,34
Beiersdorf Ag	33,790	1,65	Henkel Ag & Co Kgaa Vorzug	20,480	3,49	Sap Ag	26,680	2,65
Commerzbank Ag	4,020	7,77	Hypo Real Estate Holding	1,240	-16,78	Siemens Ag-Reg	43,010	3,74
Continental Ag	12,560	10,66	Infineon Technologies Ag	0,870	10,13	Thyssenkrupp Ag	13,170	7,51
Daimler Ag-Registered Shares	19,080	0,93	K+S Ag	34,930	1,87	Tui Ag	4,020	1,39
Deutsche Bank Ag-Registered	30,300	4,48	Linde Ag	51,180	3,06	Volkswagen Ag	231,300	-2,20
Deutsche Boerse Ag	45,380	9,35	Man Ag	32,800	5,03	**Fonte:** Bloomberg.		
Deutsche Lufthansa-Reg	8,170	3,29						

Londres

Preços em pences - 31/03/09

Ações	Preços	Var. %	Ações	Preços	Var. %	Ações	Preços	Var. %
3I Group Plc	271,000	9,38	Cairn Energy Plc	2.175,000	5,43	Imperial Tobacco Group Plc	1.567,000	2,22
Admiral Group Plc	853,500	2,58	Capita Group Plc	678,500	3,83	Inmarsat Plc	489,250	3,99
Alliance Trust Plc	266,000	5,14	Carnival Plc	1.585,000	4,21	Intercontinental Hotels Grou	531,000	5,46
Amec Plc	533,500	2,99	Carphone Warehouse Group	125,500	4,58	International Power Plc	210,500	6,26
Amlin Plc	344,000	0,44	Centrica Plc	227,750	3,05	Invensys Plc	166,300	4,46
Anglo American Plc	1.186,000	9,71	Cobham Plc	171,800	4,06	Itv Plc	19,000	-2,56
Antofagasta Plc	504,500	5,43	Compass Group Plc	319,000	7,95	Johnson Matthey Plc	1.053,000	3,44
Associated British Foods Plc	640,500	3,64	Daily Mail&General Tst-A Nv	234,000	5,64	Kazakhmys Plc	371,000	11,58
Astrazeneca Plc	2.451,000	4,21	Diageo Plc	786,500	3,49	Kingfisher Plc	149,700	6,32
Autonomy Corp Plc	1.305,000	2,43	Drax Group Plc	516,500	2,99	Ladbrokes Plc	183,250	0,55
Aviva Plc	216,250	6,79	Dsg International Plc	20,750	10,67	Land Securities Group Plc	437,250	7,63
Bae Systems Plc	334,500	3,56	Enterprise Inns Plc	67,750	19,91	Legal & General Group Plc	43,000	4,88
Balfour Beatty Plc	328,000	1,31	Eurasian Natural Resources	451,250	8,41	Liberty International Plc	389,250	6,50
Barclays Plc	148,000	-0,74	Experian Plc	436,750	2,83	Lloyds Banking Group Plc	70,700	9,10
Barratt Developments Plc	88,750	4,41	Ferrexpo Plc	55,750	-1,33	London Stock Exchange Group	565,500	4,53
Bg Group Plc	1.055,000	5,18	Firstgroup Plc	267,500	3,68	Lonmin Plc	1.423,000	8,71
Bhp Billiton Plc	1.385,000	6,21	Fresnillo Plc	457,500	6,77	Man Group Plc	218,500	9,74
Bp Plc	471,500	2,61	Friends Provident Plc	69,300	6,62	Marks & Spencer Group Plc	296,000	11,91
British Airways Plc	140,800	3,91	G4S Plc	193,900	3,36	Mitchells & Butlers Plc	241,500	4,89
British American Tobacco Plc	1.613,000	3,46	Gkn Plc	68,250	5,41	National Grid Plc	535,500	3,98
British Land Co Plc	360,750	0,91	Glaxosmithkline Plc	1.087,500	4,62	Next Plc	1.324,000	5,50
British Sky Broadcasting Gro	433,500	3,83	Hammerson Plc	254,500	5,60	Old Mutual Plc	51,900	13,32
Bt Group Plc	78,200	7,86	Hays Plc	72,750	3,56	Partygaming Plc	238,500	-1,34
Bunzl Plc	546,500	3,60	Home Retail Group	224,750	5,27	Pearson Plc	701,500	2,41
Cable & Wireless Plc	139,500	2,12	Hsbc Holdings Plc	395,000	6,61	Pennon Group Plc	405,000	3,78
Cadbury Plc	527,000	1,25	Icap Plc	304,250	11,45	Persimmon Plc	345,500	4,07

Londres - continuação

Preços em pences - 31/03/09

Ações	Preços	Var. %	Ações	Preços	Var. %	Ações	Preços	Var. %
Petrofac Ltd	535,000	3,78	Schroders Plc	791,000	7,11	Tomkins Plc	121,250	0,21
Prudential Plc	337,000	9,77	Schroders Plc-Non Voting	685,000	7,70	Tui Travel Plc	228,750	3,74
Punch Taverns Plc	58,500	18,78	Scottish & Southern Energy	1.109,000	4,23	Tullow Oil Plc	803,000	4,08
Randgold Resources Ltd	3.685,000	-0,38	Segro Plc	22,750	1,11	Unilever Plc	1.318,000	3,70
Reckitt Benckiser Group Plc	2.619,000	4,01	Serco Group Plc	365,750	2,81	United Utilities Group Plc	483,500	4,26
Reed Elsevier Plc	501,000	2,40	Severn Trent Plc	990,000	3,83	Vedanta Resources Plc	675,500	7,48
Rentokil Initial Plc	44,500	2,30	Shire Plc	863,000	8,49	Vodafone Group Plc	122,750	5,46
Rexam Plc	270,000	3,85	Smith & Nephew Plc	432,000	2,37	Whitbread Plc	788,000	3,96
Rio Tinto Plc	2.350,000	0,56	Smiths Group Plc	669,000	0,60	William Hill Plc	170,250	-1,59
Rolls-Royce Group Plc	294,000	5,28	Stagecoach Group Plc	120,000	-0,21	Wm Morrison Supermarkets	255,500	3,86
Royal Bank Of Scotland Group	24,500	5,15	Standard Chartered Plc	866,500	8,58	Wolseley Plc	230,750	1,32
Royal Dutch Shell Plc-A Shs	1.571,000	1,81	Standard Life Plc	166,100	5,33	Wood Group (John) Plc	224,250	1,93
Royal Dutch Shell Plc-B Shs	1.531,000	2,07	Tate & Lyle Plc	260,500	2,86	Wpp Plc	392,750	4,87
Rsa Insurance Group Plc	130,100	1,72	Taylor Wimpey Plc	20,750	1,22	Xstrata Plc	466,750	9,82
Sabmiller Plc	1.037,000	4,06	Tesco Plc	333,400	5,64	Yell Group Plc	12,500	4,17
Sage Group Plc/The	169,200	2,55	Thomas Cook Group Plc	240,000	6,19	**Fonte:** Bloomberg.		
Sainsbury (J) Plc	313,000	1,87	Thomson Reuters Plc	1.560,000	3,17			

México

Preços em pesos - 31/03/09

Ações	Preços	Var. %	Ações	Preços	Var. %	Ações	Preços	Var. %
Alfa S.A.B.-A	21,950	estável	Embotelladoras Arca Sab-Nom	24,890	-0,84	Grupo Modelo S.A.B.-Ser C	42,550	1,38
Alsea Sab De Cv	4,160	7,22	Empresas Ica S.A.B	24,350	8,17	Grupo Simec S.A.-Ser B	20,550	-0,58
America Movil Sab De C-Ser L	19,290	1,37	Fomento Economico Mexica-Ubd	35,860	0,90	Grupo Televisa Sa-Ser Cpo	38,750	1,25
Axtel Sab De Cv - Cpo	5,700	3,83	Gruma S.A.B.-B	5,310	-5,18	Impulsora Del Desarrollo Y E	8,030	-3,83
Banco Compartamos Sa	26,840	-1,65	Grupo Aeroportuario De Sur-B	40,780	-1,31	Industrias Ch S.A.B.-Ser B	28,620	-1,41
Bolsa Mexicana De Valores Sa	7,850	-1,26	Grupo Aeroportuario Del Cent	13,000	1,64	Industrias Penoles Sab De Cv	148,170	0,15
Carso Global Telecom-A1	46,900	-1,70	Grupo Aeroportuario Del-B Sh	25,770	2,02	Kimberly-Clark De Mexico-A	45,870	1,69
Carso Infraestructura Y Cons	6,600	estável	Grupo Bimbo Sab- Series A	52,600	6,63	Mexichem Sab De Cv-	9,880	2,70
Cemex Sab-Cpo	8,920	3,00	Grupo Carso Sab De Cv-Ser A1	34,220	1,48	Organizacion Soriana S.A.B-B	22,660	-1,48
Cia Minera Autlan-Ser B	18,380	1,55	Grupo Continental S.A.B-	22,890	4,24	Telefonos De Mexico Sab Ser	10,710	3,68
Coca-Cola Femsa Sab-Ser L	48,330	0,48	Grupo Elektra Sa	470,200	6,17	Telmex Internacional Sab-L	6,560	-6,82
Consorcio Ara S.A.B.-Ser	3,740	3,32	Grupo Famsa Sab-A	7,860	9,47	Tv Azteca Sa De Cv-Cpo	4,560	-0,65
Controladora Coml Mexic-Ubc	4,010	estável	Grupo Financiero Banorte-O	18,830	0,64	Urbi Desarrollos Urbanos Sab	12,440	-1,82
Corporacion Geo Sab-Ser B	14,430	-2,43	Grupo Financiero Inbursa-O	36,650	1,86	Vitro S.A.B.-Series A	4,450	3,49
Desarrolladora Homex Sab De	31,490	-0,35	Grupo Mexico Sab De Cv-Ser B	10,410	3,38	Walmart De Mexico-Ser V	33,070	-4,97

Nota: A = Ações para Investidores mexicanos; B = Ações para Investidores estrangeiros; C = Ações "neutras" para fundos de Investidores estrangeiros; 1 = Ações correspondentes a parte fixa do capital; 2 = Ações correspondentes a parte variável do capital; L = série dADR da Telemex listada na Bolsa de Nova York; V = Ações com direito a voto.

Fonte: Bloomberg.

Milão

Preços em euro - 31/03/09

Ações	Preços	Var. %	Ações	Preços	Var. %	Ações	Preços	Var. %
A2A Spa	1,143	0,62	Erg Spa	9,370	1,85	Pirelli & C.	0,176	4,77
Alleanza Assicurazioni	4,245	4,04	Fiat Spa	5,270	10,31	Saipem	13,400	2,29
Assicurazioni Generali	12,900	0,94	Finmeccanica Spa	9,370	3,14	Seat Pagine Gialle	0,707	15,82
Atlantia Spa	11,380	5,96	Fondiaria-Sai Spa	8,800	5,01	Snam Rete Gas	4,040	2,54
Autogrill Spa	4,340	3,33	Gruppo Editoriale L'Espresso	0,818	10,84	Stmicroelectronics	3,770	3,43
Banca Italease	1,474	0,68	Intesa Sanpaolo	2,073	5,20	Telecom Italia Spa	0,971	3,13
Banca Monte Dei Paschi Siena	1,042	4,99	Lottomatica Spa	12,380	0,65	Tenaris Sa	7,660	2,96
Banca Popolare Di Milano	3,750	2,74	Luxottica Group Spa	11,690	5,22	Terna Spa	2,345	1,52
Banco Popolare Scarl	3,460	12,16	Mediaset Spa	3,358	3,07	Tiscali Spa	0,388	12,30
Edison Spa	0,816	0,68	Mediobanca Spa	6,390	2,40	Ubi Banca Scpa	8,295	3,04
Enel Spa	3,613	2,34	Mediolanum Spa	2,600	5,69	Unicredit Spa	1,242	8,28
Eni Spa	14,620	3,32	Parmalat Spa	1,551	4,51	**Fonte:** Bloomberg.		

Paris

Preços em euro - 31/03/09

Ações	Preços	Var. %	Ações	Preços	Var. %	Ações	Preços	Var. %
Accor Sa	26,215	4,03	Essilor International	29,100	2,36	Schneider Electric Sa	50,110	3,65
Air France-Klm	6,700	2,90	Eads Nv	8,760	3,42	Societe Generale	29,500	2,08
Air Liquide Sa	61,245	1,86	France Telecom Sa	17,150	1,72	Sodexo	34,325	4,49
Alcatel-Lucent	1,418	5,82	Gdf Suez	25,850	1,19	Stmicroelectronics Nv	3,788	4,41
Alstom	38,985	3,49	Groupe Danone	36,660	2,69	Suez Environnement Sa	11,075	1,05
Arcelormittal	15,275	6,22	Lafarge Sa	33,890	2,84	Television Francaise (T.F.1)	5,901	-1,88
Axa Sa	9,050	3,20	Lagardere S.C.A.	21,135	4,37	Thales Sa	28,540	4,85
Bnp Paribas	31,120	6,79	L'Oreal	51,800	3,52	Thomson (Ex-Tmm)	0,687	9,05
Bouygues Sa	26,920	5,36	Lvmh Moet Hennessy Louis Vui	47,290	4,30	Total Sa	37,425	2,62
Canal +	4,700	1,29	Michelin (Cgde)-B	27,930	3,37	Unibail-Rodamco	106,630	5,57
Cap Gemini	24,220	3,59	Pernod-Ricard Sa	41,975	5,36	Valeo Sa	11,005	2,95
Carrefour Sa	29,400	4,26	Peugeot Sa	14,240	2,15	Vallourec	69,810	6,39
Casino Guichard Perrachon	49,020	2,13	Ppr	48,280	2,37	Veolia Environnement	15,720	1,78
Compagnie De Saint-Gobain	21,120	8,31	Publicis Groupe	19,320	2,88	Vinci Sa	27,955	3,15
Credit Agricole Sa	8,312	4,16	Renault Sa	15,485	2,35	Vivendi	19,925	2,28
Dexia Sa	2,600	3,63	Sanofi-Aventis	42,380	2,93	**Fonte:** Bloomberg.		
Edf	29,535	3,20						

Tóquio

Preços em ienes - 31/03/09

Ações	Preços	Var. %	Ações	Preços	Var. %	Ações	Preços	Var. %
Advantest Corp	1.461,000	-0,68	Isuzu Motors Ltd	119,000	1,71	Nomura Holdings Inc	495,000	-5,53
Aeon Co Ltd	644,000	-3,45	Itochu Corp	478,000	-1,85	Nsk Ltd	377,000	-1,57
Ajinomoto Co Inc	695,000	estável	Japan Airlines Corp	200,000	-3,85	Ntt Data Corp	267.200,000	-1,37
All Nippon Airways Co Ltd	386,000	-2,03	Japan Tobacco Inc	261.900,000	-0,34	Ntt Docomo Inc	133.700,000	-3,81
Alps Electric Co Ltd	337,000	-3,99	Kao Corp	1.919,000	-3,08	Oki Electric Ind Co Ltd	63,000	-7,35
Asahi Breweries Ltd	1.176,000	-1,92	Kddi Corp	462.000,000	-2,74	Pioneer Corp	129,000	-5,15
Asahi Glass Co Ltd	519,000	-3,53	Keihin Elec Express Railway	712,000	-1,93	Resona Holdings Inc	1.310,000	-3,32
Asahi Kasei Corp	355,000	1,43	Keio Corp	560,000	-1,75	Ricoh Co Ltd	1.163,000	-3,88
Astellas Pharma Inc	3.020,000	-4,43	Kirin Holdings Co Ltd	1.042,000	-2,43	Sanyo Electric Co Ltd	146,000	-2,01
Bank Of Yokohama Ltd/The	418,000	-3,24	Komatsu Ltd	1.070,000	-0,93	Sapporo Holdings Ltd	373,000	-6,05
Bridgestone Corp	1.409,000	-0,98	Konica Minolta Holdings Inc	838,000	-0,83	Secom Co Ltd	3.630,000	estável
Canon Inc	2.820,000	-2,76	Kuraray Co Ltd	835,000	-0,60	Sharp Corp	776,000	-6,17
Casio Computer Co Ltd	693,000	2,36	Kyocera Corp	6.480,000	-0,31	Shin-Etsu Chemical Co Ltd	4.770,000	0,21
Chiba Bank Ltd/The	485,000	-2,61	Kyowa Hakko Kirin Co Ltd	827,000	-2,48	Shionogi & Co Ltd	1.684,000	1,57
Chubu Electric Power Co Inc	2.170,000	-2,91	Marubeni Corp	305,000	-4,39	Shizuoka Bank Ltd/The	884,000	-2,64
Citizen Holdings Co Ltd	400,000	-6,10	Marui Group Co Ltd	523,000	-3,68	Sony Corp	1.998,000	-3,01
Clarion Co Ltd	52,000	-3,70	Panasonic Corp	1.069,000	-5,15	Sumitomo Chemical Co Ltd	333,000	-1,19
Csk Holdings Corp	242,000	0,83	Panasonic Electric Works Co	716,000	0,99	Sumitomo Corp	843,000	-3,66
Dai Nippon Printing Co Ltd	899,000	-2,60	Mazda Motor Corp	164,000	-4,09	Sumitomo Electric Industries	821,000	-1,32
Dainippon Sumitomo Pharma Co	818,000	-1,56	Minebea Co Ltd	358,000	estável	Sumitomo Trust & Banking Co	373,000	-1,84
Daiwa House Industry Co Ltd	792,000	-0,13	Mitsubishi Corp	1.285,000	-3,09	Suzuki Motor Corp	1.629,000	estável
Daiwa Securities Group Inc	428,000	-3,60	Mitsubishi Electric Corp	441,000	-2,22	Taiyo Yuden Co Ltd	744,000	-1,06
Denso Corp	1.952,000	-0,20	Mitsubishi Estate Co Ltd	1.102,000	-2,74	Takara Holdings Inc	492,000	-1,80
Ebara Corp	216,000	-0,46	Mitsubishi Logistics Corp	955,000	-0,42	Takeda Pharmaceutical Co Ltd	3.400,000	-2,86
Eisai Co Ltd	2.880,000	-2,87	Mitsubishi Motors Corp	125,000	-1,57	Tdk Corp	3.650,000	-0,82
Fanuc Ltd	6.630,000	-0,30	Mitsubishi Ufj Financial Gro	476,000	-2,46	Terumo Corp	3.630,000	estável
Fast Retailing Co Ltd	11.170,000	-1,67	Mitsui & Co Ltd	986,000	-1,69	Toei Co Ltd	428,000	-2,95
Fuji Electric Holdings Co Lt	116,000	1,75	Mitsui Fudosan Co Ltd	1.067,000	-3,96	Tokyo Electron Ltd	3.640,000	-0,82
Fuji Fire & Marine Insurance	75,000	-9,64	Mitsumi Electric Co Ltd	1.410,000	2,25	Tokyu Corp	412,000	-3,74
Fuji Heavy Industries Ltd	322,000	-1,53	Nec Corp	264,000	-1,86	Toppan Printing Co Ltd	669,000	0,30
Fujifilm Holdings Corp	2.125,000	-2,52	Ngk Insulators Ltd	1.505,000	estável	Toshiba Corp	254,000	-3,42
Fujitsu Ltd	365,000	estável	Nikon Corp	1.106,000	-2,73	Toyo Seikan Kaisha Ltd	1.434,000	-4,08
Furukawa Co Ltd	82,000	-1,20	Nippon Sheet Glass Co Ltd	242,000	-7,98	Toyota Motor Corp	3.120,000	-0,64
Furukawa Electric Co Ltd/The	278,000	-2,46	Nippon Steel Corp	263,000	-2,23	Yamaha Corp	957,000	-0,83
Hitachi Ltd	266,000	-2,92	Nippon Telegraph & Telephone	3.730,000	-3,12	Yokogawa Electric Corp	394,000	-1,01
Hokuetsu Paper Mills Ltd	420,000	0,96	Nissan Motor Co Ltd	350,000	-3,05	Yokohama Rubber Co Ltd	409,000	0,74
Honda Motor Co Ltd	2.315,000	0,65	Nisshin Seifun Group Inc	1.053,000	-2,23	**Fonte:** Bloomberg.		

EU& Companhias abertas

Informativo BM&FBovespa

521 Particip (QVUM – MB)
DRI: Jose Ricardo do Carmo

Distribuição de Juros

Enviou o seguinte Aviso aos Acionistas: comunicaram aos acionistas e ao mercado que o Conselho de Administração da 521 Participações S.A. (Companhia), em reunião realizada em 30 de março de 2009, aprovou a declaração de juros sobre o capital próprio, no valor de R$ 9.499.750,00 (nove milhões, quatrocentos e noventa e nove mil e setecentos e cinquenta reais) correspondente a R$ 3,95 (três reais e noventa e cinco centavos) por ação. O valor acima indicado integrará, para todos os efeitos legais, o montante dos dividendos obrigatórios a serem distribuídos pela Companhia relativamente ao exercício de 2009, conforme dispõe o parágrafo único do artigo 32 do Estatuto Social. O pagamento será efetuado até 30 de junho de 2009, com base na posição acionária de 30 de março de 2009.

Nota: a partir de 31/03/2009 ações escriturais ex-juros.

Afluente (AFLU)
DRI: Erik da Costa Breyer

Distribuição de Dividendo Complementar

Enviou o seguinte Aviso aos Acionistas: comunicamos aos acionistas que de acordo com a deliberação da Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada em 31 de março de 2009, foi aprovada a declaração de dividendos complementares, referente ao exercício encerrado em 31/12/2008, no valor de R$ 14.657.812,92, correspondente a R$ 0,7551336 por ação ordinária, R$ 0,7551336 por ação preferencial classe A e R$ 0,8306470 por ação preferencial classe B, na forma da legislação vigente. O crédito correspondente será feito de forma individualizada a cada acionista, em 10/06/2009, sem atualização monetária, com base na posição acionária de 31/03/2009. A partir de 01/04/2009 as ações serão negociadas ex-dividendos. Informações adicionais poderão ser obtidas, no Departamento Financeiro situado na Praia do Flamengo, 200, salões 1101 e 1201, Flamengo, Rio de Janeiro-RJ, Fax (21) 3235-2855, telefone (21) 3235-2809.

Nota: a partir de 01/04/2009, ações escriturais ex-dividendo complementar.

Alpargatas (ALPA – N1)
DRI: Jose Roberto Lettiere

Material à Disposição (Políticas de Divulgação e de Negociação)

Encontra-se à disposição no site da BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br), Mercados BOVESPA, menu Empresas/Para Investidores/Empresas Listadas, em Informações Relevantes, a íntegra da Política de Divulgação de fato relevante e de Negociação de Ações, aprovado na RCA de 13/03/2009.

Atmosfera (ATMO)
DRI: Jorge Azer Maluf Neto

Comunicado ao mercado

A empresa enviou o seguinte comunicado: considerando que a Atmosfera Gestão e Higienização de Têxteis S.A. (Companhia) aguarda o deferimento pela CVM do pedido de cancelamento do seu registro de companhia aberta, conforme pedido protocolado perante a CVM em 17 de março de 2009, subscrito pela totalidade de seus acionistas, vem a Companhia a público informar, que em decorrência das modificações e adaptações nas normas contábeis aplicáveis às demonstrações financeiras das sociedades por ações relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2008, introduzidas pela Lei 11.638/07 e regulamentações correlatas posteriores, bem como as discussões e dúvidas suscitadas por estas alterações desde a promulgação dos referidos dispositivos legais e regulamentares, às quais ainda não foram totalmente esclarecidas, a Companhia encontrou dificuldades na adaptação dos seus documentos contábeis a estas novas normas, o que, não obstante todos os esforços empregados pela Companhia, seus administradores e auditores independentes nos últimos meses, resultou em um pequeno atraso na finalização e divulgação ao mercado de suas demonstrações financeiras, seu relatório de administração e o parecer de seus auditores independentes, os quais estimamos que serão devidamente divulgados pela Companhia até 15 de abril de 2009.

CEEE-D (CEED - MB)
DRI: Caio Tibério Dornelles da Rocha

Proposta de Não Distribuição de Dividendos à AGO de 30/04/2009

Na RCA de 26/03/2009, foram tomadas, entre outras, as seguintes deliberações: o Conselho de Administração, após tomar conhecimento dos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, aprovou o relatório da administração, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Fluxo de Caixa, a Demonstração do Valor Adicionado e respectivas Notas Explicativas, referentes ao Exercício de 2008, encerrado em 31/12/2008, bem como decidiu submetê-los à consideração dos Acionistas; (...) O Conselho de Administração da CEEE-D aprovou as projeções econômicas e financeiras, com demonstrativos, que compõem o Estudo Técnico da Realização do Ativo Diferido; O Conselheiro Camps informou que o resultado positivo apurado no exercício de 2008 é de R$ 15.908.370,11 (quinze milhões, novecentos e oito mil, trezentos e setenta reais e onze centavos). Do referido resultado foram deduzidos os Prejuízos Acumulados nos exercícios anteriores no valor de R$ 8.126.888,79, resultando como lucro Acumulado a importância de R$ 7.781.481,32, a qual será destinada conforme previsto no Estatuto Social, como segue: a) reserva Legal: R$ 389.074,07; b) reserva para Expansão: R$ 778.148,13; c) Dividendos a Pagar: R$ 6.614.259,12. Em razão da grave situação financeira enfrentada pela Companhia e da necessidade de investimentos para a manutenção do serviço, o Conselheiro Camps propôs o não pagamento dos dividendos obrigatórios, em conformidade com o Parecer do Conselho Fiscal e com os parágrafos 4º e 5º, do artigo 202, da Lei 6404/76. O Conselho de Administração da Companhia tomou conhecimento da proposta e decidiu informá-la aos Acionistas na próxima Assembléia Geral da Companhia; (...). O Presidente do Conselho, atendendo ao disposto no artigo 13, alínea d, do Estatuto Social da Empresa CEEE-D, submeteu ao Conselho a data de 30-04-2009, às 12h15min para a Assembléia Geral Ordinária. A proposta foi aprovada por unanimidade.

Nota: encontra-se à disposição no site da BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br), Mercados BOVESPA, menu Empresas/Para Investidores/Empresas Listadas, em Informações Relevantes, a íntegra da ata da RCA de 26/03/2009.

Cosern (CSRN)
DRI: Erik da Costa Breyer

Distribuição de Dividendos Complementares

Enviou o seguinte Aviso aos Acionistas: comunicaram aos acionistas que de acordo com a deliberação da Assembléia Geral Ordinária da Companhia, realizada em 26 de março de 2009, foi aprovada a declaração de dividendos complementares, referente ao exercício encerrado em 31/12/2008, no montante de R$ 68.984.740,53, correspondentes a R$ 0,4012915 por ação ordinária, R$ 0,4414206 por ação preferencial classe A e R$ 0,4414206 por ação preferencial classe B. O crédito correspondente será feito de forma individualizada a cada acionista, a partir de 10/06/2009, sem atualização monetária, com base na posição acionária de 26/03/2009. A partir de 27/03/2009 as ações serão negociadas ex-dividendos. Informações adicionais poderão ser obtidas, no Departamento Financeiro e de Relações com Investidores, situado na Rua Mermóz, 150, Baldo, Natal-RN, Cep 59.025-250, Fax (84) 3215-6454, telefone (84) 3215-6015, e-mail: ri@cosern.com.br.

Nota: a partir de 27/03/2009, ações escriturais ex-dividendos complementares.

CPFL Geração (CPFG)/Paul F Luz (PALF)
DRI: José Antonio de Almeida Filippo

Material à disposição (Informações Resumidas Notas Promissórias)

Encontra-sem à disposição no site da BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br), Mercados BOVESPA, menu Empresas/Para Investidores/Empresas Listadas, em Informações Relevantes, as Informações Resumidas referentes à distribuição pública de Notas Promissórias Comerciais da 1ª emissão.

Cruzeiro Sul (CZRS – N1)
DRI: Luis Felippe Indio da Costa

Participação Acionária

Enviou o seguinte comunicado ao mercado: atendendo ao disposto no artigo 12 da Instrução 358 da Comissão de Valores Mobiliários, servimo-nos da presente para informar-lhesque eu, Guilherme de Álvares Otero Fernandes,CPF nº 246.565.988-01, atingi em 23 de março de 2009 participação acionária de 2.645.100 (dois milhões seiscentas e quarenta e cinco mil e cem) ações preferenciais de emissão do Banco Cruzeiro do Sul S.A. (Companhia), correspondentes a 6,89% (seis inteiros e oitenta e nove centésimos) do total de ações preferenciais emitidas pela Companhia. Esclarecemos que ao adquirir as ações que compõem a participação, tinha por objetivo a mera realização de operações financeiras, sendo certo, ainda, que não buscava alterar a composição do controle ou a estrutura administrativa da Companhia e tampouco atingir qualquer participação em particular.

Cyrela Realt (CYRE-NM)
DRI: Luis Largman

Esclarecimentos

A BM&FBOVESPA efetuou a seguinte consulta à empresa: em notícia veiculada pela agência estado - Broadcast, em 27/03/2009, consta, entre outras informações, que a margem bruta dessa empresa deve ficar entre 36% e 40% no primeiro trimestre de 2009. Solicitamos esclarecimentos sobre referida notícia, bem como outras informações consideradas importantes. Em atenção à nossa consulta, a empresa enviou-nos o seguinte: Em resposta, esclarecemos que, na teleconferência realizada em 27 de março de 2009 sobre os resultados do quarto trimestre de 2008 e do ano de 2008, os executivos da Cyrela afirmaram que devido aos impactos da nova legislação contábil, para o primeiro trimestre de 2009 ter-se-ia como objetivo uma margem de lucro bruto da companhia entre 36% e 40% sobre a receita operacional líquida. Portanto, a Cyrela não se comprometeu de qualquer forma em alcançar quaisquer das referidas margens.

Daycoval (DAYC – N1)
DRI: Morris Dayan

Distribuição de Juros sobre o Capital Próprio

Enviou o seguinte Aviso aos Acionistas: comunicaram aos acionistas do Banco Daycoval S.A. (Banco) que foi aprovado pela Diretoria e ratificado pelo Conselho de Administração, em reuniões realizadas em 30 de Março de 2009, ad referendum da Assembléia Geral de Acionistas, o pagamento de juros a título de remuneração sobre o capital próprio aos acionistas do Banco, relativos ao período de 01 de janeiro de 2009 até 30 de março de 2009, nos termos que seguem: (a) o valor bruto total de R$ 24.265.286,83 (vinte e quatro milhões, duzentos e sessenta e cinco mil, duzentos e oitenta e seis reais e oitenta e três centavos) correspondente a R$ 0,11063 por ação, sujeitos à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15% (quinze por cento), exceto para os acionistas que estejam comprovadamente dispensados da referida tributação, ou acionistas domiciliados em países para os quais a legislação estabeleça alíquotas diversas; (b) o pagamento será realizado com base na posição acionária detida em 30 de março de 2009, após o fechamento do pregão da Bolsa de Valores de São Paulo; (c) a partir de 31 de março de 2009, inclusive, as ações serão negociadas ex-direito a juros sobre o capital próprio; (d) o pagamento estará disponível aos acionistas a partir de 15 de abril de 2009; e (e) os pagamentos dos direitos das ações custodiadas na CBLC (Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia) serão feitos por meio de repasse dos agentes de custódia aos acionistas do Banco.

Nota: desde 31/03/2009, ações escriturais ex-juros.

Doc Imbituba (IMBI)
DRI: Nilton Garcia de Araújo

Deliberações de RCA/Proposta à Assembléia

O Conselho de Administração, reunido em 27/03/2009, aprovou o seguinte Parecer a ser apresentado aos acionistas: O Conselho de Administração da Companhia Docas de Imbituba, no uso de suas atribuições estatutárias, manifesta, pelo presente, sua concordância com o relatório da administração e com as demonstrações financeiras, e às de exploração portuária, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2008. Tendo em vista o resultado negativo, não houve proposta de distribuição de dividendos, ou de qualquer outro benefício aos acionistas.

Dohler (DOHL)
DRI: Udo Dohler

Deliberações de AGO/Distribuição de Dividendo

Na AGO de 30/03/2009 foram aprovadas, entre outras, as seguintes matérias: demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2008; destinação do resultado do exercício; distribuição de dividendo no montante de R$ 5.043.019,00 aos titulares de ações ordinárias e preferenciais, equivalentes a R$ 1,00/ação e dividendos complementares às ações preferenciais no montante de R$ 141.183,10, equivalente a R$ 0,10/ação. Os valores supracitados serão pagos em até 60 dias a partir desta data (30/03/2009), sem correção monetária; instalação do Conselho Fiscal, com a consequente eleição de seus membros.

Nota: a partir de 31/03/2009, ações escriturais ex-dividendo.

Ecodiesel (ECOD – NM)
DRI: José Carlos Aguilera Fernandes

Celebração, Alteração ou Rescisão de Acordo de Acionistas/Proposta para Aumento de Capital

Enviou o seguinte fato relevante: a Brasil Ecodiesel Indústria e Comércio de Biocombustíveis e Óleos Vegetais S.A. (Companhia), em cumprimento ao disposto no artigo 157, parágrafo 4º, da Lei 6.404/76, conforme alterada (Lei das S.A.), bem como em cumprimento ao disposto na Instrução 358 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), de 03/1/2002, informou aos seus acionistas e ao mercado em geral o seguinte: I. Distrato ao Acordo de Acionistas: a Companhia informou que os acionistas Nelson José Côrtes da Silveira, Zartman Services LLC, Carleton Towers LLC e Boardlock Holdings LLC (Antigos Controladores), até então integrantes do bloco de controle e atualmente detentores em conjunto de 50,0% do capital social da Companhia, arquivaram na sua sede Instrumento de Distrato do Acordo de Acionistas da Companhia, firmado 28 de março de 2009. Adicionalmente, ainda no referido documento, os Antigos Controladores comprometeram-se e declararam, em caráter irrevogável e irretratável, que nos próximos 5 (cinco) anos não celebrarão entre si, ou com qualquer outro acionista da Brasil Ecodiesel Indústria e Comércio de Biocombustíveis e Óleos Vegetais S.A., outro Acordo de Acionista ou qualquer documento similar. A Cópia do distrato foi arquivado nesta data junto à CVM e encontra-se disponível no website da Companhia (www.brasilecodiesel.com.br/ri). II. Proposta de Aumento de Capital: adicionalmente a Companhia informou que obteve, na data de 26 de março de 2009, a proposta de 2 (dois) de seus credores financeiros, na qual os mesmos se comprometem em caráter irrevogável e irretratável a converter os seus créditos, em valor total aproximado de R$ 30 milhões, em ações de emissão da companhia ao preço de subscrição de R$ 0,70, valor este equivalente a média ponderada por volume das ações da Companhia (ECOD3), negociada nos últimos 15 (quinze) pregões anteriormente a data de recebimento da proposta, aplicado um deságio de 13,2%. A Companhia informou que está avaliando outros possíveis interessados em participar do referido processo de aumento de capital. Após as análises das propostas, não depois de 27 de abril de 2009, o Conselho de Administração da Companhia irá deliberar sobre o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado. Para viabilizar a referida operação, os acionistas Nelson José Côrtes da Silveira, Zartman Services LLC, Carleton Towers LLC e Boardlock Holdings LLC concordaram, desde já, ceder, em caráter irrevogável e irretratável o direito de preferência que teriam para subscrição das novas ações a serem emitidas no aumento de capital social da Companhia, para eventuais novos interessados. Novas informações sobre o aumento de capital serão oportunamente divulgadas pela Companhia ao mercado, observada a legislação em vigor.

Eletrobras (ELET – N1)
DRI: Astrogildo Fraguglia Quental

Deliberações de RCA

Na RCA de 13/03/2009 foi deliberado, entre outros assuntos, prosseguir com as negociações junto ao Ministério de Minas e Energia – MME, Ministério da Fazenda – MF e Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, para pagamento da totalidade dos dividendos retidos, com direito à inversão de parcela do dividendo dos acionistas majoritários em subscrição de novas ações da Eletrobrás.

Nota: encontra-se à disposição no site da BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br), em Mercados BOVESPA, no menu Empresas\Para Investidores\Empresas Listadas, em Informações Relevantes, a ata de RCA 13/03/2009.

Energias BR (ENBR-NM)
DRI: Miguel Dias Amaro

Comunicado ao Mercado

A EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP Energias do Brasil) (BOVESPA: ENBR3), comunicou que o Banco Europeu de Investimentos (BEI) aprovou em reunião de Conselho, no dia 27 de março de 2009, uma linha de crédito de EUR 90 milhões para financiar os investimentos de 2009 e 2010 das distribuidoras da EDP Energias do Brasil. As distribuidoras, nomeadamente Bandeirante e Escelsa, tem em conjunto R$ 600 milhões de investimentos estimados para os próximos 2 anos. A linha de crédito aprovada pelo BEI é de EUR 45 milhões para cada distribuidora, com prazo de até 10 anos para amortização. Os desembolsos desta linha de crédito podem ser realizados trimestralmente e a exposição cambial e de taxa de juros será devidamente hedgeada. A linha de crédito do BEI será complementar a já anunciada linha de crédito rotativo de longo prazo, CALC, do BNDES para as subsidiárias da EDP Energias do Brasil, inclusive suas empresas de distribuição.

FDC Aetat II (FATT)
DR: Mauro Sérgio de Oliveira

Amortização de Cotas

A Oliveira Trust DTVM Ltda., na qualidade de Administradora do GP Aetatis II - FIDC Imobiliários, informou que estará efetuando no dia 31/03/2009, o pagamento de amortização de cotas seniores, aos investidores que detenham cotas do Fundo no dia 30/03/2009. O valor da amortização será de R$ 170,6759949 por cota.

Nota: a partir de 31/03/2009 cotas seniores ex-amortização.

FDC Exodus I (EXOD - MB)
DR: Agostinho Renoldi Junior

Amortização de Cotas

A Gradual CCTVM na qualidade de administradora do FIDC Exodus I, informou que efetuará no dia 31/03/2009, o pagamento da amortização de cotas seniores da 5ª distribuição, aos investidores que detinham cotas do Fundo no dia 30/03/2009. O valor da Amortização será de R$ 11.575,33008842 por cota.

Nota: a partir de 31/03/2009 cotas seniores da 5ª distribuição ex-amortização.

FDC Multi (MRDC - MB)
DR: Otavio de Magalhães Coutinho Vieira-

Cotas Seniores, 5ª Série, Ex-Amortização

A Safdié DTVM, instituição administradora do Multi Recebíveis - FIDC, informou que o Fundo efetuará, no dia 31/03/2009, o pagamento de amortização das cotas seniores, aos investidores que detinham cotas do Fundo em 30/03/2009. O valor da amortização será de R$ 0,246313030 por cota.

Nota: desde 31/3/2009 cotas seniores da 5ª série, ex-amortização.

FDC Paulista (PLTV – MB)
DR: Paulo Geraldo Oliveira Filho

Cotas ex-amortização

A Votorantin Asset Management DTVM Ltda., na qualidade de administradora do FIDC Paulista - Veículos, informou que efetuará em 31/03/2009 o pagamento de amortização de cotas seniores no valor de R$ 1.153,5341864/cota.

Nota: a partir de 31/03/2009 cotas seniores ex-amortização.

FDC Union (UNNA – MB)
DR: Mario Sergio de Oliveira

Reclassificação de Direitos Creditórios

Enviou o seguinte fato relevante: a Oliveira Trust DTVM S.A. na qualidade de administradoria enviou o fato relevante em que Union National Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros e Mercantis, inscrito perante o CNPJ/MF sob o 07.855.693/0001-43 (Fundo), vem pela presente comunicar aos seus Cotistas e demais interessados que o Fundo possui, em 26/03/2009, Direitos Creditórios com coobrigação que foram reclassificados pelo Consultor de Crédito quanto ao grau de risco atribuído e a possibilidade de inadimplemento no cumprimento de suas obrigações. Diante da reclassificação acima, o Consultor de Crédito solicitou formalmente à Administradora que realizasse provisões para perdas (PDD) sobre o montante dos Direitos Creditórios com coobrigação das empresas reclassificadas, sendo que a estimativa de impacto das provisões é de 8% a 9%do Patrimônio Líquido do Fundo.

Fato Relevante

O fundo enviou o seguinte fato relevante: Union National Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros e Mercantis, inscrito perante o CNPJ/MF sob o 07.855.693/0001-43 (Fundo), vem pela presente comunicar aos seus Cotistas e demais interessados que o Fundo possui, em 26/03/2009, Direitos Creditórios com coobrigação que foram reclassificados pelo Consultor de Crédito quanto ao grau de risco atribuído e a possibilidade de inadimplemento no cumprimento de suas obrigações. Diante da reclassificação acima, o Consultor de Crédito solicitou formalmente à Administradora que realizasse provisões para perdas (PDD) sobre o montante dos Direitos Creditórios com coobrigação das empresas reclassificadas, sendo que a estimativa de impacto das provisões é de 8%a 9%do Patrimônio Líquido do Fundo.

Fer Heringer (FHER - NM)
DRI: Wilson Rio Mardonado

Não Renovação do Contrato com o Formador de Mercado

Enviou o seguinte comunicado ao mercado: a Fertilizantes Heringer comunicou a seus acionistas e ao mercado em geral que notificou, nesta data (26/03/2009), a Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. sobre a decisão de não renovar o Contrato de Prestação de Serviços de Formador de mercado, celebrado em 01 de Novembro de 2007. O referido serviço deixará de ser prestado a partir do dia 1 de Abril de 2009 (nesta data deve ser considerado o prazo de 30 dias que consta no contrato). A Companhia avaliará oportunamente a necessidade de nova contratação do serviço.

Participação Acionária

Enviou os comunicados ao mercado abaixo: Dalton Carlos Heringer, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG 37.385.575-8 SSP-SP e CPF/MF sob o 998.158.007-44 informou, em cumprimento ao disposto no artigo 12, parágrafo 1o, da Instrução CVM no. 358/02, alterada pela Instrução CVM no. 449/07, que realizou negociações no pregão da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA, a partir do dia 12 de Março de 2009, onde ADQUIRIU ações ordinárias de emissão da Fertilizantes Heringer S.A, sendo que, nesta data, somadas à participação detida anteriormente à recente AQUISIÇÃO, passou a deter 2.506.857 (dois milhões, quinhentos e seis mil, oitocentos e cinqüenta e sete) ações ordinárias. A referida participação representa 5,17 % (cinco vírgula dezessete por cento) das ações ordinárias de emissão da Companhia. Declara, outrossim que: (i) o investimento não altera a composição do controle ou a estrutura administrativa da Sociedade; (ii) no momento, não há quantidade determinada de ações da Companhia que pretenda adquirir; (iii) não detém por si própria ou por pessoa que possa ser considerada ligada, debêntures conversíveis em ações, direta ou indiretamente; (iv) é parte diretamente de acordo de acionistas regulando o exercício do direito de voto ou a compra e venda de valores mobiliários de emissão da Sociedade. Juliana Heringer Rezende, brasileira, casada, administradora de empresas, portadora da Cédula de Identidade RG 628.692 SSP/ES e inscrita no CPF/MF sob o 002.715.207-36 informou, em cumprimento ao disposto no artigo 12, parágrafo 1o, da Instrução CVM no. 358/02, alterada pela Instrução CVM no. 449/07, que realizou negociações no pregão da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA, a partir do dia 20 de Março de 2009, onde ADQUIRIU ações ordinárias de emissão da Fertilizantes Heringer S.A, sendo que, nesta data, somadas à participação detida anteriormente à recente AQUISIÇÃO, passou a deter 2.506.857 (dois milhões, quinhentos e seis mil, oitocentos e cinqüenta e sete) ações ordinárias. A referida participação representa 5,17 % (cinco vírgula dezessete por cento) das ações ordinárias de emissão da Companhia. Declara, outrossim que: (i) o investimento não altera a composição do controle ou a estrutura administrativa da Sociedade; (ii) no momento, não há quantidade determinada de ações da Companhia que pretenda adquirir; (iii) não detém por si própria ou por pessoa que possa ser considerada ligada, debêntures conversíveis em ações, direta ou indiretamente; (iv) é parte diretamente de acordo de acionistas regulando o exercício do direito de voto ou a compra e venda de valores mobiliários de emissão da Sociedade.

Gafisa (GFSA – NM)
DRI: Alceu Duilio Calciolari

Deliberações de RCA

Na RCA de 17/03/2009 deliberou-se: 4. Deliberações: foi deliberado, pelos a unanimidade dos conselheiros presentes e sem quaisquer ressalvas: 4.1. Aprovar a realização de operação de venda de carteira de direitos de crédito de titularidade da Companhia e sociedades de propósito específico controladas pela Companhia (SPEs), originados no âmbito de operações de compra e venda financiada de imóveis residenciais e comerciais celebradas com os clientes da Companhia, pessoas físicas e/ou jurídicas, no valor de até R$ 105.000.000,00 (cento e cinco milhões de reais) (Operação de Cessão). A Operação de Cessão será realizada por meio da constituição de um fundo de investimento em recebíveis, a ser estruturado nos termos da Instrução da CVM n.º 356/01 - Gafisa Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Crédito Imobiliário, em fase de inscrição no CNPJ/MF (Fundo) e envolverá, dentre outros, a celebração, pela Gafisa, pelas SPEs e pelo Fundo de Instrumento Particular de Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos de Crédito e Outras Avenças e, pela Gafisa e o Fundo, de Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas e Outras Avenças. 4.2. Autorizar a Diretoria da Companhia a tomar todas as providências necessárias para a deliberação ora tomada e implementar a Operação de Cessão.

Comentários sobre os Resultados do Período Encerrado em 31/12/2008 - Reapresentação

A reapresentação dos comentários sobre os resultados referentes ao período encerrado em 31/12/2008 encontra-se à disposição no site da BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br), mercados BOVESPA, no menu Empresas\Para Investidores\Empresas Listadas, em Informações Relevantes.

JBS (JBSS – NM)
DRI: Jeremiah Alphonsus O`Callaghan

Não Verificação de Quorum Mínimo para Instalação da AGO/E de 30/03/2009/Formas de Negociação

A AGO/E de 30/03/2009 não foi instalada, tendo em vista, a não verificação de quórum mínimo legal.

Nota: fica sem efeito a orientação de que as ações de emissão dessa empresa passariam a ser negociadas na condição ex-dividendo a partir de 31/03/2009.

Laep (MILK)/Parmalat (LCSA)
DRI: Rodrigo Ferraz Pimenta da Cunha

Fato Relevante

As empresas enviaram o seguinte fato relevante: em atendimento à Instrução CVM 358, de 03/1/2002, a Laep Investments Ltd. (Laep ou Companhia) (MILK 11) e a Parmalat Brasil S.A. Indústria de Alimentos - Em recuperação judicial (Parmalat) (LCSA3/LCSA4), comunicam aos investidores e demais participantes do mercado de capitais que: (i) Em decorrência da operação recentemente anunciada, que envolve o resgate antecipado facultativo e o cancelamento da totalidade das debêntures de emissão privada da Parmalat, sujeita ao atingimento de condições precedentes, conforme divulgado em fato relevante conjunto de Laep e Parmalat no último dia 26 de março de 2009 (Evento Subseqüente); (ii) Considerando que, este Evento Subseqüente, gera impactos nas demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31/12/2008, tanto de Laep, quanto de Parmalat, sobretudo quando aplicadas as alterações introduzidas pela Deliberação CVM 489/05 e Lei 11.638/07; e (iii) Considerando que os auditores independentes, Ernst & Young Auditores Independentes S.S. (E&Y), solicitaram prazo para avaliação da operação e seus impactos nas demonstrações financeiras e emissão de seu parecer de auditoria correspondente ao exercício encerrado em 31/12/2008 para a Laep e a Parmalat, Laep e Parmalat informam que suas demonstrações financeiras somente serão publicadas após apresentação do relatório de auditoria elaborado pela E&Y, o qual se estima finalização até o final do mês de abril do corrente ano.

Le Lis Blanc (LLIS – NM)
DRI: Marcelo Moojen Epperlein

Propostas à AGO

RCA de 27/03/2009 (Anexo I): a Diretoria da Companhia vem propor que seja submetida à Assembléia Geral Ordinária, a ser realizada para aprovação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2008, uma proposta para a distribuição de dividendos no montante total de R$ 14.848.880,47, correspondente ao lucro líquido apurado no exercício, deduzido o montante destinado à reserva legal.

LLX Log (LLXL – NM)
DRI: Ricardo Antunes Carneiro Neto

Subscrição/Direito de preferência/Retificação

Reapresentou o seguinte Aviso aos Acionistas: comunicaram aos acionistas que a LLX Logística S.A. (Companhia), observadas as disposições legais e estatutárias aplicáveis, aprovou, por meio de deliberação de seu Conselho de Administração, aumento do capital social no montante de R$ 600.000.003,00 (seiscentos milhões e três reais), passando dos atuais de R$ 75.141.876,30 (setenta e cinco milhões, cento e quarenta e um mil, oitocentos e setenta e seis reais e trinta centavos) para R$ 675.141.879,30 (seiscentos e setenta e cinco milhões, cento e quarenta e um mil, oitocentos e setenta e nove reais e trinta centavos), mediante a emissão, para subscrição privada, de 333.333.335 (trezentas e trinta e três milhões, trezentas e trinta e três mil e trezentas e trinta e cinco) novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Referido aumento de capital será integralmente realizado dentro do limite do capital autorizado estabelecido pelo artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, conforme aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 16 de março de 2009. As novas ações da Companhia são em tudo idênticas às atualmente existentes e será garantido aos atuais acionistas o direito de preferência na subscrição das novas ações, nos termos do disposto no artigo 171 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e posteriores alterações (Lei 6.404). Fica aberto, portanto, a partir de 30 de março de 2009, o prazo de 30 (trinta) dias para o exercício do direito de preferência para aquisição das novas ações pelos acionistas detentores de ações, observadas as seguintes condições: 1. Valor do Aumento de Capital: R$ 600.000.003,00 (seiscentos milhões e três reais). 2. Quantidade e Espécie de Ações a Serem Emitidas: 333.333.335 (trezentas e trinta e três milhões, trezentas e trinta e três mil e trezentas e trinta e cinco) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. 3. Data de Registro e Relação de Subscrição: os acionistas detentores de ações da Companhia em 27 de março de 2009 terão preferência para a subscrição do aumento do capital sobre as ações idênticas às que forem detentores na proporção de 0,929818404 nova ação ordinária, nominativa, escritural e sem valor nominal para cada 1 (uma) ação ordinária de emissão da Companhia que possuírem na referida data, perfazendo o percentual de 92,9818404%. 4. Negociação Ex-Direitos: as ações adquiridas a partir de 30 de março de 2009, inclusive, não farão jus ao direito de preferência pelo acionista adquirente. A partir de 30 de março de 2009, as ações de emissão da Companhia serão negociadas ex-subscrição. 5. Preço de Emissão: preço de emissão o preço de emissão de R$ 1,80 (um real e oitenta centavos) de cada uma das novas ações ordinárias da Companhia emitidas no âmbito do aumento do capital social da Companhia aprovado na reunião de Conselho de Administração realizada em 16 de março de 2009, foi determinado nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações e representa um ágio de 27% sobre a média ponderada pelo volume dos 60 dias de negociação que antecederam a aprovação do referido aumento. 6. Dividendos e Outros Direitos: as ações ordinárias objeto do presente aumento de capital da Companhia farão jus a todos os direitos e benefícios deliberados e declarados pela Companhia a partir da data de subscrição das respectivas ações, inclusive recebimento integral de dividendos, juros sobre capital próprio e eventual remuneração de capital que vierem a ser distribuídos pela Companhia. 7. Prazo para o Exercício do Direito de Preferência na Subscrição: o prazo para exercício do direito de preferência na subscrição de ações terá início em 30 de março de 2009 e término em 28 de abril de 2009, inclusive. 8. Cessão de Direito de Preferência na Subscrição: o direito de preferência poderá ser livremente cedido pelos acionistas da Companhia a terceiros, nos termos do artigo 171, parágrafo 6º, da Lei 6.404. 9. Subscrição de Ações e Negociação de Direitos de Subscrição: os detentores de ações da Companhia poderão solicitar junto à corretora de sua preferência a respectiva subscrição ou preencher os respectivos boletins de subscrição que poderão ser solicitados em qualquer agência do Banco Itaú S.A. (Banco Itaú), insti-

Informativo BM&FBovespa - continuação

tuição financeira depositária das ações escriturais da Companhia, dentro do prazo que se inicia em 30 de março de 2009 e termina em 28 de abril de 2009. Os acionistas que desejarem negociar seus direitos de subscrição durante o prazo do exercício do direito de preferência poderão fazê-lo, devendo os acionistas solicitar o respectivo boletim de cessão de direitos, que será emitido pelo Banco Itaú, ou dar instrução à sua corretora para negociação diretamente em bolsa de valores. Uma vez emitido um boletim de cessão de direitos, e havendo sua efetiva alienação, será exigida a correspondente declaração no verso do boletim de cessão de direitos com a firma do cedente reconhecida em cartório. Os acionistas deverão manifestar o seu interesse na reserva das sobras no boletim de subscrição de ações correspondente. 10. Forma de Pagamento: o pagamento será feito à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição. 11. Procedimento de Sobras: após o término do prazo para o exercício do direito de preferência, os acionistas que manifestarem interesse na reserva de sobras no boletim de subscrição terão o prazo de 7 (sete) dias seguintes à apuração das sobras, a ser informada pelo Banco Itaú, para a subscrição de sobras, nos termos disposto no artigo 171 da Lei 6.404. 12. Documentação para Subscrição de Ações e Cessão de Direitos – Pessoa física: Carteira de Identidade, Cadastro de Pessoa Física junto ao Ministério da Fazenda (CPF/MF) e comprovante de endereço. Pessoa Jurídica: Contrato Social ou Estatuto Social e a Ata de Assembléia que elegeu os administradores em exercício, devidamente arquivada no órgão competente de Departamento Nacional do Registro de Comércio (DNRC) e comprovante de endereço. No caso de representação por procuração, será necessária a apresentação do respectivo instrumento público de mandato com firma reconhecida. 13. Local de Atendimento: Nas corretoras de valores mobiliários e nas agências do Banco Itaú. 14. Homologação: após a efetiva subscrição das ações e a integralização deste aumento do capital social, nova reunião do Conselho de Administração da Companhia deverá ser convocada para homologar o aumento de capital, dentro do limite do capital autorizado. 15. Liquidação Física: as ações emitidas serão creditadas aos acionistas em até dois dias úteis após a homologação do aumento do capital social, no Banco Itaú. Rio de Janeiro, 27 de março de 2009.

Nota: a partir de 30/03/2009 ações escriturais ex-subscrição, direitos até 20/04/2009.

A partir de 29/04/2009 ficam liberados os negócios com os recibos de subscrição.

Lojas Renner (LREN – NM)

DRI: José Carlos Hruby

Material à disposição (Plano de Opção de Compra de Ações)

Encontra-se à disposição no site da BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br), em Mercados BOVESPA, no menu Empresas\Para Investidores\Empresas Listadas, em Informações Relevantes, o Plano de opção de compra de ações alterado na AGE de 30/03/2009.

Não Verificação de Quorum Mínimo para a Instalação da AGO/Edital de 2ª Convocação/Distribuição de Dividendo/Formas de Negociação

Devido a não verificação de quorum mínimo para a instalação da AGO do dia 30/03/2009 (conforme Aviso aos Acionistas de 27/03/2009 – ver BDI de 30/03/2009), a empresa enviou o edital de segunda convocação de AGO para o dia 15/04/2009, às 13h00, a fim de deliberar sobre as seguintes matérias: as demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 2008; proposta de destinação do lucro líquido do exercício, distribuição de dividendos; eleger os membros do Conselho de Administração e eleger os membros do Conselho Fiscal. Os acionistas encontrarão todas as informações necessárias para melhor entendimento das matérias acima, bem como modelo de procuração no Manual para Participação de Acionistas – Assembléia Geral Ordinária que está no site da Companhia www.lojasrenner.com.br/ri e no site da CVM www.cvm.gov.br. Conforme demonstrações financeiras será proposta a distribuição de dividendo no montante de R$ 8.621 mil, correspondendo à R$ 0,0709/ação.

Nota: a partir de 16/04/2009, ações escriturais ex-dividendo e as ações deixam de ser negociadas com distinção de dividendo.

Magnesita SA (MAGG-NM)/Ideiasnet(IDNT-NM)

DRIs: Maurício Lustosa de Castro/Rodin Spielmann de Sá

Demonstrações Financeiras de 31/12/2008

As demonstrações financeiras referentes ao período encerrado em 31/12/2008, encontra-se à disposição no site da BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br), Mercados BOVESPA, menu Empresas/Para Investidores/Empresas Listadas, em Informações Relevantes.

Minerva (BEEF-NM)

DRI: Carlos Watanabe

Esclarecimentos

Em atenção à consulta formulada pela BM&FBOVESPA, a empresa enviou a seguinte resposta: Em atenção ao Ofício, por meio dos quais V.Sas. solicitam esclarecimentos da Companhia em relação notícia veiculada pela agência estado - Broadcast, em 27/03/2009, informamos que as informações noticiadas foram baseadas em respostas prestadas durante a sessão de perguntas e respostas da teleconferência de resultados do dia 27 de março de 2009. Conforme indicado na ocasião, a Administração do Minerva tem por política não fornecer guidance de receita e margem aos investidores. A Administração apenas confirmou, em resposta a pergunta apresentada por um dos participantes, que em função da recuperação das exportações, é factível um cenário em que a receita [bruta/líquida] tenha um crescimento de 10 a 15% em 2009, comparado com o ano de 2008 e que a margem EBITDA permaneça estável ou com possibilidade de melhora em relação a 2008, que foi de 7,2%. Essas informações não devem ser consideradas como um guidance da Administração. Adicionalmente, a Administração informou, em resposta a outra indagação, que os dispêndios de capital (Capex) da Companhia estão estimados entre R$ 60 e 70 milhões para o exercício social de 2009. Estaremos reapresentando o IAN para constar esta informação.

MMX Miner (MMXM – NM)

DRI: Chequer Hanna Bou-Habib

Relatório Técnico de Recursos – AVG/Minerminas

O relatório técnico de recursos – AVG/Minerminas encontra-se à disposição no site da BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br), Mercados BOVESPA, menu Empresas/Para Investidores/Empresas Listadas, em Informações Relevantes.

Demonstrações Financeiras em Padrões Internacionais

As demonstrações financeiras em padrões internacionais referentes ao período encerrado em 31/12/2008, encontram-se à disposição no site da BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br), Mercados BOVESPA, menu Empresas/Para Investidores/Empresas Listadas, em Informações Relevantes.

Mont Aranha (MOAR)

DRI: Agilio Leão de Macedo Filho

Eleição de DRI

Na RCA de 30/03/2009 foi eleito para o cargo de Diretor de Relações com Investidores o Sr. Agilio Leão de Macedo Filho.

Nord Brasil (BNBR)

DRI: Luiz Henrique Mascarenhas Correa Silva

Distribuição de Dividendo e Juros sobre o Capital Próprio

Enviou o seguinte Aviso aos Acionistas: comunicaram aos acionistas que a Assembléia Geral Ordinária do Banco do Nordeste, realizada em 30.03.2009, aprovou o pagamento de dividendos à razão de R$ 0,649078926654 por ação ordinária e R$ 0,713986819319 por ação preferencial e juros sobre o capital próprio (JCP), à razão de R$ 0,538992656236 por ação ordinária e R$ 0,592891921859 por ação preferencial, que será efetivado da seguinte forma: a) por crédito em conta corrente, disponível em 14.04.2009; b) por caixa, disponível a partir de 14.04.2009; c) os dividendos e JCP relativos às ações custodiadas na BM&F BOVESPA S.A. serão pagos à mesma, em 14.04.2009, que os repassará aos acionistas titulares por intermédio das corretoras depositantes. Tendo em vista o disposto na legislação vigente, deverá ser observado que: as ações negociadas até 30.03.2009 farão jus aos dividendos e JCP declarados; - a partir de 31.03.2009, os negócios com ações deste Banco deverão ser realizados ex-dividendos e ex-juros sobre o capital próprio; os processos referentes às negociações realizadas até o dia 30.03.2009 deverão ser entregues neste Banco, até o dia 09.04.2009, para que os benefícios sejam pagos aos respectivos cessionários. Os processos de transferências entregues após 09.04.2009, bem como os inadequadamente instruídos, terão os dividendos e JCP pagos aos respectivos cedentes; com vistas à preparação dos cálculos e atribuição dos citados dividendos e JCP, estarão suspensas as transferências de ações no período de 31.03.2009 a 14.04.2009; os dividendos e JCP serão atualizados pela Taxa Selic de 31.12.2008 até 14.04.2009; além do imposto de renda incidente sobre a atualização mencionada na alínea anterior, haverá retenção de imposto de renda na fonte sobre o valor nominal do JCP de acordo com a legislação vigente, exceto para os acionistas dispensados da referida tributação e que comprovem esta condição até 09.04.2009. Comunicaram, ainda, que os acionistas deverão atualizar os seus registros cadastrais, em quaisquer de nossas agências, devendo ser apresentadas cópias dos documentos CPF, Identidade e comprovante de endereço, se pessoa física, ou contrato social/estatuto e prova de representação, se pessoa jurídica. Enviou, ainda, o seguinte comunicado ao mercado: em complemento ao comunicado de 16/03/2009, informamos os valores dos Juros sobre o Capital Próprio (JCP) por ações, atualizados do dia 31/12/2008 a 30/03/2009, relativos ao exercício de 2008: JCP de R$ 0,554446653675599 por ação ordinária; JCP de R$ 0,609891319042541 por ação preferencial. Do mesmo modo, informamos os valores dos dividendos por ações, atualizados do dia 31/12/2008 a 30/03/2009, relativos ao exercício de 2008: Dividendos de R$ 0,667689317639024 por ação ordinária; Dividendos de R$ 0,734458249402514 por ação preferencial.

Nota: a partir de 31/03/2009 ações escriturais ex-dividendo e ex-juros.

Patagonia (BPAT)

DRI: Emilio Carlos G. Moreno

Aquisição de Ações

Enviou o seguinte comunicado ao mercado: o Banco Patagonia S.A. (Banco), informou aos seus acionistas e ao mercado em geral, em cumprimento ao artigo 3º, inc. 23 do Capítulo XXI do Livro 6º da Resolução Geral da CNV Nº 368 (T.O. 2001), que adquiriu ações próprias emitidas pelo Banco, nos termos do artigo 68 da Lei 17.811 (agregado pelo Decreto 677/2001) e das normas da Comissão Nacional de Valores. Neste sentido, o Banco informou que nesta data adquiriu 170.000 ações ordinárias, escriturais Classe B, de valor nominal $ 1 (um peso) por ação e com direito a 1 (um) voto cada uma, a um preço médio de Ps. 1,53849 por ação, por um valor total de Ps. 261.543,30.

PDG Realt (PDGR-NM)

DRI: Michel Wurman

Fato Relevante

A Empresa enviou o seguinte fato relevante: a PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações (Companhia), considerando o Ofício CVM no. 093/2009 recebido pela Companhia, comunicar sua expectativa (guidance) de lançamentos de R$ 2,0-3,0 bilhões de Volume Geral de Vendas pro rata PDG Realty (VGV) para o ano de 2009 e de R$400milhões de VGV para o 1º trimestre de 2009. A Companhia manterá seus acionistas e o mercado informados acerca da evolução dos dados acima citados. Mais informações sobre a Companhia e suas atividades em www.pdgrealty.com.br/ri.

Providencia (PRVI-NM)

DRI: Eduardo Feldmann Costa

Deliberações de RCA/Proposta à AGO (Distribuição de Dividendo)

Na RCA de 23/03/2009 foram aprovados, entre outros assuntos, o relatório de administração e as demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31/12/2008, a ser submetido à AGO; destinação do lucro Líquido do Exercício de 2008, a ser submetida à Assembléia Geral Ordinária, no valor de R$ 40.281.729,55, da seguinte forma: (a) reserva Legal: R$ 2.014.086,48 ; (b) Dividendos: R$ 9.566.910,77; (c) reserva para Efetivação de Novos Investimentos: R$ 28.700.732,30. Foi aprovado, ainda, o estudo técnico de viabilidade da recuperação do ativo fiscal diferido.

Material de Apresentação

O material de apresentação sobre os resultados do período encerrado em 31/12/2008 encontra-se à disposição no site da BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br), em Mercados BOVESPA, no menu Empresas\Para Investidores\Empresas Listadas, em Informações Relevantes.

Rio Gde Ener (RGEG)

DRI: Luis Enrique Ferreira Pinto

Material à disposição (Informações Resumidas Notas Promissórias)

Encontra-sem à disposição no site da BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br), Mercados BOVESPA, menu Empresas/Para Investidores/Empresas Listadas, em Informações Relevantes, as Informações Resumidas referentes à distribuição pública de Notas Promissórias Comerciais da 3ª emissão.

Sid Nacional (CSNA)

DRI: Otávio de Garcia Lazcano

Bloqueio de Dividendo

Enviou o seguinte fato relevante: a Companhia Siderúrgica Nacional informou que após o anúncio de distribuição de dividendos foi surpreendida pela ordem do juiz da 6ª Vara de Execuções Fiscais Federais da Justiça Federal do Rio de Janeiro de bloqueio online do montante equivalente a R$ 799.371.956,41. A Companhia está tomando todas as medidas para liberar o bloqueio e pagar a totalidade dos dividendos anunciados. Nesse contexto, a Companhia pagará no dia 2 de abril de 2009, sem atualização monetária, o valor de R$ 700.628.043,59, do total de R$ 1.500.000.000,00 deliberado no último dia 24 de março e tão logo obtenha sucesso no desbloqueio efetuará o pagamento do saldo. Assim, os acionistas detentores de posição acionária em 24/03/2009, farão jus ao recebimento dos dividendos à razão R$ 0,923496 por ação do capital social em circulação naquela data, não incidindo imposto de renda na fonte – IRRF, conforme legislação em vigor. Locais de atendimento aos acionistas: Agências do Banco Itaú S.A., seção de atendimento aos acionistas, no horário bancário.

Sofisa (SFSA – N2)

DRI: Gilberto Maktas Meiches

Rescisão do Contrato Firmado com o Formador de Mercado

Enviou o seguinte comunicado: o Banco Sofisa S.A. (Sofisa - códigos BOVESPA SFSA3 e SFSA4) vem, por meio deste, comunicar aos seus acionistas e ao mercado que solicitou ao Banco UBS Pactual S.A. (UBS) a rescisão do contrato firmado com aquela instituição financeira para exercer a função de formador de mercado (market maker) das ações do Sofisa no âmbito BOVESPA, e que, respeitando o período mínimo previsto para notificação o referido contrato de prestação de serviços vigorará por mais trinta dias corridos e se encerrará em 29 de abril de 2009. Ressaltamos que durante o período que o UBS prestou serviços ao Sofisa, sua conduta e relacionamento foram totalmente profissionais e éticos, respeitando estritamente os ditames legais que regulam a atividade de formador de mercado. Contato Relações com Investidores: Adriana Sarinho – Gerente de Relações com Investidores, Fones: (55) 11 3176-5836/5834, ri@sofisa.com.br.

Sultepa (SULT)

DRI: Angelo Lucio Villarinho da Silva

Demonstrações Financeiras de 31/12/2008

A íntegra das demonstrações financeiras referentes ao período encerrado em 31/12/2008, encontra-se à disposição no site da BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br), Mercados BOVESPA, menu Empresas/Para Investidores/Empresas Listadas, em Informações Relevantes.

Suzano Papel (SUZB - N1)

DRI: André Dorf

Debêntures da 3ª Emissão, 1ª Série, Ex-Juros/Retificação

Em 01/04/2009 a Suzano Papel e Celulose S.A. pagará juros, no valor de R$ 108,745385 por debênture, não conversíveis, da 3ª emissão, 1ª série, emitidas em 01 de abril de 2004. Nota: a partir de 01/04/2009 debêntures da 3ª emissão, 1ª série, ex-juros.

Telefonica (TEFC)

DRI: Gilmar Roberto Pereira Camurra

DF em Padrões Internacionais do Período Encerrado em 31/12/2008

As demonstrações financeiras em padrões internacionais referentes ao período encerrado em 31/12/2008 encontram-se à disposição no site da BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br), em Mercados BOVESPA, no menu Empresas\Para Investidores\Empresas Listadas, em Informações Relevantes.

Tex Renaux (TXRX)

DRI: Marcio L. Bertoldi

Deliberações de AGE/Homologação de Subscrição

Na AGE de 30/03/2009 foi deliberado: Deliberações – 5.1 Tendo em vista o resultado da subscrição das ações decorrentes do aumento do capital social deliberado em 03 de fevereiro de 2009, publicado na imprensa oficial em 17 de março de 2009, homologar o aumento do capital social da Companhia, no montante de R$ 7.498.283,21 (sete milhões, quatrocentos e noventa e oito mil, duzentos e oitenta e três reais e vinte um centavos), mediante a emissão de 25.856.149 (vinte e cinco milhões, oitocentos e cinqüenta e seis mil, cento e quarenta e nove) novas ações, sendo 8.841.284 (oito milhões, oitocentos e quarenta e uma mil, duzentas e oitenta e quatro) ordinárias e 17.014.865 (dezessete milhões, quatorze mil, oitocentas e sessenta e cinco) preferenciais, todas escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R$ 0,29 (vinte e nove centavos) por ação, fixado nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, III, da Lei 6.404/76. As ações subscritas foram integralizadas à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional e em créditos detidos contra a Companhia e por ela reconhecidos, nos termos dos respectivos boletins de subscrição mantidos no Banco Bradesco S.A. 5.2. Tendo em vista o aumento de capital ora homologado, o capital social da Companhia passa de R$ 687.936,95 (seiscentos e oitenta e sete mil, novecentos e trinta e seis reais e noventa e cinco centavos) para R$ 8.186.220,16 (oito milhões, cento e oitenta e seis mil, duzentos e vinte reais e dezesseis centavos), sendo representado por 42.592.810 (quarenta e dois milhões, quinhentas e noventa e duas mil, oitocentas e dez) ações, das quais 14.566.031 (quatorze milhões, quinhentas e sessenta e seis mil e trinta e uma) são ações ordinárias e 28.026.779 (vinte e oito milhões, vinte e seis mil, setecentas e setenta e nove) são ações preferenciais, todas escriturais e sem valor nominal. 5.3. Autorizar a Companhia a aumentar seu capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de R$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de reais), sendo competente o Conselho de Administração para deliberar sobre as emissões e suas condições dentro do limite acima referido. 5.4 De forma a refletir as deliberações acima aprovadas, alterar o artigo 5º do Estatuto Social, o qual passará a vigorar com a seguinte redação: artigo 5º - O capital social é de R$ 8.186.220,16 (oito milhões, cento e oitenta e seis mil, duzentos e vinte reais e dezesseis centavos), dividido em 42.592.810 (quarenta e dois milhões, quinhentas e noventa e duas mil, oitocentas e dez) ações, sendo 14.566.031 (quatorze milhões, quinhentas e sessenta e seis mil e trinta e uma) ações ordinárias e 28.026.779 (vinte e oito milhões, vinte e seis mil, setecentas e setenta e nove) ações preferenciais, escriturais, sem valor nominal. Parág. 1º - A companhia fica autorizada a aumentar seu capital social até o limite de R$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de reais), com a emissão de ações ordinárias e/ou preferenciais, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, ao qual competirá estabelecer as condições da emissão, inclusive preço e prazos para integralização. Parag. 2º - As ações em sua totalidade, serão emitidas sob a forma escritural, sem emissão de certificados, mantidas em conta de depósito em nome dos titulares em instituição financeira Autorizada. Parag. 3º - A Instituição Financeira depositária, poderá, se autorizada pela companhia, cobrar dos acionistas o custo dos serviços de desdobramento e transferência de posição das ações, sempre que por estes solicitados. Parag. 4º - O aumento do capital decorrente da correção monetária do capital social, dependerá de deliberação da assembléia geral que decidirá, em cada aumento, se a capitalização se procederá mediante emissão ou não de ações, e só será obrigatório quando o saldo da conta relativa à correção do capital social ultrapassar a 50% (cinqüenta por cento) do capital social. Parag. 5º - Quando o aumento do capital social gerar ações, a distribuição destas, obedecida à forma prevista no parágrafo 2º deste artigo, será efetuada no prazo máximo de 60 dias a contar da data da publicação da ata da Assembléia Geral que autorizar. 5.5 Conforme última Assembléia Geral Extraordinária realizada em 03.02.2009, consignar que foram apresentados esclarecimentos aos acionistas sobre a origem e a evolução dos créditos utilizados na integralização do aumento do capital, bem como disponibilizado laudo de acompanhamento da evolução dos referidos créditos, os quais foram devidamente auditados pela Actus Auditores Independentes S.A.. 5.6 Registrar em ata a explanação da Diretoria de que, com o aumento de capital social, foi concluída a primeira fase da reestruturação financeira da Companhia. A Diretoria permanecerá trabalhando junto a credores na negociação de seus créditos e em outras alternativas para a solução de seu passivo, o que pode incluir pedido de recuperação judicial ou extrajudicial, na forma da legislação aplicável, conforme melhor convir a Companhia, seus acionistas e credores.

Nota: A partir de 31/03/2009 deixam de ser negociados os recibos de subscrição.

Homologação de Subscrição

Enviou o seguinte fato relevante: em cumprimento ao disposto no artigo 157, parágrafo 4º, da Lei 6.404/76, e na Instrução CVM 358/02, a D&D Administradora de Bens Ltda. (D&D), em conjunto com a Têxtil Renauxview S.A. (Renauxview), comunicam aos acionistas da Renauxview, à CVM, à BOVESPA e ao mercado em geral que: Na Assembléia Geral Extraordinária da Renauxview realizada em 30.03.09 foi homologado o aumento do capital social em R$ 7.498.283,21, mediante a emissão de 25.856.149 novas ações, sendo 8.841.284 ordinárias e 17.014.865 preferenciais, todas escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R$ 0,29 por ação, fixado nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, III, da Lei 6.404/76. As ações subscritas foram integralizadas à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional e em créditos detidos contra a Renauxview e por ela reconhecidos. Desta forma, o capital social passou a ser de R$ 8.186.220,16, dividido em 42.592.810 ações, sendo 14.566.031 ordinárias e 28.026.779 preferenciais. Conforme comunicado divulgado pela Renauxview em 09.03.09, tendo a Breda Participações Ltda. Cedido gratuitamente à D&D seu direito de preferência à subscrição das novas ações, a D&D, aderindo à proposta da administração da Renauxview para conversão de créditos em capital, subscreveu 25.848.093 ações, sendo 8.840.048 ordinárias e 17.008.045 preferenciais, pelo preço total de R$ 7.495.946,97, tendo integralizado-as mediante o aproveitamento de créditos líquidos e certos, nesse mesmo montante, detidos pela D&D contra a Renauxview. Tendo em vista que o aumento do capital social foi homologado pelo valor de R$ 7.498.283,21 (superior ao valor mínimo fixado para a validade do aumento), a D&D passou a ser titular de ações representativas de 61% do capital social total da Renauxview, detendo 61% das ações ordinárias e 61% das ações preferenciais. A D&D é uma sociedade limitada, com sede em São Martinho, estado de Santa Catarina, na Estrada Geral de São Martinho Alto, s/, CNPJ/MF 04.683.195/0001-72, cujo objeto social é a participação em outras sociedades e a administração de bens próprios. Por fim, a D&D declara que, por ora, não tem intenção de promover o fechamento do capital social da Companhia no período de 1 ano a contar desta data.

Nota: A BM&FBOVESPA está consultando a empresa se haverá operação de recompra de ações extensiva aos minoritários.

Tractebel (TBLE – NM)

DRI: Manoel Arlindo Zaroni Torres

Material à Disposição

Encontra-se à disposição no site da BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br), em Mercados BOVESPA, no menu Empresas\Para Investidores\Empresas Listadas, em Informações Relevantes, o Prospecto Preliminar do Primeiro Programa de Distribuição Pública de Debêntures Simples, o Suplemento Preliminar ao Prospecto do Primeiro Programa de Distribuição Pública de Debêntures Simples da Terceira Emissão e o Aviso ao mercado.

XX Novembro (VDNS)

DRI: Itamar Benigno Filho

Demonstrações Financeiras do Período Encerrado em 31/12/2008

As demonstrações financeiras referentes ao período encerrado em 31/12/2008 encontram-se à disposição no site da BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br), Mercados BOVESPA, menu Empresas/Para Investidores/Empresas Listadas, em Informações Relevantes.

FDC FurnasII (FRND)

DR: Sérgio de Oliveira

Amortização de Cotas

A BEM DTVM Ltda., na qualidade de administradora do Fundo, informou que efetuará, em 31/03/2009, o pagamento de amortização aos investidores que detinham cotas do Fundo em 30/03/2009.

Juros	Amortização	Total
R$ 3,5097008	R$ 11,7050290	R$ 15,2147298

Nota: desde 31/03/2009 cotas seniores ex-amortização.

FDC Marc Fin (FMCP-MB)

DR: Sergio de Oliveira

Amortização de Cotas

A BEM DTVM Ltda., na qualidade de administradora do Fundo, informou que efetuará, em 31/03/2009, o pagamento de amortização aos investidores que detinham cotas do Fundo em 30/03/2009.

Juros	Amortização	Total
R$ 19,1256359	R$ 208,33333333	R$ 227,4589692

Nota: desde 31/03/2009 cotas seniores ex-amortização.

Tam S.A. (TAMM-N2)

DRI: Líbano Miranda Barroso

Divulgação dos Resultados do 4T08 e APIMEC

A empresa enviou o seguinte: a Tam S.A. (BOVESPA: TamM4, Nyse:Tam) anunciará seus resultados do quarto trimestre de 2008 (4T08) no dia 31/3/2009. As informações estarão disponíveis no site www.tam.com.br/ri, na CVM (Comissão de Valores Mobiliários) e SEC (Securities and Exchange Commission) antes da abertura do mercado. As teleconferências em português e inglês serão realizadas na terça-feira, dia 31 de março às 11:00h e 12:30h respectivamente. A Tam promoverá reuniões com analistas e investidores em São Paulo no dia 02 de abril de 2009.

Português
31 de março de 2009
11h (horário de Brasília)
10h (horário de Nova York)
Tel.: 0800 891-5822
Código: 70564824
Replay: Tel.: +1 617-801-6888
Disponível de 31/03/2009 até 07/04/2009
Código: 90072409

Inglês
31 de março de 2009
12h30 (horário de Brasília)
11h30 (horário de Nova York)
Tel.: +1 857 350 1674
Senha: 35540875
Replay: Tel.: +1 617-801-6888
Disponível de 31/03/2009 até 07/04/2009
Código: 91795866

Apimec-SP
2 de abril de 2009
8h30 (horário de Brasília) - Café de recepção
9h (horário de Brasília) - Início da Apresentação
Local: Academia de Serviços Cmte. Rolim Adolfo Amaro
Endereço: Rua Ática, 673 – Jardim Brasil*
Cidade: São Paulo – SP
RSVP por telefone (11) 3107-1571 ou por e-mail: apimecsp@apimecsp.com.br

Tam S.A. (TAMM - N2)

DRI: Líbano Miranda Barroso

Deliberações de RCA/Orçamento de Capital

Na RCA de 27/03/2009 foram tomadas as seguintes deliberações: aprovados as demonstrações financeiras, o relatório da administração e as contas relativas ao exercício encerrado em 31/12/2008, sendo o resultado do exercício destinado à conta de prejuízo. Foi, ainda aprovado o orçamento de capital, na forma do Anexo 1. Anexo 1 – Ata de reunião do Conselho de Administração da Tam S.A. de 27 de março de 2009

Orçamento de capital para 2009:
{a} Disponibilidades em caixa e/ou empréstimos (estimado)
{b} Expansão de frota – PDP's (estimado)
{c} Investimentos em CAPEX (estimado)

Fontes de Recursos (R$ milhões)
Complementação de recursos financeiros conforme nota explicativa: {a} 380 {a}
Total: 380

Aplicações de Recursos (R$ milhões)
Investimentos previstos na expansão de frota (PDP's): 135 {b}
Outros investimentos em bens de imobilizado: 245 {c}
Total: 380

Trafo (TRFO)

DRI: Marcos A. Perillo

Manifesta-se sobre oscilação de ações de sua emissão

Indagada pela BMF&BOVESPA a respeito das últimas oscilações registradas com as ações de sua emissão, conforme abaixo, a empresa enviou o seguitne comunicado: Em atenção ao vosso ofício OFÍCIO/GAE 511/09 e 532/09, recebidos em 26 e 27 do corrente, o qual transcrevemos parcialmente: Tendo em vista as últimas oscilações registradas com as ações de sua emissão, conforme quadros abaixo, vimos solicitar que nos seja informado com a maior brevidade possível, se há algum fato, do conhecimento de V.S.as., que possa justificá-las.

Ações PN – Preços (R$ por ação)

Dia	Mínimo	Máximo	Último	Osc. %
3/3/2009	2,03	2,05	2,05	0
4/3/2009	2,10	2,10	2,10	2,43
6/3/2009	2,00	2,00	2,00	-4,76
9/3/2009	2,00	2,20	2,20	10
10/3/2009	2,10	2,20	2,20	0
11/3/2009	2,15	2,15	2,15	-2,27
13/3/2009	2,20	2,30	2,20	2,32
16/3/2009	2,05	2,05	2,05	-6,81
20/3/2009	2,05	2,05	2,05	0
26/3/2009	2,15	2,40	2,35	14,63

Ações ON – Preços (R$ por ação)

Dia	Mínimo	Máximo	Último	Osc. %
6/3/2009	2,05	2,07	2,05	1,48
13/3/2009	2,05	2,05	2,05	0
19/3/2009	2,02	2,02	2,02	-1,46
20/3/2009	2,02	2,02	2,02	0
24/3/2009	2,05	2,05	2,05	1,48
25/3/2009	2,00	2,52	2,52	22,92
26/3/2009	2,53	3,50	3,49	38,49

Temos a informar que a Companhia desconhece motivos que possam levar as ações ordinárias e/ou preferenciais de sua emissão terem comportamento atípico conforme ocorrido nos último dias.

Assembléias

2/4/2009

Elektro (EKTR) - AGO/E - 9h30

Aprovar as contas do exercício social/2008; a proposta de destinação do resultado e a distribuição de dividendos, relativos ao exercício de 2008. Conforme proposta da administração será submetido à assembléia o valor de R$ 168.053.187,88 para a distribuição de dividendos, já deduzidos os valores de dividendos intermediários distribuídos pela Companhia em 2008 e juros sobre capital próprio declarados no ano de 2008, sendo R$ 75.710.273,31 para os acionistas detentores de ações ordinárias, correspondendo a R$ 0,824003835 a pagar por ação e R$ 92.342.914,57 para os acionistas detentores de ações preferenciais, correspondendo este valor a R$ 0,906404219 a pagar por ação, considerando o direito à percepção de dividendos 10% maior do que o atribuído às ações ordinárias, na forma prevista no inciso II do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia. Os dividendos ora propostos serão pagos pela Companhia, em uma ou mais parcelas, conforme disponibilidade de caixa, dentro do exercício social de 2009, precedida(s) de aviso ao acionista publicado(s) para esta finalidade. Nos termos do artigo 205 da Lei 6.404/76, terão direito ao recebimento de dividendos todos aqueles acionistas detentores de ações da Companhia no momento da sua declaração, ou seja, se e quando da aprovação da distribuição dos dividendos pelos acionistas da Companhia, em assembléia geral ordinária a ser oportunamente convocada; eleição de membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração; a proposta de emissão de debêntures simples, quirografárias para distribuição pública, não conversíveis em ações totalizando, na data de emissão, o valor de até R$ 350.000.000,00 - que constituirá a 3ª emissão de debêntures da Companhia (3ª emissão de debêntures) - e, em caso de aprovação dessa 3ª emissão; a delegação de poderes ao Conselho de Administração da Companhia para deliberar sobre as condições de que tratam os incisos VI a VIII do artigo 59 da Lei nº 6.404/1976, conforme alterada, e a autorização para a diretoria da Companhia praticar todos e quaisquer atos necessários para a implementação da 3ª emissão de debêntures; e aprovar a proposta de emissão de notas promissórias comerciais da Companhia, no valor de até R$ 120.000.000,000 – que constituirá a 1ª emissão de notas promissórias comerciais da Companhia (1ª emissão de notas promissórias comerciais) as quais serão objeto de distribuição pública nos termos da regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários aplicável e, em caso de aprovação dessa emissão; a delegação de poderes ao Conselho de Administração da Companhia para deliberar sobre as condições de emissão, e a autorização para a Diretoria da Companhia praticar todos e quaisquer atos necessários para a implementação da 1ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais. A partir de 03/04/2009 ações escriturais ex-dividendo.

FII CSHGShop (HGBS) - AGO/E - 10h

CREDIT SUISSE HEDGING-GRIFFO CORRETORA DE VALORES S.A., inscrita no CNPJ/MF 61.809.182/0001-30, com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.830, 7º andar, Torre IV, Chácara Itaim, Cep 04543-900, cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na qualidade de Instituição Administradora do CSHG Brasil SHOPPING – FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO, convida os quotistas do Fundo para se reunirem na sede da Instituição Administradora, a fim de deliberarem sobre a aprovação das contas e das demonstrações financeiras do Fundo referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2008; alteração do Regulamento do Fundo a fim de adaptá-lo às disposições contidas na Instrução CVM 472/08; aprovação da 3ª emissão pública de quotas do Fundo prevista em Regulamento, a ser realizada no Brasil, no mercado secundário na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BOVESPA), em regime de melhores esforços, nos termos das Instruções CVM 400/03 e 472/08, com a conseqüente alteração do Regulamento do Fundo e consolidação da nova redação do Regulamento do Fundo decorrente das deliberações. Encontram-se à disposição no site da BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br), Mercados BOVESPA, menu mercado > ETFs/Fundos/Cepacs > Fundos Imobiliários, os documentos referentes às AGO/E do Fundo.

TIM Part S.A. (TCSL) – AGO/E – 11h

Prorrogação do Contrato de Cooperação e Suporte (Cooperation and Support Agreement) celebrado entre Telecom Italia S.p.A., TIM Celular S.A. e TIM Nordeste S.A., com a interveniência da Companhia; aumento do capital social da Companhia, referente ao benefício fiscal auferido pela TIM Nordeste S.A. (Controlada) em 2008, com emissão de novas ações, resultante da amortização do ágio incorporado pela Controlada no exercício de 2000, e conseqüente alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia; aumento do número máximo de membros do Conselho de Administração da Companhia, e conseqüente alteração do artigo 26 do Estatuto Social da Companhia; extinção do cargo de diretor Geral da Companhia, e conseqüente alteração do artigo 31 do Estatuto Social da Companhia e consolidação do Estatuto Social da Companhia. Aprovar demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31/12/2008; proposta da administração para destinação do resultado do exercício de 2008 e de distribuição de dividendos da Companhia; eleger os membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração e eleger os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal. Conforme deliberações da RCA de 26/2/2009 será proposta a distribuição de dividendo aos acionistas detentores de ações preferenciais no montante de R$ 171.144.430,72, sendo R$ 0,1107/ação PN. O aumento do capital social será o montante de R$ 18.761.230,44. O preço de emissão será determinado no dia imediatamente anterior à data da Assembléia Geral Extraordinária que deliberará sobre a matéria, com base na média das cotações das ações de emissão da Companhia na Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA nos dez últimos pregões anteriores à data da referida Assembléia Geral Extraordinária (ou seja, com base na média das cotações registradas nos dez pregões anteriores a 2/4/2009). Haverá um preço de emissão para as ações ordinárias e outro para as ações preferenciais, sendo ambos calculados de acordo com o critério acima. A quantidade de ações ordinárias e preferenciais a serem emitidas pela Companhia, todas escriturais e sem valor nominal, será definida no dia imediatamente anterior à data da Assembléia Geral Extraordinária que deliberará sobre a capitalização, após a determinação dos respectivos preços de emissão, sendo certo que será mantida a atual proporção das ações ordinárias e preferenciais no capital social da Companhia (34,06% de ações ordinárias e 65,94% de ações preferenciais). Será assegurado aos acionistas da Companhia o direito de preferência, nos termos do parágrafo 2º do artigo 171 da Lei 6.404/76. A TIM Brasil Serviços e Participações S.A. subscreverá e integralizará, à vista, a totalidade do aumento de capital, mediante utilização dos Créditos, não havendo, portanto, sobras de ações não subscritas. Caso algum acionista decida exercer o seu direito de preferência, as importâncias por eles pagas serão entregues à TIM Brasil Serviços e Participações S.A., observada a proporcionalidade de cada um deles relativamente ao aumento de capital ora proposto. O direito de preferência deverá ser exercido no prazo de 30 dias corridos, a partir da publicação da ata da AGE que deliberará sobre a proposta de aumento de capital. As ações a serem emitidas terão direitos integrais aos dividendos e demais proventos relativos ao exercício de 2009, não fazendo jus aos dividendos e/ou demais proventos referentes ao exercício de 2008, os quais serão deliberados na AGO (ver BDI de 27/2/2009). Encontra-se à disposição no site da BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br), Mercados BOVESPA, menu Empresas/Para Investidores/Empresas Listadas, em Informações Relevantes, a ata da RCA de 26/2/2009 com a íntegra da proposta da administração. A partir de 3/4/2009, ações preferenciais escriturais ex-dividendo e ações ex-subscrição.

Trafo (TRFO) – AGO – 14h

Aprovar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 2008; destinação de resultados; eleger membros do Conselho de Administração. Em atenção à consulta efetuada pela BM&FBOVESPA a cia. informou que será proposta a distribuição de dividendo no montante de R$ 3.598.568,74 equivalente a R$ 0,079839062/ação ON e R$ 0,087822969/ação PN. A partir de 3/4/2009 ações escriturais ex-dividendos (ver BDI de 13/3/2009).

V C P (VCPA – N1) – AGE – 02/04/2009 – 14h

Alterar, nos termos da proposta da administração, o Estatuto Social da Companhia para incluir no capítulo das disposições transitórias, o artigo 34, no qual estarão previstas as regras aplicáveis à constituição do Comitê Especial Independente de que trata o Parecer de Orientação CVM 35/2008, cujo funcionamento, de caráter provisório, visa atender aos fins contemplados no referido Parecer de Orientação. Encontra-se à disposição no site da BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br), Mercados BOVESPA, menu Empresas/Para Investidores/Empresas Listadas, em Informações Relevantes, a proposta do Conselho de Administração.

3/4/2009

FDC BGN Life (BGLF) - AGC - 10h (1ª convocação)/23/04/2009 - 10h00 (2ª convocação)

A BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., na qualidade de administradora do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios BGN-Life - Crédito Consignado, convida os cotistas para se reunirem em Assembléia Geral, na sede da administradora, na Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco - SP, 2º andar, Prédio Amarelo, a fim de deliberar sobre as contas relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2008.

FDC Cesp (CSPF) - AGO - 11h

A BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., na qualidade de administradora do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Cesp, convoca os cotistas para se reunirem em Assembléia Geral na Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco - SP, Prédio Amarelo, 2º andar a fim de deliberar sobre as contas relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2008; a alteração do regulamento do fundo, especificamente em releção as definições Consumidores Livres Cedidos e Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica sua consolidação.

FDC CPTM (CPTF-MB) - AGC - 13h (1ª convocação)/23/04/2009 - 13h (2ª convocação)

A BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., na qualidade de administradora do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados Companhia Paulista de Trens Metropolitanos, convida os cotistas para se reunirem em Assembléia Geral, na sede da administradora, na Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco - SP, 2º andar, Prédio Amarelo, a fim de deliberar sobre as contas relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2008.

FDC Motorola (FMOT-MB) – AGC – 14h (1ª convocação)/23/04/2009 – 14h (2ª convocação)

A BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., na qualidade de administradora do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Motorola Industrial, convida os cotistas para se reunirem em Assembléia Geral, na sede da administradora, na Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco - SP, 2º andar, Prédio Amarelo, a fim de deliberar sobre as contas relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2008.

FDC Rural (RURC-MB) - AGC - 15h (1ª convocação)/23/04/2009 - 15h00 (2ª convocação)

A BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., na qualidade de administradora do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Rural Consignados, convida os cotistas para se reunirem em Assembléia Geral, na sede da administradora, na Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco - SP, 2º andar, Prédio Amarelo, a fim de deliberar sobre as contas relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2008.

Ger Paranap (GEPA) – AGDEB (1ª Emissão) – 10h

Deliberar acerca de proposta sobre a redução do capital social da Emissora, objeto do Despacho 224 da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), de 23/01/2009, no montante de até R$ 161.000.000,00 atualmente considerado excessivo, de R$ 1.999.137.503,80 dividido em 94.433.283 ações, sendo 34.590.819 ações ordinárias e 59.842.464 preferenciais, todas nominativas escriturais, sem valor nominal, para R$ 1.838.137.503,80 sem o cancelamento de quaisquer ações representativas do capital social da Companhia, mantendo-se, ademais, inalterado o percentual de participação dos acionistas no referido capital social, tendo em vista o disposto na Cláusula 6.22, item XII, da Escritura de Emissão da 1ª Emissão e o disposto no parágrafo 3º do artigo 174, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (Lei das S.A.).

Telebras (TELB) – AGO/E – 10h

Aprovar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 2008; eleição de membros dos Conselhos de Administração e Fiscal; Homologação do Aumento do Capital Social de R$ 219.454.543,77 para R$ 419.454.543,77 aprovado pela 87ª Assembléia Geral Extraordinária de Acionistas, realizada em 19 de fevereiro de 2009; Alteração do artigo 6º do Estatuto Social (atualização do Capital Social), em decorrência da aprovação do Aumento do Capital Social; Inclusão do inciso VI, no artigo 28, do Estatuto Social da Companhia (apresentação de extrato da posição acionária atualizada). A partir de 06/04/2009 deixam de ser negociados os recibos de subscrição.

Suspensão de serviços

Empresas	Período	Serviço
Bardella	22/4/2009 a 26/4/2009	(1)
Sul América	16/3/2009 a 30/3/2009	(1)

(1) Transferência de ações.

Subscrições

Empresas	%	Em	Preço de Emissão R$/Mil	Até	Negociação de Direitos até
Gol	(1)	(1)	R$ 7,80/ação	23/4/2009	15/4/2009
LLX Log	92,9818404	TP	R$ 1,80/ação	28/4/2009	20/4/2009
VCP	(2)	(2)	R$ 19,00/ação	7/4/2009	31/3/2009
Tele Nort CL	(3)	(3)	R$ 87,61/ação ON R$ 33,00/ação PN	22/4/2009	14/4/2009

(1) ON subscreve 6,140270814% em ações ON, mais 6,859376169% em ações PN. PN subscreve 12,999646983% em ações PN. (2) ON subscreve 58,7547988% em ações ON e 52,4356872% em ações PN. PN subscreve 111,190486 % em ações PN. (3) ON subscreve1. 983,035666 em ações ON e 12.7707309 em ações PN. PN subscreve 1.995,8063969% em ações PN.

Demonstrações financeiras

Recebidas pela BM&FBovespa em 30 e 31/3/2009

Conforme Lei 6.404/76 – Dados em Reais Mil

Empresas	Período/Data Encerramento	Patrimônio Líquido	Receita Líquida	Resultado Bruto	Receita (Despesas) Financeira Líquida	Resultado de Equivalência Patrimonial	Resultado Operacional	Lucro (Prejuízo) Líquido	Número de Ações (mil)
Aetatis Sec (1)	12m Anl 31/12/2008	81.673	20.949	[illegible]0.949	1.753	-	22.355	21.079	182.008.819 (2)
Agconcessoes MB	12m Anl 31/12/2008	804.520	8.904	3.426	-49.591	304.317	194.258	194.258	111.050.752 (2)
Agconcessoes MB (3)	12m Anl 31/12/2008	804.520	2.040.003	8[illegible]9.375	-88.399	-	455.293	188.275	111.050.752 (2)
Aquilla Sec	9m Anl 31/12/2008	-1	-	-	0	-	-11	-11	10.000 (2)
Aquilla Sec (3)	9m Anl 31/12/2008	-1	-	-	0	-	-11	-11	10.000 (2)
Belapart MB (4)	12m Anl 31/12/2008	2.238	-	-	40	94	81	81	1.000 (2)
Belapart MB (4) (3)	12m Anl 31/12/2008	2.238	-	-	877	-	254	81	1.000 (2)
Betapart MB	12m Anl 31/12/2008	4.410	-	-	302	-141	84	46	2.762
Betapart MB (3)	12m Anl 31/12/2008	4.410	2.828	2.828	334	-	-48	46	2.762
Bic Monark (4)	12m Anl 31/12/2008	181.925	37.874	10.553	8.414	6.325	14.337	10.605	454.750 (2)
Bic Monark (4) (3)	12m Anl 31/12/2008	181.925	37.874	10.553	19.519	-	17.414	10.605	454.750 (2)
Cacique (4)	12m Anl 31/12/2008	188.350	475.388	1[illegible]8.931	-37.928	-9	-934	4.164	24.948
Cacique (4) (3)	12m Anl 31/12/2008	188.350	476.644	1[illegible]9.902	-37.806	-	-707	4.164	24.948
Calais Part MB	12m Anl 31/12/2008	-37	-	-	-3	-	-37	-37	24.090.249 (2)
Capitalpart MB	12m Anl 31/12/2008	675	-	-	-21	-145	-316	-316	7.960.406 (2)
Capitalpart MB (3)	12m Anl 31/12/2008	675	-	-	-28	-	-321	-316	7.960.406 (2)
Ceee-D MB	12m Anl 31/12/2008	24.870	1.602.359	2[illegible]4.916	42.660	-	27.716	15.908	387.229.829
Ceee-Gt MB	12m Anl 31/12/2008	434.781	597.629	3[illegible]0.035	-61.363	4.554	166.046	123.896	387.229.828
Celpa (4)	12m Anl 31/12/2008	1.109.367	1.263.611	3[illegible]3.195	-114.221	-	68.704	38.767	63.851
Cemat (4)	12m Anl 31/12/2008	1.129.436	1.249.633	3[illegible]6.324	-109.247	-	137.358	84.561	118.853
Cemig N1 (4)	12m Anl 31/12/2008	9.351.634	488	488	58.256	2.076.034	2.016.332	1.887.035	496.089
Cemig N1 (3)	12m Anl 31/12/2008	9.351.634 (5)	10.890.319	4.0[illegible]7.171	-93.629	-	3.290.987	1.887.035	496.089
Cent Amapa	12m Anl 31/12/2008	-59.880	-	-	-	-166.088	-166.149	-166.149	1.697.423 (2)
Cent Corumba	12m Anl 31/12/2008	-35.945	-	-	-	-57.576	-57.670	-57.670	27.208.805 (2)
Cent Logist	12m Anl 31/12/2008	83.712	-	-	-	-17.847	-18.002	-18.002	103.127.143 (2)
Cent Min-Rio	12m Anl 31/12/2008	804.791	-	-	-	-132.413	-132.460	-132.460	492
Cims	12m Anl 31/12/2008	9	-	-	2	-	-31	-31	366.243 (2)
Coari Part MB	12m Anl 31/12/2008	3.271.872	-	-	-5	15.013	14.953	14.953	327.112.477
Coari Part MB (3)	12m Anl 31/12/2008	3.271.872	-	-	22.673	-	22.614	14.953	327.112.477
Company (4)	12m Anl 31/12/2008	218.712	196.821	[illegible]0.099	-12.085	51.517	20.221	15.210	72.006.060 (2)
Company (4) (3)	12m Anl 31/12/2008	218.712	355.676	1[illegible]4.560	-10.355	-	24.849	15.210	72.006.060 (2)
CR2 NM	12m Anl 31/12/2008	378.570	-	-	-744	19.138	17.708	37.561	46.136
CR2 NM (3)	12m Anl 31/12/2008	378.570	230.739	[illegible]4.093	-2.052	-	25.375	37.561	46.136
Cyrela Realt NM	12m Anl 31/12/2008	2.120.949	13.593	1.584	-91.393	497.350	280.033	277.708	355.724 (6)
Cyrela Realt NM (3)	12m Anl 31/12/2008	2.120.949	2.847.441	1.0[illegible]2.580	-10.780	-42.755	441.995	277.708	355.724 (6)
Daleth Part MB	12m Anl 31/12/2008	192.351	-	-	238	11.985	14.225	10.819	91.043
Daleth Part MB (3)	12m Anl 31/12/2008	192.351	123.507	[illegible]9.130	-12.241	-37	16.503	10.819	91.043
Dinamica Ene MB	12m Anl 31/12/2008	12.401	-	-	900	-	751	1.229	334.424
Docas	12m Anl 31/12/2008	-34.322	-	-	36.302	-24.179	-30.426	-30.647	1.159.044 (2)
Docas (3)	12m Anl 31/12/2008	-34.322	178.822	[illegible]6.332	21.038	-	-34.554	-30.647	1.159.044 (2)
Ecodiesel NM	12m Anl 31/12/2008	104.338	351.277	[illegible]9.718	-59.267	-1.069	-197.100	-197.100	126.311
Ecodiesel NM (3)	12m Anl 31/12/2008	104.338	350.982	[illegible]0.013	-59.478	-	-197.100	-197.100	126.311
Eletron MB	12m Anl 31/12/2008	4.042	-	-	1.666	-	882	536	1.483
Eucatex	12m Anl 31/12/2008	534.546	531.966	1[illegible]0.858	-57.445	14.944	67.854	59.519	92.433
Eucatex (3)	12m Anl 31/12/2008	531.296	700.936	2[illegible]6.364	-63.955	-	65.206	59.330	92.433
Futuretel MB	12m Anl 31/12/2008	26.056	-	-	4.717	151.690	154.227	153.491	209.378
Futuretel MB (3)	12m Anl 31/12/2008	26.056	-	-	10.283	1.092	1.415	153.491	209.378
Gama Part MB	12m Anl 31/12/2008	4.537	-	-	511	110	546	422	14.176
Gama Part MB (3)	12m Anl 31/12/2008	4.537	2.186	1.569	414	-	607	422	14.176
Generalshopp NM (4)	12m Anl 31/12/2008	373.093	-	-	-6.474	12.579	-7.707	-7.707	50.480.600 (2)
Generalshopp NM (4) (3)	12m Anl 31/12/2008	373.093	86.956	[illegible]1.310	-48.940	-	-142	-7.707	50.480.600 (2)
Grucai	12m Anl 31/12/2008	496	-	-	6	1	-359	-359	87.993 (2)
Grucai (3)	12m Anl 31/12/2008	496	417	183	-120	-	-328	-330	87.993 (2)
Habitasul	12m Anl 31/12/2008	85.769	-44.925	-4.925	-276	-	-45.820	-45.820	9.133.687 (2)
Habitasul (3)	12m Anl 31/12/2008	85.769	43.263	3.905	-4.296	-	-45.038	-45.820	9.133.687 (2)
Ideiasnet NM	12m Anl 31/12/2008	189.161	-	-	1.666	2.855	-9.639	-9.639	104.252
Ideiasnet NM (3)	12m Anl 31/12/2008	189.161	877.186	1[illegible]1.327	-20.520	-	-7.416	-9.639	104.252
Ienergia	12m Anl 31/12/2008	311.604	26.354	[illegible]2.733	-25.104	-9.397	23.118	146.397	344.209
Ienergia (3)	12m Anl 31/12/2008	311.604	26.354	[illegible]2.733	-25.048	-587	23.118	146.397	344.209
Ind Cataguas	12m Anl 31/12/2008	105.146	154.903	[illegible]7.900	-793	334	12.178	9.212	145
Ind Cataguas (3)	12m Anl 31/12/2008	105.146	155.137	[illegible]8.134	-690	-	12.048	9.212	145
Inpar S.A. NM	12m Anl 31/12/2008	618.337	63.587	2.069	7.187	6.998	-74.974	-74.974	94.952
Inpar S.A. NM (3)	12m Anl 31/12/2008	618.337	566.784	1[illegible]9.314	-8.441	-	-58.546	-74.974	94.952
Invest Tur NM (4)	12m Anl 31/12/2008	690.874	-	-	71.554	-148.347	-193.184	-204.477	945
Invest Tur NM (4) (3)	12m Anl 31/12/2008	690.874	5.902	672	70.970	-	-198.238	-204.477	945
Invit Legacy MB	5m 9d Anl 31/12/2008	1.979	-	-	71	-	-21	-21	1.587.353
Le Lis Blanc NM	12m Anl 31/12/2008	154.009	195.418	1[illegible]5.011	-3.179	786	16.795	15.630	57.250
Le Lis Blanc NM (3)	12m Anl 31/12/2008	154.009	197.458	1[illegible]8.417	-3.330	-	16.834	15.630	57.250
Lojas Hering	12m Anl 31/12/2008	-11.342	1.508	976	-362	-	-402	-259	131
Longdis MB	12m Anl 31/12/2008	27	-	-	-3	-	-67	-67	1.001.000 (2)
Magnesita Sa NM	12m Anl 31/12/2008	2.114.111	1.193.862	4[illegible]3.780	-65.734	-65.939	-80.299	-53.699	213.873
Magnesita Sa NM (3)	12m Anl 31/12/2008	2.113.171	1.466.125	5[illegible]9.268	-139.125	-	-67.899	-53.861	213.873
Menezes Cort MB (4)	12m Anl 31/12/2008	4.037	28.623	[illegible]8.623	81	-	16.324	12.479	526.310 (2)
Metalfrio NM	12m Anl 31/12/2008	278.667	366.461	[illegible]6.150	18.774	-111.896	-86.755	-87.937	40.819
Metalfrio NM (3)	12m Anl 31/12/2008	278.667	724.852	[illegible]4.491	-36.506	-	-89.599	-87.937	40.819
Millennium	12m Anl 31/12/2008	380.489	220.125	5.601	-24.859	17.823	-37.970	-19.907	2.321.500
Millennium (3)	12m Anl 31/12/2008	380.489	258.465	6.779	-25.108	-538	-34.559	-19.907	2.321.500
Mmx Miner NM	12m Anl 31/12/2008	-65.071	-	-	24.330	-270.660	-848.024	-848.024	304.867
Mmx Miner NM (3)	12m Anl 31/12/2008	-65.071	652.434	2[illegible]7.380	-790.037	-	-904.150	-848.024	304.867
Moena Part MB	12m Anl 31/12/2008	242.272	-	-	16	563	-18.660	-18.660	129.619.031 (2)
Moena Part MB (3)	12m Anl 31/12/2008	242.272	105.010	6.025	2.540	-	-17.519	-18.660	129.619.031 (2)
Newtel Part MB	12m Anl 31/12/2008	45.004	-	-	9.464	303.525	306.086	306.119	691.309
Newtel Part MB (3)	12m Anl 31/12/2008	45.004	-	-	9.464	303.525	306.086	306.119	691.309
Nordon Met	12m Anl 31/12/2008	-32.125	-	-	-1.160	-	-1.124	-302	6.621.487
Nova Securit	12m Anl 31/12/2008	0	-	-	-	-	-	-	300 (2)
Opport Sec MB (4)	12m Anl 31/12/2008	341	755	755	-839	-	-174	-174	730
Opport Sudes MB	12m Anl 31/12/2008	-2	-	-	-	-	-73	-73	2.816.000 (2)
Paranapanema N1	12m Anl 31/12/2008	1.193.231	5.278	-429	-165.665	-1.235	162.238	133.014	313.798
Paranapanema N1 (3)	12m Anl 31/12/2008	1.193.231	3.481.354	1[illegible]9.539	-335.843	-	173.513	133.014	313.798
Pdg Realt NM (4)	12m Anl 31/12/2008	1.476.437	12.959	2.211	17.525	186.302	161.485	182.463	146.003
Pdg Realt NM (4) (3)	12m Anl 31/12/2008	1.476.437	1.231.159	4[illegible]3.360	12.532	9.463	245.061	182.463	146.003
Polpar	12m Anl 31/12/2008	1.626	-	-	142	-	-161	-161	74
Pq Hopi Hari (4)	12m Anl 31/12/2008	-412.669	69.786	9.698	-77.484	-	-88.229	-88.229	581.902
Providencia NM	12m Anl 31/12/2008	471.592	440.284	1[illegible]8.976	-35.297	-5.063	15.993	40.282	81.665

Demonstrações financeiras - continuação

Recebidas pela BM&FBovespa em 30 e 31/3/2009

Conforme Lei 6.404/76 – Dados em Reais Mil

Empresas	Período/Data Encerramento	Patrimônio Líquido	Receita Líquida	Resultado Bruto	Receita (Despesas) Financeira Líquida	Resultado de Equivalência Patrimonial	Resultado Operacional	Lucro (Prejuízo) Líquido	Número de Ações (mil)
Providencia NM (3)	12m Anl 31/12/2008	471.592	500.369	154.223	-46.576	-	13.549	40.282	81.665
Ret Part MB	12m Anl 31/12/2008	10.066	-	-	3.285	-	-488	-522	37.194
Sanesalto	12m Anl 31/12/2008	-1.036	3.480	2.432	-2.285	-	-1.147	-1.147	2.000.000 (2)
Santher	12m Anl 31/12/2008	153.127	713.862	255.058	-32.066	-49	74.638	48.494	17
Selectpart MB	12m Anl 31/12/2008	533	-	-	-4	-62	-145	-145	21.570.000 (2)
Selectpart MB (3)	12m Anl 31/12/2008	533	-	-	-7	-	-150	-145	21.570.000 (2)
Sondotecnica	12m Anl 31/12/2008	55.637	67.237	17.124	886	851	8.276	9.468	2.458
Sondotecnica (3)	12m Anl 31/12/2008	55.637	70.766	17.705	989	-	8.030	9.468	2.458
Springs NM (4)	12m Anl 31/12/2008	1.593.213	-	-	-67.158	-261.271	-329.446	-329.446	143.647
Springs NM (4) (3)	12m Anl 31/12/2008	1.592.636	2.882.521	353.008	-247.839	-	-362.026	-342.379	143.647
Spturis	12m Anl 31/12/2008	61.326	115.892	115.892	-2.398	-	-1.132	-1.132	4.198
Subestacao	12m Anl 31/12/2008	2.267	-	-	3.954	-	2.290	2.168	2.000 (2)
Sul 116 Part MB	12m Anl 31/12/2008	1.317	-	-	101	-	-57	-57	3.567.905
Suzano Hold	12m Anl 31/12/2008	1.172.957	-	-	25.653	-136.333	-176.729	-143.145	110.319
Suzano Hold (3)	12m Anl 31/12/2008	1.172.957	4.071.194	1.423.112	-1.547.081	-515	-670.008	-143.145	110.319
TAM S.A. N2	12m Anl 31/12/2008	628.121	-	-	-17.325	-1.348.470	-1.369.801	-1.360.107	150.183
TAM S.A. N2 (3)	12m Anl 31/12/2008	628.121	10.592.044	2.909.628	-2.670.356	-	-1.945.166	-1.360.107	150.183
Tc Securit	12m Anl 31/12/2008	13	-	-	3	-	-39	-39	100.005 (2)
Tecel S Jose	12m Anl 31/12/2008	-41.080	1.532	-2.099	1.112	-	-5.641	-14.399	12.496
Tecel S Jose (3)	12m Anl 31/12/2008	-41.080	17.617	-2.078	-3.670	-	-13.524	-14.399	12.496
Tectoy	12m Anl 31/12/2008	-11.661	38.411	14.854	197	-6.298	-15.184	-8.863	479.880.221
Tectoy (3)	12m Anl 31/12/2008	-11.661	39.974	15.117	190	-	-17.641	-8.863	479.880.221
Tegma NM	12m Anl 31/12/2008	323.597	704.789	105.841	11.232	3.134	81.135	53.010	66.002
Tegma NM (3)	12m Anl 31/12/2008	323.597	978.947	125.097	7.921	-	86.674	53.010	66.002
Teka	12m Anl 31/12/2008	-528.805	305.484	58.157	-100.761	-5.041	-121.297	-177.852	38.359.763
Teka (3)	12m Anl 31/12/2008	-528.805	305.480	57.628	-104.504	-	-122.266	-177.852	38.359.763
Telinvest MB	12m Anl 31/12/2008	10.206	-	-	3.278	-295	-827	-857	44.718
Telinvest MB (3)	12m Anl 31/12/2008	10.206	-	-	3.250	-	-853	-857	44.718
Tex Renaux	12m Anl 31/12/2008	-151.599	78.979	20.348	-39.671	-82	-39.901	-39.584	16.736
Tex Renaux (3)	12m Anl 31/12/2008	-151.599	79.035	20.404	-39.701	-	-39.852	-39.584	16.736
Triunfo Part NM	12m Anl 31/12/2008	718.011	-	-	-16.912	2.044	-51.632	-51.632	136.705
Triunfo Part NM (3)	12m Anl 31/12/2008	693.539	299.616	104.694	-117.641	-	-88.350	-89.954	136.705
Unibanco	12m Anl 31/12/2008	10.317.202	22.062.518 (7)	2.858.550 (1)	-	2.183.234	-787.786	33.560	2.734.416.904 (2)
Unibanco (3)	12m Anl 31/12/2008	10.317.202	26.268.922 (7)	7.572.795 (1)	-	12.680	476.011	33.560	2.734.416.904 (2)
Unibanco Hld	12m Anl 31/12/2008	6.138.554	-	-	-	-16.928	-37.321	-52.866	1.594.818.606 (2)
Unibanco Hld (3)	12m Anl 31/12/2008	6.138.554	7.605.255	7.605.255	-	-	419.116	-52.866	1.594.818.606 (2)
V C P N1	12m Anl 31/12/2008	4.150.405	2.271.276	504.889	-1.681.580	-184.382	-1.791.476	-1.299.214	201.361
V C P N1 (3)	12m Anl 31/12/2008	4.131.871	2.990.918	988.146	-2.224.672	664	-1.903.381	-1.310.347	201.361
Valetron MB (4)	12m Anl 31/12/2008	2.422	-	-	62	94	103	101	1.000 (2)
Valetron MB (4) (3)	12m Anl 31/12/2008	2.422	-	-	899	-	276	101	1.000 (2)
Vision Sec	12m Anl 31/12/2008	-175	1.944	91	6	-	-57	-57	1.000 (2)
Xx Novembro MB	12m Anl 31/12/2008	5.589	15.557	10.541	-9.890	-	98	98	67.762
Zain Part MB	12m Anl 31/12/2008	5.098	-	-	-13.981	-36	-14.953	-14.953	1.413.975
Zain Part MB (3)	12m Anl 31/12/2008	5.098	-	-	-13.981	-	-14.947	-14.953	1.413.975

(1) Resultado da Intermediação Financeira. (2) Número de Ações expresso em Unidades. (3) Dados Consolidados. (4) Reapresentação. (5) Retifica informação divulgada anteriormente pela empresa. (6) Retifica informações divulgadas anteriormente pela empresa. (7) Receitas da Intermediação Financeira.

Leilões

Leilão de venda de ações ordinárias da Gazola S.A. Indústria Metalurgica na BVMF em 2/4/2009

Papel/Tipo	Código	Quantidade	Preço Referência R$
Gazola ON	GAZO3F	17	2,00 por ação

Dia, horário e loca: 2/4/2009, das 15h às 15h15, no sistema eletrônico; Intermediadora: Corretora Souza Barros CT S.A. (002). A corretora informou que se tratam de frações remanescentes do processo de grupamento das ações deliberado em AGE, realizada no dia 12/9/2008 na qual foi aprovado o grupamento das ações representativas do capital social da empresa na proporção de vinte ações para uma ação da respectiva espécie. A presente oferta de venda atende às exigências referentes a procedimentos especiais, conforme ICVM 168, de 23 de dezembro de 1991. Nota da BVMF: será permitida a livre interferência de compradores e vendedores no leilão

Leilão de venda de cotas de propriedade da prefeitura de Cerro Grande do Sul no Mercado de Balcão Organizado da BVMF em 3/4/2009

Papel/Tipo	Código	Quantidade	Preço Mínimo R$
FII Torre AL CI MB	ALMI11B	30	1.250,00 por cota

Dia, horário e local: 3/4/2009, das 16h às 16h10, no sistema eletrônico; Intermediadora: Bradesco S.A. CTVM (072). A Corretora informou que se trata de cotas de propriedade da Prefeitura de Cerro Grande do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, e que a venda dessas cotas foi autorizada conforme Lei nº 1.349/2008, de 15/12/2008 e atende às exigências das Instruções CVM 286, de 31/7/98 e 318, de 15/10/99. Nota da BVMF: será permitida a livre interferência de compradores e vendedores no leilão.

Editais de leilões em análise na BVMF

Encontram-se em análise na BVMF editais de operações especiais referentes às seguintes empresas:

Abyara Planejamento Imobiliário S.A. (ABYA3) - por alienação de controle - R$ 1,20 por ação com pagamento no dia 18/2/2014 ou, a critério do acionista da Cia, ao preço de R$ 1,05 por ação à vista;
Banco Nossa Caixa ON (BNCA3) - oferta por alienação de controle - R$ 70,63 por ação;
Brasil Telecom (BRTO3) - oferta por aquisição de controle - R$ 57,76 por ação;
Brasil Telecom Participações (BRTP3) - oferta por aquisição de controle - R$ 61,63 por ação;
Companhia de Seguros Minas Brasil ON (CSMB3) - oferta por aquisição de controle e para cancelamento de registro - R$ 6,8825 por ação;
Recrusul ON (RCSL3) - oferta por alienação de controle - R$ 2,29 por ação;
Refinaria de Petróleos Manguinhos S.A. (RPMG3) - oferta por alienação de controle - R$ 0,0228856 por ação;
Renner Participações (RNPT3 e RNPT4) - oferta para cancelamento de registro - R$ 30,00 por ação.

Calendário de leilões na BVMF

Acompanhe o calendário de Leilões Especiais e Ofertas Públicas a serem realizados na BVMF:

23/04 - 42º Leilão do Funres;
25/6 - 143º Leilão do FINAM;
23/7 - 248º Leilão do FINOR;
05/11 - 43º Leilão do Funres;
10/12 - 251º Leilão do FINOR;
17/12 - 146º Leilão do FINAM.

Ações custodiadas na CBLC

Programa ADR - Posição em 31/3/2009

S.A.	Tipo	Qtde. Ações	S.A.	Tipo	Qtde. Ações
AES Tietê S.A.	ON	71.765	Duke Energy International Geracao Paranapanema S.A.	PN	34.710
AES Tietê S.A.	PN	5.817.133	Eletropaulo Metropolitana Eletricidade São Paulo S.A.	PNB N2	276.296
Agra Empreendimentos Imobiliários S.A.	ON NM	83.418	Embraer Empresa Brasileira Aeronautica S.A.	ON NM	358.600.468
ALL América Latina Logística S.A.	UNT N2	259.678	Eucatex S.A. Ind Com	PN	6.525.780
Anhanguera Educacional Participações S.A.	UNT N2	68.346	Gafisa S.A.	ON NM	57.852.518
Aracruz Celulose S.A.	PNB N1	185.874.572	Gerdau S.A.	PN N1	197.825.943
B2W Cia Global Varejo	ON ED NM	3.234.924	Globex Utilidades S.A.	ON	206.264
Bco Bradesco S.A.	PN N1	368.028.412	Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A.	Dir Pre N2	2.305.129
Bco Daycoval S.A.	PN N1	8.400	Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A.	PN Es N2	16.817.247
Bco Itaú Holding Financeira S.A.	PN N1	294.226.265	Inpar S.A.	ON NM	200.000
Bco Patagonia S.A.	DR3	1.099.817	Iochpe Maxion S.A.	ON ED NM	851.638
Bombril S.A.	PN	31.889	Jbs S.A.	ON NM	27.400
Br Malls Participações S.A.	ON NM	6.621.962	JHSF Participações S.A.	ON NM	1.531.472
Brasil Ecodiesel Ind Com Biocombustíveis Óleos Vegetais S.A.	ON NM	8.800	Klabin S.A.	PN N1	63.483.565
Brasil Telecom Participações S.A.	PN N1	85.281.375	LLX Logística S.A.	ON NM	1.434.077
Brasil Telecom S.A.	PN N1	18.418.920	Medial Saúde S.A.	ON NM	95.895
Braskem S.A.	PNA N1	18.577.454	MMX Mineração Metálicos S.A.	ON NM	1.710.280
Camargo Correa Desenvolvimento Imobiliário S.A.	ON NM	137.564	Net Serviços Comunicação S.A.	PN N2	52.282.092
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. Eletrobrás	ON N1	66.740.367	Parana Bco S.A.	PN N1	95.500
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. Eletrobrás	PNB N1	33.010.949	Perdigão S.A.	ON NM	14.651.926
Centrais Elétricas Santa Catarina S.A.	PNB N2	10.436	Petróleo Brasileiro S.A. Petrobras	ON	1.361.422.936
Cesp Cia Energética São Paulo	ON N1	167.729	Petróleo Brasileiro S.A. Petrobras	PN	1.268.066.220
Cesp Cia Energética São Paulo	PNA N1	236.898	Redecard S.A.	ON NM	2.714.560
Cia Bebidas Américas AmBev	ON	1.396.323	Rossi Residencial S.A.	ON NM	107.944
Cia Bebidas Américas AmBev	PN	44.317.254	Sadia S.A.	PN N1	75.338.399
Cia Brasileira Distribuição	PN N1	33.128.614	Santos Brasil Participações S.A.	UNT N2	1.494.500
Cia Energética Minas Gerais Cemig	ON N1	22.205	São Carlos Empreendimentos Participações S.A.	ON NM	3.300.000
Cia Energética Minas Gerais Cemig	PN N1	82.760.932	Suzano Papel Celulose S.A.	PNA INT N1	2.013.360
Cia Paranaense Energia Copel	ON N1	4.551.611	TAM S.A.	PN N2	43.352.404
Cia Paranaense Energia Copel	PNB N1	27.424.480	Tecnisa S.A.	ON NM	1.718.482
Cia Saneamento Básico Estado São Paulo Sabesp	ON NM	57.488.802	Tele Norte Leste Participações S.A.	PN	125.180.725
Cia Saneamento Minas Gerais Copasa Mg	ON I08 NM	387.495	Telecomunicações São Paulo S.A. Telesp	PN ED	234.878.340
Cia Siderurgica Nacional	ON ED	191.610.845	Telemig Celular Participações S.A.	PN	8.126.016
Cia Transmissão Energia Elétrica Paulista	ON N1	23.699	Tempo Participações S.A.	ON NM	729.000
Cia Transmissão Energia Elétrica Paulista	PN N1	67.313	TIM Participações S.A.	PN	349.872.971
Cia Vale Rio Doce	ON N1	747.944.868	Tractebel Energia S.A.	ON NM	2.317.839
Cia Vale Rio Doce	PNA N1	794.007.308	Ultrapar Participações S.A.	PN N1	12.486.725
Contax Participações S.A.	PN	1.644.310	Unibanco União Bcos Brasileiros S.A.	UNT N1	676.506.440
CPFL Energia S.A.	ON NM	19.919.685	Usinas Siderúrgicas Minas Gerais S.A. Usiminas	ON N1	45.000
Cremer S.A.	ON NM	10.042	Usinas Siderúrgicas Minas Gerais S.A. Usiminas	PNA N1	5.170.572
Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimentos Participações	ON NM	29.389.040	Vivo Participações S.A.	PN ED	89.235.779
Cyrela Commercial Properties S.A. Empreend. Participações	ON NM	3.058.992	Votorantin Celulose Papel S.A.	Dir Pre N1	52.265.459
Diagnosticos América S.A.	ON NM	10.377	Votorantin Celulose Papel S.A.	PN N1	47.888.720
Duke Energy International Geracao Paranapanema S.A.	ON	3.198	**Total Geral**		**8.268.225.057**

Capitalização Bursátil

Data	Número de Empresas	Total em R$ mil	Total em US$ mil
24/03/2009	389 Empresas	1.522.976.390,03	674.868.786,29
25/03/2009	389 Empresas	1.525.081.390,25	679.777.753,62
26/03/2009	389 Empresas	1.547.625.137,97	691.676.039,32
27/03/2009	389 Empresas	1.532.673.991,15	673.850.952,37
30/03/2009	389 Empresas	1.495.939.944,15	642.116.986,80

Custódia Fungível

Empresas em subscrição

Os agentes de custódia que pretenderem exercer o direito de subscrição e/ou solicitar cessão de direitos da(s) empresa(s) abaixo relacionada(s) deverão manifestar-se nos prazos mencionados.

Prazo Final Subscrição	Prazo Final Cessão	Empresa	Código ISIN Origem	Código ISIN Direito	Código ISIN Subscrição em	Depósito de Direitos de Subscrição
03/04/2009	06/04/2009	VCP	BRVCPAACNOR5 111	BRVCPAD010R0 111	BRVCPAACNOR5 112	-
-	-	-	BRVCPAACNPR2 111	BRVCPAD01PR7 111	BRVCPAACNPR2 112	-
17/04/2009	20/04/2009	Tele Nort CL	BRTMACACNOR6 105	BRTNCPD030R3 107	BRTNCPACNOR2 108	-
-	-	-	BRTMACACNOR6 105	BRTNCPD03PR0 110	BRTNCPACNPR9 111	-
-	-	-	BRTMACACNPA9 105	BRTNCPD03PR0 110	BRTNCPACNPR9 111	-
-	-	-	BRTMACACNPB7 108	BRTNCPD03PR0 110	BRTNCPACNPR9 111	-
-	-	-	BRTMACACNPC5 105	BRTNCPD03PR0 110	BRTNCPACNPR9 111	-
-	-	-	BRTMACACNPD3 103	BRTNCPD03PR0 110	BRTNCPACNPR9 111	-
-	-	-	BRTMACACNPE1 102	BRTNCPD03PR0 110	BRTNCPACNPR9 111	-
-	-	-	BRTNCPACNOR2 107	BRTNCPD030R3 107	BRTNCPACNOR2 108	-
-	-	-	BRTNCPACNOR2 107	BRTNCPD03PR0 110	BRTNCPACNPR9 111	-
-	-	-	BRTNCPACNPR9 110	BRTNCPD03PR0 110	BRTNCPACNPR9 111	-
20/04/2009	22/04/2009	Gol	BRGOLLACNOR7 115	BRGOLLD010R2 115	BRGOLLACNOR7 116	-
-	-	-	BRGOLLACNOR7 115	BRGOLLD02PR7 115	BRGOLLACNPR4 116	-
-	-	-	BRGOLLACNPR4 115	BRGOLLD02PR7 115	BRGOLLACNPR4 116	-
24/04/2009	27/04/2009	LLX Log	BRLLXLACNOR8 100	BRLLXLD010R3 100	BRLLXLACNOR8 101	-
A Determinar	-	Caianda Part	BRCAIAACNOR4 103	BRCAIAD020R7 103	BRCAIAACNOR4 104	-
-	-	-	BRCAIAARNPB3 100	BRCAIAG02PB1 100	BRCAIAARNPB3 101	-
-	-	Eletron	BRETROACNOR2 106	BRETROD010R7 106	BRETROACNOR2 107	-
-	-	FII Ancar Inc	BRANCRCTF001 110	BRANCRD01M18 110	BRANCRCTF001 111	-
-	-	(**) Hércules	BRHETAACNOR2 134	BRHETAD01M12 134	BRHETADB0003 100	-
-	-	-	BRHETAACNPR9 134	BRHETAD01M12 134	BRHETADB0003 100	-
-	-	Invitel	BRIVTLACNOR1 107	BRIVTLD01M17 107	BRIVTLNO10R5 100	-
-	-	Itaitinga	BRSQRMACNOR2 118	BRSQRMD120R4 118	BRSQRMACNOR2 119	-
-	-	-	BRSQRMACNOR2 118	BRSQRMG03PB7 101	BRSQRMARNPB1 102	-
-	-	-	BRSQRMARNPB1 101	BRSQRMG03PB7 101	BRSQRMARNPB1 102	-
-	-	Opport Energ	BROPHEACNOR1 104	BROPHED050R7 104	BROPHEACNOR1 105	-
-	-	PQ Hopi Hari	BRPQTMACNOR4 107	BRPQTMD080R4 107	BRPQTMACNOR4 108	-
-	-	-	BRPQTMACNPR1 105	BRPQTMD080R4 107	BRPQTMACNOR4 108	-
-	-	Tesc Term SC	BRCJENACNOR7 100	BRCJEND010R2 100	BRCJENACNOR7 101	-
-	-	-	BRCJENACNPB8 100	BRCJEND010R2 100	BRCJENACNOR7 101	-
-	-	-	BRCJENACNPB8 100	BRCJEND01PC1 100	BRCJENACNPC6 100	-

(**) A CBLC emitirá somente cessão de direitos.

Crédito de proventos - Renda variável

O Serviço de Custódia CBLC informa aos seus usuários o crédito de proventos, conforme demonstrado:

S/E	Tipo Provento	Data AGE	Exercício	Valor em R$	Data Crédito
Souza Cruz	dividendo	19/03/2009	2008	2,148615416p/ação(ON)	30/03/2009
Souza Cruz	rendimento	19/03/2009	2009	0,060481p/ação(ON)	30/03/2009
Telemig Part	jrs.cap.pr	17/12/2008	2008	0,36897634838p/ação(ON/PN)	30/03/2009
Telemig Part	dividendo	18/03/2009	2008	6,35571053796p/ação(ON/PN)	30/03/2009
Banrisul	jrs.cap.pr	06/05/2008	2009	0,11519259p/ação(ON)	31/03/2009
Banrisul	jrs.cap.pr	06/05/2008	2009	0,11519259p/ação(PNA)	31/03/2009
Banrisul	jrs.cap.pr	06/05/2008	2009	0,11519259p/ação(PNB)	31/03/2009
BRZ Invest	dividendo	24/03/2009	2008	0,28p/ação(ON)	31/03/2009
Dimed	jrs.cap.pr	23/12/2008	2008	0,513p/ação(ON)	31/03/2009
Dimed	jrs.cap.pr	23/12/2008	2008	0,5643p/ação(PN)	31/03/2009
Elekeiroz	jrs.cap.pr	23/12/2008	2008	0,1425p/ação(ON)	31/03/2009
Elekeiroz	jrs.cap.pr	23/12/2008	2008	0,1425p/ação(PN)	31/03/2009
Elekeiroz	jrs.cap.pr	04/02/2009	2009	0,012p/ação(ON)	31/03/2009
Elekeiroz	jrs.cap.pr	04/02/2009	2009	0,012p/ação(PN)	31/03/2009
Indusval	jrs.cap.pr	09/02/2009	2008	0,16046p/ação(PN)	31/03/2009

Créditos de proventos - Renda fixa

Emissor	Ativo	Vencimento	Emissão	Série	Tipo Provento	Valor em R$	Data Crédito
FDC Ourinvest	CTF	-	1ª	2ª	Amortização	0,040554160	30/03/2009
Brazilian SC	CRI	-	1ª	51ª	Juros	586,20	30/03/2009
Brazilian SC	CRI	-	1ª	51ª	Amortização	3.300,02	30/03/2009
FDC Furnas II	CTF	-	-	-	Juros	3,5097008	31/03/2009
FDC Furnas II	CTF	-	-	-	Amortização	11,705029	31/03/2009
Multi Recebíveis FIDC	CTF	-	-	-	Amortização	0,246313030	31/03/2009
FIDC Exodus	CTF	-	-	-	Amortização	11.575,33008842	31/03/2009

D = Debêntures; NP = Nota Promissória; LTN = Letra do Tesouro Nacional; LFT = Letra Financeira do Tesouro; NTNC = Nota do Tesouro Nacional - Série C; CRI = Certificados de Recebíveis Imobiliários; CTF = Cotas.

Prazo para depósito de títulos

Os detentores de títulos representativos de ações, com direito aos proventos envolvendo as empresas abaixo relacionadas, poderão efetuar o depósito junto à Custódia CBLC nos seguintes prazos:

Prazo Final	Empresa	Código	Provento	Prazo Final	Empresa	Código	Provento
01/04/2009	Banpara	BRBPARACNOR5 112	dividendo	-	-	BRDOHLACNPR9 48	dividendo
-	-	BRBPARACNOR5 112	jrs.cap.pr	-	Nord Brasil	BRBNBRACNOR8 176	dividendo
-	BRB Banco	BRBSLIACNOR5 133	dividendo	-	-	BRBNBRACNOR8 176	jrs.cap.pr
-	-	BRBSLIACNPR2 133	dividendo	-	-	BRBNBRACNOR8 176	rendimento
-	Coelba	BRCEEBACNOR3 145	dividendo	-	-	BRBNBRACNPR5 176	dividendo
-	-	BRCEEBACNPA6 139	dividendo	-	-	BRBNBRACNPR5 176	rendimento
-	-	BRCEEBACNPB4 139	dividendo	-	-	BRBNBRACNPR5 176	rendimento
-	Eletropar	BRLIPRACNOR7 105	dividendo	-	Seg Al Bahia	BRCSABACNOR1 44	dividendo
-	-	BRLIPRACNOR7 105	rendimento	-	-	BRCSABACNPR8 44	dividendo
-	LLX Log	BRLLXLACNOR8 100	subscrição	-	Tex Renaux	BRTXRXR01OR8 140	atualização
02/04/2009	521 Particip	BRQVUMACNOR0 121	jrs.cap.pr	-	-	BRTXRXR01PR5 140	atualização
-	Banco Itaú S.A	BRBITAACNOR6 100	incorporação	-	Unibanco	BRUBBRACNOR3 213	incorporação
-	-	BRBITAACNPR3 100	incorporação	-	-	BRUBBRACNPR0 213	incorporação
-	Bematech	BRBEMAACNOR0 103	dividendo	-	-	BRUBBRCDAM14 139	incorporação
-	Daycoval	BRDAYCACNOR5 107	jrs.cap.pr	-	Unibanco HL	BRUBHDACNOR0 144	incorporação
-	-	BRDAYCACNPR2 107	jrs.cap.pr	-	-	BRUBHDACNPB1 144	incorporação
-	Dohler	BRDOHLACNOR2 45	dividendo				

Depósito de bloqueios e de boletins provenientes de subscrição

Os bloqueios provenientes de subscrição, emitidos pelas instituições financeiras depositárias, e os boletins de subscrição, emitidos pelas próprias sociedades emissoras abaixo relacionadas, estão sendo aceitos para depósito a fim de atender à liquidação de operações na CBLC, observados os seguintes critérios: bloqueio emitido pela instituição financeira depositária deverá ser solicitado na condição ações subscritas a homologar; boletim emitido pela sociedade emissora deverá conter um único tipo de ação.

Empresa	Distribuição Ord.	Distribuição Pref.	Classe A	Classe B	Classe C	Classe D	AGE	Tipo
Armazens Gerais (CBAG)	027	-	-	-	-	-	28/04/2008	bloqueio
Baumer(BALM)	036	037	-	-	-	-	29/07/2008	Bloqueio
Anhanguera - AEDU	101	101	-	-	-	-	10/10/2008	bloqueio

EU& Bolsas nacionais

Ibovespa
Desempenho dos papéis do índice em 31/03/09

MELHORES

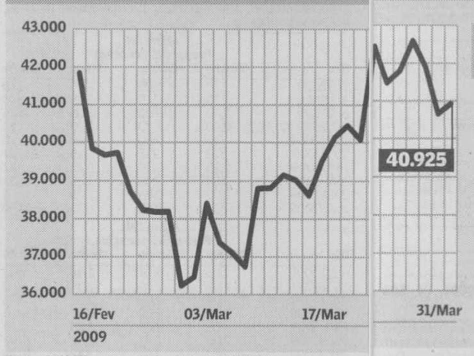
Ação	Cot. R$	Osc %
Telemar N L PNA	52,30	6,90
Embraer ON NM	7,77	5,14
Telemar PN	32,50	5,00
Usiminas PNA N1	29,50	4,79
Brasil Telec PN N1	12,90	4,79
Duratex PN N1	15,00	4,52
Bradespar PN N1	22,64	3,85
Usiminas ON N1	26,50	3,47
Gerdau Met PN N1	16,90	3,36
Sabesp ON NM	25,80	3,28

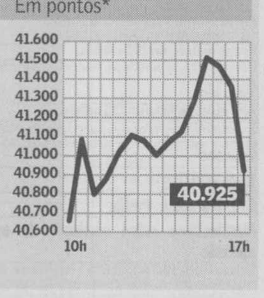
PIORES

Ação	Cot. R$	Osc %
Braskem PNA N1	4,81	-4,75
Cosan ON NM	9,64	-4,55
Tam S/a PN N2	12,70	-3,78
Light S/a ON NM	22,18	-2,59
Souza Cruz ON ED	43,75	-2,34
Vivo PN ED	30,55	-2,08
Gol PN ES N2	6,65	-2,06
Bmf Bovespa ON NM	7,03	-1,95
Petrobras ON	35,38	-1,11
Celesc PNB N2	31,31	-0,85

Fonte : BM&FBovespa
(*) Cotação por lote de mil

Ibovespa
Índice no fechamento - em pontos





Fonte: BM&FBovespa e Valor Data. * 31/03/09

Volume negociado
Destaque das operações em 31/03/09

	Negócios	Tit/mil	Part (%)	R$/mil	Part (%)
Lote Padrão	209.571	10.299.980	93,54	3.922.468	93,87
Fracionário	8.191	2.787	0,02	5.385	0,12
Demais Ativos	568	529.469	4,80	16.594	0,39
Total a Vista	**218.330**	**10.832.238**	**98,37**	**3.944.447**	**94,40**
Total Exercício	0	0	0,00	0,00	0,00
Termo	857	27.030	0,24	71.746,03	1,71
Opções Compra	44.577	150.986	1,37	139.718,87	3,34
Opções Venda	34	365	0,00	6.639,03	0,15
Total de Opções	44.660	151.360	1,37	160.621	3,84
Total Geral *	**263.869**	**11.010.633**	**100**	**4.178.421**	**100**
Partic. Ibovespa	178.376	178.693	1,62	3.369.047	80,62
Partic. IEE	15.108	7.873	0,07	203.822	4,87
Partic. IBrX	197.545	215.278	1,95	3.626.754	86,79
Partic. IBrX 50	165.515	171.954	1,56	3.177.063	76,03
Partic. IVBX-2	89.052	82.944	0,75	926.447	22,17

Fonte: BM&FBovespa. Obs.: prévia do horário regular. * Inclui, a partir de 01/08/05, o volume financeiro do Soma.

Mercado à vista
Desempenho das ações em 31/03/09

MELHORES

Ação	Cot. R$	Osc %
Habitasul PNA	3,79	26,33
Recrusul ON	9,99	25,03
Elekeiroz PN	14,99	22,86
Cobrasma PN	0,06	20,00
Quattor Petr PN	7,00	17,64
Yara Brasil PN	33,50	15,12
Haga S/a PN *	22,14	13,71
Ienergia ON	0,34	13,33
Dimed ON	31,50	12,50
Lix Da Cunha PN	2,89	9,88

PIORES

Ação	Cot. R$	Osc %
Battistella ON	0,62	-31,11
J B Duarte PN	0,03	-25,00
Grazziotin PN	6,00	-24,90
Tectoy PN *	0,06	-14,28
Celul Irani PN	20,00	-13,90
Vivo ON ED	29,40	-12,75
Tectoy ON *	0,07	-12,50
Rimet PN *	3,10	-11,42
Trisul ON NM	2,00	-11,11
Trafo ON	2,49	-11,07

Fonte : BM&FBovespa
(*) Cotação por lote de mil

Resumo das operações - índices
Evolução dos índices brasileiros em 31/03/09

	Índice*	No dia	No mês	No ano	12 meses
			Variação % em reais		
Ibovespa	40.925	0,67	7,18	8,99	-32,87
IBrX	13.807	0,55	7,40	10,11	-31,23
IBrX 50	6.175	0,41	7,92	11,34	-31,95
IEE	16.733	0,85	3,52	9,43	-0,75
IVBX-2	3.496	1,93	4,53	1,52	-32,56
FGV 100	6.522	1,43	4,07	4,07	-33,27
FGV 100-E	13.505	0,96	4,23	7,61	-23,44
			Variação % em dólares		
Ibovespa	17.677	1,30	10,11	10,01	-49,29
IBrX	5.964	1,18	10,33	11,15	-48,05
IBrX 50	2.667	1,04	10,86	12,39	-48,59
IEE	7.227	1,48	6,35	10,46	-25,02
IVBX-2	1.510	2,57	7,38	2,48	-49,05
FGV 100	2.817	2,07	6,91	5,05	-49,59
FGV 100-E	5.833	1,59	7,07	8,62	-42,16

Fonte: BM&FBovespa, FGV, Banco Central e Valor Data. * Índice em pontos no fechamento

Oscilação
Evolução dos índices em 31/03/09

	Abertura	Mínima	Máxima	Média	Fechamento
Ibovespa	40.661	40.661	41.609	41.110	40.925
IBrX	13.732	13.715	14.025	13.860	13.807
IBrX 50	6.150	6.136	6.282	6.205	6.175
IEE	16.657	16.657	16.912	16.780	16.733
IVBX-2	3.431	3.431	3.536	3.486	3.496
ISE	1.174	1.174	1.203	1.189	1.188
IGC	3.846	3.846	3.929	3.891	3.878
ITEL	1.062	1.058	1.093	1.073	1.079
ITAG	4.874	4.874	4.966	4.924	4.904
FGV 100	-	6.430	6.619	6.533	6.522
FGV 100-E	-	13.377	13.687	13.522	13.505
Ibovespa Futuro *	41.340	40.830	41.800	41.274	41.000

Fonte: BM&FBovespa, FGV e Valor Data. * Contrato de Abr/09

ADR BRASIL

Comportamento dos papéis em Nova York - em 31/03/09

Empresa	Número de ações por ADR	Código	Data do último negócio	Cotações (US$/ADR) fechamento	mínimo	máximo	Cotações em 12 meses menor	maior	Oscilações (%) no dia	no mês	no ano	Em 12 meses	Volume de títulos negociados no dia	Média no ano	Média em 12 meses
AES Tietê (O)	1	AESAY	25/03/09	6,93	-	-	2,75	12,25	-	6,13	28,81	-35,39	720	2.257	1.752
AES Tietê (P)	1	AESYY	26/03/09	8,23	-	-	4,00	11,70	-	5,51	36,94	1,87	2.300	39.554	57.025
AmBev (O)	1	ABV/C	16:58:51	38,62	38,00	39,65	29,13	72,74	0,97	11,62	6,54	-40,94	6.000	4.034	8.219
AmBev (P)	1	ABV	17:01:29	47,75	47,29	48,91	30,06	83,79	0,97	18,02	7,76	-36,78	785.983	778.015	920.757
Aracruz (P)	10	ARA	17:02:11	6,60	6,56	6,81	5,29	92,22	0,46	-7,43	-41,49	-90,33	406.293	562.859	638.490
Banco Bradesco (P)	1	BBD	17:01:47	9,90	9,83	10,16	7,40	25,24	2,06	13,53	0,30	-46,51	8.818.295	11.310.214	11.087.206
Banco Itaú (P)	1	ITU	17:02:02	10,88	10,88	11,32	6,70	25,77	-1,00	18,52	-6,21	-39,99	11.272.865	9.688.304	9.162.608
Brasil Telecom. (P)	3	BTM	17:02:26	16,58	16,03	17,16	9,49	38,55	4,41	14,66	-7,48	-49,44	68.791	88.205	166.581
Brasil Telecom. Part. (P)	5	BRP	17:04:08	36,12	35,22	37,46	22,00	85,65	2,44	15,18	-6,50	-44,82	235.662	175.577	282.330
Braskem (P)	2	BAK	17:02:13	4,11	4,11	4,42	3,64	18,45	-5,08	-5,95	-14,91	-75,77	382.513	147.575	211.238
Cemig (O)	1	CIG/C	30/03/09	11,00	-	-	9,65	21,75	-	9,45	7,32	-28,57	100	1.336	793
Cemig (P)	1	CIG	17:02:19	14,78	14,73	15,19	9,31	26,55	0,96	8,20	7,57	-16,41	1.994.970	1.185.886	1.605.403
CESP (O)	1	CSQSY	21/01/09	4,16	-	-	2,25	20,20	-	-	-4,81	-81,55	0	300	2.980
CESP (P)	1	CESDY	11/03/09	5,20	-	-	4,05	20,23	-	-2,62	-20,61	-59,85	300	469	2.346
Contax Part. (P)	0,05	CTXNY	18:20:00	0,91	0,90	0,91	0,41	1,52	2,26	11,73	20,67	-11,28	23.434	21.761	37.750
Copel (O)	1	ELPVY	18:20:00	9,40	9,40	9,40	7,35	69,14	-6,00	1,70	-3,59	-43,54	660	43.705	26.295
Copel (P)	1	ELP	17:02:03	10,43	10,23	10,54	7,80	21,86	1,66	13,49	-1,04	-36,13	457.871	345.919	491.600
CPFL (O)	3	CPL	17:00:19	40,57	39,83	41,10	34,93	77,98	3,10	3,50	3,84	-33,47	250.254	131.915	167.340
CSN (O)	1	SID	17:01:26	14,84	14,56	15,39	7,87	52,46	2,84	12,34	15,85	-58,77	4.044.892	4.609.005	4.683.655
Cyrela Brasil (O)	20	CYRBY	18:20:00	81,50	81,50	81,50	57,22	380,00	10,14	41,05	7,45	-68,36	32.300	3.807	2.631
Eletrobrás (O)	1	EBR	17:01:38	10,83	10,83	11,37	7,55	19,90	-1,72	0,28	-3,04	-29,44	475.512	373.280	261.373
Eletrobrás (P)	1	EBR/B	16:59:52	10,67	10,57	11,02	5,15	50,55	0,28	6,91	0,00	-26,16	234.843	156.169	160.898
Embraer (O)	4	ERJ	17:04:09	13,27	12,92	13,59	9,27	44,21	2,16	22,76	-18,14	-66,41	761.151	1.101.442	1.109.045
Gafisa (O)	2	GFA	17:05:09	9,99	9,88	10,32	5,33	50,07	3,42	20,94	7,88	-70,05	650.451	674.687	907.804
Gerdau (P)	1	GGB	17:06:29	5,47	5,44	5,66	4,18	26,22	1,11	4,59	-17,12	-64,21	8.377.702	8.447.428	7.358.199
Gol (P)	1	GOL	17:02:30	2,83	2,80	3,04	2,80	18,08	-1,74	-27,06	-33,10	-80,99	771.806	665.173	969.142
Iochope Maxion (O)	0,3333	IOCJY	18:20:00	1,31	1,30	1,31	1,06	7,65	2,34	-10,88	21,30	-81,47	8.565	53.584	29.822
JBS (O)	2	JBSAY	17/03/09	4,13	-	-	3,70	4,40	-	4,29	-6,14	-	700	625	1.778
Klabin (P)	10	KLBAY	18:20:00	12,20	12,15	12,25	10,60	43,90	-0,81	-2,79	-14,39	-62,69	17.268	4.207	7.946
MMX Miner. e Metal (O) - 1 GDR	1	MMXMY	18:20:00	1,50	1,47	1,50	1,09	34,60	0,00	11,11	29,01	-84,65	2.333	49.853	22.752
Net (P)	1	NETC	17:00:04	7,25	7,15	7,58	3,88	15,79	0,98	16,44	24,64	-31,44	315.666	414.716	743.602
Pão de Açúcar (P)	2	CBD	17:02:13	27,08	26,89	27,64	21,26	50,45	1,58	11,76	-1,74	-33,79	348.967	330.656	357.543
Perdigão (O)	2	PDA	17:01:24	24,81	24,64	25,65	20,86	66,81	-0,36	2,02	-5,95	-45,51	348.837	167.835	191.060
Petrobras (O)	2	PBR	17:00:54	30,47	30,47	31,54	14,73	77,61	-1,20	9,88	24,42	-40,32	21.566.642	27.559.984	24.115.535
Petrobras (P)	2	PBR/A	17:01:11	24,50	24,47	25,24	12,34	64,89	-0,73	9,47	20,04	-42,14	8.872.883	11.415.780	11.130.856
Sabesp (O)	2	SBS	17:00:46	21,35	21,35	22,70	13,89	57,46	-1,93	7,18	-11,81	-51,84	445.162	382.314	436.080
Sadia (P)	3	SDA	17:04:52	4,12	4,00	4,17	3,06	26,27	6,19	20,47	-15,92	-76,84	577.622	417.247	670.124
Suzano Papel e Celulose (O)	3	SUZBY	27/02/09	14,40	-	-	5,00	54,25	-	-	-3,55	-67,93	200	20.904	9.137
TAM (P)	1	TAM	17:02:35	5,50	5,50	5,79	5,50	25,20	-3,34	-17,42	-33,25	-71,15	787.497	424.210	859.993
Tele Norte Leste Part. (P)	1	TNE	17:00:32	13,84	13,27	14,29	9,18	23,06	2,75	14,19	10,19	-36,35	1.659.454	1.482.046	1.546.391
Telebrás (P)	1.000	TBH	16:26:54	9,79	9,40	9,79	7,36	24,28	4,48	6,43	-4,47	-47,12	2.154	11.986	15.134
Telemig Celular (P)	2	TMB	17:02:56	35,64	34,68	37,00	24,23	69,78	-2,09	-7,80	19,01	-36,92	30.800	16.608	17.582
Telesp (P)	1	TSP	17:03:33	20,78	20,34	21,25	16,75	30,68	1,61	13,06	7,06	-16,98	148.490	132.407	147.964
TIM Part. (P)	10	TSU	17:00:42	12,42	12,14	12,62	10,39	35,42	0,65	-12,35	-0,56	-61,53	295.701	491.723	491.797
Tractebel Energia (O)	1	TBLEY	18:20:00	7,38	7,31	7,45	6,50	15,41	0,27	1,65	-6,58	-40,91	153.817	22.922	17.908
Transmissão Paulista (P)	1	CTPZY	24/03/09	20,70	-	-	15,45	32,15	-	8,43	15,39	-15,85	1.400	760	3.062
Ultrapar Part. (P)	1	UGP	17:03:19	23,56	23,40	24,13	13,50	40,81	-0,59	4,43	4,76	-31,65	97.686	124.180	119.220
Unibanco (O) - 1 GDR	10	UBB	30/03/09	63,22	-	-	38,14	161,25	-	20,81	-2,17	-45,80	1.947.453	1.388.502	1.864.750
Usiminas (P)	1	USNZY	18:20:00	12,80	12,60	12,90	7,50	58,05	5,35	21,33	6,22	-66,32	263.255	34.324	48.414
Vale (O)	1	RIO	17:01:21	13,30	13,15	13,74	8,80	44,15	1,92	3,18	9,83	-61,61	30.274.256	42.981.692	36.653.188
Vale (P)	1	RIO/P	17:00:48	11,28	11,28	11,82	7,78	35,96	-0,53	1,17	5,92	-61,30	11.211.875	9.553.073	9.951.146
VCP (P)	1	VCP	17:03:33	4,38	4,38	4,80	3,53	35,06	-5,20	-8,37	-44,77	-84,64	775.846	690.272	779.210
Vivo Part. (P)	1	VIV	17:05:46	13,05	13,04	13,67	7,75	31,12	-2,17	-19,39	4,20	-45,19	2.593.177	1.543.859	1.124.411

Fonte: Bloomberg e Valor Data. (O) e (P) significam, respectivamente, ADR derivados de ações ordinárias e preferenciais.

ADR - Índices

Em 31/03/09

Índice	31/03	30/03	27/03	no fim de fev/09	dez/08	Variação – em % dia	semana	mês	ano
BNY	88,980	86,860	90,510	82,600	102,950	2,44	-1,69	7,72	-13,57
BNY Emergentes	188,690	186,170	195,210	168,380	189,040	1,35	-3,34	12,06	-0,19
BNY América Latina	206,010	205,120	214,370	190,130	202,140	0,43	-3,90	8,35	1,91
BNY Brasil	244,670	244,570	256,490	225,070	226,850	0,04	-4,61	8,71	7,86
BNY México	176,840	172,710	180,120	162,730	214,240	2,39	-1,82	8,67	-17,46
BNY Argentina	71,720	71,030	73,270	62,920	74,360	0,97	-2,12	13,99	-3,55
BNY Chile	169,050	169,160	174,990	168,290	154,410	-0,07	-3,39	0,45	9,48
BNY Índia	441,270	420,450	443,890	382,660	505,170	4,95	-0,59	15,32	-12,65
BNY Ásia	88,160	87,260	91,740	78,850	95,040	1,03	-3,90	11,81	-7,24
BNY China	269,860	266,030	279,470	238,310	282,620	1,44	-3,44	13,24	-4,51
BNY Rússia	602,260	597,430	633,290	506,440	583,320	0,81	-4,90	18,92	3,25
BNY Turquia	58,060	56,790	55,940	58,210	68,880	2,24	3,79	-0,26	-15,71

Fonte: The Bank of New York Mellon e Valor Data.

Bolsa de Valores de São Paulo

Mercado à vista

Cód.	Emp./Ação	Abert. (Preços R$)	Mín.	Méd.	Max.	Fech.	Oscil. (%)	Ofertas Compr.	Venda	Neg. Realiz. Nº	Quant.
A											
ABCB4	Abc Brasil PN N2	5,70	5,50	5,65	5,71	5,66	+0,35	5,66	5,67	51	417.800
ABNB3	Abnote ON EJ NM	10,09	10,00	10,12	10,40	10,20	+2,20	10,00	10,20	42	45.000
ABYA3	Abyara ON NM	1,64	1,64	1,66	1,71	1,64	+2,50	1,63	1,64	119	331.500
EALT3	Aco Altona ON	-	-	-	-	-	-	-	100,00	-	-
EALT4	Aco Altona PN	39,50	39,00	39,13	39,90	39,90	+1,01	20,00	39,50	3	3.000
AVIL3	Acos Vill ON	0,48	0,46	0,46	0,49	0,46	-2,12	0,46	0,48	129	1.013.000
AELP3	Aes Elpa ON	-	-	-	-	-	-	24,81	27,00	-	-
GETI3	Aes Tiete ON	16,09	15,83	15,97	16,09	15,94	+1,39	15,69	15,94	83	91.700
GETI4	Aes Tiete PN	17,70	17,60	17,99	18,20	17,60	+0,17	17,60	17,90	1.323	622.000
AFLU3	Afluente ON	-	-	-	-	-	-	12,54	14,50	-	-
AFLU5	Afluente PNA	-	-	-	-	-	-	10,04	-	-	-
ANDG3B	Agconcessoes ON MB	-	-	-	-	-	-	6,00	-	-	-
ANDG4B	Agconcessoes PN MB	-	-	-	-	-	-	6,00	-	-	-
AGIN3	Agra Incorp ON NM	1,45	1,39	1,41	1,60	1,39	-2,11	1,39	1,40	220	1.065.200
AGEN11	Agrenco DR3	0,48	0,46	0,47	0,49	0,47	-	0,46	0,47	555	7.777.000
BRGE3	Alfa Consorc ON	-	-	-	-	-	-	4,40	4,68	-	-
BRGE5	Alfa Consorc PNA	-	-	-	-	-	-	4,15	-	-	-
BRGE6	Alfa Consorc PNB	-	-	-	-	-	-	5,00	10,00	-	-
BRGE7	Alfa Consorc PNC	-	-	-	-	-	-	4,07	-	-	-
BRGE8	Alfa Consorc PND	4,08	4,08	4,08	4,08	4,08	+0,49	4,08	4,99	2	300
BRGE11	Alfa Consorc PNE	4,14	4,14	4,14	4,14	4,14	+1,97	4,13	-	1	100
BRGE12	Alfa Consorc PNF	-	-	-	-	-	-	4,14	4,99	-	-
CRIV3	Alfa Financ ON	2,63	2,60	2,68	2,80	2,71	+0,37	2,71	2,75	22	133.300
CRIV4	Alfa Financ PN	2,39	2,37	2,38	2,40	2,40	-3,22	2,38	2,47	28	293.600
RPAD3	Alfa Holding ON	-	-	-	-	-	-	3,05	3,49	-	-
RPAD5	Alfa Holding PNA	-	-	-	-	-	-	3,60	3,99	-	-
RPAD6	Alfa Holding PNB	3,35	3,35	3,35	3,35	3,35	-3,45	3,35	3,49	1	100
BRIV3	Alfa Invest ON	6,59	6,59	6,73	6,98	6,97	+7,23	6,46	6,98	13	83.900
BRIV4	Alfa Invest PN	5,98	5,95	5,96	6,04	6,04	+1,51	6,00	6,07	6	15.100
APTI4	Aliperti PN	-	-	-	-	-	-	200,00	1.500,00	-	-
ALLL3	All Amer Lat ON N2	3,89	3,89	3,89	3,89	3,89	+1,03	3,71	3,90	1	100
ALLL4	All Amer Lat PN N2	1,46	1,46	1,46	1,46	1,46	-5,19	1,47	1,53	2	200
@ALLL11	All Amer Lat UNT N2	9,95	9,74	9,88	10,10	9,88	+0,30	9,86	9,88	2.190	2.550.400
ALPA3	Alpargatas ON EJ N1	49,51	49,51	49,51	49,51	49,51	+3,12	49,50	69,99	2	12.600
ALPA4	Alpargatas PN EJ N1	50,90	50,00	50,62	51,80	51,15	+2,30	50,00	51,18	21	24.500
BAZA3	Amazonia ON	0,57	0,57	0,58	0,59	0,58	+1,75	0,57	0,58	46	787.000
AMBV3	Ambev ON	90,72	89,60	91,93	92,80	92,80	+3,75	90,00	92,80	139	37.400
@AMBV4	Ambev PN	109,21	109,21	111,01	112,60	109,36	+0,13	109,36	110,50	1.474	415.400
AMCE3	Americel ON	-	-	-	-	-	-	0,22	18,00	-	-
AMIL3	Amil ON NM	6,43	6,31	6,37	6,50	6,33	-1,09	6,25	6,33	279	534.900
CBEE3	Ampla Energ ON *	0,80	0,79	0,79	0,80	0,79	-	0,79	0,80	2	1.700
AMPI3	Ampla Invest ON *	-	-	-	-	-	-	22,10	45,00	-	-
AEDU11	Anhanguera UNT N2	11,45	11,45	11,69	11,79	11,50	+0,43	11,30	11,70	24	77.300
ARCZ3	Aracruz ON N1	14,20	14,15	14,24	14,25	14,24	-	14,15	14,25	7	130.300
ARCZ5	Aracruz PNA N1	-	-	-	-	-	-	4,00	14,00	-	-
@ARCZ6	Aracruz PNB N1	1,54	1,51	1,54	1,57	1,54	+1,98	1,53	1,54	2.326	7.207.400
ARLA3	Arthur Lange ON	-	-	-	-	-	-	1,79	2,20	-	-
ARLA4	Arthur Lange PN	-	-	-	-	-	-	3,03	3,69	-	-
AZEV4	Azevedo PN	-	-	-	-	-	-	100,05	900,00	-	-
B											
@BTOW3	B2w Varejo ON ED NM	21,82	21,12	21,47	21,99	21,57	-0,55	21,31	21,57	951	557.800
BAHI3	Bahema ON	-	-	-	-	-	-	48,00	-	-	-
BAHI4	Bahema PN	-	-	-	-	-	-	75,00	97,00	-	-
CBAG3	Ban Armazens ON	-	-	-	-	-	-	20,00	-	-	-
BGIP3	Banese ON	-	-	-	-	-	-	13,00	30,00	-	-
BGIP4	Banese PN	-	-	-	-	-	-	12,10	12,80	-	-
BEES3	Banestes ON	8,23	8,11	8,19	8,24	8,12	-0,85	8,12	8,20	13	7.300
BEES4	Banestes PN	7,20	7,20	7,28	7,30	7,30	+1,95	7,26	7,40	7	6.800
BRSR3	Banrisul ON N1	-	-	-	-	-	-	7,35	14,00	-	-
BRSR5	Banrisul PNA N1	-	-	-	-	-	-	6,61	7,53	-	-
BRSR6	Banrisul PNB N1	7,05	6,80	7,02	7,20	6,99	+0,57	6,99	7,00	582	1.901.300
BDLL3	Bardella ON	-	-	-	-	-	-	100,00	200,00	-	-
BDLL4	Bardella PN	140,00	140,00	141,33	144,00	144,00	+2,85	130,00	146,69	2	300
BTTL3	Battistella ON	0,56	0,56	0,58	0,79	0,62	-31,11	0,62	0,70	8	5.500
BTTL4	Battistella PN	0,38	0,36	0,37	0,38	0,36	-	0,36	0,37	21	63.700
BALM3	Baumer ON	-	-	-	-	-	-	22,11	25,00	-	-
BALM4	Baumer PN	-	-	-	-	-	-	0,01	34,50	-	-
BEMA3	Bematech ON ED NM	5,77	5,76	5,80	5,95	5,83	+3,18	5,80	5,83	139	55.900
BMKS3	Bic Monark ON	550,00	550,00	550,00	550,00	550,00	-	450,00	550,00	3	8
BICB3	Bicbanco ON EDJ N1	5,18	5,17	5,21	5,25	5,20	+0,58	5,18	5,22	7	1.800
BICB4	Bicbanco PN EDJ N1	4,85	4,79	4,92	5,05	4,91	+2,93	4,86	4,93	272	527.500
BIOM3	Biomm ON	-	-	-	-	-	-	1,40	13,00	-	-
BIOM4	Biomm PN	2,15	2,15	2,15	2,15	2,15	+6,43	2,00	2,40	1	1.000
@BVMF3	Bmf Bovespa ON NM	7,26	7,01	7,17	7,37	7,03	-1,95	7,03	7,04	7.980	15.857.400
BOBR4	Bombril PN	3,75	3,71	3,75	3,75	3,71	-0,80	3,70	3,75	6	4.500
BBRK3	Br Brokers ON NM	1,22	1,11	1,15	1,22	1,12	-5,88	1,12	1,14	91	1.017.800
BRML3	Br Malls Par ON NM	14,10	13,91	14,19	14,44	14,40	+1,40	14,20	14,40	520	493.800
BBDC3	Bradesco ON N1	19,23	18,95	19,22	19,40	19,35	+1,84	19,16	19,35	117	98.300
@BBDC4	Bradesco PN N1	23,07	22,77	23,10	23,42	23,10	+1,13	23,06	23,10	4.831	5.388.300
BRAP3	Bradespar ON N1	20,20	19,90	19,93	20,25	19,90	-0,45	19,41	19,90	32	220.300
@BRAP4	Bradespar PN N1	22,20	21,80	22,46	22,78	22,64	+3,85	22,50	22,64	2.026	1.293.000
BISA3	Brascan Res ON NM	1,93	1,93	1,98	2,02	1,95	+1,03	1,95	1,99	230	1.060.400
@BBAS3	Brasil ON EJ NM	16,91	16,79	17,10	17,37	16,87	+1,01	16,87	16,90	4.438	4.198.700
@BRTP3	Brasil T Par ON N1	61,50	61,37	61,43	61,60	61,37	+0,03	61,37	61,47	360	449.300
@BRTP4	Brasil T Par PN N1	15,83	15,83	16,71	17,25	16,75	+2,76	16,44	16,75	959	499.100
BRTO3	Brasil Telec ON N1	59,35	59,35	59,35	59,35	59,35	+0,01	55,50	59,35	1	100
@BRTO4	Brasil Telec PN N1	12,03	12,01	12,79	13,22	12,90	+4,79	12,90	12,92	806	591.600
AGRO3	Brasilagro ON NM	5,99	5,82	5,82	5,99	5,82	+1,21	5,71	6,00	2	100.500
BRKM3	Braskem ON N1	5,03	4,50	4,52	5,04	4,50	-10,35	4,50	4,94	25	99.300
@BRKM5	Braskem PNA N1	5,14	4,81	4,93	5,14	4,81	-4,75	4,81	4,85	1.540	1.557.200
BRKM6	Braskem PNB N1	-	-	-	-	-	-	4,30	7,80	-	-
BMTO3	Brasmotor ON	-	-	-	-	-	-	0,48	0,58	-	-
BMTO4	Brasmotor PN	0,60	0,59	0,60	0,61	0,61	+1,66	0,59	0,61	12	14.000
BSLI3	Brb Banco ON ED	-	-	-	-	-	-	-	20,00	-	-
BSLI4	Brb Banco PN ED	-	-	-	-	-	-	15,97	-	-	-
BUET3	Buettner ON	-	-	-	-	-	-	10,00	25,00	-	-
BUET4	Buettner PN	-	-	-	-	-	-	-	20,00	-	-
C											
CIQU3	Cacique ON	-	-	-	-	-	-	4,10	9,99	-	-
CIQU4	Cacique PN	-	-	-	-	-	-	4,00	6,90	-	-
CAFE3	Caf Brasilia ON *	-	-	-	-	-	-	3,01	5,70	-	-
CAFE4	Caf Brasilia PN *	-	-	-	-	-	-	0,93	1,01	-	-
CAMB4	Cambuci PN	-	-	-	-	-	-	1,50	1,71	-	-
CPTP3B	Capitalpart ON MB	-	-	-	-	-	-	0,20	0,40	-	-
CRBM3	Caraiba Met ON	-	-	-	-	-	-	-	88,75	-	-
CRBM7	Caraiba Met PNC	-	-	-	-	-	-	-	100,00	-	-
CASN3	Casan ON INT	-	-	-	-	-	-	1,01	20,00	-	-
CASN4	Casan PN INT	-	-	-	-	-	-	1,01	8,99	-	-
CCIM3	Cc Des Imob ON NM	2,08	2,00	2,02	2,10	2,01	-4,28	2,00	2,05	66	247.200
@CCRO3	Ccr Rodovias ON NM	20,91	20,85	21,20	21,56	20,85	+0,19	20,85	21,00	1.394	637.700
CEBR3	CEB ON	18,00	18,00	18,00	18,00	18,00	-0,55	18,00	19,50	2	200
CEBR5	CEB PNA	18,10	17,99	18,04	18,10	18,05	+0,27	17,60	19,00	5	700
CEBR6	CEB PNB	16,11	16,10	16,10	16,11	16,10	-	16,10	19,00	4	1.400
CEDO3	Cedro ON N1	-	-	-	-	-	-	24,00	36,99	-	-
CEDO4	Cedro PN N1	-	-	-	-	-	-	0,01	42,00	-	-
CEED3B	Ceee-D ON * MB	-	-	-	-	-	-	2,00	3,30	-	-
CEED4B	Ceee-D PN * MB	-	-	-	-	-	-	2,50	4,42	-	-
EEEL3B	Ceee-Gt ON * MB	-	-	-	-	-	-	2,00	3,30	-	-
EEEL4B	Ceee-Gt PN * MB	-	-	-	-	-	-	3,00	19,00	-	-
CEGR3	CEG ON *	40,00	40,00	40,00	40,00	40,00	-	40,00	-	1	100
CLSC3	Celesc ON N2	-	-	-	-	-	-	48,00	52,00	-	-
CLSC5	Celesc PNA N2	-	-	-	-	-	-	0,05	-	-	-
@CLSC6	Celesc PNB N2	31,70	31,31	31,72	32,05	31,31	-0,85	31,31	31,48	228	52.000
GPAR3	Celgpar ON	-	-	-	-	-	-	10,00	27,00	-	-
CELM3	Celm ON	-	-	-	-	-	-	-	100,00	-	-
CELP5	Celpa PNA	13,00	13,00	13,00	13,00	13,00	-2,98	12,61	13,30	3	1.300
CELP6	Celpa PNB	-	-	-	-	-	-	12,00	-	-	-
CELP7	Celpa PNC	-	-	-	-	-	-	12,01	15,90	-	-
CEPE3	Celpe ON ED	-	-	-	-	-	-	27,01	-	-	-
CEPE5	Celpe PNA ED	33,30	33,30	33,30	33,30	33,30	+0,90	32,50	33,30	1	400
CEPE6	Celpe PNB ED	-	-	-	-	-	-	30,00	-	-	-
RANI3	Celul Irani ON	20,00	20,00	20,44	24,00	24,00	-7,30	12,00	24,00	4	900
RANI4	Celul Irani PN	20,00	20,00	20,00	20,00	20,00	-13,90	11,00	24,00	2	400
ENMA3B	Cemar ON ED MB	6,45	6,45	6,49	6,68	6,68	+3,56	6,46	6,68	2	600
CMGR3	Cemat ON	-	-	-	-	-	-	5,21	6,00	-	-
CMGR4	Cemat PN	-	-	-	-	-	-	4,50	6,50	-	-
MAPT3	Cemepe ON	-	-	-	-	-	-	1,00	1,89	-	-
MAPT4	Cemepe PN	-	-	-	-	-	-	0,62	0,75	-	-
CMIG3	Cemig ON N1	25,50	25,06	25,52	26,06	25,98	+1,88	25,55	25,98	136	249.400
@CMIG4	Cemig PN N1	34,00	33,96	34,40	34,99	34,49	+2,37	34,35	34,49	2.570	1.047.700
CESP3	Cesp ON N1	11,10	11,10	11,30	11,55	11,55	+5,00	11,15	11,58	7	3.000
CESP5	Cesp PNA N1	-	-	-	-	-	-	12,40	12,99	-	-
@CESP6	Cesp PNB N1	13,23	12,95	13,11	13,29	13,00	-0,45	13,00	13,09	1.089	870.600
HGTX3	Cia Hering ON NM	6,30	6,30	6,35	6,60	6,60	-	6,41	6,60	23	183.500
GAFP3	Cimob Part ON	-	-	-	-	-	-	0,13	-	-	-
CLAN4	Clarion PN INT	-	-	-	-	-	-	14,00	18,00	-	-
CBMA3	Cobrasma ON	-	-	-	-	-	-	0,06	0,10	-	-
CBMA4	Cobrasma PN	0,06	0,06	0,06	0,06	0,06	+20,00	0,05	0,06	1	10.000
CEEB3	Coelba ON ED	-	-	-	-	-	-	28,01	31,00	-	-
CEEB5	Coelba PNA ED	-	-	-	-	-	-	25,01	-	-	-
COCE3	Coelce ON	-	-	-	-	-	-	21,50	-	-	-
COCE5	Coelce PNA	22,69	22,45	22,58	22,97	22,80	+0,92	22,81	22,95	89	66.000
COCE6	Coelce PNB	-	-	-	-	-	-	20,00	-	-	-
CGAS3	Comgas ON	26,99	26,99	27,00	27,00	27,00	-	24,02	27,00	2	17.100
@CGAS5	Comgas PNA	29,88	29,68	30,09	30,20	29,95	-0,82	29,95	30,10	164	107.000
CNFB4	Confab PN N1	4,06	3,96	4,00	4,10	4,00	+0,25	3,98	4,00	491	1.584.100
CALI3	Const A Lind ON	-	-	-	-	-	-	55,00	7.000,00	-	-
CALI4	Const A Lind PN	-	-	-	-	-	-	55,00	450,00	-	-
COBE6B	Const Beter PNB* MB	-	-	-	-	-	-	7,93	-	-	-
CTAX3	Contax ON	48,00	45,00	45,41	48,00	45,99	+1,07	25,01	45,99	18	10.100
CTAX4	Contax PN	44,48	43,80	44,90	45,00	44,99	+2,25	44,00	44,99	53	74.900
CSMG3	Copasa ON I08 NM	19,90	19,42	19,60	19,90	19,42	-1,91	19,42	19,75	485	200.300
CPLE3	Copel ON N1	21,39	20,60	20,62	22,00	20,60	-3,73	20,60	22,00	16	140.600
CPLE5	Copel PNA N1	-	-	-	-	-	-	20,50	-	-	-
@CPLE6	Copel PNB N1	23,71	23,56	23,94	24,30	24,10	+1,68	24,10	24,19	1.261	666.300
CORR4	Cor Ribeiro PN	-	-	-	-	-	-	10,00	300,00	-	-
@CSAN3	Cosan ON NM	10,29	9,63	9,76	10,29	9,64	-4,55	9,64	9,68	2.339	1.889.000
CZLT11	Cosan Ltd DR3	5,65	5,65	5,65	5,65	5,65	+1,80	5,65	5,90	1	2.700
CSRN3	Cosern ON ED	-	-	-	-	-	-	7,90	8,60	-	-
CSRN5	Cosern PNA ED	-	-	-	-	-	-	7,55	-	-	-
CSRN6	Cosern PNB ED	-	-	-	-	-	-	8,06	-	-	-
CTNM3	Coteminas ON	3,30	3,30	3,61	3,63	3,63	-0,54	3,31	3,63	9	73.200
CTNM4	Coteminas PN	3,24	3,05	3,10	3,24	3,05	-4,88	3,05	3,23	45	690.600
@CPFE3	Cpfl Energia ON NM	30,50	30,50	31,15	31,53	31,50	+3,27	31,22	31,50	1.390	479.100
CRDE3	CR2 ON NM	3,14	3,01	3,15	3,20	3,09	+0,32	3,05	3,09	45	126.600
CREM3	Cremer ON NM	7,52	7,52	7,56	7,89	7,52	-3,58	7,52	7,89	40	139.200
CZRS4	Cruzeiro Sul PN N1	5,71	5,71	5,71	5,71	5,71	-0,69	5,65	5,70	2	200
CARD3	Csu Cardsyst ON NM	3,46	3,30	3,45	3,46	3,45	-	3,45	3,46	12	87.400
CCPR3	Cyre Com-Ccp ON NM	7,50	7,01	7,65	7,70	7,65	+9,28	7,65	7,69	25	567.800
@CYRE3	Cyrela Realt ON NM	9,04	8,96	9,32	9,51	9,18	+2,91	9,18	9,20	5.138	3.543.900
D											
DHBI3	D H B ON	-	-	-	-	-	-	0,02	85,00	-	-
DHBI4	D H B PN	20,21	20,20	21,06	22,34	22,34	-0,04	20,60	22,35	4	500
DASA3	Dasa ON NM	24,49	24,15	24,82	25,44	24,80	+2,39	24,80	25,05	245	560.600
DAYC4	Daycoval PN EJ N1	4,63	4,60	4,70	4,95	4,73	+3,27	4,60	4,74	88	810.700
PNVL3	Dimed ON	31,50	31,50	31,50	31,50	31,50	+12,50	25,00	34,00	1	100
PNVL4	Dimed PN	35,00	35,00	35,00	35,00	35,00	+9,37	0,01	35,00	1	100
DXTG4	Dixie Toga PN	1,50	1,50	1,50	1,50	1,50	-	1,20	1,80	3	369.200
IMBI3	Doc Imbituba ON	-	-	-	-	-	-	1,00	1,89	-	-
IMBI4	Doc Imbituba PN	0,93	0,90	0,92	0,94	0,94	-1,05	0,90	0,94	14	70.000
DOCA3	Docas ON	-	-	-	-	-	-	20,00	35,00	-	-
DOCA4	Docas PN	-	-	-	-	-	-	20,50	50,00	-	-
DOHL4	Dohler PN ED	-	-	-	-	-	-	20,00	26,50	-	-
DROG3	Drogasil ON NM	10,50	10,40	10,47	10,55	10,50	+1,94	10,50	10,55	7	73.400
DTCY3	Dtcom-Direct ON	-	-	-	-	-	-	0,48	0,64	-	-
DUFB11	Dufrybras DR3	15,44	14,70	14,88	15,69	14,75	-1,66	14,75	14,80	203	301.400
DURA3	Duratex ON N1	-	-	-	-	-	-	11,15	12,67	-	-
@DURA4	Duratex PN N1	14,42	14,13	14,71	15,00	15,00	+4,52	14,85	15,00	1.190	768.300
E											
ECOD3	Ecodiesel ON NM	0,81	0,78	0,79	0,81	0,79	-2,46	0,79	0,80	146	460.800
ELEK3	Elekeiroz ON	-	-	-	-	-	-	11,00	13,00	-	-
ELEK4	Elekeiroz PN	14,99	14,99	14,99	14,99	14,99	+22,86	12,00	15,00	1	100
EKTR3	Elektro ON	-	-	-	-	-	-	10,01	20,00	-	-
EKTR4	Elektro PN	-	-	-	-	-	-	12,05	13,00	-	-
@ELET3	Eletrobras ON N1	25,99	25,40	25,85	26,20	25,92	+1,44	25,61	25,92	1.977	1.153.400
ELET5	Eletrobras PNA N1	-	-	-	-	-	-	29,71	40,00	-	-
@ELET6	Eletrobras PNB N1	24,80	24,60	25,02	25,35	25,08	+2,78	24,80	25,08	2.099	1.139.100
LIPR3	Eletropar ON ED	42,50	42,50	42,50	42,50	42,50	+0,44	42,50	47,50	3	3.300
ELPL3	Eletropaulo ON N2	-	-	-	-	-	-	26,92	29,99	-	-
ELPL5	Eletropaulo PNA N2	30,20	30,20	30,33	31,00	31,00	+1,30	29,51	32,00	4	1.100
@ELPL6	Eletropaulo PNB N2	32,51	32,14	32,80	33,49	32,65	+2,67	32,65	32,71	1.874	1.041.800
ELUM3	Eluma ON	-	-	-	-	-	-	0,50	40,00	-	-
ELUM4	Eluma PN	-	-	-	-	-	-	0,01	34,80	-	-
EMAE4	Emae PN	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50	-1,50	8,11	8,40	2	1.500
@EMBR3	Embraer ON NM	7,55	7,41	7,68	7,85	7,77	+5,14	7,71	7,77	1.725	1.315.600
EBTP3	Embratel Par ON *	8,85	8,25	8,84	9,00	9,00	+8,95	8,25	9,50	5	1.800
EBTP4	Embratel Par PN *	8,85	8,70	8,87	9,00	9,00	-6,92	8,90	9,49	9	7.100
ECPR3	Encorpar ON	-	-	-	-	-	-	13,00	16,20	-	-
ECPR4	Encorpar PN	-	-	-	-	-	-	12,00	13,94	-	-
ENBR3	Energias Br ON NM	23,45	23,45	24,20	24,50	24,25	+4,07	24,16	24,45	452	491.700
ENGI3	Energisa ON	6,80	6,80	6,80	6,80	6,80	-2,57	0,02	6,98	3	1.000
ENGI4	Energisa PN	6,65	6,01	6,47	6,65	6,01	-9,07	6,00	6,49	12	27.800
EQTL3	Equatorial ON ED NM	11,80	11,46	11,57	11,80	11,54	-1,36	11,51	11,55	248	140.000
BPIA3	Est Piaui ON EJ	5,40	5,40	5,40	5,40	5,40	+8,00	5,32	5,45	1	100
ESTC3	Estacio Part ON NM	11,80	11,50	11,63	12,00	11,50	-4,16	11,50	12,00	20	78.300
ESTR3	Estrela ON	-	-	-	-	-	-	4,50	6,90	-	-
ESTR4	Estrela PN	0,40	0,39	0,40	0,41	0,41	+5,12	0,40	0,41	13	36.900
ETER3	Eternit ON NM	5,84	5,76	5,84	5,90	5,85	+0,34	5,85	5,89	57	49.700
EVEN3	Even ON NM	2,56	2,49	2,49	2,57	2,49	-0,79	2,45	2,50	32	622.700
BAUH4	Excelsior PN	2,10	2,10	2,10	2,10	2,10	-6,66	2,02	2,20	1	100
EZTC3	Eztec ON NM	2,45	2,40	2,46	2,59	2,45	-	2,45	2,48	37	84.700
F											
FTRX3	Fab C Renaux ON	-	-	-	-	-	-	0,15	0,49	-	-
FTRX4	Fab C Renaux PN	-	-	-	-	-	-	0,21	0,23	-	-
VSPT3	Fer C Atlant ON	-	-	-	-	-	-	-	1,30	-	-
FHER3	Fer Heringer ON NM	3,65	3,56	3,61	3,69	3,57	-	3,56	3,57	192	309.800
FESA3	Ferbasa ON	-	-	-	-	-	-	8,00	8,99	-	-
FESA4	Ferbasa PN	5,94	5,80	5,84	5,94	5,84	-1,01	5,84	5,85	136	277.500
FBMC3	Fibam ON	-	-	-	-	-	-	28,01	-	-	-
FBMC4	Fibam PN	25,80	25,79	25,80	25,80	25,79	+4,37	23,58	26,90	5	700
FJTA3	Forja Taurus ON INT	-	-	-	-	-	-	3,10	4,50	-	-
FJTA4	Forja Taurus PN INT	3,80	3,78	3,85	3,88	3,87	+1,84	3,82	3,87	12	19.500
FFTL4	Fosfertil PN	13,65	13,35	13,58	14,00	13,60	+0,07	13,60	13,64	1.178	1.327.700
FRAS3	Fras-Le ON N1	-	-	-	-	-	-	2,05	-	-	-
FRAS4	Fras-Le PN N1	2,30	2,30	2,35	2,39	2,39	+0,84	2,26	2,39	10	12.000
G											
@GFSA3	Gafisa ON NM	11,49	11,49	11,75	11,95	11,65	+2,73	11,61	11,65	3.754	2.089.800
GAZO4	Gazola PN	2,12	2,04	2,10	2,12	2,04	-2,85	2,05	2,12	9	3.600
GSHP3	Generalshopp ON NM	2,25	2,20	2,20	2,25	2,20	-2,22	2,20	2,30	31	48.900
GEPA3	Ger Paranap ON	-	-	-	-	-	-	16,00	19,00	-	-
GEPA4	Ger Paranap PN	-	-	-	-	-	-	20,28	23,57	-	-
GGBR3	Gerdau ON N1	10,00	9,95	10,16	10,30	10,25	+4,59	10,01	10,25	546	516.700
@GGBR4	Gerdau PN N1	12,80	12,65	12,87	13,09	12,90	+2,87	12,85	12,90	7.687	8.167.300
GOAU3	Gerdau Met ON N1	14,99	13,50	13,64	14,99	13,50	-4,18	13,02	13,50	53	168.500
@GOAU4	Gerdau Met PN N1	16,62	16,45	16,85	17,10	16,90	+3,36	16,65	16,90	1.779	1.274.400
GLOB3	Globex ON	6,49	6,32	6,52	7,00	6,45	+0,46	6,37	6,45	96	69.300
@GOLL4	GOL PN ES N2	6,84	6,65	6,78	6,93	6,65	-2,06	6,65	6,68	1.733	1.433.600
GPIV11	Gp Invest DR3	6,00	5,71	5,81	6,09	5,80	-0,85	5,80	5,99	222	974.100
GPCP3	Gpc Part ON	0,74	0,74	0,74	0,74	0,74	-	0,74	0,78	1	400
IGBR3	Gradiente ON	2,62	2,59	2,62	2,70	2,70	+3,44	2,55	2,65	8	5.300
CGRA3	Grazziotin ON	7,39	6,00	6,01	7,39	6,00	-8,81	6,00	7,39	7	22.700
CGRA4	Grazziotin PN	6,00	6,00	6,00	6,00	6,00	-24,90	6,00	7,99	11	70.800
GRND3	Grendene ON NM	11,98	11,60	11,61	12,00	11,60	-3,33	11,60	12,11	34	113.600
GTDP3B	Gtd Part ON MB	0,19	0,19	0,19	0,19	0,19	-	0,17	0,19	1	100
GTDP4B	Gtd Part PN MB	0,18	0,18	0,18	0,18	0,18	-5,26	0,17	0,19	1	100
ACGU3	Guarani ON NM	1,95	1,87	1,90	1,95	1,87	-2,60	1,87	1,91	37	53.600
GUAR3	Guararapes ON	15,97	15,70	15,94	15,97	15,94	+0,56	15,20	15,94	7	41.200
GUAR4	Guararapes PN	-	-	-	-	-	-	12,00	15,45	-	-
GVTT3	Gvt Holding ON NM	26,25	25,56	26,18	26,69	26,47	+1,03	26,25	26,47	1.323	898.900
H											
HBTS5	Habitasul PNA	3,79	3,79	3,79	3,79	3,79	+26,33	3,00	3,79	1	200
HBOR3	Helbor ON NM	3,10	3,00	3,01	3,10	3,00	-2,91	2,99	3,00	49	231.500
HETA3	Hercules ON	-	-	-	-	-	-	0,40	3,00	-	-
HETA4	Hercules PN	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	+8,69	0,24	0,25	8	27.000
HOOT4	Hoteis Othon PN	0,24	0,23	0,24	0,24	0,23	-4,16	0,23	0,24	9	110.000
HYPE3	Hypermarcas ON NM	15,79	15,79	16,40	17,10	16,95	+8,30	16,75	16,95	162	112.200
I											
IDNT3	Ideiasnet ON NM	1,88	1,84	1,85	1,90	1,84	-	1,83	1,85	56	119.200
IENG3	Ienergia ON	0,34	0,33	0,37	0,41	0,34	+13,33	0,33	0,35	734	11.734.000
IENG5	Ienergia PNA	0,32	0,30	0,33	0,36	0,30	+7,14	0,30	0,31	173	2.215.000
IGUA3	Iguacu Cafe ON	-	-	-	-	-	-	5,00	10,00	-	-
IGUA5	Iguacu Cafe PNA	-	-	-	-	-	-	5,00	7,49	-	-
IGUA6	Iguacu Cafe PNB	-	-	-	-	-	-	5,00	7,50	-	-
IGTA3	Iguatemi ON NM	14,35	13,79	14,01	14,35	14,35	+1,41	13,80	14,35	98	152.100
ROMI3	Inds Romi ON NM	6,50	6,22	6,25	6,50	6,22	-4,30	6,22	6,39	34	280.400
IDVL4	Indusval PN EJ N1	5,39	5,34	5,40	5,45	5,34	-0,92	5,26	5,35	19	23.400
INEP3	Inepar ON	17,00	16,80	16,96	17,50	16,80	-1,17	16,80	17,29	44	26.600
INEP4	Inepar PN	14,91	14,90	15,34	15,89	15,00	+1,76	15,00	15,50	109	51.700
INET3	Inepar Tel ON	0,22	0,22	0,23	0,25	0,22	-	0,22	0,23	68	248.100
INPR3	Inpar S/A ON NM	1,56	1,56	1,56	1,60	1,56	-0,63	1,55	1,58	24	713.600
FIGE3	Invest Bemge ON	-	-	-	-	-	-	0,05	-	-	-
IVTT11	Invest Tur ON NM	-	-	-	-	-	-	50,00	-	-	-
IVIT3	Invest Tur ON INT NM	440,00	430,00	430,39	442,00	438,99	-6,59	370,00	439,00	31	65.700
MYPK3	Iochp-Maxion ON ED NM	9,52	9,26	9,37	9,65	9,26	-2,01	9,26	9,50	139	241.200
BOVA11	Ishares Bova CI	41,94	40,57	41,23	41,95	40,57	-0,80	40,00	41,30	63	287.600
MILA11	Ishares Mila CI	-	-	-	-	-	-	31,52	65,32	-	-
SMAL11	Ishares Smal CI	-	-	-	-	-	-	24,04	26,10	-	-
ITSA3	Itausa ON N1	9,97	9,97	9,99	10,00	10,00	+0,80	9,98	11,40	2	2.600
@ITSA4	Itausa PN N1	8,13	7,93	8,03	8,15	7,97	-0,25	7,97	7,98	3.646	7.785.700
ITEC3	Itautec ON	-	-	-	-	-	-	20,00	27,00	-	-
ITAU3	Itauunibanco ON N1	21,25	21,20	21,40	21,56	21,54	+0,65	21,15	21,55	38	33.500
@ITAU4	Itauunibanco PN N1	26,17	25,40	25,85	26,20	25,65	-0,69	25,55	25,65	8.236	8.036.300
J											
JBDU3	J B Duarte ON	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04	-	0,04	0,05	4	49.000
JBDU4	J B Duarte PN	0,04	0,03	0,04	0,04	0,03	-25,00	0,03	0,04	27	663.000
@JBSS3	JBS ON NM	5,20	5,16	5,27	5,41	5,25	+1,94	5,25	5,29	1.964	1.548.400
MLFT3	Jereissati ON	-	-	-	-	-	-	0,60	2,00	-	-
MLFT4	Jereissati PN	0,61	0,60	0,61	0,63	0,62	+1,63	0,60	0,62	41	255.000
JHSF3	Jhsf Part ON NM	1,57	1,47	1,50	1,57	1,50	-2,59	1,48	1,50	47	216.000
JFEN3	Joao Fortes ON	2,20	2,15	2,27	2,35	2,35	+2,17	2,30	2,35	29	43.600
JOPA3	Josapar ON	14,91	14,90	14,90	14,91	14,90	-	14,90	25,00	7	10.700
JOPA4	Josapar PN	-	-	-	-	-	-	15,00	29,99	-	-
K											
CTKA3	Karsten ON	-	-	-	-	-	-	3,11	5,20	-	-
CTKA4	Karsten PN	6,04	5,90	6,03	6,19	6,19	+1,64	6,10	6,19	14	8.700
KEPL3	Kepler Weber ON	0,14	0,13	0,13	0,14	0,14	-	0,13	0,14	76	1.806.700
KLBN3	Klabin S/A ON N1	-	-	-	-	-	-	3,01	4,40	-	-
@KLBN4	Klabin S/A PN N1	2,87	2,81	2,84	2,87	2,85	+1,42	2,82	2,85	1.801	880.100
KSSA3	Klabinsegall ON NM	1,39	1,38	1,39	1,41	1,38	+0,72	1,38	1,39	157	822.400
KROT11	Kroton UNT N2	9,50	9,30	9,35	9,50	9,30	-2,10	9,30	9,50	14	32.500
L											
LFFE3	La Fonte Tel ON	-	-	-	-	-	-	0,30	0,95	-	-
LFFE4	La Fonte Tel PN	-	-	-	-	-	-	0,20	0,60	-	-
MILK11	Laep DR3	0,39	0,37	0,38	0,40	0,38	-5,00	0,37	0,38	219	1.814.100
LARK4	Lark Maqs PN	-	-	-	-	-	-	0,10	-	-	-
LLIS3	Le Lis Blanc ON NM	3,10	2,97	3,00	3,10	2,97	-3,25	2,95	3,00	7	3.100
@LIGT3	Light S/A ON NM	22,82	22,18	22,43	22,82	22,18	-2,59	22,18	22,26	584	297.900
LIXC3	Lix Da Cunha ON	-	-	-	-	-	-	1,50	3,20	-	-
LIXC4	Lix Da Cunha PN	2,80	2,80	2,81	2,89	2,89	+9,88	2,63	2,79	2	1.100
LLXL3	Llx Log ON ES NM	1,64	1,54	1,61	1,67	1,60	-2,43	1,59	1,60	454	1.980.600
RENT3	Localiza ON NM	8,01	7,98	8,20	8,40	8,11	+0,74	8,11	8,30	298	691.900
LOGN3	Log-In ON NM	6,14	5,91	5,95	6,14	5,91	-1,00	5,91	6,04	49	402.700
LAME3	Lojas Americ ON EDJ	5,84	5,69	5,69	5,84	5,69	-0,17	5,21	5,70	12	169.700
@LAME4	Lojas Americ PN I08	6,52	6,45	6,52	6,61	6,49	-	6,46	6,49	1.682	1.667.300
@LREN3	Lojas Renner ON INT NM	14,27	14,09	14,32	14,49	14,25	+1,78	14,25	14,36	1.474	867.000
LPSB3	Lopes Brasil ON NM	5,85	5,72	5,74	5,85	5,75	-	5,73	5,75	48	1.087.300
LUPA3	Lupatech ON NM	25,15	24,20	24,37	25,15	24,60	-0,76	24,20	24,60	95	70.300
M											
RHDS3	M G Poliest ON	0,07	0,07	0,08	0,08	0,08	-	0,07	0,08	11	3.554.000
MDIA3	M.Diasbranco ON NM	20,00	18,00	18,02	20,00	18,00	-10,13	18,00	19,80	64	255.400
MAGG3	Magnesita Sa ON NM	5,20	4,94	5,02	5,29	4,94	-3,70	4,94	5,03	703	716.600
MGEL3	Mangels Indl ON N1	-	-	-	-	-	-	10,00	40,00	-	-
MGEL4	Mangels Indl PN N1	5,16	5,15	5,45	5,49	5,49	+3,58	5,20	5,70	16	26.000
CTPC3	Marambaia ON	-	-	-	-	-	-	1,50	1,85	-	-
POMO3	Marcopolo ON N2	3,27	3,06	3,21	3,36	3,32	+1,21	3,01	3,32	17	19.600
POMO4	Marcopolo PN N2	3,15	3,08	3,27	3,40	3,30	+6,45	3,29	3,30	260	658.000
MRFG3	Marfrig ON NM	7,20	7,01	7,24	7,67	7,67	+6,52	7,12	7,67	728	694.400
MARI3	Marisa ON NM	3,35	3,27	3,35	3,40	3,27	-3,82	3,27	3,44	22	650.100
MRSL3	Marisol ON	-	-	-	-	-	-	0,01	-	-	-
MRSL4	Marisol PN	1,50	1,50	1,54	1,58	1,58	+5,33	1,37	1,59	4	700
MEDI3	Medial Saude ON NM	5,18	5,05	5,24	5,44	5,24	+0,96	5,24	5,30	167	154.100
MSPA3	Melhor Sp ON	-	-	-	-	-	-	5,00	89,99	-	-
MSPA4	Melhor Sp PN	-	-	-	-	-	-	9,21	30,00	-	-
MLPA12	Melpaper PN SJD	-	-	-	-	-	-	10,00	50,00	-	-
MEND3	Mendes Jr ON	-	-	-	-	-	-	24,02	-	-	-
MEND5	Mendes Jr PNA	31,00	28,71	29,35	31,00	28,71	-4,58	28,60	31,99	11	1.100
MEND6	Mendes Jr PNB	29,01	29,01	29,93	31,00	31,00	+6,97	29,00	34,00	8	1.300
BMEB3	Merc Brasil ON	-	-	-	-	-	-	7,40	7,95	-	-
BMEB4	Merc Brasil PN	7,45	7,25	7,53	7,70	7,70	+1,44	7,70	7,94	19	4.800
MERC4	Merc Financ PN	-	-	-	-	-	-	-	12,00	-	-
BMIN3	Merc Invest ON	-	-	-	-	-	-	0,50	1,20	-	-
BMIN4	Merc Invest PN	-	-	-	-	-	-	0,26	0,30	-	-
DUQE4	Met Duque PN	24,79	24,79	24,79	24,79	24,79	-0,80	3,50	24,99	1	200
MTIG3	Metal Iguacu ON	-	-	-	-	-	-	0,60	0,88	-	-
MTIG4	Metal Iguacu PN	0,32	0,32	0,32	0,33	0,32	-3,03	0,31	0,32	9	17.200
LEVE3	Metal Leve ON	-	-	-	-	-	-	9,00	-	-	-
LEVE4	Metal Leve PN	14,00	14,00	14,04	14,05	14,05	-2,36	14,03	14,05	22	93.600
FRIO3	Metalfrio ON NM	4,22	4,00	4,09	4,22	4,00	-6,97	3,90	4,00	7	6.800
MTSA4	Metisa PN	-	-	-	-	-	-	19,00	20,50	-	-
TIBR3	Millennium ON	-	-	-	-	-	-	0,10	0,79	-	-
TIBR5	Millennium PNA	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05	-	0,04	0,06	12	1.800.000
TIBR6	Millennium PNB	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04	-	0,03	0,04	2	200.000
MMAQ4	Minasmaquina PN	-	-	-	-	-	-	10,00	-	-	-
BEEF3	Minerva ON NM	1,72	1,67	1,69	1,72	1,72	+2,99	1,71	1,72	28	41.300
MNPR3	Minupar ON	4,25	4,10	4,29	4,68	4,60	+5,74	4,00	4,69	49	46.900
MMXM3	Mmx Miner ON NM	3,45	3,25	3,45	3,58	3,33	-5,39	3,32	3,33	4.580	12.092.700
MOAR3	Mont Aranha ON	-	-	-	-	-	-	62,51	72,50	-	-
MPXE3	Mpx Energia ON NM	207,00	197,00	199,05	207,00	199,01	-1,48	199,01	200,40	76	18.100
MRVE3	MRV ON NM	13,86	13,75	13,93	14,14	13,75	+0,29	13,75	13,94	849	969.700
MULT3	Multiplan ON N2	15,14	14,54	14,76	15,14	14,54	-1,75	14,54	14,99	110	161.300
MNDL3	Mundial ON	-	-	-	-	-	-	1,10	1,66	-	-
MNDL4	Mundial PN	1,20	1,20	1,20	1,20	1,20	-	1,16	1,20	5	8.600
N											
NAFG3	Nadir Figuei ON	-	-	-	-	-	-	2,00	-	-	-
NAFG4	Nadir Figuei PN	-	-	-	-	-	-	6,26	10,01	-	-
@NATU3	Natura ON NM	22,35	22,35	22,72	22,98	22,65	+1,66	22,65	22,70	1.459	682.900
NETC3	NET ON N2	-	-	-	-	-	-	11,52	-	-	-
@NETC4	NET PN N2	16,70	16,46	17,05	17,50	17,09	+2,95	16,86	17,09	1.384	604.900
BNBR3	Nord Brasil ON EDJ	-	-	-	-	-	-	25,60	39,00	-	-
BNBR4	Nord Brasil PN EDJ	37,50	37,50	37,73	39,99	39,99	+9,11	25,00	40,99	2	1.100
NORD3	Nordon Met ON *	-	-	-	-	-	-	0,01	1,00	-	-
@BNCA3	Nossa Caixa ON NM	70,61	70,58	70,73	71,10	70,85	+0,49	70,75	70,85	290	162.100
NOVA3B	Nova America ON * MB	-	-	-	-	-	-	0,11	0,35	-	-
NOVA4B	Nova America PN * MB	-	-	-	-	-	-	0,15	0,35	-	-
NUTR3M	Nutriplant ON MA	-	-	-	-	-	-	2,00	7,00	-	-
O											
ODPV3	Odontoprev ON NM	23,10	22,70	22,98	23,39	23,00	-1,28	23,00	23,38	53	94.100
OGXP3	Ogx Petroleo ON NM	725,00	708,00	722,19	749,98	711,01	-1,52	711,01	724,00	406	84.000
OHLB3	Ohl Brasil ON NM	13,94	13,71	13,97	14,35	14,00	+1,67	13,60	14,00	120	524.300
P											
PCAR3	P.Acucar-Cbd ON N1	-	-	-	-	-	-	0,01	30,00	-	-
@PCAR4	P.Acucar-Cbd PN N1	30,81	30,81	31,37	31,86	30,98	+0,61	30,98	31,22	1.537	933.300
BPNM4	Panamericano PN N1	2,89	2,85	2,90	2,95	2,89	+1,40	2,89	2,90	172	592.400
PATI3	Panatlantica ON	-	-	-	-	-	-	7,35	16,95	-	-
PATI4	Panatlantica PN	9,00	9,00	9,00	9,00	9,00	-2,17	9,10	11,40	1	100
PEAB3	Par Al Bahia ON	44,99	44,99	44,99	44,99	44,99	+4,65	38,00	55,00	1	100
PEAB4	Par Al Bahia PN	-	-	-	-	-	-	42,00	-	-	-
PRBC4	Parana PN N1	4,70	4,60	4,63	4,70	4,63	-1,27	4,55	4,64	12	163.800
PMAM3	Paranapanema ON N1	2,37	2,28	2,34	2,48	2,28	-5,00	2,28	2,40	107	273.900
PMAM4	Paranapanema PN N1	2,90	2,90	2,99	3,04	3,00	-	3,00	3,10	7	9.600
BPAT11	Patagonia DR3	-	-	-	-	-	-	0,01	32,18	-	-
PDGR3	Pdg Realt ON NM	13,20	12,86	13,01	13,20	12,94	-0,38	12,83	12,94	636	537.400
@PRGA3	Perdigao S/A ON NM	29,10	28,36	29,03	29,45	28,75	+0,55	28,75	29,00	2.780	947.500
RPMG3	Pet Manguinh ON	-	-	-	-	-	-	0,29	0,65	-	-
RPMG4	Pet Manguinh PN	-	-	-	-	-	-	0,36	0,59	-	-
@PETR3	Petrobras ON	36,30	35,36	35,68	36,47	35,38	-1,11	35,38	35,40	5.567	4.929.200
@PETR4	Petrobras PN	29,10	28,42	28,73	29,20	28,55	-0,79	28,53	28,55	18.218	22.566.600
PTPA3	Petropar ON	-	-	-	-	-	-	10,00	31,00	-	-
PTPA4	Petropar PN	-	-	-	-	-	-	28,81	31,89	-	-
PTNT3	Pettenati ON	-	-	-	-	-	-	5,01	24,94	-	-
PTNT4	Pettenati PN	-	-	-	-	-	-	5,89	6,30	-	-
PIBB11	Pibb CI	63,20	61,20	61,93	63,20	61,41	-0,95	61,40	61,90	94	61.100
PINE4	Pine PN N1	6,10	5,85	6,04	6,27	5,85	-2,17	5,80	5,85	30	9.800

EU& Bolsas nacionais

Mercado à vista – continuação

Cód.	Emp./Ação	Abert.	Mín.	Méd.	Max.	Fech.	Oscil. (%)	Compr.	Venda	N°	Quant.
PLAS3	Plascar Part ON	0,95	0,92	0,93	0,95	0,92	-	0,92	0,93	51	77.100
PSSA3	Porto Seguro ON NM	11,98	11,85	11,97	12,19	11,91	+1,36	11,91	12,00	440	1.435.300
PTBL3	Portobello ON NM	0,93	0,89	0,91	0,98	0,92	-4,16	0,92	0,97	39	58.900
POSI3	Positivo Inf ON NM	8,20	8,01	8,09	8,25	8,14	+0,86	8,05	8,14	223	152.100
PMET5	Pro Metalurg PNA*	-	-	-	-	-	-	0,01	-	-	-
PMET6	Pro Metalurg PNB*	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	+6,66	0,15	0,16	1	100
PFRM3	Profarma ON NM	4,75	4,60	4,66	4,75	4,65	-1,89	4,64	4,65	42	119.000
PNOR5	Pronor PNA	-	-	-	-	-	-	0,95	1,03	-	-
PNOR6	Pronor PNB	-	-	-	-	-	-	0,80	1,38	-	-
PRVI3	Providencia ON NM	2,77	2,70	2,80	2,96	2,70	-2,17	2,70	2,92	51	189.300
Q											
SZPQ3	Quattor Petr ON	-	-	-	-	-	-	6,00	-	-	-
SZPQ4	Quattor Petr PN	6,00	6,00	6,01	7,00	7,00	+17,64	6,08	7,20	5	47.800
R											
RAPT3	Randon Part ON N1	5,10	4,50	4,52	5,40	4,50	-10,00	4,03	4,50	7	103.900
RAPT4	Randon Part PN N1	5,55	5,50	5,62	5,74	5,53	+0,18	5,53	5,59	195	274.500
RSIP3	Rasip Agro ON	-	-	-	-	-	-	0,46	0,55	-	-
RSIP4	Rasip Agro PN	0,47	0,47	0,47	0,47	0,47	+2,17	0,47	0,48	2	1.500
RCSL3	Recrusul ON	9,99	9,99	9,99	9,99	9,99	+25,03	4,99	10,00	2	200
RCSL4	Recrusul PN	5,45	5,44	5,98	6,38	5,80	+8,61	5,80	5,90	404	200.500
REDE3	Rede Energia ON	-	-	-	-	-	-	4,50	5,00	-	-
REDE4	Rede Energia PN	4,88	4,88	4,88	4,88	4,88	-2,20	2,20	4,88	1	100
@RDCD3	Redecard ON NM	27,55	27,17	27,78	28,60	28,05	+1,81	28,01	28,05	5.126	2.672.800
RNAR3	Renar ON NM	3,00	3,00	3,06	3,10	3,10	+3,33	2,80	3,00	3	1.400
RNPT3	Renner Part ON	-	-	-	-	-	-	30,01	30,80	-	-
RNPT4	Renner Part PN	-	-	-	-	-	-	30,01	30,69	-	-
REEM4	Rimet PN *	3,10	3,10	3,10	3,10	3,10	-11,42	3,06	3,79	3	300
RSUL4	Riosulense PN	-	-	-	-	-	-	5,00	100,00	-	-
RDNI3	Rodobensimob ON NM	10,16	9,80	9,88	10,30	9,80	-2,00	9,62	9,80	57	161.900
@RSID3	Rossi Resid ON NM	3,76	3,70	3,77	3,81	3,70	-	3,70	3,72	1.717	1.664.300
S											
@SBSP3	Sabesp ON NM	25,10	25,05	25,81	26,20	25,80	+3,28	25,44	25,80	1.179	373.100
SDIA3	Sadia S/A ON N1	5,00	4,76	4,90	5,05	4,76	-3,83	4,76	4,90	70	84.900
@SDIA4	Sadia S/A PN N1	3,11	3,11	3,16	3,20	3,14	+2,61	3,13	3,14	4.359	11.478.200
FCAP3	Sam Industr ON	-	-	-	-	-	-	0,55	0,76	-	-
FCAP4	Sam Industr PN	-	-	-	-	-	-	0,60	0,84	-	-
SAPR4	Sanepar PN	1,61	1,61	1,61	1,61	1,61	+3,20	1,56	1,61	1	100
SANB3	Santander Br ON	-	-	-	-	-	-	0,11	0,13	-	-
SANB4	Santander Br PN	0,13	0,13	0,13	0,13	0,13	-	0,12	0,13	1	100.000
CTSA3	Santanense ON	2,45	2,45	2,46	2,48	2,47	-0,80	2,40	2,48	3	2.300
CTSA4	Santanense PN	2,69	2,69	2,69	2,69	2,69	+7,60	2,46	2,69	1	600
STBP11	Santos Brp UNT N2	6,69	6,30	6,31	6,69	6,30	-3,07	6,30	6,50	10	27.400
SCAR3	Sao Carlos ON NM	12,05	12,05	12,05	12,05	12,05	-0,41	11,70	11,99	1	100
SMTO3	Sao Martinho ON NM	11,35	10,94	11,22	11,50	11,50	+0,52	10,81	11,50	66	44.900
SLED3	Saraiva Livr ON N2	-	-	-	-	-	-	14,00	-	-	-
SLED4	Saraiva Livr PN N2	15,02	15,02	15,07	15,39	15,20	+4,10	15,20	15,30	43	72.900
SATI3	Satipel ON NM	4,39	4,00	4,03	4,39	4,00	-9,09	3,80	4,00	7	247.600
SCLO3	Schlosser ON	-	-	-	-	-	-	0,02	19,00	-	-
SCLO4	Schlosser PN	1,50	1,40	1,42	1,50	1,40	-6,04	1,40	1,60	3	1.300
SHUL4	Schulz PN	11,35	11,30	11,30	11,39	11,30	-0,87	11,16	11,40	8	6.200
SEBB11	SEB UNT N2	7,86	7,86	7,86	7,86	7,86	-7,52	7,86	8,50	7	82.500
CSAB3	Seg Al Bahia ON ED	-	-	-	-	-	-	24,00	30,00	-	-
CSAB4	Seg Al Bahia PN ED	-	-	-	-	-	-	24,00	28,00	-	-
SGEN3	Sergen ON *	-	-	-	-	-	-	0,05	-	-	-
SGEN4	Sergen PN *	-	-	-	-	-	-	0,61	1,00	-	-
@CSNA3	Sid Nacional ON ED	34,13	33,65	34,65	35,43	34,40	+2,65	34,40	34,46	5.466	3.286.400
SLCE3	Slc Agricola ON NM	12,46	12,42	12,50	12,70	12,50	+3,13	12,42	12,50	89	167.800
SMLL11	Small Cap SML	-	-	-	-	-	-	360,00	-	-	-
SFSA4	Sofisa PN N2	4,00	3,73	3,84	4,00	3,79	-4,05	3,79	3,80	45	204.900
SOND3	Sondotecnica ON	-	-	-	-	-	-	12,00	-	-	-
SOND5	Sondotecnica PNA	-	-	-	-	-	-	18,02	20,00	-	-
SOND6	Sondotecnica PNB	-	-	-	-	-	-	12,12	35,00	-	-
@CRUZ3	Souza Cruz ON ED	44,90	43,75	44,73	45,27	43,75	-2,34	43,71	43,99	2.123	930.600
SPRI3	Springer ON	-	-	-	-	-	-	2,41	5,95	-	-
SPRI5	Springer PNA	-	-	-	-	-	-	2,50	5,94	-	-
SPRI6	Springer PNB	-	-	-	-	-	-	2,40	5,95	-	-
SGPS3	Springs ON NM	3,01	3,01	3,01	3,09	3,09	-0,32	2,92	3,09	14	41.900
AHEB3	Spturis ON	-	-	-	-	-	-	10,00	-	-	-
AHEB5	Spturis PNA	-	-	-	-	-	-	0,01	30,00	-	-
AHEB6	Spturis PNB	-	-	-	-	-	-	10,00	-	-	-
SULA11	Sul America UNT N2	19,99	19,85	19,97	20,00	20,00	+0,50	19,91	20,00	96	66.400
SULT3	Sultepa ON	-	-	-	-	-	-	0,01	4,40	-	-
SULT4	Sultepa PN	4,19	4,19	4,19	4,19	4,19	+2,19	3,50	4,10	1	5.000
NEMO4	Suzano Hold PN	-	-	-	-	-	-	0,01	-	-	-
SUZB5	Suzano Papel PNA INT N1	10,36	10,21	10,39	10,54	10,50	+2,43	10,30	10,50	664	1.272.800
T											
TAMM3	Tam S/A ON N2	-	-	-	-	-	-	13,57	19,47	-	-
@TAMM4	Tam S/A PN N2	13,29	12,70	12,93	13,29	12,70	-3,78	12,67	12,70	1.761	816.800
TARP11	Tarpon DR3	-	-	-	-	-	-	10,88	12,50	-	-
TENE5	Tec Blumenau PNA	-	-	-	-	-	-	2,00	3,00	-	-
TENE7	Tec Blumenau PNC	-	-	-	-	-	-	0,25	10,00	-	-
SJOS3	Tecel S Jose ON	-	-	-	-	-	-	1,00	5,00	-	-
SJOS4	Tecel S Jose PN	-	-	-	-	-	-	0,26	0,35	-	-
TCSA3	Tecnisa ON NM	3,44	3,40	3,48	3,51	3,48	+1,16	3,40	3,48	95	972.900
TCNO3	Tecnosolo ON	0,70	0,70	0,70	0,70	0,70	+1,44	0,55	0,67	1	1.000
TCNO4	Tecnosolo PN	0,59	0,53	0,56	0,60	0,54	-3,57	0,53	0,54	54	103.100
TOYB3	Tectoy ON *	0,07	0,07	0,07	0,08	0,07	-12,50	0,06	0,07	183	4.680.800
TOYB4	Tectoy PN *	0,06	0,06	0,06	0,07	0,06	-14,28	0,06	0,07	35	638.300
TGMA3	Tegma ON NM	5,70	5,64	5,70	5,74	5,70	-0,34	5,64	5,70	40	11.200
TEKA3	Teka ON *	-	-	-	-	-	-	0,60	0,84	-	-
TEKA4	Teka PN *	0,31	0,30	0,31	0,33	0,32	+3,22	0,31	0,32	38	139.000
TKNO4	Tekno PN	61,01	61,01	61,01	61,01	61,01	-6,13	55,12	64,50	3	1.000
TNCP4	Tele Nort Cl PN	-	-	-	-	-	-	0,01	32,00	-	-
TELB3	Telebras ON *	0,38	0,36	0,36	0,38	0,38	+2,70	0,36	0,37	12	51.900
TELB4	Telebras PN *	0,27	0,24	0,26	0,27	0,27	-3,57	0,26	0,27	347	4.501.500
TEFC11	Telefonica DR3	-	-	-	-	-	-	38,21	49,90	-	-
@TNLP3	Telemar ON	37,00	36,89	38,25	39,99	38,00	+2,70	38,00	38,93	535	140.000
@TNLP4	Telemar PN	31,50	30,72	31,97	33,00	32,50	+5,00	32,15	32,50	2.550	1.123.400
TMAR3	Telemar N L ON	56,00	56,00	57,88	58,00	58,00	+3,57	56,50	58,00	12	8.500
@TMAR5	Telemar N L PNA	50,00	50,00	52,01	53,91	52,30	+6,90	52,30	52,81	1.223	395.400
TMAR6	Telemar N L PNB	-	-	-	-	-	-	37,00	-	-	-
TMGC3	Telemig Cl ON	-	-	-	-	-	-	-	2.200,00	-	-
TMGC6	Telemig Cl PNB	-	-	-	-	-	-	250,00	-	-	-
TMGC7	Telemig Cl PNC	-	-	-	-	-	-	365,00	800,00	-	-
TMGC11	Telemig Cl PNE	-	-	-	-	-	-	395,10	570,00	-	-
TMGC12	Telemig Cl PNF	-	-	-	-	-	-	250,00	490,00	-	-
TMGC13	Telemig Cl PNG	-	-	-	-	-	-	310,00	601,00	-	-
TMCP3	Telemig Part ON	43,50	43,50	43,50	43,50	43,50	-1,13	42,00	79,00	1	100
TMCP4	Telemig Part PN	42,01	40,10	41,76	43,25	40,10	-4,52	40,10	40,50	168	527.000
TLPP3	Telesp ON ED	37,45	37,39	38,11	38,48	38,30	+2,70	38,30	38,38	99	26.200
@TLPP4	Telesp PN ED	47,00	47,00	48,23	48,90	48,19	+1,47	47,66	48,19	500	151.600
TEMP3	Tempo Part ON NM	2,89	2,89	2,89	2,89	2,89	-1,36	2,70	2,89	1	800
TEND3	Tenda ON NM	1,83	1,83	1,87	1,90	1,90	+4,39	1,89	1,90	354	1.115.200
TRNA11	Tema Part UNT N2	22,80	22,20	22,44	23,16	22,41	-1,27	22,41	23,28	50	84.500
TXRX3	Tex Renaux ON	-	-	-	-	-	-	0,01	-	-	-
TXRX4	Tex Renaux PN	0,26	0,24	0,25	0,26	0,25	-3,84	0,24	0,25	14	40.000
@TCSL3	Tim Part S/A ON	6,00	5,90	5,92	6,13	5,90	-	5,88	5,90	358	1.097.100
@TCSL4	Tim Part S/A PN	2,92	2,81	2,87	2,92	2,89	+1,40	2,88	2,89	2.204	4.397.400
TOTS3	Totvs ON ED NM	41,88	40,55	40,89	42,50	40,75	+0,49	40,55	40,75	125	347.100
TBLE3	Tractebel ON NM	17,16	17,06	17,14	17,29	17,20	+1,05	17,10	17,20	983	595.800
TRFO3	Trafo ON	2,23	2,23	2,43	2,49	2,49	-11,07	2,40	2,49	4	800
TRFO4	Trafo PN	2,23	2,20	2,25	2,38	2,38	+1,27	2,23	2,38	4	1.400
TRPL3	Tran Paulist ON N1	50,00	50,00	51,00	51,99	51,99	+6,10	46,00	51,60	2	200
@TRPL4	Tran Paulist PN N1	47,05	47,05	48,15	48,45	48,45	+3,08	48,45	48,49	792	261.200
LUXM3	Trevisa ON	-	-	-	-	-	-	20,00	-	-	-
LUXM4	Trevisa PN	-	-	-	-	-	-	13,00	23,50	-	-
TRIS3	Trisul ON NM	2,25	2,00	2,03	2,25	2,00	-11,11	2,00	2,10	27	257.700
TPIS3	Triunfo Part ON NM	1,15	1,14	1,17	1,18	1,17	+0,86	1,14	1,18	24	92.200
TROR3	Trorion ON	-	-	-	-	-	-	1,00	5,00	-	-
TROR4	Trorion PN	-	-	-	-	-	-	1,39	1,50	-	-
TUPY3	Tupy ON *	13,60	13,60	13,86	13,99	13,99	+2,86	13,02	13,50	3	600
TUPY4	Tupy PN *	13,80	13,80	13,94	14,00	14,00	-	7,00	14,00	2	700
U											
@UGPA4	Ultrapar PN N1	55,25	54,65	55,32	56,00	55,64	+0,79	54,80	55,64	959	350.800
UNIP3	Unipar ON N1	0,97	0,90	0,90	1,06	0,90	-6,25	0,90	1,15	33	976.500
UNIP5	Unipar PNA N1	-	-	-	-	-	-	1,85	2,32	-	-
UNIP6	Unipar PNB N1	0,60	0,57	0,59	0,62	0,57	-3,38	0,56	0,57	272	2.561.500
UOLL4	UOL PN N2	6,70	6,55	6,62	6,70	6,67	-0,44	6,50	6,67	60	93.300
@USIM3	Usiminas ON N1	26,54	25,96	26,60	27,10	26,50	+3,47	26,50	26,75	1.345	830.000
@USIM5	Usiminas PNA N1	28,90	28,34	29,25	29,75	29,50	+2,79	29,40	29,50	4.868	8.767.900
USIM6	Usiminas PNB N1	-	-	-	-	-	-	20,00	-	-	-
UCOP4	Usin C Pinto PN	-	-	-	-	-	-	0,01	6,65	-	-
V											
@VCPA4	V C P PN N1	10,80	10,52	10,82	11,07	10,80	+2,36	10,80	10,84	1.072	526.900
@VALE3	Vale R Doce ON N1	31,10	30,40	31,06	31,67	31,00	+1,87	30,91	31,00	5.184	5.569.000
@VALE5	Vale R Doce PNA N1	26,98	26,52	26,94	27,28	26,75	+0,33	26,74	26,75	12.851	17.528.800
VPSC3	Varig Serv ON *	-	-	-	-	-	-	1,00	-	-	-
VPSC4	Varig Serv PN *	-	-	-	-	-	-	1,00	-	-	-
VPTA3	Varig Transp ON *	-	-	-	-	-	-	2,33	150,00	-	-
VPTA4	Varig Transp PN *	-	-	-	-	-	-	3,51	6,99	-	-
VINE5	Vicunha Text PNA	-	-	-	-	-	-	10,00	12,95	-	-
VINE6	Vicunha Text PNB	-	-	-	-	-	-	1,00	-	-	-
VIVO3	Vivo ON ED	33,50	29,40	29,52	33,50	29,40	-12,75	29,40	31,41	80	130.500
@VIVO4	Vivo PN ED	31,37	30,41	30,80	31,64	30,55	-2,08	30,55	30,71	2.210	1.180.500
VULC3	Vulcabras ON	13,00	13,00	13,00	13,00	13,00	-7,20	12,00	17,00	1	100
W											
WEGE3	WEG ON EJ NM	11,50	11,50	11,54	11,68	11,68	+0,86	11,60	11,68	319	378.700
MWET3	Wetzel S/A ON	-	-	-	-	-	-	0,01	45,00	-	-
MWET4	Wetzel S/A PN	11,30	11,30	11,30	11,30	11,30	+0,89	10,52	11,23	2	200
WHRL3	Whirlpool ON	2,45	2,45	2,45	2,45	2,45	+2,51	2,30	2,45	2	200
WHRL4	Whirlpool PN	2,38	2,38	2,42	2,46	2,46	+6,49	2,42	2,46	11	3.200
WISA3	Wiest ON	-	-	-	-	-	-	0,38	0,46	-	-
WISA4	Wiest PN	0,64	0,61	0,63	0,64	0,61	-3,17	0,62	0,64	8	22.000
WSON11	Wilson Sons DR3	11,45	11,45	11,54	11,55	11,55	+0,87	11,41	11,55	6	2.800
SGAS3	Wlm Ind Com ON	-	-	-	-	-	-	22,10	26,50	-	-
SGAS4	Wlm Ind Com PN	25,50	25,50	25,58	25,65	25,65	+0,58	25,60	26,00	3	300
Y											
ILMD4	Yara Brasil PN	31,00	31,00	31,50	33,50	33,50	+15,12	20,01	33,50	4	500

(*) Lote de mil – (@) Ações do Ibovespa – ($) Ref. em Dólar – (&) Ref. em IGP–M
(N1) – Empresas que aderiram ao (NÍVEL 1) de Governança Corporativa. **(N2)** – Empresas que aderiram ao (NÍVEL 2) de Governança Corporativa. **(NM)** – Cias. Novo Mercado. **Obs:** Estes dados referem-se aos negócios realizados ontem. Horário de coleta das informações: 19:00hs., estando sujeito a ajustes de operações no horário regular e no After Market.

Concordatária

Cód.	Emp./Ação	Abert.	Mín.	Méd.	Max.	Fech.	Oscil. (%)	Compr.	Venda	N°	Quant.
HAGA3	Haga S/a ON *	-	-	-	-	-	-	5,50	28,90	-	-
HAGA4	Haga S/a PN *	19,56	19,56	21,60	22,24	22,14	+13,71	21,80	22,00	41	7.000
LHER3	Lojas Hering ON	-	-	-	-	-	-	15,10	-	-	-
LHER4	Lojas Hering PN	-	-	-	-	-	-	0,02	150,00	-	-

Mercado a termo 30 dias

Cód.	Emp./Ação	Abert.	Mín.	Méd.	Max.	Fech.	Oscil. (%)	Compr.	Venda	N°	Quant.
BAZA3T	Amazonia ON	0,58	0,58	0,58	0,59	0,59	-	-	-	2	600.000
ARCZ6T	Aracruz PNB N1	1,56	1,56	1,56	1,58	1,58	-	-	-	8	25.000
BEES3T	Banestes ON	8,25	8,25	8,26	8,29	8,29	-	-	-	4	1.400
BEES4T	Banestes PN	7,32	7,32	7,35	7,37	7,37	-	-	-	8	6.000
BVMF3T	Bmf Bovespa ON NM	7,25	7,14	7,21	7,41	7,18	-	-	-	22	197.600
BBDC3T	Bradesco ON N1	19,34	19,34	19,38	19,41	19,41	-	-	-	4	14.500
BBDC4T	Bradesco PN N1	23,24	23,24	23,54	23,58	23,26	-	-	-	8	11.000
BISA3T	Brascan Res ON NM	1,94	1,94	1,95	1,95	1,95	-	-	-	2	2.000
BBAS3T	Brasil ON EJ NM	17,18	17,18	17,43	17,45	17,45	-	-	-	10	33.200
BRKM5T	Braskem PNA N1	5,07	4,84	4,94	5,08	4,85	-	-	-	4	167.800
CCIM3T	Cc Des Imob ON NM	2,02	2,02	2,03	2,03	2,03	-	-	-	2	2.000
CCRO3T	Ccr Rodovias ON NM	21,60	21,59	21,60	21,61	21,60	-	-	-	4	50.000
CLSC6T	Celesc PNB N2	31,77	31,77	31,77	31,78	31,78	-	-	-	2	500
CESP6T	Cesp PNB N1	13,37	13,12	13,18	13,38	13,13	-	-	-	16	47.700
COCE5T	Coelce PNA	22,79	22,79	22,80	22,80	22,80	-	-	-	2	300
CNFB4T	Confab PN N1	4,00	4,00	4,00	4,01	4,01	-	-	-	2	5.000
CSAN3T	Cosan ON NM	9,97	9,74	9,88	9,98	9,81	-	-	-	8	1.200
CYRE3T	Cyrela Realt ON NM	9,21	9,21	9,45	9,50	9,50	-	-	-	6	60.800
DUFB11T	Dufrybras DR3	15,13	15,13	15,14	15,14	15,14	-	-	-	2	1.000
ELET3T	Eletrobras ON N1	25,84	25,84	25,96	26,02	26,02	-	-	-	20	31.000
EZTC3T	Eztec ON NM	2,47	2,47	2,47	2,48	2,48	-	-	-	2	2.000
FESA4T	Ferbasa PN	5,89	5,89	5,89	5,90	5,90	-	-	-	2	10.000
GAZO4T	Gazola PN	2,13	2,13	2,14	2,14	2,14	-	-	-	2	900
GGBR4T	Gerdau PN N1	12,89	12,89	13,00	13,08	13,01	-	-	-	16	141.800
GOAU4T	Gerdau Met PN N1	16,78	16,78	16,78	16,79	16,79	-	-	-	2	2.000
GLOB3T	Globex ON	6,55	6,49	6,53	6,56	6,50	-	-	-	6	5.000
GOLL4T	GOL PN ES N2	6,91	6,83	6,89	6,98	6,84	-	-	-	10	14.000
GPIV11T	Gp Invest DR3	5,89	5,89	5,90	5,90	5,90	-	-	-	2	20.000
IDNT3T	Ideiasnet ON NM	1,88	1,88	1,89	1,89	1,89	-	-	-	2	1.000
IENG3T	Ienergia ON	0,36	0,35	0,36	0,37	0,36	-	-	-	6	1.071.000
IDVL4T	Indusval PN EJ N1	5,43	5,43	5,43	5,44	5,44	-	-	-	2	1.000
MYPK3T	Iochp-Maxion ON ED NM	9,49	9,33	9,38	9,67	9,33	-	-	-	8	3.500
ITSA4T	Itausa PN N1	8,07	8,07	8,07	8,08	8,08	-	-	-	2	15.000
ITAU4T	Itauunibanco PN N1	26,14	26,01	26,15	26,25	26,22	-	-	-	12	42.000
JBSS3T	JBS ON NM	5,30	5,30	5,30	5,31	5,31	-	-	-	2	500
LLXL3T	Llx Log ON ES NM	1,62	1,62	1,62	1,63	1,63	-	-	-	2	50.000
MDIA3T	M.Diasbranco ON NM	18,14	18,14	18,14	18,15	18,15	-	-	-	2	1.000
MAGG3T	Magnesita Sa ON NM	4,98	4,98	4,99	4,99	4,99	-	-	-	2	3.000
POMO4T	Marcopolo PN N2	3,17	3,17	3,18	3,18	3,18	-	-	-	2	20.000
MEDI3T	Medial Saude ON NM	5,19	5,19	5,19	5,20	5,20	-	-	-	2	2.000
MNPR3T	Minupar ON	4,26	4,26	4,26	4,27	4,27	-	-	-	2	30.000
MMXM3T	Mmx Miner ON NM	3,55	3,41	3,42	3,56	3,42	-	-	-	6	21.100
OGXP3T	Ogx Petroleo ON NM	730,86	730,86	730,86	730,87	730,87	-	-	-	2	600
BPNM4T	Panamericano PN N1	2,91	2,91	2,91	2,92	2,92	-	-	-	2	7.000
PMAM3T	Paranapanema ON N1	2,43	2,40	2,43	2,44	2,41	-	-	-	6	10.000
PETR3T	Petrobras ON	36,35	36,35	36,36	36,36	36,36	-	-	-	4	10.000
PETR4T	Petrobras PN	28,92	28,72	28,84	29,18	28,78	-	-	-	26	29.400
PSSA3T	Porto Seguro ON NM	12,14	12,06	12,14	12,15	12,07	-	-	-	4	10.300
POSI3T	Positivo Inf ON NM	8,16	8,11	8,17	8,22	8,18	-	-	-	8	16.000
RSID3T	Rossi Resid ON NM	3,79	3,79	3,79	3,80	3,80	-	-	-	2	1.500
SDIA4T	Sadia S/a PN N1	3,13	3,13	3,19	3,23	3,18	-	-	-	20	105.000
CSNA3T	Sid Nacional ON ED	34,31	34,31	35,44	35,73	35,73	-	-	-	6	18.000
CRUZ3T	Souza Cruz ON ED	45,30	45,30	45,33	45,35	45,35	-	-	-	6	1.800
SULT4T	Sultepa PN	4,22	4,22	4,22	4,23	4,23	-	-	-	2	5.000
TAMM4T	Tam S/a PN N2	13,10	12,98	13,17	13,33	13,33	-	-	-	6	2.500
TNLP4T	Telemar PN	31,43	31,43	32,75	33,07	32,77	-	-	-	6	6.000
TCSL3T	Tim Part S/a ON	5,94	5,94	5,95	5,95	5,95	-	-	-	2	10.000
TCSL4T	Tim Part S/a PN	2,92	2,92	2,92	2,93	2,93	-	-	-	2	1.500
UNIP6T	Unipar PNB N1	0,59	0,58	0,59	0,60	0,59	-	-	-	6	89.500
VCPA4T	V C P PN N1	10,68	10,68	10,96	10,97	10,97	-	-	-	4	6.900
VALE5T	Vale R Doce PNA N1	27,10	26,91	27,16	27,44	27,23	-	-	-	24	58.900

Mercado a termo 60 dias

Cód.	Emp./Ação	Abert.	Mín.	Méd.	Max.	Fech.	Oscil. (%)	Compr.	Venda	N°	Quant.
ARCZ6T	Aracruz PNB N1	1,56	1,56	1,57	1,57	1,57	-	-	-	2	5.000
BBAS3T	Brasil ON EJ NM	17,46	17,43	17,46	17,47	17,44	-	-	-	4	10.000
BRKM5T	Braskem PNA N1	5,13	4,88	5,03	5,14	4,89	-	-	-	6	25.000
CCIM3T	Cc Des Imob ON NM	2,06	2,06	2,06	2,07	2,07	-	-	-	2	2.000
CNFB4S	Confab PN N1	4,10	4,10	4,10	4,11	4,11	-	-	-	2	20.000
CNFB4T	Confab PN N1	4,05	4,05	4,05	4,06	4,06	-	-	-	2	5.000
CSAN3S	Cosan ON NM	9,90	9,90	9,90	9,91	9,91	-	-	-	2	200
ELET3T	Eletrobras ON N1	26,31	26,31	26,32	26,32	26,32	-	-	-	2	20.000
INEP3T	Inepar ON	17,28	17,28	17,36	17,47	17,47	-	-	-	4	1.000
MARI3T	Marisa ON NM	3,45	3,45	3,45	3,46	3,46	-	-	-	2	10.000
PMAM3T	Paranapanema ON N1	2,44	2,44	2,45	2,45	2,45	-	-	-	2	5.000
PETR4T	Petrobras PN	29,54	29,54	29,55	29,55	29,55	-	-	-	2	100
CSNA3S	Sid Nacional ON ED	35,63	35,63	35,63	35,64	35,64	-	-	-	2	8.000
SLCE3T	Slc Agricola ON NM	12,69	12,69	12,69	12,70	12,70	-	-	-	2	10.000

Mercado a termo 90 dias

Cód.	Emp./Ação	Abert.	Mín.	Méd.	Max.	Fech.	Oscil. (%)	Compr.	Venda	N°	Quant.
BTOW3T	B2w Varejo ON ED NM	21,87	21,87	21,87	21,88	21,88	-	-	-	2	3.000
BVMF3T	Bmf Bovespa ON NM	7,27	7,27	7,28	7,28	7,28	-	-	-	2	1.000
BBAS3T	Brasil ON EJ NM	17,71	17,71	17,72	17,72	17,72	-	-	-	2	3.000
DAYC4T	Daycoval PN EJ N1	4,85	4,85	4,89	5,00	4,96	-	-	-	8	5.000
ECOD3T	Ecodiesel ON NM	0,82	0,82	0,82	0,82	0,82	-	-	-	1	2.000
ELET3T	Eletrobras ON N1	26,37	26,37	26,37	26,38	26,38	-	-	-	2	1.000
ELET6T	Eletrobras PNB N1	25,86	25,86	25,87	25,88	25,88	-	-	-	4	1.000
GGBR4T	Gerdau PN N1	13,16	13,10	13,12	13,19	13,12	-	-	-	8	8.500
IENG3T	Ienergia ON	0,40	0,38	0,39	0,41	0,39	-	-	-	4	20.000
INEP4T	Inepar PN	15,94	15,94	15,95	15,95	15,95	-	-	-	2	1.000
JHSF3T	Jhsf Part ON NM	1,52	1,52	1,52	1,53	1,53	-	-	-	2	20.000
KEPL3T	Kepler Weber ON	0,14	0,14	0,14	0,15	0,15	-	-	-	2	20.000

Mercado a termo 90 dias – continuação

Cód.	Emp./Ação	Abert.	Mín.	Méd.	Max.	Fech.	Oscil. (%)	Compr.	Venda	N°	Quant.
LLXL3T	Llx Log ON ES NM	1,63	1,63	1,64	1,65	1,65	-	-	-	4	60.000
MAGG3T	Magnesita Sa ON NM	5,09	5,09	5,09	5,10	5,10	-	-	-	2	1.500
MMXM3T	Mmx Miner ON NM	3,60	3,60	3,62	3,62	3,62	-	-	-	4	100.000
PETR4T	Petrobras PN	29,66	29,30	29,50	29,69	29,69	-	-	-	16	18.684
RSID3T	Rossi Resid ON NM	3,84	3,84	3,84	3,85	3,85	-	-	-	2	6.000
SDIA4T	Sadia S/a PN N1	3,25	3,25	3,25	3,26	3,26	-	-	-	4	3.400
CSNA3T	Sid Nacional ON ED	35,03	35,03	35,03	35,04	35,04	-	-	-	2	100
CRUZ3T	Souza Cruz ON ED	45,93	45,87	45,89	45,94	45,88	-	-	-	4	900
TOYB3T	Tectoy ON *	0,08	0,08	0,08	0,09	0,09	-	-	-	2	20.000
TMCP4T	Telemig Part PN	42,78	42,78	42,78	42,79	42,79	-	-	-	6	280.900
TCSL3S	Tim Part S/a ON	6,17	6,17	6,17	6,18	6,18	-	-	-	2	15.000
UNIP6T	Unipar PNB N1	0,62	0,59	0,60	0,63	0,60	-	-	-	4	55.000
USIM5T	Usiminas PNA N1	29,58	29,58	29,79	29,80	29,80	-	-	-	6	5.100
VALE5T	Vale R Doce PNA N1	27,29	27,29	27,36	27,60	27,60	-	-	-	6	1.300
VIVO4T	Vivo PN ED	31,22	31,22	31,22	31,23	31,23	-	-	-	2	2.000
WEGE3T	WEG ON EJ NM	11,78	11,78	11,79	11,80	11,80	-	-	-	4	1.000

Mercado a termo 120 dias

Cód.	Emp./Ação	Abert.	Mín.	Méd.	Max.	Fech.	Oscil. (%)	Compr.	Venda	N°	Quant.
AMBV4T	Ambev PN	116,13	116,13	116,13	116,14	116,14	-	-	-	2	1.000
BBDC3T	Bradesco ON N1	19,59	19,58	19,59	19,60	19,59	-	-	-	4	1.000
GGBR3T	Gerdau ON N1	10,33	10,33	10,39	10,61	10,61	-	-	-	4	14.000
MAGG3T	Magnesita Sa ON NM	5,25	5,25	5,25	5,26	5,26	-	-	-	2	200
MEND6T	Mendes Jr PNB	31,92	29,87	31,63	31,93	29,88	-	-	-	4	700
VALE5T	Vale R Doce PNA N1	27,54	27,54	27,55	27,55	27,55	-	-	-	2	3.000

Mercado a termo 180 dias

Cód.	Emp./Ação	Mín.	Méd.	Max.	Fech.	Oscil. (%)	Compr.	Venda	N°	Quant.
ELPL6T	Eletropaulo PNB N2	34,21	34,21	34,22	34,22	-	-	-	2	200
KEPL3T	Kepler Weber ON	0,14	0,15	0,15	0,15	-	-	-	2	100.000
RAPT4T	Randon Part PN N1	5,94	5,95	5,95	5,95	-	-	-	2	5.000

Mercado a termo outros

Cód.	Emp./Ação	Prazo	Mín.	Méd.	Max.	Fech.	Oscil. (%)	Compr.	Venda	N°	Quant.
ARCZ6T	Aracruz PNB N1	016	1,53	1,55	1,56	1,56	-	-	-	6	20.000
BTOW3T	B2w Varejo ON ED NM	346	23,62	23,62	23,63	23,63	-	-	-	2	24.000
BTOW3T	B2w Varejo ON ED NM	353	23,67	23,67	23,68	23,68	-	-	-	2	24.000
BVMF3T	Bmf Bovespa ON NM	016	7,13	7,18	7,24	7,14	-	-	-	4	4.000
BBDC4T	Bradesco PN N1	051	23,12	23,14	23,14	23,13	-	-	-	10	4.000
BBAS3T	Brasil ON EJ NM	016	16,99	16,99	17,00	17,00	-	-	-	2	5.000
BBAS3T	Brasil ON EJ NM	062	17,16	17,17	17,17	17,17	-	-	-	2	4.000
BBAS3T	Brasil ON EJ NM	104	17,42	17,61	17,64	17,64	-	-	-	34	1.200.000
CCIM3T	Cc Des Imob ON NM	024	2,02	2,02	2,03	2,03	-	-	-	2	43.500
CLSC6T	Celesc PNB N2	062	32,28	32,29	32,29	32,29	-	-	-	6	2.500
CMIG4T	Cemig PN N1	062	34,87	34,88	34,88	34,88	-	-	-	2	1.000
CESP6T	Cesp PNB N1	029	13,09	13,09	13,10	13,10	-	-	-	2	7.200
CESP6T	Cesp PNB N1	062	13,20	13,21	13,21	13,21	-	-	-	2	1.000
COCE5T	Coelce PNA	062	22,94	23,03	23,06	23,06	-	-	-	8	2.000
CNFB4T	Confab PN N1	062	4,11	4,12	4,12	4,12	-	-	-	2	10.000
CSMG3T	Copasa ON I08 NM	051	19,70	19,88	19,99	19,71	-	-	-	8	5.000
CSAN3T	Cosan ON NM	016	9,72	9,78	10,06	10,06	-	-	-	6	9.500
CSAN3T	Cosan ON NM	024	9,70	9,70	9,71	9,71	-	-	-	2	41.400
CRDE3T	CR2 ON NM	016	3,18	3,19	3,19	3,19	-	-	-	2	25.000
DUFB11T	Dufrybras DR3	016	14,77	14,78	14,88	14,78	-	-	-	4	5.100
DUFB11T	Dufrybras DR3	021	15,16	15,16	15,17	15,17	-	-	-	2	4.000
DURA4T	Duratex PN N1	016	14,55	14,56	14,58	14,56	-	-	-	4	200
ELET3T	Eletrobras ON N1	062	25,89	25,90	25,91	25,91	-	-	-	6	6.000
ELET6T	Eletrobras PNB N1	016	24,98	24,98	24,99	24,99	-	-	-	2	600
ELPL6T	Eletropaulo PNB N2	069	33,15	33,16	33,16	33,16	-	-	-	2	17.000
ELPL6T	Eletropaulo PNB N2	071	33,18	33,18	33,19	33,19	-	-	-	2	17.000
ELPL6T	Eletropaulo PNB N2	076	33,20	33,21	33,21	33,21	-	-	-	2	18.000
ELPL6T	Eletropaulo PNB N2	150	33,95	33,95	33,96	33,96	-	-	-	2	200
ELPL6T	Eletropaulo PNB N2	210	34,49	34,49	34,50	34,50	-	-	-	2	200
FFTL4T	Fosfertil PN	062	13,75	13,76	13,76	13,76	-	-	-	2	4.000
GFSA3T	Gafisa ON NM	062	12,06	12,06	12,07	12,07	-	-	-	2	2.000
GFSA3T	Gafisa ON NM	129	12,31	12,32	12,33	12,32	-	-	-	4	3.000
GGBR4T	Gerdau PN N1	016	12,93	12,94	12,95	12,94	-	-	-	4	4.000
GGBR4T	Gerdau PN N1	062	13,19	13,20	13,21	13,21	-	-	-	4	1.200
GOLL4T	GOL PN ES N2	062	6,81	6,82	6,82	6,82	-	-	-	2	500
GPIV11T	Gp Invest DR3	016	6,01	6,02	6,02	6,02	-	-	-	2	5.000
IDNT3T	Ideiasnet ON NM	017	1,91	1,91	1,92	1,92	-	-	-	2	3.000
INPR3T	Inpar S/a ON NM	051	1,58	1,58	1,59	1,59	-	-	-	2	250.000
KEPL3T	Kepler Weber ON	045	0,14	0,14	0,15	0,15	-	-	-	2	460.000
KLBN4T	Klabin S/a PN N1	062	2,90	2,90	2,91	2,91	-	-	-	2	14.000
LIGT3T	Light S/a ON NM	020	22,78	22,78	22,80	22,79	-	-	-	4	3.000
MAGG3T	Magnesita Sa ON NM	037	5,02	5,04	5,04	5,03	-	-	-	4	56.000
MMXM3T	Mmx Miner ON NM	016	3,56	3,57	3,57	3,57	-	-	-	2	30.000
NATU3T	Natura ON NM	062	22,71	22,71	22,72	22,72	-	-	-	8	4.000
PMAM3T	Paranapanema ON N1	062	2,46	2,47	2,47	2,47	-	-	-	2	3.000
PRGA3T	Perdigao S/a ON NM	016	29,54	29,55	29,55	29,55	-	-	-	2	3.000
PETR4T	Petrobras PN	016	29,23	29,24	29,24	29,24	-	-	-	4	100.000
PETR4T	Petrobras PN	024	28,79	28,85	28,89	28,80	-	-	-	4	1.500
PETR4T	Petrobras PN	045	28,89	29,26	29,28	29,28	-	-	-	4	52.000
PETR4T	Petrobras PN	051	28,97	29,00	29,03	29,03	-	-	-	4	20.000
PETR4T	Petrobras PN	062	29,02	29,35	29,39	29,03	-	-	-	8	2.800
SDIA3T	Sadia S/a ON N1	016	5,06	5,07	5,07	5,07	-	-	-	2	1.000
SDIA4T	Sadia S/a PN N1	045	3,18	3,22	3,22	3,22	-	-	-	4	103.000
SDIA4T	Sadia S/a PN N1	062	3,19	3,22	3,25	3,22	-	-	-	8	141.000
CSNA3T	Sid Nacional ON ED	016	33,91	33,93	33,93	33,93	-	-	-	4	61.300
CSNA3T	Sid Nacional ON ED	062	35,00	35,01	35,01	35,01	-	-	-	2	1.000
SFSA4T	Sofisa PN N2	045	3,79	3,83	3,85	3,85	-	-	-	4	42.000
CRUZ3T	Souza Cruz ON ED	062	44,49	45,30	45,71	44,50	-	-	-	6	3.000
TAMM4T	Tam S/a PN N2	022	13,05	13,06	13,06	13,06	-	-	-	2	300
TAMM4T	Tam S/a PN N2	045	13,45	13,45	13,46	13,46	-	-	-	2	13.000
TAMM4T	Tam S/a PN N2	062	13,07	13,08	13,08	13,08	-	-	-	2	5.000
TNLP4T	Telemar PN	062	31,27	31,27	31,28	31,28	-	-	-	2	3.000
TCSL3T	Tim Part S/a ON	047	6,16	6,16	6,17	6,17	-	-	-	2	100
TCSL4T	Tim Part S/a PN	016	2,89	2,89	2,90	2,90	-	-	-	2	20.000
TOTS3T	Totvs ON ED NM	016	41,20	41,31	42,72	42,72	-	-	-	8	5.000
TOTS3T	Totvs ON ED NM	021	41,27	41,27	41,28	41,28	-	-	-	2	2.000
USIM5T	Usiminas PNA N1	045	29,95	29,98	30,02	30,02	-	-	-	4	20.000
USIM5T	Usiminas PNA N1	062	29,35	29,51	29,55	29,36	-	-	-	4	1.300
VCPA4T	V C P PN N1	016	11,06	11,06	11,07	11,07	-	-	-	4	1.000
VALE5T	Vale R Doce PNA N1	016	26,85	26,87	26,88	26,88	-	-	-	4	9.300
VALE5T	Vale R Doce PNA N1	020	26,90	26,91	26,91	26,91	-	-	-	2	170
VALE5T	Vale R Doce PNA N1	021	27,41	27,41	27,42	27,42	-	-	-	2	20
VALE5T	Vale R Doce PNA N1	024	26,92	27,09	27,29	27,00	-	-	-	16	6.800
VALE5T	Vale R Doce PNA N1	045	27,27	27,28	27,28	27,28	-	-	-	2	50.000
VALE5T	Vale R Doce PNA N1	051	27,27	27,28	27,28	27,28	-	-	-	2	24.000
VALE5T	Vale R Doce PNA N1	059	27,47	27,47	27,48	27,48	-	-	-	2	1.000
VALE5T	Vale R Doce PNA N1	062	27,06	27,33	27,42	27,16	-	-	-	20	13.400
VIVO4T	Vivo PN ED	062	31,55	31,56	31,56	31,56	-	-	-	2	1.000

Direitos e recibos

Cód.	Emp./Ação	Mín.	Méd.	Max.	Fech.	Oscil. (%)	Compr.	Venda	N°	Quant.
GOLL1	GOL DIR ORD N2	-	-	-	-	-	0,01	-	-	-
GOLL2	GOL DIR PRE N2	0,09	0,11	0,11	0,10	-9,09	0,10	0,11	39	34.300
LLXL1	Llx Log DIR ORD NM	0,04	0,06	0,07	0,07	+16,66	0,06	0,07	151	3.688.900
TELB9	Telebras ON *REC	0,33	0,34	0,35	0,35	-2,77	0,33	0,35	9	25.300
VCPA2	V C P DIR PRE N1	0,01	0,01	0,01	0,01	-	-	0,01	1	600

Bônus privados

Cód.	Emp./Ação	Mín.	Méd.	Max.	Fech.	Oscil. (%)	Compr.	Venda	N°	Quant.
BBAS13	Brasil BNS C NM	18,00	19,30	19,50	19,50	+7,73	18,41	19,90	8	3.700

Opções de compra

Cód.	Emp./Ação	Vcto.	Preço	Mín.	Méd.	Max.	Fech.	Oscil. (%)	Compr.	Venda	N°	Quant.
AMBVD14	Ambv PN	ABR/09	114,00	-	-	-	-	-	-	2,80	-	-
AMBVE18	Ambv PN	MAI/09	118,00	3,12	3,12	3,12	3,12	-	-	-	1	100
BBASD13	Bbas /ej ON NM	ABR/09	12,85	3,80	3,80	3,80	3,80	+1,06	2,00	4,60	1	100
BBASD16	Bbas /ej ON NM	ABR/09	15,55	-	-	-	-	-	0,01	-	-	-
BBASD17	Bbas /ej ON NM	ABR/09	16,85	-	-	-	-	-	0,22	2,50	-	-
BBASD18	Bbas /ej ON NM	ABR/09	18,00	0,26	0,26	0,26	0,26	-	-	-	1	100
BBASD1	Bbase /ej ON NM	ABR/09	16,35	-	-	-	-	-	0,52	-	-	-
BBDCD20	Bbdc PN N1	ABR/09	20,00	3,50	3,50	3,50	3,50	+15,89	1,60	4,00	1	1.000
BBDCD22	Bbdc PN N1	ABR/09	21,99	1,48	1,57	1,95	1,85	+25,00	1,61	1,99	22	10.400
BBDCD24	Bbdc PN N1	ABR/09	23,99	0,48	0,53	0,83	0,77	+50,98	0,49	0,77	27	14.100
BBDCD26	Bbdc PN N1	ABR/09	25,99	-	-	-	-	-	0,03	0,30	-	-
BBDCE24	Bbdc PN N1	MAI/09	24,00	0,99	1,11	1,35	1,35	+22,72	1,15	1,35	10	10.000
BBDCE26	Bbdc PN N1	MAI/09	26,00	0,55	0,55	0,55	0,55	-31,25	-	-	1	100
BBDCD10	Bbdce ON N1	ABR/09	20,99	0,20	0,20	0,20	0,20	-9,09	0,10	0,30	1	100
BBDCD23	Bbdce PN N1	ABR/09	23,00	0,90	1,15	1,15	1,15	-20,13	-	-	6	45.400
BBDCD25	Bbdce PN N1	ABR/09	24,99	-	-	-	-	-	0,10	-	-	-
BBDCD6	Bbdce PN N1	ABR/09	25,50	0,16	0,16	0,16	0,16	-23,80	-	-	1	12.300
BBDCD95	Bbdce PN N1	ABR/09	23,49	0,70	0,70	0,70	0,70	-2,77	0,60	0,80	1	1
BOVAE42	Bova CI	MAI/09	42,00	2,48	2,48	2,48	2,48	-16,49	2,07	2,48	1	100
BOVAK44	Bova CI	NOV/09	44,00	-	-	-	-	-	-	6,00	-	-
BRKME6	Brkm PNA N1	MAI/09	6,00	-	-	-	-	-	-	0,40	-	-
BTOWD21	Btowe /ed ON NM	ABR/09	21,00	1,18	1,18	1,18	1,18	-	-	-	2	500
BVMFD6	Bvmf ON NM	ABR/09	6,00	1,21	1,22	1,30	1,21	-30,85	1,10	1,30	6	2.400
BVMFD7	Bvmf ON NM	ABR/09	7,00	0,32	0,41	0,50	0,38	-24,00	0,27	0,40	9	23.200
BVMFD8	Bvmf ON NM	ABR/09	8,00	0,07	0,07	0,07	0,07	-30,00	0,01	0,07	3	900
BVMFD2	Bvmfe ON NM	ABR/09	6,50	-	-	-	-	-	0,05	-	-	-
BVMFD3	Bvmfe ON NM	ABR/09	7,50	-	-	-	-	-	-	0,30	-	-
BVMFE4	Bvmfe ON NM	MAI/09	8,50	-	-	-	-	-	-	0,40	-	-
CMIGD33	Cmige PN N1	ABR/09	33,00	2,13	2,13	2,13	2,13	+83,62	2,13	-	1	600
CPFED32	Cpfe ON NM	ABR/09	32,00	-	-	-	-	-	0,05	-	-	-
CSNAD32	Csna /ed ON	ABR/09	30,02	4,95	5,33	5,70	4,95	+10,49	-	-	2	200
CSNAD36	Csna /ed ON	ABR/09	34,02	1,53	1,70	2,00	2,00	+4,71	0,01	-	4	600
CSNAD38	Csna /ed ON	ABR/09	36,02	1,00	1,19	1,30	1,30	+88,40	0,30	1,50	15	6.200
CSNAD40	Csna /ed ON	ABR/09	38,02	0,65	0,66	0,68	0,68	+65,85	-	0,80	3	2.500
CSNAD35	Csnae /ed ON	ABR/09	33,02	3,04	3,04	3,04	3,04	+22,08	-	-	2	5.000
CZRSE1	Czrs PN N1	MAI/10	6,00	1,03	1,03	1,03	1,03	-0,96	0,70	1,24	1	5.000
GFSAD11	Gfsa ON NM	ABR/09	11,00	0,88	0,88	0,88	0,88	-	-	-	2	1.000
GGBRD11	Ggbr PN N1	ABR/09	11,00	-	-	-	-	-	1,90	2,50	-	-
GGBRD12	Ggbr PN N1	ABR/09	11,96	-	-	-	-	-	1,08	1,60	-	-
GGBRD13	Ggbr PN N1	ABR/09	13,00	0,47	0,52	0,60	0,47	-6,00	0,46	0,75	8	4.300
GGBRD14	Ggbr PN N1	ABR/09	13,96	0,14	0,21	0,26	0,21	-	0,17	0,25	19	19.700
GGBRD15	Ggbr PN N1	ABR/09	15,00	-	-	-	-	-	-	0,20	-	-
GGBRE12	Ggbr PN N1	MAI/09	12,00	1,48	1,48	1,48	1,48	-1,33	1,48	-	3	50.000
GGBRD32	Ggbre PN N1	ABR/09	11,50	1,50	1,50	1,50	1,50	+45,63	-	-	2	50.000
GGBRD33	Ggbre PN N1	ABR/09	12,50	0,79	0,79	0,79	0,79	+21,53	-	-	1	100
GGBRD34	Ggbre PN N1	ABR/09	13,50	0,39	0,39	0,39	0,39	-38,09	-	-	1	200
GOAUD20	Goau PN N1	ABR/09	20,00	-	-	-	-	-	-	0,30	-	-
ITAUD22	Itau PN N1	ABR/09	21,82	3,95	3,95	3,95	3,95	+4,77	-	-	3	163.500
ITAUD24	Itau PN N1	ABR/09	23,81	-	-	-	-	-	2,70	-	-	-
ITAUD28	Itau PN N1	ABR/09	27,81	-	-	-	-	-	-	0,35	-	-
ITAUE26	Itau PN N1	MAI/09	26,00	1,76	1,81	1,86	1,78	-	-	-	6	200.000
ITAUD25	Itaue PN N1	ABR/09	25,00	1,40	1,40	1,40	1,40	-5,40	-	-	3	89.500
ITAUD27	Itaue PN N1	ABR/09	26,81	0,58	0,58	0,58	0,58	-44,23	0,57	-	3	134.200
ITAUD96	Itaue PN N1	ABR/09	25,88	0,93	0,93	0,93	0,93	-34,04	-	-	3	44.800
ITSAD7	Itsa PN N1	ABR/09	6,76	-	-	-	-	-	0,30	2,50	-	-
ITSAD8	Itsa PN N1	ABR/09	7,76	0,51	0,51	0,51	0,51	+6,25	0,35	0,80	1	1.000
ITSAD9	Itsa PN N1	ABR/09	8,76	-	-	-	-	-	-	0,15	-	-
ITSAD2	Itsae PN N1	ABR/09	8,26	-	-	-	-	-	0,01	0,49	-	-
KEPLD14	Kepl ON	ABR/09	0,14	-	-	-	-	-	-	0,02	-	-
KEPLD15	Kepl ON	ABR/09	0,15	-	-	-	-	-	-	0,01	-	-
LAMEE5	Lame /edj PN	MAI/09	4,96	-	-	-	-	-	0,81	-	-	-
LAMED2	Lamee /edj PN	ABR/09	6,50	0,27	0,27	0,27	0,27	-	-	0,40	2	1.500
MMXMD1	Mmxm ON NM	ABR/09	3,50	-	-	-	-	-	0,12	0,29	-	-
NETCD1	Netce PN N2	ABR/09	12,50	-	-	-	-	-	2,01	-	-	-
NETCD5	Netce PN N2	ABR/09	16,50	-	-	-	-	-	-	1,99	-	-
NETCD6	Netce PN N2	ABR/09	17,50	-	-	-	-	-	-	1,49	-	-
NETCE7	Netce PN N2	MAI/09	18,50	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OGXPF3	Ogxp ON NM	JUN/09	900,00	26,20	26,20	26,20	26,20	-	-	-	2	1.000
OGXPA10	Ogxp ON NM	JAN/10	1.000,00	101,00	101,00	101,00	101,00	+6,20	-	-	1	6.000
OGXPA12	Ogxp ON NM	JAN/10	1.050,00	58,00	58,00	58,00	58,00	-	-	-	2	2.000
OGXPA13	Ogxp ON NM	JAN/10	1.100,00	58,00	58,00	58,00	58,00	-	-	-	2	2.000
OGXPA14	Ogxp ON NM	JAN/10	1.250,00	48,00	48,00	48,00	48,00	-	-	-	1	12.000
OGXPA15	Ogxp ON NM	JAN/10	1.500,00	23,00	23,00	23,00	23,00	-	-	-	1	6.000
OGXPA8	Ogxp ON NM	JAN/10	850,00	129,00	131,88	133,32	133,32	+1,00	-	-	4	3.000
PETRD18	Petr PN	ABR/09	18,00	11,05	11,05	11,05	11,05	+4,14	10,51	11,69	1	1.000
PETRD20	Petr PN	ABR/09	19,32	9,18	9,67	10,00	9,43	-0,73	9,18	9,48	145	104.600
PETRD22	Petr PN	ABR/09	22,00	6,62	6,92	7,50	6,87	-0,29	6,55	6,87	138	82.900
PETRD24	Petr PN	ABR/09	24,00	4,68	5,00	5,55	4,80	-5,69	4,80	4,90	329	513.500
PETRD26	Petr PN	ABR/09	26,00	2,99	3,26	3,67	3,02	-8,48	3,02	3,10	1.825	2.318.000
PETRD28	Petr PN	ABR/09	28,00	1,57	1,77	2,10	1,63	-10,43	1,62	1,63	6.879	19.128.000
PETRD30	Petr PN	ABR/09	30,00	0,65	0,78	0,98	0,65	-20,73	0,64	0,65	8.414	35.169.200
PETRD32	Petr PN	ABR/09	32,00	0,24	0,30	0,40	0,24	-29,41	0,24	0,25	3.684	16.597.000
PETRD34	Petr PN	ABR/09	34,00	0,09	0,11	0,14	0,10	-9,09	0,09	0,10	536	4.653.400
PETRD36	Petr PN	ABR/09	36,00	0,03	0,04	0,05	0,04	+33,33	0,03	0,04	166	1.354.800
PETRD38	Petr PN	ABR/09	37,32	0,02	0,02	0,03	0,03	-	0,02	0,03	23	60.600
PETRD40	Petr PN	ABR/09	40,00	0,01	0,01	0,01	0,01	-	0,01	0,02	5	310.200
PETRD42	Petr PN	ABR/09	42,00	0,01	0,01	0,01	0,01	-	-	0,01	37	963.800
PETRE16	Petr PN	MAI/09	16,00	-	-	-	-	-	10,41	-	-	-
PETRE18	Petr PN	MAI/09	18,00	-	-	-	-	-	9,01	-	-	-
PETRE20	Petr PN	MAI/09	20,00	8,91	9,03	9,21	9,05	+0,55	8,81	9,40	6	700
PETRE22	Petr PN	MAI/09	22,00	7,00	7,07	7,70	7,00	-2,23	6,90	7,44	35	13.000
PETRE24	Petr PN	MAI/09	24,00	5,20	5,52	5,60	5,20	-4,23	5,11	5,20	35	26.700
PETRE26	Petr PN	MAI/09	26,00	3,61	3,74	4,22	3,62	-5,72	3,62	3,70	79	61.700
PETRE28	Petr PN	MAI/09	28,00	2,31	2,50	2,75	2,31	-5,71	2,31	2,43	346	229.200
PETRE30	Petr PN	MAI/09	30,00	1,40	1,51	1,64	1,40	-3,44	1,40	1,41	929	802.100
PETRE32	Petr PN	MAI/09	32,00	0,77	0,83	0,97	0,81	-2,40	0,76	0,81	307	260.400
PETRE34	Petr PN	MAI/09	34,00	0,39	0,43	0,55	0,41	-4,65	0,39	0,41	254	194.700
PETRE36	Petr PN	MAI/09	36,00	0,20	0,22	0,26	0,20	-4,76	0,20	0,23	54	86.300
PETRE38	Petr PN	MAI/09	38,00	0,10	0,10	0,11	0,10	-16,66	0,10	0,11	6	17.400
PETRE40	Petr PN	MAI/09	40,00	0,06	0,07	0,10	0,06	-14,28	0,05	0,06	13	20.500
PETRF22	Petr PN	JUN/09	21,32	8,01	8,08	8,21	8,21	+2,49	8,01	10,49	3	300
PETRF24	Petr PN	JUN/09	24,00	5,55	5,80	6,00	6,00	+5,82	5,61	6,00	8	800
PETRF26	Petr PN	JUN/09	26,00	4,27	4,47	4,58	4,27	-0,69	4,11	4,89	4	800
PETRF28	Petr PN	JUN/09	27,32	3,40	3,47	3,55	3,40	-5,29	3,32	3,75	12	7.400
PETRF30	Petr PN	JUN/09	30,00	1,92	2,10	2,10	1,92	+1,05	1,80	2,08	16	311.600
PETRF32	Petr PN	JUN/09	32,00	1,30	1,30	1,30	1,30	-19,25	1,21	1,30	4	800
PETRF34	Petr PN	JUN/09	34,00	0,81	0,84	0,90	0,83	-2,35	0,82	0,88	21	29.000
PETRF36	Petr PN	JUN/09	36,00	0,45	0,49	0,50	0,50	+2,04	0,46	0,50	8	12.900
PETRF38	Petr PN	JUN/09	38,00	0,27	0,29	0,30	0,30	+25,00	0,25	0,31	4	3.900
PETRG26	Petr PN	JUL/09	26,00	-	-	-	-	-	4,11	-	-	-
PETRK34	Petr PN	NOV/09	34,00	-	-	-	-	-	-	3,30	-	-
PETRL26	Petr PN	DEZ/09	26,00	-	-	-	-	-	0,02	10,15	-	-
PETRL30	Petr PN	DEZ/09	30,00	-	-	-	-	-	0,06	-	-	-
PETRL34	Petr PN	DEZ/09	34,00	-	-	-	-	-	0,20	-	-	-
PETRL40	Petr PN	DEZ/09	40,00	-	-	-	-	-	0,10	2,00	-	-
PETRL5	Petr PN	DEZ/09	27,32	-	-	-	-	-	0,01	-	-	-
PETRA18	Petr PN	JAN/10	18,00	-	-	-	-	-	0,02	-	-	-
PETRA32	Petr PN	JAN/10	32,00	-	-	-	-	-	0,02	-	-	-
PETRD3	Petre PN	ABR/09	21,10	-	-	-	-	-	7,01	9,79	-	-
PETRD88	Petre PN	ABR/09	22,32	-	-	-	-	-	6,21	-	-	-
PETRD90	Petre PN	ABR/09	19,00	-	-	-	-	-	9,01	-	-	-
PETRD92	Petre PN	ABR/09	15,00	-	-	-	-	-	12,01	15,99	-	-
PETRD93	Petre PN	ABR/09	26,32	2,99	2,99	2,99	2,99	-25,43	2,42	3,59	1	200
PETRD95	Petre PN	ABR/09	35,00	-	-	-	-	-	0,02	0,15	-	-
PETRD97	Petre PN	ABR/09	30,32	-	-	-	-	-	-	0,98	-	-

Opções de compra – continuação

Cód.	Emp./Ação	Vcto.	Preço	Mín.	Méd.	Max.	Fech.	Oscil. (%)	Compr.	Venda	N°	Quant.
PETRD99	Petre PN	ABR/09	42,50	-	-	-	-	-	-	0,01	-	-
PETRE15	Petre PN	MAI/09	15,00	-	-	-	-	-	13,01	-	-	-
PETRE35	Petre PN	MAI/09	35,00	-	-	-	-	-	0,21	0,41	-	-
PETRF98	Petre PN	JUN/09	39,32	0,10	0,11	0,12	0,12	-33,33	0,07	0,12	2	800
SDIAD1	Sdia PN N1	ABR/09	3,50	-	-	-	-	-	-	0,56	-	-
SDIAD3	Sdia PN N1	ABR/09	3,00	0,27	0,27	0,27	0,27	+285,71	0,20	0,28	2	500
SDIAD8	Sdia PN N1	ABR/09	3,20	0,15	0,15	0,15	0,15	-	0,15	0,30	2	3.000
TAMMD13	Tamm PN N2	ABR/09	13,00	0,41	0,41	0,41	0,41	-	-	-	1	100
TNLPD22	Tnlp PN	ABR/09	22,00	-	-	-	-	-	8,81	-	-	-
TNLPD24	Tnlp PN	ABR/09	24,00	-	-	-	-	-	7,01	-	-	-
TNLPD26	Tnlp PN	ABR/09	26,00	5,41	6,20	6,89	6,89	+18,58	6,21	7,39	4	400
TNLPD28	Tnlp PN	ABR/09	28,00	3,32	4,03	5,19	4,51	+32,25	4,39	5,49	18	8.700
TNLPD30	Tnlp PN	ABR/09	30,00	1,71	2,47	3,20	2,71	+35,50	2,61	3,25	40	20.600
TNLPD32	Tnlp PN	ABR/09	32,00	0,55	0,94	1,59	1,30	+75,67	1,30	1,35	147	68.000
TNLPD34	Tnlp PN	ABR/09	34,00	0,19	0,40	0,55	0,35	+40,00	0,35	0,38	144	84.100
TNLPD36	Tnlp PN	ABR/09	36,00	0,05	0,08	0,10	0,08	+14,28	0,07	0,09	13	10.800
TNLPD38	Tnlp PN	ABR/09	38,00	-	-	-	-	-	0,03	0,10	-	-
TNLPE26	Tnlp PN	MAI/09	26,00	-	-	-	-	-	3,81	-	-	-
TNLPE28	Tnlp PN	MAI/09	28,00	-	-	-	-	-	3,21	6,99	-	-
TNLPE30	Tnlp PN	MAI/09	30,00	-	-	-	-	-	2,00	4,59	-	-
TNLPE32	Tnlp PN	MAI/09	32,00	1,56	1,94	2,49	2,21	+29,23	1,81	2,79	6	1.400
TNLPE34	Tnlp PN	MAI/09	34,00	0,99	1,10	1,38	1,21	+21,00	0,91	1,48	10	15.800
TNLPE36	Tnlp PN	MAI/09	36,00	0,41	0,55	0,69	0,61	+35,55	0,41	0,74	4	1.200
TNLPE38	Tnlp PN	MAI/09	38,00	-	-	-	-	-	-	0,49	-	-
TNLPE40	Tnlp PN	MAI/09	40,00	-	-	-	-	-	0,03	0,59	-	-
TNLPD98	Tnlpe PN	ABR/09	40,00	-	-	-	-	-	-	0,07	-	-
TNLPD99	Tnlpe PN	ABR/09	45,00	-	-	-	-	-	-	0,05	-	-
UOLLI11	Uoll PN N2	DEZ/09	11,00	-	-	-	-	-	-	1,00	-	-
USIMD24	Usim PNA N1	ABR/09	24,00	5,69	5,69	5,69	5,69	+106,90	-	-	2	5.000
USIMD28	Usim PNA N1	ABR/09	27,50	2,08	2,08	2,08	2,08	-30,66	1,15	4,10	1	200
USIMD30	Usim PNA N1	ABR/09	29,50	-	-	-	-	-	0,60	1,50	-	-
USIMD32	Usim PNA N1	ABR/09	31,50	-	-	-	-	-	-	1,00	-	-
USIME30	Usim PNA N1	MAI/09	30,00	-	-	-	-	-	0,01	2,50	-	-
USIMD25	Usime PNA N1	ABR/09	24,50	-	-	-	-	-	0,30	-	-	-
USIMD31	Usime PNA N1	ABR/09	31,00	0,45	0,45	0,45	0,45	+7,14	-	-	1	200
USIMD5	Usime PNA N1	ABR/09	28,50	1,87	1,87	1,87	1,87	-	-	-	2	800
VALED18	Vale PNA N1	ABR/09	18,00	-	-	-	-	-	8,71	9,89	-	-
VALED20	Vale PNA N1	ABR/09	20,00	6,78	7,16	7,37	7,37	+10,32	6,90	7,50	12	5.300
VALED22	Vale PNA N1	ABR/09	22,00	4,80	5,06	5,50	5,17	+6,16	5,01	5,50	136	188.800
VALED24	Vale PNA N1	ABR/09	24,00	3,10	3,38	3,60	3,28	+5,12	3,27	3,28	585	664.700
VALED26	Vale PNA N1	ABR/09	26,00	1,63	1,85	2,04	1,80	+5,88	1,79	1,80	5.395	10.628.000
VALED28	Vale PNA N1	ABR/09	28,00	0,73	0,85	0,96	0,82	+2,50	0,82	0,83	7.332	27.997.100
VALED30	Vale PNA N1	ABR/09	30,00	0,26	0,30	0,35	0,28	-6,66	0,28	0,29	3.795	17.417.600
VALED32	Vale PNA N1	ABR/09	32,00	0,09	0,11	0,13	0,10	-	0,10	0,11	1.044	4.981.800
VALED34	Vale PNA N1	ABR/09	34,00	0,03	0,04	0,05	0,03	-25,00	0,03	0,04	280	2.217.400
VALED36	Vale PNA N1	ABR/09	36,00	0,01	0,02	0,03	0,01	-50,00	0,01	0,02	60	486.200
VALED38	Vale PNA N1	ABR/09	38,00	0,01	0,01	0,02	0,01	-	0,01	0,02	12	221.000
VALED40	Vale PNA N1	ABR/09	40,00	0,01	0,01	0,02	0,01	-	0,01	0,02	11	174.400
VALED42	Vale PNA N1	ABR/09	41,42	0,01	0,01	0,01	0,01	-	-	0,01	14	357.000
VALED44	Vale PNA N1	ABR/09	44,00	-	-	-	-	-	-	0,01	-	-
VALEE18	Vale PNA N1	MAI/09	18,00	9,02	9,02	9,02	9,02	-	9,01	-	1	100
VALEE20	Vale PNA N1	MAI/09	20,00	7,33	7,33	7,33	7,33	+4,56	7,31	-	2	200
VALEE22	Vale PNA N1	MAI/09	22,00	5,50	5,69	5,85	5,50	-	5,41	5,50	17	9.600
VALEE24	Vale PNA N1	MAI/09	24,00	3,65	3,81	4,15	3,72	+6,28	3,72	4,20	68	52.400
VALEE26	Vale PNA N1	MAI/09	26,00	2,35	2,61	2,78	2,53	+7,65	2,53	2,71	131	99.600
VALEE28	Vale PNA N1	MAI/09	28,00	1,40	1,57	1,66	1,50	-	1,50	1,59	193	269.800
VALEE30	Vale PNA N1	MAI/09	30,00	0,74	0,85	0,91	0,83	-2,35	0,81	0,83	290	270.200
VALEE32	Vale PNA N1	MAI/09	32,00	0,40	0,43	0,50	0,45	+2,27	0,43	0,45	147	150.900
VALEE34	Vale PNA N1	MAI/09	34,00	0,20	0,22	0,25	0,21	-8,69	0,21	0,23	68	110.400
VALEE36	Vale PNA N1	MAI/09	36,00	0,10	0,11	0,11	0,11	-	0,10	0,12	11	9.600
VALEE38	Vale PNA N1	MAI/09	38,00	0,05	0,06	0,06	0,06	+20,00	0,05	0,07	6	18.700
VALEE40	Vale PNA N1	MAI/09	40,00	0,03	0,03	0,04	0,03	-	0,03	0,04	13	29.600
VALEE42	Vale PNA N1	MAI/09	42,00	-	-	-	-	-	0,01	0,07	-	-
VALEE44	Vale PNA N1	MAI/09	44,00	-	-	-	-	-	-	0,05	-	-
VALEF20	Vale PNA N1	JUN/09	20,00	7,41	7,41	7,41	7,41	-2,62	7,21	8,39	1	100
VALEF22	Vale PNA N1	JUN/09	22,00	-	-	-	-	-	5,81	6,49	-	-
VALEF24	Vale PNA N1	JUN/09	24,00	4,41	4,61	4,81	4,41	-11,97	4,41	4,99	3	300
VALEF26	Vale PNA N1	JUN/09	26,00	3,00	3,13	3,40	3,40	-2,57	2,81	3,55	4	400
VALEF28	Vale PNA N1	JUN/09	28,00	2,10	2,18	2,25	2,11	-3,65	2,10	2,99	11	107.400
VALEF30	Vale PNA N1	JUN/09	30,00	1,30	1,40	1,55	1,40	-	1,35	1,59	13	6.100
VALEF32	Vale PNA N1	JUN/09	32,00	0,87	0,93	0,98	0,98	+7,69	0,81	0,98	3	500
VALEF34	Vale PNA N1	JUN/09	34,00	-	-	-	-	-	0,51	0,83	-	-
VALEF36	Vale PNA N1	JUN/09	36,00	-	-	-	-	-	0,21	0,49	-	-
VALEF38	Vale PNA N1	JUN/09	38,00	-	-	-	-	-	0,15	0,30	-	-
VALEF40	Vale PNA N1	JUN/09	40,00	-	-	-	-	-	0,11	0,16	-	-
VALEF42	Vale PNA N1	JUN/09	42,00	-	-	-	-	-	0,07	0,10	-	-
VALEL26	Vale PNA N1	DEZ/09	26,00	-	-	-	-	-	0,02	20,00	-	-
VALEL28	Vale PNA N1	DEZ/09	28,00	-	-	-	-	-	0,03	-	-	-
VALEL30	Vale PNA N1	DEZ/09	30,00	-	-	-	-	-	0,20	-	-	-
VALED19	Valee ON N1	ABR/09	19,00	-	-	-	-	-	6,20	-	-	-
VALED11	Valee PNA N1	ABR/09	27,50	-	-	-	-	-	0,51	1,99	-	-
VALED3	Valee PNA N1	ABR/09	30,50	-	-	-	-	-	0,11	0,29	-	-
VALED89	Valee PNA N1	ABR/09	23,00	-	-	-	-	-	3,51	-	-	-
VALED9	Valee PNA N1	ABR/09	29,00	-	-	-	-	-	0,11	0,99	-	-
VALED90	Valee PNA N1	ABR/09	21,00	-	-	-	-	-	5,01	-	-	-
VALED91	Valee PNA N1	ABR/09	19,00	-	-	-	-	-	6,81	-	-	-
VALED92	Valee PNA N1	ABR/09	17,00	-	-	-	-	-	9,21	10,50	-	-
VALED93	Valee PNA N1	ABR/09	27,00	-	-	-	-	-	0,51	1,99	-	-
VALED97	Valee PNA N1	ABR/09	31,00	-	-	-	-	-	-	0,29	-	-
VALED98	Valee PNA N1	ABR/09	50,00	-	-	-	-	-	-	0,09	-	-
VALED99	Valee PNA N1	ABR/09	54,42	-	-	-	-	-	-	0,02	-	-
VALEF94	Valee PNA N1	JUN/09	17,00	-	-	-	-	-	10,01	-	-	-
VALEF99	Valee PNA N1	JUN/09	50,00	-	-	-	-	-	-	0,07	-	-
VCPAD13	Vcpa PN N1	ABR/09	13,00	0,05	0,05	0,05	0,05	-68,75	-	-	1	20.000

Opções de venda

Cód.	Emp./Ação	Vcto.	Preço	Mín.	Méd.	Max.	Fech.	Oscil. (%)	Compr.	Venda	N°	Quant.
BBDCP17	Bbdce PN N1	ABR/09	16,99	-	-	-	-	-	0,05	-	-	-
BBDCP20	Bbdce PN N1	ABR/09	19,99	0,01	0,01	0,01	0,01	-98,57	0,01	-	1	12.300
BBDCP23	Bbdce PN N1	ABR/09	23,00	0,78	0,78	0,78	0,78	-	-	-	1	12.300
BBDCP24	Bbdce PN N1	ABR/09	24,00	1,10	1,10	1,10	1,10	-	-	1,50	1	300
GGBRP13	Ggbre PN N1	ABR/09	12,96	-	-	-	-	-	0,10	-	-	-
ITAUP20	Itaue PN N1	ABR/09	19,81	-	-	-	-	-	0,06	-	-	-
OGXPR3	Ogxpe ON NM	JUN/09	900,00	180,76	183,73	186,70	186,70	-	-	-	4	4.000
OGXPM1	Ogxpe ON NM	JAN/10	500,00	55,21	55,21	55,21	55,21	-22,62	-	-	2	40.000
OGXPM2	Ogxpe ON NM	JAN/10	700,00	130,03	130,03	130,03	130,03	-	-	-	4	20.100
OGXPM7	Ogxpe ON NM	JAN/10	350,00	26,90	26,90	26,90	26,90	-0,37	-	-	2	20.000
PETRP24	Petre PN	ABR/09	24,00	-	-	-	-	-	0,01	0,50	-	-
PETRP26	Petre PN	ABR/09	26,00	-	-	-	-	-	0,05	0,50	-	-
PETRP28	Petre PN	ABR/09	28,00	0,85	0,85	0,85	0,85	+21,42	-	0,98	2	5.000
PETRP30	Petre PN	ABR/09	30,00	-	-	-	-	-	0,01	2,28	-	-
PETRP88	Petre PN	ABR/09	22,32	-	-	-	-	-	0,01	-	-	-
PETRQ22	Petre PN	MAI/09	21,32	-	-	-	-	-	0,01	-	-	-
PETRQ28	Petre PN	MAI/09	28,00	1,40	1,47	1,49	1,48	-0,67	-	1,48	7	8.000
PETRQ30	Petre PN	MAI/09	30,00	2,49	2,50	2,50	2,50	+47,92	-	3,00	3	200.000
USIMP2	Usime PNA N1	ABR/09	22,00	-	-	-	-	-	0,05	-	-	-
USIMP24	Usime PNA N1	ABR/09	23,50	-	-	-	-	-	0,05	-	-	-
USIMP27	Usime PNA N1	ABR/09	27,00	-	-	-	-	-	0,01	-	-	-
VALEP24	Valee PNA N1	ABR/09	24,00	0,35	0,35	0,35	0,35	-12,50	0,30	0,35	5	3.000
VALEP26	Valee PNA N1	ABR/09	26,00	-	-	-	-	-	0,50	0,85	-	-
VALEP30	Valee PNA N1	ABR/09	30,00	-	-	-	-	-	0,01	-	-	-
VALEP89	Valee PNA N1	ABR/09	23,00	-	-	-	-	-	0,05	-	-	-
VALEP92	Valee PNA N1	ABR/09	17,00	-	-	-	-	-	0,08	-	-	-
VALEQ26	Valee PNA N1	MAI/09	26,00	-	-	-	-	-	1,92	-	-	-
VALEQ28	Valee PNA N1	MAI/09	28,00	-	-	-	-	-	3,50	-	-	-
VCPAP2	Vcpae PN N1	ABR/09	11,50	0,89	0,89	0,89	0,89	+111,90	-	-	1	20.000
VCPAP9	Vcpae PN N1	ABR/09	9,00	0,01	0,01	0,01	0,01	-	-	-	1	20.000

Opções de compra de índices

Cód.	Emp./Ação	Mín.	Méd.	Max.	Fech.	Oscil. (%)	Compr.	Venda	N°	Quant.
IBOVD40	Ibov IBO	2.300,00	2.300,00	2.300,00	2.300,00	-24,34	-	-	2	300
IBOVD42	Ibov IBO	950,00	1.001,67	1.320,00	1.320,00	+30,04	-	-	9	1.500
IBOVD44	Ibov IBO	570,00	570,00	570,00	570,00	-22,97	-	-	2	100
IBOVF42	Ibov IBO	3.340,00	3.340,00	3.340,00	3.340,00	-6,70	-	-	2	1.000
IBOVF44	Ibov IBO	2.120,00	2.120,00	2.120,00	2.120,00	-30,37	-	-	2	100
IBOVF46	Ibov IBO	1.420,00	1.420,00	1.420,00	1.420,00	-23,24	-	-	2	100
IBOVF48	Ibov IBO	950,00	1.047,94	1.100,00	1.100,00	+18,27	-	-	9	1.700

Opções de venda de índices

Cód.	Emp./Ação	Mín.	Méd.	Max.	Fech.	Oscil. (%)	Compr.	Venda	N°	Quant.
IBOVP40	Ibove IBO	943,00	947,67	950,00	943,00	-18,56	-	-	3	300
IBOVP98	Ibove IBO	500,00	505,00	510,00	510,00	-	-	-	4	200
IBOVR32	Ibove IBO	630,00	635,00	640,00	630,00	-46,15	-	-	3	200
IBOVR38	Ibove IBO	1.750,00	1.845,47	1.850,00	1.850,00	+12,12	-	-	3	1.060
IBOVR40	Ibove IBO	2.385,00	2.515,03	2.570,00	2.500,00	-6,71	-	-	7	1.460
IBOVR44	Ibove IBO	3.980,00	3.980,00	3.980,00	3.980,00	-	-	-	1	100

Exercício de opções de compra

Cód.	Emp./Ação	Mín.	Méd.	Max.	Fech.	Oscil. (%)	Compr.	Venda	N°	Quant.
PETRD18E	Petr PN	18,00	18,00	18,00	18,00	-	-	-	1	1.000
PETRD24E	Petr PN	24,00	24,00	24,00	24,00	-	-	-	3	2.000

Certificados de inv., debêntures e outros titulos

Cód.	Emp./Ação	Mín.	Méd.	Max.	Fech.	Oscil. (%)	Compr.	Venda	N°	Quant.
FNAM11	Finam CI *	0,18	0,19	0,19	0,18	-5,26	0,18	0,19	9	349.900
FNOR11	Finor CI *	-	-	-	-	-	0,51	0,76	-	-
FSRF11	Fiset Fl Ref CI	0,20	0,20	0,20	0,20	+5,26	0,12	0,21	1	2.000
FSPE11	Fiset Pesca CI	-	-	-	-	-	0,17	0,42	-	-
FSTU11	Fiset Tur CI	-	-	-	-	-	0,01	0,40	-	-
FRES11	Funres CI	-	-	-	-	-	0,61	0,65	-	-

Recuperação judicial

Cód.	Emp./Ação	Mín.	Méd.	Max.	Fech.	Oscil. (%)	Compr.	Venda	N°	Quant.
STRP3	Botucatu Tex ON *	-	-	-	-	-	0,16	-	-	-
STRP4	Botucatu Tex PN *	0,26	0,27	0,27	0,27	-	0,26	0,27	11	20.700
CCHI3	Chiarelli ON	0,31	0,32	0,34	0,31	-6,06	0,31	0,32	21	250.000
CCHI4	Chiarelli PN	0,19	0,19	0,19	0,19	-	0,18	0,19	1	10.000
EUCA3	Eucatex ON	-	-	-	-	-	1,85	-	-	-
EUCA4	Eucatex PN	2,40	2,48	2,55	2,50	+3,73	2,30	2,50	4	1.800
FGUI3	F Guimaraes ON *	-	-	-	-	-	0,30	15,00	-	-
FGUI4	F Guimaraes PN *	0,32	0,34	0,35	0,34	-8,10	0,33	0,34	53	122.100
LCSA3	Parmalat ON	-	-	-	-	-	3,21	3,85	-	-
SNSY3	Sansuy ON	-	-	-	-	-	0,10	2,20	-	-
SNSY5	Sansuy PNA	0,81	0,81	0,81	0,81	-	0,76	0,81	1	1.000
VAGV3	Savarg ON	-	-	-	-	-	0,74	1,30	-	-
VAGV4	Savarg PN	1,08	1,09	1,09	1,08	+0,93	1,08	1,09	39	120.000

Fundo imobiliário

Cód.	Emp./Ação	Mín.	Méd.	Max.	Fech.	Oscil. (%)	Compr.	Venda	N°	Quant.
FPAB11	Fii A Branca CI	226,00	226,00	226,00	226,00	-	224,00	226,00	2	18
ABCP11	Fii Abc Imob CI	-	-	-	-	-	5,63	5,75	-	-
FAMB11B	Fii Almirant CI MB	2.100,00	2.100,00	2.100,00	2.100,00	-0,05	1.970,00	2.122,00	2	10
BBFI11B	Fii Bb Progr CI MB	1.861,00	1.861,00	1.861,00	1.861,00	1,43	1.861,00	-	4	18
HCRI11B	Fii Crianca CI MB	-	-	-	-	-	235,00	250,00	-	-
HGBS11	Fii Cshgshop CI	-	-	-	-	-	1.300,00	1.350,00	-	-
EURO11	Fii Europar CI	154,50	155,82	158,00	154,50	-3,43	154,51	158,97	5	110
FFCI11	Fii F Center CI	1,13	1,14	1,14	1,14	-	1,07	1,14	2	900
HGRE11	Fii Hg Real CI	1.060,00	1.060,00	1.060,00	1.060,00	+0,95	1.040,00	1.060,00	2	50
SHPH11	Fii Higienop CI	270,00	270,00	270,00	270,00	-	260,01	271,00	2	149
HTMX11B	Fii Hotel Mx CI MB	-	-	-	-	-	102,01	105,50	-	-
FJKI11	Fii Jk Imob CI	-	-	-	-	-	1,81	2,15	-	-
NSLU11B	Fii Lourdes CI MB	-	-	-	-	-	155,50	165,00	-	-
FMOF11	Fii Memorial CI	-	-	-	-	-	92,00	-	-	-
EDFO11B	Fii Ourinvest CI MB	-	-	-	-	-	170,00	-	-	-
PABY11	Fii Panamby CI	-	-	-	-	-	170,00	-	-	-
FLMA11	Fii S F Lima CI	0,80	0,82	0,84	0,80	-5,88	0,81	0,85	3	7.676
ALMI11B	Fii Torre Al CI MB	-	-	-	-	-	1.431,01	1.462,00	-	-
TRNT11B	Fii Torre No CI MB	-	-	-	-	-	118,00	123,00	-	-
WPLZ11B	Fii W Plaza CI MB	-	-	-	-	-	98,60	101,00	-	-

(*) Lote de mil – (@) Ações do Ibovespa – ($) Ref. em Dólar – (&) Ref. em IGP–M
(N1) – Empresas que aderiram ao (NÍVEL 1) de Governança Corporativa. **(N2)** – Empresas que aderiram ao (NÍVEL 2) de Governança Corporativa. **(NM)** – Cias. Novo Mercado. **Obs:** Estes dados referem-se aos negócios realizados ontem. Horário de coleta das informações: 19:00hs., estando sujeito a ajustes de operações no horário regular e no After Market.

Ibovespa

Índice BM&FBovespa - 31/03/09

(Contrato = cotação a futuro x R$1,00; cotação = pontos do índice).

Venc.	Contr. Abt.(*)	N° Negs.	Contr. Neg.	Vol. (R$)	Abt.	Mín.	Máx.	Méd.	Últ.	Ajust.	Oscil.
Abr/09	108.507	3.712	56.824	2.345.344.450	41.340	40.830	41.800	41.274	41.000	41.063	+0,5
Jun	9.885	22	1.305	54.728.800	42.000	41.510	42.400	41.938	42.180	41.630	+0,5
Ago	700	-	-	-	-	-	-	-	-	42.136	+0,5

Índice Bovespa a vista: Fechamento = 40.925 variação = +0,67%

(*) Contratos em aberto na abertura do dia

Movimento das ações dos índices

Em 31/03/2009

Comportamento	Ibovespa	IBX	IEE	IVBX-2	FGV 100	FGV 100 E
Altas	46	69	10	39	63	63
Baixas	16	25	6	9	32	33
Estáveis	3	5	0	2	5	4
Não negociadas	0	0	0	0	0	0
Total	**65**	**99**	**16**	**50**	**100**	**100**

Em 30/03/2009

Comportamento	Ibovespa	IBX	IEE	IVBX-2	FGV 100	FGV 100 E
Altas	13	19	6	11	17	20
Baixas	52	78	10	38	73	72
Estáveis	1	3	0	1	8	6
Não negociadas	0	0	0	0	2	2
Total	**66**	**100**	**16**	**50**	**100**	**100**

Fonte: BM&FBovespa, FGV e Valor Data.

Nota da Redação: A relação completa de tabelas da CBLC pode ser consultada no site www.cblc.com.br

EU& Carreira

ESTRATÉGIA

Os novos planos do Ibmec SP, agora Insper

Escola muda de nome para não ser confundida com o Ibmec do Rio, de Minas e de Brasília. Por **Stela Campos**, de São Paulo

A partir de maio, o Ibmec São Paulo muda oficialmente de nome. Depois de mais de um ano de estudos e de passar pelo crivo do conselho deliberativo, dos ex-alunos, professores, funcionários e amigos (doadores), a instituição passa a se chamar Insper Instituto de Ensino e Pesquisa. Segundo o diretor-presidente da instituição, Cláudio Haddad, trata-se de um nome abstrato, que reúne partes de duas palavras emblemáticas para a escola: inspirar e pertencer.

A mudança acontece apenas na instituição paulista. O nome Ibmec continua a ser usado no Rio de Janeiro, Minas Gerais e Brasília, escolas comandadas pela Veris Educacional S.A. Desde 2004, a filial de São Paulo já atua de forma independente, desde que foi doada ao Instituto Veris, entidade sem fins lucrativos. "Os nossos planos são muito diferentes das outras escolas. Vivíamos uma situação de conflitos potenciais que se agravou ao longo do tempo", diz Haddad.

O Ibmec São Paulo surgiu a partir do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmec), fundado no Rio de Janeiro, em 1970, com o objetivo de produzir pesquisa e gerar conhecimento para o mercado de capitais. A partir de 1985, iniciou atividades educacionais com cursos de pós-graduação lato sensu. Em 1995, passou a oferecer cursos de graduação e pós stricto sensu, no Rio de Janeiro e, em 1999, em São Paulo.

Para criar a nova marca, o Ibmec São Paulo separou do orçamento cerca de R$ 2 milhões. "Ainda não gastamos tudo isso", explica Haddad. A estratégia agora é investir no processo de comunicação para fixar a nova marca e apagar uma já consolidada. "Como atuamos com um público muito definido, temos um único campus, não acho que será tão difícil", acredita. A escola não pretende desenvolver grandes ações de marketing para fazer essa divulgação e sua maior aposta é mesmo no "boca-a-boca".

Para chegar à Insper, a Interbrand, empresa contratada para criar a nova marca, apresentou 34 sugestões. No fim do processo, dois nomes passaram por uma consulta pública entre os diversos stakeholders da instituição. Eles escolheram entre Insper e lidera (em letras minúsculas). A marca vencedora convenceu três quartos dos participantes. "Nome é questão de costume, o que a instituição faz é o que conta", diz Haddad.

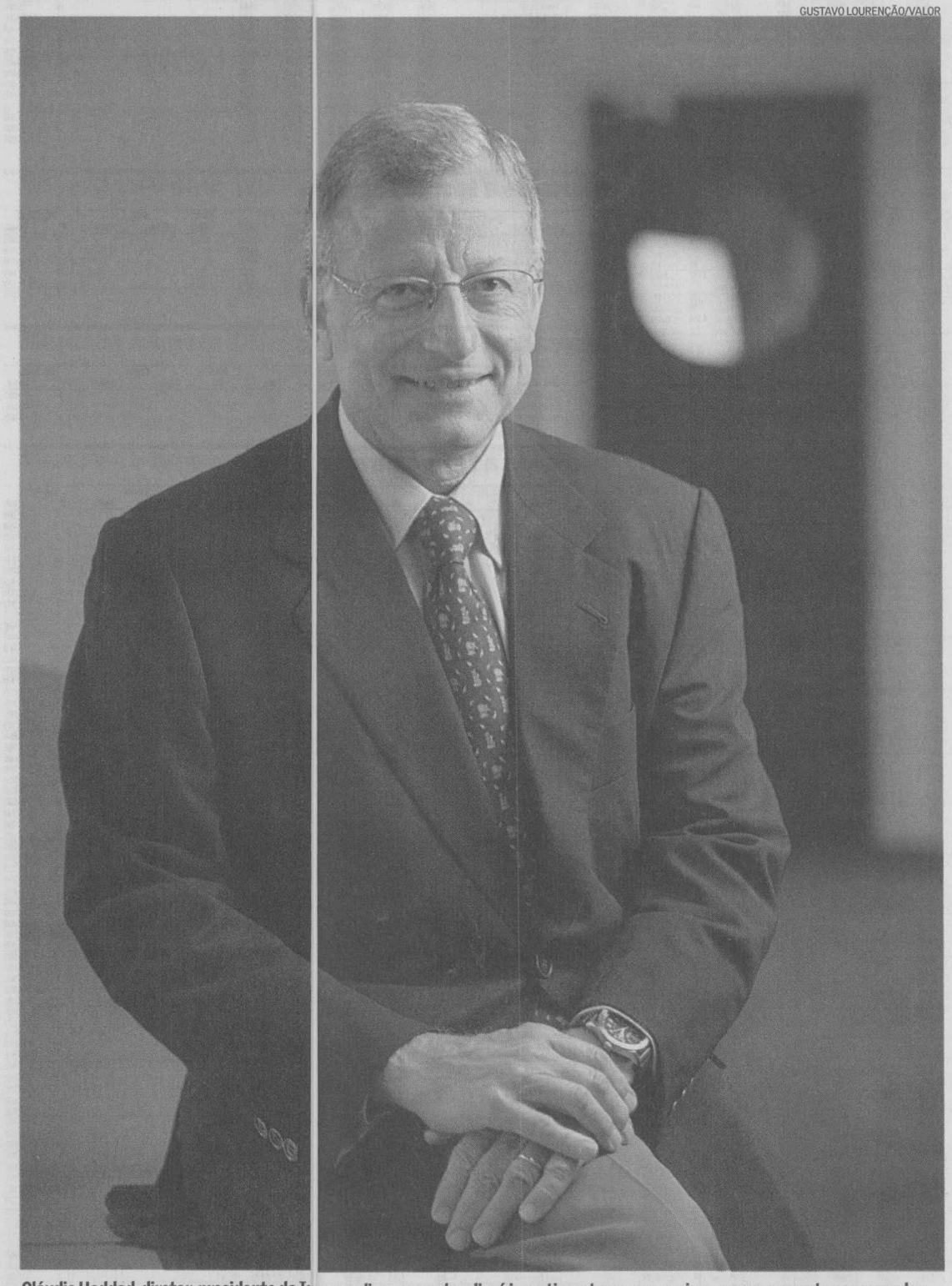
O balanço do Ibmec São Paulo ainda não está fechado, mas deve indicar uma receita bruta em 2008 em torno de R$ 82 milhões, segundo Haddad. Ele diz que o orçamento deste ano foi revisado e sofreu ajustes por conta da crise. "Adiamos o que foi possível", diz. O projeto de erguer uma torre este ano, que funcionaria como um anexo do atual prédio da escola, por exemplo, está suspenso. Apenas para equipar o novo espaço, a instituição teria que desembolsar R$ 16 milhões. "Os investidores também desistiram de financiar a obra", conta.

Desde 2006, o Ibmec São Paulo ocupa um prédio luxuoso no bairro de Vila Olímpia, na capital paulista, fruto de um investimento de R$ 42 milhões. Ele tem 10 mil metros quadrados e abriga 27 salas de aula. Por elas, circulam quase 4 mil alunos dos cursos de graduação, MBAs, mestrados e dos customizados para empresas.

Até o momento, segundo Haddad, a crise financeira está afetando mais os chamados "in company". Em 2008, a instituição realizou cerca de 70 cursos nesses moldes. "Muitos foram adiados", diz. Ele afirma que a procura por parte dos alunos, entretanto, não diminuiu. "Tivemos no fim do ano 2.500 candidatos para 150 vagas na graduação. A busca pela pós também continua alta", afirma.

Outras medidas de contenção de despesas estão sendo tomadas pela escola, mas nada radical, segundo Haddad. "Contratamos seis novos professores em 2008, agora não pretendemos contratar mais nenhum", explica. A escola tem 27 professores atuando em tempo integral, com a responsabilidade de realizar pesquisas. No ano passado, eles escreveram 20 artigos para publicações científicas internacionais. Além deles, existem outros 100 professores, muitos vindos do mercado, atuando em tempo integral ou "part-time", sem o compromisso de se dedicarem à pesquisas. O diretor-presidente da Insper está otimista sobre os próximos meses. "O ano está melhor do que esperávamos. Com a queda nas vendas no fim do ano, achávamos que o impacto na economia seria maior e isso não aconteceu", diz. A diferença agora é que trabalhamos com um orçamento mais conservador".

GUSTAVO LOURENÇÃO/VALOR



Cláudio Haddad, diretor-presidente da Insper, diz que escola adiará investimentos para conviver com orçamento conservador

TALENTOS

Auditorias recrutam quase 900 trainees

Rafael Sigollo
De São Paulo

Impulsionadas pelo aumento da demanda de serviço por parte das empresas, que precisam se ajustar às reformas contábeis nos últimos anos, empresas como PricewaterhouseCoopers (PwC) e KPMG têm conseguido passar pela crise com relativa segurança. Por esta razão, puderam manter ativos, e com a mesma abrangência de anos anteriores, seus programas de trainee. Ambas as companhias estão com inscrições abertas para os processos seletivos de 2009 e oferecem, respectivamente, 450 e 400 vagas.

"Investir nos jovens talentos não é uma questão de escolha, mas uma necessidade. Não dá para esperar a crise passar e tentar achar profissionais no mercado daqui dois anos. Precisamos formar nossos quadros internamente", afirma o responsável pela área de recursos humanos no Brasil da PwC, João César Lima. O executivo garante que a verba destinada ao treinamento e remuneração dos jovens profissionais será a mesma que a do ano passado.

"Vamos manter os benefícios, a remuneração e até a concessão de bolsas, que pode chegar a 100% do valor da mensalidade, para os que ainda não se formaram", diz. Hoje, de acordo com Lima, 98% dos sócios são oriundos do programa. "Eu mesmo entrei na empresa como trainee, há 25 anos", revela. Os interessados têm até o dia 4 de abril para se cadastrar no site da consultoria.

Na KPMG, o número de vagas para os jovens talentos também será o mesmo oferecido no ano passado, mas o programa passará por algumas mudanças. "O processo seletivo será mais criterioso, com uma análise detalhada dos currículos pela alta cúpula e sócios. Além disso, desenvolveremos um laboratório de competências para os trainees", afirma a diretora de RH da companhia, Adriana Zanni.

Com isso, a executiva espera encontrar jovens profissionais com perfis mais apropriados para cada linha de negócios da empresa. "Redesenhamos algumas partes do programa para focá-lo na demanda atual do mercado", explica. As inscrições vão até o dia 3 de maio e Adriana estima receber cerca de 30 mil currículos. "Atualmente, do total de sócios, 92% começaram na KPMG como trainees", afirma.

Tanto na PricewaterhouseCoopers quanto na KPMG os candidatos devem ter se formado há no máximo dois anos ou estar, pelo menos, no segundo ano dos cursos de administração, ciências atuariais, ciências contábeis, economia, engenharia, psicologia ou cursos ligados à informática e tecnologia. Os aprovados são registrados no regime CLT.

Mais informações nos sites:
www.pwc.com/recrutamentobrasil
www.kpmg.com.br

REMUNERAÇÃO

Pagamento de executivos entra na pauta do G-20

Assis Moreira
De Paris

A França se tornou o primeiro país europeu a impor regras para tentar moralizar remunerações de executivos consideradas excessivas em plena crise e que tem provocado indignação na população.

Princípios comuns sobre remuneração deverão ser discutidos no G-20, em Londres. O objetivo é propor que uma parte dos pagamentos dos executivos seja ligada ao desempenho global da companhia e que isso não os encoraje a assumir mais riscos. O governo de Barack Obama, nos EUA, adotou um limite de US$ 500 mil por ano de pagamento de executivos de empresas que recebem ajuda do Estado.

Na França, o decreto entrou ontem em vigor, será aplicado até 2010, não tem efeito retroativo, e atinge os grandes bancos e os construtores automotivos que receberam ajuda do Estado, as empresas públicas e as outras que entraram no Fundo Estratégico de Investimentos, também do governo.

O governo Sarkozy impõe controle, mesmo que limitado, não apenas sobre sobre "stock options" e ações gratuitas recebidas por executivos, como também sobre a parte variável do salário, os chamados bônus. A partir de agora, eles deverão ser autorizados pelo conselho de administração por um período determinado que não pode exceder um ano a partir de "critérios quantitativos e qualitativos pré-estabelecidos e não ligados ao valor das ações na bolsa". Também proíbe a concessão de bônus se a situação da empresa levará a demissão de grande número de funcionários. Além disso, as associações patronais francesas prometeram ao governo que vão apontar salários excessivos, uma concessão que analistas dizem que coloca sob vigilância milhares de empresas públicas e privadas.

Os escândalos têm se propagado. Nos EUA, a seguradora AIG recebeu injeção de US$ 180 bilhões de fundos públicos, mas não hesitou em distribuir US$ 165 milhões de bônus a seus dirigentes. Na Inglaterra, o Royal Bank of Scotland pagou mais de US$ 1 bilhão de bonus a dirigentes, apesar de seus prejuízos. A residência de um ex-diretor foi apedrejada. Na França, o banco Société Generale, ajudado pelo governo, teve de recuar na concessão de "stock options" a seus diretores, diante da reação popular. O sistema permite que dirigentes comprem ações da empresa a uma data e preço fixados com antecedência, o que os incitaria a fazer a ação subir.

A questão dos salários provoca polêmica agora também com os comissários da União Européia. Peter Mandelson, por exemplo, que dirigia a área de comércio, tem direito a receber algo entre 40% e 60% do antigo salário durante três anos após abandonar o posto. A UE resolveu adotar uma "reflexão" sobre o problema, mas insistiu que se o comissário arranjar emprego nesse período, o pagamento provisório pode ser suspenso. Na França, antigos deputados recebem uma alocação que vai caindo de 100% a 20% de seu salário durante três anos, se eles não arranjarem emprego.

Na Inglaterra, deputados provocaram revolta na população, com o aumento de salário que se atribuíram, de 2,5% em plena crise. O primeiro-ministro Gordon Brown correu para avisar que seus ministros não terão aumento salarial.

Seguradora Icatu Hartford tem dois novos executivos

VAI VÉM

STELA CAMPOS

A Icatu Hartford está com dois novos executivos. Carlos Alberto Goi é o novo diretor de tecnologia da informação (TI) e Marcio Simas assume a gerência de renda fixa na administradora de recursos da Icatu Hartford. Goi é experiente na área de seguros e tem passagens por empresas como Panamericana de Seguros, Bandeirantes Seguros e Mapfre. Já Simas atuou no Banco Icatu e Gap Asset Management.

Dimension Data

Antenor Paglione é o novo diretor sênior de vendas da Dimension Data, empresa multinacional de TI. Com mais de 20 anos de experiência na área, o executivo acumula passagens por empresas como Promon Tecnologia, Avibras, EBCO Systems e CPM.

Nutrin

Luiz Fernando Leal Paulino é o novo diretor-executivo da Nutrin Sistemas de Alimentação, empresa de refeições coletivas há 36 anos no mercado. O executivo tem 25 anos de experiência no segmento e já atuou anteriormente na Nutrin em 1991 e 2001.

Scotwork

A Scotwork, empresa de origem escocesa voltada para a capacitação de executivos em técnicas de negociação, anuncia José Roberto Ribeiro do Valle e Marcio Rodovalho Clemente como sócios-diretores de sua unidade no Brasil. Valle já foi CEO da Trend Micro no país, enquanto Rodovalho trabalhou na AC Nielsen e Dot.Content.

Rexam

Paulo Mota é o novo diretor de desenvolvimento organizacional da Rexam na América do Sul, empresa fabricante de latas para bebidas. O executivo será responsável pelas áreas de recursos humanos, comunicação, lean enterprise e EHS. Mota já trabalhou na CVC, Lafarge Brasi e Cyrela.

Robert Wong Consultoria

A Robert Wong Consultoria Executiva anunciou a contratação da americana Emily Nicolau como pesquisadora da área de recursos humanos..

E-mail: rafael.sigollo@valor.com.br; stela.campos@valor.com.br

Não perca o prazo

Atenção

A Receita Federal do Brasil prorrogou para o último dia de maio o prazo para a apresentação da Declaração de Transferência de Titularidade de Ações (DTTA) com as informações relativas ao segundo semestre de 2008. A prorrogação foi feita por meio da Instrução Normativa nº 930, de 30 de março de 2009. Mais informações podem ser obtidas no site da Receita, no endereço www.receita.fazenda.gov.br

Destaques

Isenção de IR

A Súmula nº215 do Superior Tribunal de Justiça (STJ), segundo a qual a indenização recebida por adesão a Programa de Demissão Voluntária (PDV) não está sujeita à incidência do Imposto de Renda, não faz distinção entre empregados do setor público e privado. Sendo, portanto, aplicada às duas situações. O entendimento foi pacificado pela Primeira Seção do STJ ao julgar recurso interposto pela Fazenda Nacional. O relator do recurso, ministro Luiz Fux, explicou que a matéria foi afetada à seção para novo pronunciamento por força do teor da Súmula nº215 do STJ. Segundo o ministro, como a corte possui precedentes pela isenção e pela incidência do Imposto de Renda (IR), a matéria precisava ser pacificada. Em voto vista, a ministra Eliana Calmon ressaltou ser a primeira vez que o colegiado enfrenta a diferença entre a situação do servidor público e do servidor civil de empresa privada à luz da Súmula 215. No caso em questão, a Seção julgou a incidência ou não do Imposto de Renda sobre valores recebidos por empregados que aderiram ao Plano de Demissão Voluntária (PDV) da Eletropaulo. A Justiça em São Paulo acolheu a tese da isenção e rejeitou o recurso da União.

Embalagem de cigarros

A 3ª Turma do Tribunal Regional Federal (TRF) da 4ª Região negou ontem o pedido para suspender-se a obrigação de veiculação nas embalagens de cigarro das novas advertências determinadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). As novas imagens e frases foram determinadas pela Resolução RDC nº 54, de 2008 do órgão regulador e devem ser incluídas nos produtos das empresas de tabaco a partir de maio deste ano. O Sindicato da Indústria do Fumo no Estado do Rio Grande do Sul (Sinditabaco) ingressou com uma ação na Justiça Federal de Porto Alegre, solicitando que fosse assegurado a todas fabricantes de cigarro o direito de não incluir em suas linhas de produção, bem como o de não veicular as novas imagens nas embalagens de seus produtos. Conforme o sindicato, as imagens não possuiriam caráter informativo nem nexo lógico-científico. A Anvisa defende a resolução e afirma que os derivados do tabaco, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), seriam os principais causadores de mortes evitáveis em todo o mundo.

Defensorias públicas

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou ontem o Projeto de Lei Complementar nº 28, de 2007, do Poder Executivo, que institucionaliza as Defensorias Públicas da União, dos Estados e do Distrito Federal, e altera dispositivos da Lei Complementar nº80, de 1994.

A votação favorável ao substitutivo do relator, deputado Mauro Benevides (PMDB-CE), foi possível, após um acordo, que vinculou a legitimidade da defensoria para propor ação civil pública aos limites da sua atuação em defesa dos hipossuficientes e dos direitos humanos.

Serviços jurídicos Obras de infraestrutura provocam aumento de consultas a advogados

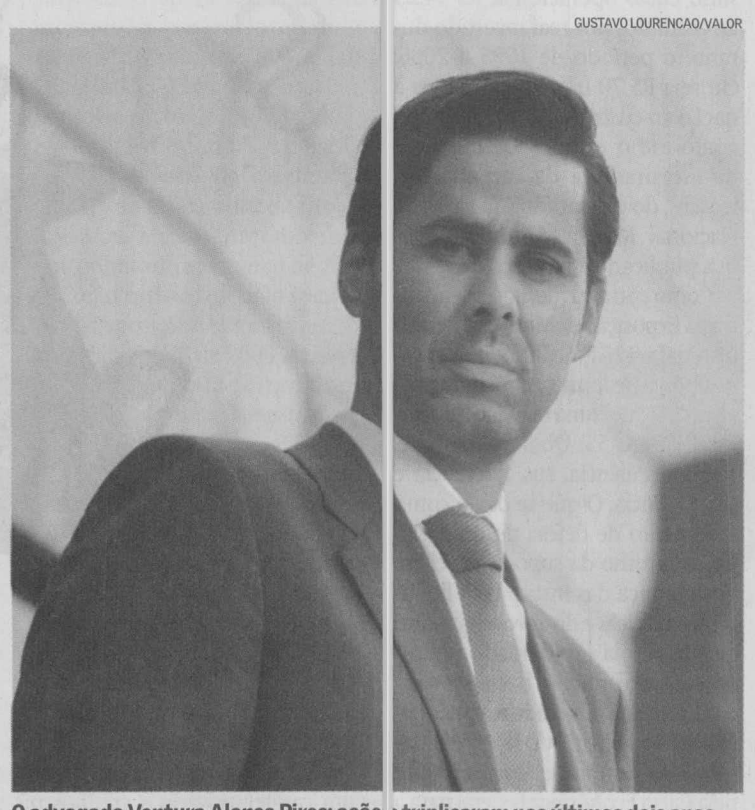
Desapropriações mobilizam bancas

Adriana Aguiar
De São Paulo

Com a retração dos investimentos privados, as obras de infraestrutura — como as previstas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e a ampliação de linhas do Metrô de São Paulo — estão sendo consideradas uma das alternativas para o enfrentamento da crise, por gerarem um grande número de empregos e movimentarem vários segmentos da economia. Um efeito colateral desses investimentos tem movimentado também o setor de serviços jurídicos: as desapropriações necessárias para que uma obra tenha início. Como nem sempre os acordos acabam saindo do jeito que os donos das propriedades afetadas desejam, a demanda nos escritórios de advocacia especializados no assunto aumentam significativamente.

Já há um grande número de consultas relacionadas a projetos recentes — como a ampliação da Linha Lilás do metrô em São Paulo e uma eventual desapropriação de imóveis para a ampliação do aeroporto de Congonhas, na capital paulista — no escritório Pires & Gonçalves Advogados. A banca também triplicou o número de ações que representa nos últimos dois anos por conta da construção das linhas 2 e 4 do metrô na capital paulista e do trecho sul do Rodoanel, segundo o advogado Ventura Alonso Pires. Apesar de os processos desse tipo carregarem a má fama de perdurarem por décadas no Poder Judiciário, o sócio do escritório garante que já finalizou casos em quatro anos. "Nem sempre tem sido uma disputa demorada, pois, como a desapropriação é uma necessidade pública, que se sobrepõe à particular, só cabe discutir o valor para que ele seja o mais justo e pago no menor tempo possível", afirma. Além das ações judiciais que acompanha, o advogado também já prestou assessoria jurídica para casos que resultaram em acordo, sem que houvesse a necessidade de um processo judicial, em algumas desapropriações feitas pelo Metrô de São Paulo ou pelo Rodoanel.

GUSTAVO LOURENÇAO/VALOR



O advogado Ventura Alonso Pires: ações triplicaram nos últimos dois anos

Conhecido por sua atuação, há mais de 30 anos, em processos de desapropriação por todo o país, o escritório Husni-Paolillo-Cabariti Advocacia, que hoje assessora cerca de 500 processos em tramitação, também já sentiu um aumento no número de consultas relacionadas ao tema, principalmente por conta das novas obras anunciadas em São Paulo. Segundo o sócio do escritório, o advogado Vicente Renato Paolillo, os processos mais novos têm tramitado mais rapidamente no Judiciário devido à exigência mais frequente do laudo prévio — uma avaliação preliminar feita por um perito no início do processo judicial — antes que o poder público entre no local a ser desapropriado. Essa determinação foi confirmada na Constituição Federal de 1988, mas está prevista desde 1941 no Decreto-lei nº 3.365, cujo artigo 15 trata da desapropriação por utilidade pública. Diante da avaliação preliminar, o juiz determina que esse valor seja depositado em juízo para prosseguir a discussão sobre o valor definitivo do imóvel. "Com o depósito, fica mais fácil levantar parte desse dinheiro antes do término do processo", afirma Paolillo.

Em casos como esses, o advogado Luiz Arthur Caselli Guimarães Filho, da banca Duarte Garcia, Caselli Guimarães e Terra Advogados, tem conseguido levantar até 80% do valor da avaliação preliminar da propriedade em um prazo entre 90 e 120 dias após o depósito, se o imóvel estiver todo regularizado. Já os outros 20% que ficam depositados só poderão ser retirados no fim do processo — caso a Justiça decida que o valor do laudo prévio estava correto. O escritório, que assessora cerca de 40 ações relacionadas a desapropriações, também percebe um aumento da procura de clientes por conta de novos projetos.

Os desapropriados por conta dos projetos relacionados ao PAC, no entanto, poderão receber em menos tempo. Essa é a expectativa do advogado Diamantino Silva Filho, sócio do escritório Diamantino Advogados Associados, com mais de 40 anos de atuação em desapropriações. Isso porque as verbas do programa devem ser repassadas por etapas concluídas, segundo ele. "Nesse caso, se for cumprido o disposto n projeto, acredito que as pessoas devam receber sem muita protelação", diz. Ele assessora diversos processos decorrentes do PAC ainda em fase administrativa ou de negociação e já registrou um aumento de cerca de 20% no número de processos em tramitação no último ano.

O caso do PAC, no entanto, é uma exceção. Ainda que haja uma avaliação prévia, nem sempre os valores se tornam disponíveis tão rapidamente aos proprietários. Segundo o advogado Hamilton Viera Pereira, sócio do escritório Advogados Associados Hamilton Pereira, especializado em desapropriações e com atuação mais direta no sul do país, há diversas contestações contra o levantamento desses valores que atrasam o processo — e nem sempre é possível levantar 80% do depósito. "Em geral o Estado continua mau pagador e tem entrado com diversos recursos protelatórios para não quitar suas dívidas, mesmo sendo condenado por má-fé diversas vezes pela Justiça", afirma Diamantino Silva Filho.

STJ define que decisão com juízes convocados é válida

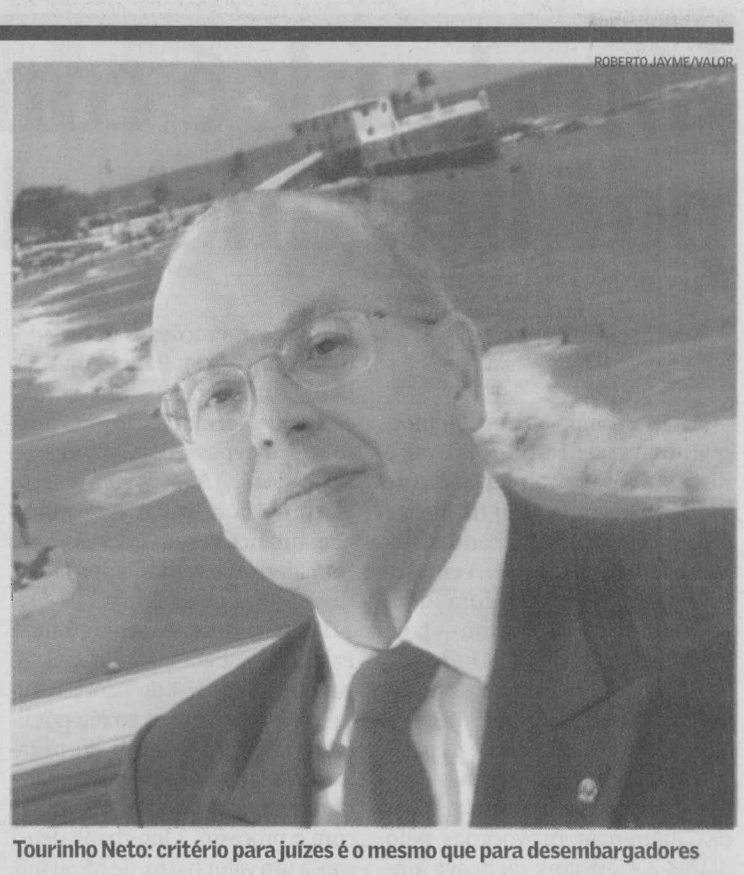
Luiza de Carvalho
De Brasília

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) definiu um novo entendimento em relação à legalidade da convocação de juízes de primeira instância para atuarem em julgamentos em tribunais federais e estaduais — prática que se justifica pelo acúmulo de atividades dos desembargadores ou mesmo pela ausência deles na corte. A terceira seção do tribunal, que analisa matérias de direito penal, considerou regular o julgamento de um habeas corpus no Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região que ocorreu em uma turma composta por um desembargador e dois juízes convocados. A nova postura deve impedir a anulação de ao menos 20 mil julgamentos do TRF feitos com maioria de juízes convocados desde o ano 2000.

Há centenas de ações questionando julgamentos de tribunais que ocorreram dessa forma e muitas decisões foram anuladas nas cortes superiores nos últimos anos — a tese ganhou força no ano passado, quando o STJ deu provimento a quatro habeas corpus que contestavam decisões do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) que ocorreram em julgamentos com maioria de juízes convocados. Na época, a corte considerou ilegal a convocação de juízes por edital interno do tribunal — os chamados "bagrinhos" — e determinou que fossem realizados novos julgamentos. No caso, não foi analisada a Lei Complementar nº 646, de 1990, do Estado de São Paulo, que instituiu 60 cargos para juiz de direito substituto em segunda instância. Já na mais recente decisão do STJ, envolvendo o julgamento do TRF da 1ª região, que também ocorreu com maioria de juízes convocados, a terceira seção do STJ entendeu que eles têm o mesmo poder decisório que os desembargadores — apenas o ministro Nilson Naves discordou dessa posição.

O STJ está, na verdade, definindo parâmetros para a legalidade das convocações de juízes de primeira instância pelos tribunais. O que fundamentou a decisão recente não foi a quantidade de juízes convocados no julgamento ou a qualidade das decisões, mas sim o amparo legal para isso — a possibilidade de convocação de juízes de primeira instância foi prevista na Lei nº 9.788, de 1999. Segundo o ministro do STJ Geraldo Og Nicéas Marques Fernandes, que votou pela legalidade da decisão do tribunal, no caso envolvendo o TJSP o julgamento não tinha base legal, pois a convocação dos juízes se deu para cargos que não existiam — ou seja, não foi caracterizada a mera substituição, como ocorreu no caso do TRF da 1ª região. Segundo o ministro Og, cada caso deverá ser analisado separadamente na corte, pois as circunstâncias em que se dá a convocação variam.

ROBERTO JAYME/VALOR



Tourinho Neto: critério para juízes é o mesmo que para desembargadores

Para o desembargador da segunda seção do TRF da 1ª região Fernando da Costa Tourinho Neto, o critério de convocação dos juízes é o mesmo do que o dos desembargadores — por exemplo, a exigência de se ter entre 30 e 65 anos. "São juízes que têm a mesma competência para os julgamentos", diz. O tribunal pretende reativar as chamadas turmas suplementares, formadas por um desembargador e dois juízes, criadas em 2000. O TRF conta com 27 desembargadores e 26 juízes auxiliares, mas as turmas suplementares estavam suspensas nos últimos anos por conta das anulações de seus julgamentos no STJ.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora – Rio
CNPJ/MF nº 00.880.446/0001-58
Aviso aos Acionistas
Acham-se à disposição do Srs. Acionistas na sede social, na Rodovia Washington Luiz, nº 13.892 – Jardim Primavera – Duque de Caxias - Rio de Janeiro, os documentos a que se refere o Artigo 133, da Lei nº 6404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2008. Duque de Caxias-RJ, 30 de Março de 2009. O Conselho de Administração.
(31/03, 01 e 02/04/2009)

BRASILCAP CAPITALIZAÇÃO S.A.
CNPJ Nº 15.138.043/0001-05 - NIRE 3330016289.5
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA.
Os Senhores Acionistas da **BRASILCAP CAPITALIZAÇÃO S.A.** são convidados a participar da Assembleia Geral Extraordinária que, em primeira convocação, será realizada no dia **13 de abril de 2009**, às **15h**, na Sede Social, na Rua Senador Dantas nº 105, 10º andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ, a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: **1.** Eleição de membro do Conselho Fiscal, em complementação de mandato; e **2.** Assuntos de Ordem Geral. Rio de Janeiro, 26 de março de 2009. **Ricardo José da Costa Flores** - Presidente do Conselho de Administração.

CENTRAL DE ATENDIMENTO AO ASSINANTE
(11) 2199-2199 (Grande São Paulo) 0800 701 8888 (demais localidades)
atendimento@valor.com.br

A terceirização da cobrança da dívida ativa

OPINIÃO JURÍDICA

RICARDO OLIVEIRA PESSOA DE SOUZA E LUIZ FERNANDO SERRA MOURA CORREIA

Com a eleição do primeiro presidente afro-americano da história dos Estados Unidos, após oito anos de governo republicano, muitos paradigmas estão sendo revistos no país — tais como as pesquisas com células-tronco, as relações internacionais e o papel do Estado. Dentre as revisões paradigmáticas levadas a cabo pelo governo Obama, destaca-se o fim da terceirização das cobranças tributárias, relatada por Elise Castelli no portal de notícias do governo federal daquele país em 4 de fevereiro com o título "IRS to review outsourced tax collection" (Receita Federal reverá a terceirização da cobrança).

Dos argumentos apresentados para a revisão da terceirização, é ressaltado o desperdício de dinheiro público para remunerar particulares por um serviço cujo custo e eficiência são menores quando prestado pela administração tributária, na proporção de US$ 32,00 arrecadados por dólar investido — ao passo que cobrança terceirizada arrecadou uma média de US$ 4,00 por dólar investido. O deputado democrata pelo Estado de Maryland, Steny Hoyer, líder da maioria na Câmara, aplaudiu a medida dizendo-se confiante que os resultados da revisão do procedimento de terceirização demonstrarão que o trabalho da arrecadação deve ser posto de volta nas mãos dos integrantes da administração tributária.

Não apenas o menor custo orienta a nova administração americana de pôr fim à terceirização da cobrança tributária. Outros fatores levaram a Receita Federal americana — a Internal Revenue Service (IRS) — a devolvê-la a seus funcionários, dando-lhes, mesmo, maior autonomia e flexibilidade para tratar dos casos. De fato, pesaram a eficiência e — por que não dizer? — a moralidade administrativa, pois, de acordo com um estudo do "Government Accountability Office" (Escritório de Contabilidade Governamental), constatou-se que alguns coletores terceirizados agiram de forma desnecessária contra contribuintes apenas para que pudessem alcançar suas metas de produção.

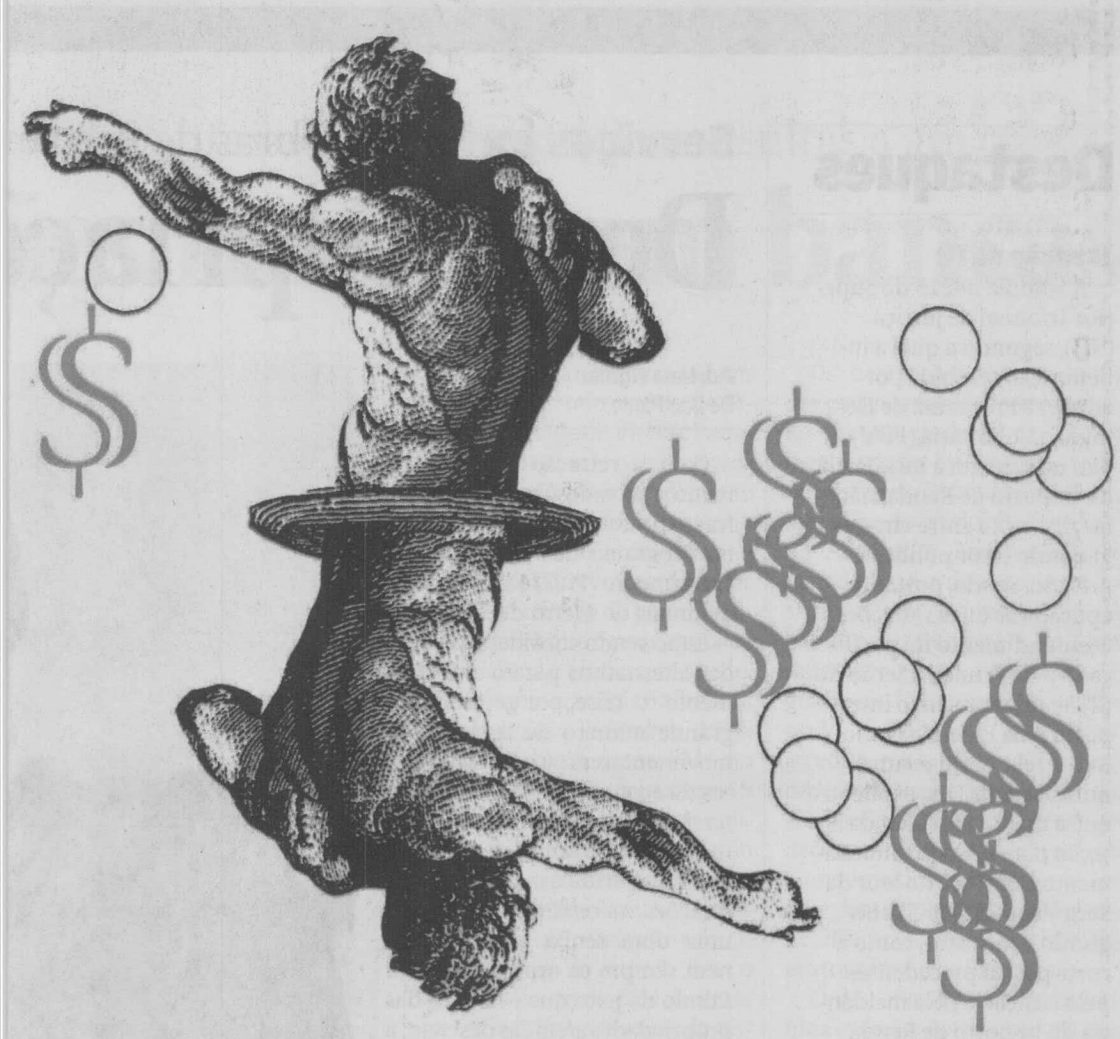
Ignora-se que a PGFN pode ser considerada um dos "escritórios de cobrança mais baratos do mundo"

Observe-se, mesmo, que a "National Taxpayer Advocate" (Advocacia Nacional dos Contribuintes) — órgão que surgiu vinculado ao IRS com funções de ombudsman mas que evoluiu para um serviço governamental independente de defesa do contribuinte e fiscalização da administração tributária — luta pelo fim do programa de terceirização da cobrança, dizendo que a mesma é uma tentativa ineficiente de privatização das atribuições do IRS.

Aqui no Brasil, todavia, constata-se o inverso ao acima narrado com o disposto no artigo 55 da Medida Provisória nº 449, de 2008, ora sob o crivo do Congresso Nacional. Em descompasso com a prerrogativa constitucional atribuída pelo parágrafo 3º do artigo 131 da Constituição Federal, à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) possibilita-se a contratação, até mesmo sem licitação, de instituições financeiras públicas para executar o serviço de cobrança da dívida ativa da União, na modalidade denominada de cobrança amigável ou extrajudicial.

Ignora-se que a PGFN pode ser considerada um dos "escritórios de cobrança mais baratos do mundo", em face do valor arrecadado anualmente e de seu baixíssimo custo operacional: R$ 74,23 arrecadados por real investido durante o período de 1995 a 2006. Ou seja R$ 70 bilhões carreados à nação ao custo de R$ 943 milhões, conforme o estudo "Os números da Procuradoria da Fazenda Nacional", do procurador da Fazenda Nacional Marcos Antônio Gadelha, publicado em março de 2008.

Como curiosidade, não se encontra na Exposição de Motivos Interministerial nº 161, de 2008, que encaminhou a proposta de medida provisória, sequer uma menção a justificar o artigo 55. Obscura, destarte, sua conveniência, sua relevância e sua urgência. O que se ouviu como argumento de defesa do artigo 55 gira em torno da suposta expertise de cobrança das instituições financeiras públicas e do aproveitamento de sua ampla capilaridade. Contudo, contra o primeiro bastaria recordar a remessa dos créditos rurais pelo Banco do Brasil e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) pela Caixa Econômica Federal para a cobrança pela PGFN. Quanto à capilaridade nada há de novo, pois os valores inscritos em dívida ativa já são pagos na rede bancária — portanto, não só junto às instituições financeiras oficiais federais — mediante guia Darf, que é remetida pela empresa mais vascularizada da República, isto é, por via postal através da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), não se podendo deixar de mencionar, a propósito, a possibilidade de obtenção da guia através da internet, 24 horas por dia.



Quanto à possível inscrição de débitos da dívida ativa da União na Serasa, emprestará indevidamente um caráter privado a créditos públicos que já são objeto de cadastro próprio — o Cadastro de Inadimplentes (Cadin) —, assim como a adoção do método da telecobrança pode ferir a privacidade dos devedores. Nessa trilha, é bom lembrar que um dos primeiros municípios a utilizar o protesto de certidões da dívida ativa, como é o caso de São Vicente, na região da Baixada Santista, está deixando de fazê-lo ante a insignificância do aumento da arrecadação, pela pouca efetividade e por ter sido acionado e condenado — em todas as quatro ações contra si propostas frente às 228 certidões de dívida ativa protestadas — por danos morais causados a contribuintes que alegaram o fato de os entes federativos já possuírem um procedimento especial e adequado para a cobrança tributária, conforme noticiado pelo **Valor**.

No âmbito do Congresso Nacional, já há duas propostas para suprimir o artigo 55 da Medida Provisória nº 449, uma do deputado federal Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP), criticando o custo da proposta, e outra do senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), esse invocando a inconstitucionalidade, ilegalidade, irrazoabilidade e inconveniência do artigo, de sorte que resta aguardar pelo exercício do controle de constitucionalidade do dispositivo no Poder Legislativo.

Ricardo Oliveira Pessoa de Souza e **Luiz Fernando Serra Moura Correia** são procuradores da Fazenda Nacional lotados na Procuradoria da Fazenda Nacional no Estado do Rio de Janeiro

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

Interbank é condenada por litigância de má-fé

Raquel Balarin
Valor Online, de São Paulo

A Interbank Investimentos, que atuava na década de 80 como distribuidora de valores, acaba de perder mais uma ação na Justiça e, dessa vez, ainda foi condenada por litigância de má-fé. A empresa havia ingressado com uma ação contra o BankBoston — hoje de propriedade do Itaú Unibanco — alegando ter direito aos expurgos do Plano Verão, de 1989, relativos a oito aplicações de depósitos interfinanceiros (DI) pós-fixados intermediados por ela. Além das diferenças provocadas pelo plano, a Interbank pleiteava ainda que fossem considerados, no cálculo da indenização, juros moratórios e a mesma taxa pactuada no contrato de DI até a data de pagamento da indenização. No total, o valor da ação contra o BankBoston chegaria a R$ 30 milhões.

Em sua sentença, a juíza Hertha Helena Rollemberg Padilha Palermo, da 4ª Vara Cível de Santo Amaro, em São Paulo, julgou a ação improcedente porque teria ficado provado, no processo, que a Interbank não era a titular das aplicações. Ela teria apenas intermediado operações de aplicações de recursos do Banco Itaú no BankBoston, recebendo comissão pela intermediação. "Ela limitou-se a repassar os valores ao aplicador (...) Aliás, ao afirmar ser ela própria a titular das aplicações financeiras em questão, a autora alterou a verdade dos fatos", disse a juíza na sentença.

Em uma decisão inédita, a juíza Palermo condenou a Interbank ao pagamento de 15% do valor da causa como indenização ao réu por litigância de má-fé, além do pagamento das custas processuais, arbitradas em 20% do valor. Ao entrar com o processo, a Interbank deu à causa um valor baixo, de R$ 50 mil. "Entretanto, caso a Interbank recorra, não descarto a hipótese de pedirmos à Justiça que a condenação seja baseada no valor do laudo da perícia, de R$ 30 milhões", diz a advogada Rachel Ferreira Araújo Tucunduva, do escritório Barcellos Tucunduva, que defende o BankBoston. "Mas o importante é o recado do Judiciário ao dar a condenação", completa José Luiz Leite Doles, também sócio da banca. Ambos classificam a ação da Interbank de "aventura jurídica". Procurado, o escritório Araújo e Policastro Advogados, que representa a Interbank juntamente com o advogado Fernando Ayres, não se posicionou até o fechamento desta edição. Ainda cabe recurso da decisão.

Em 2004, a Interbank entrou com 18 ações na Justiça contra bancos, entre eles o ABN Amro, o Citi, o JP Morgan, o Deutsche, o West LB, o HSBC e o Safra. Em todas elas, pleiteava diferenças provocadas pelo Plano Verão em aplicações de DI. Dos 18 processos impetrados, 16 já foram julgados em primeira instância (incluindo o do BankBoston). A Interbank venceu algumas delas, mas os recursos contra as decisões ainda não foram julgados pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). Em setembro do ano passado, por exemplo, os bancos HSBC e WestLB conseguiram anular decisões do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) em que haviam sido condenados a pagar os expurgos. O tribunal decidiu mandar que a primeira instância voltasse a analisar o caso por considerar que a questão de ilegitimidade não havia sido discutida no processo. O Citibank, que por conta de um erro processual quase teve de pagar US$ 200 milhões à Interbank, conseguiu no ano passado reverter um recurso negado pelo STJ.

Valor Análise Setorial.
Levantamentos setoriais completos, de uma forma que só o Valor Econômico sabe fazer.
10% de desconto para assinantes Valor Econômico.
ACESSE E ADQUIRA SEU ESTUDO.
http://setorial.valor.com.br
Valor

Supremo Tribunal Federal (STF)

Despesas de serviços e custas - em R$

Custas	
Recurso interpostos em instância inferior	
Em mandado de segurança	117,21
Extraordinário	117,21
Feitos de competência originária	
Ação cível	235,31
Ação penal privada	117,01
Ação rescisória	235,31
Embargos de divergência ou infringentes	59,00
Mandado de segurança com um impetrante	117,01
Mandado de segurança com mais de um impetrante (cada excedente)	59,00
Reclamação *	59,00
Revisão criminal dos processos de ação penal privada	117,01
Serviços	
Atos judiciais e extrajudiciais	
Carta de ordem e carta de sentença (por folha)	0,62
Despesas de transporte nas citações, intimações e notificações no Plano Piloto	46,14
Despesas de transporte nas citações, intimações e notificações nas cidades satélites	138,30
Editais e mandados (primeira ou única folha)	2,24
Editais e mandados (folha excedente)	0,62

Na internet: **www.stf.jus.br**

Fonte: Supremo Tribunal Federal (STF). * Com exceção dos casos em que o reclamante é o procurador-geral da República

Patentes

Serviços de registro no INPI - em R$

	Retribuição 1	Retribuição 2*
Desenho industrial		
Depósito de pedido de registro de desenho industrial com publicação em preto e branco	325,00	130,00
Depósito de pedido de registro de desenho industrial com publicação em cores	390,00	155,00
Requerimento de sigilo de desenho industrial	65,00	-
Pedido de exame do registro concedido quanto à novidade e originalidade	285,00	-
Cumprimento de exigência decorrente de exame formal	Isento	-
Cumprimento de exigência	85,00	35,00
Recurso de desenho industrial	260,00	105,00
Nulidade de desenho industrial	390,00	-
Manifestação ou contestação de registro de desenho industrial	195,00	80,00
Qüinqüênio no prazo ordinário	260,00	105,00
Qüinqüênio no prazo extraordinário	390,00	-
Prorrogação do registro de desenho industrial no prazo ordinário	130,00	-
Prorrogação do registro de desenho industrial no prazo extraordinário	195,00	-
Alteração de nome, razão social, sede ou endereço**	25,00	-
Anotação de transferência de titular	65,00	-
Certidão de atos relativos aos processos	60,00	-
Certidão de busca por titular	60,00	-
Expedição de segunda via de certificado de registro de desenho industrial	95,00	-
Cópia oficial para efeito de reivindicação de prioridade unionista	95,00	-
Pedido de devolução de prazo por falha do interessado	65,00	-
Desistência, retirada ou renúncia	Isento	-
Comprovação de recolhimento, inclusive quando em cumprimento de exigência	Isento	-
Outras petições	50,00	-
Invenção e modelo de utilidade		
Depósito de pedido nacional de patente de invenção, certificado de adição de invenção ou modelo de utilidade e entrada na fase nacional de PCT	140,00	55,00
Depósito de pedido internacional nos termos do PCT	305,00	-
Publicação antecipada	140,00	-
Pedido de exame de patente de invenção***	400,00	160,00
Pedido de exame de modelo de utilidade	280,00	110,00
Pedido de exame de certificado de adição de invenção	130,00	50,00
Cumprimento de exigência decorrente de exame formal	Isento	-
Cumprimento de exigência	85,00	35,00
Restauração de pedido, patente ou certificado de adição de invenção	500,00	200,00
Desarquivamento de pedido	145,00	60,00
Apresentação de subsídios ao exame técnico	285,00	-
Apresentação de subsídio voluntário ao exame técnico	285,00	-
Expedição de carta-patente ou certificado de adição de invenção no prazo ordinário	95,00	40,00
Expedição de carta-patente ou certificado de adição de invenção no prazo extraordinário	140,00	55,00
Recurso de patente de invenção, modelo de utilidade ou certificado de adição de invenção	410,00	165,00
Nulidade ou caducidade de patente de invenção, modelo de utilidade ou certificado de adição de invenção	540,00	-
Manifestação ou contestação de patente de invenção, modelo de utilidade ou certificado de adição de invenção	195,00	80,00
Análise da subsistência do certificado de adição de invenção	260,00	-
Oferta de licença da patente para fins de exploração ou renovação de oferta	130,00	-
Certidão para efeito do direito de propriedade industrial relativo a comércio (TRIPS)	400,00	-
Anuidade de pedido		
De patente de invenção no prazo ordinário	195,00	80,00
De patente de invenção no prazo extraordinário	290,00	-
De patente de invenção do 3º ao 6º ano no prazo ordinário	505,00	200,00
De patente de invenção do 3º ao 6º ano no prazo extraordinário	760,00	-
De patente de invenção do 7º ao 10º ano no prazo ordinário	790,00	315,00
De patente de invenção do 7º ao 10º ano no prazo extraordinário	1.185,00	-
De patente de invenção do 11º ao 15º ano no prazo ordinário	1.065,00	425,00
De patente de invenção do 11º ao 15º ano no prazo extraordinário	1.600,00	-
De patente de invenção do 16º ano em diante no prazo ordinário	1.300,00	520,00
De patente de invenção do 16º ano em diante no prazo extraordinário	1950,00	-
De certificado de adição de invenção no prazo ordinário	65,00	25,00
De certificado de adição de invenção no prazo extraordinário	95,00	-
De certificado de adição de invenção do 3º ao 6º ano no prazo ordinário	155,00	60,00
De certificado de adição de invenção do 3º ao 6º ano no prazo extraordinário	235,00	-
De certificado de adição de invenção do 7º ao 10º ano no prazo ordinário	235,00	95,00
De certificado de adição de invenção do 7º ao 10º ano no prazo extraordinário	350,00	-
De certificado de adição de invenção do 11º ao 15º ano no prazo ordinário	310,00	125,00
De certificado de adição de invenção do 11º ao 15º ano no prazo extraordinário	470,00	-
De certificado de adição de invenção do 16º ano em diante no prazo ordinário	390,00	155,00
De certificado de adição de invenção do 16º ano em diante no prazo extraordinário	585,00	-
De modelo de utilidade no prazo ordinário	130,00	50,00
De modelo de utilidade no prazo extraordinário	195,00	-
De modelo de utilidade ou de patente de modelo e desenho industrial expedida durante a vigência da Lei nº 5.772 do 3º ao 6º ano no prazo ordinário	260,00	105,00
De modelo de utilidade ou de patente de modelo e desenho industrial expedida durante a vigência da Lei nº 5.772 do 3º ao 6º ano no prazo extraordinário	390,00	-
De modelo de utilidade ou de patente de modelo e desenho industrial expedida durante a vigência da Lei nº 5.772 do 7º ao 10º ano no prazo ordinário	520,00	210,00
De modelo de utilidade ou de patente de modelo e desenho industrial expedida durante a vigência da Lei nº 5.772 do 7º ao 10º ano no prazo extraordinário	780,00	-
De patente de modelo de utilidade do 11º ano em diante no prazo ordinário	780,00	310,00
De patente de modelo de utilidade do 11º ano em diante no prazo extraordinário	1.170,00	-
Alteração de nome, razão social, sede ou endereço**	25,00	-
Anotação de Transferência de Titular	65,00	-
Certidão de atos relativos aos processos	60,00	-
Certidão de busca por titular	60,00	-
Expedição de segunda via de carta patente, certificado de adição de invenção	95,00	-
Cópia oficial para efeito de reivindicação de prioridade unionista	95,00	-
Pedido de devolução de prazo por falha do interessado	65,00	-
Desistência ou renúncia	Isento	-
Comprovação de recolhimento, inclusive quando em cumprimento de exigência	Isento	-
Outras petições	50,00	-

Na internet: **www.inpi.gov.br**

Fonte: Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). * Pessoas físicas, microempresas, sociedades e associações de intuito não econômico e órgãos públicos. ** Até 10 processos, com adicional de R$ 6,00 por processo. *** Até 10 reivindicações, com adicional de R$ 19,00 ou R$ 7,00* por reivindicação

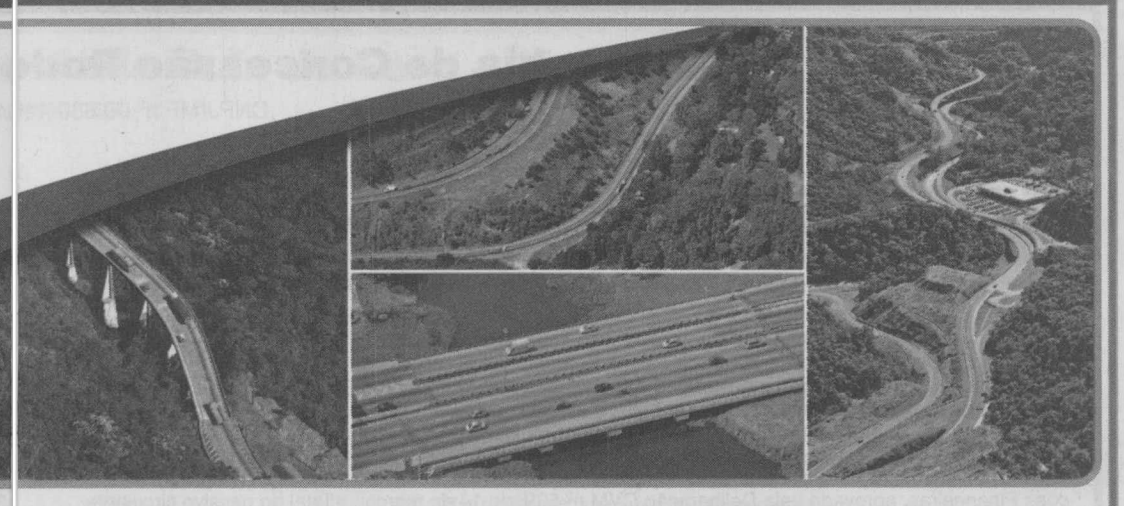
Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora – Rio

CNPJ/MF nº 00.880.446/0001-58

www.concer.com.br

CONCER

ISO 9001:2000 CONCER



Relatório da Administração

Srs. Acionistas,
Em cumprimento à legislação vigente, submetemos a apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social findo em 31/12/2008, elaboradas em conformidade com a legislação societária, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes.

Balanços patrimoniais 31 de dezembro de 2008 e 2007

(Em reais)

	Notas	2008	2007
Ativo			
Circulante			
Disponibilidades	4	1.455.320	3.211.085
Contas a receber		1.730.120	1.449.393
Adiantamentos a fornecedores		17.582	40.672
Partes relacionadas	5	–	8.979.322
Almoxarifado de materiais		77.914	49.252
Impostos a recuperar		13.010	11.036
Despesas pagas antecipadamente		273.632	417.047
Total do ativo circulante		3.567.578	14.157.807
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Créditos tributários	6	1.222.848	808.365
Cauções e depósitos judiciais	7	139.392	2.379.385
Residual de arrendamento mercantil	8	–	171.949
Adiantamentos a receber		–	779.616
Outros valores a receber		187.214	490.473
		1.549.454	4.629.788
Imobilizado	9	641.246.563	731.203.154
Diferido		–	2.676
		641.246.563	731.205.830
Total do ativo não circulante		642.796.017	735.835.618
Total do ativo		646.363.595	749.993.425

Passivo e patrimônio líquido	Notas	2008	2007
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	16.152.752	7.037.454
Fornecedores	11	1.877.497	3.597.468
Partes relacionadas	5	6.828.316	1.022.629
Juros sobre o capital próprio e dividendos	12	39.570.108	6.232.564
Obrigações trabalhistas/tributárias	13	7.025.022	3.210.196
Vendas antecipadas		1.979.748	1.682.434
Taxa de fiscalização contratual a pagar	14	899.457	832.024
Impostos diferidos sobre reserva de reavaliação	16.2	14.815.936	14.842.564
Leasing a pagar	8	271.754	–
Outras contas a pagar		12.360	16.276
Total do passivo circulante		89.432.950	38.473.609
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	63.069.727	73.036.707
Partes relacionadas	5	–	21.908.249
Leasing a pagar	8	332.996	–
Taxa de fiscalização contratual a pagar	14	704.239	1.487.627
Provisão para contingências	20	3.596.611	2.377.544
Impostos diferidos sobre reserva de reavaliação	16.2	106.435.125	144.526.543
Obrigações tributárias	13	4.196.649	3.831.644
Receita diferida	15	4.430.898	4.702.928
Total do passivo não circulante		182.766.245	251.871.242
Patrimônio líquido	16		
Capital social		94.778.171	94.778.171
Reserva de capital		212	212
Reserva de reavaliação		235.369.706	309.363.560
Reservas de lucros		44.016.311	2.809.402
Lucros acumulados		–	52.697.229
		374.164.400	459.648.574
Total do passivo e patrimônio líquido		646.363.595	749.993.425

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007

(Em reais)

	Notas	2008	2007
Receita de arrecadação pedágio/exploração comercial		159.230.723	143.286.099
Deduções da receita		(13.906.859)	(12.436.447)
Receita líquida de vendas		145.323.864	130.849.652
Custo dos serviços prestados – operação da rodovia			
Custos de pessoal		(2.106.100)	(3.395.005)
Manutenção/conservação		(18.055.155)	(28.904.229)
Serviço de atendimento ao usuário		(18.426.782)	(15.248.072)
Serviços de terceiros		(6.476.666)	(4.672.092)
Aluguéis de equipamentos/leasing		(76.685)	(1.580.505)
Fiscalização contratual		(3.612.491)	(3.439.182)
Depreciação e amortização		(21.842.778)	(21.361.855)
Depreciação da reavaliação		(43.576.281)	(20.622.157)
Seguros		(1.823.798)	(1.674.590)
Materiais		(877.648)	(2.341.079)
Outros		(1.734.683)	(2.333.347)
		(118.609.067)	(105.572.113)
Resultado bruto		26.714.797	25.277.539
Despesas e receitas operacionais			
Despesas de pessoal		(5.204.250)	(4.440.639)
Despesas administrativas		(7.319.704)	(6.081.908)
Despesas financeiras, líquidas		(10.371.661)	(8.928.933)
Depreciação e amortização		(686.214)	(168.427)
Serviços de terceiros		(4.165.270)	(5.446.351)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		469.855	(1.238)
		(27.277.244)	(25.067.496)
Resultado antes da provisão para IRPJ e contribuição social		(562.447)	210.043
Provisão para IRPJ e contribuição social	19	(49.386)	(2.241)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(611.833)	207.802
Lucro (prejuízo) por ação		(0,09)	0,03

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007

(Em reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de reavaliação	Reserva de Lucros: Estatutária	Reserva de Lucros: Legal	Reserva de Lucros: Lucros	Reserva de Lucros: Total	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31/12/2006	94.778.171	212	101.722.598	254.362	2.543.611	–	2.797.973	38.892.195	238.191.149
Realização da reserva de reavaliação 2004	–	–	(10.570.342)	–	–	–	–	10.570.342	–
Constituição da reserva de reavaliação	–	–	221.251.587	–	–	–	–	–	221.251.587
Realização da reserva de reavaliação 2007	–	–	(3.040.283)	–	–	–	–	3.040.283	–
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	207.802	207.802
Constituição das reservas estatutária e legal	–	–	–	1.039	10.390	–	11.429	(11.429)	–
Dividendos propostos	–	–	–	–	–	–	–	(1.964)	(1.964)
Saldos em 31/12/2007	94.778.171	212	309.363.560	255.401	2.554.001	–	2.809.402	52.697.229	459.648.574
Realização da reserva de reavaliação	–	–	(28.760.344)	–	–	–	–	28.760.344	–
Provisão para perdas no ativo imobilizado	–	–	(45.233.510)	–	–	–	–	–	(45.233.510)
Ajuste decorrente da adoção inicial da Lei 11.638/07 (arrendamento mercantil financeiro)	–	–	–	–	–	–	–	(70.687)	(70.687)
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	–	–	–	(611.833)	(611.833)
Constituição das reservas	–	–	–	–	–	41.206.909	41.206.909	(41.206.909)	–
Dividendos propostos	–	–	–	–	–	–	–	(39.568.144)	(39.568.144)
Saldos em 31/12/2008	94.778.171	212	235.369.706	255.401	2.554.001	41.206.909	44.016.311	–	374.164.400

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007

(Em reais)

Descrição	2008	2007 (Não auditado)
Receitas	203.276.859	163.908.256
Serviços	159.230.723	143.286.099
Outras receitas	44.046.136	20.622.157
Insumos adquiridos de terceiros	60.920.701	65.891.197
Custo das mercadorias e serviços vendidos	45.842.636	49.422.500
Materiais, energia, serviço de terceiros e outros	15.078.065	16.467.459
Perda/recuperação de valores ativos	–	1.238
Valor adicionado bruto	142.356.158	98.017.059
Retenções	66.105.273	42.152.439
Depreciação e amortização	66.105.273	42.152.439
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	76.250.885	55.864.620
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	262.452	52.042
	262.452	52.042
Valor adicionado total a distribuir	76.513.337	55.916.662
Distribuição do valor adicionado	76.513.337	55.916.662
Pessoal e encargos	6.438.443	6.856.015
Impostos, taxas e contribuições	30.421.480	21.800.999
Juros e aluguéis	11.504.903	13.441.221
Lucros retidos do exercício	28.148.511	13.818.427

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007

(Em reais)

	2008	2007 (Não auditado)
Fluxos de caixa operacional		
Lucro líquido do exercício	(611.833)	207.802
Ajustes		
IRPJ e contribuição social diferidos	(15.117.196)	(6.896.441)
IRPJ e contribuição social correntes	15.166.580	6.893.010
Depreciação e amortização	66.105.273	42.152.439
Baixa de ativo imobilizado, intangível e diferido	2.460	–
Variações monetárias de empréstimos, financiamentos e debêntures	9.084.166	9.648.172
Provisão para contingências, líquidas de baixas e reversões	1.219.067	(338.508)
Reconhecimento dos contratos de arrendamento mercantil financeiro	(321.045)	–
Ajuste decorrente da adoção inicial da Lei 11.638/07 – arrendamento mercantil financeiro	(70.687)	–
Lucro líquido ajustado	75.456.785	51.666.474
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) diminuição dos ativos		
Contas a receber	(277.762)	(439.729)
Contas a receber empresas ligadas, operações comerciais	8.979.322	(7.316.419)
Impostos a recuperar	(5.687)	(266)
Despesas pagas antecipadamente e outros valores a receber	3.629.693	(209.488)
Aumento (diminuição) dos passivos		
Fornecedores	(1.719.971)	(1.349.982)
Contas a pagar empresas ligadas, operações comerciais	(16.102.562)	(12.847.517)
Obrigações trabalhistas	196.541	(389.651)
Obrigações tributárias	1.396.208	(342.079)
Pagamento de IRPJ e contribuição social correntes	(12.854.394)	(6.413.778)
Receita diferida	(272.030)	4.702.928
Vendas antecipadas e outras contas a pagar	(422.556)	1.342.877
Fluxo de caixa gerado pelas (usado nas) operações	58.003.587	28.403.370
Fluxos de caixa de investimento		
Aquisição de bens do imobilizado	(44.123.481)	(18.361.170)
Recebimento da venda de imobilizado	530.577	1.238
Fluxo de caixa gerado pelas (usado nas) atividades de investimento	(43.592.904)	(18.359.932)
Fluxos de caixa de financiamento		
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(6.230.600)	(4.680.000)
Captações através de empréstimos e financiamentos	3.000.000	40.084.613
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(7.799.998)	(36.697.277)
Juros e remunerações pagas sobre empréstimos e financiamentos	(5.135.850)	(7.433.597)
Fluxo de caixa gerado pelas (usado nas) atividades de financiamento	(16.166.448)	(8.726.261)
Fluxo de caixa	(1.755.765)	1.317.177
Caixa no início do exercício	3.211.085	1.893.908
Caixa no final do exercício	1.455.320	3.211.085
Variação no caixa	(1.755.765)	1.317.177

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2008 e 2007

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Companhia foi constituída em 16 de outubro de 1995, sob a denominação de Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - RIO, tendo como objeto social a recuperação, o reforço, a monitoração, o melhoramento, a manutenção, a conservação, a operação e a exploração da Rodovia BR-040/MG/RJ, trecho Juiz de Fora - Petrópolis - Rio de Janeiro (Trevo das Missões) e os respectivos acessos, durante o prazo de 25 anos, contados a partir de 01 de março de 1996, data da transferência do controle da rodovia para a concessionária.

É vedado à Companhia praticar quaisquer atos estranhos a seu objeto social, salvo com expressa autorização da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, instituída pela Lei nº 10.233, de 05 de junho de 2001, regulamentada pelo Decreto nº 4.130, de 13 de fevereiro de 2002, que substituiu o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER).

O regime jurídico do contrato de concessão confere à ANTT a prerrogativa de alterá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, rescindi-lo, fiscalizar-lhe a execução e aplicar sanções motivadas pela sua inexecução parcial ou total, sendo que as cláusulas econômico-financeiras do contrato de concessão não poderão ser alteradas sem prévia concordância da concessionária.

A concessão de exploração da rodovia extingue-se por advento do termo contratual, encampação, caducidade, rescisão, anulação, falência ou extinção da concessionária.

Extinta a concessão, revertem à ANTT todos os bens transferidos para a administração da concessionária, os bens reversíveis incorporados à rodovia durante a concessão e os direitos e p livres e desembaraçados de quaisquer trabalhistas e cessam, para a concessi do contrato. Em caso de extinção, a valor contábil dos investimentos incorp

A principal fonte de receita é a arrecad justada anualmente, todavia, em razão são facultadas outras fontes de receita provenientes de atividades vinculadas xas marginais, acessos ou áreas de ser de publicidades e multas por excesso depende de prévia autorização da ANT

Conforme o Programa de Exploração investimentos prevê aplicação de recu concessão no montante aproximado Dezembro de 2008, dos quais R$ 951. dos no ativo permanente e custeados a de curto e longo prazos, capital própri pedágio.

Adicionalmente, estão previstos ingres longo prazo para custear novos invest R$ 337.452.277, especialmente para de Petrópolis.

O cronograma de novos investimentos forme segue:

rivilégios decorrentes da concessão, ônus ou encargos, inclusive sociais onária, todos os direitos emergentes concessionária será indenizada pelo rados à concessão.

ação da tarifa de pedágio, que é rea- da peculiaridade do serviço prestado, s, sejam elas direta ou indiretamente exploração da rodovia, das suas fai- viços e lazer, inclusive as decorrentes de peso, a exploração destas fontes T.

da Rodovia - PER, o cronograma de rsos na rodovia durante o prazo de de R$ 1.288.580.133, a valores de 127.856 foram investidos, classifica- ravés da captação de financiamentos o e recursos oriundos da receita de

sos de recursos de financiamento de mentos no montante aproximado de onstrução da Nova Subida da Serra

na rodovia prevê desembolsos con-

... continuação da Nota 1 – Contexto operacional

Ano	Valor
2009	23.829.291
2010	41.281.681
2011	18.833.257
2012	57.028.869
A partir de 2013	196.479.179
	337.452.277

A Companhia apresenta capital circulante líquido negativo em 31 de dezembro de 2008. As projeções de resultados futuros indicam a geração de fluxos de caixa positivos. O orçamento para o exercício de 2009 prevê arrecadação de pedágio em montante suficiente para a manutenção das atividades da Companhia e para a liquidação de seus compromissos financeiros de curto prazo. Adicionalmente, estão previstos ingressos de recursos de financiamento de longo prazo para custear os investimentos planejados, especialmente para a duplicação de pista no trecho entre Matias Barbosa e Juiz de Fora em Minas Gerais.

A Administração entende que em eventual necessidade decorrente da não concretização de parte de seu plano de negócios, os acionistas proverão os recursos necessários para a manutenção das atividades da Companhia.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08.

A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações financeiras ocorreu na reunião de diretoria realizada em 13 de fevereiro de 2009.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6404/76) que incluem os novos dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e pela Medida Provisória nº 449, de 03 de dezembro de 2008.

Foi efetuada uma reclassificação no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2007 com o objetivo de melhorar a apresentação e comparabilidade das demonstrações financeiras.

Em conformidade com o disposto pela Deliberação CVM nº 565, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 13 – Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, e com vista aos requerimentos estabelecidos pela Deliberação CVM nº 506/06, de 19 de junho de 2006, a Companhia estabeleceu como data de transição para a adoção das novas práticas contábeis 1º de janeiro de 2008.

A data de transição é definida como sendo o ponto de partida para a adoção das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil, e representa a data-base em que a Companhia preparou seus balanços patrimoniais iniciais ajustados por esses novos dispositivos contábeis de 2008.

O CPC 13 desobrigou as companhias a aplicar o disposto na NPC 12 e Deliberação CVM nº 506/06 - Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros, na adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08. Essa deliberação requer que, além de discriminar os efeitos da adoção da nova prática contábil na conta de lucros ou prejuízos acumulados, as companhias devem demonstrar o balanço de abertura para conta ou grupo de contas relativo ao período mais antigo para fins de comparação, bem como os demais valores comparativos apresentados, como se a nova prática contábil estivesse sempre em uso.

A Companhia exerceu a faculdade prevista nesse CPC e refletiu os ajustes decorrentes da mudança de prática contábil contra a conta de lucros acumulados em 1 de janeiro de 2008. As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentadas de forma conjunta com as demonstrações contábeis de 2008, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes até 31 de dezembro de 2007 e, como permitido pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória no 449/08, não estão sendo reapresentadas com os ajustes para fins de comparação entre os exercícios.

continua ...

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora – Rio

CNPJ/MF nº 00.880.446/0001-58

CONCER

www.concer.com.br

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2008 e 2007 (Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

As referidas alterações nas práticas contábeis que produziram efeitos na preparação ou na apresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2008, do balanço patrimonial de abertura em 1º de janeiro de 2008, foram mensuradas e registradas pela Companhia com base nos seguintes pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC):

- Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras, aprovado pela Deliberação CVM nº 539, de 14 de março de 2008;
- CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável dos Ativos, aprovado pela Deliberação CVM nº 527, de 01 de novembro de 2007 ("CPC 01");
- CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, aprovado pela Deliberação CVM nº 547, de 13 de agosto de 2008 ("CPC 03");
- CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas, aprovado pela Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008 ("CPC 05");
- CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil, aprovado pela Deliberação CVM nº 554, de 12 de novembro de 2008 ("CPC 06");
- CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008 ("CPC 09");
- CPC 12 - Ajuste a Valor Presente, aprovado pela Deliberação CVM nº 564, de 17 de dezembro de 2008 ("CPC 12");
- CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, aprovado pela Deliberação CVM nº 565, de 17 de dezembro de 2008 ("CPC 13");
- CPC 14 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação, aprovado pela Deliberação CVM nº 566, de 17 de dezembro de 2008 ("CPC 14").

O balanço patrimonial inicial de 1º de janeiro de 2008 (data de transição) foi preparado considerando as exceções requeridas e algumas das isenções opcionais, permitidas pelo pronunciamento técnico CPC 13, sendo elas:

(i) Isenção sobre a apresentação de demonstrações financeiras comparativas: As demonstrações financeiras de 2007 estão preparadas nas bases contábeis vigentes em 2007. A opção dada pelo CPC 13 de não ajustar as demonstrações financeiras de 2007 aos padrões contábeis de 2008 foi adotada pela Companhia conforme divulgado acima.

(ii) Isenção sobre a classificação de instrumentos financeiros na data original de seu registro: O CPC 14 determina que a classificação dos instrumentos financeiros deve ser feita no momento original de seu registro, porém, para fins de primeira adoção, o CPC 13 permitiu que esses instrumentos financeiros fossem classificados na data de transição. A Companhia optou por adotar a isenção prevista no CPC 13.

(iii) Isenção sobre a manutenção de saldos no ativo diferido até sua realização: A Companhia optou por baixar contra a conta de lucros acumulados os saldos reconhecidos no grupo do ativo diferido na data de transição.

(iv) Isenção sobre as considerações de cálculo do ajuste a valor presente: A Companhia avaliou eventuais efeitos de ajuste a valor presente com base em cálculo global sobre os saldos em aberto de cada grupo de contas de ativos e passivos monetários de longo prazo e não identificou transações que fossem sujeitas a este ajuste. Os efeitos de ajuste a valor presente dos itens monetários de curto prazo foram imateriais.

(v) Isenção sobre a manutenção do saldo de reserva de reavaliação: A Companhia optou por manter até sua realização, o saldo de reserva reavaliação de ativos imobilizados existente na data de transição. Por conta dessa opção, o valor reavaliado desses ativos passou a ser considerado o valor de custo no ativo imobilizado e a reserva de reavaliação registrada no patrimônio líquido continuou a ser realizada em contrapartida à conta de lucros acumulados.

(vi) Neutralidade para fins tributários da aplicação inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08: A Companhia optou pelo Regime Tributário de Transição (RTT) instituído pela Medida Provisória nº 449/08, por meio do qual as apurações do imposto sobre a renda (IRPJ), da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), da contribuição para o PIS e da contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS), para o biênio 2008-2009, continuam a ser determinadas sobre os métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, vigentes em 31 de dezembro 2007. Dessa forma, o imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis advindas da lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08 foram registrados nas demonstrações financeiras da Companhia, quando aplicáveis, em conformidade com a Instrução CVM nº 371. A Companhia consignará a referida opção na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) no ano de 2009.

(vii) Exceção sobre o reconhecimento de arrendamentos mercantis financeiros vigentes antes da data de transição e sobre a capitalização de custos iniciais de contratação diretamente associados a esses arrendamentos: Para os contratos vigentes na data de transição e que apresentaram as características de arrendamento mercantil financeiro, a Companhia registrou no ativo imobilizado, em conta específica, o bem arrendado pelo valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, na data inicial do contrato, ajustado pela depreciação acumulada calculada desde a data do contrato até a data de transição. Adicionalmente reconheceu no passivo as contraprestações de arrendamento mercantil ajustadas a valor presente na data das demonstrações financeiras. Os custos iniciais diretos, incorridos para a contratação desses arrendamentos, não foram capitalizados.

(viii) Exceção para aplicação da primeira avaliação periódica da vida útil-econômica dos bens do imobilizado: A Companhia optou pela exceção permitida pela CPC 13 e dessa forma a primeira análise sobre as estimativas de vida útil-econômica de seus ativos imobilizados será realizada para que produza efeitos, caso haja, a partir do exercício que se inicia em 1º de janeiro de 2009. Eventuais mudanças na estimativa da vida útil-econômica dos ativos, decorrentes dessa análise, se relevantes, serão tratadas como mudança de estimativas contábeis a serem reconhecidas de forma prospectiva.Em atendimento aos requerimentos de divulgação sobre adoção inicial das novas práticas contábeis, a Companhia preparou e está apresentando a demonstração dos efeitos no resultado e no patrimônio líquido, na data de transição, da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, com a finalidade de suprir informações quanto a comparabilidade do resultado e do patrimônio líquido com os valores que seriam obtidos caso não tivessem existido essas modificações. Adicionalmente a Companhia preparou e está divulgando os impactos da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08 nos saldos das contas do balanço patrimonial de abertura. A Companhia aplicou a opção de não divulgar o balanço inicial ajustado.

a) Balanço patrimonial de 2007

Ativo	Saldos divulgados em 31.12.07	Ajustes da Lei nº 11.638/07	Saldos de 2007 ajustados pelos efeitos da Lei nº 11.638/07 (Balanço de abertura)
Circulante			
Disponível	3.211.085		3.211.085
Contas a receber	1.449.393		1.449.393
Adiantamentos a fornecedores	40.672		40.672
Partes relacionadas	8.979.322		8.979.322
Almoxarifado de materiais	49.252		49.252
Impostos a recuperar	11.036		11.036
Despesas pagas antecipadamente	417.047		417.047
Total do ativo circulante	14.157.807		14.157.807
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Créditos tributários	808.365		808.365
Cauções e depósitos judiciais	2.379.385		2.379.385
Residual de arrendamento mercantil (i)	171.949	(171.949)	-
Adiantamentos a receber	779.616		779.616
Outros valores a receber	490.473		490.473
	4.629.788		4.457.839
Permanente			
Imobilizado líquido (i)	731.203.154	1.327.476	732.530.630
Diferido líquido	2.676		2.676
	731.205.830		732.533.306
Total do ativo não circulante	735.835.618		736.991.145
Total do ativo	749.993.425		751.148.952

Passivo	Saldos divulgados em 31.12.07	Ajustes da Lei nº 11.638/07	Saldos de 2007 ajustados pelos efeitos da Lei nº 11.638/07 (Balanço de abertura)
Passivo circulante			
Empréstimos e financiamentos	7.037.454		7.037.454
Fornecedores	3.597.468		3.597.468
Partes relacionadas	1.022.629		1.022.629
Juros sobre o capital próprio e dividendos	6.232.564		6.232.564
Obrigações trabalhistas/ tributárias	3.210.196		3.210.196
Vendas antecipadas	1.682.434		1.682.434
Taxa de fiscalização contratual a pagar	832.024		832.024
Impostos diferidos sobre reserva de reavaliação	14.842.564		14.842.564
Outras contas a pagar	16.276		16.276
Leasing a pagar (i)	-	828.559	828.559
Total do passivo circulante	38.473.609		39.302.168
Passivo não circulante			
Exigível a longo prazo			
Empréstimos e financiamentos	73.036.707		73.036.707
Leasing (i)	-	345.490	345.490
Partes relacionadas	21.908.249		21.908.249
Taxa de fiscalização contratual a pagar	1.487.627		1.487.627
Provisão para contingências	2.377.544		2.377.544
Impostos diferidos sobre reserva de reavaliação	144.526.543		144.526.543
Obrigações tributárias (i)	3.831.644	52.165	3.883.809
Receita diferida	4.702.928		4.702.928
Total do passivo não circulante	251.871.242		252.268.897
Patrimônio líquido			
Capital social	94.778.171		94.778.171
Reserva de capital	212		212
Reserva de reavaliação	309.363.560		309.363.560
Reservas de lucros	2.809.402		2.809.402
Lucros acumulados (i)	52.697.229	(70.687)	52.626.542
	459.648.574		459.577.887
Total do passivo e patrimônio líquido	749.993.425		751.148.952

(i) Reconhecimento dos contratos de arrendamento mercantil financeiro.

b) Patrimônio líquido

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2007
Patrimônio líquido antes das alterações introduzidas pela Lei 11.638/07 e MP 449/08	459.648.574
Reconhecimento de contratos de arrendamento mercantil financeiro (i)	(70.687)
Efeitos líquidos decorrentes da aplicação integral da Lei 11.638/07 e MP 449/08	(70.687)
Patrimônio líquido com a aplicação integral da Lei 11.638/07 e MP 449/08	459.577.887

c) Demonstração do resultado

	Saldos divulgados em 31.12.07	Ajustes da Lei nº 11.638/07	Saldos de 2007 ajustados pelos efeitos da Lei nº 11.638/07
Receita de arrecadação pedágio/exploração comercial	143.286.099		143.286.099
Deduções da receita	(12.436.447)		(12.436.447)
Receita líquida de vendas	130.849.652		130.849.652
Custo dos serviços prestados - operação da rodovia			
Custos de pessoal	(3.395.005)		(3.395.005)
Manutenção/conservação	(28.904.229)		(28.904.229)
Serviço de atendimento ao usuário	(15.248.072)		(15.248.072)
Serviços de terceiros	(4.672.092)		(4.672.092)
Aluguéis de equipamentos/ leasing (i)	(1.580.505)	416.019	(1.164.486)
Fiscalização contratual	(3.439.182)		(3.439.182)
Depreciação e amortização (i)	(21.361.855)	(227.963)	(21.589.818)
Depreciação da reavaliação	(20.622.157)		(20.622.157)
Seguros	(1.674.590)		(1.674.590)
Materiais	(2.341.079)		(2.341.079)
Outros	(2.333.347)		(2.333.347)
	(105.572.113)		(105.384.057)
Resultado bruto	25.277.539		25.465.595
Despesas e receitas operacionais			
Despesas de pessoal	(4.440.639)		(4.440.639)
Despesas administrativas (i)	(6.081.908)	137.378	(5.944.530)
Desp. financeiras (líquidas) (i)	(8.928.933)	(217.411)	(9.146.344)
Depreciação e amortização (i)	(168.427)	(79.020)	(247.447)
Serviços de terceiros	(5.446.351)		(5.446.351)
Outras receitas (despesas) operacionais	(1.238)		(1.238)
	(25.067.496)		(25.226.549)
Resultado antes das provisões tributárias	210.043		239.046
Provisão para IRPJ e contribuição social	(2.241)		(2.241)
Lucro líquido do exercício	207.802		236.805

(i) Reconhecimento dos contratos de arrendamento mercantil financeiro.

3. Sumário das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas/despesas financeiras.

b) Instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subseqüente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: disponibilidade, aplicações financeiras e contas a receber de clientes, enquanto que os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores, leasing a pagar, taxa de fiscalização contratual a pagar e empréstimos e financiamentos.

c) Disponibilidades: Em 2008, com a adoção das práticas emanadas pelo CPC 14, as aplicações financeiras são classificadas em um dos seguintes grupos: (i) ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado, (ii) ativo financeiro mantido até o vencimento e (iii) ativo financeiro disponível para venda. A mensuração do valor das aplicações financeiras é feita de acordo com a classificação de cada uma delas, conforme requerido pelo CPC 14.

As disponibilidades incluem os saldos em conta movimento e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias da data de balanço e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado". Encontram-se registrados ao valor de custo ou de realização, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

d) Contas a receber de clientes: Estão apresentadas a valores de realização e foi constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

e) Almoxarifado de materiais: Foram avaliados pelo custo médio de aquisição, sendo inferiores aos valores de reposição.

f) Despesas pagas antecipadamente: Correspondem, basicamente, às renovações de seguro, inclusive, sobre a garantia de obras na rodovia, sendo obedecido o regime de competência para a devida apropriação ao resultado de cada exercício.

g) Imobilizado, líquido: Está registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, acrescido das reavaliações registradas nos exercícios de 2004 e 2007. A depreciação de bens do imobilizado é calculada pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na nota explicativa 9, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, limitadas, quando aplicável, ao termo final do contrato de concessão, conforme mencionado na nota explicativa 1.

h) Arrendamento mercantil: Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado e no passivo de empréstimos e financiamentos, pelo menor entre o valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato ou valor justo do ativo, dos dois o menor. Os montantes registrados no ativo imobilizado são depreciados pelo menor prazo entre a vida útil-econômica estimada dos bens e a duração prevista do contrato de arrendamento. Os juros implícitos no passivo reconhecido de empréstimos e financiamentos são apropriados ao resultado de acordo com a duração do contrato pelo método da taxa de efetiva de juros. Em 2007, os contratos de arrendamento eram classificados como arrendamento operacional e alocados ao resultado a medida do pagamento das contraprestações.

i) Avaliação da recuperação de ativos de longo prazo ("impairment"): A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Durante a revisão realizada em 2008 a Companhia identificou que o valor contábil líquido excedia o valor recuperável em R$ 68.535.621, e foi constituída provisão para perda por desvalorização do ativo ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas foram classificadas como diminuição do saldo de reavaliação de acordo com o CPC 01 (vide nota explicativa 9). Adicionalmente, o valor do ativo imobilizado reavaliado é considerado como o novo valor de custo para fins de mensuração futura e de determinação do valor recuperável desses ativos.

j) Empréstimos e financiamentos: São atualizados pelas variações monetárias incorridas até a data do balanço e os juros respectivos transcorridos estão provisionados (nota explicativa 10). **k) Outros ativos e passivos:** Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

l) Tributação: As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Alíquotas
Receita de arrecadação		
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	3,00%
Demais receitas		
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	7,60%
Imposto Sobre Serviços	ISS	5,00%

Esses encargos são apresentados como deduções de receita bruta na demonstração do resultado.

O ISS sobre do custo da tarifa do pedágio é provisionado à alíquota de 5%, com o conseqüente repasse deste imposto à tarifa do pedágio, a partir de janeiro de 2000, com base nas Leis Complementares nº 100 de 22/12/1999 e nº 116 de 31/07/2003, que instituíram a incidência do ISS sobre a prestação de serviços de pedágio.

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. A provisão para imposto de renda e contribuição social foi computada com base na legislação vigente na data do balanço. O imposto de renda é apurado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R$ 240.000 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. Os créditos tributários diferidos foram constituídos sobre diferenças temporárias decorrentes de provisões para contingências cíveis e trabalhistas, e são demonstrados pelo valor que se espera realizar.

m) Estimativas contábeis: São utilizadas para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das demonstrações financeiras da Companhia. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos à estimativas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado; a provisão para créditos de liquidação duvidosa; a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados; o imposto de renda e contribuição social diferidos e a provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

n) Demonstrações dos fluxos de caixa e demonstrações do valor adicionado: As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 03, emitido pelo CPC. As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM 557, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 09, emitido pelo CPC.

A Companhia optou por apresentar as demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007. A Companhia também optou por não mais apresentar as demonstrações das origens e aplicações de recursos para os exercícios encerrados a partir de 1º de janeiro de 2008.

4. Disponibilidades e valores equivalentes:

Descrição	2008	2007
Numerário em trânsito (*)	1.224.713	2.107.510
Bancos conta movimento	202.400	688.102
Aplicações de liquidez imediata	207	387.422
Outras	28.000	28.051
Total	1.455.320	3.211.085

(*) Refere-se à arrecadação nas praças de pedágio, em trânsito com a transportadora de valores ou ainda não depositados no banco.

5. Partes relacionadas

As obrigações com entidades ligadas são originárias de operações de prestação de serviços de recuperação, manutenção, conservação, exploração comercial, atendimento ao usuário e ampliação da rodovia e foram gerados, quanto a prazos, encargos e garantias, nas mesmas condições das operações realizadas com terceiros. Os preços e as quantidades, quando aplicável, estão de acordo com o estabelecido no contrato de concessão e as obras e serviços previstos no contrato de concessão são fiscalizados pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). As transações da Companhia com partes relacionadas apresentavam os seguintes valores:

Consórcio Construtor BR 040

Saldo em 31 de dezembro	2008	2007
Ativo - adiantamento - circulante	-	8.850.297
Passivos - fornecedores - circulante	4.583.428	-
Passivos - fornecedores - não circulante	-	21.908.249

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007, a Companhia investiu os montantes demonstrados abaixo em obras para duplicação da rodovia BR 040 e em custos para manutenção da rodovia, cujos serviços foram realizados pelo Consórcio Construtor BR 040.

Movimentações no exercício	2008	2007
Aquisições de imobilizado	32.046.772	17.275.091
Depreciações	26.392.607	25.116.003
Custos - manutenção	-	4.934.597

Rio Bonito Serviços de Apoio Rodoviário Ltda.

Saldo em 31 de dezembro	2008	2007
Ativo - adiantamento - circulante	-	129.025
Passivos - fornecedores - circulante	2.244.888	1.022.629

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2008, a Companhia incorreu em R$ 41.995.712 (R$ 32.479.936 em 31 de dezembro de 2007) referente aos gastos com serviços de manutenção e conservação, atendimento ao usuário, arrecadação, e serviços de terceiros realizados pela Rio Bonito Serviços de Apoio Rodoviário Ltda.

6. Créditos tributários

Os créditos tributários (imposto de renda e contribuição social sobre o lucro) incidentes sobre as adições temporárias decorrentes de provisão para contingências, estão registrados no ativo não circulante:

Composição dos créditos tributários

Descrição	2008	2007
IRPJ	899.153	594.386
CSSL	323.695	213.979
Total	1.222.848	808.365

Demonstração dos créditos tributários

Descrição	2008	2007
Provisão para contingências (nota explicativa 20)	3.596.611	2.377.544
IRPJ - 15%	539.492	356.632
Adicional do IRPJ - 10%	359.661	237.754
Total do crédito do imposto de renda	899.153	594.386
Provisão para contingências (nota explicativa 20)	3.596.611	2.377.544
Total do crédito da CSSL - 9%	323.695	213.979

7. Cauções e depósitos judiciais

O saldo de R$ 139.392 em 31 de dezembro de 2008 (R$ 2.379.385 em 2007) refere-se a depósitos judiciais dos processos de naturezas trabalhistas e cíveis, para os quais foram constituídas, quando aplicável, provisão para contingências, conforme comentado na nota explicativa 20.

Descrição	2008	2007
Depósitos trabalhistas	26.383	250.999
Depósitos cíveis	90.638	2.108.568
	117.021	2.359.568
Cauções	22.371	19.817
Total	139.392	2.379.385

8. Arrendamento mercantil

Em cumprimento a Resolução CFC n 1.141/08 que aprovou a NBC T 10.02 – Operações de Arrendamento Mercantil, a Companhia registrou seus arrendamentos mercantis como arrendamentos financeiros, por entender que estes arrendamentos possuem as seguintes condições:

- Há a transferência de propriedade do ativo para a Companhia no fim do prazo do arrendamento;
- A Companhia tem a opção de comprar o ativo por um preço que se espera que seja suficientemente mais baixo do que o justo valor à data em que a opção se torne exercível, e a Administração possui intenção provável de exercê-la;
- O prazo do arrendamento refere-se a, no mínimo, 70% da vida econômica do ativo, mesmo que a propriedade não seja transferida. A Administração da Companhia entende que 70% correspondem à maior parte da vida econômica do ativo;
- No início do arrendamento, o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento representa, no mínimo, 60% do valor justo do ativo arrendado. A Administração da Companhia entende que 60% correspondem substancialmente ao valor justo do ativo arrendado.

continua ...

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora – Rio

CNPJ/MF nº 00.880.446/001-58

CONCER

www.concer.com.br

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2008 e 2007 (Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia é parte integrante de diversos processos de natureza trabalhista e cível. Com base na análise individual destes processos, tendo como suporte a opinião de seus consultores jurídicos internos e externos, a Companhia provisionou as causas consideradas como risco de perda provável.

Adicionalmente, a Companhia é parte em processos, no montante de R$ 8.250.869 (R$ 14.775.578 em 2007), cujo risco de contingências foi considerado, por seus respectivos consultores legais, como possível. Dentre estes processos, existem aqueles de natureza tributária, principalmente relativos a questionamentos de ISS e ICMS, que para a defesa seja interposta no âmbito judicial é condição imprescindível que o juízo esteja garantido. Sendo assim, a Companhia obteve junto à Instituições Financeiras cartas de fiança bancária no valor de R$ 4.562.000, as quais foram dadas em garantia aos respectivos processos judiciais.

21. Instrumentos financeiros

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas para cada situação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como conseqüência, as estimativas aqui apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação poderá ter um efeito relevante no montante do valor de mercado. Em 31 de dezembro de 2008, os instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia, encontram-se registrados nas contas patrimoniais e por valores compatíveis com aqueles praticados no mercado. Os principais estão descritos a seguir, bem como os principais critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado:

21.1. Disponibilidades: Os valores contabilizados se aproximam dos valores de mercado em razão do vencimento a curto prazo desses instrumentos.

21.2. Partes relacionadas: Apresentadas ao valor contábil, uma vez que não existem instrumentos similares no mercado.

21.3. Empréstimos e financiamentos: As condições e os prazos dos empréstimos e financiamentos obtidos estão apresentados na nota explicativa 10.

21.4. Demais instrumentos financeios ativos e passivos: Os valores estimados de realização de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia podem ser assim enumerados:

i. **Risco de taxa de câmbio:** O subcrédito "a" do financiamento concedido pelo BNDES (nota explicativa 10.2) é indexado pela taxa variável relativa ao custo médio de captação de recursos em moeda estrangeira pelo mesmo. A Companhia não possui instrumentos de "hedge" que a proteja em caso de eventual aumento significativo da taxa de câmbio do dólar norte-americano nem de qualquer outra moeda estrangeira. Adicionalmente, a Companhia possui o contrato de financiamento com a Siemens (nota explicativa 10.3.), que está sendo questionado judicialmente, indexado em dólares norte-americanos. Sendo assim, até o momento, não afeta negativamente seus negócios, sua situação patrimonial e financeira, o resultado de suas operações e sua capacidade de honrar as obrigações.

ii. **Riscos de crédito:**
O faturamento da Companhia é proveniente de cobrança de tarifas de pedágio, com recebimento à vista e pagamentos antecipados. Os valores a receber somente ocorrem em casos de venda para grandes clientes e não representam 5% do seu faturamento mensal.

iii. **Risco de preço e valor de mercado:** A presente estrutura tarifária cobrada é regulada pelo poder concedente e, nas três praças de pedágio encontra-se dentro da faixa praticada pelo mercado, sendo que atualmente a Companhia cobra R$ 1,20 a cada 10 km.

iv. **Risco de mercado:** O desenvolvimento do preço do petróleo pode ser citado como um fator externo que seria capaz de prejudicar o desempenho da Companhia. A atividade da companhia goza de um risco estrutural intrínseco ao negócio, passível de influências da economia brasileira.

A exploração da rodovia pelo setor privado encontra-se a princípio garantido pela presente visão do governo federal no que toca ao papel do setor privado em setores outrora de exclusividade estatal.

A Administração da Companhia desconhece quaisquer eventos de iniciativa do Governo Federal que possam afetar a continuidade da exploração da rodovia ou mesmo o seu equilíbrio econômico-financeiro. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, a Administração da Companhia considera a probabilidade remota.

A Companhia, segundo pesquisas de opinião, goza de aceitação e satisfação perante o público em geral e não se encontra em processo de medida judicial que possa vir a prejudicar suas atividades.

Quanto aos eventos provocados pela natureza, entendemos que o trajeto da rodovia, em sua maioria é plano e distante de acidentes geográficos potencialmente prejudiciais, não apresentando grandes riscos ao andamento dos trabalhos de reforma e ampliação. Importa ressaltar, por outro lado, que a Companhia encontra-se coberta com apólice de seguros para todos os efeitos.

22. Revisão das normas do plano de contas e instituição do manual de contabilidade

A Agência Nacional de Transportes Terrestres -ANTT promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no plano de contas do serviço público de exploração da infra-estrutura rodoviária federal, instituindo um documento denominado "Manual de Contabilidade do Serviço Público de Exploração da Infra-Estrutura Rodoviária Federal", contendo o plano de contas, instruções contábeis e manual para divulgação de informações econômico-financeiras. Em termos gerais, a nova lei requer a harmonização dos planos de contas adotados pelas Empresas do mesmo setor, com aplicação compulsória a partir de 01 de janeiro de 2008. Baseado no plano de contas existentes antes da emissão da referida norma não foi necessário à implementação de mudanças no plano de contas.

Conselho de Administração

Carlos Alberto Bottarelli – Presidente do Conselho
Luiz Fernando Wolff de Carvalho – Conselheiro
Eduardo Ribeiro Capobianco – Conselheiro
Rogério Gomes Sant'Anna – Conselheiro
Fabiana Reputti Vaz Lima – Conselheira

Diretoria Executiva

Pedro Antônio Jonsson – Diretor Presidente - CPF 302.634.769-87
Pedro Antônio Jonsson – Diretor Administrativo Financeiro - CPF 302.634.769-87
Ricardo Salles de Oliveira Barra – Diretor de Operações e Engenharia - CPF 453.808.996-68

Contador

Paulo Roberto da Silva Peçanha
CRC RJ 106079/P-7

Parecer dos auditores independentes

Aos Administradores e Acionistas da
Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora – RIO
Rio de Janeiro - RJ

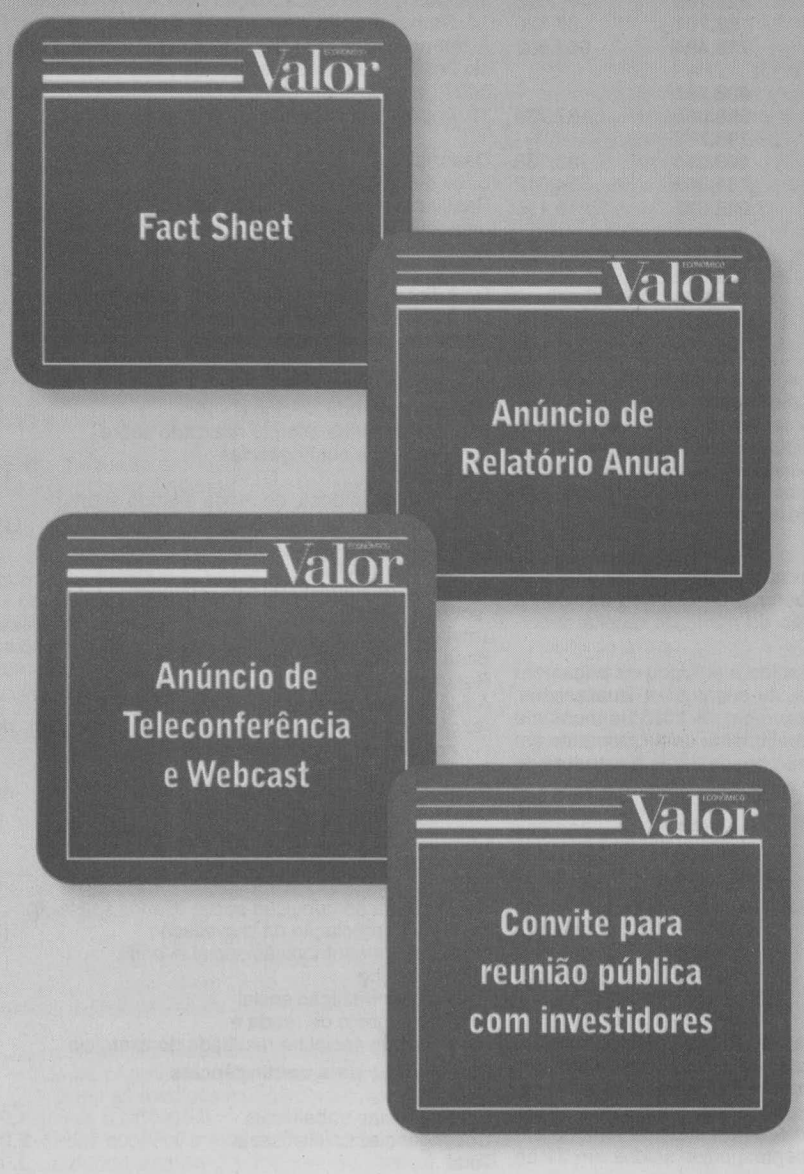
1. Examinamos o balanço patrimonial da Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - RIO, levantado em 31 de dezembro de 2008, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado correspondentes ao exercício findo nessa data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - RIO em 31 de dezembro de 2008, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e os valores adicionados nas operações referentes ao exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Conforme descrito na nota explicativa 10.3, a Companhia mantém registrado em seu passivo circulante o valor de R$ 15.597.373 referente a financiamento concedido pela Siemens S.A. para o fornecimento, instalação e colocação em funcionamento, por parte da Siemens S.A., dos sistemas de controle rodoviário. A Administração da Companhia, entendendo que houve a ocorrência de descumprimento de cláusulas contratuais pela credora, rescindiu o contrato na esfera judicial e, desta forma, suspendeu o registro contábil da atualização monetária da dívida desde 1º de janeiro de 2000, tendo em vista que, na opinião de seus consultores jurídicos, a probabilidade de perda desta demanda pela Companhia é remota. Em 31 de dezembro de 2008, o saldo do ativo imobilizado registrado relacionado a essa obrigação soma R$ 17.231.731. Caso os acréscimos monetários fossem considerados o valor da dívida seria de R$ 57.034.752 na data de encerramento do exercício.
5. Em 31 de dezembro de 2008, a Companhia apresenta capital circulante negativo de R$ 85.865.372, o qual está de acordo com o previsto no plano de negócios da Companhia. Tal plano prevê que os recursos originados das operações atrelados à obtenção de financiamentos para investimentos de longo prazo sejam suficientes para a reversão do quadro atual com o alcance e manutenção do equilíbrio de seu fluxo de caixa. Sendo assim, as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia.
6. A Companhia mantém operações em condições específicas e em montantes significativos com partes relacionadas, conforme descrito na nota explicativa 5.
7. As demonstrações financeiras da Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - RIO referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, compreendendo o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos daquele exercício foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram parecer, sem ressalvas, datado de 20 de março de 2008, e com ênfase semelhante a descrita no parágrafo 4. Conforme mencionado na nota explicativa 2, as práticas contábeis adotadas no Brasil foram alteradas a partir de 1º de janeiro de 2008. As demonstrações financeiras examinadas por outros auditores independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentadas, com exceção da demonstração das origens e aplicações de recursos, de forma conjunta com as demonstrações financeiras de 2008, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes até 31 de dezembro de 2007 e, como permitido pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, não estão sendo reapresentadas com os ajustes para fins de comparação entre os exercícios.
8. Não examinamos, nem foram examinadas por outros auditores independentes, as demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado da Companhia correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentadas para fins comparativos, e, consequentemente, não emitimos opinião sobre elas.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2009.

Ernst & Young Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP 015.199/O-6-F-RJ

Márcio F. Ostwald
Contador
CRC 1RJ 086.202/O-4

As vantagens de ser cliente fidelidade Valor se multiplicaram.



O Valor Econômico está lançando um pacote comercial com vantagens exclusivas para seus clientes. Basta fechar um contrato de fidelização de publicações legais que a sua empresa poderá ter opções diferenciadas de Comunicação Corporativa.

Para mais informações:
(11) 3767-1323
www.valoronline.com.br

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora – Rio

CNPJ/MF nº 00.880.446/0001-58

CONCER

www.concer.com.br

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2008 e 2007 (Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

Certos veículos e equipamentos são arrendados com uma taxa pré-fixada média de 2,5% ao mês, variando entre o período de 24 a 36 meses, contendo cláusulas de opção de compra.

A seguir os valores do imobilizado líquido de depreciação e o passivo que os ativos registrados como compra financiada de bens de acordo com o CPC 06 representam:

Descrição	2008	2007 (*)
Custo de aquisição	1.974.929	1.821.413
Depreciação acumulada	(883.745)	(493.937)
Valor líquido dos bens	1.091.184	1.327.476
Leasing a pagar - circulante	271.754	828.560
Leasing a pagar - não circulante	332.996	345.490

(*) Os ajustes referentes ao exercício de 2007 só estão sendo apresentados para fins de comparabilidade (vide nota explicativa 2).

9. Imobilizado

Descrição	% – Taxa anual de depreciação	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Líquido	Reavaliação	Depreciação acumulada	Total em 31.12.2008	Total em 31.12.2007
Trabalhos iniciais								
Pavimento concreto asfáltico	20	3.734.161	(3.734.161)	–	–	–	–	–
Elementos de proteção/segurança	20	5.895.395	(5.813.237)	82.158	–	–	82.158	–
Canteiro central/faixa domínio	20	185.786	(185.786)	–	–	–	–	–
Obras de arte especiais	20	1.913.374	(1.913.374)	–	–	–	–	–
Sistema de iluminação/inst. elétricas	20	60.049	(60.049)	–	–	–	–	–
Estruturas de contenção	4-5	3.455.373	(1.924.301)	1.531.072	–	–	1.531.072	1.703.840
Drenagem/obras de arte correntes	20	255.995	(255.995)	–	–	–	–	–
Recuperação dos túneis	20	203.902	(203.902)	–	–	–	–	–
Edific. operação e controle	4-5	9.916.028	(5.487.090)	4.428.938	–	–	4.428.938	4.920.609
Total		25.620.063	(19.577.895)	6.042.168	–	–	6.042.168	6.624.449
Recuperação estrutural da rodovia								
Pavimento concreto asfáltico	12,5 - 16,67	20.049.421	(19.196.204)	853.217	27.318.911	(23.908.168)	4.263.960	11.006.093
Pavimento concreto cimento	12,5 - 16,67	1.654.634	(1.453.252)	201.382	1.143.174	(1.012.781)	331.775	416.956
Elementos de proteção e segurança	4-5	7.209.825	(2.724.813)	4.485.012	13.875.592	(12.903.763)	5.456.841	5.644.354
Recup. e alarg. obras de arte especiais	4-5	1.475.410	(329.664)	1.145.746	2.625.990	(483.294)	3.288.442	3.393.226
Estruturas de contenção	4-5	11.970.832	(5.021.251)	6.949.581	25.374.279	(4.421.801)	27.902.059	29.059.833
Drenagem/obras de arte correntes	4-5	6.181.678	(3.023.410)	3.158.268	20.535.348	(4.191.698)	19.501.918	21.282.171
Túneis	4-5	699.144	(355.208)	343.936	709.684	(122.525)	931.095	1.018.992
Total		49.240.944	(32.103.802)	17.137.142	91.582.978	(47.044.030)	61.676.090	71.821.625
Melhoramentos								
Edific. operação e controle	4-5	2.130.020	(920.057)	1.209.963	1.250.224	(63.433)	2.396.754	2.259.196
Obras espec. prog. exp. - item 2.6	4-5	187.140.158	(97.459.872)	89.680.286	315.373.302	(48.009.727)	357.043.861	387.545.533
Sistema ilum./instalações elétricas	10 - 12,5	3.162.285	(928.971)	2.233.314	2.761.617	(2.369.467)	4.695.464	5.108.192
Nova subida da serra	4-20	817.277	(24.654)	792.623	102.523	(9.200)	885.946	209.955
Estruturas de contenção	4-5	3.056.716	(90.589)	2.966.127	104.889	(9.413)	3.061.603	214.801
Duplicação de pista simples	4-20	162.781.739	(26.643.408)	136.138.331	104.027.116	(9.335.447)	230.830.000	213.960.032
Outros melhoramentos	4-5	3.247.003	(1.319.516)	1.927.487	17.726.716	(3.002.403)	16.651.800	17.818.755
Total		362.335.198	(127.387.067)	234.948.131	441.346.387	(60.729.090)	615.565.428	627.116.464
Diversos								
Monitoramento	4	1.401.975	(736.258)	665.717	-	–	665.717	744.721
Adm. Concessionária	10	4.636.485	(2.655.334)	1.981.151	–	–	1.981.151	928.542
Implantação dos sistemas	5-20	36.561.428	(13.360.550)	23.200.878	–	–	23.200.878	23.289.616
Exploração comercial	-	1.019.851	(370.638)	649.213	–	–	649.213	676.198
Marcas e patentes	-	1.539	–	1.539	–	–	1.539	1.539
Total		43.621.278	(17.122.780)	26.498.498	–	–	26.498.498	25.640.616
Total do saldo do ativo imobilizado		480.817.483	(196.191.544)	284.625.939	532.929.365	(107.773.120)	709.782.184	731.203.154
Provisão para perda por desvalorização do ativo imobilizado (i)	–	–	–	–	(68.535.621)	–	(68.535.621)	–
Total do saldo do ativo imobilizado, líquido da provisão para perda por desvalorização		480.817.483	(196.191.544)	284.625.939	464.393.744	(107.773.120)	641.246.563	731.203 .154

(i) Em 2008 a Companhia contratou a empresa Martins Oliveira Auditoria e Consultoria para efetuar uma nova revisão do valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável, a qual emitiu o Laudo de Elaboração da Mensuração do Valor Recuperável dos Ativos da Companhia, datado de 13 de março de 2009, identificando que o valor recuperável dos ativos da Concer era inferior ao seu valor contábil em R$ 68.535.621. Sendo assim a Companhia constituiu provisão para perda por desvalorização do ativo imobilizado neste valor, de forma a ajustar o valor líquido contábil ao valor de recuperação, tendo como contrapartida a reserva de reavaliação.

10. Empréstimos e financiamentos

Descrição	2008	2007
Banco Bradesco S.A. - Conta Garantida - taxa de CDI + 0,6% ao mês	-	14.809
Banco Guanabara - Empréstimo para Capital de Giro - taxa de CDI + 1,0% ao mês	3.009.000	-
Banco ABN Real – Empréstimos para Capital de Giro - taxa de CDI + 0,222% ao mês	19.392.443	18.000.000
BNDES - subcrédito "a" - Parte do financiamento para a duplicação do trecho entre os municípios de Matias Barbosa (MG) e Juiz de Fora (MG) - sujeito ao "spread" de 6,625% ao ano acima da taxa variável, relativa ao custo médio de captação de recursos em moeda estrangeira pelo BNDES	5.910.005	5.172.656
BNDES - subcrédito "b" - Parte do financiamento para a duplicação do trecho entre os municípios de Matias Barbosa (MG) e Juiz de Fora (MG) - sujeito ao "spread" de 6,625% ao ano acima da variação da TJLP	29.900.297	34.992.518
BNDES - subcrédito "c" - Parte do financiamento para a duplicação do trecho entre os municípios de Matias Barbosa (MG) e Juiz de Fora (MG) - sujeito ao "spread" de 4,65% ao ano acima da variação da TJLP	5.413.361	6.296.805
Siemens Ltda. - Financiamentos concedidos para aquisição de bens do ativo imobilizado produzidos pela mesma, atualizado até 31/12/1999	15.597.373	15.597.373
Total	79.222.479	80.074.161
Circulante	16.152.752	7.037.454
Não circulante	63.069.727	73.036.707

Parcela não circulante vencível em	2008	2007
2008	-	16.096.373
2009	-	12.809.317
2010	30.061.028	12.809.317
2011	13.232.879	12.309.317
2012	7.079.004	6.809.317
2013	7.079.004	6.809.317
2014	5.617.812	5.393.749
Total de débitos de longo prazo	63.069.727	73.036.707

10.1. Contrato ABN REAL: Trata-se de empréstimo para capital de giro, pactuado em 22 de novembro de 2007. Em 31 de dezembro de 2008 o saldo monta a importância de R$ 19.392.443. O valor liberado será pago em 36 parcelas vencendo a primeira em 22 de novembro 2008. A operação foi realizada tendo como garantia o aval dos acionistas.

O contrato com o ABN REAL possui cláusula determinando nível máximo de endividamento em relação ao EBITDA, a ser apurado anualmente com base nas demonstrações financeiras da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2008 a Companhia encontrava-se adimplente com todas as condições contratuais.

10.2. Contratos BNDES: R$ 5.910.005, R$ 29.900.297 e R$ 5.413.361: subcréditos "a", "b", "c" - valores correspondentes às parcelas liberadas até 31 de dezembro de 2008 do contrato firmado em 03/09/2004. Trata-se de financiamento para a duplicação de 37 KM da pista simples da Rodovia BR 040 no trecho entre Matias Barbosa (MG) e Juiz de Fora (MG) incluindo a duplicação de cinco pontes, dois retornos operacionais e a implantação de barreiras medianas tipo New Jersey. Os valores liberados serão amortizados em prestações mensais, vencendo-se a primeira dos subcréditos "a" e "b" em 15/10/2007 e a última em 15/10/2014, e o subcrédito "c" vencendo-se a primeira em 15/01/2008 e a última em 15/12/2014. A operação foi realizada tendo como garantia o aval dos acionistas.

Os contratos com o BNDES possuem cláusulas determinando uma relação mínima entre o patrimônio líquido e o passivo total, a ser apurado anualmente com base nas demonstrações financeiras da Companhia. Em 31 de dezembro de 2008 a Companhia encontrava-se adimplente com todas as condições contratuais.

10.3. Contrato SIEMENS: Pactuado em maio de 1996 com o objetivo de fornecimento, instalação e colocação em funcionamento, por parte da contratada, dos sistemas de controle rodoviário. Em 21 de janeiro de 2000, por carta endereçada à contratada, foi rescindido o contrato, por descumprimento dos prazos e cronogramas acordados e negligência no cumprimento de suas obrigações contratuais.

Com base em parecer de seus assessores jurídicos, a Companhia entende como remota a probabilidade de perdas em relação ao processo em andamento. Na composição do longo prazo, este passivo está previsto para realizar-se em 2009, ano em que os assessores jurídicos estimam como provável para o término da ação em curso. O saldo apresentado inclui encargos até 31 de dezembro de 1999, sendo que a partir de janeiro de 2000, nenhum acréscimo moratório foi considerado. Se estes acréscimos fossem considerados em 31 de dezembro de 2008, o valor aproximado seria de R$ 57.034.752. Entretanto, os valores já pagos a Siemens, cuja devolução está sendo pleiteada pela Companhia, por conta da não instalação dos sistemas, corrigidos até 31 de dezembro de 2008, representam o montante aproximado de R$ 32.490.715.

Decisão proferida pelo M.M. Juízo da 43ª Vara Cível da Comarca do Rio de Janeiro em 26 de abril de 2004, julgou improcedente a ação de cobrança proposta pela Siemens. Em 12 de julho de 2005, sessão de julgamento do Tribunal de Justiça negou por maioria provimento ao recurso impetrado pela Siemens que, por sua vez interpôs recursos (especial e extraordinário), os quais foram impugnados pela Companhia em 13 de outubro de 2005, estando em análise pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro quanto à possibilidade de admissão dos mesmos.

As ações de rescisão de contrato, cumulada com anulação de ato jurídico e execução de título extrajudicial promovida pela Siemens, a qual foi embargada pela CONCER, bem como as medidas cautelares de sustação de protesto restaram todas favoráveis à CONCER.

A Siemens já interpôs recursos especial e extraordinário sendo contra-arrazoados pela Concer, aguardando análise do Tribunal de Justiça sobre a admissibilidade ou não dos mesmos.

11. Fornecedores

Descrição	2008	2007
Progeo Engenharia Ltda.	392.868	-
Agência Nacional de Transportes Terres tres	391.029	361.713
Petrobrás Distribuidora S.A.	373.763	132.271
Central Beton Ltda.	66.460	-
BIOPAR – Biondo Participações e Emp eend.	57.285	-
Vigban – Empresa de Vigilância	53.596	-
Chevron Brasil Ltda.	50.000	-
Fundação Centro Tecnológico JF	37.850	-
Heisdem Comercio e Serviços Ltda.	27.021	-
Diamante 162 Com e Serv	15.596	-
Hot Line Indústria e Comércio Ltda.	12.564	60.226
Greca Distribuidora de Asfalto	-	1.821.096
Quantidade em Sistema de Informação (QSI)	-	468.000
Serviços de Segurança e Vigilância	-	67.102
Bradesco Seguro S.A.	11.992	48.108
Outros	387.473	638.952
Total	1.877.497	3.597.468

12. Juros sobre o capital próprio e dividendos – No decorrer do exercício de 2004 foram referendados juros sobre o capital próprio, tendo como base o lucro auferido no exercício, no montante de R$ 10.910.600. Esse montante apropriado foi pago, conforme segue. Em 2008 foi lançado como Dividendos Propostos para pagamento em 2009 o valor de R$ 39.568.144:

Descrição	Exercício	R$
JSCP declarado	2004	10.910.600
Pagamento acumulado	2007	(4.680.000)
Dividendos propostos	2007	1.964
Total	2007	6.232.564
Pagamento acumulado	2008	(6.230.600)
Dividendos propostos	2008	39.568.144
Total	2008	39.570.108

Em 31 de dezembro de 2008, os juros sobre o capital próprio e dividendos a pagar estava distribuído da seguinte forma:

Acionista	
Triunfo Participações e Investimentos S.A.	24.731.317
Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A.	7.122.620
CCI Concessões S.A.	3.561.310
Construtora Metropolitana S.A.	4.154.861
Total	39.570.108

13. Obrigações trabalhistas/tributárias

Descrição	2008	2007
IRPJ	2.775.196	841.631
CSLL	729.868	354.960
COFINS	825.106	403.038
PIS	93.701	87.326
ISS	718.494	667.502
IRPJ e CSLL diferidos sobre receita recebida antecipadamente (nota explicativa 15)	408.282	–
Impostos retidos na fonte a recolher	358.865	137.739
Parcelamento IRPJ e CSLL	193.774	-
Parcelamento especial - "REFIS - 3"	190.384	183.188
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	731.352	534.812
Total passivo circulante	7.025.022	3.210.196
IRPJ e CSLL diferidos sobre receita recebida antecipadamente (nota explicativa 15)	1.874.301	2.422.720
Parcelamento IRPJ e CSLL	729.082	-
IRPJ e CSLL Leasing	165.388	-
Parcelamento especial – "REFIS – 3"	1.427.878	1.408.924
Total passivo não circulante	4.196.649	3.831.644

Em julho de 2008, a Companhia recebeu um auto de infração da Secretaria da Receita Federal referente a glosa de prejuízos fiscais compensados indevidamente em períodos anteriores, cujos montantes apurados, já incluídos multa e juros, totalizaram R$ 690.931 para o IRPJ e R$ 247.170 para a CSLL. Em função dessa decisão, a Companhia solicitou o parcelamento destes débitos junto à Secretaria da Receita Federal, os quais serão corrigidos pela TJLP e amortizados em 60 parcelas a partir de agosto de 2008.

14. Taxa de fiscalização contratual a pagar

A Companhia havia pleiteado junto à ANTT o não pagamento de um montante de R$ 2.742.799, relativo às taxas do período de Outubro de 2000 a Dezembro de 2001, para fins de compensação da perda de receita decorrente do atraso do reajuste tarifário.

Em 2003 a Agência manifestou-se contra o pedido e solicitou os pagamentos das taxas mensais do passado, acrescidos de encargos e atualizações, gerando um débito acumulado no início de dezembro de 2003 no montante de R$ 4.824.887. A Companhia solicitou o parcelamento deste montante em 82 parcelas, tendo já pago 61 parcelas até dezembro de 2008. A estrutura de vencimentos é a seguinte:

Descrição	2008	2007
Circulante	899.457	832.024
Não circulante	704.239	1.487.627
Total	1.603.696	2.319.651

Parcela não circulante vencível em	2008	2007
2009	-	832.024
2010	704.239	655.603
Total de débitos de longo prazo	704.239	1.487.627

15. Receita diferida

As receitas diferidas correspondem às receitas recebidas antecipadamente da Embratel, decorrente do contrato de permissão de uso de faixa de domínio da rodovia firmado em outubro de 2007, e receitas recebidas antecipadamente da Cervejaria Petrópolis, decorrente do contrato de ocupação da faixa de domínio para implantação de adutora e de rede de afluente firmado em fevereiro de 2008, líquidas dos impostos incidentes, cujos saldos em 31 de dezembro estão demonstrados a seguir:

Descrição	2008	2007
Receita recebida antecipadamente	7.803.830	8.282.861
Impostos incorridos e a incorrer		
IRPJ e CSLL (nota explicativa 13)	(2.282.583)	(2.422.720)
PIS, COFINS e ISS	(1.090.349)	(1.157.213)
Total	4.430.898	4.702.928

Pela utilização da infra-estrutura ao longo da rodovia a Embratel pagará à Companhia uma remuneração total de R$ 20.709.128, dos quais R$ 7.699.112 foram antecipados em 11 de outubro de 2007. O saldo remanescente do contrato será recebido em 13 parcelas anuais de R$ 969.691, tendo sido recebida a primeira parcela em outubro de 2007, mais R$ 404.038 referentes ao último período, corrigidas anualmente pelo IGP-M.

A Cervejaria Petrópolis S.A. pagou a Companhia para implantação de rede de afluente R$ 26.060 e para implantação de adutora R$ 47.133.

A receita recebida antecipadamente, juntamente com os encargos incidentes está sendo apropriada ao resultado de forma proporcional ao período de vigência do contrato.

16. Patrimônio líquido

16.1. Capital social

O capital social subscrito e integralizado está representado por ações sem valor nominal. Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações em assembléia geral. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas gozam de prioridade na distribuição de dividendos e no reembolso do capital social, em caso de dissolução da Companhia, salvo no caso de extinção ao término do prazo de concessão, quando a distribuição de dividendos e o reembolso do capital serão procedidos de acordo com o total das participações acionárias. O capital autorizado é de R$ 100.000.000. A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2008 é a seguinte:

Descrição	Quantidade de ações Ordinárias	Preferenciais	Total
Triunfo Participações e Investimentos S.A.	1.497.937	2.995.871	4.493.808
Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A.	431.406	862.810	1.294.216
CCI Concessões S.A.	215.703	431.404	647.107
Construtora Metropolitana S.A.	251.654	503.305	754.959
Pessoas físicas	-	10	10
Total	2.396.700	4.793.400	7.190.100

16.2. Ajustes de avaliação patrimonial

Além da reavaliação realizada em 2004, em 31 de outubro de 2007 a Companhia reavaliou novamente seus ativos, adicionando às demonstrações financeiras R$ 29.316.576 na conta de recuperação estrutural da rodovia, R$ 305.913.101 em melhoramentos, totalizando R$ 335.229.677, com base em laudo técnico emitido pela empresa Mynarski Controle Patrimonial Ltda., tendo sido estimada também nova vida útil técnica para os bens reavaliados. A nomeação da empresa contratada foi realizada através da 11 Assembléia Geral Extraordinária em 10 de outubro de 2007. O laudo fundamentado com critérios de avaliação e elementos de comparação adotados foi aprovado pelos acionistas na 12 Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 27 de dezembro de 2007 e contabilizada naquela data.

O resultado da reavaliação no valor de R$ 708.487.109 foi incorporado ao ativo reavaliado correspondente, com contrapartida em conta de reserva de reavaliação no patrimônio líquido. O reconhecimento dos tributos incidentes foi reconhecido a débito da conta de reserva de reavaliação e a crédito na conta de tributos sobre reserva de reavaliação no passivo não circulante. A realização da referida reserva e dos tributos incidentes ocorrerão na proporção das baixas por depreciação e/ou alienação dos bens que a geraram, e integram a base de cálculo dos dividendos.

Os saldos existentes das reservas de reavaliação e das reservas de reavaliação reflexa decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial deverão ser mantidos até sua efetiva realização ou estornados até o final do exercício social em que a Lei n 11.638 entrar em vigor. Os Administradores da Companhia, com base nos normativos contábeis e fiscais existentes até o momento, decidiram pela manutenção dos saldos das reservas de reavaliação até sua efetiva realização.

Conforme mencionado na nota 9.i, a Administração efetuou em 2008 a revisão do valor contábil líquido dos ativos e identificou que o valor contábil líquido excedia o valor recuperável em R$ 68.535.621. Foi constituída provisão para perda por desvalorização do ativo imobilizado ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e essas perdas, líquidas do efeito dos impostos diferidos, foram classificadas como diminuição do saldo de reavaliação.

16.3. Reserva legal: Constituída por um montante equivalente a 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir os limites fixados pela legislação.

16.4. Reserva estatutária: Constituída para fins de restituição de capital aos acionistas, nos casos de extinção da concessão, com base em 0,5% do lucro líquido de cada exercício social, até atingir o limite máximo de 10% do capital social.

16.5. Dividendos: Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 1% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da legislação societária.

Conforme mencionado abaixo, a Administração da Companhia está propondo a distribuição de R$ 39.568.144 como dividendos do saldo de lucros acumulados.

16.6. Lucros acumulados: Em atendimento aos artigos 194 a 197 da Lei n 11.638/07, a Companhia destinou integralmente o saldo de lucros acumulados, sendo R$ 39.568.144 para pagamento de dividendos e R$ 41.206.909 para reserva de retenção de lucros.

17. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. Consideramos que temos um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o nosso porte e operações, nossa cobertura de seguros consistentes com as outras Empresas de dimensão semelhante operando no setor.

Descrição	Valor do risco
Acidentes/danos de causa externa	168.600
Danos materiais/perda de receita	25.000.000
Dano corporal/dano material	11.138.200
Contrato de concessão	11.138.200
Frota de veículos	100% Valor de mercado

Não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores, emitir opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e avaliada quanto a adequação pela Administração.

18. Remuneração a administradores

A remuneração total dos administradores e diretores referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008 foi de R$ 1.064.873 (R$ 623.313 em 2007), a qual é considerada benefício de curto prazo.

19. Imposto de renda e contribuição social:

Descrição	R$ - Em 31 de Dezembro 2008	2007
Base de cálculo do imposto de renda		
Resultado antes da provisão para imposto de renda e contribuição social	(562.447)	210.043
Adições permanentes (despesas não dedutíveis)	1.164.395	274.814
Adição permanente (depreciação da reavaliação)	43.576.281	20.622.157
(+) Adições ou (reversões) temporárias Leasing	333.007	
(+) Adições ou (reversões) temporárias (provisão para contingências)	1.219.067	(338.509)
Lucro real	45.730.303	20.768.506
Imposto de renda - 15%	6.859.545	3.115.276
Imposto de renda adicional - 10%	4.549.030	2.052.851
Imposto de renda diferido realizado sobre provisão para contingências	(304.767)	84.627
Subtotal	11.103.809	5.252.754
Reversão do imposto de renda diferido sobre a depreciação da reavaliação	(10.894.070)	(5.155.539)
Reduções por incentivos fiscais - PAT e incentivos a cultura	(131.277)	(138.611)
Reversão do imposto de renda diferido sobre a leasing	(83.252)	-
Total do imposto de renda	(4.790)	(41.397)
Base de cálculo da contribuição social		
Resultado antes das provisões tributárias	(562.447)	210.043
Adições permanentes (despesas não dedutíveis)	1.164.395	274.814
Adição permanente (depreciação da reavaliação)	43.576.281	20.622.157
(+) Adições ou (reversões) temporárias Leasing	333.007	-
Reversão de provisão para contingências	1.219.067	(338.509)
Base de cálculo da contribuição social	45.730.303	20.768.506
Total da contribuição social - 9%	4.115.728	1.869.166
Contribuição social diferida realizada sobre provisão para contingências	(109.716)	30.466
Subtotal	4.006.012	1.899.631
Reversão da contribuição social diferida (passivo) sobre a depreciação da reavaliação	(3.921.865)	(1.855.994)
Reversão da contribuição social diferida sobre leasing	(29.971)	-
Total da contribuição social	54.176	43.637
Total do imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	49.386	2.241

20. Provisão para contingências

Descrição	2008	2007
Contingências trabalhistas	1.298.362	46.218
Contingências cíveis/fiscais	2.298.249	2.331.326
Total	3.596.611	2.377.544

continua ...